BRACARA AUGUSTA







Actas do Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos (1.º Fasc.)

S. Frutuoso de Montélios • Estudo sobre a Sé de Braga • Ensaio da Biografia do Conde da Barca • Arquivo Municipal • Crónica dos acontecimentos citadinos • Efemérides Municipais.

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. IX - X JANEIRO 1958 - DEZEMBRO 1959 N.os 1-4 (39 - 42)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME IX-X — FASCÍCULOS 1-4 (39-42)

JANEIRO 1958 - DEZEMBRO 1959

Directores { DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo

Redactor principal: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de:
Francisco Pereira de Bacelar Ferreira, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de: José Henrique Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Actas do Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantino	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO	5
Relação dos Trabalhos do I Colóquio Bracarense de Estudos suévico-Bizantinos	REDACÇÃO	6
Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo	ABEL VIANA	7
Sobre el sentido de unos versos de Venancio Fortunato a San Martin Dumiense en relacion con la tradicion jacobea	PROF. DR. ABELARDO MARALEJO LAÑO	18
Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévico-visigótica na região da Guarda	DR. ADRIANO VASCO RODRIGUES	25
Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais	TENENTE-CORONEL AFONSO DO PAÇO	30
«Algumas populações da época suévico-bizantina do sul de Portugal e da Espanha»	PROF. DR. ALBERTO XAVIER DA CUNHA	41
A Arte oriental e de Bizâncio, sua influência na Península Ibérica	AMÉRICO LOPES DE OLIVEIRA	50
S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévica	P.e DR. ANTÓNIO AMBRÓSIO DE PINA, S. J.	58
Teologia da Conversão na conversão do Rei Requiário e dos Suevos	FREI ANTÓNIO DO ROSÁRIO, O. P.	67
Tres escritores romanos de la Gallacia en busca de su patria	PROF. DR. AQUILINO IGLESIA ALVARINHO	74
Vila do Conde. As origens do topónimo. Tentativa de identificação	DR. EUGÉNIO DE ANDRÉA DA CUNHA E FREITAS	85
O Reino dos Suévos e a Independência de Portugal	DR. FERNANDO CASTELO BRANCO	90
	DR. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA	106
São Martinho de Braga e as Mulheres Demónios	DR. FERNANDO FALCÃO MACHADO	115
Alguns aspectos sociais	DR. FERNANDO FALCÃO MACHADO	124
Contribuição para as fontes da época suévico-bizantina	DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES	126
Do Algarve bizantino	PROF. DR. GEORGES GAILLARD	137
Signification de l'art suévo byzantin	PROF. DR. GEORGES GAILLARD	141
La Chapelle Saint-Oyand à Saint-Lourent de Grenoble	ENG.º J. PINA MANIQUE E ALBUQUERQUE	147
Mapa da Galiza Suéva	DR. JESUS TABOADA CHIVITE	153
El canan 73 de los Capitula Martini y los ramos precautorios actuales	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO	158
S. Frutuoso de Mantélios — A Igreja mais Bizantina da Península	DR.ª D. HELENA MARIA DE ARAÚJO DE CARVALHO MATOS	168
Estudo sobre a Sé de Braga	CORONEL JOSÉ BAPTISTA BARREIROS	214
Ensaio de Biografia do Conde da Barca	REDACÇÃO	229
Arquivo Municipal	FRANCISCO BACELAR FERREIRA	237
Crónica dos acontecimentos citadinos	REDACÇÃO	363
Efemérides Municipais		

BRACARA AUGUSTA

IX – X

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES
DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Antigo Conservador do Arquivo

VOLUME IX–X

BRAGA — 1958 / 1959

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

ACTAS DO COLÓQUIO BRACARENSE DE ESTUDOS SUÉVICO-BIZANTINOS

Inclui-se no presente tomo da «Bracara Augusta» o 1.º fascículo dos trabalhos do **Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos,** promovido pela Câmara Municipal de Braga e pela Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, no ano de 1957 (de 7 a 9 de Junho), e que, pelo seu temário, constituiu a continuação do **I Congresso Internacional de Estudos Martinianos,** levado a efeito em 1950, também de iniciativa do Município Bracarense.

Com este colóquio se comemoraram:

O XV Centenário da Morte de Requiário — o primeiro Rei Católico da Europa (456);
O XIV Centenário da Sagração Episcopal de S. Martinho de Dume — O segundo Apóstolo do Ocidente Galaico-Português (556); e
O XIII Centenário da Elevação a Metropolita de Braga de S. Frutuoso — O Renovador da Vida Monástica da Península (656).

A direcção desta Revista, já como fez para os trabalhos do **Congresso do IV Centenário de Francisco Sanches** (Vol. III, 1951-1952) e para os do **Congresso de S. Martinho de Dume** (Vol. VIII, 1957), toma o encargo de, dentro do mesmo órgão, publicar, o mais completamente possível, a crónica ou acta do referido conclave científico e os estudos apresentados nele.

Deste modo as altas empresas culturais e científicas, realizadas em Braga, desde 1950, vão ficando registadas e compendiados os seus trabalhos, alguns de extraordinário valor, e quase todos de iniludível interesse e apreço.

Como, fora das páginas da Revista, em edição à parte, se irão também imprimir, muito em breve, as actas do **I Congresso de Etnografia e Folclore** e do **I Congresso Histórico de Portugal Medievo,** igualmente efectuados pela Câmara Municipal de Braga, podemos justificadamente considerar que tão memoráveis acontecimentos no plano da cultura nacional, honra e glória da Braga contemporânea, terão a devida fixação no tempo, o que permitirá aos estudiosos o aproveitamento dos seus resultados, certamente úteis para o avanço das ciências históricas ou de antropologia cultural a que eles dizem respeito.

Sérgio da Silva Pinto

Relação dos trabalhos do I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos publicados neste tomo:

Afonso do Paço, Tenente-Coronel, *Vestígios de influência Germânica no concelho de Cascais;*

Albuquerque, J. Pina Manique, Eng.º *Mapa da Galiza Sueva;*

Alvariño, Aquilino Iglesia, Prof. Dr., *Tres escritores romanos de la Gallaecia en busca de sua patria;*

Castelo-Branco, Fernando, Dr., *O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal;*

Chivite, Jesus Taboada, Dr., *El canon 73 de los Capitula Martini y los ramos precautorios actuales;*

Cunha, Alberto Xavier da, Prof. Dr., *Algumas populações da época suévico-bizantina do sul de Portugal e da Espanha;*

Freitas, Eugénio de Andrêa da Cunha, Dr., *Vila do Conde. As origens do topónimo. Tentativa de identificação;*

Gaillard, Georges, Prof. Dr., *Signification de l'art suévo-bysantin;*

Gaillard, Georges, Prof. Dr., *Un édifice des temps barbares: La Chapelle Saint-Oyand a Saint-Laurent de Grenoble;*

Laso, Abelardo Moralejo, Prof. Dr., *Sobre el sentido de unos versos de Venancio Fortunato a San Martin Dumiense en relacion com la tradicion Jacobea;*

Lima, Fernando de Castro Pires de, Dr., *S. Martinho de Braga e as Mulheres Demónios;*

Lopes, Francisco Fernandes, Dr., *Do Algarve Bizantino;*

Machado, Fernando Falcão, Dr., *Alguns aspectos sociais;*

Machado, Fernando Falcão, Dr., *Contribuição para as fontes da epoca suévico-bizantina;*

Oliveira, Américo Lopes de, *A Arte Oriental de Bizâncio, sua influência na Peninsula Ibérica;*

Pina, S. J., António Ambrósio de, P.e Dr., *S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévica;*

Rodrigues, Adriano Vasco, Dr., *Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévico-visigótica na região da Guarda;*

Rosário, O. P., Frei António do, *Teologia da Conversão na conversão do Rei Requiário e dos Suevos;*

Viana, Abel, *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo.*



REQUIÁRIO

«1.º Rei Cristão da Europa»

(cf. S S. Pio XII in *Radiomensagem aos Portugueses* de 19-5-1957)

Braga, sua Capital e Altar da sua imolação.

(448-456)

(Desenho do Mestre *Jorge Barradas* para a estátua policromada a erigir nos jardins da residência do Comendador Snr. António Augusto Nogueira da Silva, em Braga)

SUEVOS E VISIGODOS NO BAIXO ALENTEJO

Por ABEL VIANA

A série de apontamentos aqui reunidos não constitui, de modo algum, estudo suficientemente extenso nem claro, acerca dos vestígios arqueológicos deixados pela ocupação de Suevos e Visigodos na área territorial que ao presente forma a província do Baixo Alentejo.

A passagem dos primeiros pela parte meridional da Lusitânia foi excessivamente breve para que tivesse deixado marca indelével, ou sequer algo profunda; os segundos actuaram ali por muito mais tempo mas, embora seus testemunhos materiais se mostrem mais numerosos, estão, mesmo assim, muito longe da abundância que seria de esperar, em vista dos quase três séculos de ocupação na Península.

Vários factores, porém, contribuiram para tal escassez e de alguns deles se tratará adiante.

Alanos, Vândalos e Suevos transpõem os Pirineus em 409. Aos dois últimos povos cabe a Galiza, na qual se encontram instalados em 411. Aos Alanos foi repartida a vasta região alentejana. Os propósitos expansionistas dos Suevos, todavia, fazem dos seus 174 anos de vida como estado livre um contínuo encadeamento de pactos, rompimento de pazes, violações de tratados, correrias devastadoras e, de vez em quando, pesadíssimas derrotas, até aos conflitos do tempo de Audeca e Leovigildo, em que o reino suevo, após a campanha de 585, sofreu destruição definitiva.

A história regista a vitoriosa descida dos Suevos, logo em 438, às comarcas meridionais da Espanha romana. Nesse ano, Réquila derrota o general hispano-romano Andevoto, nas margens do Genil, e no ano seguinte, de 439, apodera-se de Mérida.

Entretanto, o Conde Censório, delegado do governo de Roma, toma

posição em Mértola, mas o fortíssimo padrasto do Baixo Guadiana vê-se forçado a ceder perante o cerco de Réquila, e a entregar Censório ao rei dos Suevos.

Em 446, em seguida à derrota de Avito, general galo-romano, os Suevos saqueiam cruelmente a Cartaginense e a Bética.

Não era só com Romanos e seus aliados de então, nomeadamente os Visigodos, que os Suevos tinham de bater-se; entre Suevos e Galegos eram frequentes as hostilidades, e os Visigodos, que por parte de Roma guarneciam a Bética e o sul da Lusitânia, intervinham em desfavor de seus irmãos de raça.

Prestes acantonados do Tejo para o norte, no fim do Séc. V, seu reino ia até o Cantábrico, compreendendo o território da actual Galiza, o das províncias do Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral, parte da Estremadura portuguesa e parte da espanhola. Seu domínio efectivo, porém, quer antes quer depois do seu apogeu territorial, limitou-se ao território acima do Douro, e mesmo no momento da sua expansão máxima, nem sempre tal domínio, forte e duradoiro, chegou precisamente ao Tejo, pois *Olisipona* e *Scallabis* escaparam ao seu império (6 e 22).

Pelo ràpidamente exposto, fàcilmente se compreende que os testemunhos arqueológicos atribuíveis aos Suevos sejam extremamente raros na porção meridional da Lusitânia.

Que saibamos, os únicos objectos a mencionar são as duas fivelas de oiro, com pedras semi-preciosas, pertencentes ao Museu Etnológico de Lisboa, e a comprida lâmina de espada, do Museu Regional de Beja, tanto aquelas como esta achadas em uma sepultura descoberta junto à capital do Baixo Alentejo.

Destes objectos se ocupou uma nota que, sob o título de «A propósito de uma espada do Museu Regional de Beja», em 1953, publicamos na «Revista de Guimarães» (14, 22 e 24). Da lâmina de espada tratou José Leite de Vasconcelos na «História do Museu Etnológico Português» e nas «Religiões da Lusitânia». Quanto às fivelas, limitou-se a uma simples referência nas «Religiões».

Fausto de Figueiredo com Afonso do Paço e Wilhelm Reinhart publicaram fotografias das duas peças, sem, todavia, a relacionarem com a lâmina.

Segundo parece, em uma das suas permanências relativamente curtas em *Pax Iulia* (Beja), os Suevos cunharam ali moeda. Reinhart

publica dois trientes com a legenda LATINA IVLI MVNITA, cujo local de cunhagem deve ter sido aquela importante cidade lusitano-romana.

Nesta mesma ordem de ideias pode inserir-se o achado frequente em vários pontos do Baixo Alentejo, de soldos de ouro, de Honório.

E relativamente à estadia dos Suevos nesta parte do nosso País, nada mais sabemos.

O património arqueológico nacional é bastante mais rico em achados da época visigótica e em peças de arte com influências bizantinas, mas não tanto como seria natural e para desejar.

Braga contribui com essa preciosa jóia arquitectónica, que é S. Frutuoso de Montélios (26). Conta, ainda, o sarcófago ornado de albarrada, pombas e cachos de uvas, tão semelhantes aos de um troço de coluna, de Beja (18). Em Balsemão (Lamego), além da planta da igreja há que observar outros pormenores arquitectónicos e decorativos. São Miguel de Odrinhas (Sintra), e Idanha-a-Velha, a notável Egitânia, conserva alguns restos dos seus avultados templos (4 e 36).

Os templos totalmente demolidos, ou transformados muitas vezes no decurso dos séculos, pertenceram certamente: o capitel de Miranda do Douro, guardado no Museu de Machado de Castro; o friso de Chelas (Lisboa) pertencente ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Carmo; o friso com pombas e cordeiros, embutido nos muros da Sé de Lisboa; os capiteis de Alcácer do Sal, alguns deles ainda agora abandonados naquela vila; a pilastra de Sines, recolhida no Museu Etnológico; os diversos elementos arquitectónico-decorativos de Vera Cruz de Marmelar (28); a lápide de Alivã (Campo Maior) (34) e as pequenas peças da Terrugem (Elvas) (16 e 34), todas no Museu de Elvas; alguns capiteis e um pequeno ornato esgrafitado, nas ruínas do balneário romano de Milreu (Estoi, Algarve) (21).

O núcleo mais considerável é o reunido no Museu Regional de Beja. Constituem-no, em sua grande maioria, peças arquitectónicas achadas na própria área da cidade, e consta, principalmente, de pilastras, ábacos, impostas, capiteis, pias e placas ornamentais, peças de que circunstanciadamente tratamos em extenso artigo publicado no Vol. IV do «Arquivo de Beja» (13).

Às peças provenientes da cidade — em cuja muralha, assim como na torre da igreja de Santa Maria, ainda se vêem, empregadas como alvenaria, algumas pedras ornadas de palmetas —, se juntaram outras pedras achadas no sítio de Trigaches, da freguesia de Beringel, e da

Corte Piorno, da freguesia de Quintos, 9 quilómetros a Oeste e 17 a Leste da cidade, respectivamente.

Uma ou outra pedra lavrada se podem ver em mais sítios, como na aldeia de Alfundão, do concelho de Ferreira do Alentejo (30) e no sítio da Mesquita, no concelho de Mértola (12).

O copioso mostruário visigótico de Beja é ainda mais enriquecido pela igreja de Santo Amaro que, pela planta, restos da abside, uma coluna torsa e, principalmente, pelos seis curiosos capiteis assentes em colunas formadas por segmentes de diferentes fustes romanos, nos prova a existência, ali, de uma basílica cristã, erguida anteriormente à invasão muçulmana (4).

No campo epigráfico, Mértola sobreleva às demais terras do País, com suas trinta e três lápides sepulcrais, afora alguns fragmentos de outras.

Mértola ocupa, neste particular, o primeiro lugar em Portugal, e o terceiro na Península, depois de Tarragona e Mérida.

Voltaremos a falar da distribuição geográfica da epigrafia visigótica peninsular.

Os objectos mais comuns, achados em ruínas de edifícios ou, o mais frequente, em sepulturas — àparte as moedas —, são os seguintes; uns aneis providos de escudete rectangular, circular, elíptico ou poligonal, ornado com uma série de *SS*, de um tipo que já na época romana era abundante, e que entre nós foram encontrados nos cemitérios visigóticos dos arredores de Cascais (1 e 14), na herdade da Chaminé, em Vila Fernando (34), nas Caldas de Monchique (14), etc.; umas fivelas de cinturão idênticas às que vemos ligadas às magníficas placas de cinturão, de Espanha, e que entre nós foram recolhidas em Alcoutão e Abujarda, do termo de Cascais (1), no castro de Cendufe, no Alto Minho (3), em Fontalvo, Santa Marinha do Zêzere, grutas do Poço Velho, também de Cascais, mais um do Museu de Faro e outro do Museu do Carmo, em Lisboa, estes dois de proveniência incerta.

De Olhão temos, ainda, dois brincos em forma de argolas (4) e de Mértola uma pulseira (4).

Há uma série de objectos votivos, ou de fim religioso, tais como o jarro brônzeo de Sabroso (15), as *patenas crismalis*, cujos restos ou fragmentos têm surgido nos castros, como no povoado antigo de Safail (Vila Nova de Tazem), castro da Trepa (Fornos de Algodres), Castro de Fontes (Santa Marta de Penaguião) e castro de Fiães (Vila da Feira) (15); as certãs de paredes muito finas e cabo muito comprido,

inteiramente desprovidas de qualquer ornato, como as duas da Terrugem, em Elvas (16 e 34), a das Caldas de Monchique (14) e a de Aljezur (34) — todos estes objectos igualmente de bronze.

De bronze ou de prata baixa são umas colheres litúrgicas que temos achado na Terrugem (34) e Nossa Senhora da Luz (25), do Museu Regional de Lagos.

Há, finalmente, uns grandes pratos de barro vermelho, *terra sigillata*, com ornatos estampados na parte interna do fundo, tais como apareceram, embora em simples fragmentos, nas ruínas de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), no Castro de Fiães (Vila da Feira), em Sacoias, nalguns pontos do Minho e na herdade da Chaminé (Elvas), sendo que o desta última estação está quase completo, embora muito fragmentado, e hoje reconstituído e exposto na Secção Arqueológico do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, no Paço Ducal de Vila Viçosa (16 e 34).

Certos destes objectos, isto é, colheres, aneis e certãs, segundo cremos, só têm aparecido na região de Lisboa e daí para o sul — o que não quer dizer que nos museus e colecções particulares do centro e norte do País não possam existir objectos idênticos ainda não identificados, ou conservados inéditos.

Relativamente a restos arquitectónicos, cabe a primazia também ao Baixo Alentejo, particularmente a Beja, e é ainda esta província a mais rica de inscrições, bastando apenas ter em conta as lápides da Vila de Mértola.

À data em que o Rev.º Dr. José Vives publicou o seu catálogo de inscrições romanas e visigóticas, cristãs, da Península Hispânica, ou seja, em 1942, havia, segundo tal relação, setenta e uma inscrições visigóticas em Tarragona e quarenta e oito em Mérida. De Mértola menciona trinta e duas, às quais tem que se juntar aquela por nós publicada no «Diário do Alentejo», a 3 de Outubro de 1939, e depois no «Arquivo de Beja», Vol, II, do ano de 1945.

Partindo do Norte para Sul, as localidades portuguesas mencionadas por Vives onde se descobriram tais inscrições são as seguintes, com o respectivo número de lápides que lhes é atribuído: Mogadouro 1, Vairão 1, São Pedro de Arcos 1, Braga 4, Lamego 1, Celorico da Beira 2, Coimbra 1, Chelas (Lisboa) 2, Marvão 1, Castelo de Vide 1, Oleiros 1, Bencatel 1, Silveirona (Estremoz) 1, Alcácer do Sal 2, Setúbal 1, Évora 4, Reguengos 1, Alvito 1, Beja 3, Almodôvar 1, Faro 1, Olhão 2, Tavira 1 e duas também do Algarve mas sem localização certa.

Destas 35 inscrições, a de Almodôvar é num ladrilho e a de Setú-

bal em um anel. A de Vairão comemora a consagração de uma basílica. Na Egitânia (Idanha-a-Velha) apenas apareceu um fragmento com três caracteres visigóticos.

★

Examinando o número, a qualidade e a distribuição geográfica dos achados arqueológicos respeitantes à época visigótica, verificaremos os seguintes factos, muitos deles verdadeiramente desconcertantes.

Assim, por exemplo, de Braga, um dos mais importantes centros político-religiosos, desde o começo do reino suevo até o fim do império visigodo, relativamente pouco ficou, pode-se dizer quase nada sob alguns aspectos, quer da arquitectura quer da epigrafia sueva e visigótica. Em todo o caso, restou-nos a jóia de Montélios, ainda que severamente cerceada. Porque Ossónoba e a Egitânia, importantes sedes episcopais, centros urbanos tantas vezes celebrados pelos historiadores e corógrafos antigos, não contam epigràficamente, porquanto da primeira daquelas cidades não se conhece uma única inscrição visigótica, e da segunda, conforme dissemos atrás, apenas se regista um pouco elucidativo fragmento.

Évora, Coimbra, Porto, Viseu e Lamego, terras em que os Visigodos cunharam moeda, nada conservaram da arquitectura desses séculos, e só algumas destas cidades escassamente constam do *corpus* de inscrições visigóticas.

Em contrapartida, Mértola, um dos grandes mananciais da epigrafia desses tempos, quase nada conta do ponto de vista arquitectónico, pois apenas se lhe podem creditar alguns capiteis de colunas, muito simples, e que, infelizmente, parece continuarem abandonados naquela vila, em situação semelhante aos de Alcácer, se é que se não perderam já.

Semelhantemente ao ocorrido com outros períodos tanto históricos, como proto-históricos, como pré-históricos, umas vezes desta ou daquela época conhecemos as necrópoles, mas não achamos os povoados que os originaram, outras vezes perduram os restos dos povoados mas desconhecemos as necrópoles que lhes correspondem. Trata-se de um facto geral cuja principal causa deve ser diferente de caso para caso.

Lògicamente, à existência de um grande centro populacional corresponderia maior soma de restos arqueológicos de toda a espécie, mas na realidade o conhecimento dos testemunhos arqueológicos depende menos das explorações que se efectuem para os descobrir que do seu sucessivo aproveitamento, ou da sua pura destruição através dos tempos.

Tal aniquilamento foi, em regra, tanto mais intenso quanto mais a

ocupação humana se repetiu no mesmo local urbanizado, fazendo renascer os burgos, erguendo cidades novas sobre os despojos das antigas.

Relíquias arquitectónicas como São Frutuoso de Montélios, em Braga, ou Santo Amaro, de Beja, ou Balsemão, de Lamego, constituem preciosas raridades milagrosamente poupadas pelo rolar dos séculos.

Mas a escassez, ou inexistência absoluta, nem sempre é devida à falta original dos elementos visigóticos. Como se sabe, os invasores germânicos eram muito poucos relativamente à população hispano-romana, que ao tempo da entrada dos Bárbaros atingira uma densidade muito elevada.

Ora, não podemos nestas simples notas e ligeiras considerações entrar na pormenorização dos vários pontos aqui tocados. Temos, portanto, de passá-los em revista muito superficialmente.

Sabe-se também que, apesar das contendas entre Suevos e Galaicos, das guerras dos Visigodos contra os Suevos e contra os restos das guarnições romanas, não durou muito tempo o processo de fusão dos povos germânicos com os hispanos-romanos, e que a dominação política dos primeiros foi precedida de um muito extenso período de ocupação dos nórdicos, como aliados e auxiliares de Roma.

Segundo Orósio, os Suevos entenderam-se bem com os romanos peninsulares, pois estes achavam o senhorio destes mais suave que a opressão fiscal do governo romano. A História diz-nos que a adopção geral do Catolicismo unificou a população da Península. E se é certo os invadidos haverem tomado dos invasores as leis, muitos elementos do onomástico, e por eles em muitas partes se deixarem convencer ao abandono da precária vida castreja, não menos certo é os novos dominantes políticos se terem deixado influenciar em muitos aspectos sociais e, mais intensamente ainda, no aspecto material da habitação e dos objectos de uso comum.

Isto é, afinal, o que pròpriamente interessa à Arqueologia, sendo nele, também, que se originam muitas dúvidas e confusões que convém esclarecer e sanar.

Se tivéssemos de avaliar o social pelo que nos patenteiam as marcas materiais de que dispomos, quando notamos a escassez de monumentos visigóticos, ou até, para a imensa maioria do território peninsular, a sua completa falta, e quando, por outro lado, atentamos na abundância de estações romanas, isto é, de aspecto romano, mais ou menos existente por toda a parte, haveríamos de concluir que, de duas uma: ou a gente visigótica era tão pouco numerosa que quase totalmente se engolfou na

massa humana pré-existente, ou se realmente preponderou em toda a parte, no respeitante à construção de pontes, muralhas, estradas, templos, habitações e outras obras, assim como no fabrico da cerâmica e na arquitectura das suas necrópoles, continuou quase sempre a proceder como os peninsulares, ou seja, à maneira romana.

Em tudo o que por esse país fora aparece, portanto, com aparência de romano, há muito que deve pertencer à época visigótica, e no fazer a destrinça é que está a grande dificuldade, melhor dizendo, a grandíssima dificuldade.

Reportando-nos especialmente ao Alentejo e Algarve, diremos que as argamassas e cimentos, entre os quais o famoso *formigão, opus signinum* chamado, em cuja massa entrava a cerâmica miùdamente fragmentada, foram empregados também a seguir aos romanos, e pela época árabe fora, até o Séc. X, pelo menos.

Com os vários tipos de tijolos e ladrilhos sucedeu o mesmo. A tégula foi largamente empregada na época visigótica, de norte a sul do País, e se, como Félix Alves Pereira fez notar (²), há um modelo especial visigótico, na maioria dos casos ela apresenta a mesma forma, quer na época visigótica quer na romana.

A ânfora perdurou longamente, até chegar à forma do actual cântaro algarvio, assim como o tipo mais comum do *dolium* se confunde quase perfeitamente com as grandes talhas de barro.

O traçado das habitações, a constituição e espessura das paredes, as diversas qualidades de pavimentos — de argamassa, de ladrilho ou de mosaico — desses inumeráveis palácios campestres cujos restos temos observado no Alentejo Alto e Baixo, e no Algarve, são sempre o mesmo, em sua forma essencial.

Diferenciaram-se a forma e a ornamentação das lucernas, mas as canalizações dos regadios, os lagares, a fábrica das muralhas defensivas e a contextura das estradas e caminhos permaneceram nas mesmas regras.

A moeda romana, correu sempre, quer a de prata, quer a de cobre, quer a de oiro, tanto mais que só nesta última espécie de metal houve a concorrência das cunhagens visigóticas.

Relativamente às sepulturas, o que em regra se passa no Alentejo é surgirem na mesma necrópole sepulturas romanas, rectangulares, de inumação, e outras visigóticas, trapezoidais. Raríssimas com espólio, estas últimas.

Como também é frequente aparecerem sepulturas rectangulares

sem mais nada que o esqueleto, ficamos na dúvida sobre se estas seriam ou não também visigóticas.

É o que observamos principalmente na região de Elvas, nas necrópoles n.º 2 da Chaminé (por n.º 1 designamos a necrópole da Idade do Ferro existente na mesma herdade) (16), necrópole n.º 1 do Padrãozinho (31) e na da Torre das Arcas (32).

Só a da Terrugem era composta de sepulturas exclusivamente trapezoidais, algumas das quais continham objectos indubitàvelmente visigóticos eram alguns dos outros que se recolheram das ruínas de edifícios circundantes daquele pequeno cemitério (16).

Nas regiões nortenhas temos igualmente visto, tanto nos museus como no terreno, muitas sepulturas, assim como pedras lavradas, cuja cronologia está por determinar.

Nesta parte setentrional do País, a complicação agrava-se já pela extrema rudeza dos lavores, já porque há muitas sepulturas e muitos elementos arquitectónicos que podem pertencer a séculos posteriores ao VIII, anteriormente à aparição do Românico.

Há, portanto, muito que explorar, muito que examinar, muito que estudar, a fim de nos assegurarmos melhor do que arqueològicamente nos resta das épocas suévica e visigótica, fora daqueles elementos certos, de origem ou influência germânica, como os espólios das numerosas necrópoles visigóticas de Castela, quais as de Alarilla, Yecla, Duraton, Madrona (6), etc., de que não há igual nem sequer parecido em território português, e também excluindo os elementos arquitectónicos e decorativos, de influência bisantina, como as pedras lavradas de Beja, e das moedas, lápides, aneis, fivelas e mais alguns objectos de classificação inconfundível.

Eis uma bela tarefa, curiosa e importante para os nossos arqueólogos, sobretudo para os novos, para aqueles que muito desejaríamos se multipliquem pelo País, bem inspirados no nobre desejo de acertar, bem imbuídos de espírito científico, dotados de são juízo crítico e de probidade mental.

E que tais investigadores sejam tantos quantos fazem falta, em relação à riqueza arqueológica de que o País ainda dispõe e que tão ràpidamente se está perdendo por motivo de obras públicas e particulares, principalmente por causa do arroteamento intensivo por que está passando o solo nacional.

Assim o reclamam a ciência arqueológica e o prestígio da cultura portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

1. FRANCISCO DE PAULA E OLIVEIRA — *Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascais*, in «Comunicações à Comissão dos Trabalhos Geológicos», Tomo II, págs. 85. Lisboa, 1889.
2. FÉLIX ALVES PEREIRA — *Antiguidades de Vianna do Alentejo*, in «O Archeólogo Português», IX, págs. 282-296 (Lisboa, 1904) e X, págs. 16-28 (1905).
3. FÉLIX ALVES PEREIRA — *Novo material para o estudo da estatuária e architectura dos castros do Alto Minho*, in «O Arch. Port.», XIII, 202-244. Lisboa, 1908.
4. VERGÍLIO CORREIA — *Arte visigótica*, in «História de Portugal», dirigida por Damião Peres, Vol. I. Barcelos, 1928.
5. MANUEL MONTEIRO — *São Frutuoso — Uma igreja mosárabe*. Braga, 1939.
6. *Historia de España*, dirigida por Menendez Pidal, Tomo III: *España visigoda*. Madrid, 1940.
7. FAUSTO DE FIGUEIREDO e AFONSO DO PAÇO — *Esboço arqueológico do Concelho de Cascais*, in «Boleim do Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães, n.º 1. Cascais, 1943.
8. ABEL VIANA — *O futuro Museu Arqueológico de Myrtilis*, in «Arq. de Beja», Vol. II. Beja, 1945.
9. MÁRIO LYSTER FRANCO e ABEL VIANA — *O espólio arqueológico de José Rosa Madeira*, in «Brotéria», XLI, Novembro de 1945.
10. ABEL VIANA — *Pax Iulia — Arte romano-visigótica*, in «Archivo Español de Arqueologia», n.º 63. Madrid, 1946.
11. FAUSTO J. A. DE FIGUEIREDO e AFONSO DO PAÇO — *Placa de cinturão visigótica, das grutas de Cascais*, in «Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria», Tomo XX; Homenaje a Julio Martinez Santa-Olalla, Vol. II, págs. 14-20, Lâm. V. Madrid, 1947.
12. ABEL VIANA — *Paleolítico do Guadiana*, in «Arq. de Beja», IV, pág. 121.
13. ABEL VIANA — *Visigótico de Beja*, in «Arq. de Beja», vol. VI. Beja, 1949.
14. A. VIANA, J. FORMOSINHO e OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA — *O conjunto visigótico de Alcaria, Caldas de Monchique*, in «Rev. do Sind. Nac. dos Engenheiros Auxiliares», n.ºs 33-34. Lisboa, 1949.
15. F. RUSSELL CORTEZ — *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal*. Coimbra, 1950.
16. ABEL VIANA — *Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia». Porto, 1950.
17. ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS — *Necropolis céltico-romanas del Concejo de Elvas (Portugal)*, in «Arch. Esp. de Arqueologia», n.º 80. Madrid, 1950.
18. ALBERTO FEIO — *Um sarcófago bizantino da Sé de Braga*, in «Bracara Augusta», III, pág. 31. Braga, 1951.

19. Cónego MANUEL DE AGUIAR BARREIROS — *Um sarcófago romano-cristão do séc. IV*, in «Bracara Augusta», II, pág. 361 (1951).
20. Rev.º Dr. JOSÉ VIVES — *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona, 1952.
21. ABEL VIANA — *Ossónoba — O problema da sua localização*, in «Revista de Guimarães», LXII. Guimarães, 1952.
22. WILHELM REINHART — *Historia del Reino hispânico de los Suevos*. Madrid, 1952.
23. JOSÉ FORMOSINHO, OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA e ABEL VIANA — *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*. Porto, 1953.
24. A. VIANA — *A propósito de uma espada do Museu de Beja*, in «Revista de Guimarães», LXIII, 1-2, Ano de 1953.
25. ABEL VIANA, JOSÉ FORMOSINHO e OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA — *De lo Prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos*, in «Arch. Español de Arqueologia», XXV.
26. JOÃO DE MOURA COUTINHO DE ALMEIDA EÇA — *S. Frutuoso de Montélios*, in «Crónica do III Congreso Nacional de Arqueologia (Galicia, 1953)». Zaragoza, 1955.
27. SÉRGIO DA SILVA PINTO — *Requiário de Braga — O primeiro Rei católico do orbe latina*, in «Bracara Augusta», Braga, 1954.
28. D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras visigóticas de Vera Cruz de Marmelar*. Lisboa, 1954.
29. P.e ARLINDO RIBEIRO DA CUNHA — *Restos de Igrejas visigóticas*. Braga, 1954.
30. ABEL VIANA — *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, in «Arq. de Beja», XI, 1954.
31. ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS — *Nuevas necropolis celto-romanas de la región de Elvas (Portugal)*, in «Arch. Esp. de Arq», 1.º Semestre. Madrid, 1955.
32. ABEL VIANA e ANTÓNIO DIAS DE DEUS — *Necropolis de la Torre das Arcas*, in «Arch Esp. de Arq.», 2.º Semestre. Madrid, 1955.
33. ABEL VIANA — *Notas hist., arq. e etnog. do Baixo Alentejo*, in «Arq. de Beja», XII. Beja, 1955.
34. ANTÓNIO DIAS DE DEUS, P.e HENRIQUE DA SILVA LOURO e ABEL VIANA — *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*, in «Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953)». Zaragoza, 1955.
35. ABEL VIANA — *Notas hist., arqueol. e etnográficas do Baixo Alentejo*, in «Arq. de Beja», XIII. Beja, 1956.
36. D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Egitânia*. Lisboa, 1956.
37. LUÍS FERNANDO DELGADO ALVES — *Aspectos da Arqueologia em Myrtilis*, in «Arq. de Beja», XIII. Beja, 1956.

Sobre el sentido de unos versos de Venancio Fortunato a San Martín Dumiense en relacion con la tradicion Jacobea

Pelo PROF. DR. ABELARDO MORALEJO LASO

Con ocasión de haber traducido al castellano años atrás el *Liber Sancti Iacobi* según el texto del *Codex Calixtinus* de la Catedral de Santiago, con dos compañeros, me puse en contacto con los problemas de su composición y otros relativos a las tradiciones jacobeas en general. Poco después publiqué en la revista del Instituto P. Sarmiento «Cuadernos de Estudios Gallegos» (fasc. XIV, 1949, pp. 349-366) un trabajo titulado *Las citas poéticas de S. Fortunato en el Códice Calixtino* donde trataba de localizar estas citas, que son ocho o nueve con unos 150 versos en total, en las obras poéticas de este autor, ya que se afirmaba que eran centones de versos suyos, mas no tenía noticia de que alguien los hubiera localizado todos o los más. Por mi parte localizaba más de 140 y pude comprobar que las citas son efectivamente centones formados con partes de diversos poemas, desde dísticos y aun versos sueltos hasta grupos de dísticos seguidos, y que además tienen alteraciones e interpolaciones hechas para acomodarlos a su nuevo fin de dar autoridad a la compilación en honor de Santiago con el nombre del ilustre poeta y obispo de Poitiers. Procuraba también sacar algún indicio para la atribución a una misma mano de los textos en que aparecen tales citas, que son los sermones llamados pseudo-calixtinos y la *Historia Turpini*, y quizá a la del poitevino Aimerico Picaud, que figura entre los donantes del códice.

Más recientemente el jesuíta P. E. Elorduy ha pretendido demostrar en otro artículo aparecido en el «Boletín de la Real Academia de la Historia» (135, 1954, pp. 323-360) y en folleto aparte con el título *De re Iacobea* (Madrid, 1954), que varios de estos centones son poemas com-

puestos en honor de Santiago por el propio Venancio Fortunato y tomados de un supuesto «Codex laudum», sin perjuicio de que casi todos sus versos se repitan en otros poemas de sus *Carmina*. Se apoya principalmente en algunas variantes, además de las alteraciones e interpolaciones mencionadas, para suponer una redacción independiente de la tradición manuscrita de éstos. Pero creo que en todo elle no hay más que un exceso de buena fe y que las citas siguen siendo centones retocados.

Ahora bien, los dos primeros merecen atención especial porque proceden — el primero todo y del segundo la segunda mitad — de dos poemas que, paradójicamente, han sido utilizados como testimonios contrarios a la tradición de la predicación del apóstol Santiago en la Península. Son éstos el poema *De virginitate* y el dedicado *Ad Martinum episcopum Galliciae* (Carmina, III, 8 y V, 2) y ha sido precisamente el nombre de este insigne y santo prelado lo que me ha movido a revisar este punto de la investigación jacobea y bracarense a la vez y a redactar esta modesta comunicación.

Prescindiendo de otros autores que hayan tratado de este tema, voy a fijarme en L. Duchesne con su importante y conocido artículo *Saint Jacques en Galice* (en «Annales du Midi», douzième année, 1900, Toulouse, pp. 145-179) y en la crítica que de lo que afirma en este punto le hace el P. García Villada en su *Historia Eclesiástica de España* (tomo I, 1.ª parte, Madrid, 1929, pp. 48, 50-51 y 53-54), sirviéndome también alguna vez del artículo mencionado del P. Elorduy.

Cuando escribí aquel trabajo no conocía directamente el artículo de Duchesne, que ahora ya conozco, ni tenía noticia exacta del partido que pretende sacar de los pasajes aludidos del poeta obispo. Después de referirse al largo silencio de los autores hispanos que precede a la aparición de la tradición acerca de la predicación expresada, añade que el silencio español se refuerza con el de los vecinos de la Galia, que podían estar bien ilustrados sobre las tradiciones de esta clase y estaban ávidos de recogerlas y eran exactos en registrarlas, y dice luego hablando de nuestro autor: «Fortunat, dans son poème sur la Virginité, enumère les lieux saints des douze apôtres; pour les deux Jacques, il indique la Palestine, *terra beata*» (p. 147). Y tiene razón en estas líneas que hacen referencia al pasaje del poema *De virginitate* (vv. 137-144), recogido e interpolado en la primera cita del Calixtino, donde enumera el poeta los países o ciudades en que predicaron y supone sepultados a los apóstoles: San Pedro y San Pablo en Roma, San Andrés en Acaya, San Juan en Efeso, los dos Santiagos en la tierra santa, San Felipe en Hierápolis, Santo Tomás

en Edesa, San Bartolomé en la India, San Mateo en Naddaver y San Simón y Judas Tadeo en Persia. Unicamente cabe observar con el P. García Villada que «el colocar la memoria de Santiago en Jerusalén, se explica fácilmente con sólo recordar que allí fue degollado y que la noticia de su martirio está registrada en los Hechos Apostólicos, que le eran bien conocidos» (pp. 53-54).

Pero no está tan acertado Duchesne en lo que sigue: «Mais ce qui est plus fort, c'est que, dans une lettre écrite à un évêque espagnol à un évêque galicien, à saint Martin de Braga, il parle des églises évangelisées par les apôtres sans y comprendre celles d'Espagne; il parle même de saint Jacques et de la Galice, non point en rattachant l'apôtre à ce pays, mais plutôt en l'en excluant. «Au temps, dit-il en substance, où les apôtres se partagent le monde, Rome échut à saint Pierre, l'Illyrie à saint Paul, l'Éthiopie à Mathieu, la Perse à Thomas, l'Inde à Barthélemy, la Grèce à André. C'est à saint Martin l'ancien que la Gaule doit la lumière de l'Évangile, c'est au nouveau Martin (l'évêque de Braga) que la Galice est redevable du même bienfait. En sa personne, elle jouit de la vertu de Pierre, de la doctrine de Paul, du secours de Jacques et de Jean» (pp. 147-148).

El P. García Villada da la traducción de este párrafo en la p. 48 y en las 53-54 hace su crítica con razones que unas me parecen atinadas y otras no por defecto o por exceso. Dice bien al decir que «en el *carmen* dedicado a San Martín Dumiense habla, sí, (Venancio Fortunato) de que en la distribución de las regiones efectuada por los Apóstoles Roma cayó en suerte a Pedro, Iliria a Pablo, Etiopía a Mateo, Persia a Tomás, la India a Bartolomé y Grecia a Andrés, sin decir una palabra de los otros Apóstoles, Juan, Santiago el Menor, Simón, Felipe, Judas Tadeo y Matías», de suerte que «estos datos son muy incompletos». Mas podría haber añadido que además de reducirse a la mitad de aquéllos, el poeta no está siempre de acuerdo consigo mismo, ya que aquí pone a Santo Tomás en Persia mientras que en el poema *De virginitate* le da como sepultado en Edesa y da por apóstoles de Persia a San Simón y San Judas Tadeo.

Pero si estos son quizá detalles de menor cuantía, veamos lo que dicen los versos más interesantes del *carmen* a San Martín, que siguen a continuación de los comentados, que le sirven a manera de introducción (*Carmina*, V, 2, 15-22):

Ne morer accelerans, Martini Gallia prisci
Excellente fide luminis arma capit.
Martino servata novo, Gallicia, plaude:
Sortis apostolicae vir tuus iste fuit.
Qui virtute Petrum praebet tibi, dogmate Paulum,
Hinc Iacobi tribuens, inde Iohannis opem.
Pannoniae, ut perhibent, veniens e parte Quiritis,
Este magis effectus Gallisueba salus.

Duchesne, como hemos visto, lo interpreta sin tener en cuenta la transición que marcan las palabras *ne morer accelerans*, o sea en el mismo plano que los anteriores, que forman el exordio del poema; como si el poeta creyera y afirmara en ellos que San Martín de Tours (*Martinus priscus*) había sido el apóstol de la Galia y San Martín de Braga (*Martinus novus*) el de Galicia con el mismo título que lo habían sido los antes mencionados en sus respectivos países, o sea los primeros evangelizadores. Opinión que en caso del nuestro pudiera parecer reforzada por la expresión *sortis apostolicae*. A su vez el P. G.ª Villada le opone, con razón desde luego en el fondo, que «el atribuir en la misma obra la conversión de las Galias a San Martín de Tours y la de Galicia al homónimo de Braga, es una exageración retórica desprovista de fundamento, pues aunque ambos santos trabajaron denodadamente en el afianzamiento de la fe en esas comarcas, y el obispo bracarense logró convertir a los Suevos, con todo ya varios siglos antes se había predicado en ambos países la religión cristiana» (p. 54).

Por mi parte entiendo que Duchesne y Villada le hacen decir a Venancio Fortunato lo que no dijo. Las tres primeras palabras — «acelerando sin demora» — marcan sin duda una transición del plano de los Apóstoles por antonomasia, tras de haber mencionado a seis de ellos, al de los apóstoles posteriores, los dos Martines de Galia y de Galicia, a quienes el poeta relaciona por su nombre, su patria de origen etc. Arbos habían realizado intensa y fructífera labor apostólica en sus tiempos y países de adopción y era suficiente para que pudieran figurar a continuación de los Apóstoles, sin que ello sea «una exageración retórica desprovista de fundamento», que dice el P. Villada. La Galia había recibido armas de luz del apostolado del primero; Galicia había sido salvada por el segundo, convertido en salud de los galisuevos. Esto es lo que dice el poeta y ya es bastante, pero creo que nada más.

La expresión *sortis apostolicae* la usa también en su poema *De Vita*

Sancti Martini (I, 22-23): «Sortis apostolicae quae gesta vocantur et actus / facundo eloquio vates sulcavit Arator». Alude a una obra en verso de este autor, paráfrasis de los *Hechos de los Apóstoles*, y aquí se refiere sin duda a los Apóstoles primeros; pero ¿por qué no había de poder referirse también a todos sus sucesores en la misma labor apostólica, aunque no fuese de primera mano? Al P. Elorduy le parece «una alabanza algo ambigua, pues no es lo mismo — dice — una «herencia apostólica», que bien pudo ser la que dejó Santiago, como la vocación apostólica de un obispo reformador» (p. 37 de la separ.). La ambigüedad es quizá también gramatical en el verso «sortis apostolicae vir tuus iste fuit», que puede interpretarse como «ese varón tuyo ha tenido el destino o el papel de un Apóstol» o mejor «ese ha sido tu varón apostólico o con destino o papel de un Apóstol». Pero aun así lo más que puede significar es ignorancia respecto de apostolados anteriores en Galicia por parte de Fortunato o exaltación, retórica tal vez, mas disculpable, del de su contemporáneo San Martín. Exaltación que se extiende al dístico siguiente al afirmar que nuestro santo le ofrecía a Galicia la virtud de Pedro, la doctrina de Pablo y la ayuda de Santiago y de Juan; pero donde no se excluye a Santiago de Galicia, como dice Duchesne.

Continúa su crítica el P. G. Villada apoyándose en una supuesta ignorancia de Venancio Fortunato, que sin duda exagera. Ha dicho de él antes que «no tenía mayor razón para estar enterado de la historia eclesiástica de España» (p. 53) y probablemente ha dicho bien; pero ahora insiste: «Fortunato desconoce toda nuestra historia anterior a él, como desconoce también a San Ireneo, a San Hilario de Poitiers y tantos otros, que trabajaron incansablemente mucho antes que San Martín de Tours en la evangelización de las Galias» (p. 54). Y el colmo de esta ignorancia le parece que no recuerde a los mártires de Lyón y Viena del siglo II.

Pero no hay por qué exagerar esta posible ignorancia ni atribuir a ignorancia los silencios de un escritor. Sería sorprendente desde luego que nuestro poeta desconociera a San Hilario, el gran doctor que le había precedido en la sede de Poitiers dos siglos antes, y sorprende la afirmación del P. Villada cuando lo cierto es que aquél escribió una vida de su antecesor, un *Liber de Virtutibus S. Hilarii*, le dedicó uno de sus *Carmina* (II, 16) y menciona su culto en otro (III, 7, 51). Mas no hay que admirarse tanto de que no hable de otras figuras u otros temas cristianos más antiguos, aun de la Galia. Fortunato era un galo de adopción que en sus *Carmina* dedica poemas a una larga serie de personalidades y temas de

su tiempo y que escribió además varias vidas de santos de los siglos IV, V y VI que es el suyo; pero no se le puede pedir noticias de todo el pasado cristiano de la Galia o de otras partes ni puede atribuirse a ignorancia todo lo que calla.

Precisamente y a propósito del silencio de la gran mayría de los autores contemporáneos o inmediatamente posteriores a Sulpicio Severo sobre San Martín de Tours, ha opinado E.-Ch. Babut que este autor exageró las virtudes del santo en su famosa *Vida de S. Martín;* pero le replica P. de Labriolle que «estas deducciones son bastante aventuradas», pues «hay — dice — en la historia literaria de los primeros siglos cristianos muchos silencios desconcertantes. Tertuliano no cita en ninguna parte a Hipólito de Roma ni a Clemente de Alejandría, como tampoco éstos a Tertuliano. Ni San Ambrosio habla de San Jerónimo, ni San Atanacio nombra a San Hilario. Y se hallarían más ejemplos de tales rarezas» (*Hist. de la littér. lat. chrét.*, deux. éd., Paris, 1924, pp. 514-515).

Siendo esto así tampoco se le puede exigir a Venancio Fortunato que fuera más explicito en lo tocante a la Península. Sin embargo y pese a ser un poeta excesivamente retórico y lleno de tópicos, entre los dísticos del poema a San Martín que siguen a los citados y en los cuales le colma de alabanzas de sabor evangélico y virgiliano en una larga serie de metáforas e imágenes de su labor apostólica como buen labrador, buen viñador y buen pastor, los hay que cuadran muy especialmente a esta labor, como el formado por los versos 29-30:

In ramis heresis fidei pia germina fixit,
Quodque oleaster erat, pinguis oliva viret.

Pues efectivamente, nuestro santo injertó la fe católica en las ramas de la herejía arriana e hizo reverdecer el acebuche como pingüe olivo. Y esto sólo puede referirse a la conversión al catolicismo de cristianos de otra secta, porque no cuadraría bien a la de paganos en un apostolado inaugural como habría que admitir con Duchesne.

Ruesumiendo, pues, lo expuesto, creo que los versos comentados no tienen el sentido ni el alcance que Duchesne les quiso dar frente a la tradición jacobea, ni más objeto que exaltar al nuevo apóstol de Galicia, San Martín de Braga, a quien fueron dedicados. Y que Venancio Fortunato sólo puede figurar entre los autores que ignoran dicha tradición o que la silencian, cosa fácilmente explicable sin necesidad de achacarle con el P. García Villada una ignorancia general o excesiva.

Nota adicional. — A la cabeza del libro V de los *Carmina* va precediendo al de San Martín una carta en estilo afectado y retorcido con esta dedicatoria: «Ad Martinum Episcopum Galliciae. Domno, sancto atque Apostolico in Christi regis exercitu post ducem Paulum primipilo, Martino Episcopo Fortunatus» . El autor alude aquí, según comentaristas, a la creencia en el apostolado de San Pablo en España, ya que llama a San Martín capitán de la primera compañía detrás del jefe Pablo, en el ejército de Cristo, Rey, y no parece que haya otra explicación. Así pues, admitía un apostolado anterior al de nuestro santo y sin embargo le da el calificativo de «apostólico», que reitera en el texto de la carta aplicado a su corona.

Otra. — El nombre de Galicia aparece también en uno de los *Libelli Singulares* de Venancio Fortunato, poema dedicado al emperador bizantino Justino II (565-578) y a su esposa Sofía, donde elogia su adhesión a la cátedra de S. Pedro y a los dogmas del concilio de Calcedonia, y cuyos versos 29-30 dicen así:

Axe sub occiduo audivit Gallicia factum,
Vascone vicino Cantaber ista refert.

Pudiera verse aquí una alusión más a la ortodoxia gallega reconquistada por obra de San Martín.

Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévico-visigótica na região da Guarda

(Elementos inéditos)

Pelo DR. ADRIANO VASCO RODRIGUES

Uma antiga tradição filia as origens do topónimo Guarda no étimo WARD (Warda — Guarda) com que os visigodos designaram a fortaleza por eles erguida sobre o castro lusitano do Tintinolho, a curta distância desta cidade (1).

A comprovar a estadia dos visigodos no Tintinolho apareceram ali alguns trientes, um dos quais de Sisebuto (inédito), foi publicado na «Revista Altitude» (vol. I). Também os escritores eclesiásticos do século XVIII, baseados em antigos documentos existentes na Catedral e agora desaparecidos, dizem que o culto da Senhora do Mileu (Guarda), a qual se venera na capelinha românica do mesmo nome, tem origem visigótica (2).

Sobranceiro à igreja românica levanta-se o monte dos Castelos Velhos (antigo castro lusitano), no qual apareceu recentemente uma moeda de Égica de que daremos notícia.

Não oferece, pois, dúvidas a permanência dos visigodos nesta área.

No mesmo distrito e a norte, temos testemunho da sua estadia em Longroiva (Longobriga), que foi uma das oito matrizes do bispado visigótico de Lamego. Sancho I transferiu para a Guarda a sede do bispado

(1) Vd. Osório da Gama e Castro — Diocese e Distrito da Guarda — cap. I.
(2) Vid. Fr. Agostinho de Santa Maria — Santuário Mariano — Tomo III.

visigótico da Egitânia. Daí o chamarem ainda hoje aos naturais da Guarda, egitanienses.

Quanto aos Suevos não encontramos até este momento qualquer referência da sua passagem, à excepção dos testemunhos numismáticos que aqui registamos.

I

MOEDAS SUEVAS

(ouro)

SOLIDUS

Imitação de Constantino III

(407-411)

Constantino foi um usurpador da Bretanha e da Gália. Derrotado por Honório, foi feito prisioneiro. Governou de 407 a 411. O numisma a que nos estamos referindo, apareceu entre a Guarda e o Sabugal. Parece-nos uma cópia feita no reinado de Hermenerico (409-438), dada a coincidência das datas dos governos.

LEITURA

Anv/ D. M. CONSTANTIUS P. F. AUG.

(Busto de Constantino III com diadema, couraça e paludamentum. Está voltado para a direita).

Rev. VICTORIA AAAVGGGG

(O Imperador em pé, voltado para a direita, segurando na mão o lábaro e na esquerda uma estátua da Vitória, calca com o pé um cativo). No exergo COMOB. No campo L D. Ampliado cinco vezes o diâmetro na foto.

Observações

Segundo Ed. V. d. Niepoort, presidente da Sociedade Portuguesa de Numismática (o qual se baseia na cunhagem um pouco bárbara e numa teoria de Wm. Reinhart), há possibilidades de se tratar de uma imitação sueva.

O seu peso inferior a 4,45 gr. e o eixo vertical, confirmam esta opinião.

Cohen apresenta o original com o número 5 de Catálogo (3).

TRIENTE SUEVO-LUSITANO

Imitação de Valentiniano III

424-455

Valentiniano III, imperador do Ocidente, governou de 425-435. Era filho de Constâncio III e viveu na corte de Teodósio II, de onde partiu para Roma com uma armada. Este triente foi encontrado no monte do Castelo Velho — Rochoso (Guarda).

Trata-se de um exemplar do tipo II b, citado por Reinhart (4). É uma variante do tipo 3 tab. I, pág. 117-121 de Filipe Mateu y Llopis (5).

COMOB

Devemos distinguir COMOB de CONOB. Nos reversos destas duas imitações suevas aparece COMOB.

CONOB poderia ser interpretado como a marca da oficina numismática de CON(STANTINOPLA) e a indicação OBRYZIACUM (ouro puro), muito vulgar no tempo de Constantino I.

COMOB foi interpretado como significando CIVITATES OMNES NOBIS OBEDIANT.

Biondelli propõe esta leitura aceite por Filipe Mateu y Llopis (*op. cit.*, pág. 197); CIVITATES OMNES NOSTRAE OBEDIANT BENERATIONI.

---

(3) Vid. Cohen — Descriptive Historique des Monnaies frappés sous l'empire romain — 2.ª ed.

(4) In Die Muenzen Des Swebenreiches.

(5) In Las Monedas Visigodas del Museu Arqueológico Nacional.

II

MOEDAS VISIGÓTICAS

(ouro)

SUINTHILA

621-631

PROVÍNCIA TARRACONENSE

Triente

Suinthila ou Suintila teve corte em Toledo e governou de 621 a 631.

LEITURA

Anv. + SVINTHILA REX (busto do rei visto de frente com manto e paludamentum cruzado e fíbula sobre o ombro esquerdo).

Rev. + CE : AR : C. O. TAIV' (busto do príncipe sucessor, igualmente vestido). Peso 1,27 gr.

Observações

O tipo tarraconense é inconfundível. Nesta moeda, cunhada em César Augusta, aparece-nos no anverso o nome de SVINTILA seguido do título honorífico REX. O príncipe sucessor é representado no reverso. Talvez se trate de Judila, que teve corte em Emerita (Mérida). Mateu y Llopis cita este tipo no número 96 da pág. 278, *op. cit.* Podemos considerá-lo uma variante do n.º 213 de George C. Miles (6).

A oficina monetária está expressa no reverso CESARAGUSTA. Esta moeda foi encontrada no Tintinolho (Guarda).

---

(6) In «The Coinage of the Visigoths of Spain».



Imitação Sueva de Constantino III — *Solidus* — Anverso



Imitação Sueva de Constantino III — Reverso



Moeda Suevo-lusitana. Imitação de Valentiniano III — Anverso



Moeda Suevo-lusitana — Reverso



A moeda está partida a meio. Encontra-se protegida por uma chapa celulósica



Suinthila — Anverso-triente



Égica — Anverso



Égica — Reverso

(Fotografias do Dr. Eugénio Miranda)

EGICA

687-700

PROVÍNCIA BÉTICA

Triente

Égica, teve, como o precedente, corte em Toledo. Governou de 687 a 700.

LEITURA

Anv. + IN. INH. EGICA. RX (busto de Égica voltado para a direita, sustentando na mão uma cruz).

Rev. (estrela) ISPALI PIVS. No campo uma cruz sobre degraus. Em baixo três pontos. Ampliada 6 vezes o diâmetro, na foto.

Observações

Este exemplar foi encontrado nos Castelos Velhos (Mileu), junto à cidade da Guarda. Trata-se de uma variante de uma terceira cunhagem feita em Sevilha, diferindo da apontada por Filipe Mateu y Llopis no n.º 234 op. cit. na legenda do anverso. George G. Miles refere no seu livro apenas um único exemplar.

CONCLUSÃO

As quatro moedas em ouro que vimos referindo, pertencem ao Senhor Dr. Pereira da Silva, desta cidade. Embora não constituam novidade quanto aos tipos, são contudo inéditas como documento arqueológico comprovativo da estadia dos suevos e dos visigodos nesta região.

Dentro da relatividade que oferecem os testemunhos numismáticos, aqui fica o nosso contributo para o estudo daqueles povos a quem os Romanos desdenhosamente apelidaram de Bárbaros e que tão profunda acção tiveram na formação da nossa mentalidade.

Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais

Por AFONSO DO PAÇO

Na região de Cascais, à parte algumas lacunas, notamos desde os tempos pré-históricos uma sequência de populações, a que não faltam os elementos germânicos dos começos da Idade Média.

Se passarmos em revista o panorama arqueológico da Costa do Sol, encontramos no seu litoral, principalmente na zona do GUINCHO, bastantes materiais líticos, alguns dos quais de tipo *languedocense*, que teriam sido empregados pelos homens do paleolítico na recolha de moluscos destinados à sua alimentação (1).

Só a Geologia e a Arqueologia, dando-se as mãos, nos poderão fornecer alguma luz sobre a cronologia destes achados, coisa difícil de estabelecer quando se trata, como no caso presente, de simples estações de superfície, das quais sòmente possuímos o arrimo tipológico.

Não sabemos se estas populações teriam abandonado os seus lugares de habitação durante os frios do paleolítico superior, ou continuado a vida ao abrigo das grutas da região. É este um problema que só o estudo metódico de algumas cavernas nos poderá desvendar.

O que a Arqueologia nos assinalou já, foi a existência, por volta de 2.000 a. C., de uma fase importante dos finais de Neolítico na zona da Costa do Sol, constituída por um núcleo de gentes que conhecendo a agricultura, se alimentavam da carne de animais domésticos e da caça, bem como de variados moluscos fornecidos pelo mar vizinho, para cuja recolha

---

(1) Abbé H. Breuil et Georges Zbyszewski: «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XXVI, Lisboa, 1945.

não seriam estranhos alguns monofaces tipo *languedocense* que por ali se encontram (2).

Estas gentes do final do Neolítico, anteriores portanto à vinda dos povos de cultura campaniforme, a cuja provável existência já nos tínhamos referido ao estudar o espólio das grutas de Cascais (3), foram o ano passado confirmadas no decorrer das escavações que se realizaram no povoado pré-histórico da PAREDE (4).

Vieram a seguir os metalúrgicos do campaniforme, que trouxeram à Costa do Sol um período de notável esplendor, assinalado também em toda a península de Lisboa e mesmo na de Setúbal, mas nada sabemos de positivo da evolução destas gentes durante as épocas seguintes do Bronze e do Ferro, até à dominação romana.

Falta-nos o documento, isto é, a estação com estratigrafia, que nos revele a sequência populacional desde o Eneolítico até à chegada das tropas de Roma, pois não nos parece plausível uma solução de continuidade entre ambos. Algumas das mudanças de cenários que às vezes se admitem, com pessoas estranhas que entram e saem no palco da vida, de acordo com as nossas conveniências, para explicar certos fenómenos populacionais desconhecidos, são de facto muito cómodos para resolver dificuldades, mas nem sempre nos parecem de aceitar.

A procura do elo de ligação entre o Eneolítico e o Romano é, a nosso ver, o problema capital da Arqueologia de uma boa parte do nosso país.

O mundo romano está, por sua vez, vincado na Costa do Sol por variados elementos, muitos dos quais infelizmente perdidos no todo ou em parte, mas que nos dizem ainda ter sido ele de relativa importância.

Destruído o Império, as populações que habitavam a região concelhia continuaram sob o domínio dos germânicos, e retirados estes, viveram sob o signo de Mafoma e pela Idade Média até nossos dias.

★

(2) Em tempos recolhemos na praia do Guincho, junto de cerâmicas de características neolíticas, um monoface tipo *languedocense* e o ano passado um outro na Parede.

(3) Afonso do Paço: «As Grutas do Poço Velho ou de Cascais». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XXII, Lisboa, 1942.

(4) Escavações promovidas pela Câmara Municipal de Cascais e realizadas pelo Dr. E. Cunha Serrão e E. Prescott Vicente, conjuntamente com o signatário.

Assinalada, pois, no concelho de Cascais, uma população nos tempos germânicos, vejamos qual a documentação arqueológica, bem escassa é certo, que a ela se refere, e buscando depois, o arrimo da Antropologia, procuremos, na medida do possível, que esta ciência nos diga as conclusões a que chegou quanto às características dos indivíduos sepultados nos cemitérios daquela época.

★

A primeira referência a objectos arqueológicos do concelho de Cascais influenciados pela cultura germânica, encontramo-la em Paula e Oliveira, que em seu trabalho póstumo: *Antiquités prehistoriques et romaines des environs de Cascais*, nos revela já a quase totalidade dos materiais de que hoje temos notícia (5).

É certo que o seu autor atribuira a muitos deles, se não a todos, a classificação de romanos, mas este facto, conforme nos diz Leite de Vasconcelos, em nada diminui o valor da obra daquele ilustre cientista (6).

Explorou Paula de Oliveira três cemitérios atribuídos aos tempos germânicos, situados respectivamente em *Alcoutão, Abuxarda e Murches* (7).

O de *Alcoutão* ficava a uns 400 m. do actual povoado, na vertente sudoeste de uma pequena eminência conhecida pelo nome de Monte da Peça. Das suas 34 sepulturas apenas 10 tinham cobertura, isto é, permaneciam intactas (Fig. 1). Dispostas em filas no sentido N-S, cada uma de per si estava orientada na direcção E-W. Eram constituídas, no geral, por quatro a seis lages laterais colocadas verticalmente e não afeiçoadas, além de uma em cada extremidade. Na cobertura notavam-se quase sempre três pedras horizontais, toscas como as antecedentes e com os intervalos tapados por argamassa (Fig. 2). As suas dimensões variavam

(5) *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1888.

(6) J. Leite de Vasconcelos escreveu acerca dela: «Não admira que Paula e Oliveira se equivocasse, porque então, como ainda hoje, a arqueologia visigótica, era pouco conhecida em Portugal; além disso a sua afirmação tem outra atenuante, porque o seu trabalho foi publicado póstumo e ninguém sabe se, quando Paula e Oliveira chegasse a revê-lo para o prelo mudaria de opinião». *O Arch Português*, vol. XI, Lisboa, 1906.

(7) ...«Antiquités prehistoriques et romaines...». — Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo: «Esboço arqueológico do concelho de Cascais». *Boletim do Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães*, n.º 1, Cascais, 1943.

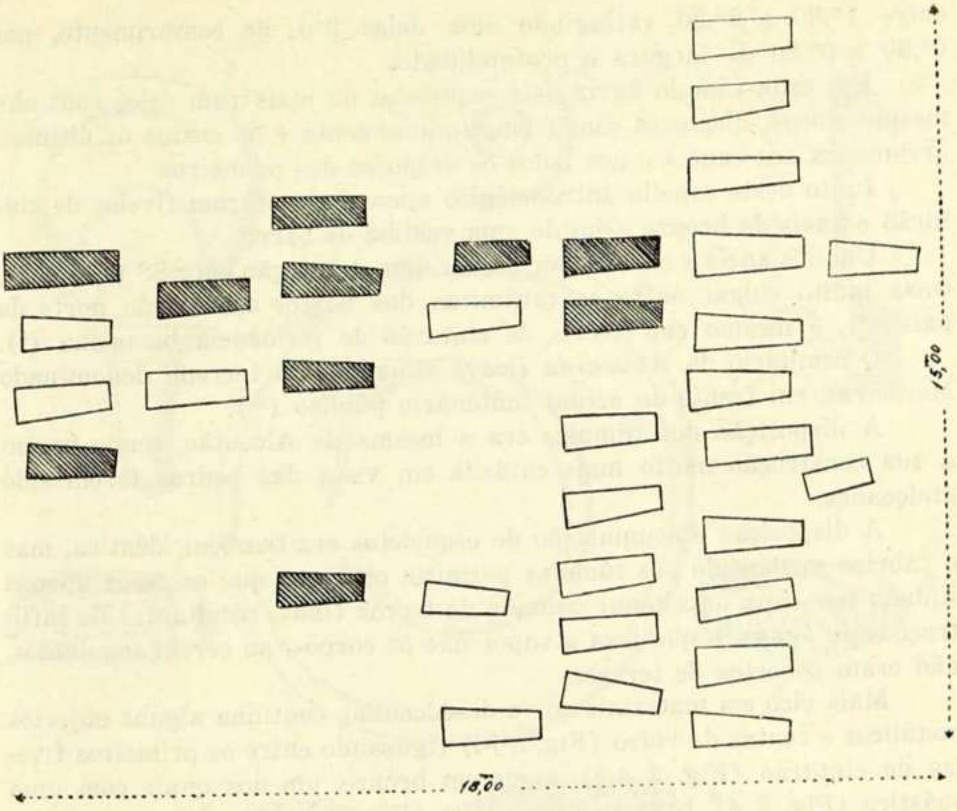


Fig. 1 — Planta do cemitério de Alcoutão (segundo Paula e Oliveira)

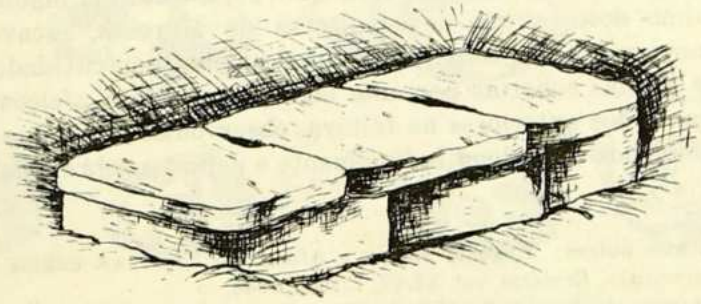


Fig. 2 — Uma sepultura intacta de Alcoutão

entre 1m,80 e 2m,20 (atingindo uma delas 3m), de comprimento, por 0m,60 a 0m,80 de largura e profundidade.

Em cada túmulo havia dois esqueletos ou mais (um deles continha mesmo cinco), dispostos ainda longitudinalmente e de costas os últimos, arrumados aos cantos e aos lados os despojos dos primeiros.

Junto deste espólio antropológico apenas se notaram fivelas de cinturão e aneis de bronze além de uma vasilha de barro.

Um dos aneis é curioso por conter uma decoração em SSS (Fig. 3 f), coisa muito vulgar entre as cerâmicas dos nossos castros do norte do país (8), e mesmo em fivelas de cinturão de influência bizantina (9).

O cemitério da *Abuxarda* ficava situado num terreno denominado Meroeiras, em frente do actual fontenário público (10).

A disposição dos túmulos era a mesma de Alcoutão, sendo porém a sua construção muito mais cuidada em vista das pedras terem sido afeiçoadas.

A disposição e acumulação de esqueletos era também idêntica, mas o fabrico melhorado dos túmulos permitiu observar que os ossos apenas tinham por cima uma ténue camada de terras finas, resultantes de infiltrações de águas, o que leva a supor que os corpos, ao serem sepultados, não eram cobertos de terras.

Mais rico em materiais que o de Alcoutão, continha alguns objectos metálicos e contas de vidro (Fig. 3 j-l) figurando entre os primeiros fivelas de cinturão (Fig. 3 a-c), aneis em bronze, um dos quais com uma suástica (Fig. 3 g), brincos e braceletes (Fig. 3 d-e).

Paula de Oliveira explorou ainda em *Murches*, no sítio do Rossio Pelado, cinco sepulturas do tipo das anteriores, sem outro espólio que uma bilha de barro grosseiro (Fig. 4 b). Teve porém notícia de que certa pedra de uma outra, que ao lado fora destruída, continha algumas letras.

Próximo deste grupo de sepulturas de Murches, escavou aquele cientista novo cemitério constituído simplesmente por cavidades abertas na terra e apenas cobertas por uma lage que não fora afeiçoada. Diferente portanto dos anteriores na feitura, observou-se ainda que os corpos tinham sido depositados longitudinalmente e deitados sobre o lado direito.

---

(8) Entre outros: Eugénio Jalhay e Afonso do Paço: «A citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)», *Brotéria*, vol. XLVI, Lisboa, 1948.

(9) Afonso do Paço e Octávio da Veiga Ferreira: «Antiguidade de Fontalva (Elvas)». *Revista de Guimarães*, vol. LXI, Guimarães, 1951.

(10) ...«Antiquités prehistoriques et romaines...».

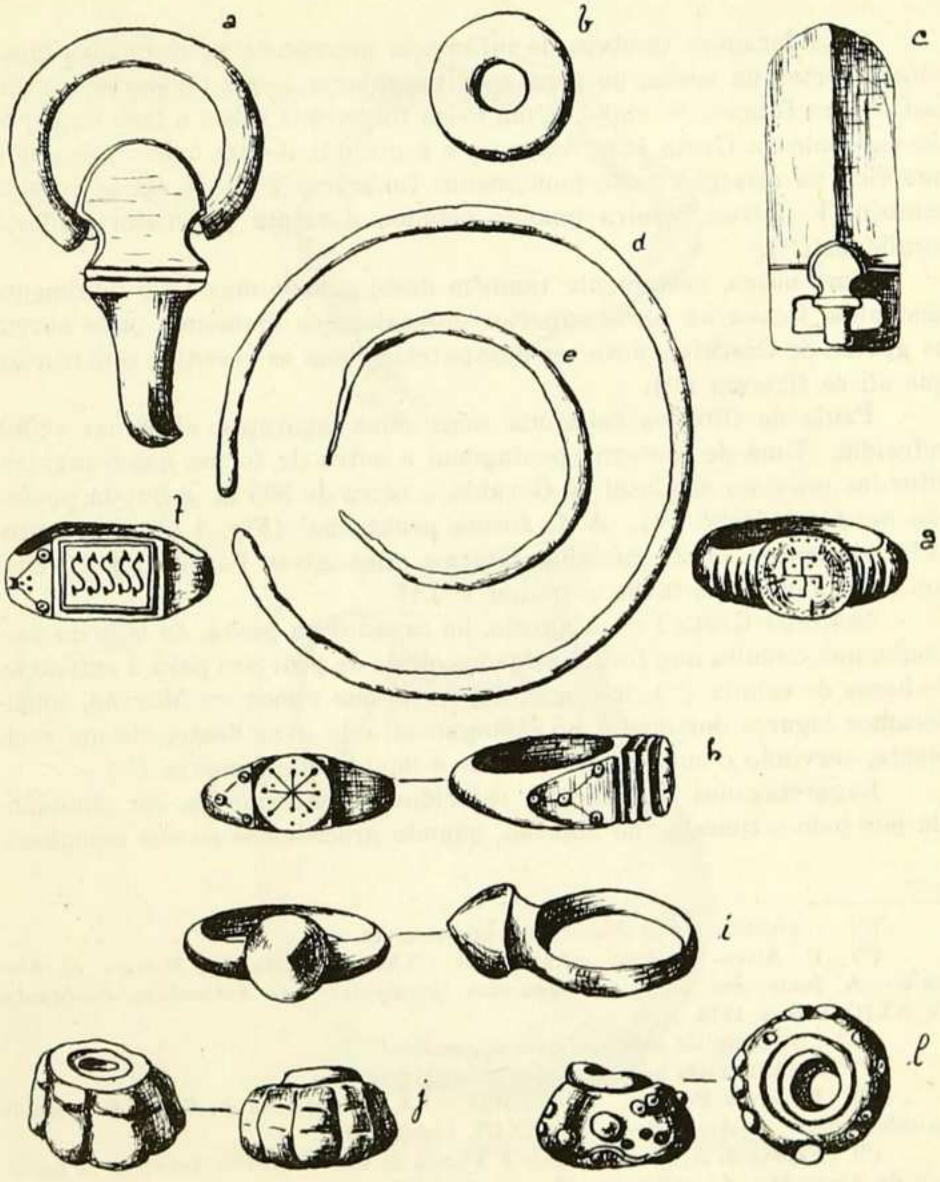


Fig. 3 — Alguns obejectos dos cemitérios de Alcoutão e Abuxarda

★

Consideram-se também de influência germânica as chamadas *lagaretas* abertas na rocha, no geral quadrangulares, e que teriam sido utilizadas para fabrico de vinho. Uma delas foi cavada sobre o lado esquerdo do vestíbulo da Gruta I de Alapraia e é provida de um orifício de saída que fica na direcção deste monumento funerário (11). A ela se referiu também F. Alves Pereira quando estudou a cripta pré-histórica desta localidade (12).

Uma outra, certamente também deste género mas hoje totalmente destruída, ficava na parte superior dos calcáreos cretacicos onde abrem as grutas de Cascais e deve ter desaparecido com as recentes construções que ali se fizeram (13).

Paula de Oliveira relaciona mais duas lagaretas, além das acima referidas. Uma de contorno pentagonal e outra de forma quadrangular, situadas próximo do Casal do Geraldo, a cerca de 800 m. a Sul da povoação de Alcabideche (14). A de forma pentagonal (Fig. 4 a) estava provida, ao tempo, de 21 covinhas laterais, mas Alves Pereira só lhe contou 19 quando mais tarde a visitou (15).

Junto da Gruta I de Alapraia, há cavados na rocha, ao lado do vestíbulo, uns círculos que foram julgados obras de pedreiro para a extracção de bases de coluna (16), mas que, depois do que vimos em Marvão, consideramos lugares destinados ao esmagamento de uvas dentro de um recipiente, servindo o sulco para recolher o líquido que escorria (17).

Lagaretas dos tipos acima referidos encontramo-las em abundância por todo o concelho de Marvão, quando procedemos ao seu reconheci-

---

(11) ...«Antiquités prehistoriques et romaines...».

(12) F. Alves Pereira: «Antiquitus — XXI — A cova dos Mouros de Alapraia — A fonte dos mouros — Lagaretas insculpidas». *O Archeologo Português*, vol. XXIII, Lisboa, 1918.

(13) ...«Antiquités préhistoriques et romaines...».

(14) ...«Antiquités préhistoriques et romaines...».

(15) F. Alves Pereira: «Antiquitus — XX — Lagaretas do Casal do Geraldo (Alcabideche)». *O Arch. Port.*, vol. XXIII, Lisboa, 1918.

(16) Fausto J. A. de Figueiredo e Afonso do Paço: «Novos aspectos da necrópole de Alapraia». *Las Ciencias*, Madrid, Ano XI, n.° 1.

(17) Afonso do Paço: «Necrópole de Alapraia». Academia Portuguesa da História. *Anais*, vol. 5, 2.ª série, Lisboa, 1955.

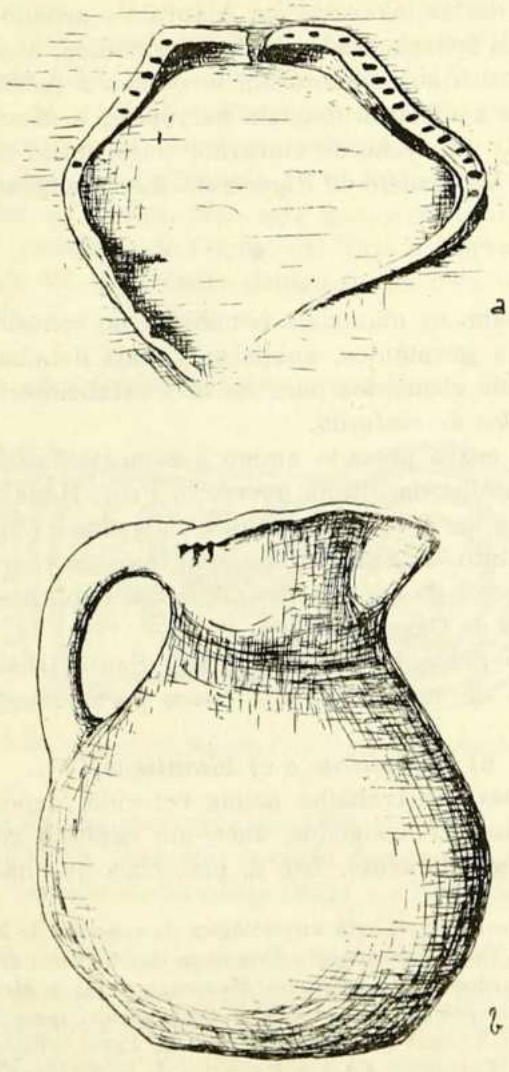


Fig. 4 — Lagareta do Casal do Geraldo e bilha do cemitério de Murches

mento arqueológico ([18]) e da sua frequência noutras localidades nos falou Mário Cardoso num trabalho publicado há alguns anos ([19]).

O encontro destas lagaretas em Alapraia e achado de algumas vasilhas de barro, que poderiam ser de tipo germânico, dentro da Gruta III, quando procedemos à sua exploração, levou-nos a pensar que seria obra destas populações a violação daquela necrópole, e mesmo da de Cascais onde se encontrou um fecho de cinturão, classificado de bizantino, num estudo que com o Dr. Fausto de Figueiredo lhe consagramos (Fig. 5) ([20]).

★

Expostos assim os materiais recolhidos no concelho, a que se pode atribuir influência germânica, analisemos mais detalhadamente aqueles que nos podem dar elementos para se lhes estabelecer uma cronologia: as chamadas *fivelas de cinturão*.

O que fora nosso prezado amigo e a morte ceifara inglòriamente nos campos de batalha da última guerra, o Prof. Hans Zeiss, diz-nos em «Los elementos de las artes industriales visigodas» ([21]) que estes povos não tinham o hábito de enterrar os seus mortos com armas, mas tão sòmente com objectos de adorno, facto que nos explica a ausência daquelas nos cemitérios de Cascais.

Ainda Hans Zeiss, bem como o Prof. Santa Ollala, estabeleceram uma classificação de indústrias dos povos germânicos que este último dividiu em:

a) *góticas*, b) *visigóticas* e c) *bizantinas* ([22]).

O Prof. Zeiss, no trabalho acima referido, depois de estudar os elementos pròpriamente visigodos, abre um capítulo com o que chama «otros elementos germanicos», isto é, materiais que não estão perfeita-

---

([18]) Afonso do Paço: «Carta arqueológica do concelho de Marvão» . *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (1950)*. Lisboa, 1953.

([19]) Mário Cardoso: «Lagares dos Mouros». *Actas y Memórias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria»*, tomo XXI, Madrid, 1946.

([20]) Fausto J. A. de Figueiredo e Afonso do Paço: «Placa de cinturão, visigótica, das grutas de Cascais», *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria*, tomo XIII, Madrid, 1947.

([21]) Hans Zeiss: «Los elementos de las artes industriales visigodas». *Anuario de Prehistoria Madrileña*, vol. IV-V-VI, Madrid, 1936.

([22]) Julio Martinez Sant-Ollala: «Esquema de la arqueologia visigoda». *Investigacion y Progreso*, Año VIII, Madrid, 1934.

mente definidos, no qual refere exactamente as fivelas recolhidas no cemitério de Abuxarda ([23]):

1.ª — *Fivela oval, sem placa, com base da agulha em forma de escudo* (Fig. 3 a), lançando a ideia de que se trata de uma peça de tradição romana, cujo centro de fabrico fixa na península, mas nos é desconhecido.

2.ª — *Fivela com placa alargada* (Fig. 3 c), lisa e às vezes com um lombo ao centro, tipo este que, acrescenta, aparece muito nos cemitérios de Carpio del Tajo e Herrera, atribuídos ao século VI, e portanto dentro do *período* visigodo de Santa Olalla.

Por sua vez uma fivela encontrada por Carlos Ribeiro nas grutas

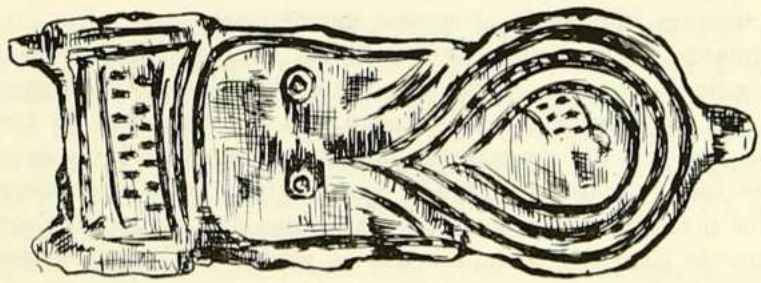


Fig. 5 — Fivela de cinturão, bizantina recolhida nas grutas de Cascais

de Cascais quando da sua escavação em 1876 ([24]) (Fig. 5), pertence, com a de Fontalva ([25]), ao chamado *período bizantino*, que Santa Olalla enquadra entre o reinado de Suintilla (621) e a destruição dos visigodos por Tarik (711).

Recapitulando, teríamos assim dentro do concelho de Cascais, elementos que nos acusam uma simples influência germânica que pode abranger alguns séculos de domínio daqueles povos na península, pois se o *período bizantino* pode ser limitado entre os anos de 621 e 711, por sua vez o período anterior ou *visigótico*, o estaria entre 484 e 621.

([23]) «...Los elementos de las artes...», pág. 149, e Lam. IX, 6.

([24]) Fausto J. A. de Figueiredo e Afonso do Paço: «Placa de cinturão, visigótica...».

([25]) Afonso do Paço e Octávio da Veiga Ferreira: «Antiguidades de Fontalva».

★

Na presente ocasião, os dados que a Antropologia nos pode fornecer relativos a populações germânicas do concelho de Cascais, são apenas os de Paula e Oliveira, resultantes de um estudo a que este cientista procedeu no século passado.

A revisão destes materiais antropológicos recolhidos nos cemitérios de Alcoutão, Abuxarda e Murches, que hoje se encontram no Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, deve ser feita muito em breve pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, da direcção do Prof. Doutor Xavier da Cunha e comparados os seus resultados com os do cemitério da Silveirona ([26]), onde também é nítida a influência germânica em alguns dos seus materiais arqueológicos, mas que a antropologia nos diz pertencerem os restos humanos a indivíduos com todas as características das nossas populações actuais da região, isto é, de gentes que não acusam indício de elementos germânicos.

Enquanto se aguardam os resultados do Prof. Xavier da Cunha, podemos adiantar que os índices que Paula de Oliveira nos legou não se afastam dos da Silveirona, e portanto nos encontramos em frente de populações nìtidamente de carácter indígena e sem influência germânica.

Este facto curioso, conjugado com o estudo feito pelo mesmo Professor, dos materiais antropológicos recolhidos nas grutas do Poço Velho e S. Pedro do Estoril ([27]) diz-nos que as gentes de Cascais conservam o mesmo tipo desde os tempos eneolíticos até aos nossos dias, isto é, o tipo populacional não sofreu alteração nesta região.

Resumindo, teremos na Costa do Sol uma população, que mantém os mesmos caracteres antropológicos desde os tempos do Eneolítico, e dos diferentes ocupantes do território, apenas sofreu, pelo menos no decorrer destes últimos quarenta séculos, uma influência, maior ou menor, no que respeita a artefactos em uso.

([26]) A. Xavier da Cunha e Maria Augusta M. Neto: «Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz)». *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, vol. VI, Coimbra, 1955.

([27]) A. Xavier da Cunha: «Contribuição para a Antropologia dos povos de cultura campaniforme em Portugal». *Contribuição para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, vol. VI, Coimbra, 1956.

«Algumas populações da época suévico-bizantina do sul de Portugal e da Espanha»

Pelo PROF. DR. ALBERTO XAVIER DA CUNHA

Não são abundantes os materiais esqueléticos que nos permitem definir as características raciais das populações deste período em Portugal. Elementos antropológicos de estações consideradas como suévicas, pouco ou nada temos. De visigóticos ou, pelo menos, geralmente consideradas como tal por razões de ordem arqueológica, conhecem-se já estações em número mais elevado, mas nem sempre os materiais antropológicos foram convenientemente estudados.

Nesta comunicação procuramos reunir os elementos obtidos do estudo das necrópoles consideradas visigóticas do sul de Portugal e da Espanha: Abujarda e Alcoutão (arredores de Cascais), Silveirona (Estremoz), Beja, Carpio del Tajo (Toledo), Deza (Soria), Abelda de Iregua (Logroño), Hinojar del Rey (Burgos) e Herrera del Pisuerga (Palencia). Os dados mais numerosos referem-se à população de Silveirona: além de abundante, este material foi convenientemente recolhido e cuidadosamente estudado por nós e outros investigadores do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Das restantes estações ou os elementos são pouco numerosos ou o seu estudo não foi completo e seria, pois, do maior interesse fazê-lo de novo. Assim, por exemplo, dos restos esqueléticos de Abujarda e Alcoutão, mais numerosos ainda do que os de Silveirona, temos apenas um trabalho póstumo de Paula e Oliveira (descritos como da época romana e reconhecidos, mais tarde, como visigóticos por Leite de Vasconcelos) em que se estudam apenas os ossos longos e se calcula a estatura. Os crânios nunca chegaram a ser estudados. Tencionamos fazer esse estudo em breve.

Vejamos as principais características antropológicas destas populações:

Estatura — A estatura média, provável, determinada por Serra, Albuquerque e M. Neto (1952) em 18 esqueletos masculinos e 7 femininos, de Silveirona, foi de 165,2 ± 0,96 para o sexo masculino e 152,7 ± ± 0,57 para o sexo feminino. Os resultados obtidos para os cemitérios de Alcoutão e Abujarda foram de 168, ± 1,23 no sexo maculino e de 156,9 ± 1,32. A reconstituição desta estatura das populações dos cemitérios dos arredores de Cascais não é muito segura pois foi baseada, em regra, só nas medidas do fémur, segundo os dados de Paula e Oliveira que não indica a técnica de mensuração.

Para as populações dos cemitérios espanhóis a falta de dados que permitam a reconstituição da estatura é notória. Apenas de Herrera del Pisuerga há alguns dados, mas imprecisos pela falta de indicação do sexo. Serra, Albuquerque e M. Neto admitem que a população visigótica desta necrópole teria uma estatura mais elevada 1,5 — 2,5 cms. do que a de Silveirona. Na Tabela I registam-se os valores médios obtidos nos cemitérios portugueses, respectivos desvios-padrões e os limites de variação, comparados com os valores referentes aos Portugueses actuais.

TABELA I

		Número de casos	Média	Desvio-padrão	Variação
Silveirona	♂	18	cm. 165,2 ± 0,96	cm. 4,08 ± 0,68	cm. 159,20 — cm. 173,99
	♀	7	152,7 ± 0,57	1,50 ± 0,40	150,09 — 154,73
Alcoutão e Abujarda (Total)	♂	32	168,5 ± 1,23	6,96 ± 0,87	157,4 — 180,2
	♀	22	156,9 ± 1,32	6,18 ± 0,93	149,7 — 165,8
Portugueses actuais	♂	195	164,4 ± 0,30	4,18 ± 0,21	155 8 — 174,7
	♀	179	152,2 ± 0,30	3,97 ± 0,21	140,9 — 161,4

Admitindo que os visigodos, povos germânicos, tinham estatura de média masculina 167-170 cm., a estatura calculada não permite conside-

rar a população de Silveirona como visigótica típica. Aproxima-se antes da estatura média dos Portugueses actuais; as diferenças não são estatìsticamente significativas.

Quanto às populações de Cascais, parecem ser de estatura mais elevada, cerca de 3-4 cm., que a de Silveirona. Mas a diferença pode muito bem ser atribuída à técnica das medidas e só um estudo do material nos resolverá definitivamente a questão.

Um estudo preliminar de Barros e Cunha sobre apenas sete esque-

TABELA II

Significância das diferenças entre as médias de índices do crânio da população portuguesa actual e dos visigodos de Silveirona

Índices	Sexo	Diferenças das médias	t	P $n = \infty$
cefálico	♂	1,51 ± 0,91	1,560	10 — 20 %
	♀	2,72 ± 1,02	2,507	1 — 2 %
vertical	♂	1,15 ± 0,84	1,082	20 — 30 %
	♀	0,45 ± 2,82	0,340	70 — 80 %
vértico-transverso	♂	1,18 ± 2,03	0,832	40 — 50 %
	♀	4,60 ± 3,10	2,466	1 — 2 %
frontal	♂	0,45 ± 0,92	0,493	60 — 70 %
	♀	1,44 ± 0,77	1,004	30 — 40 %
fronto-parietal	♂	0,52 ± 1,05	0,452	60 — 70 %
	♀	1,00 ± 1,18	0,863	30 — 40 %
sagital frontal	♂	1,28 ± 0,51	1,939	5 — 10 %
	♀	1,25 ± 0,92	1,506	10 — 20 %
do Foramen magnum	♂	7,76 ± 1,76	3,735	> 0,1 %
	♀	1,86 ± 3,60	0,679	40 — 50 %

letos de Silveirona deu como média para a estatura masculina de Silveirona, 168,1 cm.; a série completa não confirmou esses resultados que se referem sòmente a sete esqueletos e sem dúvida dos de maior estatura.

Características craninanas. — Possuímos maior número de dados (das estações espanholas) para o estudo das características cranianas. Mas tomaremos também como base o nosso trabalho (X. da Cunha e M. Neto, 1953) sob os crânios de Silveirona (22 crânios masculinos e 8 femininos). Os crânios dos arredores de Cascais nunca chegaram a ser estudados. Temos ainda os 2 crânios do Largo de Santa Maria, Beja (Athayde, 1948), dos quais apenas um pode ser medido.

O estudo detalhado e minucioso dos crânios de Silveirona levou-nos a concluir as seguintes características: crânios dominantemente elipsóides ou ovóides com arcadas supraciliares bem pronunciadas na maioria dos casos. Índice cefálico ($\delta = 72{,}74 \pm 0{,}89$; $\varphi = 72{,}51 \pm 1{,}0$), com médias indicando *dolicocefalia;* braquicéfalo era apenas um crânio feminino e mesocéfalos, um masculino e dois femininos. Todos os restantes eram dolicocéfalos ou hiperdolicocéfalos. Os índices verticais indicam *ortocefalia* e *acrocefalia.* A fronte, larga, é geralmente bem desenvolvida com *eurimetopia* em ambas as séries, masculina e feminina. A face é geralmente alta, mais baixa no sexo feminino: *leptoprosopia* no sexo masculino e *mesoprosopia* no feminino. O índice nasal revela *leptorrinia,* nariz estreito, no sexo masculino e *camerrinia,* no limite da mesorrinia, no sexo feminino. As órbitas são médias a altas; em ambos os sexos há *mesoconquia.* Dentes com notável desgaste, mesmo em indivíduos novos; e de 248 dentes *in situ* observaram-se sòmente 20 com cárie o que nos dá uma percentagem de apenas 6,97 %.

A comparação dos valores médios dos principais índices e de algumas medidas da população de Silveirona com as dos Portugueses actuais leva-nos a verificar uma grande concordância entre a maioria das médias e dos limites de variação.

A apreciação da significância das diferenças das médias dos índices do crânio, pelo estatístico *t,* deu como resultado que apenas era significativa a diferença das médias do índice do *Foramen magnum.* Em todos os outros índices as médias não apresentavam diferenças estatìsticamente significativas.

Nos índices da face e da mandíbula, também só em dois ou três há

diferenças significativas (Tabela III). Concluímos, pois, que também nas características cranianas os visigodos da população de Silveirona não se afastam sensìvelmente das características da população portuguesa actual. Em todo o caso a dolicocefalia era um pouco mais acentuada do que nos Portugueses actuais.

TABELA III

Significância das diferenças entre as médias de índices e ângulos da face da população portuguesa actual e dos visigodos de Silveirona

Índices	Sexo	Diferenças das médias	t	P n = ∞
facial superior	♂	3,73 ± 1,63	2,603	0,1 — 1 %
	♀	5,03 ± 1,97	2,537	1 — 2 %
orbitário	♂	esq. 3,54 ± 2,42	2,038	2 — 5 %
		dir. 1,00 ± 1,39	0,607	50 — 60 %
	♀	esq. 1,74 ± 0,67	0,661	50 — 60 %
		dir. 1,13 ± 1,11	0,487	60 — 70 %
nasal	♂	0,50 ± 1,13	0,323	70 — 80 %
	♀	3,87 ± 2,99	1,702	5 — 10 %
palatino	♂	4,73 ± 2,13	1,619	= 10 %
	♀	2,23 ± 2,49	0,626	50 — 60 %
alveolar	♂	0,79 ± 0,76	0,550	50 — 60 %
	♀	3,50 ± 2,55	1,352	10 — 20 %
ângulo de perfil total	♂	1,53 ± 0,93	1,366	10 — 20 %
	♀	—	—	—
ângulo de perfil nasal	♂	1,79 ± 1,68	1,465	10 — 20 %
	♀	0,27 ± 4,27	0,141	80 — 90 %
ângulo de perfil alveolar	♂	4,93 ± 2,15	1,717	5 — 10 %
	♀	—	—	—

Comparemos agora os resultados obtidos na população de Silveirona com os de outras populações «visigóticas» da Península Ibérica. De Portugal podemos comparar apenas os crânios de Beja, cujas características estão absolutamente de acordo com os do nosso material. Resta-nos a comparação com os resultados das populações das necrópoles espanholas.

Com as medidas de Aragon, sobre as cinco necrópoles espanholas, já mencionadas, calculámos os índices e as médias para cada um dos cemitérios. Verificou-se que entre essas médias não havia diferenças estatìsticamente significativas e assim formámos com as cinco séries, uma única representativa dos cemitérios espanhóis que comparamos com Silveirona. Na Tabela IV verifica-se a concordância extrema entre as

TABELA IV

Significância das diferenças entre as médias dos índices dos crânios dos visigodos de Silveirona e dos cemitérios espanhóis

Índices	Diferenças das médias	t	n	P
cefálico	1,69 ± 1,12	1,518	39	10 — 20 %
vertical	0,61 ± 1,20	0,494	21	60 — 70 %
vértico transverso	2,44 ± 2,50	0,998	21	30 — 40 %
frontal	1,46 ± 0,91	1,881	33	5 — 10 %
fronto-parietal	2,53 ± 1,09	2,557	33	1 — 2 %
facial superior	3,44 ± 1,98	1,685	11	10 — 20 %
orbitário	1,13 ± 2,76	0,440	22	60 — 70 %
nasal	1,32 ± 1,36	0,989	16	30 — 40 %
gnático	1,92 ± 1,71	1,305	7	20 — 30 %
zigo-parietal	2,20 ± 1,84	1,209	15	20 — 30 %
da haste	3,63 ± 1,47	1,407	12	10 — 20 %
mandibular (ângulo)	5,8 ± 3,85	1,664	13	10 — 20 %

médias dos índices e medidas confrontadas. Apenas é significativa a diferença entre as médias do índice fronto-parietal.

Já Barras de Aragon afirmara que as populações dos cemitérios

visigóticos espanhóis, com pequenas diferenças entre elas, pertenciam a uma mesma raça. Os nossos resultados permitem fazer afirmação idêntica e que também as populações visigóticas do Sul de Portugal se podem considerar pelas suas características cranianas, pertencentes a essa mesma raça.

O estudo dos ossos longos (X. da Cunha e M. Neto, 1955) conduziu a resultados idênticos, apesar de nem sempre ser possível a comparação por falta de elementos, quer dos Portugueses actuais, quer das outras necrópoles visigóticas da Península. Os esqueletos de Herrera del Pisuerga, estudados por Barras de Aragon (1933) e por Barradas (1935), não nos permitem quaisquer comparações aproveitáveis, por deficiente indicação da técnica das medidas.

Na generalidade, a estatura, as características cranianas e dos ossos dos membros destas populações não diferem sensìvelmente das características dos Portugueses actuais. Seriam populações de estatura sensìvelmente igual à média dos Portugueses actuais, um pouco mais dolicocéfala, com fronte larga, face alta, nariz estreito, órbitas médias e altas, não diferindo fundamentalmente das populações actuais da Península (1). Podemos, pois, atribuí-las ao *tipo mediterrâneo*. Isto significa que os chamados visigodos ibéricos, pelo menos aqueles cujos restos nos são conhecidos, eram do mesmo tipo das populações locais, faltando os elementos do tipo nórdico que seriam de esperar de acordo com a sua origem germânica.

Mas seriam estas populações dos cemitérios «visigóticos» da Silveirona, Cascais e Espanha realmente visigodos e não seriam godos senão no nome? Poderíamos supor que os invasores visigóticos, pouco numerosos, constituíam apenas a casta dominante e se encontram em pequena percentagem ou faltam mesmo nos cemitérios estudados. Ou admitir que, além de pouco numerosos, eram populações já fortemente influenciadas por mestiçagem com os povos sucessivamente invadidos, pouco apresentando já das características típicas raciais nórdicas de origem.

É muito possível, pois, que não se trate de verdadeiros visigodos, mas sim de Iberos «visigotizados». Resta-nos ainda uma outra questão:

---

(1) Os ossos do crânio das populações estudadas não possuem espessura que os permita distinguir dos das populações actuais. Barros e Cunha (1940) descreveu como normal e como pertencendo a um tipo étnico diferente dos restantes, um crânio de Silveirona exageradamente espesso. Este crânio é, como todo o esqueleto o indica, proveniente de um indivíduo patológico e não deve ser tomado em consideração nas séries comparativas e muito menos como representativo de qualquer tipo étnico.

qual seria a influência racial que os invasores visigóticos deixaram na Península? Pelo que atrás vimos e pelo que conhecemos das populações actuais, sob o ponto de vista antropológico, a influência visigótica sobre a composição racial actual da Península deve ser pequena ou talvez mesmo nula.

Se quisermos estender as nossas comparações além Pirinéus, aos cemitérios visigóticos do Sul da França (L'Aveyron e Navas; V ou VI séc.), da região de Toulouse, cidade que foi capital de reino visigótico, verificamos que os trabalhos de Lacombe e Marquié levaram a conclusões idênticas às obtidas na Península. Os elementos nórdicos também não aparecem; os restos esqueléticos, onde predominam os dolicocéfalos de baixa estatura ($< 1{,}65$) permitem reconhecer tipos semelhantes aos das populações mais antigas como por exemplo dos dolmens de L'Aveyron. Também, portanto, aqui a dominação visigótica não trouxe novos elementos antropológicos.

Mas neste como noutros problemas de Antropologia Ibérica muitos pontos nos são ainda obscuros. Necessitamos maiores quantidades de materiais, o estudo de alguns existentes e ainda por estudar, e a revisão crítica de outros já estudados.

Os resultados actuais permitem, no entanto, afirmar que as invasões bárbaras, do período suévico-bizantino, não influenciaram de maneira sensível as populações da Península, cuja composição racial em que predomina o *elemento mediterrâneo* encontramos já no neoeneolítico com notáveis semelhanças com a da época suévico-bizantina e com a das populações actuais. Verifica-se, assim, uma continuidade racial das populações ibéricas que vem de longe e se tem mantido através de vicissitudes várias da História.

Terminaremos lembrando as palavras do notável antropologista Pittard, da sua obra «Les Races et l'Histoire», que bem cabem no âmbito deste Colóquio: *La collaboration de l'Anthropologie et de l'Histoire apparait nécessaire en Ibérie.*

BIBLIOGRAFIA

1. — ARAGON, F. de las Barras, 1927 — Estudio de los cráneos procedentes de tres necrópoles visigodas. *Actas y Mem. Soc. Españ. de Antrop. Etnograf. y Prehist.*, 6, pág. 141-186.

2. — ARAGON, F. de las Barras, 1933 — Nota sobre restos humanos prehistóricos,

protohistóricos y antiguos de España. *Actas e Mem. Soc. Espan. de Antrop., Etnograf. y Prehist.*, 12, pág. 149-207.

3. — ATHAYDE, A., 1948 — Ossadas romanas e visigóticas. *Publicação do Instituto de Antrop. da Univers. do Porto*, 19 págs.

4. — BARRADAS, J. Pérez, 1935 — Un esqueleto de la necropolis visigoda de Herrera del Pisuerga (Palencia). *Actas y Mem. Soc. Espan. de Antrop., Etnograf. y Prehist.*, 14, pág. 141-172.

5. — BARROS E CUNHA, J. G., 1940 — A população visigótica em Portugal. Observação sobre alguns crânios masculinos provenientes do cemitério de Silveirona. *Mem. e Com. Congresso do Mundo Português (Pre- e Proto-história)*. Lisboa, I, pág. 687-702.

6. — BARROS e CUNHA, J. G., 1942 — Descrição de um crânio notável do cemitério visigótico de Silveirona. *IV Congresso da Assoc. Portug. para o Progr. das Ciênc.*, Porto, 5, pág. 551-554.

7. — CUNHA, A. X. da e NETO, M. A. M., 1953 — Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz). II — Características cranianas. *Contrib. para Est. da Antrop. Portug.*, 5, n.º 5, pág. 239-309.

8. — CUNHA, A. X. da e NETO, M. A. M., 1955 — Os crânios do cemitério visigótico de Silveirona (Estremoz). *Las Ciencias*, Madrid, XX, n.º 4, pág. 817-847.

9. — CUNHA, A. X. da e NETO, M. A. M., 1955 — Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz). III — Esqueleto do tronco e dos membros. *Contrib. para o Est. da Antrop. Portug.*, 6, n.º 1, pág. 1-64.

10. — CUNHA, A. X. da, 1956 — Contribuição para a Antropologia dos povos de cultura campaniforme em Portugal. *Contrib. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, VI, fasc. 5, págs. 123-137.

11. — FERREIRA, A. A. da Costa, 1912 — Contribuição antropológica para o estudo de alguns cemitérios antigos de Portugal (das épocas dos romanos e das invasões dos bárbaros). *Rev. História*, 2, págs. 82-108.

12. — LACOMBRE, P., 1942 — Étude des ossements provenant du cimetière barbare de Sébazac (Aveyron). *Mém. Soc. des Lettres, Scienc. et Arts de l'Aveyron*, t. 25, 18 págs.

13. — LACOMBRE, P., 1946 — Le cimetière barbare des Nanas, étude anthropologique. *Mém. Soc. des Lettres, Scienc. et Arts de l'Aveyron*, t. 26, 28 págs.

14. — MARQUIÉ, M., 1939 — Étude sur l'Anthropologie de l'Aveyron. *Thèse de Médecine*. Toulouse, 1939, 134 págs.

15. — OLIVEIRA, F. de Paula, 1888-1892 — Antiquités préhistoriques et romains des environs de Cascaes. *Com. Comiss. Trab. Geolog. de Portugal*, 2, págs. 82-108.

16. — PITTARD, E., 1953 — Les Races et l'Histoire. *Albin Michel*, Paris.

17. — SERRA, J. A., ALBUQUERQUE, R. M. e NETO, M. A. M., 1952 — Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz) I — Estatura e robustez dos ossos longos. *Contrib. para o Est. da Antrop. Portuguesa*, 5, n.º 4, págs. 197-234.

18. — VASCONCELLOS, J. Leite de, 1906 — Nota 2, pág. 325. *O Arqueólogo Português*, 11, págs. 325-386.

A Arte Oriental e de Bizâncio, sua influência na Península Ibérica

Por AMÉRICO LOPES DE OLIVEIRA

Intimamente ligado, tanto quanto possível, pelo espírito e pelo coração a esta Augusta Cidade é sempre para mim muito grato falar e pensar dos seus mais íntimos problemas, de hoje e de ontem. Agradeço reconhecido a deferência havida para comigo, pobre escrevinhador e ignorante personagem deste Século que ainda se extasia na contemplação das obras de arte, e que por vezes comete o sacrilégio de se debruçar e de escrever sobre o assunto nas gazetas, principalmente no jornal a que tenho a honra de pertencer — *Novidades*.

Este simples e insignificante trabalho apenas terá como virtude a de apresentar uma vasta bibliografia, achegas ou horizontes para investigações futuras. Devo esta interessante recolha, este belo espólio, à recente visita que fiz a Madrid, onde fui em missão jornalística como enviado especial das *Novidades*. Procurei na imensa Biblioteca Nacional de Madrid elementos preciosos que tenho a honra de submeter a VV. Ex.as. Demais estes elementos que para mim são consideráveis, para VV. Ex.as, notáveis e prestigiantes figuras do Pensamento e da Cultura, são os vossos livros-consulta.

Deveria, antes, ficar emudecido para aprender a lição dos mestres em proveitosa aula! Mas, o ilustre filho desta terra, o seu presidente do Município, António Maria Santos da Cunha, a quem me liga sólida amizade, vinda do tempo em que as suas realizações não passavam a barreira do sonho da mesa de um café, insistiu no convite. Devo confessar que a minha anuência a esta reunião magna de estudiosos foi a de um acompanhante, do movimento cultural bracarense. Braga é hoje um foco de irradiação espiritual, exemplo bem vivo e dignificante, para ser seguido

e estimulado por outros centros responsáveis pela vida espiritual dos Povos.

A revivescência do passado espiritual bracarense encontrou na esclarecida inteligência do seu ilustre filho e presidente do Município um verdadeiro construtor, que nunca é demasiado enaltecer.

Outro colaborador, o meu bom amigo Dr. Sérgio da Silva Pinto, incansável batalhador das letras e da grandeza do primado espiritual de Braga também lhe devo a amabilidade da sua querida insistência.

Saúdo todos os ilustres congressistas que deixaram os seus lares só com o único fim de procurarem com o seu bendito esforço contribuir para um melhor estreitamento e um profundo conhecimento que envolve esta Terra onde habitamos. Estudos destes pedem repetição e, até unidade de pontos de vista, através duma Academia de Estudos Medievais. Porque não se cria esta douta academia que poderia ter a sua sede em Braga? Seria como a cúpula deste somatório de valores reunidos nesta Braga tradicional para o Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos. Aí fica uma ideia à espera de concretização.

É difícil escrever-se de medievalismo pois os seus vestígios raros são mais aparentes do que reais. A investigação torna-se precária porque há uma dispersão de elementos de consulta, e, por vezes, as nossas bibliotecas não têm serviços montados de molde que a investigação se faça com certo êxito.

A proximidade do Oriente, de Bizâncio, que foi um explêndido centro de luz do espírito, deu-lhe uma fisionomia «sui generis», distintamente diferente da espiritualidade que então imperava em Roma. Posso dizer, sem sombra de errar, que os bizantinos herdaram as virtudes da cultura romana e, talvez, possa escrever que eles os suplantaram em poder criador, em gosto, em luxo, e deram-lhe réplica no florescimento do seu Império Político. O contacto permanentemente vivido e sentido, constante, vindo do Oriente, com certeza fez criar em Bizâncio um riquíssimo manancial de arte de notável riqueza decorativa e de bela policromia, com inspiração nos sumptuosos recheios e contextura arquitectónica dos palácios dos ricos califas de Bagdad e da Mesopotamia. Este estilo não se pode considerar plenamente formado até ao período do Séc. VI, dos fluxos artísticos que se ficaram a dever a Justiniano. Há uma inovada arquitectura com ressaibos dos abobadados que se encontram na Ásia. «Uma fusão resultante do choque das tradições artísticas, legadas por grande passado grego e pelos povos fronteiriços asiáticos», essa radical

transformação que a tornou distinta e original no aparecimento da curva ou do arco.

Como VV. Ex.as muito bem sabem, são notórias as características que denunciam a arte bizantina: *Cúbico*, o *Trapeziforme*, o *Infundibuliforme*. O capitel sustenta o alto *Ábaco*. A cúpula, essa, uma das suas mais originais características, é redonda. O mosaico é dourado e policromado. O tipo mais frisante deste estilo é, sem dúvida, o templo de Santa Sofia, em Constantinopla. É interessante a variante que os russos deram como aglutinação da arte de Bizâncio e da sua manifesta influência às suas cúpulas *bulbosas*, que são, afinal, uma transformação do estilo bizantino.

Os principais monumentos bizantinos existentes, a atestar uma Civilização, encontram-se na cidade italiana de Ravena, outrora capital do Império do Ocidente, no tempo do rei Honório, mais tarde, foi tornada num exarcado assinado por Pepino, o Breve, à Santa Sé, e que então compreendia o sul de Itália, a Sicília, o Norte de África e a Espanha. A magnífica cidade adriática ostenta nas paredes dos seus templos o vivo testemunho de uma arte toda representativa e englobada na tradição figurativa greco-romana da era anterior a Constantino, de mistura com a do Próximo e Médio-Oriente. Os artistas vindos de Bizâncio, com largas permanências em Ravena, vincularam nos seus interessantes mosaicos a tradição da sua Pátria. Os seus maravilhosos mosaicos são de cores muito vivas e impressiona-nos pela sua constituição, uma massa vítrea bastante brilhante, mais parecendo pinturas. É um cortejo de figuras humanas, bem expressivas, documentários à vida da Sociedade, às pompas da Igreja, de impressionante força plástica que apesar dos tempos em que foi executada tem sentido actual. Magistrais figuras como a do Arcanjo de S. Miguel, etc., nas Igrejas de Santo Apolinário o Novo e de S. Vital, documentam preciosamente um estilo e uma época.

A Península Ibérica, pela sua privilegiada situação geográfica, foi ponto de passagem ou uma rota admirável para as comunicações que ligam o Ocidente ao Oriente. Muito haveriam de beneficiar na permeabilização da sua insinuante arte. Toda a Península, aqui ou além, vive a feliz contribuição artística de uma Arte que deixou cultores, principalmente no ramo arquitectónico.

O poeta espanhol de sentido latino-cristão, Prudêncio, ao escrever uma das suas obras, dá conta que o Séc. IV é de uma riqueza em ouro e em pedraria, extraordinária, particularmente existente na desaparecida basílica de Santa Eulália, em Mérida.

As invasões germânicas, acrescidas da dominação de largos tempos pelos árabes, contribuíram de modo concludente para a extinção quase por completo dos vestígios de uma Civilização e de uma Cultura. Existem, por escapanço à barbarie, pequenos fragmentos e insignificantes monumentos que atestam a passagem dos bizantinos pela Península. Apenas se podem registar isolados testemunhos encontrados ao norte da Ibéria, quase todos pouco visitados pelo seu afastamento dos grandes centros urbanos, infelizmente sem possibilidades de vias de comunicação, como os de S. Juan de Baños, em Palência, tipo por excelência da igreja visigoda, S. Pedro de la Nave, em Palência, a ermida de Quintanilha de las Viñas, em Burgos, e do tipo mais bizantino Santa Comba de Bande, em Orense, construída depois da conversão do rei suevo Miro, S. Pedro de la Mata, em Toledo, dos tempos de Wamba, a cripta de Segóbriga, em Cabeza de Griego, em Cuenca, a catedral de Palência, S. Pedro de Balsemão, em Lamego e, próximo daqui, S. Frutuoso.

Interessante para o estudo das influências orientais na Península são os sarcófagos paleocristianos da época constantina, que se conservam no Museu Arqueológico Nacional, como o de Erustes, em Toledo, decorado com cenas evangélicas (predição da negação de Pedro), em Puebla Nova, na mesma província, do Séc. IV, com acentuado carácter orientalista nas figuras representativas de Cristo e dos Apóstolos, em Berja, em Almeria, onde podemos ali admirar a ressurreição de Lázaro e a entrada de Jesus em Jerusalém, em Alcaudete, em Jaen, fins do Séc. IV, com iconografia inspirada, segundo Schlunk (Lázaro, David, Daniel e o fosso dos leões). As dos princípios do Séc. IV como as da Vega del Mar, em Málaga, perdem o seu carácter pròpriamente godo para aplicar o tipo bizantino no influxo oriental, testemunho da corte de Leovigildo, do qual nos falam os textos históricos e cujo expoente mais representativo se encontra nos trabalhos de ourivesaria com as suas ricas coroas e cruzes votivas do Tesouro de Guarrazar, em Toledo. A arqueta, chamada das ágatas, e a cruz procissional de ouro, pertence ao espólio do Museu Arqueológico Nacional. Os fragmentos decorativos mais puros que existem, são os de Guarrazar, os do convento de Mérida, de Cordova, de Sevilha e de Niebla, estudados por Gomez Moreno no seu precioso livro «Excursión a traves del arco de herradura». Interessantíssimo também é o baptistério de Gabia la Grande, descoberto por Juan Cabré y Aguiló na província de Granada, e, de menor importância, os restos no litoral levantino como o mosaico Centcelles, em Tarragona, numa suposta vila do imperador Madriano, e

mais latinisantes, os mosaicos da basílica de Manacor, em Palma de Maiorca.

No nosso país, temos de inspiração bizantina, a Charola do Convento de Cristo, em Tomar e o pequeno templo do já falado acima S. Pedro Balsemão.

Na Escultura, podemos salientar Geroncio pela qualidade das suas obras, todas de sentido religioso, em igrejas e conventos, salientando, entre outros trabalhos, as suas portas em madeira, de Santa Sabina, em Roma e as do Sinai.

Braga, integrada no reino de Galicia, recebeu a influência do povo suévico, o mais inteligente de todos os ramos germânicos e, foi nesta cidade, que se realizou em 561, presidido pelo Bispo Lucrécio, o 1.º Concílio e depois houve um 2.º, em Lugo, em 569.

Razão de sobra para que se realizassem estes estudos do Colóquio Bracarense, na capital minhota.

BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA:

1. — Alberto Feio, *A Arte Medieval.*
2. — João Barreira, *História da Arte.*
3. — *Colecção Acta Universitatis Conimbrigensis.*
4. — Carlos Gamba, *Os Estilos na Arte.*
5. — Aarão Lacerda, *História de Arte Barcelos.*
6. — *Relatório Actas do Congresso de História de Arte,* 1949.

BIBLIOGRAFIA ESPANHOLA:

OBRAS GENERALES

1. — Manuel Gomez Moreno — *Iglesias mozárabes* — 1919.
2. — Vicente Lamperez y Romea — *Historia de la arquitectura cristiana española en la edad media,* Madrid — 1908-9.
3. — Juan de Contreras, Marquês de Lozoya — *Historia del arte Hispánico.* T.º I.
4. — Emilio Camps Cazorla — *Arquitectura visigoda.* (Cartillas de arquitectura española publicadas por Misiones de Arte).

ARTE PALEOCRISTIANO

5. — J. Gudiol y Cunill — *Centcelles.* (Gaseta de les Arts — 1925).
6. — L. Domenech Montaner — *Baptisteri de Centcelles.* Barcelona — 1921.
7. — J. Gudioll — *Primeres manifestacions de l'art cristiá en la provincia tarragonina.* (Anuari de la Biblioteca Balmes, T.º I. Barcelona — 1925).

INFLUENCIA BIZANTINA

8. — Zeloziecky, W. de — *El problema del renacimiento bizantino y su relación occidental.* (Investigación y Progreso — 1932, pág. 143).
9. — Kuhnel, 9 — *Oriente y Occidente en el arte medieval.* (Archivo Español de Arte — 1942).
10. — Juan Cabré y Aguiló — *Monumento cristiano-Bizantino en Gabia la Grande (Granada).* (Junta Superior de Excavaciones y Antiguedades. Memoria 55, 1923).
11. — Gomez Moreno, Manuel — *Excursión a traves del arco de herradura* (estudia los restos bizantinos de la mezquita de Córdoba) (Cultura española, julio-septiembre, 1906).
12. — Lamperez y Romea, Vicente — *La iglesia de los templarios de Segovia.* Boletin de la Sociedad Española de Excursiones — 1898.
13. — Ibarra Ruiz, P. — *El cristianismo en Illici.* (Rev.ª de la Associacion Artistico Arqueologica, Barcelona — 1905.
14. — Albertini, M. E. — *Fouilles d'Elche.* (Bulletin Hispanique — 1907).

ARTE VISIGODO

15. — Tubino, Francisco M.ª — *Restos y muestras de la arquitectura visigoda.* (Museo Español de Antiguidades. T.° XI — 1848, pág. 453).
16. — Madrazo, Pedro — *Coronas y cruces visigodas del tesoro de Guarrazar.*
17. — Velazquez Bosco — *Discurso de recepción en la R. A. de la Hist.ª* — 1898.
18. — Rada y Delgado, Juan de Dios — *La basílica de San Juan de Baños.* (Museo Español de Antiguedades. T.° I, pág. 561).
19. — Id. — *Historia de España desde la invasión de los pueblos germánicos hasta la ruina de la monarquía visigoda.* Madrid — 1897.
20. — Danvila, Manuel y Catalina y García, Juan. — *Informa para la declaración de monumento nacional de la basílica de San Juan de Baños.* (Boletin de la Real Academia de la Historia. T.° XXX — 1896).
21. — Agapito y Revilla, J. — *La basílica visigoda de San Juan de Baños* — 1902.
22. — Cornide, J. — *Antiguedades de Cabeza de Griego.* (Memorias de la R. A. de la Historia. T.° III — 1893).
23. — Rada y Delgado, J. y Fita, Fidel — *Excursiones arqueologicas a las ruinas de Cabeza del Griego.* (Bol. de la R. A. de la Hist.°. T.° XV — 1889).
24. — Allende Salazar, J. — Excursión a Cuenca y Uclés. (Bolet. de la Sociedad Castellana de Excursiones, Julio 1905).
25. — Lamperez y Romea, V. Iglesia visigoda de San Pedro de Balsemao. Bolet. de la Soc. Castellana de Excursiones, 1909).
26. — Fita, Fidel — *La basilica visigoda de Alcazarejos (Cordoba).* (Bol. de la R. A. de la Hist.ª. T.° LXV).
27. — Sales y Ferré, Manuel. — *La iglesia de Bande.* (Bolet. de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense, n.° 14).
28. — Gomez Moreno, Manuel — *San Pedro de Nave iglesia visigoda.* (Bolet Soc. Castellana de Excursiones. Mayo 1906).

29. — Selgas, F. de — *Análisis arqueologico de los monumentos ovetenses.* (Bol. de la Soc. Española de Excursiones. T.° XVIII, pág. 180).
30. — Riaño, Juan Facundo — *Informe para la declaración de monumento nacional de S. Miguel de Tarrasa.* (Bol. de la S. A. Sant. Fernando — 1886).
31. — Puig y Cadafalch, J. — *Las iglesias de Tarrasa.* (Arquitectura y Construcion).
32. — Agapito y Revilla, E. — *La cripta de la catedral de Palencia.* (Bol. Soc. Cast. de Excurs. Abril 1905).
33. — Simón Nieto, F. — *Descubrimiento arqueologicos en la catedral de Palencia dos iglesias subterráneas.* (Bolet. Soc. Esp. Exc. — 1906).
34. — Huidobro, L. Noticia de la ermita de Quintanilla de las Viñas. (Boletin de la Comisión de Monumentos de Burgos).
35. — Alvarez, V. — *La ermita de Quintanilla de las Viñas.* (Anuario Eclesiastico de Burgos).
36. — Orueta, Ricardo de — *La ermita de Quintanilla de las Viñas en el Campo de Lara.* (Archivo Español de Arte y Arqueologia. T.° XII, 1928).
37. — Perez de Urbel, J. — *La antiquísima ermita de Santa Maria de las Viñas, monumento de gran interés.* (A B C. 6 octubre 1929).

ESCULTURA VISIGODA

38. — Sales y Ferré, Mauel — *Estudio arqueologico e Historico del sarcófago visigotico de Ecija* — 1887.
39. — *Guia del Museo Arqueologico Nacional* — 1954.
42. — Fita, Fidel — *Sarcofago cristiano de Ecija.* (Bol. R. A. de la Hist.ª).
41. — Huidobro, L. — *Un monumento burgalés de antigua época cristiana.* (Bol. R. A. de la Hist.ª — 1914).
42. — Belda, F. — *Notas arqueologicas sobre la portada visigoda de San Pablo de Tarrasa.* (Bol. Soc. Esp.ª Exc. — 1899).
43. — Serrano Fatigati, Enrique — *Relieves de los capitales de San Pedro de Nave.* (Bol. Soc. Esp.ª Exc. — 1900).
44. — Melida y Alinari, José Ramón — *La escultura hispano-cristiana en los primeros siglos de la era* — 1908.

CODICE Y MOSAICOS

45. — Dominguez Bordona — *Catalogo de la exposición de Códices Españoles.* Sociedad de Amigos del Arte — 1929.
46. — P. Antolín — *Códices visigóticos del Escorial.* (Bol. R. A. de la Hist.ª — 1925).
47. — Gebhardt. — *The miniatures of the Ashburnham Pentateucho* — 1883.
48. — Dominguez Bordona, J. — *Singularidades de paleografia hispánica en el Pentateuco de Ashburnham.* (Archivo Español de Arte y Arqueologia — 1925).
49. — Neuss, W. — *Die Katalanische Bibelillustration um die Wende des ersten Jahrtausends und die altspanische Buchmalerei.* Bonn — 1922.
50. — Amador de los Rios, Rodrigo — *Monumentos latino-bizantinos de Córdoba. El mosaico de la cuatro estaciones.* (Monumentos Arquitectónicos de España, IV).
51. — Piferrer, Islas Baleares — *España. Sus monumentos y Artes.*

ARTES INDUSTRIALES

52. — *Memorias de los Museos Arqueologicos provinciales servidos por el Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueologos, desde 1940.*

53. — *El arte latino-bizantino en España y las coronas visigodas de Guarrazar.* (Memorias de R. A. de San Fernando — 1861).

54. — Rada y Delgado, Juan de Dios — *Coronas de Guarrazar que se conservan en la Ameria Real de Madrid.* (Museo Español de Antiguedades. T.° III, p. 113).

55. — Cazurro. — *Cerámica visigoda con estampillas.* (Anuari del Institut de Estudis Catalans. T.° III — 1909-1910).

56. — Martinez, M. R. — *Basilica del siglo VII en Burguillos.* (Bolet. R. A. de la Hist.ª. T.° XXII — 1898).

57. — Gonzalez Martí, M. — *Cerámica valenciana. Los siglos llamados visigodos.* (Archivo de Arte Valenciano — 1926).

58. — Melida y Alinari, José Ramón — *Los bronces visigodos de la coleccion Vives.* (Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos. T.° XXII — 1910).

59. — Taracena y Aguirre, Blas. — *Excavaciones en las Provincias de Soria y Logroño.* (Junta Superior de Excavaciones. Memoria N.° 86.1927 — Hallazgos en la necropoli visigoda de Deza).

60. — Artiñano, Pedro Miguel de — *Una patena de vidrio visigoda.* (Arch. Español de Arte y Arqueologia. T.° IV, 1928).

61. — Id. — *Vidrios visigodos.* (Arte Español, 1930).

S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévica

Pelo P.e DR. ANTÓNIO AMBRÓSIO DE PINA, S. J.

Podemos comparar a existência da nação suévica na Península Ibérica, a um crepúsculo de verão: luz e brilho a anunciar um fim.

Apenas século e meio, aproximadamente, os suevos mantiveram a autonomia, para logo se ocultarem na noite escura da humilhação, vencidos pelos Visigodos.

A sua história na Ibéria principia no ano 409 ao transporem os Pirenéus, e termina em 585, submetidos por Leovigildo, rei visigodo, após sangrentas batalhas travadas em Braga e no Porto.

Os Suevos traziam no sangue a inquietação dos nómadas das florestas. A princípio, na Península Ibérica, manifestam irrequietismo, enfrentando com temeridade os outros Bárbaros, a quem procuram em regiões distantes. Estiveram em Sevilha e em Mérida, capital da Lusitânia, onde em Agosto de 448 a morte lhes arrebata o soberano, Réquila, ainda pagão. Sucede-lhe o filho Requiário que se converte ao catolicismo. Sabendo que os Visigodos tinham invadido a Península ao serviço dos Romanos, vai combatê-los a Astorga em 456. Vencido pelo rei Teodorico, retira com o exército para Portucale onde é preso e morto.

Os Suevos elegem à pressa Franta que debela a crise e restaura a independência nacional. Depois por influência dos Visigodos, os Suevos, de católicos, tornam-se arianos.

Os seus reis foram: Hermenerico e Réquila, pagãos; Requiário, Maldra, Franta, Frumário, Remismundo, católicos; alguns monarcas da seita de Ario que governaram cerca de oitenta anos e cujos nomes são desconhecidos; e depois Charrarico, Teodomiro, Miro, Eborico e Andeca, todos católicos.

Charrarico deixa a heresia ariana, mas a nação suévica só se converte ao catolicismo no reinado de Teodomiro em 559 pela acção de S. Martinho de Dume que em 550 desembarca no nosso litoral.

Os Suevos quando alcançaram a região bracarense, eram ainda pagãos. Cristianizados, após dezassete anos de catolicismo, tornam-se hereges arianos. A sua apostasia durou quase um século.

Vamos reconstituir em parte a sua mitologia para depois deduzirmos que algumas superstições combatidas por S. Martinho de Dume no livro *De Correctione Rusticorum* e noutros escritos, são restos do antigo paganismo Bárbaro.

O método que seguimos é simples: Estudaremos a religião dos antigos povos Germânicos especialmente a dos Suevos, e depois aplicaremos as informações colhidas ao estudo das superstições brevemente assinaladas em algumas páginas de S. Martinho de Dume. É impossível reconstituir *toda* a mitologia própria e exclusiva dos Suevos, visto não haver documentos suficientes.

Mitologia suévica

O deus principal dos Suevos foi Ziu que o historiador romano Tácito identifica em suas atribuições com o deus Marte: praecipuus deorum Mars (1). Esta mesma divindade no seu nome equivale a Tyr dos países saxónicos e a outros vocábulos de diversos povos germânicos: Tiwaz, Tiuz, Zfo, Tuisto.

Segundo Tácito, em honra de Ziu mantinham os Semnones que eram um grupo etnográfico dos Suevos, um célebre santuário muito concorrido.

A terça-feira que os romanos denominavam *dies Martis*, era conhecida entre os Suevos por *Ziestag*, dia de Ziu. Sacrificavam-lhe animais, e, muito raramente, alguns escravos, conforme informação de Tácito (Germania 9 e 39). Invocavam-no como deus da guerra, defensor das leis e dos tratados.

Ziu usava como símbolo da sua dignidade guerreira uma espada curta. Em sua honra, os Suevos executavam danças, sendo a mais interessante segundo Tácito, a dança das espadas que exigia destreza e agilidade especiais.

Segundo a lenda, Ziu, era um deus intrépido, herói de muitas batalhas e de atrevidas expedições militares.

---

(1) Annales, IV, 64.

Pertencia-lhe também defender as leis e a observância dos tratados. Entre os Bárbaros Germânicos, as batalhas constituíam uma espécie de julgamento em que se fazia um processo aos actos de cada povo. Os deuses ditavam a sentença, dando, conforme a justiça, a derrota ou a vitória aos combatentes. Segundo a crença dos Suevos, Ziu era-lhes favorável quando não tinham crimes a expiar, nem os inimigos queixas fundamentadas na lesão de direitos. A vitória era a sentença favorável de Ziu, e a derrota, a condenação.

No fim dos tempos Ziu haveria de lutar contra Garmr, cachorro mitológico, e sucumbiria na luta. Com ele morreriam todos os deuses...

À medida que os suevos se tornaram menos belicosos e o ideal da guerra esmoreceu, Ziu foi sendo suplantado no culto pelo deus supremo, não criador, WOTAN, equivalente ao deus romano, Mercúrio, nalgumas atribuições.

O seu nome quer dizer Soprador. É o deus do vento, o primitivo deus do firmamento, o chefe dos Espíritos aérios, o condutor das almas. Era-lhe consagrado o dia de quarta-feira, o *dies Mercurii* dos Romanos.

A imaginação dos Suevos representava-o como um velho de barba veneranda, encanecida, de espaventosa cabeleira, cavalgando sobre o vento e a tempestade, brandindo lança ameaçadora. O seu corcel, SLEIPNIR, galopava por sobre as nuvens e por cima das ondas do mar, com oito patas velozes e troteantes. Do único olho a iluminar-lhe a fronte, faiscavam relâmpagos...

Guardam-lhe as portas do palácio no firmamento, dois lobos mitológicos, de nome Gerí e Frequí. Todos os dias recebe notícias do mundo, em mensagens que lhe trazem dois corvos crocitantes e de vôo lesto.

WOTAN, pouco a pouco, substitui Ziu no culto popular, transformando-se em deus guerreiro que nunca perdeu batalha e torna invencíveis aqueles a quem protege. Visto ser muito sensível a qualquer desatenção, é preciso honrá-lo com libações e sacrifícios. Antes de qualquer empreendimento, os príncipes tinham o cuidado de informar-se acerca do augúrio do vôo dos corvos a ver se WOTAN era favorável.

Este deus podia metamorfosear-se em serpente, peixe, ave, guerreiro e donzela. Tinha domínio sobre os mortos, e por isso nas tempestades quando cavalgava por cima das nuvens e dos montes, acompanhavam-no legiões de fantasmas. Serviam-no as WALKíRIAS, ninfas guerreiras que tomavam parte nas batalhas.

Como WOTAN era o deus do vento e na mentalidade Suévica este fertilizava a terra e fazia espigar as cearas, era costume deixar sobre

os campos, a última paveia para o seu cavalo comer. Por vezes fazia-se esta oblação, com cerimónias religiosas, danças e libações. WOTAN, segundo a crença popular, tinha poder para numa só noite transformar uma seara verde em messe lourejante.

Era também o deus das leis, da poesia, da prudência, da magia, dos conhecimentos ocultos e da eloquência, o Apolo dos povos Germânicos. Chamavam-lhe o forjador dos encantamentos, capaz de lobrigar os tesouros ocultos da terra, de abrir rochedos para desencantar jóias.

WOTAN premiava os heróis, reservando-lhes um paraíso de alegria e de festins, o WALHALA, onde ele presidia aos deuses e aos combatentes ilustres.

Muitas lendas e mitos lhe explicavam os atributos, entre estes o de vencedor dos Gigantes que afogara em sangue, sendo o seu chefe Ymir.

Outra divindade importante dos Suevos foi THORR ou DONNAR, o deus do trovão que os romanos identificaram com JÚPITER. Era-lhe consagrada a quinta-feira *dies Jovis* ou *Donnerstag*, reservado ao descanso semanal. Era um deus valoroso e lutador, uma espécie de Hércules Suévico, dotado de beleza juvenil, impulsivo e ardente.

Quando o seu carro puxado por dois bodes se punha em movimento, a terra tremia, as rodas faiscavam e os montes abriam alas em reverência. Usava como arma um martelo com que venceu os Gigantes e trazia à cinta um cinturão de ferro que lhe aumentava as forças e o ardor bélico. Comia pantagruèlicamente de tal forma que depois de tragar oito salmões, estava apto a comer um boi inteiro e a esvaziar três tunéis!

Os Suevos, antes da conversão ao cristianismo, representavam-no em estátuas de ouro e prata, com os olhos cintilantes. Invocavam-no como deus das montanhas que fizera os vales para os mortais cultivarem.

Pouco a pouco Donnar deixou de ser terrível, para se tornar o amigo dos homens, o confidente, o deus da agricultura, da paz e da fertilidade. As suas imagens foram usadas como amuletos e o seu nome escrito em pedras e em túmulos. Muitos mitos e lendas se entrelaçaram com o culto de Donnar. Assim a crença do povo imaginava nas searas louras, a cabeleira de Sif, esposa daquele deus.

Sabemos por Tácito que os Suevos adoravam a deusa ISIS, conhecida entre eles por outro nome, talvez Nehalénnia.

É provável que também venerassem os seguintes deuses da mitologia Germânica: *Valí*, filho de Wotan e de Rinda; *Idun*, mulher do deus Bragí; *Holda*, deusa da morte; *Nerthus*, deusa da fecundidade, a Terra Mater, segundo Tácito (Germania c. 40); *Tanfana; Nehalénnia; Frigg*,

equivalente a Venus; *Lóki*, espécie de Lúcifer, provocador de infelicidades; *Baldur*, filho de Wotan, e de Frigg, o qual foi assassinado, e por ele choraram os deuses.

Os Suevos acreditavam na existência dos espíritos das fontes, das árvores, dos ventos, das nascentes, dos ribeiros, das montanhas. Urdiram histórias fantásticas acerca de Gigantes, relacionados com a origem do mundo, os quais, até à sua destruição, foram combatidos por alguns deuses. Da morte só escapou um casal que deu aso ao aparecimento de outros. Estes gigantes moram nas cavernas e apascentam rebanhos de cabras. São feios, disformes e dotados de prodigiosa força que empregam em habilidosas construções.

Além destes seres enormes, povoavam o subsolo seres do tamanho duma polegada, os anões, precocemente envelhecidos, muito activos e fundidores de metais. Forjaram as armas dalguns deuses e fundiram os cabelos de ouro de Sif. São amigos dos homens a quem ajudam nos trabalhos quando têm gosto nisso.

Os Suevos criam na sobrevivência das almas, e por isso sobre os túmulos depunham bebidas e alimentos. Elas podiam voltar à terra. Era preciso tomar precauções para que não regressassem às casas, tapando os orifícios de saída.

As festas mais populares realizavam-se no começo do inverno e do verão, na época dos solstícios. Este culto remontava provàvelmente à existência dum deus primitivo dos povos indo-europeus relacionado com a luz e o firmamento...

Superstições suévicas

Os Suevos ao fixarem-se no noroeste da Península, eram inteiramente pagãos. Fàcilmente deixaram o culto idolátrico, vago e confuso, para aderirem de alma e coração, aos dogmas bem definidos e à moral superior do cristianismo que lhes aclarava o problema de além-túmulo e os libertava do terror dos deuses... Apesar de sinceramente terem aderido à crença cristã, S. Martinho de Dume encontrou ainda algumas superstições que são, em grande parte, restos da antiga mitologia suévica embora misturados com elementos do paganismo romano.

No livro *De Correctione Rusticorum* do Apóstolo dos Suevos, lêem-se estas palavras traduzidas do latim: «*Como alguns de vós que renunciaram ao diabo e aos seus anjos, às suas cerimónias e obras más, agora de novo voltam ao culto do diabo! Acender velas às pedras, às árvores, às*

fontes e pelas encruzilhadas, que outra coisa é senão culto ao diabo? Observar as adivinhações, os augúrios e os dias dos ídolos, que outra coisa é senão culto ao diabo? Observar as Vulcanais e as Calendas, adornar mesas, pôr louros, atender ao pé, deitar no fogo sobre um tronco farinha e vinho, atirar pão para a fonte, que outra coisa é senão culto ao diabo? As mulheres a nomearem Minerva ao tecerem, o observar na celebração das núpcias o dia de Venus e o atender ao dia em que se sai ao caminho, que outra coisa é senão culto ao diabo? Encantar ervas para malefícios e invocar nomes dos demónios encantando, que outra coisa é senão culto ao diabo? E outras muitas coisas que é longo dizer (2).

Também algumas pessoas guardavam o dia das traças e dos ratos, venerando-os com culto (3). Ouviam-se ainda Hinos religiosos pagãos (carmina) (4).

S. Martinho de Dume combate estas superstições, apelando para as promessas feitas pelos neófitos no acto do baptismo.

Examinemo-las mais demoradamente, relacionando-as com a mitologia suévica.

1 — Acender velas às pedras, às árvores e às fontes.

É evidentemente um acto de culto aos espíritos da natureza que segundo a antiga crença suévica ali habitavam. Cada pedra, cada árvore, cada fonte encerrava o seu espírito que às vezes tomava forma humana e aparecia às pessoas. Segundo a imaginação popular, os espíritos das fontes apreciavam a música e entoavam cânticos. Favoreciam os homens com benefícios, pois eram amáveis e suaves, diferentes dos espíritos dos rios e dos mares, terrìvelmente perigosos e ameaçadores.

Quando ainda os Suevos veneravam o deus Thor ou Donnar, consagravam-lhe árvores antigas de grossos troncos e ante elas pediam protecção contra a peste e a fome.

O culto das pedras relaciona-se com o de WOTAN que penetrava com os seus encantamentos nos blocos graníticos, abrindo-os e tornando-os a fechar.

S. Martinho alude a outra superstição referente às fontes: *atirar-lhes pão*. A finalidade era talvez tornar mais benéfico o espírito que ali

---

(2) Martini Episcopi Bracarensis *Opera Omnia* edidit Claude W. Barlow Publisehd for The American Academy in Rome, New Haven Yale University Press, 1950. De Correctione Rusticorum n. 16, p. 197 e 198.

(3) Obra cit., n. 11, p. 190.

(4) Obra cit. n.° 16, p. 199.

se hospedava, ou mesmo alimentar alguma alma de defunto que por ali andasse errante.

2 — Adivinhações e augúrios.

Estes faziam-se examinando as entranhas das vítimas e observando o piar das aves (5). Os corvos estavam consagrados ao deus Wotan. Mas este metamorfoseava-se em aves de outra espécie e até em serpentes e peixes.

3 — Guardar os dias dos ídolos.

Os Suevos quando pagãos consagravam a terça-feira a Ziu, a quarta-feira a Wotan, a quinta-feira a Thor ou Donnar (era o dia do descanso semanal), a sexta-feira, à deusa Frigg, e o sábado, talvez à deusa Nerthus, a Terra Mater ou Saturno dos povos germânicos. S. Martinho afirma que alguns suevos celebravam as núpcias no dia de Venus, supersticiosamente, talvez em honra da deusa Frigg, concluímos nós.

4 — Adornar mesas e pôr louros.

A superstição de ornamentar mesas com finalidade religiosa, era para tornar benéficos os espíritos malfazejos e para comprazer às almas dos mortos e ao deus destes, Wotan. Pôr louros nas casas era um costume de origem romana, em honra de Baco. Nos *Cânones dos Sínodos dos Padres Orientais*, número LXXIII, coligidos e ordenados por S. Martinho de Dume, prescrevia-se: «Não se permita celebrar as iníquas cerimónias das Calendas e guardar os dias de descanso dos gentios nem cingir as casas com louro ou verdura. Toda esta observância é do paganismo» (6).

5 — Derramar na lareira sobre um tronco, farinha e vinho.

Este acto supersticioso era um sacrifício mitológico. Os Suevos pagãos usavam as libações e as oblatas para tornarem benéficos os deuses dos campos e das batalhas. O culto ao tronco das árvores como vivenda dos deuses e dos espíritos, trasladou-se também para as casas. O fim desta cerimónia era obter a abundância de cereais e de uvas.

6 — Celebrar as festas Vulcanais e as Calendas.

A 23 de Agosto realizavam-se festejos em honra de Vulcano, filho de Júpiter e de Juno, marido de Venus, o deus do fogo, o qual segundo a lenda forjava dardos nas cavernas do monte Etna, para o seu pai arremessar.

---

(5) Infelices homines per avium voces daemonia suadent. Obra cit. n.º 12, p. 191: Os demónios persuadem os homens infelizes por meio das vozes das aves.

(6) Martini Episcopi Bracarensis *Opera omnia*, ed. citada, p. 141.

Entre os suevos da Germânia era uso acender crepitantes fogueiras nos campos, em certas épocas do ano. O fogo era objecto dum culto especial para o tornar propício. De tempos a tempos nas aldeias extinguiam-se todas as lareiras para se obter um novo fogo mais selvagem e primitivo. Os moradores dirigiam-se em procissão para um campo onde rapazes forçudos friccionavam duas peças de madeira até uma delas se incendiar. Vinham então mulheres com farripas de linho a colher o fogo e levá-lo para as casas. Quando a epidemia grassava entre os rebanhos, era preciso renovar o fogo porque perdera a força purificadora.

Segundo a crença suévica pagã debaixo da terra havia forjas onde os anões fabricavam armas para os deuses, como por exemplo, o martelo de Thor, a lança de Wotan, etc. Provàvelmente as Vulcanais celebradas pelos cristãos suevos a que alude S. Martinho de Dume, eram primitivamente as festas pagãs do fogo e dos metais num sincretismo bárbaro-romano.

7 — Encantar ervas para malefícios e invocar os nomes dos demónios.

Nos *Cânones dos Sínodos dos Padres Orientais*, S. Martinho de Dume proibiu aos Suevos fazer encantamentos com ervas medicinais (Cânon LXXIV). Permitia-lhes contudo o uso dessas ervas com a recitação do Credo e do Pai Nosso, sem outros ritos senão o sinal da cruz. Os supersticiosos costumavam recitar fórmulas mágicas e fazer sinais sobre as ervas. (Cfr. de Correctione Rusticorum n. 16).

Aos clérigos proibiu S. Martinho de Dume «ser encantadores e fazer ligaduras, isto é, o laço das almas», sob pena de serem expulsos da Igreja. (Cânon LIX).

Os suevos acreditavam nos encantamentos. Ao deus Wotan atribuíam eles a arte da magia, chamando-lhe o forjador dos encantamentos, sabedor do futuro e das infelicidades vindouras. Por meio de artes mágicas arrancava tesouros da terra e abria os rochedos. Nas ceifas, a última paveia ficava sobre o campo para o cavalo de Wotan comer.

Para S. Martinho de Dume o invocar os demónios é recorrer aos deuses gentílicos quer suévicos quer romanos. Com aspereza censura tais práticas, relíquias dum paganismo recente: «*Fazeis estas superstições vãs, ou às ocultas ou às claras, e nunca cessais destes sacrifícios dos demónios. E porque não vos aproveitam para estardes saciados e seguros e alegres? Por que motivo, quando Deus está irado, não vos defendem*

os sacrifícios vãos, de gafanhotos, de ratos e de muitos outros infortúnios que Deus irado vos envia?» (7).

8 — Invocação de Minerva.

As mulheres enquanto nos teares teciam, pediam a protecção da deusa Minerva. Invocavam talvez sob esse nome a deusa suévica Frigg, esposa de Wotan a qual segundo a crença popular visitava as casas para abençoar o trabalho doméstico.

Nos escritos de S. Martinho de Dume a mitologia suévica aparece muito disfarçadamente, filtrada através da mitologia romana e referenciada a esta. O Santo não a conhecia profundamente, o que não admira, pois quando chegou à Península, havia mais dum século que os Suevos eram cristãos. Já só encontrou restos muito diluídos, sincretizados com crenças locais. A mitologia estreme suévica, tinha já desaparecido. Só descobriu superstições e observou a mentalidade religiosa primitiva dos Suevos muito inclinados ao culto das fontes, das árvores e das pedras.

S. Martinho de Dume não converteu os Suevos apenas da heresia ariana. Teve o trabalho de lhes arrancar os últimos vestígios do paganismo. Limando-lhes as asperezas do carácter indómito, educando-os nas normas das virtudes cristãs, formou a alma dum povo que foi estirpe da nação portuguesa.

S. Martinho de Dume, figura milenária e patriarcal do cristianismo, escritor eclesiástico, Apóstolo dos Suevos, Bispo de Braga, e do Mosteiro Dumiense, para comemorar o XIV Centenário da sua sagração episcopal (556), merece que o Governo Português lhe mande editar a *Opera Omnia*, em um só volume, com o texto crítico latino do norte-americano Claude W. Barlow e versão em português de António Caetano do Amaral, impressa em Lisboa em 1803. Será a melhor forma de homenagear a ínclita memória de S. Martinho de Dume.

(7) De Correctione Rusticorum, n.° 11, ed. cit., p. 191.

Teologia da Conversão na conversão do Rei Requiário e dos Suevos

Por FREI ANTONIO DO ROSÁRIO, O. P.

1. Em tão reduzido espaço de apenas dez laudas, não se poderá esperar a apresentação e, menos ainda, qualquer solução dos variados aspectos duma Teologia (1) da Conversão a propósito da conversão dos Suevos. A bem dizer, as questões mais árduas da Teologia cabem numa Teologia da Conversão: Pecado original, redenção, graça, justificação, providência, etc.

Um exemplo só, a propósito da conversão dos bárbaros. Eram eles homens? O que hoje se nos afigura tão simples e claro acerca da mesma natureza do homem romano e do homem bárbaro, ambos, portanto, sujeitos ao pecado original e remidos por Cristo, causou dificuldades medonhas, até mesmo aos homens mais cultos de então!

«Uns afirmavam que, pelo menos, era muito discutível que os bárbaros pertencessem ao género humano. S. Jerónimo afirmou categòricamente que os bárbaros não eram homens, mas animais. Para Santo Ambrósio os bárbaros, se forem homens, estão inteiramente destituídos dos sentimentos nobres: são dominados em tudo pela rapacidade e pela luxúria. E Prudêncio, resumindo a opinião de muitos, escreveu: Entre o mundo romano e o mundo bárbaro há a mesma distância que entre o quadrúpede e o bípede, que entre o bruto e o ser dotado de palavra» (2).

---

(1) *Théologie et Action*, separata da *Révue Thomiste*, s/d, Saint-Maximin (VAR); A. Liégé, O. P., *La Foi*, in *Initiation Théologique*, t. III, pp. 467-524; M. R. Gagnebet, O. P., *Un essai sur le problème thélogique*, sep. da *Révue Thomiste*, janvier-mars, 1939; Garrigou-Lagrange, O. P., *De Revelatione*, t. I, Roma, 1945; Dr. J. Didiot, *Conversion*, in *Dictionnaire Apologétique de la Foi catholique*, s/v; M.-Michel Labourdette, O. P., *Le développement vital de la foi Théologale*, sep. da *Révue Thomiste* de mai-juin 1937; M. D'Almeida Trindade, *O que é a teologia*, separata de *Estudos*, fasc. VI-VII, Coimbra, 1956.

(2) Cit. em *Journal de l'Église plublié en l'an 431*, supl. do hebdomadário *Témoignage Chrétien* de 19-4-57.

Deixemos todas essas interessantes questões. O nosso singelo escopo desta breve comunicação será: 1 — descobrir a nota saliente da Teologia da Conversão subjacente ao facto suévico que hoje memoramos; 2 — mostrar a sua legitimidade e 3 — esboçar uma prova de que foi esta a Teologia da Conversão seguida pelos Portugueses, sobretudo na sua epopeia ultramarina, fazendo-se ressaltar assim quão fundas e sólidas são as raízes da nossa vocação e acção missionárias.

2. A conversão, como todos conhecemos, é a passagem da infidelidade (ou heresia) à Fé. Essencialmente requerem-se duas coisas para isso: *a)* uma verdade a acreditar e *b)* a adesão a essa verdade (3).

a) Verdade a acreditar. Só Deus pode propor uma verdade de fé, pois são verdades que excedem a razão humana (4). Para os Apóstolos e Profetas houve uma revelação *imediata* de Deus; para todos os outros, normalmente, só existe uma revelação *mediata*, sobretudo através da pregação, segundo a palavra do Apóstolo (5): *Como invocarão Aquele em quem não acreditaram? Ou como acreditarão nAquele que não ouviram? E como ouvirão sem haver quem lhes pregue? E como pregarão se não forem enviados?*

b) Adesão a essa verdade. Esta adesão provém duma dupla causa: interna e externa.

1) Externamente somos levados a acreditar porque se deram *sinais sobrenaturais* que nos levam a isso, ou porque a pregação nos convenceu. 2) À primeira vista parecerá que basta esta causa para justificar a nossa adesão. Mas reparemos. Vendo ou conhecendo o mesmo milagre e ouvindo a mesma pregação, uns crêem e outros não crêem. Portanto há que descobrir uma mais profunda causa da nossa adesão. É Deus quem move a crer, interiormente, pela graça, ao contrário do que ensinaram os pelagianos.

O homem adulto deve preparar-se (6) para o acto de fé, conhecendo

(3) Vid. Conc. de Trento e do Vaticano; S. Tomás, *Suma Teol.*, II-II, q. 6, a. 1; Fr. João de S. Tomás, O. P., *De Fide*, Quebec, 1948; Garrigou-Lagrange, *op. cit.*; A. Liégé, *op. cit.*, pág. 495.

(4) Garrigou-Lagrange, *op. cit.*, t. I, pp. 417 sgs., onde repõe a doutrina sobre a intrínseca sobrenaturalidade da fé divina, seu início e seu acto.

(5) Rom. X, 14-15; Garrigou-Lagrange, *op. cit.*, pp. 498 sgs., 503 sgs.

(6) A. Liégé, *op. cit.*, p. 476; Garrigou-Lagrange, *op. cit.*, p. 489.

a autoridade de Deus e certificando-se do facto da existência da Revelação. Basta uma certeza moral, absoluta ou só relativa. Nesta certeza moral relativa ou respectiva temos o que se requer para uma adesão prudente e, muitas vezes única possível, v. g. para as crianças e rudes. Esta certeza moral relativa pode fundamentar-se na autoridade, ascendente social ou familiar de quem ensina ou orienta; na simpatia, formação intelectual; em motivos tradicionais ou em alguns imponderáveis, havendo sempre que deixar desconhecido campo à graça de Deus (7).

3. Arrimando-nos aos historiadores dos Suevos (8), que estudam as crónicas coevas ou mais coevas dos acontecimentos, poderemos estabelecer assim, em largos traços, a seriação dos factos:

A) Entre 446 e 448, provàvelmente nesta preclara urbe de Braga e aproveitando as ausências paternas por causa da guerra, o jovem príncipe Requiário, filho e herdeiro de Réquila, abraça o catolicismo. É ainda provável que tenha sido graças ao apostolado do Bispo de Braga, Balcónio. Certo, é o facto de que se fez católico por esta data.

B) Réquila morre, em Mérida, no mês de Agosto, e morre pagão, «*gentilis moritur*». Sucede-lhe Requiário, havendo oposição de alguns dos Suevos, «*nonnullis quidem sibi de gente sua aemulis*». Sendo a monarquia suévica hereditária, esta oposição só se compreende pela religião do novo príncipe, contrária à que era tradicional entre os Suevos, o paganismo (9).

Aplica-se o depois afamado princípio: *Cuius regio, illius et religio* (10). Os súbditos seguiam a religião do seu Rei. Portanto o Reino dos Suevos tornou-se católico «oficialmente, no momento da aclamação do primeiro rei católico. Nunca antes. E ficar o Rei católico e não o Povo, não há exemplo disso» (11).

Não será imaginação ver grande número de Suevos pedir e receber

---

(7) *Dictionnaire de Théol. Cath.*, s/v *Credibilité*, cols. 2224 sgs.; J. M. Hervé, *Manuale Theologiae Dogmaticae*, III, n. 307.

(8) Dr. Sérgio da Silva Pinto, *Requiário de Braga*, Braga, 1954, sep. de «Bracara Augusta»; Doutor P.e Avelino de Jesus da Costa, *S. Martinho de Dume*, Braga, 1950; Dr. Francisco José Velozo, em vários estudos na mesma revista «Bracara Augusta»; Claude W. Barlow, *Martini Spiscopi Bracarensis opera omnia*, Yale University Press, 1950, etc.

(9) Sérgio da Silva Pinto, *op. cit.*, p. 14.

(10) A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia*, Lisboa, 1956, p. 42.

(11) Sérgio da Silva Pinto, *op. cit.*, p. 16.

a água baptismal, como acontecerá, mais tarde, entre os Francos, dos quais, imediatamente, três mil receberam o baptismo, e como acontecerá, uns escassos anos depois, quando os mesmos católicos de hoje «se passarem, em massa, ao arianismo» ([12]).

C) Pela derrota e morte de Requiário, os Suevos caem no arianismo, em seguimento do novo rei e, sobretudo, pela pregação dum Ajax, padre ou bispo apóstata vindo do Sul da França. Durou um século este lastimoso estado.

D) Por causas e em circunstâncias ainda não bem averiguadas, salientando-se, especialmente, o culto de S. Martinho de Tours, por cuja intercessão Deus operava numerosos e estrondosos milagres, o rei Charrarico e os Suevos voltaram à Fé. Vindo da Panónia, um outro Martinho, alma de apóstolo santo e sábio, pela sua pregação e acção omnímoda, operou a verdadeira e total conversão dos Suevos.

4. Parece-me que podemos descobrir por detrás desta demorada sequela de acontecimentos uma mesma Teologia, unindo-os a todos num só acontecimento transcendental.

Os nossos antepassados do séc. V iniciaram uma nova era missionária da Igreja. Antes deles, a era heróica da Igreja com o sangue de seus inumeráveis mártires. O *individualismo* tornara-se a característica da sua acção missionária, isto é, antes das invasões dos Bárbaros, os esforços do missionário dirigem-se, directamente, ao indivíduo, à sua conversão e instrução e, só indirectamente, à conversão da sociedade.

Ora os Bracarenses da primeira metade do séc. V enfrentaram a necessidade de ir às massas. A característica das missões iniciadas com os Suevos e prosseguidas com os Francos, Visigodos, etc., é a sua *tendência colectiva*. Converter, conquistar o Rei e a real família e, por eles, a massa do povo súbdito, que, na sua maioria, acompanhava, com docilidade, as evoluções religiosas do Soberano ([13]).

Como arranjar tempo e pessoal para, em demorado catecumenato, catequizar estas massas antes de as baptizar?

Aqui é que houve a novidade do século. Aquela multidão, que desejava baptizar-se, era rudimentarmente instruída nas verdades necessárias à salvação e logo recebia o baptismo, reservando-se a formação reli-

---

([12]) Cit. em Fliche et Martin, *Histoire de l'Église*, 4, p. 375.

([13]) Fliche et Martin, *ibid.*, p. 374.

giosa completa para ulterior catequização. Agora, no baptismo, atendia-se à salvação; depois prover-se-ia à cristianização.

Muitos não perseveraram na Fé? Sim, mas isso não se deve à rápida administração do baptismo; explica-se sobretudo pela falta de continuação do apostolado católico e pela pregação contrária de Ajax. O baptismo — no que contém de oposição ao paganismo — continuou o mesmo. Não voltaram à vida pagã. Apenas porque lhes faltou um apóstolo, seguiram um apóstata. «*Talvez*, escreve Mons. Miguel de Oliveira (14), *se mantivessem na verdadeira fé, se o clero católico tivesse então igualado em zelo os propagandistas arianos*», porque, fazendo-se arianos, «*ao contrário dos Visigodos, nem por isso recrudesceram na perseguição do catolicismo*». E logo que surgiu o desejado apóstolo na pessoa de S. Martinho de Dume, voltaram-se todos para a verdadeira Igreja e foram de tal maneira firmes, que S. Gregório de Tours (15) pôde escrever: «*Agora, aquele povo está de tal maneira preparado que todos, de muito boa mente, aceitariam o martírio, se viesse tempo de perseguição*».

5. Seria legítima esta teologia que autorizava o baptismo com tão ligeira preparação em vez dos longos catecumenatos?

Porque não legítima e aconselhável? Ela encerra todos os elementos para haver um acto de fé. Era apresentada a verdade a acreditar, embora de maneira sumária. O testemunho e o exemplo dos Reis, dos grandes e do ambiente cristão das populações luso-galaicas constituíam, sem dificuldade, pelo menos um poderoso motivo para uma *certeza moral relativa* em todos os preâmbulos da fé. Proceder assim era reconhecer aqueles neófitos como realmente eram — infantes na fé (16). Deviam ir crescendo até atingirem a idade adulta e madura na fé.

Embora já esquecido ao dealbar do séc. V, este foi, aliás, o método usado pelos Apóstolos Pedro e Paulo. Não foi assim logo no mesmo dia de Pentecostes, em que três mil ouviram a pregação e se fizeram baptizar? (17). Cada dia juntavam-se novos convertidos (18). Antes de serem presos pelo Sinédrio, Pedro e João pregavam e contavam-se por cinco

---

(14) *História Eclesiástica de Portugal*, 2.ª ed., 1948, p. 37.
(15) *De virtutibus s. Martini*, ed. B. Krusch (Hannover), I, 596.
(16) A. Liégé, *op. cit.*, pp. 500-502.
(17) *Act.*, II, 41.
(18) *Ibid.*, II, 47.

mil os fiéis, contando só os homens ([19]). S. Paulo inicia as suas viagens apostólicas. Vai, prega, converte e baptiza aqui, além e sempre mais além, como diz Mgr. Armand Olichon ([20]): «*Les premières conversions obtenues, l'Église hiérarchique est fondée. A elle, et à ses fils, de continuer l'oeuvre de pénétration et de consolidation. L'Apôtre, vrai missionnaire*, ne s'attarde pas *plus qu'il ne convient à sa vocation*».

S. Paulo não retarda a administração do baptismo, mas também não mais tem descanso em continuar a catequizar, já por novas visitas, já pelas longas epístolas e pelos ministros que vai ordenando.

Os Apóstolos, apesar de tão poucos, ao cabo de breves anos podiam dizer com S. Paulo dirigindo-se aos Romanos ([21]): *A vossa fé é anunciada em todo o mundo!*

Rápido, muito rápido, o método missionário apostólico!

6. E foi esta a Teologia da Conversão que norteou os Portugueses nos seus empreendimentos da epopeia ultramarina, como, depois de nós, norteou também nossos vizinhos espanhois: «En realidad, el metodo seguido por los primeros misioneros fué el considerado «rápido», que tiende, mais que a convertir, a salvar almas. Consiste en baptizar muy pronto y a muchos, dejando para más tarde la tarea de formar cristianos, de entre los cuales escoger los mejores para llegar hasta permitirles escalar la jearquia. El sistema fué, en cierta forma, el utilizado por los primeros Apósteles, Pedro y Pablo ([22]), y, en realidad, resultaba dificil para los primeros misioneros en Indias, desconhecedores absolutos de las lenguas locales, utilizar otros» ([23]).

Podíamos começar a descobrir estes métodos na prontidão como o nosso primeiro Rei implantava a Igreja nas terras conquistadas aos mouros, nomeadamente na tomada de Lisboa. Igualmente Ceuta apenas conquistada, foi logo feita cristã.

([19]) *Ibid.*, IV, 4.

([20]) *Les Missions, histoire de l'expansion du catholicisme dans le monde*, Bloud & Gay (1936), p. 21.

([21]) Rom. I, 8.

([22]) Cita: R. P. Armando van der Mens Brougglse, *Método Misional histórico*, en t. I, Biblioth. Hispana Missionum, Barcelona, 1930.

([23]) Vicente D. Sierra, *El sentido misional de la Conquista de America*, Madrid, Consejo de la Hispanidade, 1944, pág. 37.

Superabundam os testemunhos coevos ([24]) dos Descobrimentos e Conquistas. Quase à sorte, permito-me apenas citar um.

Em carta de 18-8-1503, Diogo de Alvarenga diz ao Rei como foi baptizado o rei d'Afuto e «*logo com elle sejs caualeyros, os princypaes do lugar*». Feita a Igreja, todos os principais do lugar se tornaram cristãos; «*e estes principaes seryam bem trezentas pessoas. E tanto que estes forom crystãos, ha outra gente toda que aly era junta receberom com muyta devoçam a auga de bautismo, que certefyco, a Vossa Alteza que hera mjlagrosa cousa de veer os paes tomar hos menjnos aos pescoços e nos braços, a quem primeiro chegarya; e seriam bem juntas mjll pessoas e dhy pera syma*» ([25]).

7. Em conclusão. O século V, pela conversão do primeiro príncipe e rei e povo bárbaro — os Suevos — abriu uma nova era missionária da Igreja. E abriu em Portugal. E Portugal, já desde esse longínquo latejar do seu coração missionário, tem em si, de maneira clara, e empregada de maneira constante, uma Teologia da Conversão. Na reconquista, nos descobrimentos e nas conquistas continuou a ser seu lema: Baptizar, dar a salvação quanto antes e, depois, prosseguir a catequizar — trabalho com altos e baixos, com avanços e recuos; trabalho de toda a vida.

([24]) Cfr. os *Monumenta Missionaria*, em vários volumes, preparados por Silva Rego e António Brásio e tão louvàvelmente editados pela Agência Geral do Ultramar.

([25]) *Monumenta Missionaria Africana*, I, 191-192.

Tres escritores romanos de la Gallaecia en busca de su patria

Pelo PROF. DR. AQUILINO IGLESIA ALVARIÑO

Introducción

Nada me parece avocado a un empeño más esperanzador que estos coloquios Bracarenses en que la munificencia del hidalgo Miño lusitano reúne los espíritus curiosos por el pasado de la vieja Gallecia.

Para justificar este homenaje de recuerdo, de lembrança, explosión del alma a que las gentes ocitánicas rinden culto y que forma el centro mismo de su destino, pues el platonismo innato de los Avitos no se perdió nunca, bastan tres o cuatro figuras literarias del siglo cuarto y quinto de esa Gallecia situada en la tenebrosa orilla de Occidente, como entonces solían designarla.

Tal vez pueda explicarse un día con cierta claridad como una región, así situada y así designada siempre, pudo convertirse en esos siglos en uno de los centros intelectuales más vivos de la Cristiandad, en una de la cristiandades más vivas, mejor dicho.

Cuando este hecho se explique, se recogerán los frutos verdaderos de estos coloquios, que no serán otros que los de poder distribuir adecuadamente, en el gran retablo de la Gallecia nutricia que estamos recordando, las enormes y delicadas figuras de nuestros monjes, de nuestros obispos y de nuestros santos, desde Etheria, la peregrina, a S. Valerio el vagabundo de Dios.

Entre Eteria y Valerio, van y vienen por la Gallecia extrema y tenebrosa, haciendo que se crucen en ella todos los camiños del mundo y del pensamiento, una teoría de sombras, errantes a través de cuatro siglos de dolor oscuro. Todas, las más al menos, tienen de común el aparecer

desarraigadas, empujadas por un viento poderoso que las arrastara fuera de la vida y fuera de si mismas.

Del nutrido catálogo de escritores de estos siglos quiero destacar tres figuras que sobresalen entre la polvareda de las caravanas y la humareda de los incendios de los Suevos: Baquiario, el monje, Paulo Orosio e Hidacio de Chaves.

Cada uno de estos autores entraña una serie de incógnitas y problemas sobre los que lleva trabajado mucho la erudición cotemporánea. Baquiario, muy ligado al problema del Priscilianismo, fué objeto de preferente atención en el siglo pasado y lo siguió siendo en el actual. Entre los años 1928 y 1930 mereció el interés de J. M. Bover (1), J. Dhur (2), A. Lambert (3) y J. Pérez de Urbel (4), entre otros.

Paulo Orosio fué objeto en todo tiempo de agudos estudios. Recientemente se editó una amplia bibliografia, que pretende ser exhaustiva, pero a la que el P. Manuel de Castro, O. F. M., le señala todavía algunas lagunas, cosa muy natural en esta clase de investigaciones (5). Los últimos trabajos se deben a dos profesores compostelanos: el Dr. D. Casimiro Torres Rodríguez (6) y el Revdo. P. Manuel de Castro, O. F. M. (7).

Al Dr. D. Casimiro Torres se debe también un profundo y extenso estudio de Hidacio y su Cronicón (8), al que nos remitimos.

La única razón que me liga a todos estos autores es la de tener el encargo de preparar la edición de las Régulas de S. Frutuoso, uno de los capitales eslabones de la cadena áurea de escritores de la Gallecia.

Ajeno a la problemática que plantea cada uno, me parece lo más

---

(1) J. M. Bover, «Bachiarius peregrinus», en «Estudios Eclesiásticos», 1928, tom. VII, págs. 361-366.

(2) J. Dhur, «Aperçus sur l'Espagne Chrétiènne du IV siècle». (Bibliothéque de la Revúe d'Histoire Eccleés., fasc. XV, Lovaina, 1931).

(3) A. Lambert, O. S. A., «Bachiarius», en «Dict. d'Histoire et Geographie», Tom. VI, col. 58.

(4) J. Pérez de Urbel, «Los Monjes Españoles en la Edad Media», tom. I, Madrid, 1933, págs. 105-114.

(5) G. Fink, «Recherches bibliographiques sur Paul Orose». «Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos», 58 (1952), 271-322.

(6) Torres Rodriguez, Casimiro, «Los siete libros de la Historia contra los paganos de Paulo Orosio», en «Cuadernos de Estudios Gallegos», 3 (1948). «La Historia de Paulo Orosio», en «Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos», LXI, 1955.

(7) Castro, Manuel de, «El Hispanismo de la obra de Paulo Orosio», en «Cuadernos de Estudios Gallegos», fasc. XXVIII, Madrid, 1954.

(8) Torres Rodriguez, «Peregrinaciones de Galicia a Tierra Santa en el siglo V. Hidacio», en «Compostelanum», vol. I, núm. 2. Santiago, 1956.

probo presentarlos al margens de los problemas críticos que suscitan y que en gran parte están resueltos por los autores citados.

Trato de verlos tal como se me presentan en esta o aquella obra indubitable, y, más que a lo largo de toda la obra, en este o aquel momento de la misma, expresivo, a nuestro entender, de la intimidad del escritor, ese secreto precioso que no cae frecuentemente bajo el análisis erudito y sobre el que es lícito incidir desde otros campos.

El secreto íntimo que tratamos de arrancarles fué el de su ahincamiento en la tierra nutricia, que tan grato nos sería encontrar en unos autores a los que íntimamente nos sentimos ligados desde tan lejos, a través de una larga escala de recuerdos, en virtud de ese mismo sentimiento que en ellos quisiéramos descubrir.

Baquiario

Quiero preceder el texto de Baquiario (9) de esta noticia que nos da sua biógrafo Gennadio (10): «etiam peregrinationem propter conservandae vitae integritatem elegit», también se valió de la peregrinación para salvar su vida.

Baquiario tuvo miedo, como lo tuvo Orosio y como lo tuvo también Hidacio.

Hay un miedo típico del intelectual, que se manifiesta en su obra, y que viene producido por causas que no alcanzan al común de los mortales. En los momentos de caos espiritual, acompañados de violencia externa, el intelectual se siente, doblemente amenazado: amenazado en su vida, pero sobre todo en el conjunto de sentimientos, afectos y pensamientos con que tiene organizado el mundo que le rodea. Amenazado por los enemigos, pero sobre todo por la inanidad de ese mundo de creaciones humanas que no le sostienen, que le acusan frecuentemente, que ve hundirse ante sus pies.

En estas circunstancias, el intelectual se desprende de lo que más ama: de todo el mundo de sentimientos, afectos e ideas de orden natural, de todas las creaciones de su pensamiento, que ve fracasadas, vacilantes, enemigas. Es un desterrado de sí mismo, un eximismado. Feliz si una voz poderosa lo llama desde la otra orilla, como en nuestro caso.

---

(9) Solamente la Professio Fidei.

(10) Gennadio, «De viris illustribus», XXIV. (Esp. Sag., tom. XXV, Apend.).

Toda abdicación del pensamiento es hija de un caos espiritual en que peligra la vida del hombre de espíritu.

Los textos de Baquiario en que apoyaré mis observaciones son los siguientes, tomados de la Professio Fidei ([11]):

1. — Omne quod fuit, ipsum quod erit, et non est omne recens sub sole. (Ecclesiastés, I, 9). Omnia haec in figuram nostri contigerunt. (I Corin., X, 6.) ([12]).

2. — Suspectos nos, quem video, facit, non sermo, sed regio. Et qui de fide non erubescimus de provincia confundimur ([13]).

3. — Itaque nos ex hoc neminem novimus secundum carnem. (Ad. Cor. II, 5, 16) ([14]).

4. — Ne, quaeso, beatissime frater, male de provincia sentiatur... Nos caput sive pedes membra mundi, id est, Orientem et Occiduum esse sentimus, in quibus partibus sub praesentia legis omnis errorum contrita perversitas est ([15]).

En el supuesto bien dilucidado de su origen galaico, Baquiario vive en toda su intensidad el caos ideológico de fines del siglo IV y, *desnudo* y *sin equipaje*, como lo ve Gennadio ([16]), se dispone a vivir sólo para Dios.

En estas circunstancias, sospechoso de herejía por su origen natal, se le pide una profesión de fe, que presta obediente, pero precediéndola de una profesión de intelectual.

«Todo lo que fué», dice, «es idéntico a lo que será». «Nada hay nuevo».

El pensamiento de Baquiario, formulado con frases de Salomón, es éste, a mi parecer: No hay más que una sola verdad. Todo está dicho y pensado. La verdad única es la doctrina de los Padres, esto es, de la Biblia, manifiesta y clara. Toda otra doctrina es contagio del alma, siempre ansiosa de novedades.

La expresión de Baquiario es la siguiente. «Doncella es la doctrina que no conoció varón eclesiástico o católico y que va creciendo todo el tiempo entre mujeres, esto es, almas ansiosas de saber siempre, que con crédula facilidad se entregan a todo viento de engaño sin haber cuenta

---

([11]) Professio Fidei, PL. XX, 1018.
([12]) Professio Fidei, 1.
([13]) Professio Fidei, 1.
([14]) Professio Fidei, 2.
([15]) Professio Fidei, 2.
([16]) Gennadio, loc. cit.

de quien las hace graves. El Señor mandó en la Ley que no haya cópula sinó en matrimonio dentro de la tribu, esto es, con aquel pensamiento de Fe que desciende del semen de los Padres, esto es, de su doctrina, y que se ennoblece con la prosapia y descendencia de Abrahán, que fué el primero en recibir la circuncisión como señal» ([17]).

Partiendo de aquí, es un poco absurdo que haga una profesión de fe ante el Papa el simple monje que no tiene otra, humana ni divina, que la de los Padres, de que el propio Pontífice es depositario e intérprete. No es el Papa el que debe recibir la profesión de fe de Baquiario, sino éste la del Papa.

Así es necesario que suceda, sin embargo. Si no hay verdad nueva, tampoco hay nuevo acontecer. «Omnia haec in figuram nostri contigerunt» ([18]). Cumplida, como ejemplar, o en profecía, la historia está contenida en los Libros santos hasta la consumación de los siglos. La petición que el Sumo pontífice le hace de una profesión de fe tiene su ejemplar en el pasaje de Cristo y la Samaritana. Jesús, fuente de aguas vivas, pide agua a la Samaritana ([19]). El hecho de hoy es repetición del que fué.

Es este un principio de universalidad de la Historia que conoció también Hidacio.

Con esto solo podía quedar a cubierto la ortodoxia de Baquiario, ajeno por principio a todo pensamiento o doctrina que no muestre la clara señal de su divina nobleza, a las puertas del fin del mundo ([20]) ante la inminencia de la lucha final por el nombre de Cristo, cuyos resultados le son patentes.

Pero había algo que le dolía profundamente: la condenación implícita de la provincia lejana. Reinos y provincias desaparecían a los ojos del soldado militante del nombre de Cristo, firme a las puertas del fin del mundo, («Ecce in saeculi fine sistimus») ([21]). Sin embargo, volvemos a repetir, le dolía la provincia lejana, excluída de la lucha de Dios.

A tenor de las palabras de S. Pablo (II Cor. V, 16), niega que tenga ninguna patria en la tierra. Como Orosio alguna vez, afirma que su patria es la de su confesión de católico, no al revés ([22]).

No nos parece insincero al expresarse así. Este es realmente el

---

([17]) Bachiarius, Confessio, 6.
([18]) Bachiarius, Confessio, 1.
([19]) S. Juan, 4, 4-26.
([20]) Bachiarius, De Reparatione Lapsi, 6.
([21]) Bachiarius, De Reparatione lapsi, 6. (ML. XX, 1037).
([22]) Bachiarius, Professio, 2.

final justo de su pensamiento agónico, en el siglo V inicial y en todos los tiempos.

No obstante, la patria fugaz, pero ineludible, le duele. Su espíritu, lanzado en poderoso salto a la orilla inmutable, se siente turbado, a pesar de todo, por la provincia natal. («De provincia confundimur») ([23]). Esto le lleva a defenderla con una profundisima piedad. «Os lo ruego, Santísimo Padre», dice. «No se piense mal de una provincia» ([24]).

Le defensa, sin embargo, no se organiza desde un punto de vista particularista. «*Nosotos*», dice, «cabeza o pies, nos sentimos ser miembros del mundo, esto es, Oriente y Occidente. En estas partes, bajo la presencia de la Ley, toda la perversidad de los errores está siendo triturada» ([25]). La Gallecia es un miembro del mundo. De Oriente a Occidente peregrina la perversidad del error y del mal. De Oriente a Occidente se impone también el poder de la Ley. El lugar de nacimiento, por lo tanto, la patria, en el que se libra como en todas partes la batalla de la Ley, no es culpable de padecer esa lucha en su carne.

Detrás de cada indivíduo, de cada ciudad, de cada reino, se esconde la lucha del bien y del mal, repitiéndose constantemente, hasta la final y próxima ascensión de la Ciudad de Dios, que no es de este mundo.

Paulo Orosio

Distinta es la actitud que mantiene Paulo Orosio. Es también el miedo a la muerte lo que le empuja a la peregrinación ([26]). Pero su miedo no nace de dentro, de un mundo de ideas que se tornan vanas y asesinas, sino de una elemental violencia externa que no llega a producir en su espíritu desorden intelectual, una vez alejado del peligro.

Al llegar junto a S. Agustín el año 414 se olvida el verdadero motivo y cree que salió de la patria «occulta quadam vi», por una fuerza oculta.

A S. Agustín le produce la impresión de un «joven de ingenio despierto, palabra fácil, aficionado al estudio y deseoso de ser un vaso útil en la Casa del Señor para refutar las falsas y perniciosas doctrinas que

---

([23]) Bachiarius, Professio, 1.
([24]) Bachiarius, Professio, 2.
([25]) Bachiarius, Professio, 2.
([26]) Orosio: Historiarum, III, 20 (Edit. Carolus Zangemeister. Lipsiae, 1889).

han matado las almas de los españoles más cruelmente que el acero de los bárbaros ha traspasado sus cuerpos» ([27]).

Como vemos por las palabras de S. Agustín y volveremos a notar por las suyas, Orosio no es un peregrino, un eximismado, como Baquiario, sino un espíritu seguro de sí mismo, con fe en el poder del pensamiento, con afán de saber. Equipado con las enseñanzas de S. Agustín sobre los más abstrusos e incluso vanos problemas (el origen de la lluvia, por ejemplo), piensa luchar contra las herejías concretas de su patria imponiendo su verdad.

Su vitalidad se lo impidió. Orosio, que no sentía terrores de espíritu, sentía el pánico de la carne, y ante las noticias que de los vándalos llegaban, no se atrevió a emprender el regreso. Lo hace junto a S. Agustín y allí escribe en muy poco tiempo sus famosos *Historiarum adversus paganos libri septem*, desapareciendo su rastro a partir del 418.

Como se sabe, desarrolla en esta obra el pensamiento agustiniano de que los males que se registran en el acontecer histórico no son atribuíbles a Dios, elevándose por la idea de una Providencia presente en todo lugar y todo hecho, que observamos también en Baquiario, a una concepción universal de la Historia, que lo mantiene en la actualidad como a pocos pensadores de su tiempo.

En su cometido, Orosio parte de multitud de conceptos no siempre reconciables, difícilmente aprehensibles más bien, debido a la oscilación de su contenido. El concepto de universalidad, por ejemplo, arranca unas veces de la comunidad humana, del concepto mismo de humanidad, y otras, como en Baquiario, de la presencia universal de la Ley de la Providencia guiando los acontecimientos que conducen al establecimiento de la Ciudad de Dios. El concepto de patria ofrece las mismas vacilaciones. Tan pronto nos dice que su patria es el mundo, por su condición de hombre, como que su verdadera patria no es de este mundo, por su condición de cristiano ([28]).

Debido a esta vacilación, no hay siempre conformidad sobre estos conceptos entre los comentaristas. Menéndez Pidal, nuestro glorioso historiador, no se deja deslumbrar por las palabras de P. Orosio ni por su apelación a una universalidad, exigida por el pensamiento pero traicionada por el sentimiento, y nota en determinados momentos de su obra

---

([27]) Augustini Epistolae, 166, 1, 2(PL, XXXIII, 720-721; CSEL., Vol. 44, pág. 547).

([28]) Pauli Orosi Historiarum... V, 2.

la aparición de un naciente nacionalismo ([29]), palabra peligrosa y proclive a todo género de disensiones. Un joven Dr. gallego, el P. Manuel de Castro, O. F. M ([30]) refuta esta sospecha en un sentido que quizá no sea el de M. Pidal.

Nuestra intención, como anunciamos, se limita a analizar un texto que nos parece el más vivo y personal. Corresponde al COMMONITORIUM y es el siguiente: «Agnosco cur venerim: sine voluntate, sine necessitate, sine consensu de patria egressus sum, occulta quadam vi actus...

Fac me ad dilectam dominam meam idoneum negotiatorem, inventa margarita, non fugitivum servum, eversa substantia, reverti... ([31]).

Los textos citados constituyen una introducción al *Commonitorium*. En esta obra, como se sabe, expone Orosio a S. Agustín ciertas doctrinas, priscilianistas o no, que perturbaban los espíritus en Galicia. A pesar de afirmar ([32]) que los «malos doctores desgarran más profundamente (las consciencias) que los enemigos sanguinarios (los cuerpos)» en Galicia, las cuestiones que le plantea son de tal naturaleza que se apodera de nosotros la sospecha malsana de que al escribir el *Commonitorium* es mayor el ansia de saber de Orosio que su angustia religiosa. La respuesta de S. Agustín nos inclina en el mismo sentido. Al final de la misma, dice el gran doctor: «Es más: la Sagrada Escritura nos advierte que no nos despeñemos en sacrílegas fábulas por precipitadas conjeturas». «No investigues lo que está por encima de ti», sentencia com palabras del Eclesiastés ([33]).

Dejando de lado esta cuestión, es evidente que en el prefacio del *Commonitorium* trata Orosio de exponer el motivo de acercarse a S. Agustín con el cuestionario que le presenta.

No se atreve a decirle que viene expresamente, lo que no sería verdad. No se atreve tampoco a decirle que viene huyendo de los Suevos.

«Salimos, dice, de la patria empujados por una especie de fuerza oculta».

A pesar del clima providencial en que envuelve su arribada, piensa

---

([29]) R. Menéndez Pidal, «Historia de España, III, XXXVI. (Espasa Calpe, Madrid, 1935).

([30]) Castro, P. Manuel de, O. F. M., «La Hispanidad en la obra de Paulo Orosio», en «Cuadernos de estudios Galegos», fasc. XXVIII, Madrid, 1954.

([31]) Orosii Commonitorium ad Augustinum, 1 (ML, 42, 666).

([32]) Loc. cit.

([33]) Augustini ad Orosium Ep. XI, 14 (ML, 42, 667).

que no basta su presencia para mover a S. Agustín a interesarse por su cuestiorio y que lo correcto sería venir en nombre de alguna comunidad católica, lo que no es verdad, y lo confiesa: «salí de mi patria sin que ésta me lo ordenase, sin que me obligara a ello y hasta sin que me lo consintiera».

No es, sin embargo vana curiosidad la que el quiere satisfacer. Su intento es remediar la viva necesidad de su patria, que no quiere, por otro lado, que piense mal de él. Por ella y en nombre suyo se dirige a S. Agustín para que le suministre los tesoros de su ciencia. Con ellos luchará contra los enemigos, pero, muy principalmente, se justificará ante su dueña bien amada, pues teme que lo considere un siervo fugitivo.

Todo esto creo encontrar en el texto de Orosio: «Concédeme, dice, que regrese a mi querida dueña con la joya en mi poder como un mercador afortunado, y no con la hacienda malgastada, como un siervo fugitivo».

San Agustín lo entendió con ligereas variantes, como se ve en la carta que dirige a S. Jerónimo ya citada: «Vino a mi (Orosio) desde los confines del Océano, espoleado por lo que había oído que aquí podía aprender...

«Desea ser un vaso útil en la Casa del Señor, para refutar las falsas y perniciosas doctrinas que han matado las almas de los españoles, más cruelmente que el acero de los bárbaros han traspasado sus cuerpos» ([31]).

San Agustín piensa en la gran Casa del Señor, extendida por todo el mundo. Orosio en la de su dueña, que es la misma y no es. Orosio no puede temer que se le llame siervo fugitivo en la Casa del Sñor, pues no la ha abandonado. Su queridísima dueña no puede ser otra que su metrópoli de Braga, si no la Gallecia entera que el miedo le había hecho abandonar.

Para nuestro caso es lo mismo. Pues las metrópolis, esos pequeños centros de universalidad, fueron también hogares nutricios de dulces patrias.

Hidacio

Educado al lado de S. Jerónimo, el límico Hidacio, viajero por los caminos del Imperio y lámpara encendida de la Casa de Dios, es difícil

([31]) Augustini Ep. 166, cap. 1, 2 (PL. XXXIII, 720-721).

que haya desarrollado el concepto de patria. Encerrado luego en la Gallecia nativa, fracasado en sus tentativas políticas, prisionero, rodeado de un confusionismo religioso de espanto, es posible que lo crease, pero su patria sería un inmenso dolor. Un dolor inmenso sin esperanza. Cuando escribe, el imperio romano está en sus últimos días; la causa católica en Gallecia, ante las más angustiosas perspectivas. Pero se limita a consignarlo, con una angustia que aparece aquí y allá, sin ninguna esperanza. Heredero de la confusión y oscuridad que rodeó a S. Jerónimo a su muerte, no pudo liberarse de ella, sino saliendo por el portillo que abre el Señor a las almas angustiadas que creen en su palabra.

Hidacio creía. Pero algo le impedía dar el salto total que había dado Baquiario a la orilla firme e imperecedera. Algo le impedía dejar abandonado el mundo a su destino. Romano de los tiempos viejos, había pretendido enderezar los caminos de sus comprovincianos hacia la casa de Dios. Fracasó y pensó que ya no había caminos.

El texto capital que comentaremos pertence al prólogo de su Cronicón. Dice así ([35]): «Elegido luego inmerecidamente para el episcopado, habiendo conocido todas las tristezas de una época lamentable, no sólo quise mostrar las metas prontas a derribarse del imperio romano cercado de angustias, sino también, lo que es más lamentable, dentro de la Gallecia que es final del orbe, el desgraciado estado del clero, la muerte de la honesta libertad a manos de autoridades nombradas a capricho y el final casi de todo temor de Dios...»

Con expresión moderna, diríamos que Hidacio es un angustiado. El motivo de su angustia no es esto ni lo otro. Es todo. Vive el momento de caos espiritual de su tiempo y lo vive internamente. El mismo es portador de caos.

En la enumeración de los objetos de su relato, sin embargo, hay algo que el cree más grave: *quod gravius est*. Más grave que la caída del imperio romano y las desdichas de la época.

Una interpretación literal dirá que lo que es más grave para Hidacio es la confusión religiosa y política, la falta de libertad y religiosidad

---

([35]) Hydatii Lemici continuatio Praefatium: «Exin inmerito allectus ad Episcopatus officium non ignarus omnium miserabilis temporis aerumnarum et conclusi in angustias imperii romani metas subdidimus perituras et quod est luctuosius, intra extremam universi orbis Gallaeciam, deformem ecclesiastici ordinis statum, creationibus indiscretis honestae libertatis interitum, et universae propemodum in disciplina religionis occasum...».

en Galecia. Y esta es la verdad. Pero esta expresión tiene varios elementos que pueden agravar el dolor de Hidacio: la muerte de la honesta libertad, el estado desgraciado del clero y la pérdida del temor de Dios, por un lado, y, por otro, el hecho de que estas calamidades ocurran en la Galecia nativa, ante sus ojos.

Sería difícil afirmar, sin más, lo último, pero tampoco se puede negar. Ámela o no, la Gallecia le duele como su propia vida. Eso parece indubitable. Cualquier otro sentimiento que no sea el del dolor del fracaso íntimo, ni el propio Hidacio pudiera decírnoslo quizá. Es una víctima del caos y la violencia. De vez en cuando coge en sus manos los hilos conductores de la Providencia que le ofrece Paulo Orosio, pero no le conducen a ningún futuro realmente histórico: sólo a la certeza de un final de tragedia.

Como Baquiario, está seguro de que lo que fué es lo mismo que lo que será. Que todo acontecer está previsto en símbolo o profecía. Pero este pensamiento no le libera de la angustia, porque a él se sobrepone el del inminente fin del mundo, aunque desde un plano enteramente distinto a Baquiario, para quien no tenía otro sentido que el del triunfo de la Ley.

Hidacio ve también el fin del mundo, pero pegado a la estructura del viejo imperio y de otras múltiples creaciones humanas, no lo puede contemplar más que como ruína. Inclinado sobre el Libro de Daniel, anota con pavor el cumplimiento de las profecíias del libro XI, sin ánimo para acercarse a la resurrección exultante del XII. Al relatar el matrimonio de Ataulfo con Gala Placidia recuerda que en el terrible capítulo XI se lee: «Y al final de los años se federarán. Y la hije del rey del Sur vendrá junto al rey del Norte a hacer amistad. Pero no prosperará su semen ([36])».

Claro está que Hidacio no afirma la certeza de esta coincidencia. Lo deja en un «se cree que en este matrimonio se cumple la profecía de Daniel», pero ya es bastante.

En la mente de Hidacio no hay espacio para ninguna esperanza del lado de acá de la ribera. Su obra es un adiós tremendo. Y la Gallecia en ella — quod gravius est — una angustiosa agonía entre terrores de signos y portentos.

([36]) Daniel, XI, 6.

Vila do Conde. As origens do topónimo. Tentativa de identificação

Pelo DR. EUGÉNIO DE ANDRÊA DA CUNHA E FREITAS

São remotas as origens de Vila do Conde: Existiu uma povoação castreja no morro sobranceiro ao Ave, onde mais tarde se ergueu o majestoso Mosteiro de Santa Clara.

No Séc. I da nossa era, Mela (*De Situ Orbis. Hispania*, L.º 3.º, cap. 1.º) diz-nos que do Douro ao Minho viviam os Gróvios. E acrescenta «correndo entre eles os rios Avo, Celando, Nebis, Minio e Limia...».

Foi habitada em tempo dos romanos. Uma necrópole de incineração, com sepulturas constituídas por cinco grandes *tegulae* cada uma, foi há pouco bàrbaramente destruída, graças à incúria e desinteresse de quem tem obrigação de velar por essas coisas.

Subsistiu por largos anos a recordação do Castro na toponímia. Parece que só por ele era a terra designada nos primórdios da germanização. Pelo menos, da *Divisio Wambae*, atribuída ao discutido concílio de Lugo, de 569 (572, segundo outros), consta que a diocese de Braga tinha por limites ao sul o rio Ave — «per illam aquam de Avia *in Castrum*» (Mons. J. A. Ferreira, *Fastos*, I, 72-73).

Quatro séculos mais tarde, em 953, já com a sua actual denominação, ainda em Vila do Conde se menciona o «castro vocitato Sancto Johanne».

De quando data o topónimo *Vila do Conde?* Quem era este conde? Perguntas a que não é fácil responder.

★

Referem os historiadores desses longínquos e obscuros tempos que, em 868, Afonso III de Leão, chamado Magno, mandou reconquistar e repovoar as terras entre Minho e Douro, pelos Condes Vímara Peres e

Hermenegildo Guterres, e que ambos tiveram depois o governo da terra portucalense.

Deste repovoamento datam, sem dúvida, os numerosos topónimos germânicos que ainda hoje subsistem em toda a região. E também o nome de Vila do Conde.

Um daqueles dois grandes senhores deve ter tido, por presúria a *vila*, vinda já dos tempos romanos. Na verdade, não é de admitir que outro *Comes*, que não o governante do território, a possuísse e lhe desse nome; e o topónimo não é posterior aos primeiros anos do século X, porque o primeiro documento conhecido que o menciona é, como se disse, de 953, e refere o nome da proprietária e dos seus antecessores. (*P. M. H., Dipl. et Ch.*, n.º LXVII e *Vim. Mon. Hist.*, n.º CCCXL).

Mas qual dos dois, Vímara Peres ou Hermenegildo Guterres?

Antes de analisar os poucos elementos úteis para responder a esta pergunta, quero registar a lenda da fundação da vila, como o povo a conta, e que ainda não li em qualquer trabalho de investigação histórica ou etnográfica:

Certo conde vivia em Azurara com a Condessa, sua mulher, de quem não tinha filhos. Regressando de longa peregrinação, doente e sentindo a morte aproximar-se, fez voto de largar uma pomba branca e de, no local onde ela pousasse, fundar um convento e uma povoação a que daria o seu nome.

A pomba, voando, veio pousar no alto do monte de S. João, onde o Conde mandou edificar o mosteiro, e em volta dele a actual Vila do Conde.

★

Voltando aos Condes Vímara Pares e Hermenegildo Guterres:

O primeiro, que se apoderou do Porto em 868 e se supõe ter fundado Guimarães, viveu, depois da reconquista do Porto e do Entre-Douro-e-Minho, na Galiza, e parece que lá morreu no ano de 873 (P.e Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, II, págs. 77 e segs.). O segundo, continuando para além do Douro, por mandado de Afonso II, conquistou e repovoou Coimbra, em 878 (*Ibid.*, págs. 86). Dizem alguns que, em 899, governava Tui e Portugal (Sáez, *Los Ascendientes de San Rosendo*, págs. 19, e Azevedo, *ob. cit.*, págs. 89 — em contrário M. P. Merea, *De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, págs. 15).

Ambos, portanto, podiam ter, por presúria, as terras junto da foz do Ave, dando origem ao topónimo na 2.ª metade do séc. IX. Ambos

tinham licença do monarca para o presúria e repovoamento, para o que vieram acompanhados de servos, libertos e até de homens ingénuos. (Azevedo, *ob. cit.*, págs. 88).

Na falta de documentos decisivos, julgo necessário recorrer a certos indícios e examiná-los, antes de formular o que, aliás, considero simples hipótese.

Mumadona, viuva de Hermenegildo Gonçalves, fundou, como é geralmente sabido, o mosteiro de Guimarães ao qual testou em 959 numerosos bens, entre eles a própria Vila de Guimarães, que houvera por troca com sua filha Onega, a quem tinha cabido em 950, nas partilhas por morte do marido *(Vim. Mon. Hist.*, n.os VI e IX, págs. 5 e 7).

Mumadona era filha de Diogo Fernandes e de Onega; Hermenegildo Gonçalves era filho de Teresa Eriz e de Gonçalo Betotiz e neto de Ero Fernandes, irmão de Diogo.

Deste Ero Fernandes nasceu mais Ilduara, mulher de Guterre (filho do Conde Hermenegildo Guterres), pais de S. Rosendo (Sáez, *ob. cit.*, passim).

Quer dizer, Guimarães estava na posse de grandes senhores galegos ou leonezes, muito ligados por parentesco ao Conde Hermenegildo Guterres e a seus descendentes.

O Conde Vímara Peres, se na verdade foi o fundador de Guimarães, ao retirar-se para a Galiza, terá cedido os bens que possuía à família do Conde Hermenegildo? Não consta que seu filho Lucidus Vimaranis ali vivesse ou possuísse domínios nos territórios de Braga ou do Porto depois que acompanhou seu pai para Vama, na Galiza, e lá teve o condado de Pistomarcos (Azevedo, *ob. cit.*, 89).

★

A primeira vez que os documentos mencionam Vila do Conde é na conhecida carta de venda que, em 953, faz a *Deo-vota* Flamula, justamente àquele mosteiro de Guimarães, que Mumadona fundara e mais tarde dotaria largamente em testamento de 959. Flamula vende-lhe «uillas nostras proprias quos habemos in ripa maris prope ribulo aue subtus montis terroso id est uilla de comite... cum suas salinas et cum suas piscarias et ecclesia que est fundata in castro vocitato sancto iohanne...» A vila estava ainda delimitada como nos tempos romanos — «in suos terminos antiquos ab intecro». ainda que tinha já vários comproprietários — «Id sunt filios de baltario et de trasili et filios de gresulfo et de genili et

de Gondulfo» (*Port. Mon. Hist.*, Dipl et Ch., LXVII, e *Vim. Mon. Hist.*, CCCXL).

Flamula declara que houvera a sua parte dos pais Pelágios e Ibéria. E estes, como senhores da vila e padroeiros da sua igreja deviam, por qualquer título, tê-la das mãos do Conde que lhe deu o nome.

Ora aqui a hipótese, que se formula com todas as reservas, pois frágeis são os argumentos em que assenta:

Hermenegildo Gonçalves, o marido de Mumadona, tinha um irmão chamado Pelágio. Diz ela no seu testamento, em 959 — «Igitur ipse vir meus dum peracto vite cursu termino peruenit ad diem ultimum ante horam migrationis sue recuperato sensu refucillato spiritu conuocauit ad se dilectissimus et credulos sibi Pelagium fratrem suum...»

Seria este o pai da Flamula Deo-vota de 953? Se assim é, ficaria esta ligada à família de Hermenegildo Guterres, presumido fundador da vila. É certo que Pelágio Gonçalves foi casado com Hermenegilda Guterres, irmã de S. Rosendo; mas poderia casar duas vezes, uma delas com a Ibéria, mãe de Flamula.

Não pude consultar o estudo de Sáez *Notas al episcopologio minduniense del siglo X*, onde o ilustre medievalista espanhol estudou a genealogia dos mais próximos parentes de S. Rosendo, e designadamente a descendência de Teresa Eriz e de Gonçalo Betotiz, pais de Hermenegildo e de Pelágio Gonçalves. É bem possível que aí se encontrem elementos que confirmem ou destruam a hipótese formulada.

★

Que concluir, portanto, deste arrazoado? Que dois condes podem ter dado o nome à vila: Vímara Peres e Hermenegildo Guterres. Que um certo número de circunstâncias pesa a favor deste último.

É de justiça apontar que o falecido escritor D. João de Castro, num artigo «Vila do Conde e o seu Conde» sugeriu já esta solução a favor de Hermenegildo Guterres. No entanto, a genealogia que indica como certa, está errada, o que tira grande valor às suas conclusões:

Flamula { Pelágio Gonçalves { Gonçalo Mendes { Hermenegildo Guterres

(*O Primeiro de Janeiro* de 23.4.1939)

Ora, como se viu, Pelágio Gonçalves não descendia de Hermenegildo Guterres; nem se pode dar como inteiramente provada a identificação do mesmo Pelágio Gonçalves com o pai de Flamula de 953. Possível, provável até; mas não certeza.

Fiquemos no domínio das probabilidades (1).

(1) Depois de apresentada esta comunicação ao «Colóquio de estudos Suévico-Bizantinos», novos documentos permitiram confirmar, até certo ponto, a tese. Refundida, foi de novo apresentada ao «Congresso Histórico de Portugal Medievo», e será oportunamento publicada, nas respectivas Actas.

O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal

Pelo DR. FERNANDO CASTELO BRANCO

O problema mais importante e mais complexo que se tem posto à historiografia portuguesa é o da fundamentação da nacionalidade. Ora é precisamente para este problema, a nosso ver essencial, pois nos dá a razão de ser da existência de Portugal, como nação independente e livre, que a história do Reino Suevo oferece um interesse muito particular, apesar de paradoxalmente esquecida de quase todos os nossos estudiosos (1).

Perante esse tão debatido problema da independência, a historiografia portuguesa criou uma multiplicidade de soluções e atitudes, que pelo seu número, diversidade e até oposição são verdadeiramente desnorteadoras. Podemos contudo reuni-las em dois grupos, onde, para lá de diversidades subessenciais, se pode discernir uma atitude básica comum: os que sustentam que Portugal tem origem nos acontecimentos da reconquista, mais ou menos próximos da efectivação da independência, e os que entendem que os fundamentos da nossa autonomia vão enraizar em factores muito mais longínquos.

Entre os primeiros colocaremos Alexandre Herculano que afirmou: «Portugal, nascido no século XII em um ângulo da Galiza, constituído sem atenção às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território

---

(1) Veja-se, por exemplo, a *História de Portugal* de Fortunato de Almeida, 1.º vol., Coimbra, 1922, e a *História de Portugal* — Edição Monumental, dirigida pelo Prof. Damião Peres (1.º vol., Barcelos, 1928). Nelas não encontramos um capítulo sequer dedicado expressamente ao Reino Suevo, apesar de começarem ambas pelos primórdios da nossa pré-história.

de Gharb sarraceno, e buscando até, como veremos, aumentar a sua população com as colónias trazidas de além Pirenéus, é uma nação inteiramente moderna» (2), exprimindo, assim, as ideias características e caracterizadoras desta primeira corrente, onde também temos de incluir um historiador de tendências tão diversas das de Herculano, como foi Oliveira Martins. No entanto pensava semelhantemente ao exclamar: «Deixemos pois celtas e lusitanos em paz, e aproximemo-nos dos tempos que precederam a formação da monarquia portuguesa» (3). E nos nossos dias, apesar de tudo quanto a arqueologia e a antropologia nos têm revelado, continua a subsistir a mesma tese, que assim foi exposta pelo Prof. Damião Peres: «Portugal é — pensamo-lo — uma realidade nacional assente numa evolução político-económica. Essa elaboração fez-se obscuramente, desde a segunda metade do século IX» (4).

No outro grupo incluiremos os que entendem que os fundamentos da nossa autonomia vão enraizar em factores mais longínquos. Essa era a opinião dum Leite de Vasconcelos: «Não obstante os cruzamentos étnicos que de todos os tempos se têm operado no nosso território, devemos contar entre os nossos ascendentes os povos da Lusitania (...) Contentar-me-ia com lembrar que, o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitânia, está porém compreendido no dela; que a língua que falamos é, na sua essência, mera modificação da que usavam os Luso-Romanos; que muitos dos nossos nomes de lugares actuais provêm de nomes pré-romanos; que certas feições do nosso carácter nacional se encontravam já nas tribus da Lusitânia; que grande parte dos nossos costumes, superstições, lendas, isto é, da vida psicológica do povo, datam do paganismo (5); que bom número das nossas povoações correspondem a antigas povoações lusitanas ou luso-romanas; que numa palavra

---

(2) *História de Portugal*, Lisboa, s/d., 8.ª ed., Vol. I, pág. 98.

(3) *História de Portugal*, Lisboa, 1913, 8.ª ed., Vol. II, pág. 10.

(4) *Como Nasceu Portugal*, Porto, 1946, 3.ª ed., pág. 36.

(5) Um dos casos curiosos e amplamente comprovados dessa continuidade, temo-lo nas diversas sobrevivências do culto de Diana. Veja-se a esse respeito: *Vestígios do Culto de Diana em Portugal* in *Revista de Guimarães*, Vol. LXIX, 1.º Semestre de 1959, págs. 5-18; *A Festa da Senhora do Amparo em Felgar* in *Mensário das Casas do Povo*, n.º 161, Novembro de 1959, págs. 18-19; *Nos Domínios da Etnografia Portuguesa* in *Ocidente*, n.º 260, Dezembro de 1959, pág. 343. São também conhecidos bastantes casos de sobrevivências de crenças e superstições do período suévico. Veja-se: J. Leite de Vasconcelos: *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, págs. 563 e segs. e os estudos de Luís Chaves e do Dr. Eugénio da Cunha Freitas publicados na *Bracara Augusta*, Vol. VIII, n.º 3 (37-38), Julho-Dezembro de 1957, págs. 243-278 e 295-313.

quando estudamos, por miúdo, qualquer elemento tradicional da nossa sociedade, nos achamos constantemente em estreita relação com o passado, ainda mesmo com o mais remoto» (6). Esta argumentação foi, não há muito, reforçada do seguinte modo pelo Prof. Manuel Heleno: «Acrescentaremos em concordância com o Mestre, que a evolução de parte da indústria e da arte rupestre mostram a persistência das populações primitivas do nosso território; que estas possuíram culturas originais, como a dos dólmenes e a dos castros; que o quadro étcnico actual corresponde aproximadamente ao da época calcolítica; que a tradição da Lusitânia se conservou viva na Idade Média, como se pode ver, por exemplo, na carta sobre a conquista de Lisboa atribuída a Osberno. Ali se põe na boca do chefe dos parlamentários portugueses que requeriam a entrega da cidade — o arcebispo de Braga — estas elucidativas palavras: — Vós os da raça dos mouros... fraudulentamente roubastes... o reino da Lusitânia!» (7). Também o Prof. Mendes Correia afirmou: «Recuso-me, entretanto, a regressar, no estado actual da ciência, à doutrina de Herculano, segundo a qual nada havia de comum entre a velha Lusitânia e Portugal (...) Afonso Henriques foi decerto um hábil e corajoso parteiro. Mas a geração vinha de longe, de muito longe. Portugal existia já» (8).

Todavia — facto significativo — esta posição não é defendida apenas pelos arqueólogos. Assim Rui de Azevedo, um medievalista, aproximou-se deveras destas opiniões ao afirmar: «a terra, a língua, a raça, e os antecedentes históricos, em harmonia e bem entretecida trama, proporcionaram a formação do Estado Português no segundo quartel do século XII» (9). Também a Prof.ª Virgínia Rau observou pertinentemente: «Do Paleolítico Inferior aos dólmenes, aos fundos de cabana, aos povoados e aos castros, há uma evolução cultural que imprime uma tonalidade própria à fachada atlântica da Península. E desse particularismo cultural podemos, talvez, inferir uma diferenciação étnica não obstante os escassos restos osteológicos que possuímos dos nossos antepassados, pré e proto-históricos. E mesmo que tal lacuna antropológica, que nos aflige actualmente, não possa nunca vir a ser preenchida, afigura-se-nos não ser menos importante a diferenciação cultural do Ocidente em face do bloco peninsular» (10). E mais recentemente escreveu

(6) *As Religiões da Lusitânia*, Lisboa, 1897, Vol. I, págs. XXV-XXVI.
(7) *Algumas Palavras sobre Leite de Vasconcelos*, Lisboa, s/d., pág. 11.
(8) *Raízes de Portugal*, Lisboa, 1944, pág. 15-16 e 28.
(9) *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1937, Vol. I, pág. 7.
(10) *Raízes Antigas da Nacionalidade* in «Independência», n.º 11-12-13,

o Dr. Jaime Cortesão: «os primeiros príncipes de Borgonha que uma história *ad usum Delphini* nos tem inculcado como os forjadores da nação, perdem relevo, e os seus vultos esbatem-se na grande sombra duma grei anónima, que vinha há séculos preparando a sua individualidade de povo» (11).

Mas, como é de calcular, a esse nexo a que os arqueólogos e historiadores apontados atribuem tão particular importância, é negada a própria existência pelos partidários da tese de que Portugal surgiu com a reconquista (12).

Ora é precisamente para este aspecto de questão que a história do Reino Suevo, tão injustamente olvidada, pode dar um contributo, a nosso ver, de grande valor.

São, como vimos, várias as manifestações que, através dos tempos, se nos deparam, indicativas de uma diferenciação ou de uma tendência autonomista no ocidente peninsular.

Têm estes fenómenos uma importância que nos parece incontestável, mas no entanto supomos que o Reino dos Suevos, nas suas vicissitudes, é a comprovação mais clara e politicamente mais evidente da existência de um espírito autonomista no ocidente hispânico, muito antes de D. Afonso Henriques se ter tornado rei dum Portugal independente.

---

pág. 68-69, Lisboa, 1953. Noutro estudo afirmou também a ilustre historiadora: «l'idée de la persistence du fond de la population primitive, depuis les temps pre-romains jusqu'à la reconquête Chrétienne s'associait au fait observé d'une individualité culturelle tant de fois manifestée dans l'Ocident de la Peninsule Iberique depuis la pré-historie». *La Toponymie et le Peuplement du Portugal aux Temps Prehistoriques* in *Comptes Rendus du Congrès International de Geographie Lisbonne, 1949*, Lisboa, 1952, Vol. IV, pág. 213.

(11) *Os Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, pág. 146.

(12) Escreveu A. Herculano: «Temos examinado as relações, que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribus célticas denominadas os lusitanos — Qual é o resultado de tudo que fica dito? — Que é impossível ir entroncar com elas a nossa história, ou delas descer lògicamente a esta. Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses povos bárbaros e nós» (*História de Portugal*, vol. I, pág. 46). Oliveira Martins opinava: «Se a unidade de raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal oferece na sua formação às ordens da geografia» (*História de Portugal*, vol. I, pág. 17). E Damião Peres afirma: «O que deixamos exposto já assaz patenteia a fragilidade das teses que apontam como criadores da nação portuguesa os imperativos geográficos, étnico, linguístico e cultural. Essa fragilidade se confirma ao meditar-se em certas realidades da história peninsular» (*Como Nasceu Portugal*, pág. 34).

★

O Reino Suevo e o Portugal do século XII oferecem múltiplos pontos de semelhança.

Situados ambos no ocidente peninsular, lutaram pela sua independência, buscando ambos mantê-la contra e apesar das tendências absortivas dos seus vizinhos. O Reino Suevo é a primeira unidade politicamente bem precisa e estruturada que encontramos no ocidente peninsular e que procurou a todo o custo, através de uma luta sem tréguas, defender a sua autonomia. É certo que o Reino Suevo perdeu a sua independência ao fim de século e meio de pelejas e contendas, enquanto Portugal, pelo contrário, conseguiu mantê-la e fixá-la. Mas essa diferença não deriva de uma fraca aspiração autonomista dos habitantes e dirigentes do Reino Suevo, cuja existência a sua vida de constantes lutas demonstra sobejamente, mas sim da desigualdade das forças militares e em especial do poderio dos seus adversários: enquanto os suevos lutaram contra a monarquia visigótica, senhora de toda a restante península, Portugal defrontou Leão, dominando uma pequena parte da Ibéria, e tendo a sul uma fronteira movediça, teatro de conflitos mais ou menos constantes. Por isso não vemos nessa diferença obstáculo à hipótese que apresentamos de que estas duas lutas, visando ambas, inconstestàvelmente, o mesmo objectivo, se apoiaram em profundas forças autonomistas inerentes ao próprio ocidente peninsular.

Uma dificuldade todavia pode ser apontada: a da não coincidência das fronteiras. Já Herculano salientou este aspecto, reportando-se aos lusitanos (13) e, depois dele, outros autores retomaram o argumento (14). Também no caso do Reino Suevo ele é invocável.

Sem pretendermos, de nenhum modo, analisar melhor o problema, parece-nos contudo que essa divergência não comporta a conclusão que

---

(13) Escreveu Herculano, referindo-se ao problema da ligação de Portugal com os Lusitanos: «Tudo falta: a conveniência dos limites territoriais...» (*História de Portugal*, vol. I, pág. 46).

(14) É o que exprime, por exemplo, o Prof. Damião Peres, ao escrever: «O condicionalismo geográfico, étnico, linguístico e cultural, sendo, como é, comum a todo o ocidente peninsular, mostra-se impotente para explicar este espírito de constante oposição» (*Como Nasceu Portugal*, pág. 35). Está pois bem marcado que é a não coincidência das fronteiras portuguesas com os limites dessas diferenciações que leva o ilustre historiador a considerar esses condicionalismos impotentes para explicarem a independência portuguesa.

dela se tem tentado extrair. Vários factos nos levam a pensar deste modo. Antes de mais nada a divergência verifica-se apenas de forma notória na fronteira setentrional. Os limites ocidentais são deveras aproximados, apesar de mais extensos, circunstância que se nos afigura muito significativa. Mas especialmente deve acentuar-se que essa diferença de fronteiras não torna inadmissível a existência de um mesmo autonomista, que permitiu e alicerçou o poder político dos dois estados. Essa força, actuando no sentido da independência, não se manifestou livremente, como é óbvio, mas sim através de determinado condicionamento político, social e económico, que as circunstâncias de então lhe impunham. Por isso a divergência de fronteiras só tomaria o significado que lhe têm querido emprestar se esse condicionamento não tivesse existido. Todavia, como é notório e evidente, ele existiu e verifica-se ser fácil a explicação da não semelhança da fronteira setentrional portuguesa, por meio da actuação desse condicionamento.

Depois da conquista de Coimbra, em 1064, por Fernando Magno, foi criado por este rei um novo distrito, cuja fronteira ia por Lamego, Viseu e Seia até à Serra da Estrela e descia depois ao longo do Mondego. O seu governo foi entregue ao conde Sesnando. Nesta época o território portucalense ia do Douro ao Minho, abarcando a actual província de Trás-os-Montes, e estava sujeito, segundo parece, ao Conde Nuno Mendes. Em 1093, Afonso VI consegue estender o seu poderio até à linha do Tejo, apodera-se de Santarém e Lisboa e funda com as terras recém-conquistadas um novo condado, cujo governo entregou a Sueiro Mendes. Mas no ano seguinte confia a seu genro, D. Raimundo, o governo da Galiza e de todas as terras ao sul, até ao Tejo, e pela mesma altura entrega ao conde D. Henrique, marido de sua filha bastarda D. Teresa, o governo do Condado Portucalense, mas sujeito directamente a D. Raimundo. Contudo, talvez por reconhecer que o território sob a jurisdição de D. Raimundo era demasiado extenso, o que lhe criava dificuldades administrativas e defensivas, determinou mais tarde que deixasse de lhe estar subordinado o governo das terras ao sul do rio Minho ([15]). Desta divisão saiu o Condado Portucalense, donde nasceria Portugal.

É fácil verificar que nestas diversas alterações das fronteiras políticas dos sucessivos governos subordinados ao rei de Leão, actuaram de certo considerações momentâneas de ordem política e administrativa.

([15]) Ver Fortunato de Almeida: *História de Portugal*, vol. I, págs. 126-8 (Coimbra, 1922).

Mas, quer das modificações constantemente sofridas, quer do próprio traçado das linhas fronteiriças ressalta a contingência das suas bases. Simplesmente, desta evolução meramente política, fruto dos jogos das circunstâncias, resultou que o Condado Portucalense, ao tornar-se independente, dando origem a Portugal, não abarcava a Galiza, que assim não tomou parte nesse movimento.

A prova do artificialismo da fronteira setentrional do Condado Portucalense está bem patente na política de D. Teresa, de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I e nas suas tentativas para integrarem a Galiza no território português. Com este propósito D. Teresa mantém entendimentos com o Bispo Gelmires, intervindo deste modo nas lutas intestinas que se travam na Galiza, e, em 1116, segundo parece, consegue mesmo apoderar-se de Orense e Tui, aproveitando-se da desordem política que lavrava nos estados de sua irmã. Mas esta, logo que lhe é possível dominar a situação, reconquista os territórios da Galiza e invade o próprio Condado Portucalense.

Passados anos e depois da modificação profunda que representou na política do Condado a subida ao poder, pela força, de D. Afonso Henriques, vamos encontrar da sua parte a continuação da mesma política. Logo dois anos após ter-se apoderado da chefia do governo, D. Afonso Henriques invade a Galiza. Frustrada esta primeira tentativa, insiste várias vezes, até que, em 1137, depois de nova investida, conquista Tui e fica vencedor no recontro de Cerneja. Entretanto os muçulmanos ameaçam a fronteira sul e D. Afonso Henriques vê-se na necessidade de restabelecer a paz com Leão, o que consegue pelo tratado de Tui. No entanto o futuro rei de Portugal não descura a Galiza e este tratado, como acentuou o Prof. Torquato de Sousa Soares, deve considerar-se «uma vitória de D. Afonso Henriques, que não só não teria perdido, mas até talvez ampliado o senhorio de além Minho» (16). O facto é que na primeira oportunidade, em 1139 ou 1140, voltou a atacar a Galiza, embora sem êxito, e, a seguir ao recontro de Valdevez, estabelece-se a paz.

Decorrem alguns anos. O Condado Portucalense torna-se nação independente. Mas quase no fim do reinado, o seu primeiro monarca entra de novo em conflito com o Reino de Leão e mais uma vez a causa é a disputa de terras galegas, como o afirma Fr. António Brandão (17):

---

(16) *Significado Político do Tratado de Tui de 1137* in *Revista Portuguesa de História*, tomo II, pág. 334 (Coimbra, 1943).

(17) «E outros são de parecer, procederão estas discordias de algũas duuidas que os Reys tiuerão sobre as terras da Galiza, demarcação dos limites do Reino, o

D. Afonso Henriques invade a Galiza, apodera-se de Tui, dos distritos de Toronho e Límia e ocupa vários castelos. Mas, obrigado a intervir nas lutas que se travam na fronteira meridional, dirige-se para sul. É feito prisioneiro pelos leoneses em Badajoz e a sua libertação custa-lhe todas as terras conquistadas na Galiza.

Em 1196, desta vez D. Sancho I conquistou Tui e outras terras da Galiza, que é depois obrigado a abandonar. E decorridos pouco mais de meio século deparamos com acontecimentos diferentes, mas não menos significativos. O rei de Castela D. Pedro é assassinado em 1369 por seu irmão D. Henrique, que se apodera do trono. D. Fernando resolve disputar-lho como bisneto de D. Sancho, o Bravo. E então «as çidades e villas que tomarom sua voz, forom estas, Carmona, Çamora, Çidade Rodrigo, Alcamtara, Vallença Dalcamtara; e mais de Galliza, a çidade de Tuj, Padrom, Arrocha, Acrunha, Salvaterra, Bayona, Alhariz, Millmanda, Arahujo, a çidade Dourense, a villa de Ribadaiva, e Lugo, a çidade de Santiago, que se deu mais tarde» (18). Isto é, tomaram o partido do Rei de Portugal algumas terras fronteiriças e grande parte da Galiza.

Que ilações se podem tirar destes factos?

Em princípio podíamos admitir duas hipóteses: ou estas tentativas de conquista da Galiza foram o produto da ambição pessoal dos dirigentes do Condado Portucalense e depois de Portugal, ou resultavam de algo de mais profundo. Se considerarmos que há uma continuidade nessa política, concluímos que é de rejeitar a primeira hipótese. Mas se atentarmos em que D. Afonso Henriques devia saber muito bem, dado o seu talento político e militar (19), que realizaria mais fàcilmente a expansão para sul, contra os sarracenos, o que de facto fez, levando a fronteira do sul de Leiria para o sul de Beja e Serpa, e que no entanto, antes de combater os muçulmanos, lutou, e com insistência, pela posse da Galiza,

---

que tenho por mais certo, pois esta foi também a causa das guerras entre o mesmo Rey de Portugal, & o Imperador, pay del Rey Dom Fernando, como em os liuros antecedentes fica relatado» (Fr. António Brandão: *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, fols. 225r-225v. Lisboa, 1632).

(18) Fernão Lopes: *Chronica do Senhor Rei D. Fernando*, cap. XXV in *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, 1925, Vol. IV, pág. 177.

(19) Oliveira Martins pôs em justo relevo os excepcionais dotes políticos de D. Afonso Henriques: «Era seco, astuto, friamente ambicioso, sem quimeras nem ilusões. Era um espírito agudo e prático, e fazia boa parte da sua força (...). O predomínio absoluto de uma ideia prática, servida por uma inteligência lúcida, por um carácter sem grandeza, e por uma valentia provada, tornavam-no invencível, ainda mesmo quando era batido» (*História de Portugal*, vol. I, págs. 67-8).

se atentarmos neste aspecto, somos levados a considerar estas campanhas como o resultado de algo mais profundo do que a ambição de um chefe.

Além destas razões, outras se podem apontar para tornar compreensível a diferença da fronteira norte de Portugal, relativamente à do Reino Suevo. De entre estas, citemos um factor de ordem religiosa que se criou durante a reconquista e ao qual António Sardinha e o Dr. Jaime Cortesão atribuem grande importância. Escreveu o primeiro num dos seus estudos: «Porque não acompanhou a Galiza, — tal como hoje a entendemos — o rumo de Portugal, seu filho desmembrado e heróico? A resposta acha-la-emos sem demora, se reflectirmos um momento na acção soberana do Bispo Gelmires, criando em Santiago um foco de actividade cultural e política que, se distinguiu a Galiza ao norte do Minho das terras que seriam gradualmente absorvidas pelo futuro centralismo castelhano, não se consentiu conjuntamente que seguisse os destinos do aventureiro Condado Portucalense, considerado como parte sua, e inferior em brilho e riqueza ao núcleo que se agrupava em torno do túmulo do Apóstolo. Adicionem-se as consequentes disputas prelatícias entre Compostela e Braga, lutando ambas pelo mesmo primado, não se olvidando também a qualidade de *caravansèrail*, — a observação é de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos —, que imprimiam à Galiza compostelana as peregrinações incessantes» ([20]). E o Dr. Jaime Cortesão por seu lado afirmou: «A nosso ver a causa da desintegração da Galiza do Estado do ocidente da península reside num fenómeno de carácter religioso: a importância excepcional que Santiago de Compostela assumiu, em toda a Europa, como centro de peregrinações. Desde o século IX que esta cidade adquire uma intensa prosperidade económica mercê das turbas que todos os anos e de toda a Europa acorrem a visitar o túmulo do Apóstolo. A cidade galega não só arranca a Braga a hegemonia sobre o noroeste da península, como se torna uma espécie de Roma do ocidente, foco de riqueza e centro de cultura intensa. Colocada, todavia, num dos extremos da faixa ocidental, formada mais por concentração passiva que activa, é na criação dessa metrópole aberrante que devemos buscar a causa da despolarização política ocidental da Galiza» ([21]).

([20]) *Nacionalismo Galego e Lirismo Português* in *Nação Portuguesa*, n.º 3, 3.ª série, Lisboa, 1925, pág. 134.

([21]) *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* in *História do Regímen Republicano em Portugal*, Lisboa, 1930, vol. I, pág. 36.

Do que ficou dito, alguma coisa de importante se pode concluir para o problema que pretendemos analisar:

1.º — A não inclusão da Galiza dentro do Portugal independente, que surge no século XII, é perfeitamente explicável pelos acontecimentos políticos e religiosos da reconquista e não implica de nenhum modo a ausência de um fundamento autonomista comum ao Reino Suevo e a Portugal.

2.º — Que devia existir ainda no século XII uma unidade entre esses territórios separados por uma fronteira política, demonstram-no claramente as sucessivas invasões da Galiza por D. Teresa, Afonso Henriques e D. Sancho I, as quais, de outro modo, ficariam sem explicação ou com uma explicação pouco admissível. Quer-nos parecer, portanto, que, embora com fundos autonomistas comuns, o Reino Suevo e Portugal deveram a sua diferença de fronteiras a condicionamentos políticos acidentais.

Muito mais fundas diferenças de fronteiras tem tido o estado polaco e nem por isso se nega a existência da continuidade secular da nação polaca, à qual as vicissitudes da política europeia têm imposto fronteiras tão diversas. A Polónia anteriormente à sua partilha entre a Rússia, Áustria e Prússia tinha fronteiras bem diversas da Polónia que ressurgiu depois da primeira Grande Guerra. Mas ninguém nega por esse motivo a continuidade entre os dois estados, nem a existência duma mesma base autonomista. Entre o Portugal de D. Afonso Henriques e o Reino Suevo as diferenças territoriais são só importantes devido à Galiza, cuja separação de Portugal é tão compreensível. Porque negar pois a existência de ligações entre ambos?

3.º — Deve notar-se, como já o fez o Prof. Mendes Correia, que «não é indispensável, para se admitir relações entre factos desta natureza, que a sobreposição dos contornos seja perfeita. Basta que as duas áreas coincidam em grande parte» ([22]). Ora essa coincidência, no caso de Portugal e do Reino Suevo, é bem patente, incluindo mesmo o núcleo vital dos dois estados. Como acentuou muito justamente o Dr. Sérgio da Silva Pinto, o «núcleo principal do Reino dos Suevos será sempre a região de Entre-Douro-e-Minho, donde mais tarde há-de nascer Portugal» ([23]). E a coincidência vai até ao ponto de ter sido sempre Braga, um dos núcleos gera-

---

([22]) *Raízes de Portugal*, pág. 27.

([23]) *O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos*, pág. 4 (Braga, 1949).

dores da nacionalidade, a capital dos suevos, como recentemente se demonstrou ([24]).

Mas poder-se-ia ainda objectar que o Reino dos Suevos foi criação de um povo estranho e invasor e que portanto só podia reflectir os desejos autonomistas das populações que dominava, se com elas se tivesse estabelecido uma comunhão íntima. Ora a verdade é que se deve ter dado essa fusão, aliás bastante acentuada, entre conquistadores e conquistados, muito maior do que a que se verificou entre hispanos e visigodos. Uma prova disso têmo-la na filologia, pois, segundo afirma o Prof. Piel, «os nomes germânicos da península se encontram quase exclusivamente na Galiza e norte de Portugal, quer dizer, na região que corresponde mais ou menos às ocupadas pelo reino Suevo» ([25]). E o arqueólogo espanhol Bosh-Guimpera vai ao ponto de considerar essa fusão um factor de diferenciação do território suevo do da restante península: «Los suevos en Galicia y en Norte de Portugal no hicieron sino combinarse con el viejo substracto indigena celtizado y contribuir a destacar aquellas regiones de las demas» ([26]).

Acresce ainda que, segundo parece, os reis suevos promoveram e facilitaram eles próprios essa fusão. É Manuel Torres, historiador espanhol, quem o afirma, referindo-se à conversão de Requiário: «poderiamos relacionar la conversión con el deseo de vencer las intrigas de sus rivales, ganando la adhésión de las cristianas masas galaicoromanas» ([27]).

Por todos estes motivos vemos no Reino Suevo, como acontecimento político, a prova evidente da existência de uma força autonomista no ocidente peninsular, a qual veio a manifestar-se plenamente no século XII, quando circunstâncias mais propícias lhe permitiram um completo e perfeito êxito.

★

O Reino dos Suevos, na sua existência atribulada de mais de século e meio, viveu em lutas quase constantes, tendo realizado várias conquistas e expedições bélicas através da península. Para além de certas investidas

---

([24]) Sérgio da Silva Pinto: *O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos*, págs. 7-8 e nota 31.

([25]) *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*, pág. 7 (Lisboa, 1936).

([26]) *De la España Primitiva a la España Medieval* in *Estudios Dedicados a Menendez Pidal*, vol. II, pág. 542 (Madrid, 1951).

([27]) *Las Invasions y los Reinos Germanicos de España* (Anos 409-711) in *Historia de España* dirigida por Ramón Menendez Pidal, tomo III, pág. 30 (Madrid, 1940).

mais longínquas e que não tinham por objectivo estabelecer um domínio duradouro, outras houve que se podem considerar como verdadeira manifestação do espírito expansionista dos suevos. Não caracterizemos nós essa expansão, mas recorramos a dois historiadores, para evitarmos assim a possibilidade de inconscientemente adaptarmos esse movimento às conveniências de fundamentação do nosso ponto de vista. Gonzaga de Azevedo exprime-o deste modo: «Os suevos, senhores do campo, tornaram-se então conquistadores, meteram a saque várias cidades da Península, e acumularam muita riqueza. Ao território que possuíam na parte marítima da Galícia, desde 411, ajuntaram a parte marítima da Lusitânia correspondente, até cerca do Tejo, de sorte que *Portucale* de extrema que antes era, tornou-se central» ([28]). E Francisco Veloso, no seu notável estudo sobre o Reinado Suevo, afirma em termos análogos: «Torna-se possível concluir que os Suevos se acantonaram de início na capital da província, que era Braga, e na região de Entre-Douro e Minho, e daí exerciam a sua supremacia no restante território do convento bracaraugustano, e depois se foram difundindo progressivamente, até que por modo directo e efectivo ocuparam e habitaram toda a porção da Lusitânia primitiva que se estendia desde o Tejo ao Mar Cantábrico» ([29]).

Não é necessário vincar quanto esta expansão se assemelha extraordinàriamente à expansão de Portugal no século XII, até nos sucessivos esforços que dispenderam os suevos para dominarem Lisboa, o que revela que não atribuíam menos valor à sua posse que o próprio Afonso Henriques sete séculos mais tarde. E se aceitarmos a lógica interpretação do texto de Jordanes levada a efeito pelo Dr. Francisco Veloso, teremos que o Reino Suevo se estendeu a certa altura até ao Algarve, o que tornaria a semelhança das duas expansões quase completa ([30]). Esta coincidência das linhas de avanço não pode ser mero acaso. E não vemos que se lhe possa atribuir outro sentido senão o de que os dois estados estavam animados por forças políticas até certo ponto idênticas, que deram origem por isso a uma expansão também idêntica.

([28]) *História de Portugal*, vol. I, págs. 125-6 (Lisboa, 1935).

([29]) *A Lusitânia Suevo-Bizantina* in *Bracara Augusta*, vol. II, n.º 2 (15), Julho de 1950, pág. 147.

([30]) «Outro lapso de Azevedo consiste em supor, fundado em Jordanes, que o limite sul da zona ocupada pelos Suevos fosse o rio Tejo. Azevedo não atenta à versão preferível do texto citado. Essa uma das razões de não ter reparado que, sendo o Promontório Sacro, isto é, o Cabo de São Vicente, o limite ocidental dessa zona ocupada, nunca estar no rio Tejo o limite meridional da mesma zona, pois o dito cabo

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

★

O Reino Suevo acabou por ser absorvido pela monarquia visigótica. Mas, aspecto altamente significativo: algo de autonomia continua a subsistir no território ocidental da Hispânia, mesmo depois de perdida a independência e submetido à força por um poder político estranho, que procurava acima de tudo conseguir a unificação peninsular. «O nacionalismo suévico, não podendo afirmar-se no território político» — afirmou Miguel de Oliveira — «houve de refugiar-se no campo religioso. A escassez de documentos não permite seguir todas as fases da rivalidade entre Braga e Toledo, cidades que representavam as duas nações. Sabemos, no entanto, como os reis visigóticos procuraram aumentar a autoridade dos bispos de Toledo e como os Concílios nacionais intentaram extinguir certas particularidades da Igreja Bracarense. Têm assim profundas raízes na história as questões de primazia que entre si disputaram os prelados das duas metrópoles» ([31]). E também Gonzaga de Azevedo apontou alguns factos claramente demonstrativos dessa sobrevivência. É ele que diz: «Eclesiàsticamente, o Reino dos Suevos vivia, não só segundo pode supor-se, pelo sentimento, como pela divisão das dioceses, conservada ao menos no substancial, como então, e pelo rito especial» ([32]). As vicissitudes e as questões travadas em redor da conservação ou do desaparecimento do rito suévico, revelam de facto a

---

ainda fica mais a sul no Algarve. Não faria sentido realmente que o Bispo godo assinasse (sic) ao país suevo um limite ocidental fora desse país e, o que é mais — a sul! A expressão «tendo... ao sul a Lusitânia e o rio Tejo» significa pura e simplesmente que os Suevos *tinham*, isto é, eram possuidores (*habentes* diz o texto) da Lusitânia meridional, pelo que não possuíam ou ocupavam efectivamente a Bétia, que lhe ficava a leste, além Guadiana; e significa ainda que tinham também no seu território, o rio Tejo, que o atravessava na parte sul, o que é verdade incontestável, mesmo que consideremos o domínio suevo extensivo à Lusitânia transatagana: a alusão ao Tejo reforça a afirmação de que ao sul apenas ocupavam os suevos território lusitano, onde corria aquele rio, e não bético, banhado por outros rios, por exemplo, o Guadiana. O texto declara também que eles *tinham*, isto é, possuíam a zona do Promontório Sacro. Não se trata portanto só de limites. Deste modo conclui-se sem dificuldade que Jordanes indica como zona ocupada efectivamente pelos suevos toda a orla ocidental da península Ibérica. A sua informação coincide portanto com a narrativa de Inácio» (*A Lusitânia Suevo-Bizantina* in *Bracara Augusta*, vol. II, n.º 4 (17), Fevereiro de 1951, págs. 391-2.

([31]) *Factores Religiosos da Independência de Portugal* in «*Congresso do Mundo Português*», Vol. II, págs. 78-9, Lisboa, 1940.

([32]) Gonzaga de Azevedo: *História de Portugal*, vol. I, pág. 49 (Lisboa, 1935).

importância que esse aspecto assumia na época, a ponto de Sisenando o tornar uma questão nacional (33).

Certos autores, pelo modo como se referem à Hispânia, parecem confirmar este ponto de vista. João de Biclaro, por exemplo, natural de Santarém, refere «ratione potius quam império converti ad Catholicam fidem facit, gentemque omnium *Gothorum* & *Suevorum* ad imitatem & pacem revocat Christianae Ecclesiae» e diz-nos ainda que «Mauricii Imp. qui est Reccaredi Regis IIII an. Sancta Synodus Episcoporum *totius Hispaniae, Galliae,* & *Galleacie,* in Urbe Toletana praecepto Principis Reccaredi congregatur» (34). Do mesmo modo no cânone segundo do terceiro Concílio de Toledo se lê «ut per *omnes ecclesias Hispaniae Galliae vel Gallaeciae* secundum formam orientalum ecclesiarum» (35). Igualmente no *Sebastiani Chronicon* se encontra o seguinte trecho: «Filium suum Vitizanem in Regno sibi socium fecit: eumque in Civitate Tudensi, Provinciae Gallaeciae habitare praecepti, ut pater teneret Regnum Gothorum, et filius Suevorum» (36).

Citem-se ainda as frequentes revoltas do tempo de Sesebuto e Vamba, a exigência de que fossem apenas godos os eleitos para o trono (37) e outros factos ainda, e ver-se-á confirmada esta opinião, que aliás não é só de historiadores portugueses. Joseph Piel, por exemplo, sustenta «que os Suevos conservaram uma certa independência depois da absorção pelos godos» (38), facto que é tanto mais admissível por quanto, como observou Bosh-Guimpera, «incluso des pues de la desaparicion del dominio bizantino y del reino suevo con la conquista de Leovigildo, la Monarquia visigotica, que pretende el dominio de toda la Peninsula, nos es ella misma sino una super estructura» (39).

Esta persistência duma diferenciação, após a perca da independência e encontrando-se os suevos submetidos a uma força política estranha, cujo interesse primordial era precisamente o de eliminar essa diferen-

---

(33) Idem, vol. I, pág. 49.

(34) *Chronicon Joannis Biclarensis Florez* in *España Sagrada,* Vol. III, págs. 392 e 393, 2.ª ed., Madrid, 1773.

(35) Tejada y Ramiro: *Collecion de Canones de todos los Concilios de la Iglesia de España y America,* Vol. II, pág. 230, Madrid, 1782.

(36) Florez: *España Sagrada,* Vol. XIII, pág. 480, 2.ª ed., Madrid, 1782.

(37) Miguel de Oliveira: *Factores Religiosos da Independência de Portugal,* in *Congresso do Mundo Português,* Vol. II, pág. 80.

(38) *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa,* pág. 9.

(39) *De la España Primitiva a la España Medieval* in *Estudos Dedicados a Menendez Pidal,* tomo II, pág. 542.

ciação para assim dar maior coesão à monarquia visigótica, que conseguira, não sem luta, alcançar o domínio da península, significa também que o Reino Suevo exprimiu e se fundamentou em algo de mais profundo que já existia — e continuou a existir no ocidente peninsular — e que eram as forças de independência, vindas de eras recuadas, que buscavam com persistência a autonomia e que iam emprestando a esta zona da Hispânia um carácter distinto inconfundível.

★

Concluindo: que parece deduzir-se do que expusemos? Que no ocidente peninsular existiu uma força autonomista que por várias vezes se manifestou, e sempre de forma cada vez mais persistente e vincada. Foi essa força que serviu de apoio ao Reino Suevo; este foi, por sua vez, na história da península, a primeira manifestação indiscutível de ordem política da sua existência.

Na vida breve do Reino Suevo e na sua luta pela liberdade, na fusão com as populações indígenas, na expansão para sul, tão semelhante à que D. Afonso Henriques intentou, na permanência do espírito de diferenciação mesmo depois de submetido à monarquia visigótica, vemos a expressão mais completa, anterior à independência no século XII, das profundas e perenes forças autonomistas que existiam no ocidente peninsular desde épocas muito remotas. Para Gonzaga de Azevedo «são os portugueses actuais representantes directos da sociedade, constituída no século V da nossa era, a noroeste e a ocidente da Península, em terras de Galécia e Lusitânia pelos suevos, com os elementos étnicos aí preexistentes, e sobretudo com os lusitano-celtas romanizados» (40). Desta afirmação parece deduzir-se que, para o insigne historiador, o Portugal do século XII representa uma ressurreição do Reino Suevo do século V e a sociedade portuguesa a continuidade dessa outra sociedade, pelo que as raízes da nossa autonomia assentariam portanto no estado suevo. Não cremos que assim seja, pois as manifestações autonomistas e de diferenciação do ocidente peninsular são muito anteriores à chegada dos suevos à península e, por isso, mergulhar apenas até eles as raízes de Portugal é proceder como se nada até então tivesse existido. Quer-nos parecer além disso que o Reino Suevo, só por si, como estrutura política, não teria tido possibilidade de resistir tão longamente aos visigodos, se outras for-

(40) *História de Portugal*, vol. II, pág. 3 (Lisboa, 1939).

ças o não apoiassem, e nem sequer teria sobrevivido a si mesmo, depois do longo período de hibernação que vai desde os meados do século VI até ao século XII, passadas as convulsões que representam a dominação visigótica e árabe e o período da reconquista. Superior ao poder político dos suevos era o dos visigodos, e contudo na reconquista, como se sabe, este não ressurgiu, nem os novos reinos, a não ser em teoria, representavam a continuação desse poder. Como ver, pois, em Portugal o «representante directo» do Reino Suevo, cujo poder político foi destruído em 585 pelos visigodos, se não podemos ver nos reinos da reconquista a representação directa do poder político visigótico?

Por tudo isto nos parece muito mais natural e plausível admitir que o Reino Suevo e Portugal basearam em forças comuns — e não este naquele — o seu poder político, sendo o reino suévico a mais clara prova e manifestação da existência de vetustas forças autonomistas no ocidente hispânico — forças essas que as vicissitudes do Reino Suevo só aumentaram e consolidaram, como é evidente. Com este reino, a independência do ocidente peninsular pode-se considerar completa ou quase completamente uma potencialidade. No século XII, ao encontrar um ambiente próprio, conseguiu finalmente atingir o seu desiderato: a criação dum estado independente no ocidente da península.

São Martinho de Braga e as Mulheres Demónios

Pelo DR. FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

O notável opúsculo de S. Martinho Bracarense intitulado: «De Castigatione Rusticorum» é importantíssimo para o estudo das superstições do tempo em que viveu o grande Bispo.

As páginas «De Instrução dos Rústicos» são admiráveis de clareza e de verdade. Aí se verbera com rara energia algumas superstições que se encontravam mais enraizadas no povo e que mereceram a S. Martinho severíssimas palavras de crítica.

Não podemos discutir numa simples tese tudo aquilo que o admirável Pastor de almas verberou com extraordinária veemência. São afirmações de S. Martinho: «uns adoravam o sol, outros a lua, ou as estrelas, uns o fogo, outros a água do profundo, ou as fontes das águas, entendendo que estas coisas haviam sido feitas por Deus para uso dos homens, mas que tinham nascido de si mesmas».

Depois de se referir aos deuses pagãos e mostrar o perigo de tal culto, declara: «além disto muitos demónios desses, que foram expulsos do céu, residem, ou no mar, ou nos rios, ou nas fontes, ou nos bosques, aos quais semelhantemente os homens que não conhecem o Senhor, honravam como a deuses, e lhe sacrificam. No mar lhe chamaram Neptuno, nos rios Lamias, nas fontes Ninfas, nos bosques Dianas; as quais coisas todas não são mais que malignos demónios e espíritos maus que pervertem os homens infiéis, que se não sabem munir com o sinal da cruz. E o Bispo clama com energia: «vós fazeis estas vãs superstições; nunca vos abstendes delas...».

Séculos e séculos se passaram e as superstições subsistem. Por isso as palavras do grande Bispo continuam a ser da maior actualidade.

Vamos falar nos demónios femininos: Lamias, Ninfas e Dianas. M. Ciges Aparício e F. Peyro Carrió escrevem o seguinte sobre a «Lamia»: «Na Líbia, onde teve origem a lenda de Lamia, acreditava-se que ela era formosa e filha de um rei, por quem Júpiter se enamorou. Os ciúmes de Juno levaram esta deusa a enlouquecer, e depois de ter devorado os seus próprios filhos, Lamia retirou-se para lugares abruptos e entregou-se ao mais horrível desespero. Diodoro refere que, cheia de inveja das outras mães, roubava e devorava-lhes os filhos. Dizia-se também que Júpiter lhe tinha concedido o dom de abandonar e recubrar os olhos conforme fosse a sua vontade. Além disto bebia até chegar à mais degradante embriaguês. Neste estado era inofensiva, mas depois vagueava entre as sombras como sinistro fantasma, vampiro sedento de sangue das criaturas».

Quando as mães pretendiam assustar os filhos bastavam proferir apenas o seu nome.

Acusavam as lamias de serem as responsáveis dos funestos efeitos que os excessos produzem na graça e vigor dos jovens.

Ainda os mesmos autores referem duas lendas: uma tradição garantia que a Lamia habitava numa caverna do monte Cirfis, perto de Crissa em Tocide e outra a dá como natural do país fantástico dos Lestrigones, no qual chegou a ser rainha.

Com estes elementos formou-se uma tradição em que aparecem várias «Lamias» representadas frequentemente com rosto e seios de mulher e corpo de serpente. Vários autores afirmam que elas mudavam de feitio conforme a sua vontade, para melhor enganar as pessoas que pretendiam conquistar. Tinham além da beleza do seu busto, um poderoso atractivo de sedução, uma espécie de assobio tão agradável que os viajantes se sentiam poderosamente atraídos por elas. Depois dos lúgubres festins que celebravam, o seu aspecto era horroroso: manchadas com o sangue das vítimas, reluziam os seus rostos como se fossem brasas. Os pés pareciam garras de ferro. Ovídio nos «Fastos» descreve uns monstros que têm toda a configuração das «Lamias», e que em figuras de demónios alados, amamentavam os meninos durante a noite, substituindo as mães, e davam-lhes o leite envenenado dos seus seios.

Supunha-se que a primitiva Lamia seria filha de Scila. Parece que, em número de três, as Lamias foram objecto de um culto especial. S. Martinho Bracarense ao falar nestes malignos demónios tinha razão de sobra para chamar a atenção do povo para tão estranha superstição. Sucedem-se civilizações, umas atrás das outras, e ainda hoje vamos encon-

trar reminiscências das horríveis Lamias em terras de Espanha. Os mitos que existiam no tempo dos suevos persistem em pleno Século XX.

Constantino Cabal refere que há províncias em Espanha, como a Vascongada, por exemplo, onde ainda vivem as Lamias. Escondem-se nas grutas com água, e nela se lavam durante a noite; fiam em rocas de oiro, e às vezes se enamoram dos homens.

Nas Astúrias o mito popular mais enraizado é o da «Xana», ninfa que vive nas fontes, pequenina e formosa de cabelo loiro e que se dedica a roubar crianças... Constantino Cabal explica a origem deste nome. Há alguns séculos Xana era em castelhano Jana. E Jana segundo Macrobio era noutros tempos atrás Diana. É preciso dizer-se que Diana começou a usar-se no plural, isto é «Dianas».

S. Martinho de Dume escreveu: «nos bosques Dianas». E mais diz que esta casta de seres mitológicos «não são mais que malignos demónios». Constantino Cabal insinua que havia Dianas nos bosques de Espanha de outras eras e que as Dianas de hoje são as Xanas. As Dianas eram para os velhos cristãos «daemones de caelo expulsi». As Dianas são demónios mulheres. Constantino Cabal diz que Diana, nas Astúrias Diaño, significa Demónio.

Na tradição asturiana referem-se lutas que houve entre Lamias e Xanas para conquistarem refúgios. Constantino Cabal informa que aconteceu às Dianas dos bosques, unirem-se às Lamias dos rios e às Ninfas das fontes. As Ninfas foram pouco a pouco desaparecendo e os seus caracteres passaram para as Dianas. As Lamias encontram-se nos nossos dias nas montanhas do País Vasco, e nas Astúrias sob o nome de «Guaxas». As Dianas em vez de serem exclusivamente os Demónios dos bosques ficaram também Demónios das fontes e dos rios. Diana é a deusa da caça. Júpiter fê-la rainha dos bosques, e pôs-lhe uma série de Ninfas às suas ordens, segundo opinam alguns mitólogos modernos a característica fundamental de Diana foi a da fecundidade. Explica-se portanto, a razão de haver um número infinito de Dianas. Como no tempo dos suevos ainda hoje persiste o mito da Diana ou Xana, e o da Lamia ou Lamiña.

A Ninfa simboliza, segundo Cabal, «a força da natureza criadora, plena de fecundidade. Encontravam-se nos campos, nos rios, nas fontes e descreviam-se plenas de beleza e juventude».

Os mitos da Diana, da Lamia e da Ninfa confundem-se e como adiante se verá tomaram em Portugal o nome de Sereia e de Moura Encantada.

Muitas lendas cheias de poesia existem nas Astúrias a respeito das

Xanas e que ainda hoje impressionam as gentes rústicas tal como dominaram a imaginação dos suevos no tempo de S. Martinho Bracarense. Os cabelos das Xanas eram doirados e muito belos e decoravam as suas lindas cabeças.

Quantos não as viam pentear-se com pentes de oiro alisando os longos cabelos que tombavam pelas costas abaixo.

Quantos não ficavam assombrados com a beleza impressionante desses demónios femininos que surgiam para perturbar o coração dos homens.

As Xanas cantam como rouxinóis e a sua voz domina todos aqueles que as ouvem. Há ainda quem se recorde de ter escutado nas grutas e nas fontes os seus cantares, que mais pareciam coros maravilhosos que nasciam do fundo das águas.

As Xanas, tais como elegantíssimas mulheres, vestiam-se de túnicas brancas ou prateadas.

É vulgar ouvir-se dizer à gente do povo asturiano, que nos riachos onde a água parece espuma não é mais do que o sabão das Xanas que acabaram de se banhar na água límpida e tranquila. As Xanas também não perderam os hábitos femininos que foram apanágio das nossas avós. Sabe-se que elas passam horas e horas a fiar em rocas de oiro, sentadas junto a uma caverna ou nas margens dos rios.

As Xanas, passeiam, fiam, penteiam-se e dançam. Os seus bailados têm tal beleza que impressionam pela graça e distinção, e podem considerar-se verdadeiras orgias de luz e de cor.

Quantos tesoiros escondidos poderiam ser revelados se as Xanas os quisessem denunciar. Quanto oiro e pedras preciosas não são ciosamente guardados por estes demónios mulheres. No entanto as Xanas não são tão más como as pintam. Até uma vez, diz-se nas Astúrias, que uma Xana maravilhosamente linda se enamorou dum simpático rapaz. Constantino Cabal conta o seguinte episódio: «um homem novo aproximou-se duma fonte, dela saiu uma Xana muito bela que «era um encanto para os olhos». Ao vê-la ficou logo apaixonado. A Xana amável, carinhosa, serena, ouviu com prazer uma ardente declaração de amor. Ficou felicíssima com as palavras do moço enamorado e ensinou-lhe a maneira de quebrar o seu encanto. Para isso bastava que ele tirasse o chapéu ao amanhecer do dia de S. João. O moço esperou pacientemente junto da fonte, com todo o amor que lhe aquecia a alma. O horizonte iluminou-se com os primeiros raios de sol, e nesse momento, quando a Xana se ia a esconder e desaparecer para sempre, o moço tirou o chapéu e tomando-a

nos braços disse-lhe que nunca mais a abandonaria. Quebrara-se para sempre o «encanto», e a Xana foi sua desde aquele instante assim como todos os tesoiros que ela possuía».

Constantino Cabal declara: «são três, pelo menos, as figuras mitológicas que se irmanam na Xana: a Ninfa das fontes, a Lamia dos rios e a Diana dos bosques».

São precisamente estes os «demónios malignos» de que nos fala o grande S. Martinho de Braga. As Ninfas confundem-se também com as Sereias e também seduziam os homens novos com a sua música inebriante. Como as Dianas, dançavam e cantavam à beira dos lagos. As Lamias vivem ainda, segundo a voz do povo nas montanhas do País Vasco. Estranha terra esta que tem sido objecto dos mais variados estudos sobre a sua origem e sobre a sua língua que ainda hoje é um mistério. A respeito das Lamias e as suas lendas quem melhor as estudou foi o P.e José Miguel de Barandiarán, notável etnógrafo.

Em algumas destas lendas vamos encontrar uma série de elementos comuns às diferentes terras da Península. Júlio Caro Baroja, com a autoridade do seu ilustre nome, diz o seguinte: «a crença das Lamias na Espanha romana pré-cristã, e ainda entre os povos bárbaros que continuam sendo pagãos depois do advento do cristianismo, é conhecido por um texto muito citado de S. Martinho Dumiense (falecido em 580), do qual diz Menéndez Pelayo o seguinte acerca das superstições dos aldeãos galegos: «para atalhar naquele povo tão graves males, compôs S. Martinho Dumiense o livro «De Correctione Rusticorum». Consta este breve tratado de duas partes: uma, em que se recordam os principais dogmas cristãos, e outra, em que o Santo repreende severamente os ritos idolátricos dos aldeãos galegos».

Júlio Caro Baroja depois de transcrever a passagem de S. Martinho, onde se fala de lamias, declara: «isto revela que na Galiza, no século VI, como antes em Northumoerland, as Lamias eram adoradas». Rodriguez Lopez declara que «nos castros ainda subsistem os encantos dos «Mouros» e das «Lamias». Caro Baroja informa que em Burguillos (Badajoz) há um lugar chamado «Charco da Lamia». Barandiarán diz que «os génios de certas lendas conhecidos sob os nomes de Lamia, Lamiña e Lamiñaku, são objectos de muitas crenças populares, algumas das quais pertencem ao ciclo mitológico das antigas Ninfas. A mitologia actual apresenta-nos a Lamia, em muitos casos, como um ser de figura de mulher da cinta para cima, e de peixe para baixo, o qual vive nas margens dos rios. Esta é a concepção da Lamia pelo menos segundo as lendas dos

povos costeiros. Mas segundo outras lendas de povos afastados do mar a Lamia é uma mulher, menos nos pés, que são de ave e vivem nas covas e nos rios».

Lope Martínez de Isasti, no século XVII já dizia que «algumas vezes se viram no mar Oceano Tristões, que são peixes marinhos muito semelhantes ao homem, como as Sereias que na nossa terra se chamam Lamias que, se bem que não sejam racionais, são muito ao natural, como homens e mulheres da cinta para cima e no resto terminam em cauda». Caro Baroja declara «não se espantar que o escudo de Bertizarana (Navarra), representando uma Sereia com os cabelos caídos, os braços levantados, utilizando com a mão direita um pente e sustentando com a esquerda um espelho, tenha algo que ver com a crença das Lamias».

Caro Baroja aceita o facto das Lamias vascas terem uma relação relativamente directa com as Lamias clássicas, e também com as Ninfas e com outras espécies de mulheres sobrenaturais, próprias das mitologias nórdicas, tais como as Walkirias. Muitas das lendas que na Vascónia se atribuem às Lamias, nas Astúrias se atribuem às Xanas, descendentes das «Dianas» (as ninfas ou companheiras de Diana), cujo culto reprovava no século VI S. Martinho Dumiense».

Paralelamente às Xanas asturianas existem as «Anjanas» nas montanhas de Santander. As anjanas têm bons sentimentos e vestem túnicas de flores e estrelas de prata. Usam um báculo doirado, meias verdes e sandálias de pelo de marta. São loiras e com olhos azuis. Possuem palácios subterrâneos cheios de tesoiros riquíssimos. O seu báculo é uma autêntica varinha mágica que tem o poder de transformar os rochedos em moles de ferro, as árvores em barras de oiro e as pedras em diamantes. Esclarece Caro Baroja que «nas aldeias próximas das Astúrias as Anjanas se confundem com as Moiras, das quais se diz que vivem nas grutas desde a batalha de Covadonga».

Aurélio de Llano Roza de Ampudia informa que no Algarve existe uma palavra que corresponde exactamente às asturianas Ja ou Jana. Leite de Vasconcelos pronuncia-se sobre este assunto e esclarece que no Algarve acredita-se na existência de umas mulheres chamadas Jãs ou Jans que gozam da virtude de, deixando à noite no borralho do lar um pouco de linho e um bolo, encontrar-se pela manhã o linho fiado tão fino como cabelo. Se elas porém se esquecerem de deixar o bolo ao pé do linho, este de manhã aparece queimado. Muitos indivíduos sustentam que os seus antepassados possuíram lençóis fiados pelas Jans. Também no

Algarve é muito costume dizer «Pobre Jan» ou «Probe Janes», por «Pobre Diabo».

É curiosíssimo encontrar-se uma referência às Xanas no Algarve. O masculino de Diana, Dianos é equivalente a Janos. Caro Baroja diz: «podemos pensar que em determinado tempo houve ao lado das formas masculinas: «Janos-Dianos», duas formas femininas: «Jana--Diana». Na primeira parece que deriva a palavra asturiana Xana, e a santanderina Anjana ou Injana. Nas Astúrias Diaño, significa demónio. A palavra Dianho é vulgaríssima no Minho e quer dizer precisamente o mesmo. Diabo ou Dianho são sinónimos. Caro Baroja diz ainda que «nas aldeias próximas das Astúrias e na zona de Carmona, as Anjanas se confundem com as Mouras, que se afirma viverem nas grutas desde a batalha de Covadonga». O mito das Moiras encantadas vive intensamente em todas as terras portuguesas. Quase tudo que se diz das Xanas se pode aplicar às nossas Mouras encantadas.

Não temos tempo infelizmente de discorrer como quereríamos sobre «os diabólicos encantamentos» dessas lindas mulheres que nos ficaram da moirama para tentar os pobres cristãos.

Consiglieri Pedroso diz: «é principalmente como génios femininos das águas que as «Mouras encantadas» são conhecidas no nosso país, e é a esta feição do seu carácter que se ligam grande número de superstições, e a elas se refere». O mesmo investigador elucida: «as Moiras encantadas são divindades ou génios femininos das águas, fontes, rios, ribeiros, poços, etc.». Guardadoras de tesoiros encantados; fiandeiras ou construtoras de monumentos e ainda génios maléficos que perseguem o homem».

Como as Xanas ou Lamias as Mouras deixam os poços, as grutas e os regatos e vêm para terra pentear os seus lindos cabelos doirados; como as Xanas ou Lamias as Mouras são guardadoras fiéis de inúmeros tesoiros escondidos; como as Lamias ou as Xanas as Mouras são tentação permanente do homem novo, ousado e enamorado.

Não há fonte, pode dizer-se, onde não viva uma Moura encantada. Quase que não há penedo ou ribeiro ou gruta onde as Mouras não tenham tesoiros escondidos. Na Galiza passa-se precisamente o mesmo: as mesmas Moiras, os mesmos segredos, as mesmas tentações... Jesus Rodriguez Lopez ensina que nos castros da Galiza ainda subsistem os encantos dos «Mouros» e das «Lamias». Muito perto de Braga na «Citânia» de Guimarães há Mouras por todos os lados. As lendas são muito interessantes. Há, até quem afirme que a «Pedra Formosa» da Citânia de Bri-

teiros foi para ali trazida por uma Moura encantada. Camilo Castelo Branco conhecia muito bem as lendas das Mouras encantadas e a elas se refere no seu livro as «Memórias do Cárcere»: «contaram-me que lá em cima na Citânia estavam moiras encantadas, que eles tinham visto em certas noites vaguearem em tercicólos com luzinhas pelo pendor da serra». O admirável escritor ainda escreve o seguinte: «doutra moira que viera berço à flor do rio Ave; e num momento em que o encanto se lhe quebrou, o berço se converteu em alva fraga».

Teófilo Braga e Adolfo Coelho citam várias crenças a respeito de Mouras encantadas. José Leite de Vasconcelos informa que em Chaves quando os meninos ainda não estão baptizados lhes chamam «mouros».

As Lamias em Portugal deram lugar às Sereias. Enquanto as Mouras encantadas ficaram a viver nas fontes, grutas e ribeiros, as Sereias foram para o mar largo para aí tentarem o ousado navegador português que partia à procura de novas terras e de novas estrelas.

Estamos convencidos de que da palavra Lamia se originaram muitos vocábulos que ainda hoje são frequentes. Apesar de A. Chabo declarar que a palavra Lamia era primitivamente ibérica, nós aceitamos a opinião de Telesforo de Aranzadi: «de entre os seres fantásticos a Lamia, tomou este nome dos latinos; mas parece haver-se naturalizado no país, até ao ponto de contribuir para a toponímia».

Askue recorda inúmeros nomes que têm a sua raiz na palavra Lamia. Entre outros vamos referir os seguintes: Lamiano (lugar de Lamias — Navarra); Lamiaran (cale de Lamias — Viscaia); Lamiarrieta (pedras das Lamias — Navarra); Lamiategui (sítio das Lamias — Guipuzcoa); Lamien lezea (cova das Lamias — Navarra); Laminazulo (poço das Lamias — Serra da Viscaia); etc., etc.

Estamos convencidos que o mesmo sucede com algumas palavras portuguesas que derivam daquelas Lamias ou bruxas de que fala o P.e Manuel Bernardes na «Nova Floresta». Citemos por exemplo as freguesias de Lamas (Vila da Feira, Lama (Santo Tirso), Lamações (Braga), Lamalonga (Macedo de Cavaleiros), Lamaporco (Ilha de S. Tomé), e as minas de estanho de Lamações (Covilhã), e as palavras lama, lameiro, lameirão, lamaçal, lamação, lamaciar, lamaceiro, lamacento, lamaço, lamageiro, lamagem, lamaçada, etc.

Queremos ainda referir o termo «Lamatim», nome dos mamíferos sirénios da família dos manatídeos. Os lamatins são animais aquáticos que vivem no rio. Há uma espécie curiosa que habita no rio Amazonas. Sobre este assunto vêm os filólogos de dizer a última palavra.

Seja como for, verifica-se que ainda hoje os mesmos mitos persistem no subconsciente do povo.

As Mulheres Demónios, que o grande Bispo de Braga tão àsperamente criticou, continuam a viver na imaginação das gentes sob o nome de Sereias e Mouras encantadas. As Ninfas, as Dianas e as Lamias subsistem em Portugal com as suas lendas, os seus romances, as suas quadras e os seus contos, numa palavra com todo o seu cortejo maravilhoso de crenças e superstições.

Lamias ou Sereias, Xanas ou Moiras encantadas continuam a solicitar a imaginação do vulgo. Encontrá-mo-las num monte distante ou à beira dum rio guardando avaramente ricos tesoiros à espera que os homens os venham conquistar para satisfação das suas ambições desmedidas. O bezerro de oiro, ontem como amanhã enlouquece o homem e fá-lo perder o senso comum. Diz-se que houve em tempos remotos negra barbarie e que agora domina uma adiantada civilização. Quantas vezes ficamos a pensar se haverá grande diferença entre povos bárbaros e civilizados. Às vezes parece que estas duas palavras são sinónimos. A voz justiceira de S. Martinho de Braga ao criticar com veemência as vãs superstições, os malditos agouros e as tristes adivinhações do tempo dos suevos não se perdeu no deserto, e ainda hoje em pleno século XX tem uma actualidade impressionante.

ALGUNS ASPECTOS SOCIAIS

Pelo Dr FERNANDO FALCÃO MACHADO

A Escola de Ciência Social, fundada por Le Play e à qual deve Portugal notáveis trabalhos, posto que tida modernamente por «geografia pitoresca» e de concepções acanhadas e antiquadas, tem, no entanto, um magnífico instrumento de trabalho na *Nomenclatura* de Henri de Tourville.

Entre 26 de Outubro de 1951 e 27 de Julho de 1955, publiquei no jornal «O Despertar», de Coimbra, e sob o título «Da Lusitânia a Portugal» uma série de setenta artigos aplicando as diversas rubricas da Nomenclatura à vida da Península e, em especial, da sua parte ocidental, na época de Lusitanos, Romanos, Suevos e Godos.

Creio que o referido jornal suspendeu, para todo o sempre, a conclusão do trabalho, que não passava de ligeiros apontamentos num tentame de sistematização histórico-sociológica. Não foram publicados os artigos relativos às rubricas respeitantes ao Estado, Expansão, História e Categoria das Raças.

São os apontamentos esboçados para estes artigos que tenho a honra de apresentar a este ilustre *Colóquio* nesta despretenciosa comunicação.

LXXV

U — O *Estado* — Sabidas as características do regime político dos visigodos, estuda-se a organização do seu Estado.

d) *Instituições visigodas* — A administração do reino visigótico, das suas cidades e províncias, era exercida pelos nobres, com o título de *Comes* e *Dux* e parece que governavam com pouca dependência do rei, contra o qual, por vezes se revoltavam.

Primeiramente, os visigodos regeram-se por um direito próprio diferente do direito dos lusitano-romanos ou hispano-romanos. Tiveram

eles o *Código de Eurico* e estes últimos o *Breviário de Alarico* ou *Lex Romana Visigothorum*, devido a Alarico II (506).

Porém, pela inevitável fusão dos povos, foram desaparecendo as diferenças entre vencedores e vencidos e nos reinados de Chindasvindo e Recesvindo promulgaram-se leis aplicáveis aos dois povos, donde resulta a unificação do direito, representada pelo *Código de Recesvindo* ou *Liber Judiciorum* de 651 (?), revisto e confirmado pelo Concílio de Toledo de 693 e desde então denominado *Código Visigótico*. O Código Visigótico estabeleceu como fonte de direito os cânones da Igreja.

O povo visigótico parece ter sido hostil à lei escrita, ao direito escrito, proferindo o direito dimanado do costume, consuetudinário.

A justiça foi administrada pelos *Dux*, *Comes* e Bispos, de nomeação régia. Mas há outros juízes, como os *vicarius*, e os *paci-assertoris*. Recesvindo legislou sobre direito civil e criminal: casamento, testamentos, sucessões, doações, tutela, divisão das terras e sua venda, negócios além-mar, penhor, alforria e prescrições, por um lado; e raptos, adultérios, núpcias ilícitas, incestos, divórcios, danos, ocultação de fugitivos, deserção de militares, violação de sepulturas, etc. por outro. Talvez houvesse tribunais colectivos.

As leis penais eram duras: açoites, degredo, rapar a cabeça, que era a maior humilhação que podia infligir-se, e mutilações. Vamba mandou castrar soldados que, nas campanhas das Vascónias, tinham violado mulheres.

Além dos magistrados há oficiais de justiça, como os *saiones*, uma espécie de oficiais de diligências. Havia, também, notários públicos, de nomeação régia, que davam autenticidade às Leis do imperante e a outros documentos.

Entre as provas admitidas em processo havia a da água fervente, ou seja a cicatrização ocorrida, dentro de certo prazo, das feridas, causadas por queimaduras de água a ferver, feitas em juízo, era prova da inocência do arguido.

O serviço militar era obrigatório e os visigodos foram povo guerreiro, como já se viu. Teudis foi hábil estratega na luta contra os francos, o que revela uma vitória da inteligência contra o instinto da bravura ou da combatividade. Havia unidades com mil soldados, comandadas por *milenarius*, subdivididas em centúrias e decúrias e o comando de certos corpos superiores cabia aos *Tiufados*. O *Comes* também era comandante de tropas. Posto que os vândalos tivessem embarcações, e também

os suevos, foi Sisebuto que organizou a marinha de guerra, com a qual conquistou o Norte de África.

A acção fiscal realizava-se através do Conde do património e dos *numerários* ou cobradores de tributos; aquele fiscalizava a exploração das terras do património real e contra os abusos de uns e outros velava o *Dux*. Mas não tanto que não tivesse havido no reinado de Vamba, sublevações contra o peso dos tributos para gastos inúteis e supérfluos.

Quanto a obras públicas, além da fundação de cidades em Espanha como Olite, Fuenterrabia, Vitoria e Recopolis (Ojeda ?), sabe-se que Sisebuto engrandeceu Ebora, que tornou sua segunda capital, e que, durante o período visigótico se desenvolveu Portucale (Porto) onde se erigiu um bispado.

O luxo desenvolve-se e, com ele as artes sumptuárias. A arquitectura latina sofre a influência da bisantina e origina-se uma arte caracterizada pelo uso do «arco semicircular ultrapassado». A escultura desenvolve-se, florescente, e origina uma escola notável em Mérida, de que Rui de Serpa Pinto encontra influências no pilar visigótico de Elvas, que estudou, bem como outras peças escultóricas.

Desenvolveu-se a pintura mural e continuou a arte do mosaico, que os romanos tinham desenvolvido grandemente.

Os visigodos adoptaram a língua latina para seu uso, largando a sua língua original — e possìvelmente já a tinham quase esquecido ao entrarem na Península.

Também tiveram numismática própria, a partir de 567, de Liuva ou Leovigildo e há moedas de todos os monarcas posteriores, excepto de Recáredo. A moeda era o triente de oiro, de forma grosseira, tendo no anverso o busto do rei, de tipo convencional, e no reverso a figura da Vitória, e cruz e outros ornatos, como florões, anéis, estrelas, e as legendas: Nome do soberano seguida de *Rex in Dei nomine*, no anverso; e o nome da cidade onde a moeda foi cunhada, no reverso. Cunhou-se moeda em Évora, *Eminio* (Coimbra), *Portucale* (Porto), *Egitania* (Idanha-a-Nova), *Lamecum* (Lamego), *Monecipio* (Monsanto da Beira).

A par destas, que seriam, possìvelmente, moedas comemorativas circulavam as moedas romanas e hispano-romanas, como instrumento de troca.

LXXVI

V — *Expansão.*

a) *A expansão romana* — A expansão dos romanos para a Península foi, inicialmente, militar; as legiões vindas para combater os Cartagineses e seus aliados e que, depois combateram os povos nativos, acabando por submetê-los. Mas, não vieram, sòmente soldados. Atrás das tropas em expedição vão, sempre, mercadores, prostitutas e parasitas, quando não as próprias famílias de alguns militares. Lembremo-nos de que, para acabar com o prolongado cerco de Numância, veio à Península Públio Cipião, o Africano que restabelece, no corrompido exército romano, a disciplina, suprimindo tudo quanto fosse objecto de luxo e correndo do acampamento duas mil prostitutas.

Os veteranos ficaram, constituindo colónias e lavrando terras ou exercendo outras tarefas. A expansão romana revestiu, pois, a forma de colonização militar e agrícola, e, conjuntamente com elas, a política e comercial.

Fundidos os dois povos, dominador e dominado — recordemos que Carteia foi fundada e povoada por 4.000 homens, filhos do comércio ilegítimo dos soldados romanos com as mulheres espanholas — os soldados hispano-romanos, como tropas, auxiliares, fazem parte do Exército imperial e servem fora da Península. Em dado momento sabe-se que havia, pelo menos sete cortes lusitanas e cinco de Bracara Augusta. Da sua fixação no estrangeiro, nada se sabe.

Da expansão lusitana na península, há que recordar que Valencia foi povoada por Lusitanos exilados.

b) *A expansão sueva* — Os suevos ao invadirem a Península, são um povo de pastores-agricultores, em marcha. São soldados com famílias. Localizados no Noroeste Peninsular, a sua menor expansão, ocorre quando se refugiam nos montes de Oviedo, para fugirem à invasão do vândalo Gundérico.

Depois, o Rei suevo Rechila inicia um movimento de expansão e conquista para o Sul, ultrapassando o Tejo e o Guadiana, tomando Sevilha e Mérida, e atingindo o Mediterrâneo. Reciário ou Requiário tenta a conquista do Norte de África. Depois, começam a perder terreno, que os visigodos lhes conquistam, até que, no ano de 584, são dominados completamente. Historiadores modernos entendem que os suevos, sob o domínio visigótico, não perderam a sua personalidade. Já nós fizemos eco dessas opiniões.

c) *A expansão visigótica* — Pràticamente desde Teodorico, os visigodos estão em constante expansão, no seu aspecto de, também, povo em marcha. Mas é de presumir que, à frente, viessem tropas e só depois de estabelecidas como conquistadores, mandassem vir as famílias deixadas na Gália. Estabelecidos na Península, conquistam não só o reino suevo, mas, também, os territórios que os romanos, tanto do ocidente como os do oriente, ou bisantinos, tinham na Península, dominando-a completamente toda, o que aconteceu com Suintila. Por sua vez, Sigebuto realizou conquistas ao Norte de África na região de Tânger. A expansão visigótica findou, como sabemos, no ano de 771.

X — Estrangeiros.

a) *Entre os romanos* — Se, na realidade, os romanos foram estrangeiros, em relação aos Lusitanos, certo é que a fusão e, depois, a constituição de Caracala, de 212, os igualou. Os que não se igualaram, não se assimilaram, foram os judeus que, parece, tinham vindo para a Península já nos tempos de Nabucodonosor e mais vieram depois da destruição de Jerusalém.

Pelas suas qualidades de trabalho e economia tornaram-se preponderantes. Talvez tenham sido perseguidos a quando das perseguições aos cristãos, pelo seu monoteísmo.

Com o triunfo político do cristianismo foram tratados menos favoràvelmente; não podiam ter escravos cristãos nem casar com mulheres cristãs. Enquanto que Lusitanos e Romanos se igualavam, os judeus continuavam sempre judeus; não se admitia que fossem raça assimilável.

b) *Entre suevo-godos* — Os suevo-godos também foram estrangeiros vindos à Península, mas fundiram-se com o povo que a habitava, os hispano-romanos e, consequentemente, com os luso-romanos.

Estrangeiros, para suevos e visigodos, continuavam a ser, no entanto, uns e outros, se é certo — como é de aceitar — que os suevos ou suevo-hispano-romanos mantiveram a sua personalidade, a sua individualidade sob o domínio visigótico.

Mas, estranhos, pròpriamente ditos, eram os judeus, os francos, os bisantinos e os berberes.

Os judeus foram alvo de diversas perseguições pelos reis visigodos, nomeadamente por Sisebuto, que os obrigou a abraçar o catolicismo, sob pena da expulsão e confisco dos seus haveres, e por Egica, que, além das mesmas medidas, lhes mandou baptizar os filhos menores de sete anos. Além das proibições já conhecidas, não lhes era permitido servirem de

testemunhas contra os cristãos, nem podiam exercer cargos públicos. Continuavam, como dantes, raça inassimilável.

Os francos, foram estrangeiros e inimigos para os visigodos, apesar de vários casamentos reais, e alianças efémeras, como a realizada contra Âtila e os hunos, que não impediram que Clovis e seus descendentes, conquistassem aos visigodos os territórios que eles possuíam na Gália, e que invadissem a Península, comandados por Quildeberto e Clotário. Estes cercaram Saragoça, mas foram derrotados por Teudio.

Os bisantinos, ou romanos do Oriente, também foram estrangeiros e inimigos. Apesar da aliança feita entre Hermenerico, filho de Leovigildo e os bizantinos, as relações foram quase sempre hostis e os visigodos conquistaram-lhes os últimos territórios que possuíam na Península, o que aconteceu reinando Suintila.

Relativamente aos berberes, que tinham sido dominados pelos romanos, aí à volta de 146 a. C., viram o seu país invadido, em 428 por Genserico e os vândalos, que vão instalar-se em Cartago, embora dominando a Mauritânia. Os vândalos são desfeitos no ano de 548 pelo general Belisário, ao serviço do Imperador Justiniano, após cento e vinte anos de permanência no Norte de África. Sisebuto (612-621) ocupa a região de Tânger, onde, no reinado de Recesvindo, há, com os muçulmanos de procedência árabe, hostilidades que se prolongam no reinado de Vamba e Rodrigo. Neste reinado, o conde visigodo Julião, governador da Mauritânia, para vingar uma afronta recebida do monarca, entra em negociações com Musa ou Muça, emir da África, para este o ajudar a guerrear e depor Rodrigo. Os árabes, mouros e berberes, vieram e ficaram.

LXXVII

Y — *História da Raça* — Na *Nomenclatura* de Tourville, ao estudo dos *Estrangeiros*, segue-se a *História da Raça*. Pràticamente, fizemo-la no decorrer dos artigos anteriores. Todavia, faremos algumas considerações.

a) *Romanos* — A invasão romana teve extraordinárias repercussões: civilizou os Lusitanos, embora, no seu longo domínio, não tenham originado uma nacionalidade nem uma nação que, no desabar do Império, tenha sabido resistir aos povos germânicos, como já foi notado. Com o progresso da civilização e da cultura, os povos peninsulares tomaram melhor conhecimento de si próprios, mas parece que esse facto em nada

contribuiu para a constituição de um povo em que jazesse, latente ou patente, a aspiração da independência. Se o lusitano-romano adquire certa diferenciação em relação ao tipo romano, pròpriamente dito, não devia ter sido, tanto pela consciência da sua individualidade quanto pela acção mesológica, de factores de ambiente, digamos, cosmológicos, materialistas, naturais. As influências espirituais, essas tendiam, todas, à universalização, tanto no sistema político centralizador e nivelar, quanto na organização jurídica, ampliada a todo o império, como, ainda, na catolicidade da religião cristã.

b) *Suevo-godos* — O abalo social atribuído, outrora, às invasões dos bárbaros, foi exagerado pelos historiadores antigos. Sem dúvida que houve perturbações sangrentas, ruínas, dores e luto — mas, como «o homem não pode viver muito tempo entre ruínas», a vida continuou a organizar-se e a evoluir em quadros que reconstruiu e tudo se compôs num nível normal, o que não quer dizer pacífico.

Os suevo-godos vieram insuflar um espírito novo, cheio de iniciativa e energia, que a centralização e a paz imperial, socializante, tinham feito desaparecer. Todavia, a sua vida política foi agitada, como vemos — e se muitos reinos dos povos invasores soçobram depois de uma efémera existência — gépidas, silingos, vândalos, hérulos, alamos e outros mais — é de notar que só perduram, por mais de um século de vida independente, os que professam o catolicismo, dos quais alguns, deram origem às nações modernas: visigodos, francos, anglo-saxões, alamanos, lombardos.

Os suevos, por meio da cultura, de princípios educativos, tinham conhecimento da sua história, da sua individualidade. Verifica-se, isso, por exemplo, na passagem da *Regra Comum*, de S. Frutuoso, bispo de Braga, que, referindo-se à vida conventual, onde há homens cultos, escreve: «Um fala em genealogia, afirmando que há príncipes na sua família... outro nos libertos de sangue nobre... outro na fortaleza guerreira...».

Com os visigodos dava-se o mesmo, sem dúvida.

Podemos dizer que se deve à cultura cristã conventual, a existência dum espírito nacionalista e patriótico de formação histórica que fez persistir essas nações bárbaras ou germânicas?

Quanto aos suevos, pode admitir-se que, não assimilados aos visigodos, foram eles quem deram origem à Nação Portuguesa?

Z — *Categoria da Raça* — É esta a última classe dos factos sociais da *Nomenclatura* de Henri de Tourville. Nesta classe o observador social,

«chegado ao fim da sua análise, pode determinar o papel que o tipo (rácico) em questão, desempenha no mundo».

Também, na categoria anterior, disse alguma coisa que pode aplicar-se a esta.

a) *Categoria da raça romana* — Óbvio foi o papel dos romanos no Mundo. Foram eles criadores do direito. «Foram os seus jurisconsultos que fundaram, pode dizer-se que definitivamente, a ciência do direito; e de uma maneira tal, que a tornaram válida para todos os tempos e lugares» (Cabral de Moncada). Foram os romanos os grandes organizadores da administração pública, como foram os grandes civilizadores dos povos mediterrânicos e atlânticos. Como povo cosmopolita, foi ele, melhor do que qualquer outro, que divulgou a religião cristã. Como povo prático e organizador, expulsou dos seus muros, em 593, a maior parte dos filósofos e retóricos que, não fazendo progredir o espírito, só o enredavam em sofismas e psitacismos; e, de tudo isto, surgiu a civilização latina ou ocidental.

b) *Categoria da raça sueva* — Foi por acaso que o povo suevo veio parar à Península, em vez de ter ido parar à Itália, à Dinamarca, às Ilhas Britânicas ou em vez de ter ficado na Europa Central?

Foi por acaso que o povo suevo se quedou, na Península, em vez de prosseguir na marcha e passar à África, como os Vândalos?

Eis problemas da Filosofia da História, que não quero abordar. Mas, para esclarecimento do leitor, transcrevo, de Luís Gonzaga de Azevedo, parte do capítulo intitulado *Missão histórica dos suevos*, da sua História de Portugal!

«Costumam os historiadores dar por finda a missão histórica dos suevos com as conquistas realizadas por Leovegildo, no território que hoje é de Portugal e da Galiza, por fins do Século VI.

«Creio que não perderemos nada se examinarmos, de boa mente e à boa paz, os fundamentos deste juízo. Que eles ficaram, por esse tempo, sem a independência ou governo autónomo, que antes tinham com seus reis, o qual, foi desde então, exercido em toda a Península, pelos godos, é coisa certa. Mas o que nos importa averiguar, é se eles, suevos, com a sociedade fundada a noroeste, nos séculos V e VI, se fundiram com os godos, ou se, durante o século VII, tanto eles como ela permanecem justapostos, com os seus caracteres étnicos e respectivas aspirações. Ora, posta a questão nestes termos, se nos lembrarmos de que os godos, como todos confessam, com razão, não chegaram a fundir-se, até à invasão sarracena; em princípios do século VIII, com os hispano-romanos, espalhados

por toda a Península, sentimo-nos fortemente inclinados a pressupor que com os suevos, bárbaros de outra índole, acantonados num ângulo da terra, em que predominavam antes, deve ter acontecido o mesmo, por maioria de razão. Sendo isto assim, desde já parece prever-se que o movimento, iniciado em o Norte, o qual logo abrangeu por noroeste, terras da Galécia, não pode deixar de ter sido fortemente influenciado pelos descendentes dos suevos, que muito colaboraram também com os godos na formação e vida do reino denominado das Astúrias, de Oviedo e de Leão e ao qual os árabes claramente chamavam reino da Galiza.

«Na verdade, ainda que a maioria dos documentos, que possuímos, seja de origem visigoda, eles não deixam de nos informar de que os suevos continuaram existindo com os godos na Península, durante os séculos VI e VII».

Segue, depois um conjunto de factos em que o ilustre historiador fundamenta o seu pensamento. Alguns deles foram apontados no decorrer do meu trabalho; mas remeto o leitor para a interessante obra de Luís Gonzaga de Azevedo.

c) *Categoria da raça visigoda* — Sobre o papel dos godos limitar-me-ei a transcrever as passagens mais elucidativas da conferência que, sob o título *O legado dos Germanos à Romania Ocidental* pronunciou a Sr.ª D. Eva Seifert no Curso de Férias da Faculdade de Letras de Coimbra, de 1935.

«Decisivo para o desenvolvimento linguístico foi a invasão dos visigodos por serem eles já familiarizados com a mentalidade romana, durante as suas longas viagens aventureiras por terra latina...».

«Na Península, a vida intelectual dos ocupadores (godos), ia continuando, como revelam as expressões da vida espiritual. Na época da invasão moira sobreviveram como legado dos visigodos, os nomes tópicos, o direito gótico, a poesia heróica e uma ou outra manifestação poética».

d) *Síntese* — Poderemos apresentar a seguinte fórmula sintética: O Romano foi quem trouxe a Lusitânia para a Civilização Latina, mas criando nos seus habitantes hábitos inveterados de ociosidade, gozo e vício, adormeceu-lhes as energias ancestrais; o Suevo, insuflou aos Lusitanos um sangue novo, que despertou essas energias e encaminhou a sua mentalidade para as coisas religiosas, posto que divorciado do espírito civilizador Romano; o Visigodo, com seu espírito penetrante e disposto para a civilização, foi quem orientou para ela o Suevo, quem ligou o Suevo à Latinidade, para que o dispusera o espírito religioso.

Contribuição para as fontes da época suévico-bizantina

Estudando os manuscritos do Fundo Geral da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, verifico que é pobre a existência de documentos relativos a esta época e nenhum é original.

Seguindo a ordem de numeração do catálogo, os documentos são:

1.º — O n.º 141 — Volume denominado «Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga», que pertenceu a Contador de Argote. Contém a Divisão do Bispado e Câmara de S. Martinho de Dume e da de S. Jerónimo, em latim: a Divisão de todos os Bispados de Espanha feito no tempo de el-rei Wamba da qual consta como se deu a Braga, Leão e Oviedo em lugar de Britonia; Sufragâneas do Bispado de Braga que antigamente existiam na Galiza e Interamnense e hoje estão extintos — simples enumeração;

2.º — Documento n.º 173 — Notícias ou apontamentos para a História Eclesiástica de Espanha — Letra do Século XVIII. Contém, em latim, a Divisão dos Bispados de Portugal e Galiza no tempo de el-Rei Theodorico dos Suevos.

3.º — O leamescrito 215 é a Descrição dos Monumentos sacros de Lisboa, de Luís Gonzaga Pereira, de 1833. Tem diversas referências, sem interesse de maior.

4.º — O n.º 599 é o terceiro volume dumas «Memórias Históricas» coligidas por Jacob Torlades de Azambuja. Contém «Factos históricos e notícias geográficas relativas a Portugal desde o dilúvio até o nascimento de D. Afonso Henriques» que atribui ao ano de 1094. Extraídas das obras de Manuel Faria e Sousa e outros. De fls. 80 a 135.

5.º — O n.º 600 é o quarto volume das mesmas memórias e tem uma parte a fls. 180, intitulada «Da História de Portugal», com notícias da mesma procedência.

6.º — Encontra-se o manuscrito 2841, volume do Século XVIII intitulado «Doações feitas às Igrejas de Braga e de Lugo». Contém: Doação pela qual se mostra como el-Rei D. Afonso, o Casto, uniu e incorporou a Igreja de Braga, com todas as suas rendas à de Lugo. Era 870; Doação de Afonso 3.º, o Magno, pela qual une e incorpora a Igreja de Braga à de Lugo e lhe dá a jurisdição da Cidade e Termo. 873; Doação del-Rei D. Afonso, o Casto, na qual se mostra nomear as Paróquias antigas que então havia em Braga e como a Sé desta cidade foi antigamente sepultura de Reis Suevos. Era 898.

7.º — Sob o n.º 3775 encontra-se a «Décima Séptima parte delas Miscelaneas y Papeles Curiosos Manuscriptos de D. Juan Antonio de Valencia regedor Perpétuo de la Ciudad de Salamanca anno de 1662». Neste volume figura a Coronada Estirpe de los Inclitos Reyes Godos y Soberana Ascendencia de los Poderosos Reyes de España recopillada de vários autores por ser curioso. Começa em Alarico.

8.º — Da preciosa colecção que foi do Dr. António Ribeiro dos Santos o n.º 88 tem a numeração bibliotecária de 4670 e, nela, uma Colação do Código Wisigothico Laterio com a versão Espanhola ou Fuero Juzgo.

9.º — Com o n.º8525 há um volume, de seu nome «Notícia das principais Fontes da Legislação Portuguesa», que parece ter pertencido a Pascoal José de Melo Freire. Nele figura um parágrafo acerca do Código Gothico, com um largo preâmbulo histórico.

10.º — Com a catalogação L x 30 y 5 — 80 — N.º 3 encontra-se a relação Histórica da Conversão de Theodorico Rei dos Suevos e da Igreja Collegiada de Cedofeita escripta por Ordem do Papa João 22 por D. Fernando Ramires, Bispo do Porto, no anno de 1318 extraohida do Archivo da mesma Collegiada. Letra do Século XVII. Como se sabe esta fundação foi contestada por Alexandre Herculano.

Tais são os documentos que, respeitantes a esta época, se encontram no Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa: nenhum original e generalidades de pouco interesse.

DO ALGARVE BIZANTINO

Pelo DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES

Sem pretensões eruditas de qualquer ordem, limita-se o Autor a coordenar criticamente os dados que conseguiu reunir acerca do domínio do Império Bizantino na parte do território português correspondente ao Algarve actual, chamando assim a atenção dos estudiosos para este assunto.

No tomo XIV do *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* (1950) o Prof. Paul Goubert, S. J., do Instituto Oriental Pontifical, inseria um pequeno artigo sobre *Le Portugal byzantin*, artigo que merecera então toda a minha atenção, especialmente pela parte relativa ao Algarve, província donde sou natural e onde vivo desde há mais de 40 anos e cuja história me tem interessado a vários respeitos.

Assim, tendo então resenhado as suas conclusões quanto ao Algarve e coordenando-as com outros informes colhidos de várias fontes acerca do domínio bizantino nesta parte do nosso país e relacionando-as com a história bizantina por um lado e a suevo-visigótica por outro, elaborara uma breve nota que aproveitarei agora para a oportunidade deste colóquio, retocando-a e ampliando-a se possível, embora mesmo assim não venha a poder ficar senão como um trabalho muito precário em todos os sentidos, verdadeiramente insignificante, embora — e será a sua única justificação — possa servir de base ou subsídio a algum estudo mais alongado e profundo.

O sábio autor de *L'Espagne byzantine*, tratando agora da parte de Portugal que foi ocupada pelos Bizantinos, acaba por chegar à conclusão de que Bizâncio não possuiu nunca o norte de Portugal, muito embora tivesse por vezes os Suevos como aliados na sua campanha contra os Visigodos.

Mas, acrescenta ele« se se pode rejeitar absolutamente toda a ocu-

pação do Norte da Espanha e de Portugal por um exército bizantino, é preciso pelo contrário examinar com o maior cuidado as antigas tradições que Lebeau resume nestes termos: *O que o império possuía em Espanha estendia-se ao longo do mar, e prolongava-se no interior até Ebora, que os Visigodos fortificaram para se defenderem das corridas dos Romanos. Vêem-se ainda nesta cidade duas torres de uma estrutura muito sólida que a tradição do país diz terem sido construídas naquele tempo. Essa região conquistada dividia-se em duas províncias sob o governo de dois patrícios. Por volta de 623, Suintila, rei dos visigodos, ganhou por habilidade um desses governadores, venceu o outro e conseguiu assim extinguir inteiramente na Espanha o domínio romano.* Mais objectivo e mais preciso, Franz Goerres, que foi um dos melhores especialistas da Espanha visigótica, descreve assim as últimas possessões bizantinas na Península Ibérica: «dois grupos, «*um mais extenso, ao Sueste e Sul (Bética) com a capital Cartagena*», e «*um muito mais pequeno no Sudoeste*» compondo-se ùnicamente de quatro cidades entre as quais Ossónoba. Entre as cidades do Algarve destavam-se Ossónoba e Lacóbriga. Lacóbriga (hoje Lagos) é assim situada por Pompónio Mela: «*In Sacro Lacobriga et Portus Annibalis*». O promontório sagrado tornou-se o cabo de S. Vicente, e o porto de Anibal, Alvor».

Transcrevo em tradução todo este trecho do Prof. Goubert, pela sua importância fundamental na matéria e também pelas rectificações e esclarecimentos que ele requer na parte referente ao antigo Algarve e em especial ainda a Ossónoba cuja situação ele a seguir pretende pormenorizar.

De entrada, convém rectificar já o seguinte: o promontório Sacro a que se refere Mela não é, por forma alguma o restricto Cabo de S. Vicente, porque é toda a região que desde Lagos, inclusive, até ao extremo sudoeste se estende. Nessa vasta região, sabe-se como o cabo extremo é S. Vicente, tripartido ainda assim, e como ao nascente deste cabo global se encontra outro, bifurcado este, entre cujas pontas ficava por certo o *Portus Annibalis*, — por prova a designação de *Tarf Anabal* (depois deturpada em *Terçanabal*), que os Árabes ficaram dando ao cabo ou ponta mais saliente ao sul, a principal, sobre a qual edificaram (ou reedificaram?) um castelo que, tendo-se depois arruinado, o Infante D. Henrique reedificou para abrigar a sua *Vila do Infante* que ali começara a construir, — nessa região da *Sagres* actual, — para acudir à navegação do Mediterrâneo ali frequentemente forçada a arribar pelas nortadas, ao querer dobrar o Sacro Promontório para o Norte... O Sr. Prof. Goubert desconhecendo por certo a região e guiando-se pela erudição

erradíssima de quantos têm espalhado sobre o assunto as mais dislatadas asserções, reconhecerá assim que o *Portus Annibalis* nem é Alvor, nem mesmo Portimão, como também se pretendeu. (A quem ignore porventura a solidez do que estou dizendo, limitar-me-ei a apontar o meu trabalho *Terçanabal e a Escola de Sagres*, onde tive ocasião de tratar devidamente este ponto).

Posso assim acrescentar agora que o *Portus Annibalis* não teria deixado de ter pertencido ao domínio bizantino em questão, sendo porventura de origem bizantina (ou pelo menos de construção ou reconstrução) o castelo que, sobre a ponta de Sagres actual, os Árabes vieram a encontrar e que, modificado ou não durante o seu domínio, veio a cair em poder dos cristãos, segundo a conhecida referência do Roteiro do cruzado teutónico, a quando da 1.ª conquista de Silves, por D. Sancho I em 1189.

Não refere o Prof. Goubert os nomes das quatro cidades deste Algarve bizantino, além de Lacóbriga e Ossónoba. E desclaradamente se ocupa de Ossónoba em especial, por ser mais conhecida a sua história.

Convém porém rectificar desde já que, no estado actual da erudição relativa a esta célebre cidade, a sua situação teria sido não em Estoi, onde existem as ruínas das termas conhecidas pelo nome de Milreu, mas num ponto mais próximo de Faro, ou em Faro mesmo. (V. o trabalho de Abel Vianna — *Ossonoba, o problema da sua localização* — Guimarães, 1952).

Além de Ossónoba e de Lacóbriga (correspondente como se viu já à Lagos actual) não menciona, como disse já, o Prof. Goubert as outras duas cidades que com estas teriam constituído o grupo das quatro que no Algarve foram das últimas possessões bizantinas na Península.

Tanto para elucidação possível deste ponto como para devido enquadramento dos factos relativos a toda a história deste domínio, importa recordar que tendo, no tempo do imperador Diocleciano (284-305), à antiga divisão do Império Romano em *províncias* sido sobreposta uma nova divisão por *dioceses*, viera a ficar a *diocesis Hispaniarum* constituída por 6 províncias: uma em África — a *Mauritania Tingitana* —, e cinco na Península: — *Galécia, Lusitânia, Bética, Cartaginense, Tarraconense* —, número esse que mais tarde (séc. IV-V) se elevara a 7, pela adição da nova província das *Ilhas Baleares*.

As províncias, como também se sabe, eram compostas de circunscrições jurídicas, os *conventus*. E a Lusitânia abrangia três: o *Emeri-*

tense, com a sede em Mérida, o *Pacense* (Beja), o *Scalabitano* (Santarém).

Cada *convento* abrangia vários *populi*. (Nos 3 conventos da Lusitânia, contavam-se 45 *populi*, assim descriminados: 5 colónias romanas, 1 município de cidadãos romanos, 3 municípios de direito latino antigo, e 36 cidades tributárias).

Ora ao convento Pacense (entre o Tejo e o Guadiana) pertenciam 15 *populi*, dos quais 4, pelo menos, ficavam situados no actual Algarve: *Ossonoba, Lacobriga, Portus Anibalis* e *Balsa*.

Verosìmilmente pois seriam estas duas últimas: *Portus Anibalis* e *Balsa* (junto à actual Tavira), as povoações aludidas em questão.

Pertencendo pois o Algarve, como a totalidade do território do Portugal actual, ao Império Romano desde antes da divisão por Teodósio em 395, se (como diz o Prof. Joubert), «nós não sabemos nada de preciso quanto aos começos do Cristianismo na região de Ossonoba, embora se admita plausìvelmente a pregação do Evangelho já no século III ou em começos do IV «*por algum marítimo e comerciante desembarcado no porto*» — (como de resto, em qualquer dos outros três portos algarvios mencionados...), o que é todavia positivo é que: «a cidade de Ossonoba contava já no começo do século IV uma comunidade cristã importante; e o seu bispo assistiu com efeito ao Concílio de Elvira (*Eliberis*) (entre 300 e 304), assinando os decretos dele».

Ossonoba, de fundação talvez cartaginesa, era agora cidade romanizada e cristianizada, sede de um bispado que tendo enviado o seu bispo Vicente ao concílio de Elvira, como se disse, envia um século depois ao 1.º concílio nacional de Toledo, em 400, no tempo do imperador Honório, o seu segundo bispo de que há memória, o célebre *Ithacio*, escritor de categoria e notável adversário da heresia prisciliana.

Pela divisão do Império em 395, Ossónoba — como o Algarve todo —, tendo ficado naturalmente na metade do Ocidente, continua romana e cristã, católica.

Em consequência das invasões de Suevos, Vândalos e Alanos desde Outubro de 409, pelos Pirinéus, é sabido como, após a partilha entre eles do território em 411 e das lutas subsequentes, veio a constituir-se no Noroeste o reino galaico dos Suevos que, mantendo-se dentro da confederação que o Império se tornara, por vassalagem meramente jurídica, e tendo como rei o antigo chefe Hemerico, livre finalmente dos Vândalos em 429, inicia agora a sua expansão para o sul, no território da Lusitânia, aproveitando o ambiente de confusão que se seguira à morte de

Honório em 423, com a disputa entre o usurpador João e o legítimo sucessor do defunto, Valentiniano III, sob a tutela de sua mãe, Gala Placídia.

Contemporâneamente a esta invasão da Península Hispânica, dera-se porém a da Península Itálica pelos Visigodos; e é sabido também como, após os primeiros dissídios, o rei visigodo Valia, na qualidade de lugar-tenente oficial do Império, ainda no tempo de Honório, se dirige para a Espanha através dos Pirinéus, vindo contra os Vândalos, Alanos e Suevos, no sentido de recuperar a Lusitânia para o Império, e não sendo por então os Suevos atacados por Valia que em 419 regressa à Itália.

O bom entendimento dos Suevos com as autoridades romanas imperiais mantivera-se até 429, como se disse, ano em que Hermerico inicia a sua expansão para o Sul no território da Lusitânia. Após alguns anos de episódios contraditórios entre Hispano-romanos, Suevos e Imperiais (a Tarraconense era ainda integralmente romana oficial), o rei suevo Hermerico, oprimido por doença, delega os seus poderes em seu filho Requila, desde 438; e em 439 Réquila, prosseguindo a campanha, entra vitorioso em Mérida, capital da Lusitânia, e em 440 cerca Mértola, tomando-a. Hermerico falecia em 441, sucedendo-lhe Réquila que já em 438, também derrotara na Bética o exército romano de Arevoto, antes de ter entrado em Mérida. Agora, rei dos Suevos, Réquila vai prosseguir, consolidando o seu poder que se estende já desde o norte da Galécia até ao sul da Lusitânia, e para o Oriente até à Tarraconense que continua romana.

Assim, como se sabe — (limito-me a recordar brevemente estes factos) — desde 440, ao primeiro reino *galaico* dos Suevos, se tem sucedido, por ampliação imperialista sueva, o que se tem chamado o reino *luso-galaico dos Suevos*, que irá durar, através vicissitudes várias, até a sua absorpção final pelo reino visigótico da Espanha em 585.

Cabe perguntar agora: durante todo este período, desde as invasões iniciais até à constituição do reino suévico luso-galaico em 400, sob que domínio terá ficado o Algarve?

É natural pensar que, subsistindo o Império Romano, e limitado ao seu recanto galaico o primeiro reino suevo, o Algarve continuasse romano, percorrido embora, fugazmente por Vândalos e Alanos que não deixaram vestígio. Mas não é lícito já pensar que acabasse por ficar livre de qualquer sujeição, pelo menos temporária, ao nascente poder luso-galaico de Réquila.

Por estes anos de 440, em que o Algarve teria ficado, pois, por con-

quista pertencendo ao reino luso-galaico dos Suevos, enquanto Réquila prossegue e mantém a amplificação do seu reino, têm os visigodos, longe, no sul da Gália bulhado com os Romanos, e feito por fim a paz por acção de Avito, prefeito das Gálias e sogro de Sidónio Apolinário, reinando sobre os Visigodos Teodoredo (419-451).

Ora em 446 eis de novo os Visigodos na Espanha, ao lado dos Romanos, contra os Suevos desta vez... Mas faltando aos compromissos, ei-los pouco depois unidos a estes, tendo-se, por demais, feito o casamento entre Requiário, o filho de Réquila, rei desde 448, e uma filha de Teodoredo. Na barafunda subsequente na Gália (envolvendo Atila e os Hunos desde 445) e que vem a cifrar-se em 451 pela vitória de Aecio, com os contingentes francos, burgundos e visigodos, na batalha dos Campos Catalaunicos, se Atila é derrotado, o rei Teodoredo é morto, sucedendo-se-lhe o filho mais velho, Turismundo que em 453 é assassinado por seus irmãos Teodorico e Frederico, empunhando Teodorico o cetro e procurando manter boas relações com o Império.

Neste entretanto, em Espanha, morto Réquila em 448 e sucedendo-lhe Requiário, cunhado de Teodorico, rompera Requiário em 455 o tratado de paz com o Império, invadindo a Cartaginense e chegando até à Tarraconense. Intimando-lhe então Teodorico respeito, mas desprezando ele conselhos e ameaças, entra Teodorico em Espanha com um exército e auxiliares burgundos e vai cercar Astorga e depois Braga e Portucale, fazendo prisioneiro Requiário que então morre (456), às suas mãos.

Por sua morte é o reino dos suevos presa de longa guerra civil que levando à cisão da monarquia em 460, terminará só em 464 pela unificação sob Remismundo. Desde o final do reinado deste porém, um período de obscuridade, autêntica lacuna, se observa na história sueva, durante uns noventa anos, até ao rei Carrarico em 550.

O império romano do Ocidente tem visto o seu termo neste intervalo, em 476, como se sabe. Ora a esta data, tendo ao rei visigodo Teodorico sucedido seu irmão Eurico que o assassinara (em 467), vai Eurico ser o 1.º monarca visigótico da Península, pois até ele os visigodos tinham vivido num estado de direito que os fazia dependentes de Roma, percorrendo a Península em nome do Imperador ou por conta própria para lutar contra os outros povos que por cá encontravam, mas não se tendo todavia estabelecido e não tendo tido mais que o desejo de manterem guarnições isoladas que assegurassem o êxito de novas correrias e a presa ou a ganância. Não teve todavia Eurico ainda sob o seu domínio toda a Península, pois não só a província Tarraconense permanecia comple-

tamente romana, mantendo-se fiel a Roma apesar das agonias do Império, mas, além do reino dos suevos constituído pela Galécia e Lusitânia, outras zonas do restante da Península permaneceram livres do domínio visigótico; e livres continuaram, depois de extinto oficialmente o Império Romano em 476, entregues porventura a governos de senhores locais hispano-romanos.

Ignora-se, assim se o Algarve, enquanto o reino visigótico se consolidava com Eurico e os seus sucessores, teria ficado incorporado na monarquia luso-galaica dos Suevos, ou se se teria emancipado e continuado romano ou finalmente caído já sob o novo domínio visigótico.

Esta enigmática situação deve ter continuado pelo menos até ao tempo do rei Agila, em 549, no qual não só a Bética contra a qual ele empreendera guerra precisamente, mas outras regiões não se encontravam sob a influência visigoda. No extremo duocidental da Península, mais fácil porventura seria ao Algarve estar livre desse domínio, sendo dirigido, a bem dizer, só pelo bispo da sua catedral ossonobense e pelos funcionários católicos sob a sua acção ou influência.

Ágila, ariano fanático, perseguindo os católicos da Bética estranhos ao seu domínio ainda, e tendo sido derrotado, vira levantar-se contra si a massa dos hispano-romanos católicos, chefiados por um nobre godo Atanagildo que, tendo em vista o triunfo do imperador bizantino Justiniano na Itália, se lhe dirige, invocando o seu auxílio. Evidentemente que devem ter existido condições nesta espécie de pacto: a recompensa prometida seria talvez uma parte da Bética conquistada, além de outras regiões ainda livres, nas quais os bizantinos encontrariam simpatia e afinidade de raça, costumes políticos ou religião.

Seja como for, o caso é que Justiniano enviou o patrício Libério com um exército e uma esquadra em 550 ou no ano a seguir. E com tais auxiliares pôde Atanagildo derrotar Ágila perto de Sevilha. Atanagildo foi proclamado rei antes de 14 de Dezembro de 551, e Ágila, perdida a batalha, tendo conseguido fugir para Mérida, aí se ocupava em reunir novos recursos quando em 554 é assassinado pelos seus próprios partidários.

Parece, e é pelo menos verosímil de pensar, que Justiniano projectara com Narsés, o exarca de Ravena, acabar com o reino visigótico da Espanha, como acabara com o ostrogodo da Itália, demais aproveitando a oportunidade que se lhe oferecera... Em todo o caso, é positivo que os imperiais haviam sido acolhidos pelos católicos da Bética e outras regiões meridionais, como libertadores, aos quais abriam com alegria as

portas das cidades marítimas da orla... Não se pode dizer, mas não é verosímil, que por então esse entusiasmo se tivesse propagado logo ao extenso algarvio, devendo limitar-se antes às cidades do Sudeste espanhol. Não tardaria Atanagildo em ver o perigo representado pelos auxiliares que invocara, sendo agora o seu primeiro cuidado o desfazer-se deles: mas o facto é que apesar de uma luta heróica nesse sentido, o domínio bizantino alastrara por tal forma que não foi já possível a Atanagildo «recuperar as praças fortes nem os castelos marítimos e portos defendidos já por soldados bizantinos, como outras cidades da costa desde a antiga Sucruna nas costas do Mediterrâneo até ao último promontório no Atlântico» (Félix Dahn).

Antes pois de falecer Atanagildo, «de morte natural» (em 567) já o Algarve estaria sob o domínio bizantino, tendo passado para ele directamente talvez — do próprio domínio romano anterior ou do domínio luso-galaico dos Suevos, — sem ter sofrido a acção visigótica.

E desde agora, com vicissitudes várias embora, essa influência bizantina teria persistido até final, isto é até 623, ou seja durante perto de 60 anos.

Que durante esse tempo o Algarve não tivesse sido visigótico de maneira efectiva, mas sim bizantino, é o que no-lo confirmam as notícias, embora escassas que dos vários reinados se apuram.

Assim, depois dos «doze anos consecutivos em que com vária fortuna Atanagildo tivera que lutar contra os bizantinos» (Ballesteros), é contra a Bética que Leovigildo investe em 571, conseguindo apoderar-se de Medina Sidónia, grande baluarte bizantino, e no ano seguinte de Cordova.

Leovigildo, lutando contra bizantinos, suevos e outros hispano-romanos no sentido da extensão do domínio visigodo e da sua unidade religiosa dentro da crença ariana, levara as suas armas para o centro e norte da Península, pondo fim ao reino suevo em 585. Por certo o longínquo Algarve bizantino não o teria preocupado...

Longe do Algarve, de resto, se passavam as incursões que os bizantinos, esquivando-se a lutar com Leovigildo, dirigem contra as margens do Mondego, fazendo prisioneiro o duque suevo de Coimbra que foi levado para Constantinopla, em 576, facto este que a Leovigildo revelou a debilidade da monarquia sueva a que depois poria termo... Longe também se passavam as sublevações que os bizantinos fomentavam contra Leovigildo no litoral mediterrâneo, percorrendo as costas com a sua frota...

A revolta de Hermenegildo contra seu pai passou-se também bem

longe do Algarve. E a conversão de Recaredo se teria dado lugar a sublevações arianas no centro e no norte da Península não teria alterado a situação político-religiosa neste extremo sudoeste. Um facto curioso e importante convém porém registar. «Moderado e benigno quis Recaredo terminar no Sul com as ambições dos imperiais, respeitando as concessões que em seu tempo lhes fizera seu tio Atanagildo; mas tendo-se perdido o tratado pelo incêndio dos arquivos de Constantinopla, rogou o Papa Gregório se negociasse um novo pacto com o imperador bizantino Maurício (582-602), o que se levou a efeito, terminando-se as antigas discórdias e reconhecendo-se aos imperiais as possessões do litoral» (Ballesteros).

A situação teria pois ficado resolvida, precàriamente, e só até ao tempo de Sisebuto (612-621), porquanto durante o governo do tirano Focas (602-610) que levara o Império Bizantino à beira da ruína, a derrocada do domínio bizantino na Espanha prosseguira e o jovem imperador Heráclio (610-641) não conseguira sustar essa perda. Assim em 616, a maior parte das cidades da Espanha ainda em poder de Bizâncio tiveram que se render aos visigodos (Levtchenko): os imperiais foram derrotados em duas batalhas, e o patrício Cesareo, impossibilitado de levantar outro exército, pediu a paz; pelo que os bizantinos perdiam as praças do litoral e só conservavam um pequeno território no Algarve (Ballesteros) onde desde então ficaram acantonados.

Por fim, tendo sido eleito rei dos visigodos o inteligente general Suintila que fora o braço direito de Sisebuto, foram por ele os bizantinos definitivamente expulsos do Algarve, seu último reduto, em 623. Suintila (621-631) «teve a alta glória de ser o primeiro que conseguiu reunir toda a Espanha debaixo do cetro visigótico, depois de ter arrancado com a sua costumada rapidez e impetuoso ataque, aos bizantinos os últimos territórios que possuíam em Espanha. Derrotou as tropas bizantinas em batalha campal, fazendo prisioneiro um dos dois patrícios que as comandavam e subornando o outro, perseguindo-as tão tenazmente, que desesperadas e sem chefes, chegaram ao último rincão de Portugal, onde tiveram a sorte de poder embarcar nos portos extremos do Algarve. Oitenta anos se tinham sustentado os bizantinos na Península, perto das costas» (Félix Dahn); dos quais uns 60 últimos em permanência no Algarve.

Deste domínio de um longo meio-século (desde 567 a 623) ou seja, desde meados do século VI ao primeiro quartel do século VII, ter-se-ia a confirmação por alguns pontos de reparo fornecidos pelos concílios, con-

forme a sugestão do Prof. Goubert. «Nós não temos prova de que Ossónoba se tenha tornado bizantina entre o ano 550, começo da expedição do patrício Libério às costas da Espanha, e o ano 589, data do famoso III Concílio de Toledo», ao qual o bispo Pedro assistira, pondo a sua assinatura nas actas: *Petrus Ossonobensis*. «Depois o silêncio recai sobre a cidade. Nenhum bispo de Ossónoba subscreve as actas dos concílios IV, V, VI e VII de Toledo», respectivamente em 633, 636, 638 e 646. «É simplesmente no VIII concílio de Toledo (653) que nós encontramos a assinatura dum delegado do bispo de Ossónoba»...

«Como explicar a ausência dos bispos de Ossónoba» naqueles 4 concílios? E o Prof. Goubert responde: «A única explicação possível é que Ossonoba entre 589 e 653 não pertencia já ao reino visigótico». E conclui: «Pode-se portanto admitir que entre 590 e 634 pelo menos, Ossonoba e uma parte do Algarve dependiam do Império Bizantino». Uma confirmação deste facto, acrescenta o Prof. Goubert encontrar-se-ia na história das dioceses vizinhas, que segundo o estudo e a demonstração que refere ter feito no seu trabalho sobre *L'Espagne byzantine* (1946) que infelizmente ainda não me foi possível consultar, mostraria que «o caso de Ossonoba se insere num contexto histórico indubitável», provando que «só a ocupação bizantina explica a ausência de vários bispos do sul da Península Ibérica nos concílios nacionais de Toledo ou nos concílios provinciais de Sevilha».

Tal é na sua exiguidade, e cingido muito estritamente ao Algarve, o precário escorço histórico que me foi possível, por agora, elaborar com os dados respigados de algumas obras ao meu alcance.

No panorama da civilização da província algarvia muito interessante certamente seria descriminar tudo aquilo que na língua, artes, usos e costumes denunciaria não só uma influência bizantina, mas influência que tivesse a sua raiz na positiva ocupação daquela velha data.

Impossível manifestamente deduzir a tal respeito qualquer coisa da exposição precária a que fui levado. Mas ao menos fica aberto à atenção de quem quer que seja este ponto de vista especial. Há coisas que nunca se procuram por se supor gratuita ou levianamente que não hajam existido; porque desde que se suspeita sequer da sua realidade, logo a atenção se espicaça e converge para a sua busca...

Assim, esta minha insignificante contribuição não pode dizer-se pròpriamente uma *comunicação*, mas pelo contrário uma autêntica *provocação* — quero dizer, evidentemente, e por demais tratando-se não de um congresso mas de um mero colóquio, embora entre doutos, uma pro-

vocação cortêsmente dirigida à sua ciência e ao seu espírito de crítica e de indagação, no sentido de se fazer alguma luz na matéria. Numa palavra e para terminar: eu não vim aqui para ensinar nada a ninguém, mas ùnicamente para aprender neste capítulo aquilo que me for possível da parte de quem quer que seja que, por qualquer forma, mo possa ensinar. Nada mais.

Signification de l'art suévo-byzantin

Pelo PROF. DR. GEORGES GAILLARD

Il est difficile de préciser la signification de l'art qui s'est développé dans la Galice soumise aux Suèves, car la plupart des monuments ont disparu. Les rares fragments qui subsistent et la comparaison avec l'art des autres royaumes barbares nous permettent seulement d'entrevoir ce que pouvaient être les églises du premier royaume converti au catholicisme.

Un de nos confrères, dans une communication remarquable sur les sculptures wisigothiques de Lisbonne, a justement insisté sur les réserves que doit comporter cette dénomination de «wisigothique»: nous appelons wisigothiques ces sculptures, a-t-il dit, parce qu'elles datent de l'époque des Wisigoths, mais elles n'ont rien en elles-mêmes de wisigothique. Je suis bien d'accord avec mon éminent collègue sur les sources de cet art, qui n'appartiennent pas aux Wisigoths, ni aux Suèves, mais qui doivent être cherchées en Orient, dans l'art de la Perse ou de la Mésopotamie. Pourtant ce sont bien les Wisigoths, et avant eux les Suèves, qui ont exécuté ces oeuvres. Si nous les rapprochons de celles des Orientaux, nous ne pourrons pas les confondre. Tout en utilisant presque exclusivement des éléments orientaux, les Barbares ont donné à leurs productions un caractère différent, plus libre, moins achevé, et qui leur est particulier. En étudiant moi-même, dans un autre royaume barbare, un monument dont la date est contestée (la chapelle Saint-Oyand de Grenoble), je me suis efforcé de montrer que cet édifice présente un style — ou une absence de style — qui le distingue des monuments de l'Orient et, plus tard, de ceux de la Renaissance carolingienne.

J'accepte donc sans hésiter l'appellation «wisigothique» ou «suève» et, plus généralement «barbare», pour désigner les monuments qui ont été construits en Occident par les Germains christianisés et fixés sur notre sol. Mais je voudrais émettre quelques réserves sur le mot «byzantin»,

dont il a été fait un certain abus, je le crains, au cours de ce Colloqne. Il ne faudrait pas, en tout cas, prendre le mot dans son sens précis: il ne s'agit pas de Byzance, la nouvelle capitale de l'Empire, mais bien de ses provinces et de l'Orient, tout entier, Syrie, Mésopotamie, Perse. Il s'agit de cet art oriental, qui avait déjà contaminé l'art romain avant Byzance, et que les Barbares ont contribué à répandre plus largement encore. Le mot allemand «*Spätantik*» marque mieux la continuité sur laquelle je voudrais mettre l'accent: il désigne l'Antiquité tardive, non pas son déclin, mais une Antiquité différente, qui n'est plus grecque dans le sens classique, mais orientale. Car c'est l'Orient qui triomphe avec le christianisme, religion orientale, et avec l'art chrétien, qui sera d'abord un art oriental.

Les Barbares eux-mêmes venaient d'Orient. Partis des steppes de l'Asie, ils apportaient l'héritage des Scythes et des Sarmates. Nomades, ils ne pouvaient avoir d'architecture: les théories romantiques sur la construction en bois et ses survivances médiévales sont fantaisistes. Ils se contentaient de décorer leurs tentes et leurs vêtements. Ils avaient le goût de la couleur et de ce qui brille: leur art est essentiellement celui de la verroterie cloisonnée. Ces nomades sont des chasseurs: ils ont créé un décor animalier, qui avait une valeur prophylactique. De ce répertoire survivront quelques thèmes, mais surtout un esprit, une tendance à la stylisation et à l'emploi des figures géométriques, qui parfois se confondront avec l'art des Celtes indigènes.

Les historiens nous décrivent ces Germains arrivant sur leurs chars, avec leurs femmes, leurs enfants et même les vieillards, avec leurs costumes, leurs parures, leurs usages et leurs lois: migration de peuples, plus encore qu'invasion. Mais il y avait entre eux des degrés différents de culture: les Burgondes nous sont décrits par Sidoine Apollinnaire comme les plus grossiers; les Goths, plus civilisés, avaient été en contact avec le monde antique sur les bords de la Mer Noire; déjà convertis, ils étaient hérétiques, ariens. Les Suèves sont les moins connus: notre Colloque a pour but de les étudier, et il nous reste encore beaucoup à apprendre.

Tous les Barbares cherchaient à recueillir l'héritage antique: se mettre au service de l'Empire, puis lui succéder, telle est leur ambition unanime. Le prestige de l'Antiquité s'impose à eux: ils adoptent aussitôt le costume, la langue, l'art de Rome, ne gardant que leurs lois propres. Le civilisation romaine transforme l'envahisseur. Mais cette civilisation agonise: l'art est épuisé dans ses thèmes, ses formes, ses techniques. La crise économique et les invasions ont accumulé les ruines; les édifices

abandonnés servent de carrière. Mais tandis que le monde classique s'écroule, l'Oriente renâit et son influence se répand partout. Ce sujet a été souvent étudié, pour la Gaule particulièrement par Bréhier: les commerçants juifs et syriens apportent à Narbonne la soie, le coton, le papyrus; les clercs vont étudier en Orient; les pèlerins visitent les Lieux Saints. Pour la péninsule ibérique, l'Afrique du Nord sert d'intermédiaire avec l'Orient. L'occupation byzantine des côtes méridionales renforce ces liens. Plus encore, l'exode des Orientaux devant les Perses, puis devant l'Islam, accroîtra ces apports.

Le peu que nous connaissons des monuments de cette époque nous permet de découvrir en eux des caractères qui s'opposent à l'art classique. Les Romains disposaient de moyens énormes: leurs monuments, construits dans les provinces par les légions, sont de proportion colossale. D'ailleurs l'architecture classique, fondée sur le principe du module, ne tient aucun compte de l'échelle humaine: l'homme n'est pour rien dans les dimensions de l'édifice, même dans la hauteur des portails ou des marches du soubassement. Au contraire, les édifices des Suèves ou des Wisigoths sont construits à l'échelle humaine. Les colonnes de remploi proviennent non des temples, mais des maisons romaines, et sont en général de dimension moyenne. Leur placage à l'intérieur des absides est un dernier souvenir de la décoration architecturale classique qui est en train de disparaître. Bientôt partout un décor coloré couvrira les murs et cachera la pauvreté de la construction. Mais surtout, désormais l'importance ne sera plus donnée aux portiques, aux colonnades, à la superposition des ordres, mais à la structure de l'édifice: les «programmes» répondront d'abord aux exigences du culte. Le caractère «fonctionnel» de l'architecture, qui deviendra essentiel au Moyen Age, apparaît dès l'époque barbare.

Ainsi les Barbares commençaient à dresser, sur les ruines du monde antique, les éléments d'un art nouveau. Mais il faudra longtemps encore pour que ce germe donne naissance à un art original de l'Occident. Pour le moment, l'oeuvre des Barbares n'est guère qu'une collection de remplois romains et d'emprunts à l'Orient.

Partout, au début, l'oeuvre civilisatrice était entravée par l'hérésie. Les Barbares étant ariens, aucune collaboration constructive ne pouvait s'établir entre les rois et les évêques. On sait que Clovis, roi des Francs, passé directement du paganisme à l'orthodoxie, dut à sa conversion de réaliser cette unité que n'avaient pu accomplir les autres rois germaniques. Avant lui, Rechiarius, premier roi catholique de l'Histoire, avait

pu faire bénéficier son royaume de la collaboration entre les autorités laïques et religieuses. Oeuvre éphémère sans doute, mais importante par sa date. Grâce à la conversion de Rechiarius, Braga a pu conserver mieux qu'ailleurs et sans interruption les traditions de l'Antiquité, avec les manuscrits des Bibliothèques et les oeuvres d'art de toute sorte. Ainsi s'est constitué à Braga un remarquable centre de culture, qui s'épanouit au siècle suivant par l'oeuvre de saint Martin de Dume, plus tard grâce à saint Fructueux, et ne disparut que sous les coups de l'invasion musulmane.

En travaillant à ressusciter l'histoire du royaume suève, la Faculté Pontificale de Philosophie et la Câmara Municipal de Braga ont entrepris une oeuvre magnifique, qui mérite nos félicitations et notre gratitude.

UN ÉDIFICE DES TEMPS BARBARES:

LA CHAPELLE SAINT-OYAND À SAINT-LAURENT DE GRENOBLE

Hommage à la Mémoire du Chanoine Pierre DAVID

Pelo PROF. DR. GEORGES GAILLARD

La chapelle Saint-Oyand, à l'église Saint-Laurent de Grenoble, plus connue sous le nom de «crypte de Saint-Laurent», a été étudiée depuis longtemps et considérée comme un monument mérovingien du VI[e] ou du VII[e] siècle (1). Récemment M. Jean Hubert a voulu la rajeunir et la dater seulement de la fin du VIII[e] siècle ou même du IX[e]. Ses arguments ne nous ont pas convaincu (2).

Cette chapelle mérite le nom de crypte, dans le sens où l'emploie Grégoire de Tours: elle est voûtée, mais elle n'est pas souterraine; elle a été construite au niveau du sol; mais par suite des éboulements de la montagne voisine le terrain s'est fortement exhaussé et a permis de construire un autre édifice au-dessus de la chapelle à-demi enterrée.

---

(1) REYMOND (Marcel), *La Chapelle Saint-Laurent à Grenoble*, Bulletin Archéologique du Comité des travaux historiques et scientifiques, 1893.

DAVID (Pierre), *L'église Saint-Laurent de Grenoble et l'oratoire de Saint-Oyand*, Grenoble, 1937.

(2) HUBERT (Jean), *La «crypte» de Saint-Laurent de Grenoble et l'art du sud-est de la Gaule au début de l'époque carolignienne.* Extrait de *«Arte del Primo Millenario». Atti del Convegno di Pavia (1950) per lo studio dell'Arte dell'Alto Medio. Evo*, Torino, 1955.

Id., *La date de la «crypte» de Saint-Laurent de Grenoble*, Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France, 1952-1953.

L'église supérieure, consacrée à saint Laurent, n'a été élevée qu'au XI[e] siècle sous l'évêque Humbert; mais elle existait antérieurement, sans doute un peu plus à l'Ouest: des fouilles pourraient en retrouver l'emplacement. On a déjà découvert là des inscriptions chrétiennes du V[e] et du VI[e] siècle, qui prouvent l'existence d'un ancien cimetière. Un autre édifice, analogue à celui qui subsiste, mais plus petit, a été reconnu, quelques mètres plus au Sud, par des fouilles du XIX[e] siècle.

Le plan de la chapelle présente un chevet tréflé, précédé d'une courte nef et d'une contre-abside à l'Ouest. Ce groupement de quatre absides ne compose donc pas un plan quadrilobé, mais une combinaison entre le plan rectangulaire et le quatrefeuilles. Pour M. Jean Hubert, «le rectangle que la crypte dessine sur le sol n'est pas un quadrilatère quelconque, mais un rectangle dont la proportion est déterminée par deux triangles équilatéraux». Mais ces dispositions fort simples ne paraissent guère impliquer un tel souci des proportions: le besoin de pratiquer des entrées latérales au Nord et au Sud explique suffisamment ce plan bâtard. Le chevet lui-même, dont les trois absides dessinent au sol un plan trilobé, n'est pas en élévation un triconque, car la hauteur des absides diffère: le cul-de-four terminal est à peu près à hauteur du berceau de la nef, tandis que les absidioles s'ouvrent au-dessous de sa retombée. Ces différences de niveau prouvent que l'édifice n'était pas prévu pour supporter un étage. Elles dénoncent peut-être aussi un manque d'unité dans la conception de l'ensemble.

Les trois absides ont des voûtes assez particulières: tandis que la voûte de l'hémicycle occidental est demi-sphérique, celles du chevet sont à trois lobes, en forme de coquille. Cette structure était connue de l'Antiquité romaine; elle s'est transmise, en Espagne, probablement par l'intermédiaire de l'architecture wisigothique, à quelques églises mozarabes, mais nous n'en connaissons pas d'autre exemple en France, et elles nous paraissent sans rapport avec les fausses nervures des absides romanes provençales.

Les arcs des absides sont faits de claveaux alternés, brique et pierre. Des chaînages de brique se trouvent non seulement dans les murs, mais aussi tout au long de la voûte en berceau. Tous ces caractères, bien que remontant à l'Antiquité, ne suffisent pas à donner une date précise, car ils se sont conservés jusqu'à l'époque carolingienne.

Plus remarquable est le décor architectural, fait en partie de pièces remployées: c'est une colonnade appliquée aux murs et soutenant une architrave qu'interrompent les arcs des portes et des absides. Les arcs

des absides majeures, à l'Est et à l'Ouest, sont portés par un second ordre de colonnettes géminées. Les fûts, de petite dimension, sont en marbre, en brèche ou en calcaire; les chapiteaux, en marbre ou en pierre; tous ces matériaux paraissent de provenance locale. Surmontant les chapiteaux, des impostes en tronc de pyramide rachètent les hauteurs inégales. Les murs étaient recouverts de stuc et peints: ce décor coloré a entièrement disparu, mais il est connu en partie par des relevés du XIXe siècle.

C'est sur le décor sculpté que M. Jean Hubert fait reposer principalement sa démonstration. Pour lui, les chapiteaux de marbre, qui sont remployés, ne sont pas antérieurs au début du VIIe siècle. Les chapiteaux de pierre, «caractérisés par un étage de feuilles assez découpées que surmontent deux crossettes assez grasses et une fleurette centrale,... représentent un type de chapiteau intermédiaire entre ceux qui furent sculptés en Haute-Italie vers la seconde moitié du VIIIe siècle et les chapiteaux carolingiens de Flavigny, Saint-Germain d'Auxerre (confession de la crypte) et Germigny-des-Prés». Mais il reconnaît lui-même que les chapiteaux du Sud-Est de la France sont encore loin d'être bien étudiés. Sera-t il jamais possible d'établir une filiation précise dans les ateliers locaux où s'est poursuivie pendant des siècles la dégénérescence du chapiteau corinthien? Nous ne le croyons pas. Ce qui est peut-être réalisable pour les chapiteaux de marbre, production luxueuse d'ateliers spécialisés, comme ceux d'Aquitaine, paraît beaucoup plus problématique pour des chapiteaux de pierre, travaillés sur place par des ouvriers plus ou moins adroits. Le détail le plus précis étudié par M. Jean Hubert est trop mince pour emporter la conviction: les vases d'où sortent des rinceaux ont des anses atrophiées qui ne sont plus que des crochets. La boucle inversée du P *(rho)* dans le chrisme grec se voit sur une monnaie de la même région, qui est cataloguée comme mérovingienne. Il nous paraît plus concluant de noter, comme l'avaient fait les précédents historiens, la ressemblance des chapiteaux-impostes avec ceux de Ravenne, ou des animaux affrontés qui les décorent, avec les motifs du premier art chrétien.

Le plan trilobé est celui de la crypte de Saint-Nizier à Lyon. Cette église a été reconstruite *de novo* par l'évêque Leidrade entre 798 et 813; mais rien ne prouve que la crypte, située en hors-oeuvre, ait été reconstruite aussi, et que son plan ne soit pas plus ancien. M. Jean Hubert, restituant par la pensée le riche décor intérieur de la crypte de Grenoble, suppose qu'elle a pu être, comme celle de Lyon, un mausolée pour les

évêques. Il rattache d'autre part sa construction à la fondation de nombreux monastères dans le Sud de la Gaule et en Italie, au VIII[e] et au IX[e] siècle. Mais ce que nous savons de l'histoire du diocèse de Grenoble ne permet guère d'accepter son hypothèse. La liste des évêques est assez détaillée pour les treize premiers titulaires, jusqu'au VII[e] siècle; ils assistent à des conciles; les notices nous fournissent des renseignements sur presque chacun d'eux. Le XIII[e] évêque de Grenoble est saint Ferréol (en langue vulgaire saint Ferjus), mort en 683 selon la *Gallia Christiana*, mais plus probablement vers 660, comme on verra, assassiné pendant qu'il prêchait et vénéré comme martyr. M. l'abbé Pierre David, qui a étudié son panégyrique ([3]), conservé dans un manuscrit de la Bibliothèque de Grenoble (M 784), explique avec beaucoup de vraisemblance cet assassinat par des raisons politiques. Une sorte de particularisme bourguignon s'était développé dans les régions du Rhône et de la Saône, par suite de l'entente entre l'élément gallo-romain, auquel appartenaient la plupart des évêques, et de l'aristocratie laïque burgonde ou même franque, contre l'autorité des rois de Neustrie. A partir de 657, le Maire du Palais, Ebroïn, entreprend de restaurer l'autorité royale et de briser les résistances régionales. On connaît sa lutte tragique contre l'évêque d'Autun, Léger. Mais déjà auparavant le nouveau régime doit être rendu responsable de l'assassinat d'Ennemond, évêque de Lyon (connu par la biographie de Wilfrid d'York, qui fut témoin du crime, avant de rentrer en Angleterre à la fin de 658). Arcontius, évêque de Viviers, fut assassiné de 8 janvier. Ferréol, évêque de Grenoble, périt de 12 janvier», victime peut-être du même émissaire de la cour neustrienne, «parcourant la vallée du Rhône dans l'hiver qui suivit la mort de saint-Ennemond, avec la mission de répandre la terreur, de se défaire des représentants les plus autorisés du pays, des évêques en particulier qui seraient trop attachés à l'idée régionale» (P. David, *op. cit.*, p. 24). La mort de saint Ferréol marque une transformation politique. Jusqu'à lui, tous les évêques de Grenoble avaient appartenu à l'aristocratie gallo-romaine; son successeur porte le nom germanique de Boson: il y a lieu de croire qu'il aura été imposé par la cour neustrienne (*op. cit.*, p. 25).

A ces observations très pertinentes de l'abbé David, on peut ajouter que la liste des évêques est dès lors singulièrement pauvre de renseignements. On lit seulement dans la *Gallia Christiana*: «*Bosonem post Ferreo-*

([3]) DAVID (Pierre), *Saint Ferjus évêque de Grenoble au VII[e] siècle*, Grenoble, 1930.

lum index vetus recenset. De eo tamen nihil aliud novimus... Sic et Hesychii nomen tantummodo comperimus... Nec Austrobertus notior...» Or la Passion de saint Ferjus, publiée par l'abbé David, annonce le châtiment des coupables: *«Et qui dilexerunt malitiam super benignitatem, iniquitatem magis quam loqui equitatem, propterea Deus destruet eos in finem, ut in consequentibus declarabitur»* (4). La dernière partie du texte, où ce châtiment était décrit, est malheureusement perdue, mais le résumé qu'en a donné l'historien Aymar du Rivail est assez probant: *«Et licet parva et exigua loci situ Gratianopolis quondam fuisset, tamen murorum ambitu, turrium munimine et rerum opulentia ac populi frequentia pollebat. Sed post Fergeoli necem hostili vastitate populo orbata et ad solum usque pene destructa est, et ad instar oppiduli redacta, raro cultore raroque habitatore incolebatur, sicut abunde in vita ejusdem Fergeoli legitur»* (5). On sait que les calamités se sont prolongées pendant plusieurs siècles et que les incursions des Sarrasins ont ensuite ruiné pour longtemps le commerce sur les routes des Alpes et tari les sources de la prospérité grenobloise. Un document célèbre de saint Hugues nous dit que l'évêque Isarn, au Xe siècle, trouva le pays dépeuplé: *«Paucos invenit habitatores»* (6). D'après les textes étudiés par l'abbé David, la décadence a dû commencer plus tôt, dès la fin du VIIe siècle, par suite des querelles intestines du royaume mérovingien.

La constrution de la crypte de Grenoble et son décor, justement admiré par M. Jean Hubert, dateraient-ils donc de cette époque de décadence, pourraient-ils être l'oeuvre de ces évêques *«quorum nuda nomina novimus»* (comme l'écrit la *Gallia Christiana*)? Ce serait bien peu vraisemblable. Mais un dernier argument, fourni aussi par l'abbé David (7), rend encore l'hypothèse plus difficile à admettre. La chapelle au-dessus de laquelle s'élève l'église Saint-Laurent, n'a jamais été consacrée elle-même à saint Laurent. Le témoignage de l'historien grenoblois Pilot, qui appartenait à une famille de fabriciens de cette église précisément, est formel à cet égard: tous les documents anciens parlent d'une chapelle de Saint-Oyand et non de Saint-Laurent.

Saint Oyand (*Eugendus*), abbé de Condat dans le Jura, mort vers

---

(4) *Op. cit.*, § 14.

(5) *De Allobrogibus* (ouvrage écrit au XVIIe siècle et publié en 1844). Cf. *op. cit.*

(6) *Cartulaires de saint Hugues*, publiés par Jules MARION, Paris, 1869. Cf. *op. cit.*

(7) *L'église de Saint-Laurent...* (cf. *supra*).

510, a donné son nom à l'abbaye qui prendra ensuite le nom de saint Claude (mort vers 696). Ami de saint Léonien et de saint Avit de Vienne, il a joui d'une célébrité régionale en Burgondie au VI[e] siècle. L'introduction de son culte à Grenoble a dû se faire dans une période assez voisine de sa mort. C'est une raison de plus pour croire que la chapelle date du VI[e] ou du VII[e] siècle: sinon, il faut recourir à l'hypothèse gratuite d'une reconstruction.

★

Nous ne prétendons nullement avoir fixé d'une façon précise et certaine la date de ce monument. Mais nous insistons sur les vraisemblances historiques qui le situent à l'époque mérovingienne, parce qu'elles concordent avec les vraisemblances stylistiques.

Rien, dans la crypte de Grenoble, ne nous paraît appartenir à la Renaissance carolingienne, dont les traits caractéristiques sont le retour aux grands modèles et aux grandes techniques de l'Antiquité, la concentration dans un seul grand édifice des oratoires multiples de l'époque précédente, l'apparition enfin d'un style organique. Un petit édifice construit parmi plusieurs autres sur un cimetière des premiers temps chrétiens, un plan copié sans rigueur sur les modèles orientaux, une technique de construction traditionnelle depuis le Bas-Empire, un décor architectural plaqué contre les murs à la manière romaine, un riche décor peint qui cache la pauvreté de la construction, enfin une absence de style bien caractérisé, tous ces traits s'accordent bien mieux avec la période des rois barbares.

MAPA DA GALIZA SUEVA

Pelo ENG.º J. PINA MANIQUE E ALBUQUERQUE

Um dos incentivos que há para elaborar o Mapa da Galiza Sueva é o contributo que oferece ao problema das Raízes de Portugal, que a erudição renascentista e o próprio Herculano não puderam resolver.

Em 1943 o Prof. Mendes Correia dá-nos finalmente a chave do enigma, ao dizer que «os factores geográficos e étnicos da nossa independência não são puramente conjecturais: são realidades vivas». «A génese e a evolução da Nacionalidade são o produto duma forte causalidade, ampla e permanente. A Nação é um ser vivo, e não há nascimento sem germe, nem condicionalismo apropriado de desenvolvimento».

Por sua vez, em 1947, o Prof. Pierre David auspiciosamente veio completar o esclarecimento da questão. Segundo ele, «revindicar a autenticidade da lista das paróquias do Reino Suevo em fins do século VI. é, também nessa época, esclarecer o estado social da região compreendida entre o rio Tejo e o Mar Cantábrico», «revelando nas circunscrições do Entre-Douro-e-Minho o alto grau de organização que tinham alcançado».

Foi nesta região eleita, que servira de núcleo ao Reino Suevo-Galaico, reorganizada depois, no séc. IX, a partir de Portucale, onde nasceu essa consciência de grupo, precursora da futura nacionalidade. A Galiza Sueva, com efeito, é quase a prefiguração do futuro condado de Raimundo. Teve um século de existência política independente, durante o qual adquire fisionomia própria e consciência de nação, que manteve e não a perde ao ser incorporada na Monarquia Visigótica. Reis dos godos e dos suevos é título dos monarcas de Toledo no séc. VII; e na celebração dos concílios nacionais havia distinção entre os bispos da Calécia e os da Hispânia.

Quando no séc. VIII se constituiu o Amirado Hispânico, os chefes muçulmanos não ignoram essa distinção e adaptam-se a ela, considerando a Hispânia seu domínio, e Galiza — terra de cristãos. Depois, na Recon-

quista, da Galiza Sueva foi herdeiro o Reino Leonês, que em breve lhe transcende os limites, e desvia seu fulcro para leste; reacção imediata da Galiza própria, que nas partilhas por morte de Afonso III reassume, com Ordonho II, o papel de reino autónomo; e após Fernando Magno o mesmo acontece, sob a égide de Garcia. Afonso VI reúne Leão e Castela novamente, mas concede lugar àparte ao Condado da Galiza: sempre o Noroeste a marcar seu lugar de pátria autónoma, bem radicada na História. E o papel transcendente que, na Monarquia Sueva, a Região Interamnense teve, esse mesmo ela agora desempenha na Reconquista, na obra de restauro e povoamento que se faz a partir de Portucale.

Haverá talvez quem não aceite o nexo existente entre duas fases latamente reconstrutivas — a fase martiniana (séc. VI), e a portucalense (séc. IX-X) — alegando a invasão muçulmana e o ermamento populacional, resultando a perda de topónimos; mau grado as perturbações de ordem social e política que o domínio hispano-árabe trouxe às regiões da fronteira duriana, foram as razias de Afonso I que, no séc. VIII, causaram o maior dano; 31 cidades que ele despovoa o cronista enumera. As consequências é que, a leste e oeste, não foram as mesmas. Na altiplanura da Meseta palentina, de população concentrada em núcleos urbanos de diferentes categorias, o ermamento seria quase total: fronteira aberta, numa região frumentária, que desde a época romana se convertera em campina, sem arvoredos agora, nem abrigos naturais. Pelo contrário, na Galiza, de clima sempre húmido e população rural dispersa mas bem enraizada na gleba fecunda, entrecortada de glandíferos arvoredos, a ruína das cidades não trazia o ermamento populacional; os servos da gleba ficaram, quando os «possessores» emigraram para as Astúrias.

Servem de testemunho convincente os documentos odorianos, respeitantes ao repovoamento de Lugo; e mesmo que se não aceite a sua genuinidade, outro argumento há que nos parece irrefutável: quase toda a nomenclatura geográfica da época romana, referente a esta secção noroestina do território peninsular, entre o Douro e o Mar Cantábrico, é possível ainda hoje encontrá-la. E porque assim é, e consequentemente há uma estratificação toponímica que nos leva ao dealbar da proto-história, é que é possível tentar reconstituir a toponímia própria da Galiza Sueva, identificando-a para localizá-la no mapa, embora até hoje se tenham conseguido nesse rumo só medíocres resultados.

Vai-se agora apresentar o nosso plano esquemático de representação cartográfica.

1) Servem de base as folhas 70, 71, 83, 84 e 99 do Mapa da Europa editado pelo Touring Club Italiano, de escala 1/500.000; bastante detalhado e perfeito, permite fazer a localização exacta dos topónimos suevo-galaicos que se foram averiguando; e a representação, sugestiva, do relevo orográfico, ajuda a interpretar alguns sucessos históricos que para o nosso caso não são despiciendos.

2) A época a representar fazemo-la coincidir com a 2.ª metade do séc. VI, correspondente ao apogeu do Reino Suevo-Galaico; a ela reportamos o contorno geopolítico da Monarquia Sueva e a representação das paróquias primitivas, citadas no arrolamento de Teodomiro. Ao séc. VII pertencem as balizas diocesanas, onde se apoiaram mais tarde as demarcações episcopais da Reconquista; embora muito esbatidas, também estas lá ficam assinaladas, numa tentativa de as reconstituir, pois não se deve ignorar a sua ligação directa com a *Divisio Vambae*.

3) O limite geopolítico levanta dificuldades, que se vai tentar quanto possível remover. Os sucessos militares, históricos, desde a Grande Invasão, no séc. V, até às campanhas de Eurico, servem como ponto de partida para a fixação das fronteiras que se mantêm até ao séc. VI, e não se obliteram no próprio séc. VII, como que cimentadas na divisão episcopal. Servindo de fundo ao quadro, lá estava a divisão provincial e jurídica romana, que foi objecto da partilha entre os bárbaros advenas.

Tema particularmente difícil: os limites nordestinos da Galiza Sueva, sendo mister distinguir a área potencialmente sueva, incluindo a Cantábria, segundo o teor da partilha; e a área de domínio efectivo, que só teria alcançado a parte oeste da Astúria Trasmontana. Pode-se-lhes fazer a contraprova partindo das balizas das dioceses estremas, galaicas ou visigodas, impostas no séc. VII.

4) Segundo cremos, as linhas de contorno episcopais só se fecharam nos tempos da Reconquista, quando o repovoamento das estremaduras e a proliferação das paróquias progrediu em larga escala.

No séc. VII, quando as cristandades galaicas e hispânicas eram ainda relativamente poucas, apenas se apontaram a cada bispado quatro balizas em cruz, que só imperfeitamente definiam o território da futura circunscrição.

Nessa época, normalmente, não suscitaria dúvidas a que sede episcopal uma cristandade recém-organizada deveria corresponder. Só mais tarde, à medida que as freguesias se fossem multiplicando, haveria competições de bispados nos casos ambíguos, tornando necessária uma demar-

cação completa. Este processo evolutivo sofreu porém o contratempo da Invasão muçulmana, e só na Reconquista houve pleitos agudos, que os Chefes da Cristandade em Roma tiveram de resolver, invocando normalmente a *Divisio Vambae.*

Julgamos lícito, pois, aceitar a Demarcação visigoda como autêntica, cujo interesse geográfico será função das balizas que, trabalhosa e porfiadamente, se foram decifrando. Mas não se deve exigir-lhe o que não nos pode dar directamente: marcar em cada bispado a linha total de circunvalação, porque a *Divisio Vambae* limita-se a apontá-la, nas 4 balizas em cruz.

Se antes do séc. XI não há indícios de que a Demarcação de Vamba fosse invocada, é porque só após a reconquista fernandina se restauraram definitivamente as sedes episcopais, sendo pois a altura de se marcar detalhadamente o âmbito de cada circunscrição diocesana. Nesta conjuntura, quando os limites episcopais iam ser fixados a título perpétuo, as balizas visigodas eram invocadas, e o Papa decidia, como norma, segundo elas.

Os limites episcopais então definem-se e consolidam-se a partir das 4 balizas primitivas, dando azo a contendas entre sedes vizinhas, com interpolação a favor de cada uma, no propósito de as dilatar à custa das confinantes. Daqui provém famílias de textos autónomos, que são outras tantas variantes do texto comum primitivo.

Algumas balizas que pudemos identificar com nomes actuais justificam plenamente as primeiras circunscrições diocesanas da Reconquista. A decifração é quase sempre difícil, por haver nomes ininteligíveis, truncados nas sílabas. Tentando vencer a dificuldade, adoptámos a regra de tentar reconstituir as demarcações episcopais dos séc. XI e XII, e marchar depois em sentido retrógrado, tentando encontrar nessas linhas de contorno, ou perto delas, as balizas visigodas, representadas em topónimos actuais.

5) As paróquias suevas primitivas, quer dizer martinianas, têm no Mapa importância fundamental, desde que o malogrado Prof. Pierre David tão luminosamente as reabilitou.

A identificação dessas paróquias é às vezes muito difícil, dando margem a dúvidas. Resolvemos por isso distinguir três categorias de soluções, conforme o grau de certeza a que chegámos, ou de dúvida em que permanecemos; no Mapa se exprimem pelos qualificativos: *possível, provável* e *averiguada,* ou tida por verdadeira.

6) O Mapa detalhado da Galiza Sueva não deve representar ape-

nas, toponomàsticamente, as paróquias primitivas e respectivas sedes episcopais; pertence-lhe também, legìtimamente, a nomenclatura da época anterior que, sobrevivendo à grande crise do séc. V, chegou, embora corrompida, até nós. Numèricamente, essa nomenclatura era já copiosa, e nela dois estratos bem distintos convém distinguir a saber:

1) Denominações arcaicas — celtas e pré-celtas — abrangendo corónimos, hidrónimos, orónimos, topónimos e gentílicos.

2) Denominações latinas, que incidem na sua maior parte sobre as unidades fundiárias, as vilas romanas, expressas ora por antropónimos, ora por qualificativos.

Ao primeiro destes dois grupos pertence o maior número dos centros urbanos citados por Estrabão, Tolomeu, Plínio, Antonino e Pompónio Mela, pois quase todos vieram dos tempos pré-romanos. De facto, a nomenclatura latina não apagou a nomenclatura arcaica, mas sobrepôs-se a ela, coexistindo porém em mui diverso grau nas várias regiões. E se representarmos em cores diferentes, por exemplo verde e carmim, os nomes referentes aos dois referidos estratos, ressaltam imediatamente as regiões onde a romanização progrediu, e no mapa se traduz pelo adensamento das vilas fundiárias, naturalmente onde as condições ecológicas eram mais propícias.

Por seu turno, a rarefacção dos sinais a carmim, nas zonas montanhosas, denota uma penetração mais difícil da influência romana; aí se vê, com efeito, o predomínio dos nomes a verde, e a presença de gentílicos relativamente abundantes, revelando quiçá a persistência da organização tribal. Tal sucede, em especial, nas áreas asturiano-cantábrica, na região do Artabro, e bem assim na antiga circunscrição flaviense (hoje Trás-os-Montes).

A relativa abundância de gentílicos deverá significar um grau de romanização incipiente, que a evangelização martiniana veio auspiciosamente completar.

O conjunto toponomástico formado pelas sedes suevo-galaicas e as paróquias primitivas, merece constituir no mapa um novo estrato, representado a preto, bem expressivo da época germânica, pelo qual se mede o progresso da cristianização, na segunda metade do séc. VI, à qual o nosso mapa mais particularmente se refere. Deste modo, a tripla sinalização cromática revela-se sobremodo instrutiva.

7) À toponomástica específica da época romana, relativa às vilas fundiárias principalmente, devem-se agora acrescentar alguns topónimos genéricos particularmente significativos: PAÇO, VIGO, CELA. O pri-

meiro marca o núcleo das vilas; o segundo representaria pequenos centros mercantís; o terceiro traduz reminiscências de culto gentílico pagão: sinónimo de capela rural mesmo após a cristianização.

A esta série, muito abundante, de topónimos genéricos romanos, contrapõe-se uma série, bem menos numerosa, de topónimos genéricos de origem sueva: BURGO e SA(LA).

O 1.º nome parece que exprime povoação fortificada, de fisionomia germânica: pequeno núcleo urbano de gente sueva; o 2.º representará, talvez, o termo correspondente ao paço rústico romano: a residência rural ou *solar* do «depredator» suevo.

Em apoio desta interpretação vê-se que o topónimo SÁ (Sala > < Saa > Sá) é exclusivo do Noroeste Peninsular, onde houve apropriação forçada pelos invasores suevos em vilas romanas; não existe na área visigótica; e julga-se que os godos, salvo nos Campos Palentinos, não compartilharam as glebas hispânicas. Na base desta teoria, a localização do topónimo SA, mais ou menos restrito à Galiza lucense e bracarense, revela talvez em que regiões da Galiza Sueva houve instalações rústicas na posse germânica. Esta origem poderá tê-la a famigerada nobreza rural do Entre-Douro-e-Minho, onde vão entroncar os barões portucalenses da Fundação e Reconquista.

Palavras breves para concluir.

A revelação mais impressionante que o Mapa nos poderá dar é esta: de ter sido a região Bracarense a fracção nuclear ou parcela essencial do Reino Suevo-Galaico; e Braga, não só capital política, mas também centro propulsor, donde irradiou uma cristianização refulgente e impressiva: o Reino Suevo Galaico teve no Entre-Douro-e-Lima o núcleo de personalidade.

A acção martiniana cimentou na unidade da crença a fusão das duas raças até então desavindas. Passou a haver, pela primeira vez na História da Península, uma grei cristiana de base geopolítica, prefiguração da futura Nacionalidade Portuguesa.

Determinismo histórico e condicionalismo geográfico em concomitância. E tudo começou por um milagre da Providência: a cura do filho do rei Carriárico por S. Martinho de Dume, ponto de partida da conversão dos Suevos ao Catolicismo. Sempre o milagre — como disse Antero de Figueiredo — sempre o milagre na História de Portugal.

El canon 73 de los Capitula Martini y los ramos precautorios actuales

Pelo DR JESUS TABOADA CHIVITE

Sería tarea sumamente interesante el estudio minucioso del origen y perduración de las supersticiones que combatió con tanto denuedo como infeliz resultado San Martin Dumiense en la instrucción pastoral *De correctione rusticorum* y en los *Capitula Martini*. La investigación de las vanas creencias del noroeste peninsular en la época sueva habia de proporcionar un rico acervo de datos para el mapa folklórico hispano (1).

Un meritorio trabajo sobre las supersticiones de Hidacio, estudiando sus enlaces con la Analítica romana y con el viejo fondo cultural de la *Galecia*, fué realizado recientemente por el Prof. Casimiro Torres (2), pero la copiosa recopilación de prácticas que registra San Martin de Dumio, espera todavia un estudioso que las analice.

De solo una parte del canon 73 de los *Capitula Martini* vamos a ocuparnos con la brevedad que impone el momento, y es de la prohibición de que se ciñan las casas con laurel o ramas verdes de los árboles que, el Dumiense, justamente, señala como herencia del paganismo.

Tradición mágica del laurel

Es fácil seguir su filogénesis a partir del mundo clásico. Parece que de la India vino a Grecia el laurel, en donde fué consagrado a Apolo y figura de manera preponderante en los ritos del oráculo. La Pithia

(1) Recientemente ha publicado W. Barlow Claude: «Martini episcopi bracarensis opera omnia, New Haven, Yale University Press, 1950, VII, con introducciones a cada una de sus obras, de indudable interés.

(2) «Las supersticiones en Hidacio»; Cuadernos de Estudios Gallegos, XXXIV, Santiago de Compostela, MCMLVI, págs. 181 y ss.

(interrogadora) bebia de la fuente Cassotis antes de empezar los vaticinios y masticaba después hojas de laurel. El laurel le acompañó muchas veces como símbolo de Apolo «debido a que el fuego purificador se obtiene frotando dos trozos de madera de laurel (δάφνη) del que procedian las ramas con que se purificaba a los penitentes» (3).

El mismo Apolo, para indicar que se habia purificado, después de haber muerto a la serpiente Pitón, entró en Delfos con una rama de laurel en la mano.

Luego que espió Orestes la muerte de Clitemnestra, sobre la fosa de las victimas inmoladas brotó un laurel.

Pero en el mundo romano aparece el laurel ya con clara fuerza profiláctica y creemos que para el laurel puede admitirse lo afirmado por Ismael del Pan respecto a la magia de los vegetales de que «uno de los pueblos que más influencia ha ejercido en nuestras creencias mítico religiosas ha sido el pueblo romano» (4).

El laurel era en Roma *muy grato a las viviendas*. Plinio le llamó *jardín de los Césares* y dice que con él se coronaba Tiberio durante las tormentas para preservarse del rayo. El mismo Plinio (5) habla de varios árboles dedicados a los númenes y entre éstos el laurel, que es el de Apolō. Por cierto que menciona un arbusto que nace «más allá de las columnas de Hércules» con hojas de laurel y tomillo, que se transforma en pómez al ser arrojado a la orilla (6).

Pero sobre todo el laurel — dice — adornaba las casas y precavía los umbrales (7). Por este caráter profiláctico, que ha perdurado hasta hoy, «c'est pourquoi l'on plaçait des branches de ces arbustes [aubépine, nerprun, et laurier] devant les temples ou les habitations» (8).

Aparece, pues, el laurel y otros ramos ciñendo las casas con fines preservativos, como los tenia en la Galicia del siglo VI y como los siguió teniendo hasta el dia. El *filum* de su tradición mágica no se ha quebrado todavía.

---

(3) Hermann Steuding: «Mitologia giega y romana». Quinta Edición, Barcelona, 1942, pág. 77.

(4) Ismael del Pan: «Las creencias sobre algunas plantas en la antigüedad y en nuestros dias». Actas y Memorias de Soc. Esp. de Ant., Etn. y Preh., Tomo III, Cuad. 3.°, pág. 86.

(5) N. H., XII, 2.

(6) XIII, 138.

(7) XV, 39.

(8) R. Cagnat et V. Chapot: «Manuel d'archéologie romaine». Paris, 1920, pág. 192, Tomo II.

La práctica es muy posible que tenga más viejas raices. La extensión — incluso extraeuropea — de colgar ramos propiciadores, como para las *hierbas de San Juan* ha señalado Dámaso Alonso (9), desborda el área del mundo latino, pero ahora es cuando aparece literariamente documentada por el testimonio de Plinio.

El laurel fué también en Roma símbolo purificador de Apolo; la *Paz* e *Italia* llevan asimismo corona de laurel y habitualmente ninguna insignia imperial revela en un retrato la dignidad imperial, sino es la corona de laurel (10).

En la España clásica se testifica más de una vez la permanencia de la superstición. Moreto, por ejemplo, alude a ella en *El desdén por el desdén:*

Huyendo la hermosa Dafne,
burla de Apolo la fee;
sin duda la sigue un rayo
pues la defiende un laurel (11).

Los ramos precautorios actuales

Aun está vigente la creencia en la acción preservadora del laurel y también de otros vegetales, como añade el canon del Dumiense.

Carácter precautorio tiene el ramo de laurel que al final de una obra colocan los obreros, adornado de cintas y flores, en el remate de la fachada. La rama de laurel bendita el Domingo de Ramos se coloca en el balcón de la casa y en las cuadras del ganado, y un trocito del mismo a la cabecera de la cama. Cuando hay tormenta se queman unas hojas de este laurel para precaverse del rayo.

En Viana del Bollo cuenta don Nicolás Tenorio (12) que el laurel bendito el Domingo de Ramos lo traen a casa y echan «algunas de las ramas en el fuego que arde en el hogar de la cocina, y como están verdes, al quemarse producen humo, que ha de repartirse por toda la casa, y abren las puertas de las habitaciones para que asi suceda. Tienen la

(9) «El sauco entre Galicia y Asturias». Rev. de Dialectologia y Tradiciones Populares, Tomo II, Cuad. 1.°, 1946, págs. 23 y ss.

(10) R. Cagnat et V. Chapot: Op. cit., I, págs. 399, 464, 466 y 477.

(11) Moreto: «El desdén por el desdén». Jornada Primera, Esc. IV. Ed. Clásicos Castellanos. Espasa-Calpe S. A., Madrid, 1937, pág. 165.

(12) «La aldea gallega». Cádiz, 1914, pág. 163.

creencia de que el humo del laurel bendito espanta las brujas y las tormentas».

Las propiedades extraordinarias del laurel, en las que el poder del agua bendita se inserta en las intrinsecas del árbol, se atisban en ciertas prácticas: A veces las brujas en forma de mosca pican y espantan al ganado. Es remedio eficaz contra ellas «llevar en el bolsillo un frasco con agua bendita y una ramita de laurel, pues como de la aspersión toque una sola gota a la mosca, morirá seguramente la bruja en el mismo instante» ([13]).

Una rama de laurel, introducida en agua bendita, hay siempre en los velatorios aldeanos y con ella asperjan sobre el cadáver cuantos convecinos entran a rezar. Son interesantes las referencias de Cabal ([14]) sobre el laurel y la muerte y las práticas que alli se mencionan.

Pero además del laurel, reprueba el Dumiense en el canon 73 cualquier otro ramo y en efecto no es solo este vegetal el que se emplea con fines profilácticos. El hinojo, el citiso, el helecho macho, el trovisco, el nogal, el aliso, la espadaña, el saúco etc, los vió Bouza Brey colgados ante cada puerta o ventana campesina, metidos en las junturas de las piedras o en los huecos de la casa o esparcidas por el umbral ([15]).

Ramos de trovisco para exterminar parásitos se echan en las habitaciones y para alejar maleficios se cuelgan en bolsitas ([16]).

Y para que las brujas no entren por las ventanas en la mágica noche de San Juan se cuelgan ramos de saúco, herba da Nosa Señora (matricaria), hinojo, romero, laurel y menta ([17]).

En Portugal dice Pires de Lima que la *arruda* libra de brujeria y cita esta canción:

([13]) Jesús Rodriguez López: «Supersticiones de Galicia». Terceira Edición, Lugo, 1948, pág. 214.

([14]) «Contribución al Diccionario folklórico de Asturias. Agua-Ana», Oviedo, 1951, págs. 247 y ss.

([15]) Fermin Bouza Brey: «Nombres y tradiciones de la digital en Galicia y Asturias». Rev de Dialectología y Tradiciones Populares, VI, Cuad. I, pág. 11.

([16]) E. Carré Aldao: «Prácticas y Costumbres», en la Geografía General del Reino de Galicia, Barcelona, pág. 820.

([17]) Jesús Rodriguez López: Op. cit., pág. 215.

Deste-me um ramo de arruda,
fizeste de mim diabo;
deixa vîr o mês das rosas
que o ramo ha-de ser pago ([18]).

Insistimos en el interés de una investigación circunstanciada de las supersticiones que ha combatido San Martín y que todavia viven en las creencias populares.

([18]) Augusto César Pires de Lima: «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos», 3.º vol., Porto, 1948, pág. 42.

Nota explicativa sobre o presente tomo de «Bracara Augusta»

No presente tomo encorporou-se o 1.º fascículo dos trabalhos do *Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos*, ainda inéditos e em nosso poder.

No próximo volume, com o 2.º fascículo, concluir-se-á a colectânea de todas as comunicações recebidas na Secretaria do Colóquio.

Reserva-se a última parte deste tomo à *Crónica anual dos acontecimentos citadinos* referente a 1958 e ainda às *Efemérides Municipais* de 1958 e 1959. Começam-se também a publicar o trabalho intitulado *Estudo sobre a Sé de Braga*, da autoria da Dr.ª D. Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos, e *A Biografia do Conde da Barca*, da autoria do Coronel José Baptista Barreiros.

Insere se ainda um estudo assinado pelo nosso Director, Dr. Sérgio da Silva Pinto, sobre *S. Frutuoso de Montélios*.

Por último editam-se as habituais achegas da secção *Arquivo Municipal* a cargo do antigo Conservador do Arquivo da Câmara.

S. Frutuoso de Montélios

A Igreja mais Bizantina da Península

Transcrição da entrevista concedida pelo Dr. Sérgio da Silva Pinto ao jornalista José Moreira e publicada no «Diário Ilustrado» de 11-3-1958.

No roteiro das visitas a fazer pelo Ministro das Obras Públicas, quando da sua recente estada em Braga, foi incluído o monumento pré-românico de S. Frutuoso de Montélios, cuja restauração se interrompeu há já muitos anos em face das dificuldades surgidas. Desde então, a notável Capela ficou votada ao esquecimento e ao abandono.

O acesso à vetusta igreja faz-se por uma porta que é, nem mais nem menos, do que um tapamento esburacado e tosco. Hoje, viemos encontrá-lo derrubado, franqueando a invasão do monumento à irresponsabilidade das crianças e à inconsciência dos adultos, colocando ao alcance das suas mãos elementos decorativos e documentais tão preciosos e necessários a uma futura restauração.

A sensação de abandono e de desinteresse que se respira actualmente em Montélios dói ao espírito e fere a sensibilidade.

Mas ainda bem que o Ministro das Obras Públicas dedicou a mais favorável atenção aos valores que aqui se reúnem e ouviu interessadamente a exposição clara, documentada e desapaixonada, do Dr. Sérgio da Silva Pinto, historiador da maior probidade intelectual e moral, que, como vereador do Pelouro de Cultura da edilidade bracarense, tem sabido levar a cabo uma acção notabilíssima em favor das coisas do espírito.

A interesse daquele membro do Governo foi como que um prémio ao labor incansável e esclarecido do Dr. Sérgio da Silva Pinto em prol do estudo da época sueva e de tudo quanto se relacione com o Ocidente peninsular, a grandeza passada de Bracara Augusta, as origens de Portugal. Autor da primeira biografia sobre Requiário de Braga, o criador do primeiro Reino católico da Europa; definidor da naturalidade e da escolaridade bracarense de Francisco Sanches e do primeiro Tratado de Aliança Anglo-Português (Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372) cujo texto integral revelou e interpretou —, o Dr. Sérgio da Silva Pinto tem dado contribuições da mais alta importância para o estudo da história, sobretudo da Idade Média.

O Sr. Eng.º Arantes e Oliveira, escutada a exposição, concluiu, ao que julgamos, pela necessidade de se completar a restauração do monumento de S. Frutuoso de Montélios. Não foi este, sem qualquer dúvida, o menor benefício que Braga colheu da sua proveitosa visita. E ainda bem!

Desde logo, portanto, se nos afigurou oportuno ouvir a opinião do distinto medievalista sobre a reintegração de S. Frutuoso e sobre as características a que deveríam obedecer os trabalhos respectivos. O seu alto sentido da História, que cultiva com método científico, o seu conhecimento profundo da época em que foi fundado o monumento, a inteireza do seu carácter intelectual e moral, que o leva a não ter predilecções de coração que se sobreponham às conclusões do seu espírito e do seu saber, ofereciam motivos seguros para um depoimento sério, autorizado e sem facciosismos.

Num dos últimos domingos de Fevereiro, obtida a sua aquiescência para esta entrevista, deslocámo-nos a S. Frutuoso de Montélios e a lição do Dr. Sérgio da Silva Pinto foi-nos dada no próprio local. Expondo fluentemente e comprovando os seus argumentos através da interpretação da orgânica arquitectural do monumento em apreço, dos elementos decorativos aplicados e não aplicados ainda, dos caracteres artísticos, e sua competente classificação, da valiosa Capela, o nosso ilustre entrevistado mostrou-nos a verdadeira história de S. Frutuoso para lá das confusões e das divergências da crítica de arte. Lição viva de História e de Arte esta que a sua gentileza nos proporcionou, recheada de alusões a factos históricos documentados, apoiada em relatos de biógrafos e de cronistas, como se vai ver.

Da longa exposição do Dr. Sérgio da Silva Pinto aproveitamos a seguinte matéria essencial:

— Entende que importa realizar estudos sérios sobre a igreja pré-românica de S. Frutuoso de Montélios em ordem a preparar a sua restauração ou reintegração, não é assim?

— Exactamente. É imperioso e urgente prosseguir o restauro do venerável edifício. Mas antecedido de estudos sérios, objectivos, imparciais. Mais vale nada restaurar do que restaurar falsamente.

— Mas disse-nos que essa restauração se impunha e era urgente. Porquê?

— Em primeiro lugar pela excelência do próprio monumento. Paradigma único na Península. Singular até no Ocidente europeu, pela orgânica e gramática decorativa. «*Exemplar máximo nosso do tipo bizantino quadrado*», na definição de Gómez Moreno. E Reinaldo dos Santos chama-lhe «*o nosso monumento pré-românico mais interessante*». Helmut Schlunk classifica-o como «*a igreja mais bizantina da Península*».

Ora, Portugal não é tão opulento em valores artísticos que possa esquecer um que possui e que marca a nossa presença, com relevo, num histórico ciclo de arte — o bizantino.

— Há outras razões que chamem a atenção para S Frutuoso de Montélios?

— Existem, sim. Quando se realizou a primeira fase da sua restauração, dirigida com iniludível saber por Moura Coutinho, sob a louvável superintendência da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, encontraram-se muitos fragmentos da arquitectura e ornamentação do arcaico santuário que por aí se acham ainda dispersos e não aplicados. Não sei se há inventário deles. Deveriam estar inventariados, numerados, catalogados. Se os não acautelarem e indefinidamente protelarmos a reintegração do monumento, surgirão, com fatais extravios, dificuldades, talvez irreparáveis, aos futuros restauradores.

— Esse acautelamento não foi já pedido ao Ministro das Obras Públicas quando da recente visita deste à vetusta Capela?

— Sim. E sem cortesanismos, que não estão no meu feitio, devo dizer: Tenho trazido a Montélios muitas pessoas eminentes; e debatido «in loco» os seus problemas com especialistas, individualmente ou em Congressos e Colóquios, sem embargo da penúria dos meus recursos, — mas nunca senti compreensão mais viva e mais rápida dos valores em causa do que quando o Ministro me escutou, palavras breves, cortadas pela chuva e a pressa que nos rodeava.

Creio bem que o sr. Ministro intuiu perfeitamente que eu não estava aqui a defender alguma tese de crítica de arte, mas sim a contar a história positiva do edifício, extraída apenas das fontes documentais. Estávamos num terreno familiar aos que cultivam a História como ciência de factos e não de ilacções fantasiosas. A História é só ou quase ùnicamente o documento; mas contra a objectividade do documento não são legítimos apriorismos cépticos. O cepticismo só é lícito quando parte da crítica dos especialistas, porque representa ainda o culto do documento.

— Mas, então, há que distinguir a história do monumento das teses da crítica de arte sobre ele, não é?

— Claro. Há três coisas distintas em S. Frutuoso: a História, a crítica de arte e o próprio monumento em si.

— Quanto à História?...

— Conhece-se perfeitamente por S. Valério (eremita e escritor do séc. VII) que S. Frutuoso, por volta de 660, fundou na vila luso-romana de Montélios um mosteiro consagrado a S. Salvador; e que deste mosteiro era a primitiva igreja onde *«o seu santo corpo foi sepultado»*. Templo, portanto, do século VII, dentro da época visigótica ou do ciclo chamado suévico-bizantino.

Depois sabe-se, também perfeitamente, que, com as invasões muçulmanas, estas terras foram ermadas pelas devastações dos Árabes e pelo êxodo dos Cristãos. É isto um ponto suficientemente assente, embora a região se não convertesse numa cintura de desertos em absoluto despovoada. Existe um pergaminho de letra visigótica do século IX-X, publicado já por Alberto Feio e também estudado por Pierre David, que, talvez numa interpolação chegada à mesma centúria, nos diz expressamente que «*os Árabes destruíram todos os mosteiros*».

Poucos passos separavam Montélios da via romana que ia de Bracara Augusta ao norte da Galiza. Por aí passaram as vagas dos Sarracenos, com suas destruições. O certo é que o mosteiro de S. Salvador de Montélios desapareceu; e também o mesmo acontecera ao mosteiro episcopal de Dume, vizinho daquele e mais distanciado da via romana.

Mais adiante, começaram as presúrias, o refluxo dos Cristãos. E por um documento descoberto por López Ferreiro no Arquivo de Santiago de Compostela há notícia de que um presbítero de nome Cristóvão veio da Galiza do Norte e fez a presúria, a ocupação, da vila de Montélios, lugar que encontrou desamparado. Estaria já em ruínas o pequeno santuário do Mosteiro? A História só nos diz que a vila de Montélios foi ocupada de novo e era agora, nos fins do século IX, desfrutada com segurança. O presbítero Cristóvão fez a doação de Montélios à Igreja de Compostela, doação confirmada pelo Rei Afonso III, em 883.

No século X ocorre ainda a investida, com suas depradações, do terrível Almançor, até Santiago de Compostela, a *Kaaba* dos Cristãos. Só depois é que os clérigos compostelanos teriam mandado reconstruir a igreja de Montélios.

Com efeito, o medievalista Pierre David prova que no século XI se estabeleceu o culto de S. Frutuoso. Assim surge a nova igreja. E aqui acaba a História.

— E quanto à crítica de arte?

— Aí há grandes divergências, confusão mesmo. Num ponto estão, porém, pràticamente, todos de acordo: trata-se dum notável edifício bizantino ou de características bizantinas — quadrifólio inscrito numa cruz grega, coberto por cinco cúpulas, uma delas erguida ainda na quadra central e as outras de menor diâmetro, existentes outrora sobre as ábsides.

Manuel Monteiro, o sumo mestre do Românico português e dos seus pródromos, e que até hoje foi quem melhor estudou o monumento, reconhece que a influência bizantina nele é inegável. Mas coloca essa influência a exercer-se em artistas bizantinos ou bizantinizados do século XI, dentro do ciclo moçárabe-cordoves, o que corresponde, diga-se de passagem, ao surgimento do culto de S. Frutuoso, assinalado pela História, e à restituição a Braga da sede metro-

politana. Outros querem que a igreja de Montélios, toda como está, subsistindo intangível às gazivas dos Árabes e à migração dos Cristãos, seja a mesma da época visigótica, com tanta felicidade, desde Francisco José Velozo, denominada, no que toca ao Ocidente peninsular, ciclo suévico-bizantino. Todavia chamam-lhe: ou capela visigótica, como a apelida Moura Coutinho; ou jóia bizantino-ravenense, como a considera Costa Lima, na esteira de Campos Casorla; ou simplesmente bizantina, na identificação de Aguiar Barreiros, o primeiro a interpretar-lhe a planta originária, e no dizer de Schlunk e Reinaldo dos Santos.

Essa quase inviolabilidade da Capela desde o século VII às alterações demolidoras do século XVIII se não é metafisicamente impossível, parece-nos indefensável. A contraditá-la temos por aqui material híbrido, como fustes de mármore acrescentados de pedras de granito; colunas sem base, capitéis de duas épocas, tudo a denunciar decididamente uma reconstrução séculos depois.

— Tem, ao que parece, predilecção pela tese moçarabista. Não é verdade?

— Não. Desculpe, mas não é verdade. Se me fosse lícito ter predilecção, tê-la-ia pela outra. Pela que propõe a integridade do bizantinismo da igreja de S. Frutuoso de Montélios, desde o tempo da sua primeira fundação. Muitos sabem que me tenho dedicado ao estudo da época sueva, de facto, dominada por Bizâncio na cultura. Mas a resistência que o meu espírito faz às predilecções do coração põe-me de sobreaviso, constitui uma espécie de critério.

— Como assim?

— Demonstrem-me que a cúpula do cruzeiro, em calote e de tijolo, assente em pendentes à maneira bizantina, mas estribados em mísulas de pedra, não é coisa insólita no Ocidente até ao século X e não tem a marca islâmica; que as ábsides de curva monocêntrica, ultrasemicirculares, quase em círculo fechado, não são uma característica das igrejas moçárabes; e que se não impõe para a orgânica do alçado um sistema de pequenas coberturas cupuliformes, nas ábsides, fazendo cortejo à cúpula central, testemunhado aliás pelo seiscentista Manuel de Monforte, e que esse sistema não é um tema arquitectural que só aparece a Ocidente no século XI.

Demonstrem-me que a complexidade superestrutural de S. Frutuoso, padrão de cruz livre, com as suas cinco cúpulas isoladas, em vez de pertencer à arquitectura bizantina da época mais gloriosa do Império (século IX-XI), se inclui de certeza na sua *primeira idade de oiro*, a de Justiniano; que os «triplets», ou tríplices arcadas, que fazem a comunicação entre o núcleo central e as rotundas absidais, de curvas ultrapassadas, tendo o arco do centro raio maior, não reflectem, claramente, a arte árabe; e que os acantos trepanados,

ao gosto helenístico, das impostas e de certos capitéis, se integram de preferência nas produções pré-moçárabes da Península.

Demonstrem-me que o friso ou teoria de arcaturasinhas geminadas, de curvas ultrasemicirculares, alternando com pequenos arcos de mitra, que decora o cimo das quatro faces externas do cubo central, não dará a este o «fácies» duma torre do Islão, quando lhe reintegrarem os colunelos respectivos; e que o mesmo corpo quadrado não invoca fundadamente a disposição de certas igrejas moçárabes da Espanha, como anotou, com imparcialidade, Vergílio Correia.

Demonstrem-me que o templozinho em apreço é uma metástase na Península da arte de Ravena, embora não apresente qualquer parentesco com o mausoleu de Gália-Placídia (apenas semelhante no exterior pelas arcadas cegas, que não têm a forma de mitra das de Montélios), nem tão pouco se filie na igreja octógona de S. Vital (tendo esta arcadas tríplices, mas de cinto pleno e sem predomínio do arco central sobre os laterais, desenho árabe que define as de S. Frutuoso).

Demonstrem-me que o santuário dos subúrbios de Braga é uma capela funerária mandada fazer por S. Frutuoso para sua jazida e não uma igreja monástica, contrariando o princípio de que as capelas funerárias, de instituição pessoal, apenas surgem na Baixa Idade Média, e opondo-se até a um cânone da Igreja de Braga, que condenava a inumação dentro das basílicas, autorizando-a, quando muito, em volta dos seus muros («circa murum»).

Demonstrem-me que há realmente uma tradição local, fixada em documentos próximos da época, de que o Santo Bispo teve o seu sarcófago debaixo dum arco sólio exterior, contrariando a História da Arte que os não conhece no ciclo bizantino e só os vê divulgados no ciclo românico.

Se me provarem a inconsistência de todos estes reparos, então inclino-me plenamente convencido e muito grato pela lição e pela prova. Porque o meu espírito, desfeitas todas as dificuldades, que diante dele se levantam, poderá apoiar as predilecções «suévico-bizantinas» do meu coração.

Até lá propendo (e acho que sou lógico) em pensar, mesmo ao invés das ideias feitas vindas de fora, que houve, sim, uma primeira construção da segunda metade do século VIII, mas quase demolida pelo vandalismo e abandono dos homens e pelas inclemências do tempo; e uma segunda construção do século XI, obediente à orgânica bizantina; e que da primeira construção pouco mais se teria aproveitado do que colunas, capitéis e porventura a tradição da cruz grega.

Tudo pode ter sucedido, porém, absolutamente ao contrário. Montélios seria, então, uma vetusta igreja inteiramente ou quase da época visigótica — irradiação da primeira idade de oiro da arte bizantina —, e só reparada muito

politana. Outros querem que a igreja de Montélios, toda como está, subsistindo intangível às gazivas dos Árabes e à migração dos Cristãos, seja a mesma da época visigótica, com tanta felicidade, desde Francisco José Velozo, denominada, no que toca ao Ocidente peninsular, ciclo suévico-bizantino. Todavia chamam-lhe: ou capela visigótica, como a apelida Moura Coutinho; ou jóia bizantino-ravenense, como a considera Costa Lima, na esteira de Campos Casorla; ou simplesmente bizantina, na identificação de Aguiar Barreiros, o primeiro a interpretar-lhe a planta originária, e no dizer de Schlunk e Reinaldo dos Santos.

Essa quase inviolabilidade da Capela desde o século VII às alterações demolidoras do século XVIII se não é metafisicamente impossível, parece-nos indefensável. A contraditá-la temos por aqui material híbrido, como fustes de mármore acrescentados de pedras de granito; colunas sem base, capitéis de duas épocas, tudo a denunciar decididamente uma reconstrução séculos depois.

— Tem, ao que parece, predilecção pela tese moçarabista. Não é verdade?

— Não. Desculpe, mas não é verdade. Se me fosse lícito ter predilecção, tê-la-ia pela outra. Pela que propõe a integridade do bizantinismo da igreja de S. Frutuoso de Montélios, desde o tempo da sua primeira fundação. Muitos sabem que me tenho dedicado ao estudo da época sueva, de facto, dominada por Bizâncio na cultura. Mas a resistência que o meu espírito faz às predilecções do coração põe-me de sobreaviso, constitui uma espécie de critério.

— Como assim?

— Demonstrem-me que a cúpula do cruzeiro, em calote e de tijolo, assente em pendentes à maneira bizantina, mas estribados em mísulas de pedra, não é coisa insólita no Ocidente até ao século X e não tem a marca islâmica; que as ábsides de curva monocêntrica, ultrasemicirculares, quase em círculo fechado, não são uma característica das igrejas moçárabes; e que se não impõe para a orgânica do alçado um sistema de pequenas coberturas cupuliformes, nas ábsides, fazendo cortejo à cúpula central, testemunhado aliás pelo seiscentista Manuel de Monforte, e que esse sistema não é um tema arquitectural que só aparece a Ocidente no século XI.

Demonstrem-me que a complexidade superestrutural de S. Frutuoso, padrão de cruz livre, com as suas cinco cúpulas isoladas, em vez de pertencer à arquitectura bizantina da época mais gloriosa do Império (século IX-XI), se inclui de certeza na sua *primeira idade de oiro*, a de Justiniano; que os «triplets», ou tríplices arcadas, que fazem a comunicação entre o núcleo central e as rotundas absidais, de curvas ultrapassadas, tendo o arco do centro raio maior, não reflectem, claramente, a arte árabe; e que os acantos trepanados,

ao gosto helenístico, das impostas e de certos capitéis, se integram de preferência nas produções pré-moçárabes da Península.

Demonstrem-me que o friso ou teoria de arcaturasinhas geminadas, de curvas ultrasemicirculares, alternando com pequenos arcos de mitra, que decora o cimo das quatro faces externas do cubo central, não dará a este o «fácies» duma torre do Islão, quando lhe reintegrarem os colunelos respectivos; e que o mesmo corpo quadrado não invoca fundadamente a disposição de certas igrejas moçárabes da Espanha, como anotou, com imparcialidade, Vergílio Correia.

Demonstrem-me que o templozinho em apreço é uma metástase na Península da arte de Ravena, embora não apresente qualquer parentesco com o mausoleu de Gália-Placídia (apenas semelhante no exterior pelas arcadas cegas, que não têm a forma de mitra das de Montélios), nem tão pouco se filie na igreja octógona de S. Vital (tendo esta arcadas tríplices, mas de cinto pleno e sem predomínio do arco central sobre os laterais, desenho árabe que define as de S. Frutuoso).

Demonstrem-me que o santuário dos subúrbios de Braga é uma capela funerária mandada fazer por S. Frutuoso para sua jazida e não uma igreja monástica, contrariando o princípio de que as capelas funerárias, de instituição pessoal, apenas surgem na Baixa Idade Média, e opondo-se até a um cânone da Igreja de Braga, que condenava a inumação dentro das basílicas, autorizando-a, quando muito, em volta dos seus muros («circa murum»).

Demonstrem-me que há realmente uma tradição local, fixada em documentos próximos da época, de que o Santo Bispo teve o seu sarcófago debaixo dum arco sólio exterior, contrariando a História da Arte que os não conhece no ciclo bizantino e só os vê divulgados no ciclo românico.

Se me provarem a inconsistência de todos estes reparos, então inclino-me plenamente convencido e muito grato pela lição e pela prova. Porque o meu espírito, desfeitas todas as dificuldades, que diante dele se levantam, poderá apoiar as predilecções «suévico-bizantinas» do meu coração.

Até lá propendo (e acho que sou lógico) em pensar, mesmo ao invés das ideias feitas vindas de fora, que houve, sim, uma primeira construção da segunda metade do século VIII, mas quase demolida pelo vandalismo e abandono dos homens e pelas inclemências do tempo; e uma segunda construção do século XI, obediente à orgânica bizantina; e que da primeira construção pouco mais se teria aproveitado do que colunas, capitéis e porventura a tradição da cruz grega.

Tudo pode ter sucedido, porém, absolutamente ao contrário. Montélios seria, então, uma vetusta igreja inteiramente ou quase da época visigótica — irradiação da primeira idade de oiro da arte bizantina —, e só reparada muito

ao de leve no período moçárabe. Nesta hipótese, em vez da influência ravenense, admitiríamos um influxo directo do Oriente, indo a Constantinopla, Alepo, Éfeso, buscar os protótipos, como nos aconselha Schlunk; mas teríamos ainda de justificar certas características hispânicas, invulgares no reportório visigótico.

— **Mas então como se há-de fazer a reconstituição?**

— Já o sugeri. Com estudos sérios, desapaixonados, incluindo renovadas sondagens e pesquisas. Respeite-se acima de tudo o monumento que aqui está. Uma coisa são as teses, movediças e instáveis, e outra coisa é o próprio monumento com o seu plano, a sua orgânica e a sua escultura ornamental. Reúnam-se os elementos dispersos, façam-se escavações, inventarie-se o que há. Limitemo-nos apenas, e sem preconceitos, a reintegrar as coisas no devido lugar quando este for indubitável, às luzes do que o monumento exige e às luzes do conhecimento da arte bizantina. Deixemos a matéria opinativa ou opinável e restrinjamo-nos ao positivo, porque felizmente ainda há muitos dados positivos, até mesmo descrições antigas de cronistas anteriores às demolições e às excrecências praticadas pelos Capuchos Franciscanos no século XVIII.

E nada mais interessa agora dizer.

As importantes declarações do Dr. Sérgio da Silva Pinto são, além do mais, um notável ponto de partida para os estudos que preconiza como fundamentais ao novo restauro. O problema de S. Frutuoso de Montélios, que tem sido objecto de estudo de tantos especialistas nacionais e estrangeiros, recebe agora uma nova, serena e valiosa contribuição. Importa aproveitá-la e considerá-la se se quiser restaurar com seriedade este exemplar único da nossa arte pré-românica.

Montélios recebe a visita constante de estudiosos de todas as latitudes e de simples turistas aqui conduzidos pela curiosidade. Semelhante circunstância, se torna por demais evidente a necessidade de se diligenciar pelo resguardo dos fragmentos não aplicados que se espalham pelo chão ao desbarato, impõe, por outro lado, que se cuide do conveniente arranjo e valorização da artéria de acesso à veneranda Capela. O tempo que se perdeu, inglòriamente, acrescenta urgência aos trabalhos que há que realizar.

O interesse revelado pelo Ministro das Obras Públicas, a competência do Eng.º Gomes da Silva e o devotado amor ao monumento do Dr. Sérgio da Silva Pinto, garantem-nos a certeza de que, em breve, se modificarão radicalmente as condições de abandono que hoje se registam em redor da igreja mais bizantina da Península.

APÊNDICE

I

Trechos da carta enviada pelo Dr. Manuel Chamoso Lamas, Comissário da 1.ª zona do Património Artístico Nacional de Espanha

«(...) Considero indiscutible su opinión expuesta en el «Diálogo» (...). Tan solo por si ello le puede servir de ayuda en algún modo para contribuir a sus conclusiones incluiré las indicaciones siguientes:

Totalmente de acuerdo com su criterio sobre lo que en primer lugar debe hacerce en Montelius: «reunir los elementos dispersos, inventariar lo que hay y, sobre todo, realizar excavaciones». Esta fué siempre mi impressión al visitar Montelius, que es indispensable excavar su emplazamiento y reconocer en detenido examen sus cimentaciones. Como Vd. sabe muy bien, son muchas las sorpresas que proporcionan las excavaciones en un monumento. Así pude yo descubrir la piscina de Sta. Eulália de Bóveda aclarando definitivamente la naturaleza del monumento y los cimientos de las dependencias laterales en Sta. Comba de Bande y aun en este verano, al vaciar y explorar la piscina de Bóveda, surgieron nuevos descubrimientos.

Como argumento similar que puede Vd. utilizar si lo considera acertado le expondré el siguiente: La seguridad, bien facil de lograr en el esamen directo de su construcción, de que la iglesia de Santa Comba de Bande es hoy una reconstrucción casi total efectuada en época mozárabe conservándose poquísimo de lo visigodo. En su próxima visita a Galicia tendré sumo gusto en llevarle a Sta. Comba a fin de que pueda Vd. comprobar directamente este aserto. Si a las fuentes históricas nos atenemos hallamos, también, la comprobación de lo que nos muestran las piedras: Odoario, con su título de «Comes Catellae et Auriae», restauró el templo de Sta. Comba «Que iacebat in squalido de ducentis annis aut plus» y lo donó por escritura (Cartulario de Celanova) que publica López Ferreiro en su H. de Santiago, T. II. Apéndice, escritura, 75, a su primo el diácono Odvino. En Montelius, como Vd. explica, ocurrió lo mismo y es el

diocesano del Obispo Sisnando de Iria, que acompañaba a Alfonso III, Cristobal, quien la restaura y repuebla.

En cuanto a los arcos en mitra, por si le sierve de referencia, puedo decirle que en Galicia tenemos muestras desde lo romano (Santa Eulalia de Bóveda, Lugo) hasta el románico de Compostela en su fase primera. En Bóveda, trátase de las ventanas de la fachada principal y única, por su condición de templo soterrado, que terminan en mitra calada sobre un dintel. Y en Santiago aparecen las mitras en gran tamaño y con misión decorativa cubriendo el tímpano des hastial del brazo norte del crucero, y, tambien, aunque en menor proporción, decorando el testero de la Capilla mayor de la llamada Catedral vieja o cripta, bajo el Pórtico de la Gloria, que siempre supuse obra gelmiriana en origen y ahora las excavaciones vendrán a demostrar la exactitud de este supuesto. Le adjunto una fotografía de este testero.

Creo ya envié a Vd. en alguna ocasión mi modesto trabajo sobre Sta. Eulalia de Bóveda, que recoge el resultado de mis excavaciones en aquel monumento, pero por si no fuera así me permito enviarle por correo un ejemplar, pues estimo pudiera interesarle conocer las ilustraciones y noticias que en él se incluyen (...)».

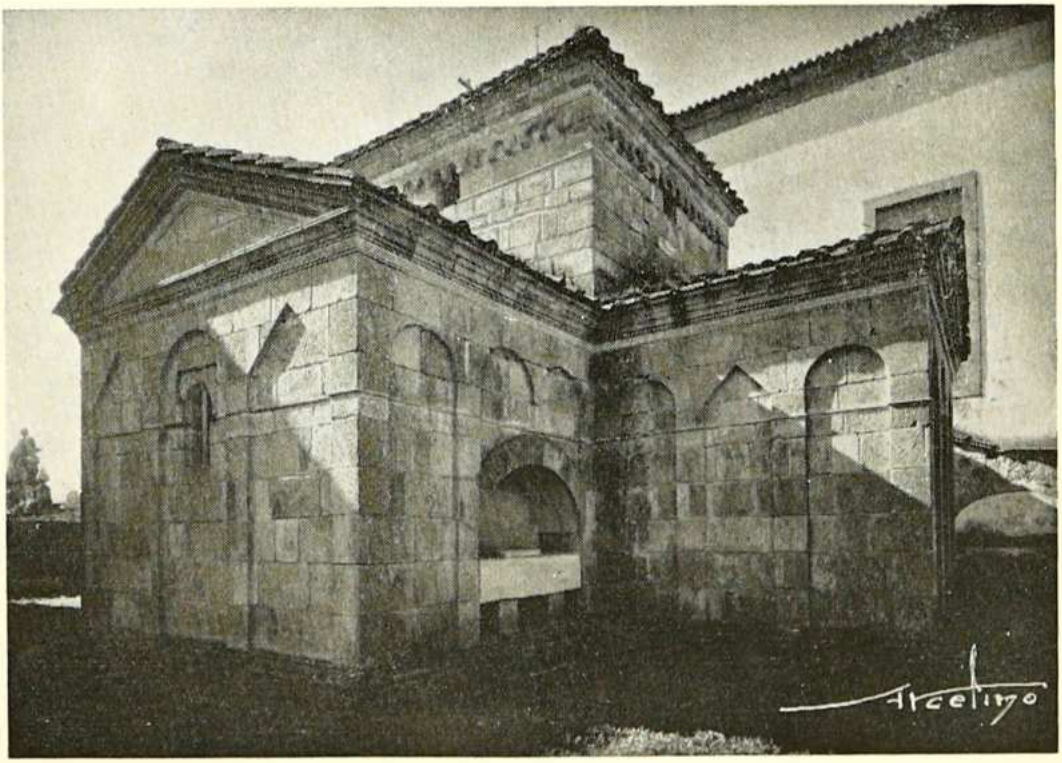
II

Trechos da carta enviada pelo Dr. Joaquin Lorenzo, da Comissão Provincial de Monumentos de Orense

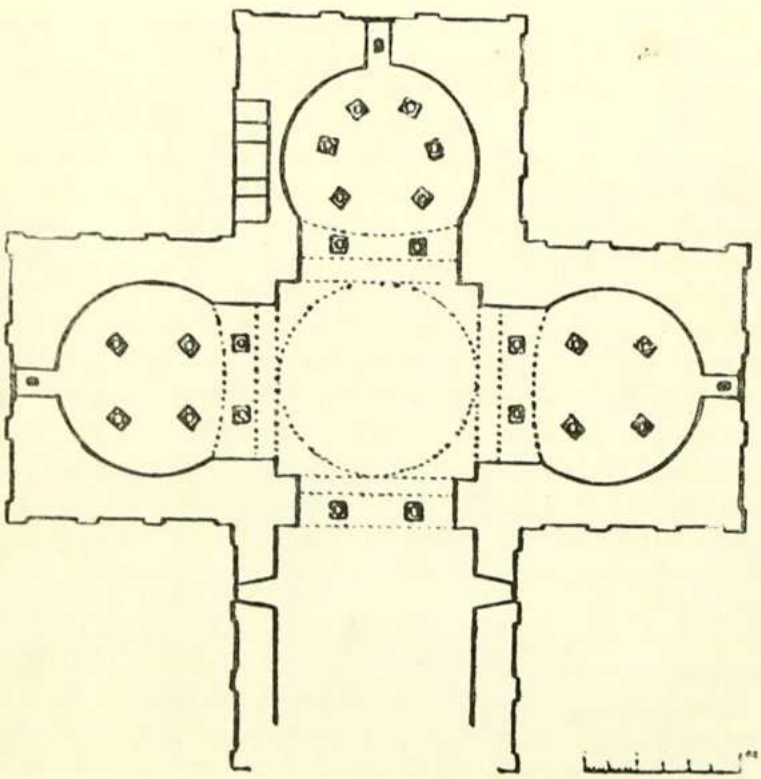
«(...) Concordo totalmente. (...) En efecto, o templo foi arrenxado en época mozárabe. Sería de grande intrés o estudo proposto no artigo ao tempo da conclusao do restauro. Non habendo documentos escritos, coido que se impóse un estudo «anatómico» do monumento pra que fale a arqueoloxía. Polo demais, os argumentos do meu amigo parecenme definitivos e sen resposta en contra; eles veñen afirmar o que eu pensaba: un monumento vizigótico con arrenxos mozarabes. O seu estudo será de grande importancia, xa que S. Fructuoso é un exemplar único (...)».



Igreja de Montélios — Interior da quadra central



Igreja de Montélios — Aspecto exterior



Planta de S. Frutuoso de Montélios, seg. Moura Coutinho

III

Informação do Engenheiro Gomes da Silva, Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

«De harmonia com o determinado por S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, tenho a honra de informar V. Ex.ª de que» — no ano de 1958 — «foram executadas na igreja de S. Frutuoso, as seguintes obras:

a) Consolidação da fachada principal na sua ligação com as paredes laterais;

b) cintagem em betão armado do coroamento das paredes laterais com aplicação de tirantes de ferro, para anular o impulso da abóbada de tijolo que está fendida;

c) consolidação das abóbadas de tijolo da nave e do pórtico da fachada principal.

Certamente por a entrevista do «Diário Ilustrado» ter sido concedida em data anterior, no mesmo se fazem referências, (...) que estão agora desactualizadas por virtude da execução das mesmas obras. Estão assim eliminadas as razões que até então existiam (*), algumas provenientes da negligência do padre que confiava a chave ao rapazio que acompanhava os visitantes.

A igreja encontra-se presentemente vedada e defendida da acção do tempo, conservando-se o seu restauro onde ficou fixado em face da falta de elementos precisos para a sua conclusão (...)».

(*) O entrevistado, apenas, e salvo o muito respeito devido, continua a não concordar, aliás, muito bem acompanhado, com a não realização do restauro ou, pelo menos, com a falta de um sério estudo que ao mesmo pudesse conduzir.

Estudo sobre a Sé de Braga *

pela Dr.ª D. HELENA MARIA DE ARAÚJO DE CARVALHO MATOS

CAP. I

História do Monumento

A velhíssima Braga é, segundo Ptolomeu, uma cidade pré-romana, que no tempo dos romanos tinha o honroso nome de Bracara-Augusta. Desse tempo alguns vestígios nos ficaram e é de notar a lápide dedicada a Ísis Augusta que na Catedral existe, no exterior da Capela de S. Geraldo com a seguinte inscrição: Isidi Aug(ustae) Sacrum Lucretia Fida Sacerd(os) Perp(etua) Rom(ae) et Aug(usti) Conventus Bracarang(ustani) D(edicavit) (1).

Em 216, quando Caracala funda a província da Galiza, Braga fica sendo a sua capital e se a sua Igreja não estava já fundada, é muito possível que o tenha sido nesta altura, pois a capital da Galiza não iria certamente ficar sem prelado numa época em que o Cristianismo, fortemente organizado, se ia estendendo ràpidamente. De positivo, muito pouco se sabe da Igreja de Braga nos princípios do Cristianismo. A tradição diz que seu primeiro Bispo foi S. Pedro de Rates. D. Rodrigo da Cunha na sua «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga», diz que foi Braga das primeiras terras a ouvir a lei do Senhor pois foi cristianizada pelo Apóstolo S. Tiago que quando daqui se foi lhe deixou já o Bispo S. Pedro de Rates. Voltando mais tarde a Braga e encontrando-a ainda sem uma igreja, arranjou em forma de capela uma cova junto dum templo de Ísis, a que chamavam os «Banhos», e levantando aí um altar a Nossa Senhora, lá disse missa — foi a primeira fundação da Catedral de Braga. Não nos parecendo suficientemente justificada esta afirmação acerca da primeira fundação da Igreja Bracarense, limitando-nos a verificar que ela não contraria a tradição e a esperar que ainda algum dia apareçam novos elementos que nos permitam fundamentá-la històricamente ou provar que as coisas se não passaram assim mas de qualquer outra forma.

(*) Dissertação para a Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra — 1959.

(1) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primamacial de Braga», I vol.

Até ao édito de Milão nada se pode afirmar. Quando no ano 300 se reúne na Bética o concílio de Elvira, não vemos aí representado o Bispado de Braga. Existiria ele já, apesar disso? Não se sabe, apenas poderemos supor que sim porque se já existiam na Lusitânia as Igrejas de Mérida, Faro e Évora, de estranhar seria que não tivesse Bispo a capital da Galiza, que com aquela província confina. Além disso vemos pela Epístola de S. Cipriano que no ano 252 já existia a Igreja de Astorga a qual foi até ao séc. XIV sufragânea de Braga e muito menos ilustre sendo portanto natural que tenha sido organizada mais tarde.

Nas actas do primeiro Concílio Geral de Toledo, realizado em 400, menciona-se a Igreja de Braga e aí vem também indicado o nome do seu Bispo de então: Paterno.

No princípio do séc. V já Braga era Metropolitana, seu Bispo era Balcónio e o tempo era o das invasões germânicas. Teodorico, que à frente dos Visigodos entrava em Espanha em 456, destrói Braga depois de vencer o suevo Requiário.

Desde antes de 569 a 579, o Bispo de Braga é S. Martinho de Dume, o apóstolo dos suevos que no seu tempo se converteram ao verdadeiro Cristianismo. Desde os fins de 656 ou princípios de 657, o metropolita de Braga é S. Frutuoso.

Segundo um cronicão anónimo, «Memoriale antiquum rerum Hispaniarum», os árabes chefiados pelo filho de Muça, Abdalazis, destroem Braga em 716 e a mesma sorte tem a sua Sé que passou então a ser encomendação do Bispo de Lugo.

Afonso I (739-757), genro de Pelágio, sobe ao trono das Astúrias e entre as cidades por ele reconquistadas o Cronicon Sebastiani aponta «Bracaram Metropolitanam». Afonso encarregou então o Bispo Odoário de restaurar e governar as Igrejas de Lugo e Braga. Odoário encontrou Braga arruinada e despovoada e restaurou-a e povoou-a (Arquivo Distrital de Braga, Liber Fidei, documentos n.os 22 e 23); até à morte dele esteve Braga no seu domínio e jurisdição e o mesmo acontece com os seus sucessores na Igreja de Lugo.

De acordo com o documento publicado por Argote nas «Memórias do Arcebispado de Braga», vol. II, págs. 787-791, Afonso II em 27 de Março de 832 anexou à Sé de Lugo as cidades de Braga e Orense, que estavam destruídas, declarando que Braga voltaria à sua antiga categoria logo que a situação se modificasse de maneira que tal fosse possível (2). Ainda Afonso II em 835

(2) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I.

confirma esta doação ao Bispo Froilan e em 841 repete o que já dissera em relação a Braga que os pagãos haviam destruído. Parece portanto poder-se concluir que se a restauração empreendida por Odoário chegou a ser levada a cabo, foi aniquilada pelos árabes que em 866 voltam a Braga e tal como da primeira vez, também agora não têm com a cidade a mínima condescendência — é de novo a destruição.

É agora Afonso III quem a vai reconquistar e restaurar conforme declara ao fazer, em 877, a doação do território de Dume ao Bispo Rodezindo I de Mondonhedo: «Cognitum quod propter persecutionem Sarracenorum caput Provinciae Galleciae, quod est Bracara, jacet destructum et ab ipsis inimicis contritis, ipsam ab eorum dominio abstraximus, et in statu pristino subditione nostri Regni restauravimus et habemus» (Espanha Sagrada, XVIII, p. 313) (3).

Finalmente em 899, estando Braga arrasada e sem Bispo, mais uma vez é entregue ao Bispo de Lugo, que agora é Recaredo, por ordem de Afonso III (Arq. dist. de Braga, Liber Fidei, n.º 14), mas com a condição de se, depois da morte deste rei, voltasse a cidade e sua Igreja à antiga dignidade, recuperaria todos os seus direitos, conforme o já disposto na doação de Afonso II. Apenas no séc. XI Braga veria essa dignidade restaurada e seus direitos não foram então fáceis de readquirir pois demasiado se tinham habituado a usufruí-los os Bispos de Lugo, que então o eram também de Braga. Adiante o notaremos.

Nos meados do séc. XI, conseguindo Fernando Magno levar de novo o poder dos cristãos até ao Mondego, tomando aos mouros várias cidades, inclusivamente Coimbra, Braga está definitivamente reconquistada; nela nunca mais os infiéis farão sentir a sua acção destruidora. Reconquistada sim, mas não restaurada que a restauração, essa, apenas virá com o tempo do governo dos filhos de Fernando Magno. Morto este deixou o reino distribuído pelos filhos: Sancho em Castela; Garcia na Galiza até ao Mondego; Afonso fica com Leão e Astúrias; Urraca é soberana em Zamora e Elvira em Touro ficando ainda com bens nos domínios dos irmãos e pertencendo-lhe o senhorio de todos os mosteiros cujo padroado pertencia à coroa. Não ficaram os herdeiros contentes com esta divisão, muito pelo contrário, as rivalidades e invejas acabaram mesmo por os levar à guerra civil, luta essa que aliás não deixou de ter interesse para os homens que aspiravam a fazer de Portugal um reino independente.

Quanto à data exacta da restauração da diocese de Braga, não temos nenhum documento que no-la declare e por isso várias afirmações se têm feito

---

(3) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I.

até hoje sobre tal assunto, colocando-a uns, como Frei António Brandão, em 1067, e retardando-a outros para 1072, como acontece com D. Rodrigo da Cunha na sua «História Eclesiástica de Braga». No entanto a opinião mais aceite hoje é a que escolhe as datas de 1070 ou 1071, como fazem Carl Erdmann, Pierre David, Alberto Feio, etc.

Segundo os dizeres da Crónica de Braga, documento que nos aparece no Liber Fidei com o n.º 20 e que foi publicado por Frei António Brandão na «Monarquia Lusitana» e por D. Rodrigo da Cunha na obra em cima citada, reinando Garcia na Galiza, foram ter com ele os Bispos Véstrio de Lugo e Crescónio de Iria, acompanhados de outras pessoas religiosas e cavaleiros, pedindo-lhe que restaurasse a diocese de Braga e nela pusesse Bispo. Acedeu o rei a este pedido e mandando chamar os principais de Santiago entregou-lhes o Mosteiro Cordário em troca das terras que possuíam em Braga e lhes haviam sido dadas pelo rei Ordonho e que agora deviam ser restituídas à diocese a restaurar. Diz ainda a crónica que a Igreja de Braga começou então a ser edificada sob a invocação da Virgem Maria mas que tendo entretanto surgido as lutas entre D. Sancho e D. Garcia, vencido este, de novo os moradores de Santiago se apoderaram do que tinham entregue a Braga. D. Sancho elegeu então para Bispo desta cidade a D. Pedro mas sem lhe dar quaisquer bens nem recuperar os que lhe haviam sido de novo tirados. Nunca D. Pedro conseguiu doações do rei ou favores dos Legados Apostólicos para a sua Igreja; acabou por ser excluído do bispado e boi obrigado a recolher a um mosteiro deixando pobre a sua Igreja e tendo-se interrompido as obras da Catedral por causa dos desentedimentos que havia entre os principais da terra. — Isto diz a Crónica de Braga e o que aqui haverá de verdade iremos vendo mais adiante.

Baseando-se neste documento, vários investigadores admitiram que a eleição de D. Pedro foi já feita sob o domínio de D. Sancho e assim vemos, por exemplo, que Alberto Feio a atribui ao ano 1071 pois não podia ser anterior visto que até aí reinava Garcia na Galiza. O problema mantinha-se assim apenas à volta da data até que Pierre David admitiu a hipótese de ter sido D. Pedro eleito por Garcia e não por Sancho. Não foi ele o único a pôr a questão desta maneira; depois dele, o Dr. Avelino de Jesus Costa em «A Restauração da Diocese de Braga em 1070», dá, segundo nos parece, um grande passo para a descoberta da data exacta da restauração da primeira diocese do nosso país. Vejamos pois os seus argumentos:

O primeiro documento em que D. Pedro aparece como Bispo de Braga é de 1 de Maio de 1070 (Diplomata et Chartae, n.º 490). Outros documentos o mencionam como Bispo de Braga na primeira metade do ano 1071. Assim, ou os documentos são suspeitos ou mal datados, ou D. Pedro foi eleito por Garcia.

A dificuldade de fixar a eleição em 1070 desaparecerá se se provar que foi feita por Garcia.

Verifica-se fàcilmente que este reinou pelo menos até meados de Março de 1071 — numa doação de D. Elvira, sua irmã, feita em Julho de 1071, afirma-se ter D. Sancho invadido a Galiza nesse ano, ora foi com esta invasão que ele destronou Garcia. Por outro lado, este ainda a 1 de Fevereiro de 1071 faz uma doação à Sé de Tui (Diplomata et Chartae, n.º 494). Neste mesmo ano foi o combate entre Garcia e os homens de armas portugueses no qual perdeu a vida Nuno Mendes; isto não foi a 18 de Janeiro de 1071, como diz a Chronica Gothorum, porque um mês depois ainda Nuno Mendes faz uma doação — Liber Fidei n.º 253 — e neste documento não podemos admitir erro quanto ao ano pois esta parte do Liber Fidei está disposta cronològicamente e também não é fácil confundir Kalendas de Março com Fevereiro. Aliás não é este o único erro da Chronica Gothorum. Como entre aquele recontro e a invasão de Sancho mediou algum tempo, a deposição de Garcia não pode ser anterior a Março.

Vejamos agora os primeiros documentos em que D. Pedro aparece como Bispo de Braga — além do de 1 de Maio de 1070 sobre o qual há dúvidas, aparece-nos ele como confirmante numa doação de 13 de Janeiro de 1071 feita por D. Urraca à Sé de Tui (Espanha Sagrada, XXII). Em 27 de Março do mesmo ano aparece numa carta que se refere a uma outra anterior; esta segunda vem logo a seguir à primeira e com data de 19 de Fevereiro podendo provar-se que é de 1071 (Liber Fidei, doc. n.º 61 e 62). Estes documentos são feitos por D. Pedro e por todos os «canonici Bracarae», ora se nesta altura o Cabido já estava organizado, parece que devemos antecipar para uns meses antes a restauração e organização da diocese e a nomeação do Bispo. Sabemos ainda que em 1 de Maio de 1072 já existia a escola da Catedral (Doc. Medievais Portugueses, III, n.º 226) e certamente não haveria casa para ela nem possibilidade de a sustentar se a diocese não tivesse sido restaurada bastante antes visto que estava arruinada. De tudo isto julga o Dr. Avelino Jesus Costa poder concluir que a restauração de Braga e a nomeação de D. Pedro, são pelo menos de meados de 1070.

Analisemos agora os documentos que se referem expressamente à eleição de D. Pedro: são três — o documento n.º 20 do Liber Fidei, vulgarmente conhecido por Crónica de Braga e as doações de D. Elvira, filha de Fernando Magno, às Sés de Lugo e Orense.

Já vimos na Crónica de Braga, que aliás transcrevemos na íntegra no apêndice deste livro, que acedendo ao pedido dos Bispos que queriam restaurar a diocese, Garcia entregou aos de Santiago o Mosteiro Cordário restituindo

estes os bens que possuíam em Braga e fazendo-se a troca em 1071. Vencido Garcia por Sancho, é este que nomeia o Bispo mas sem qualquer dote.

D. Elvira, numa doação de 29 de Julho de 1071, diz que seu pai, Fernando Magno, pensou, depois das conquistas que fez aos mouros, em restaurar as antigas dioceses, mas morreu antes disso. Sancho seguindo os seus conselhos elegeu Pedro para Braga e outro Pedro para Lamego (Espanha Sagrada, XL, págs. 414-417).

Na doação à Sé de Orense, feita dois dias depois, D. Elvira atribui a eleição dos dois Bispos e a do de Orense, a Sancho e a ela própria (Espanha Sagrada, XVII, págs. 247-250).

— As afirmações dos três documentos contradizem-se. Garcia reinou pelo menos até meados de Março de 1071. D. Pedro aparece como Bispo de Braga a 13 de Janeiro, 19 de Fevereiro e 27 de Março de 1071, devendo já ser Bispo há algum tempo. Como poderemos assim atribuir a eleição de D. Pedro a Sancho? Parece ser útil verificar se merecem verdadeiro crédito os três documentos que fazem essa atribuição. Vejamos pois:

Na Crónica de Braga é possível encontrar vários erros mesmo até em relação a D. Pedro referindo-se a ele como pessoa de pouco merecimento e que deixou a diocese na miséria — ora isto está em contradição com vários documentos do Arquivo de Braga, sobretudo o n.º 145 do Liber Fidei.

Quanto às doações de D. Elvira, vemos que na de Lugo atribui a restauração de Braga a seu pai e seu irmão Sancho sem falar em nenhum dos outros personagens a que se refere a Crónica de Braga. De resto, se Fernando Magno teve essa intenção é de estranhar que ninguém mais o fizesse de 1065 a 1071 e esperassem por Sancho II.

Na doação de Orense a iniciativa pertence já à própria D. Elvira e a Sancho sem referência ao pai ou a qualquer das outras pessoas já mencionadas. Na opinião do Dr. Avelino Costa, quereria D. Elvira, inimiga como era de seu irmão Garcia, ocultar tudo quanto de bom ele fizera; as suas afirmações serão portanto bastante suspeitas. Verdade é, diz ainda o mesmo autor, que D. Pedro subscreve as duas doações mas sabe-se que era vulgar mencionarem-se como confirmantes pessoas ausentes e é o que se dá neste caso. Na doação de Lugo aparece — Petrus Bracharensis episcopus confirmo, e na de Orense — Petrus episcopus Bracharensis confirmo; ora sabe-se que a assinatura autógrafa de D. Pedro é — Petrus Bragarensis aepiscopus confirmo, seguido do seu sinal privativo e ao lado a divisa «nec mutetur» — tudo isto falta naquelas duas subscrições.

Conclui pois, o Dr. Avelino Jesus Costa que não merecem crédito os três

documentos e nada impede que se date a restauração de Braga e a nomeação do Bispo de 1070, atribuindo-a porém a Garcia.

Não nos parece também a nós ser possível deixar de duvidar dos dizeres das doações feitas por D. Elvira na parte que se refere ao assunto que vimos tratando e cujas afirmações se apresentam de tal modo contraditórias que não vemos processo de as conciliar.

Quanto ao que diz respeito à Crónica de Braga, não podemos também deixar de reconhecer os seus erros, muito em especial na parte referente à actividade exercida por D. Pedro enquanto Bispo de Braga. Não foi, de resto, o Dr. Avelino Costa o primeiro a notá-lo, antes dele outros o tinham feito já como, por exemplo, Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga». Nós pudemos também verificar, folheando o Liber Fidei, que D. Pedro trabalhou para conseguir bens para a sua Igreja e não apenas durante um ou outro período do seu governo mas sim desde o princípio até ao fim. São de várias datas as doações feitas à Sé de Braga e ao bispo D. Pedro e entre esses documentos podemos indicar, por exemplo, o n.º 24 do Liber Fidei que é uma doação do lugar de Fontes de Aleste, abaixo do Monte de Espinho, junto à igreja de S. Mamede, feita por D. Aragunta ao Bispo de Braga D. Pedro — ano de 1073, datada portanto dos primeiros anos do seu governo. Mas não se cansou o Bispo, que tão mal tratado é na Crónica de Braga, e verificamos que o n.º 132 do mesmo códice é ainda uma doação feita à Igreja de Braga e ao Bispo D. Pedro, em 1091. E com datas entre as destas duas doações, vários outros documentos no mesmo género nos aparecem. Não podemos sobretudo esquecer-nos do já citado documento n.º 145 do Liber Fidei, que em parte transcrevemos no apêndice e que nos fala nos bens que por sua virtude adquiriu D. Pedro para a sua Igreja, que estava destruída e arruinada, trabalhando ao mesmo tempo para que a dita Igreja alcançasse a honra e a dignidade que lhe eram devidas.

Posta a questão neste pé e não encontrando nós argumentos capazes para ir contra a conclusão do Dr. Avelino Costa, parece-nos bem que aceitemos a data de 1070 como sendo a da restauração da diocese de Braga, enquanto não aparecerem novos elementos para resolver o problema, se é que eles existem, e enquanto não aparecerem novas opiniões que provem que esta está errada, se é que o está...

Vejamos agora o que entretanto se passa no campo político. Como já tivemos ocasião de fazer notar, tendo-se envolvido em guerra os três filhos de Fernando Magno, e após várias alternativas, Afonso e Garcia acabam por ser vencidos e seu irmão Sancho, rei de Castela, consegue assim reunir sob o mesmo ceptro todos os reinos de seu pai. Não quis, no entanto, o destino, que ele

gozasse por longo tempo essa vitória e, em 7 de Outubro de 1072, é morto no cerco de Zamora quando se batia contra sua irmã Urraca, partidária de Afonso. É agora a vez de este ver sob o seu domínio, Castela, Leão, Astúrias e Galiza, incluindo Portugal — é Afonso VI.

Conforme a Crónica de Braga, não foi o Bispo D. Pedro mais feliz com Afonso VI do que fora com Sancho pois nunca dele conseguiu doações ou quaisquer outros favores para a sua Igreja. A verdade é que não poderia interessar muito a Afonso VI o engrandecimento da Igreja de Braga, engrandecimento esse que iria provocar atritos com as Igrejas de Lugo e Santiago. Mas nem por isso D. Pedro desistiu de que Roma reconhecesse os direitos que pertenciam à diocese de Braga e a sua hegemonia em relação às mitras da Galiza e às portuguesas até ao Douro. Vendo que nada conseguia, não hesitou em recorrer ao Anti-Papa Clemente III. Excomungado pelo verdadeiro Papa, que então era Urbano II, numa terra em que a autoridade deste era por todos acatada e sem poder contar com o apoio do rei, D. Pedro caminhou assim para a deposição. Esta deposição foi portanto motivada por questões religiosas e não puramente políticas como alguns têm pretendido, embora tivesse a aprovação de Afonso VI como se pode concluir, por exemplo, do facto de, uma vez vaga a Sé, nos aparecer a governá-la o Arcediago Rodrigo Vermudes com a aprovação do Arcebispo de Toledo D. Bernardo e de Afonso VI. O último documento do Liber Fidei em que nos aparece D. Pedro é o n.º 62 e está datado de 19 de Fevereiro de 1093, no entanto como aqui se subscreve com o título de Bispo que já não usava desde fins de 1090 pois o trocara pelo de Arcebispo, é natural que se duvide desta data e se recue a deposição para meados de 1091 de harmonia com o que se lê na vida de S. Geraldo, escrita pelo seu Arcediago Bernardo, sobre a longa duração da vacância da Sé e com o documento n.º 132 do Liber Fidei que, sendo de 1091, ainda é uma doação à Igreja de Braga e a D. Pedro.

É tempo agora de falar no assunto que verdadeiramente nos interessa mais directamente — o edifício da Sé de Braga. Tendo sido, como vimos, arrasado pelos árabes ao mesmo tempo que o resto da cidade, diz a Crónica de Braga que logo que a diocese foi restaurada começou a sua Catedral a ser reconstruída sob a invocação da Virgem Maria. É perfeitamente lógico que assim fosse pois parece-nos que esse seria realmente um dos primeiros passos a dar num caso destes. Até que ponto se adiantaram as obras durante o governo de D. Pedro, não o sabemos ao certo, o que sabemos é que a 28 de Agosto de 1089 já a Sé é sagrada — o documento n.º 138 da Gaveta das Propriedades e Rendas do Cabido, do Arquivo distrital de Braga e que se encontra também no mesmo arquivo no Liber Fidei com o n.º 605, é uma doação, com a data em cima apontada, duma herdade em Guntemir, junto de Braga, e dum casal em

Froilão, feita por Pelágio Petris e sua mulher Maria Pelágio, ao altar-mor da Sé de Braga consagrado à Virgem Maria e foi esta doação feita por intermédio do Arcebispo de Toledo D. Bernardo, quando da dedicação da Igreja de Braga à qual estiveram também presentes os Bispos Gonçalo de Mondonhedo, Auderico de Tui, Pedro de Orense e Pedro de Braga; reinava em Espanha Afonso VI e o Papa era Urbano II. Por este documento, que no apêndice vai transcrito na íntegra, nos permitimos pensar que se a Sé não estava já concluída nesta altura, e isso não estava realmente como adiante veremos, no entanto alguma coisa havia já que justificasse a sua consagração nesta data. Existiria ainda apenas a capela-mor ou haveria já mais alguma coisa? Sobre isto não nos permitem os poucos dados que existem dar uma resposta exacta mas a capela-mor devia, em nossa opinião, estar já construída visto que estava também o altar-mor.

Destituído D. Pedro do bispado, vários indivíduos foram apontados para lhe suceder e entre eles elegeu o clero de Braga o Arcediago Rodrigo Vermudes com o acordo de Afonso VI e do Arcebispo de Toledo D. Bernardo (Liber Fidei, n.º 610) (¹). Apesar da aprovação régia e do legado pontifício, Rodrigo foi rejeitado sendo então eleito Diogo Geraldo que em 1096 é sagrado em Sahagun. Tal como D. Pedro, também o novo Bispo, S. Geraldo, vai empregar todos os esforços para que lhe sejam reconhecidos os direitos de metropolita, no que é inteiramente apoiado pelo Conde D. Henrique que considera isso de boa política para o fim que pretende atingir — a independência de Portugal. Em 1101 os direitos de Braga são reconhecidos e ficam-lhe sufragâneas as dioceses de Astorga, Mondonhedo, Lugo, Orense, Tui, Porto, Coimbra, Viseu e Lamego.

É desta época o período de maior actividade das obras da Sé. Obedecendo inicialmente a uma planta muito mais vasta que a actual, o primitivo edifício tinha maior número de naves e absidíolas como se verifica sobretudo pelos vestígios postos a descoberto a quando do último restauro. Acerca desta primitiva planta e da sua alteração podemos pôr três problemas — qual o número exacto de naves que tinha a princípio? Quais os motivos que teriam levado a fazer um traçado tão grandioso? Porque foi esse traçado modificado e reduzido?

Tentemos responder ao primeiro problema — o actual edifício é de três naves mas quando, já no nosso século, se procedeu ao restauro da Catedral, restauro esse que consistiu sobretudo em fazer desaparecer o que no séc. XVIII lá tinha deixado de mau gosto, ao retirar a escariola, que cobria os muros das naves, e os altares que a eles se encostavam, verificou-se que integrados na pró-

(¹) Dr. Alberto Feio — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras».

pria parede havia arcos cegos, colunas com as suas bases e capitéis, tudo no género dos arcos e colunas que nas construções do mesmo tipo aparecem separando as naves umas das outras. Não foi portanto difícil concluir-se que a primeira intenção não foi a de construir uma Catedral com três naves, como afinal acabou por ficar, mas pelo menos de cinco visto que os ditos vestígios tanto aparecem no muro do lado norte como do sul. Tendo o achado chamado, como é natural, a atenção dos investigadores, foi quase opinião geral dos que se ocuparam do problema, que a primitiva Sé era realmente de cinco naves — é o que acontece, entre outros, com Aarão Lacerda, Moura Coutinho, etc. Parece no entanto que o problema se não pode resolver com essa simplicidade. Vejamos — dos restos que nos ficaram da primeira construção, temos, além dos já indicados, uma absidíola que se encontra junto do transepto, do lado exterior do seu extremo norte. Até aqui nada contraria a hipótese de que eram cinco as naves pois essa absidíola seria a correspondente à nave que ficava mais a norte; mas no decorrer duma conversa com o Sr. Cónego Ribeiro, actual abade da Sé, com quem tivemos ocasião de discutir o assunto, chamou-nos ele a atenção para o seguinte: — considerando esta absidíola e a capela de S. Geraldo que lhe fica encostada à parede norte, e que aliás já sofreu várias reformas, verificamos que parece haver uma certa continuidade numa das paredes; dá a ideia de que a capela de S. Geraldo é uma continuação do mesmo edifício a que pertencia a absidíola. Não teria sido essa capela construída no que primitivamente fora a última absidíola do lado norte da primeira Catedral bracarense após a reconquista aos árabes e que um pouco ampliada fora adaptada para capela funerária daquele santo arcebispo, possìvelmente após a redução do plano da primitiva Sé? Essa absidíola seria, na opinião do Sr. Cónego Ribeiro, da invocação de S. Nicolau e talvez daí o facto de ainda há pouco se encontrar numa edícula, no lado exterior da frontaria da capela de S. Geraldo, uma antiquíssima imagem de S. Nicolau. Não podemos nós também deixar de reconhecer que a capela era dedicada a S. Geraldo e S. Nicolau, facto que se comprova até por documentos (Arq. dist. de Braga, Liber Fidei, n.º 878). A ser assim, se aí existiu realmente essa absidíola, então a Catedral teria não cinco naves mas sete, pois do lado sul deveria então haver também outra igual. No entanto, mesmo admitindo que era realmente este o número de naves, nada nos permite garantir que estas duas últimas fossem do mesmo comprimento que as outras cinco pois todos os vestígios encontrados, de que falamos, aparecem junto da capela-mor, das absidíolas, no transepto e na parte das naves mais próximas deste, o que é perfeitamente natural visto que era por essa parte que, na época, começavam as construções desse género e que o plano foi abandonado antes de concluída a obra. Aqui deixamos portanto a hipótese de o templo ser pri-

mitivamente de sete naves embora duas delas fossem talvez mais curtas que as restantes.

Porquê, podemos agora perguntar, nos aparece em Braga, num período agitado por lutas e intrigas políticas, numa época em que a cidade se estava ainda refazendo da desorganização em que ficara após a invasão árabe e em que as condições económicas não deviam ser das melhores, porquê nos aparece um plano tão grandioso para essa construção monumental? Algumas respostas diferentes têm aparecido para esta pergunta e passamos a analisá-las. Aarão de Lacerda inclina-se a explicar o facto pela influência que no traçado do plano exerceriam os monges de Cluny pois eram cluniacenses os Arcebispos de Braga S. Geraldo e Maurício que teriam trazido de França o gosto por este tipo de construções. Outros têm posto a hipótese de pretender o Conde D. Henrique, ao patrocinar a construção de tal templo, rivalizar com o de Santiago de Compostela, suplantando-o até e mostrando ao mesmo tempo aos grandes de Espanha que se era importante a diocese de Santiago, não o era menos a de Braga e a atestá-lo estava a grandiosidade da sua Catedral — tudo isto tenderia a engrandecer cada vez mais o prestígio da cidade e da terra portuguesa contribuindo assim para fortalecer a ideia da independência. Uma terceira explicação apresenta o Cónego Ribeiro: a quando dos últimos restauros, que foram entregues a um mestre de obras evidentemente sem nenhuma preparação arqueogica, próximo da actual sacristia da Sé, do lado exterior, apareceram os fundamentos dum outro edifício; o dito mestre de obras nada disse sobre o assunto, mandou tapar tudo, colocaram o pavimento e só quando tudo estava acabado falou no caso. Perdeu-se assim uma ocasião única para fazer desses alicerces um estudo que seria do maior interesse; houve ainda quem na altura chamasse a atenção para o facto mas de nada valeu. O Cónego Ribeiro, que aliás também não viu esses vestígios, pois como dissemos só quando já estavam cobertos se soube da sua existência, ficou no entanto convencido de que seriam os fundamentos da Catedral destruída pelos árabes, portanto duma construção romana. Embora saibamos que os mouros arrasaram completamente a cidade e sua Igreja, é de crer que ficassem ainda alguns vestígios pois uma construção de granito não se fazia fàcilmente desaparecer sem deixar qualquer rasto, sobretudo numa altura em que a técnica da guerra estava ainda pouco evoluída e em que os meios de destruição empregues não iriam muito além do fogo. Pensou então o Cónego Ribeiro que tendo existido naquele local o templo romano, quando se resolveu proceder à construção da nova Catedral, o lugar em que tinha estado a anterior seria naturalmente o escolhido para o fazer e, sugestionados pelos vestígios que dela encontraram, teriam os reconstrutores tentado levantar a nova Igreja de Braga seguindo de perto os fundamentos da que fora destruída e

que assim exerceu grande influência na planta traçada para o edifício que a foi substituir.

Não nos parece a nós que qualquer destas explicações, por si só, seja resposta para o problema, mas antes todos os motivos apontados terão contribuído, uns mais outros menos, para o delineamento dum projecto que a ter-se realizado inteiramente, e se houvesse sido poupado sobretudo às reformas da Renascença e do séc. XVIII, certamente seria hoje um dos mais valiosos e interessantes monumentos do nosso país. Em nossa opinião, e como aliás já o fez notar Manuel Monteiro, não podemos esquecer a forte influência que no românico português exerceu a abadia de Cluny, influência essa que na Sé de Braga se fez sentir fortemente o que é natural dado serem, como já dissemos, cluniacenses os Bispos S. Geraldo e D. Maurício. Nada nos repugna portanto aceitar, que daqui tenham vindo as principais características da primeira planta. Por outro lado parece-nos natural que, num período em que o Bispo S. Geraldo e o Conde D. Henrique tanto lutavam pelo engrandecimento da diocese e da sua Igreja, pretendessem levantar uma Catedral que estivesse à altura do ponto a que queriam elevar a diocese. Não irei até afirmar que a ideia era rivalizar com Santiago pois não nos parece termos elementos bastantes para o fazer, mas será certamente natural o orgulho dum homem que desejava ver tal edifício na capital da terra que governava e que de resto não seria movido apenas por orgulho mas também por um fim político. Assim a influência de Cluny impulsionada por um político e homem de fé teria sido, segundo julgamos, o que mais contribuiu para o aparecimento dessa planta inicial. Parece-nos também possível que a Catedral tenha sido levantada, ao menos em parte, no mesmo local em que estivera a que foi arrasada pelos árabes e que dela houvesse ainda vestígios quando começaram as obras tanto mais que passando ali muito próximo a muralha romana, os fundamentos que apareceram junto da sacristia ficavam já dentro dela. Mas apenas esta hipótese, juntamente com uns alicerces que, a não ser um mestre de obras sem cultura, ninguém viu e sobre os quais só se podem fazer suposições, afigura-se-nos pouco para afirmar que a nova construção é derivada do traçado da antiga. Claro que, se era grandioso esse velho templo e dele existia ainda alguma coisa, é natural que por um lado ele tivesse feito lembrar que Braga não estava habituada a ter por Catedral uma construção pequena e que por outro sugerisse a ideia de aproveitar parte dos fundamentos que restavam, mas isso só por si não bastaria certamente para fazer o traçado dum templo da envergadura daquele cujos vestígios se encontraram.

Há ainda aqui que considerar que sendo esse primitivo plano de influência cluniacense e admitindo que essa influência chegou até nós sobretudo no tempo de S. Geraldo, parece-nos lógico que admitamos também que a capela-

-mor abedecendo a um plano ainda anterior a esse, pois que como vimos já então estava construída, seria depois adaptada ao traçado de Cluny, segundo o qual a construção possìvelmente nunca chegou a adiantar-se demasiado, acabando por obedecer ao plano actual e desaparecendo depois a dita capela com a reforma de D. Diogo de Sousa.

Resta-nos ainda uma terceira pergunta para responder — porque foi alterado o plano primitivo e reduzido a uma Igreja de três naves. Pretende Moura Coutinho que essa modificação foi motivada pela reforma de S. Bernardo que levaria à transformação do traçado de Cluny noutro mais simples. Não nos parece a nós que tenha sido indiferente a essa transformação a questão económica. Numa época em que a cidade se ressentia ainda dos estragos provocados pelos árabes. em que não se podia ainda esquecer a catástrofe financeira a que com a sua passagem arrastaram a região e em que o perigo da guerra se mantinha por vários motivos, é muito natural que a meio da edificação se vissem obrigados a desistir e optar por um templo de proporções mais reduzidas que acarretaria uma despesa muito menor e assim quando estava já levantada a capela-mor, as absidíolas, o transepto e o início das naves, destas apenas foram aproveitadas as três centrais e os arcos e colunas que as separavam das outras, foram emparedados, integrados nas paredes laterais da nova Catedral agora muito mais pequena e menos impotente.

Continuemos agora a história da construção da Catedral — quando em 5 de Dezembro de 1108 morreu S. Geraldo as obras estavam ainda longe de terminar embora estivessem já bastante adiantadas e várias são as doações feitas à Sé de Braga durante o seu governo. Em 1110 já o claustro estava construído e a Igreja bastante adiantada; era então Arcebispo de Braga D. Maurício e pelo documento n.º 4 da Colecção Cronológica do Arquivo distrital de Braga, para o qual o Dr. Alberto Feio chamou a atenção, vemos que nessa altura entraram, armados, no claustro e na Igreja, destruindo grande parte dos seus bens, os maiorinos de D. Teresa. O citado documento, que transcrevemos no apêndice, é de 29 de Outubro de 1110 e é uma doação do Couto de Braga à sua Sé assinada por D. Teresa. Neste documento não há confirmantes nem aparece o nome do notário mas não deve ser falso porque se o fosse deveria ter todos esses requisitos para o não parecer; deve antes ser uma minuta feita pelo Arcebispo que só mais tarde, em 12 de Abril de 1112, viu os seus desejos satisfeitos pelo Conde D. Henrique e D. Teresa (Col. Cron. n.º 5). Pela mesma altura escolhe D. Henrique a Sé de Braga para local da sua sepultura e da de sua mulher.

Com D. Afonso Henriques, muitas mercês foram feitas à Sé de Braga em troca dos serviços prestados ao infante por D. Paio Mendes (1118-1138). No

tempo deste Arcebispo parece ter sido talvez necessário substituir o antigo altar-mor e proceder de novo à sua sagração. O que é facto é que ele o sagrou com a assistência dos Bispos comprovinciais entre os quais se encontrava D. Gonçalo, Bispo de Coimbra — esta segunda dedicação do altar deve portanto ter sido entre 1118, pois nesta altura começa o arcebispado de D. Paio, e 1128, data em que D. Gonçalo termina o seu governo em Coimbra. Desta sagração temos notícia através de referências de documentos contemporâneos como acontece, por exemplo, com o n.º 9 da Gaveta dos Arcebispos do Arquivo distrital de Braga, documento esse que tratando duma inquirição sobre a contenda entre Braga e Compostela, refere a sagração do altar-mor da Catedral bracarense feita por D. Paio e a ela assistindo os Bispos sufragâneos (5).

Em 1128 ainda é necessário o auxílio de D. Afonso Henriques para a conclusão das obras e disso é testemunha a carta de confirmação do Couto de Braga dado à sua Sé, feita ao Arcebispo D. Paio. Entre outras concessões encontramos a do direito de cunhar moeda para a fábrica da Sé (1938, A. Reuter, — «Chanc. Med. Port.», vol. I) (6).

Em 1173, sendo já Arcebispo D. João Peculiar, por mandado de D. Afonso Henriques e de seus filhos, aquele confirma ao cabido a terça parte dos bens que lhe haviam sido dados pelo rei, ficando o dito cabido obrigado à terça parte das despesas da fábrica da Sé (Arq. dist. de Braga, Liber Fidei n.º 819); daqui parece poder-se concluir que a construção ainda não estava terminada (7).

Finalmente em 1179 ainda D. Afonso Henriques deixa em testamento 500 morabitinos para as obras de Braga.

Qual a parte construída no tempo de D. Afonso Henriques e qual a que nessa altura existia da construção de S. Geraldo, não podemos sabê-lo ao certo, o que sabemos é que do tempo desse Arcebispo não são os restos românicos que chegaram até nós. A esses, como diz Margarida Martins, um exame cuidadoso permite datá-los do século XII (8).

Acerca de quase todas as nossas construções românicas se põe um problema sem solução — quem foi o seu arquitecto? Também com respeito à Sé de Braga se faz a mesma pergunta sem resposta. No entanto, o Dr. Alberto Feio, num artigo intitulado «Um arquitecto da românica Sé de Braga» publi-

---

(5) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I.

(6) Margarida Martins — «Elementos para a Cronologia do Românico em Portugal».

(7) Monsenhor A. Ferreira — obra citada.

(8) Não nos referimos aqui aos restos da primeira edificação da Catedral, mas sim aos que ainda hoje constituem parte da actual construção de três naves.

cado na revista «Minia» em 1946, revelou que tinha encontrado um documento no Arquivo de Braga, datado de 11 de Fevereiro de 1135, pelo qual D. Paio Mendes vende a Nuno Paes, por uma quantia insignificante, um terreno em Braga, atendendo aos serviços que ele prestara à «obra de Santa Maria de Braga». Ora Alberto Feio é de opinião que esses serviços não poderiam ser outros que não fossem a direcção da dita obra e então Nuno Paes seria um dos arquitectos da Sé românica. Não nos parece isto, só por si, fundamento suficiente para tal afirmação pois julgamos que podia este indivíduo ter ajudado nas obras sem ser o seu dirigente; qualquer construção, seja de que espécie for, não emprega apenas arquitectos. Por outro lado nada nos permite também afirmar que seja errada a opinião do Dr. Feio e por isso aqui a deixamos mas apenas como hipótese e de maneira alguma como solução definitiva do problema.

Vejamos ràpidamente como teria ficado afinal a Sé de Braga depois desta última construção. Reconstituí-la inteiramente é impossível, tão poucos são os vestígios que dessa época nos restam — a porta lateral do sul e parte do pórtico da fachada principal; alguns modilhões no lado sul e no transepto; no interior apenas alguns capiteis. No entanto a estrutura actual ainda nos permite perceber que a Catedral bracarense era, no tempo de D. Afonso Henriques, um templo em forma de cruz latina, com três naves, transepto, ábside e absidíolas. Orientada de nascente a poente, era como geralmente todos os edifícios românicos, uma construção maciça, de grossíssimas paredes amparadas por gigantes, e com muito poucas aberturas, apenas algumas janelas, quase frestas, deixavam entrar a luz. Como a cobertura usada neste estilo era a abóbada, a qual descarregava o seu enorme peso nas paredes, era preciso que, para a poderem aguentar, fossem estas muito resistentes sem que as aberturas as fossem enfraquecer — por isso quase não havia janelas e eram tão mal iluminados os templos desta época. Em Braga, embora a cobertura seja de madeira, nota-se nìtidamente, pela maneira como está feita a construção, a primitiva ideia de empregar a abóbada; na realidade tal não chegou a acontecer e das causas que para isso concorreram, não há nenhum documento que nos fale. Por isso ainda hoje se mantém desconhecido o motivo porque a Catedral duma das dioceses de maior importância de toda a Península, nunca chegou a ter mais que uma simples cobertura de madeira.

Quanto à decoração devia reduzir-se à das entradas, com os seus colunelos e respectivos capiteis que sustentavam as arquivoltas e o tímpano, aos modilhões e, no interior, aos capiteis, tudo isto coberto com motivos geométricos ou tirados da flora e da fauna. Muitas vezes os animais que aparecem são fantásticos, como acontece com as sereias da porta principal da Sé e outras

vezes representam passos de alguma história em voga na época, como acontece com os episódios do Roman de Renard, na mesma porta. Por vezes aparece também a figura humana, sobretudo sob a forma de jogral que canta os episódios que dão depois o tema para a decoração, ou ainda como herói desses mesmos episódios — este é o caso dum dos capiteis do interior da Catedral bracarense, que representa um momento da Chanson de Roland. Os ornatos geométricos fazem-se, neste edifício, notar sobretudo na porta lateral do sul.

Nìtidamente influenciada pela abadia de Cluny, a construção que vimos tratando, teve por sua vez larga influência em grande parte dos templos que naquela época se levantaram na região de Entre-Douro-e-Minho. Os motivos que serviram para a sua decoração e nos aparecem sobretudo esculpidos nas duas portas que nos restam, aparecem, quase todos, repetidos nas igrejas desta província — os quadrúpedes devorando um animal, que nos aparecem numa arquivolta da porta principal, surgem-nos em Vilar de Frades, S. Pedro de Rates, Bravães, etc. A sereia repete-se em Rio Mau, Travanca, Vilarinho e Rates. O leão aparece na matriz de Melgaço, em Vilar de Frades e Santa Maria de Vade. Quanto às aves bebendo num cálice, temo-las em Vilarinho, Rio Mau, Arnoso, etc. A moldura envolvente em billettes, repete-se em Vilar de Frades, Gualtar, S. Pedro de Rates, etc. O ornato dos capiteis da direita, da mesma porta, que é constituído por espirais dúplices mas com origem comum, encontramo-lo na Lavandeira, em Bravães, Pombeiro, etc. Na porta sul há já alguns ornatos para os quais se encontram poucos semelhantes no românico do nosso país — tal é o caso da moldura envolvente, da qual apenas se aproxima a moldura do arco da capela-mor de S. Martinho de Candoso. A suástica flamejante que nos aparece na última arquivolta, repete-se em Ourada, na matriz de Valença e na sacristia de Roriz. A cruz de Malta, que decora o tímpano, pode ver-se também em Arnoso, Fonte Arcada, Verim, Lavandeira, etc.

O mesmo acontece com os modilhões e os capiteis do interior. Quanto a estes últimos é de notar a influência exercida por aquele que, como já dissemos, representa um passo da Chanson de Roland, num outro capitel da igreja românica de Amorim, junto da Póvoa de Varzim.

Por tudo isto se vê o importantíssimo papel que desempenhou na Idade Média a Catedral de Braga, não só sob o ponto de vista espiritual, mas também no aspecto artístico sendo um dos grandes centros de irradiação da arte românica, no norte do país.

Depois de concluída, várias reformas, reconstruções e aumentos sofreu a Catedral bracarense. De muitas dessas alterações, sobretudo das mais antigas, nada chegou até nós ou então apenas alguns vestígios, no entanto temos delas conhecimento pelos documentos.

O Arcebispo D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228) além de ter feito reparações na sacristia, no claustro e na capela de S. Geraldo, mandou ainda construir uma capela onde todos os dias se rezasse missa pelos reis e rainhas, e pelos seus descendentes, que se mandassem sepultar na Sé de Braga. Sabemos isto pelo documento n.º 878 do Liber Fidei, que no apêndice transcrevemos na íntegra, que nos diz que tendo Afonso II dado ao cabido 1.000 morabitinos para satisfazer diversos encargos pios, D. Estêvão em 1214 entregou ao dito cabido as suas propriedades de Dadim e Lamações em troca do dinheiro referido que empregou nas obras acima indicadas. Dessa capela, que ele mandou construir para dizer missa pelos reis, se ainda existe alguma coisa, não há elementos que nos permitam identificá-la.

A capela de S. Geraldo que havia sido fundada por este santo Arcebispo, devia nesta altura estar bastante arruinada; dela quase nada resta da primitiva e podemos considerar do tempo de D. Estêvão Soares a construção que chegou até nós embora esta mesmo bastante alterada pelas reformas posteriores.

Como vimos ainda pelo documento citado, reconstruiu também D. Estêvão o claustro o qual já não existe mas que se devia situar, pelo menos a partir desta altura, já no local em que se encontra o actual. Dizemos pelo menos a partir desta altura, porque primitivamente se situava no lugar que hoje ocupa o claustro de Santo Amaro — é mesmo daí que vem a este recinto o nome de claustro quando na realidade nada tem de comum com uma edificação desse género. Sendo a primitiva construção do claustro talvez já do tempo de D. Pedro, ou pelo menos de S. Geraldo, tinha necessàriamente de ser nesse local para obedecer às prescrições feitas em 1059 pelo Papa Nicolau II e que diziam: «claustro vero habeat passus quadraginta in circuitu Ecclesia maioris» (9). Podemos portanto considerar a capela de S. Geraldo, depois de reconstruída, assim como esse claustro da mesma época, como pertencendo ao românico de transição do séc. XIII.

No testamento de D. Estêvão Soares, de 1228 (Arquivo dist. de Braga, livro 2.º dos Testamentos, n.º 21), manda ele que se vendam os seus móveis e que com o produto o Arcebispo e o cabido comprem uma propriedade da qual metade das rendas devia ser aplicada na fábrica do altar de Nossa Senhora e do de S. Geraldo. Em sua vida mandou ainda este Arcebispo fazer um outro altar pois no mesmo testamento deixa um legado para manter acesa uma lâmpada junto do altar de Santa Margarida que ele edificara. Como se vê pelo testamento quando D. Estêvão morreu ainda as obras da capela de S. Geraldo não estavam completamente acabadas visto que ele ainda deixa dinheiro para

(9) Alberto Feio — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras».

fazer o seu altar. As obras, que começaram no seu tempo e como vimos só depois de 1214, devem ter sido interrompidas quando o Arcebispo teve de fugir para Roma por causa das contendas que teve com o rei e que começaram pouco depois disto; só depois da morte de Afonso II devem ter recomeçado.

No documento n.º 49 do livro primeiro dos Testamentos do Arquivo de Braga, que é o testamento de Domingos Pedro, feito em 1271, manda este que o enterrem na Sé de Braga, junto da pia de baptismo e que aí se faça uma capela de Santa Margarida e Santa Marta, com a história da vida destas santas, pintada. Se se chegou a construir esta capela, não cremos que dela haja vestígios.

Em 1302 o cabido de Braga deu licença ao advogado Domingos Pelágio para fazer uma capela no claustro da Sé (Arq. dist. de Braga, livro 1.º dos Testamentos, n.º 50) — nada mais se sabendo além disto não é possível identificar tal capela que certamente já não existe.

Em 1319 o Arcebispo D. João Martins Soalhães instituiu a capela de S. Martinho (Documento n.º 39 da Gaveta 2.ª das Igrejas — Arq. dist. de Braga) que edificou, para sua sepultura, no local em que agora se encontra a sacristia do tesouro; no centro da capela mandou colocar o sarcófago onde foi sepultudo. Na mesma altura mudou um pouco mais para baixo do local primitivo a porta sul que no séc. XVIII voltou a ser mudada ficando então no lugar que hoje ocupa. Quando em 1511 D. Diogo de Sousa resolveu adaptar a capela de D. João Soalhães para sacristia, os restos do prelado foram passados para um túmulo de pedra integrado na parede.

O cónego João Silvestre instituiu no claustro da Sé a capela de Santa Bárbara como se verifica pela doação do padroado da Igreja de S. Martinho de Monsul feita em 1322 por D. Dinis àquele cónego, com o encargo de duas missas quotidianas no altar daquela capela que o dito cónego instituira (Arq. dist. de Braga, doc. n.º 84 da Gaveta 1.ª das Igrejas).

No documento n.º 52 do livro 1.º dos Testamentos que é o testamento do cónego de Braga Martins João Barrozas, feito em 1325, manda este que seja sepultado na Sé de Braga, na nave em que estava sepultado o Arcebispo D. Martinho de Oliveira, em frente do altar de S. Bartolomeu que o mesmo cónego fizera.

Como estes documentos que vimos citando, outros aparecem no Arquivo de Braga mas não os indicamos por não nos permitirem eles perceber se quando se referem à instituição duma capela, se referem apenas à instituição duma capela de missas num altar já existente ou se se trata da instituição duma capela a construir de novo.

De acordo com os dizeres duma lápide existente nas trazeiras da capela

de S. Geraldo, em 7 de Março de 1325 começaram nela novas obras desta vez dirigidas por João Esteves. Às mesmas obras se refere certamente o testamento de Domingos Dominici, Deão de Braga, em que ele se manda enterrar na capela de S. Geraldo que ajudara a reedificar; a data deste documento é 1329 (Arq. dist. de Braga — livro 1.º do Testamentos, n.º 57).

De 1326 a 1348 temos a governar a diocese de Braga o Arcebispo D. Gonçalo Pereira; obra deste prelado é a sua capela tumular que dedicou a Santa Maria no mistério da Assunção e é por isso geralmente chamada de Nossa Senhora da Glória. Fica esta capela junto à Catedral, paredes meias com a de S. Geraldo, pegando com ela pela parede do lado norte desta última. Em 1331 D. Gonçalo recebe duas bulas do Papa João XXII dando-lhe, uma permissão para adquirir as casas do Concelho que ficavam junto da Sé, no local em que queria construir uma capela, e a outra trazia-lhe a licença para conseguir bens para a mesma capela (Arq. dist. de Braga, Bulas originais, caixa 2) ([10]).

É de Março de 1332 o consentimento que deu o cabido de Braga a D. Gonçalo Pereira para adquirir umas casas chamadas do Concelho que estavam junto da capela de acordo com o breve de João XXII, como se vê pelo documento n.º 10 da Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, do Arquivo distrital de Braga. Pelos dizeres da instituição da capela, feita em 27 de Abril de 1334 (Arq. dist. de Braga, Col. cron., caixa 12), conclui Alberto Feio que a capela estava já construída nesta data. Pelo mesmo documento se vê também que o arcebispo dotava a capela de várias rendas, determinando que o Deão da Sé fosse o seu administrador perpétuo. Tinha a capela quatro altares: o principal dedicado a Santa Maria e os outros três, a Santo André, Santa Madalena e Santos Mártires Lourenço e Vicente ([11]).

Em 1334, no mês de Junho, D. Gonçalo fecha, em Lisboa, o contrato com os artistas que fizeram o seu túmulo e que são Mestre Pero, de Coimbra, e Telo Garcia, de Lisboa (Arq. dist. de Braga — Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, n.º 11; transcrevemos no apêndice). De acordo com o contrato a obra devia ser iniciada no mês de Julho seguinte.

Segundo Alberto Feio, D. Gonçalo mandou vir de Lisboa o pintor Gonçalo Gonçalves para pintar o coro da Catedral e Manuel Monteiro põe a hipótese de ter sido este também o autor das pinturas que cobrem as paredes da capela da Senhora da Glória.

A respeito desta pintura do coro por Gonçalo Gonçalves põe-se um problema: sabe-se que um pintor com este nome viveu em Lisboa e aparece citado em documentos entre 1325 e 1348; sabe-se ainda que foi ele contratado por

([10]) e ([11]) Alberto Feio — «Dois Sepulcros Medievais».

D. Gonçalo Pereira para trabalhar na sua Sé (12). Ora no Arquivo distrital de Braga, existe, na Colecção Cronológica, caixa n.º 24, um documento (transcrevemo-lo no apêndice) em que o tabelião de Lisboa Gomez Martinz declara que em sua presença compareceu Vasco Gonçalvez, sapateiro morador em Braga, que, como procurador do pintor Gonçalo Gonçalves morador em Lisboa, declarou ter recebido de Pedro Anes, recebedor das rendas que o Arcebispo de Braga tinha em Lisboa, 4.300 reais brancos que o dito Arcebispo mandou entregar àquele pintor para pagar parte do que lhe devia por pintar o coro da Igreja de Braga — o documento não cita o nome do Arcebispo a que se refere e está datado de 27 de Agosto de 1432. Achamos que seria demasiada coincidência que um século depois dos acontecimentos em cima relatados, de novo aparecesse a trabalhar em Braga um pintor com o mesmo nome e também residente em Lisboa. Isto logo nos fez desconfiar de que estaria errada em cem anos a data do documento que seria então 1332 em vez de 1432; este erro era bastante fácil de se dar visto que o quatrocentos está escrito em numeração romana — IIIIc, e portanto bastava pôr um I a mais para em vez de trezentos ficar quatrocentos. Além disso passando para 1332 vai precisamente cair dentro do governo da diocese de Braga por D. Gonçalo Pereira e portanto dentro do período em que trabalhou na Sé o Gonçalo Gonçalves do séc. XIV. Por outro lado, procurando no Índice dos Próprios das Chancelarias de princípios do séc. XV, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não encontramos nenhum indivíduo que ao mesmo tempo tivesse este nome e fosse pintor e residente em Lisboa; depois disto ainda mais nos convencemos de que não devia estar errada a nossa hipótese. Descobrimos também que não tínhamos sido só nós a atribuir ao facto relatado no citado documento uma data anterior à lá indicada quando verificamos o seguinte: todos os manuscritos do Arquivo de Braga costumam ter no verso e escrito em letra muito mais recente uma espécie de sumário do documento e o mesmo se dá com o que vimos tratando; ora acontece que aqui, depois de referir o facto relatado no documento e como não esclareça lá qual o prelado com quem se passou o caso, foi acrescentada a seguinte indicação — o Arcebispo era D. Gonçalo Pereira. Com tudo isto concluímos que deve realmente estar errada a data, sendo portanto o documento de 1332, o Arcebispo D. Gonçalo Pereira, e o pintor o Gonçalo Gonçalves da primeira metade do séc. XIV.

O documento n.º 20 da Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, do Arquivo de Braga, faz referência à capela de Santo Anastácio que instituiu o Arcebispo D. Silvestre Godinho e é de 1345.

---

(12) Luís Reis Santos — «Estudos de Pintura Antiga».

Em 1346 o cónego de Braga e Abade de S. Salvador de Cervães, Duram Esteves, manda no seu testamento que o enterrem diante do altar da capela de Santa Luzia que ele tinha feito (Arq. dist. de Braga, livro 1.º dos Testamentos n.º 58).

Sendo Arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente (1374-1397), mandou este construir junto da parede norte da Catedral, no local em que estavam sepultados os Condes D. Henrique e D. Teresa, uma capela gótica que dedicou a Nossa Senhora nos mistérios da Anunciação e da Assunção e aos mártires S. Lourenço e S. Vicente (Arq. dist. de Braga, Col. Cron., caixa 18, cópia da instituição da capela do Arcebispo D. Lourenço, de 1391). No centro mandou colocar um sarcófago de pedra, com a sua estátua jacente em vestes pontificais, onde foi encerrado quando morreu; colocaram-lhe nessa altura a seguinte legenda:

«AQUI JAZ D. LOURENÇO, NATURAL DA LOURINHAM, ARCEBISPO DE BRAGA, A QUE FOI PROMOVIDO NA ERA DE 1411, E MORREU NA ERA DE 1435 (AN. 1397)

Segundo diz D. Rodrigo da Cunha na «História Eclesiástica de Braga», D. Fernando da Guerra fez-se sepultar em frente do túmulo de S. Geraldo, no túmulo que mandou levantar com a sua estátua jacente e com a seguinte inscrição:

«Aqui jaz o mui nobre senhor D. Fernando, Arcebispo de Braga, e Bisneto d'El-Rei D. Pedro: e finou-se aos 26 de Setembro de 1467.»

Do tempo de D. Jorge da Costa é a galilé gótica da fachada da Catedral na abóbada da qual se encontra o seu brazão e que foi começada em 1500. D. Diogo de Sousa acrescentou depois, como veremos, alguns preciosos adornos a esta galilé.

Chegados ao tempo do governo da diocese de Braga por D. Diogo de Sousa (1505-1532), podemos dizer que chegamos também a uma nova época de esplendor para a Catedral desta cidade que, aumentada e restaurada em parte por este Arcebispo, não se viu no entanto, como mais tarde sucedeu, coberta de peças de mau gosto ou desfalcada naquilo que de mais belo possuía, pelo contrário, são quase tudo preciosas jóias de arquitectura, escultura e até ourivesaria, o que do tempo de D. Diogo nos resta na Sé de Braga.

Conforme se vê na inscrição gravada na parede da capela-mor, no lado do exterior, por baixo da Virgem do Leite, em 1509 é acabada de reconstruir, por D. Diogo, a dita capela:

«DIDACUS DE SOUSA, ARQUIEPISCOPUS
AC DOMINUS BRACARENSIS, HISPANIARUM PRIMAS,
FECIT ANNO SALUTIS 1509»

Deve portanto ter sido uma das primeiras obras, senão mesmo a primeira, feita por este Arcebispo na sua Sé visto que já estava concluída em 1509 quando o seu episcopado começara apenas em 1505. Pena foi que assim tivesse desaparecido a ábside românica mas certamente estaria esta em ruínas ou achou-a D. Diogo demasiado acanhada resolvendo assim fazê-la substituir por essa outra que encomendou a artistas biscaínhos que chamou e por cá ficaram bastante tempo como provam os seus trabalhos que se sucedem em Braga, Vilar de Frades, Caminha, etc. Esta ábside é um curioso exemplar do manuelino no norte do país que pormenorizadamente estudaremos no capítulo seguinte.

Para a sua capela-mor mandou D. Diogo fazer uma das mais belas peças da nossa escultura manuelina — o maravilhoso retábulo de pedra de Ançã do qual hoje apenas existe o frontal do altar-mor. Referindo-se a este retábulo diz D. Rodrigo da Cunha que ele devia ser o mais notável de Espanha neste género. D. Luís Álvares de Figueiredo, coadjutor de D. Rodrigo de Moura Teles, conta que no meio estava colocada a imagem da Virgem com o Menino e no cimo outra imagem da Senhora da Assunção; muitas outras imagens havia ainda, colocadas pelo retábulo, representando Apóstolos e Arcebispos desta Sé. Todo o retábulo estava da cor da pedra e retocado a ouro.

A proveniência da pedra sugere a ideia de que a origem desta obra tenha sido o grande centro de escultura de Coimbra que então existia. Vergílio Correia, baseado no facto de em 1510 ter estado em Braga, e nas melhores relações com o Arcebispo, o artista Machym, lançou a hipótese de ter sido este o autor do retábulo; claro que este simples facto só por si não pode permitir uma afirmação sobre tal assunto. Reinaldo dos Santos faz notar que, depois desta estadia em Braga, aquele artista já está em Coimbra, contratado para fazer o cadeiral do coro de Santa Cruz, pelo menos desde 1513 e em 1517 o seu noma aparece no caderno das obras que então se faziam em Belém. Ainda segundo a opinião deste autor, a personalidade artística que se deprcende do cadeiral de Santa Cruz não parece ser a do mesmo artista que trabalhou para D. Diogo. Assim se mantém o problema acerca da identificação do escultor do retábulo.

Ainda na capela-mor, mandou D. Diogo de Sousa fazer dois túmulos de pedra de Ançã sendo, segundo diz o Memorial das Obras deste Arcebispo, da autoria do seu secretário o cónego Tristão Luís, um para o Conde D. Henrique e outro para quem Deus ordenasse. Em 1513, com licença de D. Manuel I,

mudou para um destes sarcófagos os restos do Conde D. Henrique e de D. Teresa embora o epitáfio não fale nesta última:

D. O. M.
DOMINO HENRICO, HUNGARORUM REGIS FILIO,
PORTUGALLIAE COMITI, DOMINUS DIEGUS SOUSA,
ARCHIEP., VIRO CLARISSIMO, À QUO PORTUGALLIAE
REGES ESSE, REGNUMQUE ACCEPISSE CONSTAT, DE
REPUBLICA CHRISTIANA, PATRIAQUE SUA OPTIME
MERENTI, POSUIT ANNO À CHRISTO NATO MDXIII (13)

Brandão, na «Monarquia Lusitana» diz que D. Diogo colocou os restos dos dois esposos no mesmo túmulo.

Alberto Feio é de opinião que de início teria D. Diogo pensado dedicar a D. Teresa o outro túmulo acabando depois por a deixar de novo junta com o marido por não ter conseguido distinguir completamente os restos dum e doutro. Esse túmulo não o teria o prelado mandado fazer para si pois homem da corte como era, não pensaria em se fazer sepultar em túmulo igual e fronteiro ao dos pais do primeiro rei português (14). O que é certo é que não chegou D. Diogo a ser lá depositado.

Mais tarde D. Frei Agostinho da Cruz mandou separar as ossadas de D. Teresa e colocá-las no dito túmulo com o seguinte epitáfio:

D. O. M.
REGINAE TARESAE ALFONSI CASTELLAE, ET
LEGIONIS REGIS, IMPERATORIS NUNCUPATI,
FILIAE, COMITIS HENRICI UXORI, DIDACUS À
SOUSA, ARCHIEPISCOPUS BRACHAR., HISP. PRI-
MAS, M. P. AN. Á CHRISTO NATO MDXIII

D. Diogo mandou ainda fazer para a sua Sé umas formosas reixas de ferro como as que vulgarmente aparecem no séc. XVI e que normalmente serviam para separar a capela-mor e o coro do resto da igreja.

Na galilé da fachada, que como dissemos fora construída por D. Jorge da Costa, mandou D. Diogo de Sousa colocar em edículas sete imagens de pedra

(13) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II.

(14) Alberto Feio — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras».

de Ançã representando os quatro Arcebispos de Braga: S. Pedro de Rates, S. Martinho de Dume, S. Frutuoso e S. Geraldo e ainda os Apóstolos S. Pedro e S. Paulo e o Anjo da Guarda.

Ainda na fachada principal mandou o mesmo prelado arrancar o tímpano da velha porta românica para poder tirar a coluna que ao centro o sustentava e que prejudicava a passagem das procissões solenes; restaurou também as duas torres pondo no seu remate as suas armas (15). Obra sua é também a formosa pia baptismal, em estilo manuelino e obra de biscainhos, feita em pedra de Ançã.

Em 1527 mandou fazer um assento novo para o túmulo do príncipe D. Afonso, colocando-lhe um sobreceu sustentado sobre pilares e cercando-o de reixas de ferro.

Estando em ruínas grande parte do claustro então existente, mandou-o reconstruir, como dizem as suas memórias. Fez obras na capela de S. Geraldo e mandou pôr sob a sepultura deste santo um pequeno altar com grades à volta.

Além do que, como vimos, restaurou, D. Diogo aumentou ainda à Catedral fazendo levantar no claustro, em 1513, a capela de Jesus da Misericórdia, actualmente conhecida por capela de Nossa Senhora da Piedade, e onde fixou a sua sede a confraria da Misericórdia. Em 1530 destinou para sua jazida e dos cónegos capitulares esta capela (Arq. dist. de Braga, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. n.º 61). No centro da mesma e cercado de reixas de ferro dourado foi colocado o seu túmulo de acordo com as suas ordens.

Em 1528 mandou fazer, encostada à sacristia da Sé, a casa do tesouro.

Em 1511, como achasse pequena e escura a sacristia existente, passou-a para a capela de S. Martinho que havia fundado D. João Martins Soalhães mudando os restos mortais deste Arcebispo para um túmulo integrado na parede e em que mandou gravar: «Huc translata sunt ossa Domini Joannis de Soalhães, Archiepiscopi Bracarensis, anno salutis 1511» (16).

Interessando-se pela Biblioteca da Catedral, mandou fazer uma casa para livraria com bancos e assentos para os livros. Desses livros já infelizmente nada resta.

Além destas, várias outras obras fez D. Diogo na Sé mas delas nos dispensamos de falar porque todas vêm referidas no «Memorial das obras que mandou fazer o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa» que, sendo da autoria do Cónego Tristão Luís, secretário deste notável prelado, se encontra trans-

---

(15) D. Rodrigo da Cunha — «História Eclesiástica de Braga», vol. II.

(16) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II.

crito no livro 304 do Registo Geral, no Arquivo distrito de Braga e publicado por Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Priracial de Braga», vol. II. Dele transcrevemos no apêndice a parte que nos pareceu interessar mais.

Não queremos deixar de referir aqui, pelo valor que tiveram, o cálice manuelino que em 1509 D. Diogo ofereceu à Sé e que é a única peça que existe de todas as pratas que lhe deu, a custória do mesmo género e que desapareceu no séc. XIX e uma outra custódia de prata, também manuelina, relicário em que se guardava um osso de S. Pantaleão, também desaparecido (17).

O cónego Barreiros é de opinião que o retábulo da capela de D. Diogo, estilo renascença, indica uma época posterior à do governo deste prelado, o mesmo se dando com os azulejos das paredes da dita capela.

É de 1555 a certidão da instituição da capela de S. Pedro feita por D. Frei Baltasar Limpo.

Por contrato feito em 1561, o Chantre de Braga D. Pedro de Sousa, largou ao Cabido de Braga uma leira de hortas na freguesia da Sé dando-lhe em troca o Cabido umas casas junto do claustro da Sé, e dos Açougues, para que nelas fizesse uma capela da invocação de S. Cosme e S. Damião, com porta para a Misericórdia Velha (Arq. dist. de Braga, Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. n.º 62).

O Dr. Manuel Monteiro, baseando-se em vários argumentos que no capítulo seguinte apresentaremos, atribui ao coro quinhentista que existia na Sé de Braga antes do actual e que mais adiante estudaremos, uma data entre 1570 e 1580.

D. Frei Agostinho de Castro (1587-1609) reedificou a capela do transepto que era dedicada a Santa Marta quando fez a trasladação dos restos mortais de S. Martinho de Dume que encerrou num sarcófago de pedra dourada. Trasladou, para a capela de S. Geraldo, D. Diogo da Silva e D. Manuel de Sousa; fez ao mesmo tempo igualar com o pavimento o túmulo de D. Fernando da Guerra mudando-o para o lado do Evangelho. Apenas escapou a tampa do túmulo da qual mais tarde D. Rodrigo de Moura Teles fez uma pedra de altar voltando para baixo a estátua (18).

Como nos diz D. Rodrigo da Cunha, D. Frei Agostinho de Castro, em 28 de Julho de 1592, sagrou a Sé por não ter encontrado vestígios da sagração antiga, apesar de todos lhe dizerem que tão velho e importante templo não

---

(17) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II.

(18) Cónego Aguiar Barreiros — «A Catedral de Santa Maria de Braga».

podia deixar de estar já sagrado. Na mesma altura pôs no altar-mor várias relíquias como se vê pela inscrição que mandou pôr na porta principal e que reza assim:

«Anno Domini 1592, die vero 28 Julii, Dominus Fr. Aug. de Jesu, Ordinis Eremitarum Sancti Aug., Archiepis et Dñs Bracharae Augustae, Hispaniarum Primas, hanc Ecclesiam in honorem Beatae Mariae Virginis consecravit, et in altari maiori has reliquas reposuit...».

As obras da Sé e despesas por elas acarretadas são em todas as épocas motivo de preocupação para o Cabido e Arcebispos e não apenas nos primeiros tempos da sua existência; assim é que em 1652, el-rei D. João IV manda para o Cabido de Braga uma carta em que diz que visto se irem acabando os vinte anos, durante os quais, por Bulas Apostólicas, se tinha concedido a pensão anual de 1.000 cruzados das rendas da Mitra de Braga para a fábrica da Sé, dava licença para se pedir Bula para mais anos (Arq. dist. de Braga, livro 4.º das Cartas, n.º 139).

Em 1663 a Irmandade de S. Tomaz instala-se na capela do Arcebispo D. Lourenço e como se achasse acanhada resolveu remover o túmulo daquele Arcebispo do local em que estava, isto é do centro da capela, depois de para isso ter obtido licença do Cabido (sede vacante). O cadáver, transferido para outro túmulo, foi colocado no desvão dum arco no lugar em que se abria a porta para a Igreja ficando portanto a capela apenas com porta para o lado do claustro. Neste novo túmulo fez o cabido gravar a seguinte inscrição:

D. O. M.
D. LAURENTIUS ARCHIEPISCOP. BRACHAR.
HISPANIARUM PRIMAZ LXXXVI.
SEPULTUS ANNO DÑI MCCCLXXXVII.
TRANSLATUS E MEDIO SACELLI INTEGER, ET
INCORRUPTUS, DIE QUATRO JUNII 1663

Na data da morte falta um X pois deve ser 1397 e não 1387 (19).

De 1688 é a porta principal feita em pau preto e com guarnições de bronze; embora sem data, deve ser também da mesma época a porta lateral do sul.

No lugar em que D. João Martins Soalhães construira a capela de S. Martinho, que D. Diogo de Sousa transformara em sacristia, mandou o Arcebispo D. João de Sousa (1696-1703) fazer a actual sacristia do tesouro colocando

(19) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II.

nela uma sepultura rasa que se lhes destinava e com a seguinte inscrição na tampa:

«S. de D. Joam de Sousa, X do nome e CXI em n.°, Arceb° Primaz e Senhor de Braga.»

Como este Arcebispo acabasse afinal por ser enterrado em Lisboa, o Cabido mandou encerrar nesta sepultura os restos de D. João Soalhães mas a inscrição manteve-se.

Ainda em 1696 o Cabido faz algumas obras de restauro na capela de S. Geraldo visto que dessa data nos aparece um contrato que o dito Cabido de Braga fez com um carpinteiro para o emadeiramento dessa capela por 120 mil reis pagos pelas rendas da Mitra (Arq. dist. de Braga, Gaveta da Sé, doc. n.° 35).

São da autoria de Oliveira Bernardes (fins do séc. XVII, princípios de XVIII) os azulejos decorativos que cobrem as paredes da capela de S. Pedro de Rates, no transepto da Catedral.

Se por várias vezes durante a sua longa existência, sofreu a Sé de Braga com os restauros que sucessivamente lhe foram sendo feitos orientados pelo mau gosto e falta de compreensão, pelo que de belo o passado nos deixara, da parte do Cabido e de alguns dos seus Arcebispos, não podemos considerar como um dos períodos mais inofensivos, neste aspecto, o que vai de 1704 a 1728. Governa nesta altura a diocese o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

Começou este prelado as suas obras pela capela de S. Geraldo acerca da qual se pode quase falar em reconstrução. Achando-a o Arcebispo velha e demasiado escura, resolve dar a um edifício do séc. XI-XII, do qual quase só aproveita as paredes, o aspecto duma construção do séc. XVIII. Em 31 de Agosto de 1707 o túmulo de S. Geraldo foi removido para a capela de D. Lourenço Vicente onde haveria de ficar até 1712. Seguidamente iniciaram as obras. As paredes foram interiormente cobertas de formosos azulejos e painéis alusivos à vida do santo; a capela foi ainda adornada com um retábulo de talha dourada e S. Geraldo, encerrado num túmulo também recoberto de talha, foi colocado no meio desse retábulo. Nesta capela por si restaurada se fez D. Rodrigo sepultar, em campa rasa, com a seguinte inscrição:

«JAZ AQUI o ILL^mo Sor D. RODRIGO DE MOURA TELLES,
ARCEB° QUE FOI DE BRAGA, PRIMAZ DAS HESPANHAS,
E GOVERNOU COM INTEIREZA 24 ANNOS ESTA DIOCESE
DE QUE TOMOU POSSE A 5 DE JUNHO DE 1704 E FALLECEU
A 4 DE SETEMBRO DE 1728
REQUIEM AETERNAM DONA EI, DOMINE»

Ávido de luz, talhas e dourados, D. Rodrigo em 1715 rasga janelas na Catedral, estuca-lhe o tecto que era de cedro, caia-lhe as paredes, colunas e abóbadas. No cruzeiro levanta um zimbório e uma cúpula por cima dos órgãos, junto ao coro alto. Capitéis românicos são substituídos por ornatos de madeira doirada. Ao longo das naves laterais coloca novos altares com retábulos dourados e santos de madeira. Em vez das antigas janelas da nave central aparece de cada lado, uma galeria envidraçada e com balaústres de ferro forjado.

Em 1722, as grades que D. Diogo de Sousa encomendara para vedar a capela-mor, são colocadas nos desvãos dos arcos da galilé da fachada, para os quais são adaptadas de qualquer maneira.

Em 1723 é a vez de serem reformadas as torres da fachada que passam a ser desgraciosas e de tal modo pesadas que foram construídas sobre dois maciços de pedra prèviamente feitos para isso — são infelizmente estas as torres que ainda hoje se mantêm. D. Rodrigo mandou ainda fazer a casa do Cabido e a escada do coro; restaurou os cadeirais e os órgãos.

Durante a vacância da Sé que, após a morte de D. Rodrigo, durou treze anos, o cabido mandou fazer dois órgãos monumentais com as datas respectivamente de 1737 e 1738, e executados por Fr. Simão Fontana, da Galiza; e os cadeirais do côro alto, de pau preto e talha dourada, em estilo barroco e que são do que no género há de mais espaventoso no país. Este cadeiral foi substituir um outro, quinhentista, a que já nos referimos e que está hoje na igreja da vizinha freguesia de S. Jerónimo de Real para a qual foi adaptado e depois disso mutilado e maltratado pelo tempo até chegar pràticamente ao estado de ruína.

De 1741 é a licença para se benzer a capela de S. Félix, Arcediago de Braga, junto do coro da Sé (Arq. dist. de Braga, Gaveta da Sé, doc. n.º 61).

Em 1746 a irmandade de S. Tomaz pediu ao Cabido licença para romper a parede da capela em que estava instalada, isto é, na capela do Arcebispo D. Lourenço, no claustro da Sé, para fazer uma sacristia; a licença foi concedida (Arq. dist. de Braga, Gaveta da Sé, doc. n.º 48).

Morrendo em 1756 o Arcebispo D. José de Bragança, na sua sepultura na capela-mor da Sé, mandou o duque de Lafões colocar, na tampa de mármore, a seguinte inscrição:

«AQUI JAZ O SEREN^mo Sor D. JOSÉ
F.º DE EL-REI D. PEDRO II, ARCEBP.º D'ESTA METTROPOLE.
FALLECEU EM PONTE DE LIMA
ESTANDO EM PASTORAL VISITA AOS III DE JUNHO
DE MDCCLVI E AOS IV FOI SEPULTADO.
GOVERNOU XIV ANNOS, II MEZES e III DIAS, HAVENDO NASCIDO
AOS IV DE MAIO DE MDCCIII»

Se não nos deixaram boas recordações os tempos de D. Rodrigo de Moura Teles quanto às obras praticadas na Sé sob a sua orientação, ao período de governo da diocese por D. Gaspar de Bragança (1758-1789) podemos sem receio chamar de calamitoso. Vejamos com que requintes foi este prelado capaz de dar cabo de tanta coisa bela que ainda existia na Sé de Braga e sobretudo do maravilhoso retábulo do altar-mor cujos autores cremos bem que devem ter estremecido nos túmulos ao verem os actos de vandalismo praticados contra a sua primorosa obra.

Em 1774 D. Gaspar faz obras no claustro de Santo Amaro. Estas obras foram prejudicar a capela do Arcebispo D. Lourenço pois tendo esta deixado de receber luz pelas três janelas que tinha, fizeram-lhe na abóbada três aberturas; as janelas, uma vez que deixavam de ter qualquer utilidade, foram tapadas e abriram-lhe uma outra de mau gosto ([20]). Depois disto a irmandade de S. Tomaz resolveu mudar-se para outro sítio e em 1777 instala-se lá a irmandade de S. Crispim disposta a continuar as barbaridades que vinham sendo praticadas contra aquela capela: destrói colunas e capitéis e em vez deles aparecem cornijas e mísulas de madeira pintada; caiam a abóbada e depois disto, não estando ainda dispostos a abandonar as tintas, fazem nas paredes fingimentos de portas. Ao altar, depois de elevado sobre vários degraus, colocam-lhe um retábulo sem gosto nem estilo ([21]).

Muito pior no entanto é o que se passa na capela-mor — o retábulo é destruído, apenas ficando o frontal do altar e a imagem da Virgem com o Menino que ainda hoje lá se encontra. Segundo diz Sena Freitas na «Memórias de Braga», muitos particulares se apossaram nessa altura das restantes imagens do retábulo. A Virgem, que fora poupada, essa foi colocada sobre o altar sob um docel de damasco carmezim!... A quando do recente restauro da capela-mor, fragmentos do retábulo apareceram integrados nas paredes, a servir de cascalho...

Pela mesma época os restos mortais de D. Frei Caetano Brandão, que estavam em campa rasa na capela-mor, foram mudados para um jazigo num arcosolio na Capela da Senhora da Piedade.

Não se cansa D. Gaspar de mutilar e reformar. Ainda em 1780 substitui os retábulos dos altares das naves por outros guarnecidos com telas de João Glamna Stroberle.

Entre os altares coloca, em mísulas, grandes estátuas em madeira representando os Apóstolos e Doutores da Igreja — estas, como diz o cónego Barrei-

([20]) Cónego Aguiar Barreiros — «A Catedral de Santa Maria de Braga».
([21]) Cónego Aguiar Barreiros — Obra citada.

ros,são, pelo seu efeito decorativo, a única coisa razoável que nos ficou das obras de 1780. Também nesta data mudou D. Gaspar a porta lateral do sul para o local em que presentemente se encontra.

Segundo diz o cónego Barreiros em «A Catedral de Santa Maria de Braga», em 1781, a tampa do túmulo de D. Fernando da Guerra que D. Rodrigo de Moura Teles utilizara para mesa de altar, vai servir de soleira da porta lateral da Igreja, junto da pia baptismal.

Em 1787 fazem-se algumas obras na capela de D. Gonçalo Pereira. O túmulo deste Arcebispo não escapa também à reforma; pintam-no de modo a fingir mármore de cor ocre e à altura da tampa cingem-no com um encaixe de madeira e a inscrição primitiva é agora substtiuída por outra:

1348
AQUI JAZ O ARCEBISPO D. GONÇALO PER.A AVO DO CONDE-ESTABEL DE PORTUGAL D. NUNO ALVARES PEREIRA, DO — QUAL PROCEDE O IMPERADOR CARLOS QUINTO, E EM — TODOS REINOS DE CHRISTAOMS DA EUROPA OU OS — REIS, OU RAINAS DELLES, OU AMBOS & REFORMADA — PELO DEÃO ADMINISTRADOR D. LUIZ NO ANNO DE 1789 ([22])

De fins do séc. XVIII, princípios de XIX é a construção do actual claustro da Sé. Em 7 de Novembro de 1794, tinha o Cabido resolvido celebrar noutro lugar as cerimónias que normalmente se faziam nas capelas do claustro por este estar em ruínas; em Dezembro de 1795, o mesmo Cabido confirmando a anterior resolução, pediu ao Arcebispo que lhe fossem comutados para outro lugar os legados e deliberações que tinha no claustro (Livro 5.º dos Acórdãos do Cabido, fls. 47v-48, e 64v-65). Finalmente em 1803 o Cabido viu-se obrigado a reconstruir a sala das sessões capitulares (Livro 6.º dos Acórdãos do Cabido, fls. 87, 105 e 106) ([23]). O claustro foi também construído pelo Cabido durante a Sé vaga por morte do Arcebispo D. António Freitas Honorato.

As obras do claustro provocaram algumas alterações na capela de D. Lourenço. Mais ou menos pela mesma altura, em 1817, o túmulo de D. Diogo de Sousa, que conforme as suas determinações estava no centro da sua capela,

---

([22]) Cónego Aguiar Barreiros — «A Catedral de Santa Maria de Braga».
([23]) Monsenhor José Augusto Ferreira — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. IV.

foi daí removido para um arco-sólio para esse fim aberto do lado da Epístola. A quando desta trasladação à inscrição que o túmulo já tinha e que dizia:

«Aqui jaz D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, filho de João Rodrigues de Vasconcelos, Senhor de Figueiró e Pedrogão, e de D. Branca da Sylva sua mulher, o qual El Rei D. João II mandou por embaixador a Alexandre Papa VI a lhe dar sua obediência, e El Rei D. Manuel, tendo-o feito Capellão-mór da Rainha D. Maria sua mulher, o mandou dar sua obediência ao Papa Júlio II, e El Rei D. João III o fez Capellão-mór da Rainha D. Catarina sua mulher, o qual fez esta Capella para sua sepultura. Viveu LXXII annos, e falleceu a XIX dias do mêz de Junho de 1532», foi acrescentado o seguinte: «E tresladado do meio da Capella ao XXII de Fevereiro do ano de 1817, sendo Admin.or e Thes.ro Mór Manuel Ign.º de Mattos Sz.ª Cardoso».

O cónego Barreiros é de opinião de que deve ter sido também na mesma ocasião que foram cobertas de tinta branca as pinturas, representando quadros da paixão, que decoravam a capela de D. Diogo.

Mas não havia ainda chegado o momento de a velha Catedral se ver livre do interesse que tiveram em «embelezá-la» alguns dos seus Arcebispos.

Com o governo da diocese por D. João Crisóstomo (1876-1883) novos horrores se preparam para a capela-mor. Decide-se este prelado a mandar fazer para o altar-mor da Sé um «belo» e grande baldaquino de madeira. Se bem o pensou melhor o fez, mas em tão má hora foi começada esta obra que as medidas necessárias para a sua execução foram mal tiradas e aconteceu que o dito baldaquino ficou demasiado pequeno em relação ao tamanho do altar a que se destinava. Mas aos intrépidos bárbaros do século XIX nada os fazia recuar e uma vez que não era possível esticar o baldaquino, apenas havia uma atitude a tomar — fazer encolher o altar... E foi assim que a esse último resto do belo retábulo de D. Diogo, foi ainda cortado um bocado, de maneira a poder ser colocada no lugar a que se destinava a «bela» obra de talha de D. João Crisóstomo que ainda por cima ficou a encobrir uma elegante janela do fundo da capela... Mas esta infeliz ábside não estava ainda verdadeiramente a gosto do seu Arcebispo e assim é que seus capitéis são encobertos com cornijas de madeira, os muros são cobertos de escaiolas; cantarias pintadas a óleo e um ostentoso cadeiral guarnecido com bronzes dourados completam o quadro. Os túmulos dos Condes D. Henrique e D. Teresa foram em 1877 transferidos para a capela de D. Lourenço Vicente. Depois de tudo isto, já satisfeito, D. João Crisóstomo resolveu finalmente deixar em paz a sua Sé não lhe fazendo mais «melhoramentos».

E foi assim, transformada interiormente em qualquer coisa que mais parecia um salão de festas e semelhando exteriormente uma manta de retalhos

de todos os estilos e épocas, que o séc. XX encontrou a velha Catedral bracarense que apesar de tudo mantém, desafiando a acção do tempo e, o que é bem pior, desafiando a acção dos homens, alguns restos da velha construção românica.

Em 28 de Maio de 1907 a Sé de Braga é elevada a Basílica Menor por Pio X.

Na primeira metade do nosso século o Cabido achando que era tempo de fazer alguma coisa tendente a salvar o que de bom existia ainda na sua Sé, resolveu a expensas suas fazer o restauro da capela-mor o qual foi dirigido pelo cónego Aguiar Barreiros. Depois disto a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fez o restauro do resto da Catedral. Todo este restauro consistiu sobretudo em desfazer o que tinham feito os reformadores dos séculos XVIII e XIX procurando ao mesmo tempo valorizar o que escapou às suas obras e o pouco que de bom nos deixaram esses séculos. Pena foi que nem sempre essas obras tivessem decorrido como seria para desejar sobretudo por deficiente preparação de alguns dos artífices que nelas trabalharam. Muito haveria ainda para fazer na Sé de Braga mas felizmente muito também foi feito já. Como ficou a Catedral depois destas últimas obras é o que veremos no próximo capítulo cujo objectivo fundamental é a sua descrição tal como se encontra presentemente.

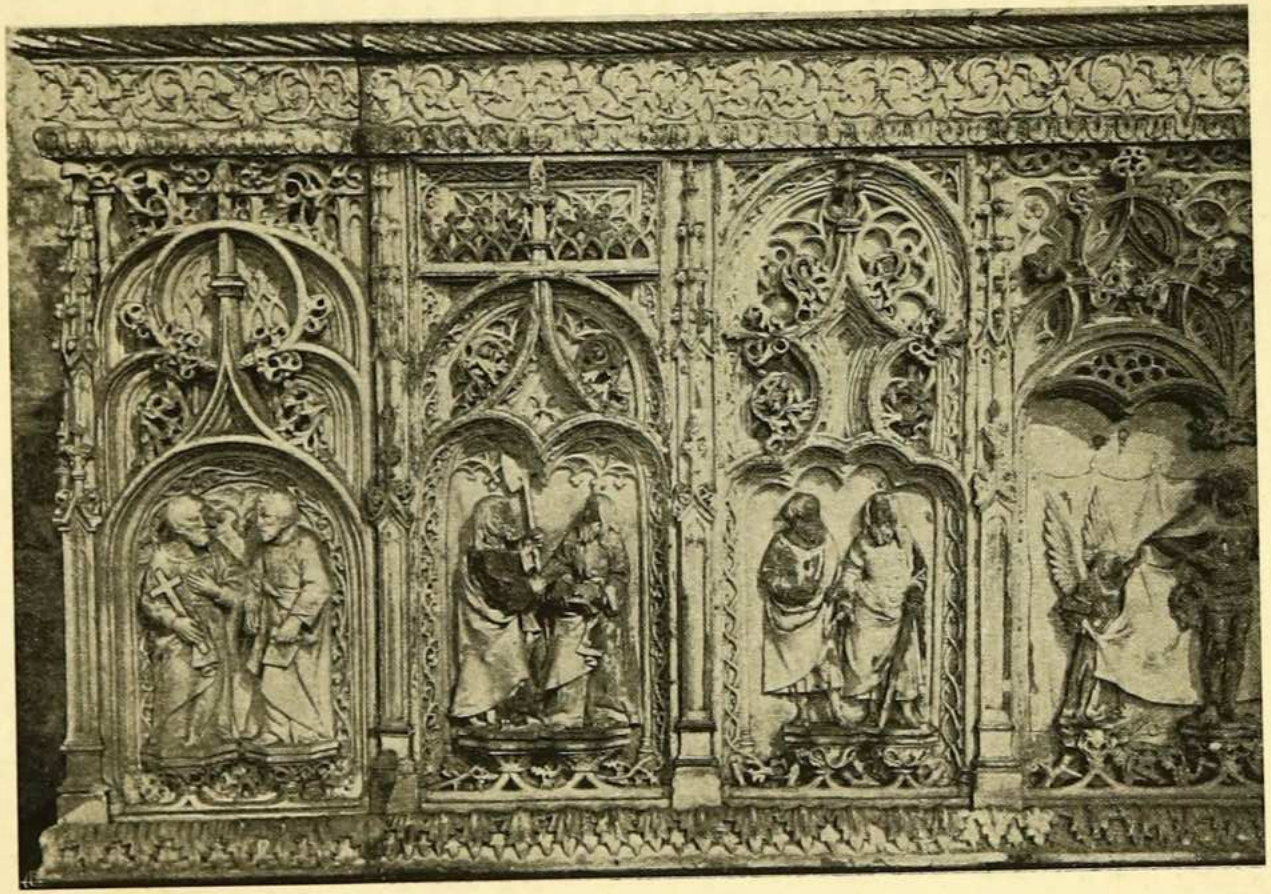
CAP. II

A Catedral sob o ponto de vista artístico

É a Sé de Braga um templo em forma de cruz latina, de três naves, com transepto, uma ábside e quatro absidíolas.

A ábside, que, como já vimos, foi mandada construir por D. Diogo de Sousa a artistas biscainhos, é gótico-manuelina. Analisemo-la interiormente: é de planta quadrada mas esta mantém-se apenas até certa altura, daí para cima passa a ter secção poligonal de seis lados e para isso teve o arquitecto que usar o emprego de duas trompas que ornou de fina renda talhada na pedra; por este processo não só foi melhor aproveitado o espaço na parte inferior, como se conseguiu tirar melhor efeito pela maneira como foi colocada a abóbada. É maravilhosa esta abóbada de finíssimas nervuras que a cruzam em todos os sentidos e ora se juntam ora se afastam, acabando por se unirem em feixes que assentam em oito capiteis cujos fustes são canelados em espiral. Na abertura dos compartimentos da abóbada, descrita pelos arcos que faceiam com os muros, encontramos três janelas ogivais, sendo uma de cada lado da ábside e outra ao fundo, e os escudos de D. Manuel I e de D. Diogo de Sousa, por cima das trompas. Os vitrais, de colorido variado, que hoje se encontram nas ditas janelas e que representam senas da vida de Cristo, datam do último restauro da Sé. Esta capela-mor é separada do transepto por um arco em ogiva.

Encostada à parede do fundo encontramos o altar-mor que, juntamente com a imagem da Virgem com o Menino, é tudo quanto resta do antigo retábulo de D. Diogo de Sousa. Feito em pedra de Ançã, o frontal deste altar é uma das mais extraordinárias obras da escultura manuelina no norte do país pelo seu extraordinário cinzelado e pela expressão naturalista dos Apóstolos lá representados. João Barreira chegou até a formular a hipótese de representarem, as duas últimas figuras da direita, os próprios escultores, tão viva é a expressão que anima as suas máscaras e baseando-se também, para chegar a esta conclusão, no facto de nos instrumentos de suplício destes dois Apóstolos, aparecer, discretamente gravada a letra f que ele interpreta como querendo dizer — fecit. Entre os seus ornamentos não podem deixar de nos chamar a atenção, como diz o cónego Barreiros, correntes de elos que podemos desligar



Um trecho do frontal do Altar-mór

e cordas torcidas fibra a fibra; numa curiosa estilização encontramos ainda lírios, cardos, folhas de hera, etc. Está o frontal dividido em sete compartimentos formados por outros tantos encasamentos ao gosto gótico, delimitados por arcos assimétricos. Na divisão central a figura de Cristo mostrando a chaga do lado, dois anjos seguram o manto que lhe cai dos ombros; nas outras seis os Apóstolos colocados dois a dois. Estes, exceptuando S. João representado por um jovem imberbe e S. Pedro calvo e de barba crespa, apresentam-se todos com o cabelo estilizado e em bico sobre a testa, majestosas barbas e nariz direito; no entanto esta semelhança existente entre todos não os impede de demonstrarem sentimentos de intensidades diferentes. O último compartimento da esquerda, ou seja do lado do Evangelho, que foi cortado no tempo de D. João Crisóstomo a quando da colocação do seu baldaquino, desapareceu; quando o Cabido fez o restauro, foi-lhe de novo colocada essa parte, mas na impossibilidade de saber exactamente o seu aspecto primitivo, a que agora lá está é uma cópia do último compartimento da direita.

Colocada numa mísula por cima do altar sob um pequeno docel de filigrana de pedra, a imagem de Santa Maria da Sé de Braga, também esculpida em pedra de Ançã. Aarão de Lacerda considera-a anterior a D. Diogo de Sousa (1) e Reinaldo dos Santos atribui-a à época de D. Gonçalo Pereira (2). A verdade é que nos parece pelo menos poder afirmar que ela estava no retábulo de D. Diogo. Pela descrição que deste faz o coadjutor de D. Rodrigo de Moura Teles, D. Luís Álvares de Figueiredo, nele havia duas imagens de Nossa Senhora sendo, a que estava colocada no centro, e que portanto devia ser a principal, da Virgem com o Menino (3) — esta é também a forma como Maria é representada na imagem que vimos estudando. Por outro lado não há nenhuma notícia de que D. Gaspar tenha ido buscar a qualquer outro lado uma imagem para pôr no altar-mor, pelo contrário sempre se admitiu ser a actual a que pertencia ao retábulo. Não há também qualquer dado histórico que garanta ser ela anterior a D. Diogo. Nenhum documento nos permite afirmar que este prelado aproveitou para a nova ábside qualquer coisa já existente na anterior ou em qualquer outro ponto da Catedral; além disso não chegou até nós qualquer alusão à imagem, anterior ao governo de D. Diogo e no entanto quase dois séculos se intercalam entre o governo deste e o de D. Gonçalo a cuja época pretendem atribuí-la — isto seria bastante estranho se ela

(1) Aarão de Lacerda — «História da Arte em Portugal», (Barcelos), I vol.
(2) Reinaldo dos Santos — «Escultura em Portugal» I vol.
(3) Biblioteca Nacional, códice n.º 143 (Fundo Geral).

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

já existisse visto tratar-se duma peça de tal valor. Mais ainda: Reinaldo dos Santos reconhece que ela está longe da arte de Mestre Pero, o escultor que trabalhou para D. Gonçalo Pereira, e que sofre, no estilo, uma influência francesa. O cónego Barreiros, que considera a imagem do século XVI, é de opinião de que essa influência vem sobretudo de modelos franceses dos séculos XIII e XIV, com os quais são visíveis as afinidades da Virgem de Braga — do séc. XIII temos na Catedral de Paris uma imagem de Nossa Senhora num dos pilares do interior: a Virgem oferece um lírio ao Menino o qual com a mão direita segura sobre o peito da mãe as pontas do véu que lhe cai da cabeça sobre a qual pousa uma coroa. Na Virgem de Chartres, que é do séc.XIV, o Menino poisa a mão direita no peito da Senhora que igualmente retribui este gesto; a coroa de Maria é muito parecida com a de Braga embora todo o conjunto não tenha a elegância desta ou da de Paris. Na imagem existente em S. Nicolau de Côntances, do séc. XIV também, a Virgem oferece um lírio ao Menino e este, como em Braga, tem na mão esquerda uma pombinha. Na abadia de S. Denis (séc. XIV) o Menino aconchega também ao peito da mãe uma ponta do véu e segura na mão esquerda um livro fechado (4). Uma vez verificada a influência de modelos franceses do séc. XIV e sabendo nós como os movimentos artísticos vindos de França chegam quase sempre ao nosso país já tardiamente, parece-nos estranho que uma tendência de origem francesa e que lá se manifesta sobretudo no séc. XIV se viesse reflectir em Braga logo na primeira metade desse século pois vai de 1326 a 1348 o governo da diocese por D. Gonçalo Pereira. Parece assim que nada impede que se considere a imagem da mesma época do retábulo ao qual aliás nada fica a dever sob o ponto de vista artístico. No entanto as opiniões continuam a divergir e enquanto que uns como Aguiar Barreiros e João Barreira a atribuem à primeira metade do séc. XVI, outros consideram-na muito anterior como acontece com Aarão de Lacerda, Reinaldo dos Santos e Correia de Campos (5).

Vejamos agora, cuidadosamente, qual o aspecto de tão discutida imagem: a Senhora, de extraordinária beleza, veste uma túnica que cai naturalmente até aos pés, apertada na cinta por estreita faixa e com um pequeno decote arredondado sobre o colo; da cabeça pende-lhe um véu e sobre ele pousa uma coroa aberta; o calçado termina em ponta; o rico manto que lhe cai dos ombros fica suspenso no braço direito de modo a deixar livre a mão em que a Virgem

---

(4) Cónego Aguiar Barreiros — «Nossa Senhora nas suas Imagens e no seu Culto».

(5) Correia de Campos — «A Virgem na Arte Nacional», (Actas do 2.º Congresso Mariano Nacional).

segura um lírio e é graciosamente apanhado pelo braço esquerdo no qual a mãe carinhosa sustenta o Filho que se volta para ela colocando-lhe no peito um diadema com forma semelhante à duma coroa e segurando na outra mão uma pombinha. O rosto da Senhora, de lábios finos e nariz bem modelado, apresenta-nos uma adolescente tocada de encanto divino; sua nobreza impõe-se e a expressão ao mesmo tempo soberana e doce, grave e cândida, não pode deixar de sensibilizar quem a observa. Não se nota nenhuma inexperiência no cinzel que a esculpiu; a correcção das formas e a perfeição do modelado das vestes, contribuindo também para valorizar, e muito, a imagem, fazem da Virgem de Braga uma peça de que nenhum artista se envergonharia e que, pelo contrário, constitui um caso notável dentro da estatuária portuguesa.

Na capela-mor encontramos ainda os cadeirais do Cabido sendo o actual ainda relativamente recente na Sé pois foi oferecido cerca de 1932 pelo cónego Pires de Freitas, Abade resignatário de Adaúfe.

Passemos agora a examinar a ábside pelo lado exterior. — Sendo, como já vimos, de planta rectangular até certa altura, tem na parte superior os esquinais cortados em chanfros que se amparam a dois elegantes contrafortes ornados de pináculos por pequenos arcobotantes em curva e contra-curva. Outros dois contrafortes se encontram adossados às paredes laterais, estes já mais robustos mas também sem que lhe faltem adornos — colunelos que terminam em belos capiteis não deixam que esta parte destoe do resto da ábside; pequenos pilares se apoiam sobre esses capiteis. Sobrepujando um belo friso também ornamentado e donde se destacam várias gárgulas que dão saída às águas do telhado, a cornija com os seus enfeites em forma de estrelas, folhas de cardo, cadeias, etc., e que termina numa platibanda toda cheia de pináculos e agulhas apontadas para o céu.

Na parte inferior vemos ao centro a deliciosa imagem da Senhora do Leite com a sua mísula e docel, primorosa escultura feita em pedra de Ançã no séc. XVI. É maravilhosa de graça e simplicidade esta Virgem tão terrena e humana em cujo rosto se espalha uma doçura angélica. Na sua casta indumentária não há arrebiques desnecessários nem demasiada riqueza como muitas vezes acontece em estátuas da mesma época. Como diz Correia de Campos, admitindo que a data de 1509, que se vê na inscrição por baixo desta escultura e que é a do fim das obras da capela-mor, seja também a da Virgem do Leite, isto viria contrariar a opinião daqueles que entendem ter sido o Renascimento introduzido em Portugal em 1517 por João de Ruão, Chanterene, etc.; é claro que a imagem, que é renascentista, podia ser posterior a esta última data mas é pouco provável que passados oito anos sobre a construção da ábside viessem os artistas estrangeiros alterar de novo esta parede acrescentando-lhe a estátua

com a mísula e o docel e os escudos de D. Diogo de Sousa e de D. Manuel I que a ladeiam, tudo formando harmonioso conjunto — esta é ainda a opinião de Correia de Campos que assim a expõe no segundo Congresso Mariano Nacional, no trabalho «A Virgem na Arte Nacional». Reinaldo dos Santos, concordando com Paul Vitry considera a imagem como obra dos mestres franceses da Renascença, que trabalharam em Coimhra. Por nossa vez, depois de vermos as opiniões de uns e outros, notamos que no «Memorial das Obras de D. Diogo de Sousa», a que já nos referimos, o autor, cónego Tristão Luís, quando se refere à construção da nova capela-mor por aquele prelado, refere-se também à abóbada da mesma, às janelas e vitrais, ao retábulo do altar e até às sepulturas dos Condes de Portugal e às grades de ferro que D. Diogo mandou fazer para a capela, etc.; fala portanto em tudo excepto na imagem da Senhora do Leite, o que nos pareceu estranho uma vez que se refere a coisas muito menos importantes como, por exemplo, os degraus que então havia na capela. Só muito mais adiante o cónego Tristão Luís diz que D. Diogo «mandou pôr nas costas da Capella-mór da Sé uma imagem de Nossa Senhora de pedra d'Ançã com sua represa e capitel de maçoneria»; não diz em que ano isto foi mas data os factos a que logo a seguir se refere de 1527 e 1528. Em vista de tudo isto não pudemos deixar de pensar se o facto de a imagem não vir indicada ao mesmo tempo que todas as outras coisas que D. Diogo mandou fazer para a capela-mor não quererá dizer que ela é duma data mais tardia que possìvelmente seria até a de 1527 uma vez que a alusão à Senhora do Leite precede, como já dissemos, o relato de factos ocorridos nesse ano e em 1528. Sendo assim a imagem poderia ser então, como pretende Reinaldo dos Santos, obra dos mestres franceses que introduziram em Coimbra o gosto pelo estilo renascentista. Não nos é possível no entanto, apenas em face dos dados fornecidos pelo Memorial que escreveu Tristão Luís, fazer afirmações e por isso apresentamos esta ideia apenas como hipótese, uma hipótese para a qual tendemos, no entanto, a inclinarmo-nos.

É tempo já de nos ocuparmos das absidíolas — são quatro e nada têm da primitiva construção; mesmo depois da grande reforma por que passaram no séc. XVII, sofreram ainda remodelações posteriores e não há muito que dizer acerca delas. Não têm grande coisa de notável a não ser os azulejos duma delas e o frontal do altar duma outra. Vejamos ràpidamente o que se encontra em cada uma. Do lado do Evangelho, e a partir da capela-mor, temos primeiro a capela de S. Pedro de Rates cujas relíquias se encontram num cofre por cima do altar; por cima deste a imagem da Senhora do Sameiro, em tamanho natural, ladeada pelas de S. Tiago e S. Pedro de Rates, mais pequenas. O que verdadeiramente interessa aqui são os azulejos historiados, que revestem as pare-

des da capela, representando cenas que se referem à vida e trasladação do santo — são da autoria de Oliveira Bernardes. A seguir a esta temos a capela da Senhora da Rosa cuja bela imagem, também em tamanho natural, é de origem italiana; por baixo desta está o cofre com os restos de S. Martinho de Dume; nas paredes laterais dois painéis a óleo representando, o da esquerda, Cristo no meio dos anjos coroando a Virgem e o da direita a Assunção de Nossa Senhora.

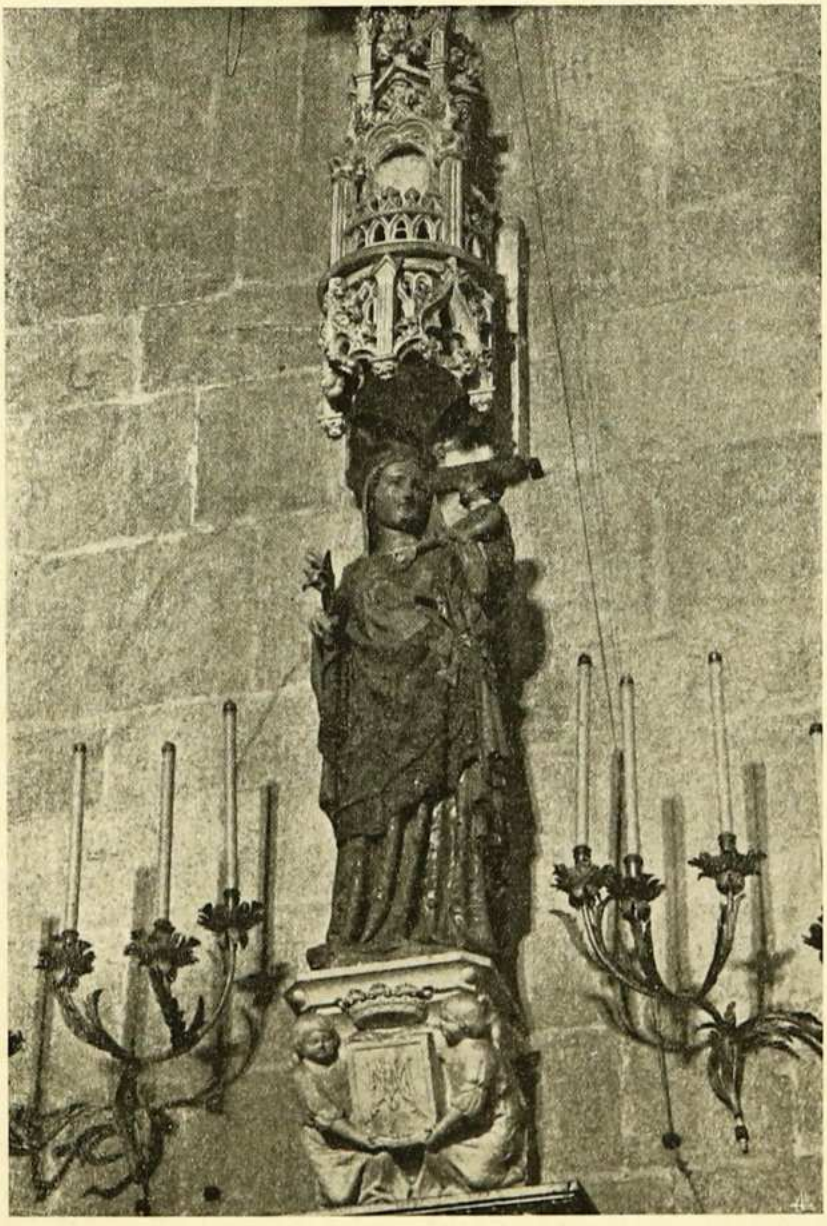
Do lado da Epístola e contígua à capela-mor está a capela do Santíssimo Sacramento. Nas paredes há também dois painéis a óleo de cada lado. Aqui, além do tabernáculo que é de prata, é de notar o belo frontal do altar formado por um só troço de madeira coberto por um baixo relevo representando o triunfo da Igreja — a figura da Igreja entronizada num carro conduzido pela Verdade e a Inocência, leva em triunfo a Sagrada Hóstia, esmagando a maldade e o erro. Trata-se duma réplica dum quadro pintado por Rubens, em 1627, para D. Isabel Clara Eugénia, a infanta que então governava os Países Baixos, e do qual existem cópias em Madrid, no Museu do Prado (6), mas executada, como diz Reinaldo dos Santos, com raro sentido da talha figurada (7). A seguir a capela do Sagrado Coração de Jesus com a respectiva imagem; no retábulo os restos de S. Tiago Interciso; as paredes decoradas com dois medalhões pintados de cada lado, cercados de gessos dourados e representando símbolos religiosos.

Passemos agora ao transepto para o qual se abrem as capelas de que vimos falando. Dividido em cinco tramos, não é abobadado. No tramo central levanta-se uma cúpula do séc. XVIII mandada fazer por D. Rodrigo de Moura Teles e decorada interiormente com pinturas e aplicações de talha dourada; apoia-se em quatro paredes, que descrevem um quadrado e são revestidas de azulejos decorativos azuis e brancos; em cada uma delas se abre uma janela em forma de óculo; a toda a volta um varandim que descreve também um quadrado como as paredes que o sustentam. Os outros quatro tramos do transepto têm, tal como as naves, cobertura de madeira embora pela maneira como está feita a construção se note a primitiva intenção de abobadar a Catedral. Na parede do lado nascente vemos em cada um dos tramos, excepto no do meio, uma janela ao gosto românico, troneira, com vitrais de colorido idêntico aos da capela-mor; em frente a estas, do lado poente, outras tantas janelas com os mesmos vitrais. Nos extremos laterais do transepto dois grandes óculos e por baixo destes, do lado norte, um altar em que se levanta Cristo Crucifixado

(6) Alberto Feio — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras».
(7) Reinaldo dos Santos — «A Escultura em Portugal», vol. II.

— o Senhor da Agonia, gótico e em tamanho natural; do lado sul, num altar em talha doirada, a Senhora das Angústias. Em vez das duas portas que antigamente existiam nestes dois extremos do transepto, vemos hoje outras na parede do poente — uma que dava para o claustro de Santo Amaro mas que passou a ser uma porta fingida pois deixou de ter saída depois do restauro; do outro lado a que dá entrada para a Sacristia Capitular; ambas estas portas são de frontão partido. Como já dissemos no capítulo anterior, a quando deste último restauro apareceram interegradas nas paredes das naves e do transepto colunas da primitiva construção; pois bem, depois de restauradas essas mesmas paredes, entenderam os dirigentes das obras que bom seria deixar nelas algumas aberturas nos pontos em que apareciam os ditos vestígios de modo a que estes ficassem visíveis. Aqui, no transepto e junto à porta para a sacristia, podemos dessa maneira ver parte do fuste duma coluna cilíndrica e de superfície lisa e a parte superior da base da mesma. Do lado exterior do transepto, no extremo norte, estão também à vista colunas cilíndricas e lisas, adossadas a pilares.

As naves são três, sendo, como de costume, mais alta a central que as laterais. Arcos duplos e de cintro quebrado, dividem-nas em seis tramos a contar do transepto; esses arcos torais e formeiros assentam sobre colunas adossadas às paredes das naves laterais e sobre outras colunas adossadas a pilares de secção cruciforme. A maior parte dos capitéis de todas estas colunas não têm qualquer decoração pois tendo sido os primitivos atingidos pelas sucessivas reformas do edifício, desapareceram e a quando do restauro não era já possível saber quais teriam sido os seus motivos ornamentais; no entanto alguns restam ainda desses primitivos e têm realmente um certo interesse embora a sua ornamentação seja mais insignificante do que a de algumas igrejas construídas na mesma época e na mesma região. Entre estes capitéis é de notar um deles que foi estudado pelo Dr. Manuel Monteiro e que, segundo esse arqueólogo, relembra o mais típico episódio da Chanson de Roland que tanta voga teve na Idade Média sendo espalhada, assim como outros romances de cavalaria, por grande parte da Europa, sobretudo pelos jograis que iam de terra em terra contando e cantando os seus episódios. Essas canções muitas vezes influenciaram os escultores dessa época na escolha de motivos decorativos para as suas obras e foi o que aconteceu com este capitel da Sé de Braga e com uma das arquivoltas da porta principal. O Dr. Manuel Monteiro é de opinião de que o dito capitel representa o herói de Roncesvales que, colocado de pé e ao centro, aboca o olifante que segura com a mão direita e prende com a esquerda as rédeas de dois cavalos que seriam o seu e o de Oliveiros — representará a ocasião em que Rolando resolve fazer soar a sua tuba para pôr alerta Carlos Magno. No entanto



Santa Maria da Sé de Braga

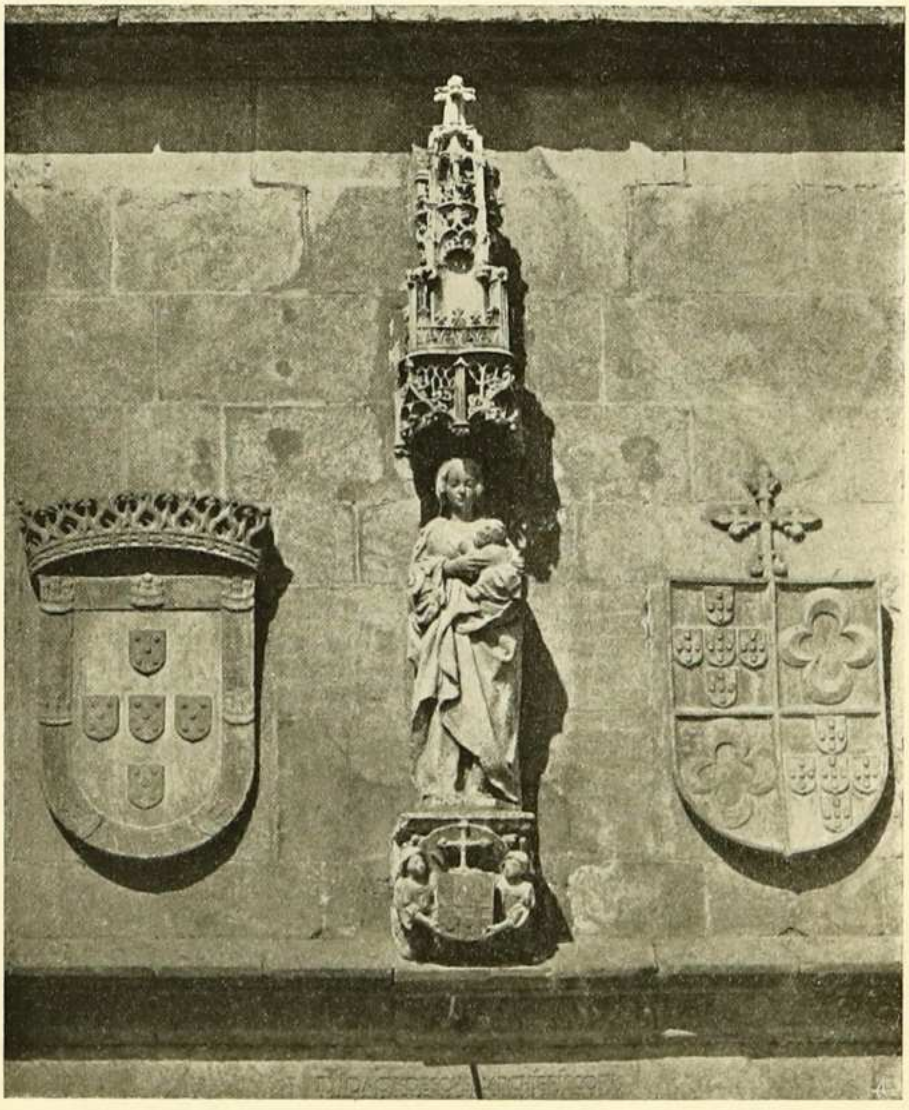
o poema de Turold tal como nos aparece no manuscrito de Oxford e cuja versão é a mais vulgarizada na Europa Ocidental, não permite esta interpretação da cena representada no capitel pois nesse momento estava Rolando montado no seu famoso Veillantif e Oliveiros não abandonara também o seu cavalo. Não devemos no entanto concluir só por isso que não é este o episódio representado. A verdade é que Emile Mâle nos revela que em Itália, na catedral de Brindisi, um mosaico antigo apresentava Rolando que conduzia pela rédea o ginete de Oliveiros; trata-se sem dúvida alguma duma variante deste passo da epopeia feita pelos jograis que repetindo-a constantemente e transmitindo-a duns aos outros, lhe iam provocando algumas alterações. É muito possível que caso idêntico se tenha dado em Braga tanto mais que aqui o artista se deve ter inspirado numa gesta anterior ao poema de Turold e consequentemente com algumas diferenças pois este, como provou Boissonnade, não deve ser de data anterior a 1120 e nesta altura, se é que não estava já executado, o capitel estava pelo menos delineado. Sabe-se hoje que várias versões existiram deste romance cuja génese remonta ao terceiro quartel do séc. XI segundo informa Gustavo Cohen. É notória a influência exercida por este capitel num outro proveniente da igreja românica de Amorim, próximo da Póvoa de Varzim, e que se encontra hoje no museu Soares dos Reis, no Porto. Foi ele estudado por António de Azevedo que interpreta a cena lá representada como sendo a reposta de Carlos Magno ao pedido de socorro de Rolando — o Imperador, montado no seu cavalo, manda tocar as buzinas; segura pelos cabelos um indivíduo, que será o rei sarraceno Marsilion, enquanto que um dos clarins agarra pelo braço direito o traidor Ganelon. Estes dois passos não aparecem no romance como simultâneos mas o artista teria querido mostrar ao mesmo tempo os dois castigos. Azevedo pôs ainda a hipótese de em vez deste, se tratar dum outro passo da Chanson, aquele em que Rolando, a cavalo, ataca Chernuble, um dos homens de Marsilion. Seja um ou outro passo no que parece não haver dúvidas é que se trata realmente da Chanson de Roland tanto em Braga como neste capitel de Amorim.

Tal como é costume nas construções românicas, são mal iluminadas as três naves da Sé. Na nave central, nas paredes que se levantam acima das naves laterais, encontramos, em cada um dos quatro primeiros tramos a partir do transepto, uma janela troneira com vitrais, de cada lado, sendo maiores as duas do quarto tramo; nas naves laterais encontramos idênticas janelas, embora mais pequenas, em cada um dos cinco primeiros tramos. No quinto tramo da nave central, junto ao coro alto, levanta-se um lanternim do mesmo género do que encontramos no transepto e também mandado fazer por D. Rodrigo de Moura Teles. Quanto às portas temos, além da principal, a porta lateral do

sul, uma das partes mais conhecidas da Sé de Braga por ser um dos pontos que menos sofreu com as reformas pois apenas foi mudada de lugar mas mantendo sempre intactas as suas primitivas características românicas — abre-se no sexto tramo, a partir do transecpto, na nave lateral do sul; estudá-la-emos quando virmos o aspecto exterior das naves. No sexto tramo da nave lateral do norte há uma porta para o actual claustro e no primeiro, junto ao transepto, uma outra porta mais pequena para o claustro de Santo Amaro. No segundo tramo desta mesma nave encontramos uma das tais aberturas na parede, de que já falámos, e que nos deixa ver parte duma coluna lisa e cilíndrica da primeira construção românica.

Dos altares do tempo de D. Rodrigo de Moura Teles que existiam ao longo das naves e cujos retábulos haviam já sido reformados por D. Gaspar de Bragança substituindo-os por outros guarnecidos com telas de João Stroberle, nada ficou após o restauro; as telas foram retiradas para o Museu anexo à Sé e para a Capela de Nossa Senhora da Piedade, no claustro. Desse tempo apenas se conservaram as estátuas dos Apóstolos e Doutores da Igreja com as respectivas mísulas, que estavam entre os altares e se encontram distribuídas da seguinte maneira — nave lateral da Epístola: no primeiro tramo, a contar do transepto, S. Paulo, no segundo S. Mateus e Santo André, no terceiro S. Tiago Maior e S. Filipe, no quarto S. Tomé e Santo Ambrósio, no quinto S. Jerónimo; na nave lateral do Evangelho temos no primeiro tramo S. Pedro, no segundo S. João e S. Bartolomeu, no terceiro S. Matias e S. Tiago Menor, no quarto S. Simão e S. Gregório e no quinto Santo Agostinho.

Ao fundo das naves, por cima da entrada principal, ocupando o espaço entre as duas torres e o primeiro tramo a partir da entrada, o coro com o seu espaventosíssimo cadeiral do séc. XVIII mandado fazer pelo Cabido em sede vacante assim como os formidáveis órgãos que se estendem ainda para o tramo seguinte e que foram executados por Frei Simão Fontana da Galiza. Os órgãos que têm respectivamente as datas de 1737 e 1738, estão instalados em dois varandins, sobranceiros à nave central, de peitoris e balaustres cuidadosamente trabalhados como se se destinassem a dar um ar faustoso a qualquer salão de festas. Grupos de atlantes, sátiros, golfinhos, etc., sustentam estes varandins. A tubagem sonora dos órgãos eleva-se até uma altura pouco vulgar acompanhada de todo um extraordinário conjunto de talha dourada que remata dum lado com as imagens da Religião, da Fortaleza e da Concórdia e do outro com as figuras representativas da Fé, Esperança e Caridade. Nos pontos mais altos duas águias seguram nas garras fitas com legendas como estas — QUIS VIDIT HUIC SIMILE? QUIS AUDIVIT UMQUAM TALE? Não é realmente fácil encontrar tão grandioso conjunto de talhas douradas e pinturas decorativas



Nossa Senhora do Leite

capaz de deixar boquiaberto e estonteado qualquer observador desprevenido. Não é menos aparatoso o coro com o seu duplo cadeiral em pau preto, cheio de dourados fautosos e ornatos; estes porém repetem-se de tal modo que chegam a criar a monotonia. O tecto do coro é todo coberto de pinturas decorativas mas estas estão presentemente em mau estado de conservação tendo mesmo desaparecido em alguns pontos.

Não podemos agora deixar de lembrar aqui que para dotar a Sé com este espantoso conjunto barroco foi preciso desalojar de lá o antigo cadeiral renascentista que é um dos quatro cadeirais de madeira conhecidos dentre os que foram lavrados em Portugal, nos meados do séc. XVI, ao gosto da Renascença. Realmente se outros no mesmo género se devem ter feito na mesma época no nosso país, apenas chegaram até nós os cadeirais de Santa Cruz de Coimbra, do mosteiro dos Jerónimos, da Sé de Évora e da Sé de Braga, este em péssimo estado de conservação e adaptado à Igreja de S. Jerónimo de Real. Esse antigo coro de Braga era disposto em forma de ferradura e tinha duas alas laterais perpendiculares a uma transversal; em cada uma delas duas fiadas de assentos e tendo um espaldar que pilastras laterais profusamente lavradas e predelas subjacentes emolduram; por cima um sobrecéu decorado com florões dourados; os braços das cadeiras são também entalhados representando flores, animais, etc. Como diz Manuel Monteiro, parece ter escolhido mais ou menos como modelo o dos Jerónimos embora sejam mais sóbrias as suas linhas e mais modestas as proporções. Quanto ao autor desta peça renascentista, diz Manuel Monteiro ser Bento Lourenço da Pousa pois as iniciais «B. L.» aparecem numa cartela dum dos ângulos do coro e respeitam certamente àquele artista visto que Alberto Feio encontrou no Arquivo de Braga um manuscrito em que o cronista Fr. Jorge de S. Paulo alude às obras feitas no mosteiro de Vilar de Frades em 1566 e acrescenta que lá trabalhou Bento Lourenço da Pousa que portanto nesta época se encontrava aqui na região de Braga. De resto as características que apresenta o entalhamento do coro da Sé permitem-nos também calcular que seja este o seu autor. Quanto à data supõe Manuel Monteiro que deve ser localizada entre 1570 e 1580 visto que a obra reflecte a fase do Renascimento desse período. Baseia-se ainda a sua afirmação no seguinte — no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, mandou este recobrir os espaldares dos cadeirais com pinturas representando alguns prelados bracarenses da Alta Idade Média; ora entre eles surge inesperadamente a figura dum Arcebispo de tempos muito mais modernos: D. Frei Bartolomeu dos Mártires; daqui parece poder concluir-se que aí existia já a sua efígie ou pelo menos o seu brasão indicando ser obra do seu governo o cadeiral, governo esse que terminou em 1582.

Quando no séc. XVIII o Cabido resolveu fazer substituir o coro quinhen-

tista pelo actual, foi aquele cedido à igreja que os franciscanos haviam acabado de construir em S. Jerónimo de Real mas como não coubesse na dita igreja teve o cadeiral de ser mutilado de modo a poder acomodar-se no espaço que lhe estava destinado. Quando, com a implantação do regime constitucional, foram extintas as ordens religiosas, a igreja foi confiada à Junta da Paróquia e o cadeiral agora inútil ficou abandonado à acção do tempo, que o foi pondo em ruínas, e à rapina dos homens que fez desaparecer parte das esculturas que o ornamentavam (8).

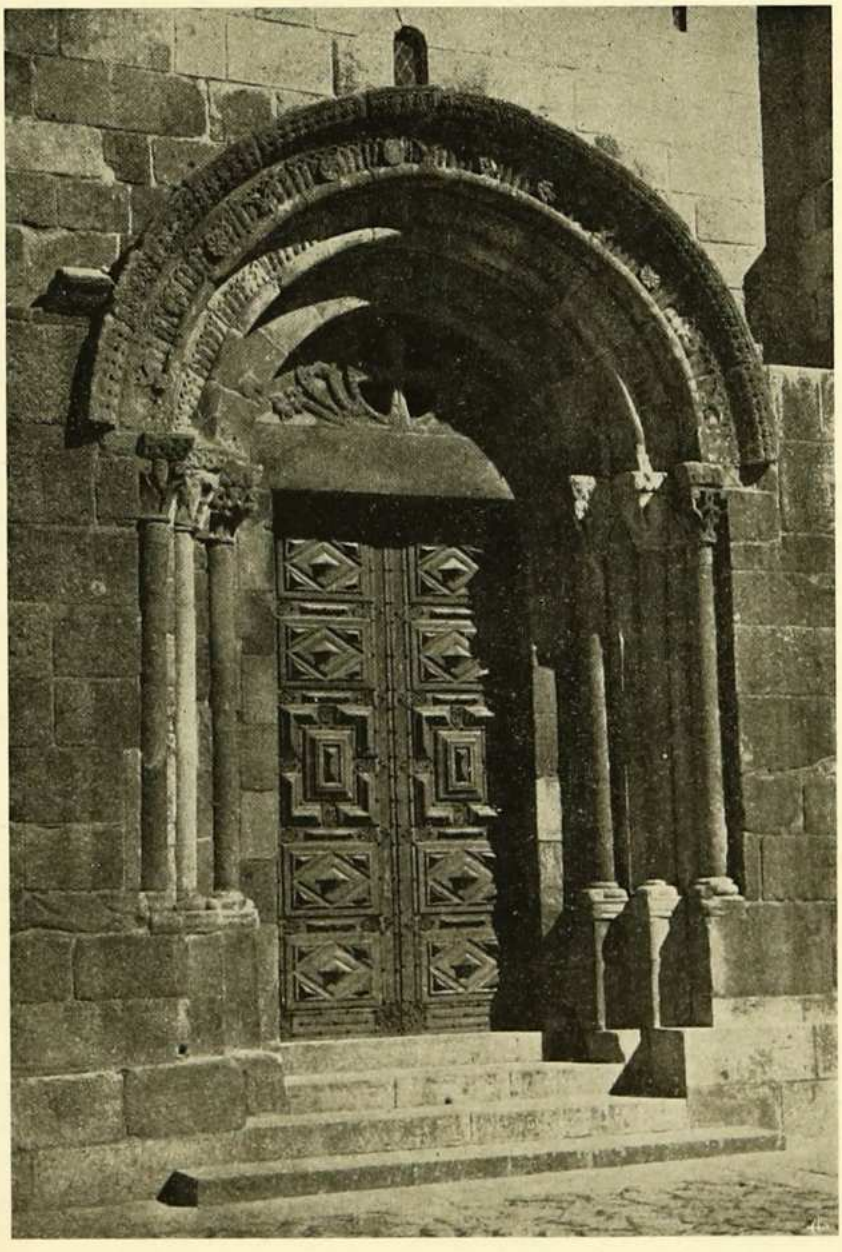
Voltemos de novo às naves da Sé — ao fundo da nave lateral do Evangelho, junto da entrada principal encontra-se, num arco sólio revestido de azulejos decorativos azuis e brancos, a grande Pia Baptismal em estilo manuelino e decorada com motivos alusivos ao baptismo; data de princípios do séc. XVI pois é do tempo de D. Diogo de Sousa e está resguardada por umas reixas de ferro. Do outro lado desta entrada, isto é, ao fundo da nave da Epístola, encontramos uma pequena porta de grades de ferro que dá acesso a uma divisão de planta quadrada, formada no desvão da torre do mesmo lado. Uma fresta, no género das das naves laterais, deixa entrar a luz para este recinto no centro do qual se encontra o túmulo do Infante D. Afonso, filho de D. João I, que faleceu em Braga em 22 de Dezembro de 1400. O túmulo, que é um raríssimo exemplar do seu género, é em cobre doirado e foi mandado fazer na Flandres pela irmã do Infante, D. Isabel, mulher de Filipe o Bom, duque da Borgonha. É todo primorosamente lavrado e tem a estátua jacente de D. Afonso. No tempo de D. João Crisóstomo, a quando das obras da capela-mor, foi esta preciosa peça da arte flamenga bastante mutilada. O docel que se encontra por cima do túmulo é do tempo de D. Diogo de Sousa.

No extremo da nave central e antes de chegar à porta principal temos ainda o espaço compreendido entre as duas torres. Aí nas paredes das ditas torres encontramos dois arcos-sólios; são de meio ponto e assentam sobre colunas de capitéis finamente decorados; ao meio de cada um deles uma pequena pia de água-benta de mármore rosado.

E é tudo quanto encontramos digno de nota no interior das naves da Sé de Braga; quanto ao exterior, muito há ainda por dizer. Vejamos pois.

Quanto às fachadas laterais, além de alguns modelhões historiados que se mantêm ainda da construção românica e que se encontram sobretudo do lado sul e alguns no transepto, temos ainda a considerar uma das melhores jóias da velha Catedral — a porta sul. Esta que é do séc. XII é um dos pouquíssi-

(8) Manuel Monteiro — «Uma Obra de Arte da Renascença» (Bracara Augusta, vol. III).



Porta do Sol

mos vestígios do românico que se encontram intactos e nela é notória a influência da escola de Languedoc. Seis colunas com os respectivos capitéis, uns historiados e outros com folhas de acanto, volutas, entrançados, etc., sustentam três arquivoltas decoradas com motivos geométricos: círculos, suásticas, estrelas, rosetas, etc. O tímpano é decorado, ao centro, com a cruz de Malta, vazada e circundada por laçaria de fitas esculpidas. As portadas de madeira, que são de pau preto, embora não tenham data, devem ser da mesma época das da entrada principal as quais são de fins do séc. XVII.

Vejamos finalmente a fachada principal. O que aqui nos resta do românico é quase nada: apenas duas arquivoltas da porta principal e as respectivas colunas. O tímpano que por ser muito grande se apoiava ao centro sobre uma coluna geminante, foi arrancado no tempo de D. Diogo de Sousa quando este prelado entendeu que devia a dita coluna ser suprimida por perturbar a passagem dos solenes cortejos religiosos; duas arquivoltas desapareceram também nessa altura pois eram em número de quatro as primitivas. Em vez das partes suprimidas, um arco aviajado que sobressai nesta porta da Sé, e as armas de D. Diogo, ficaram assinalando a reforma deste Arcebispo. Pelo Dr. Manuel Monteiro foi minuciosamente estudada a ornamentação das duas arquivoltas que se mantêm e que seguramente reflecte a influência da escola de Burgonha. Um friso de billetes envolve estas duas arquivoltas historiadas; numa delas vemos além dum jogral tocando a sua viola, vários animais esculpidos, uns reais outros fantásticos; a outra é decorada com quadrúpedes e aves carnívoras que devoram um coelho. Segundo Manuel Monteiro, é fácil notar a influência das velhas civilizações orientais nestes motivos decorativos. Assim o motivo decorativo desta segunda arquivolta aparece guarnecendo uma taça metálica da Mesopotâmia e transmitido por miniaturas sírias ou moçárabes, ou ainda pelos tecidos persas, chegou até França, donde os frades de Cluny o trouxeram para o nosso país. No fecho da arquivolta, duas aves colocadas simètricamente bebem duma taça — aqui se vê, como diz o mesmo crítico, a influência da Caldeia pois este nos aparece aí no friso dum dintel; reaparecendo na arte bizantina, este tema é também um dos mais usados pelos artistas românicos dos séculos XI e XII. Um dos animais fabulosos que nos aparece neste portal de Braga, é o unicórnio originário da Mesopotâmia e que passando à Pérsia e Grécia, foi reproduzido pelos árabes acabando por ir influenciar os cluniacenses. Aparece-nos também uma sereia com cauda de peixe e outra com corpo de ave; esta última que se encontra muito na civilização grega é possìvelmente de origem egípcia ou caldaico-assíria e passou à Península através da escola de Languedoc. A outra espécie de sereia, muito mais generalizada e que teve o seu período áureo na Idade Média, parece derivar daquela tendo sido a transformação feita

pela arte cristã; no entanto é de notar que já com os caldaico-assírios nos surge um ser que é uma mulher com asas e cauda de réptil. A sereia aquática foi também muito usada pelos cluniacenses. Quanto aos animais não fantásticos que aqui aparecem, são quase todos animais domésticos ou outros animais que por qualquer motivo estavam relacionados com a vida do homem. Pròpriamente a figura humana só aparece na forma do jogral que canta a história do Roman de Renard da qual lá se encontram representados dois episódios — um deles é o do galo colhido pela raposa, Renard, mas aquele está preso por uma perna e não pelo pescoço como o texto indica; encontra-se isto num arranque da arquivolta e o artista empregou para definir os animais que queria representar o processo de fazer notar aquilo que de mais característico havia em cada um deles: a crista do galo e a cauda da raposa. No arranque do outro lado, na mesma arquivolta aparece-nos a cena da galinha pinta, que com as suas companheiras, foge da raposa; o artista conseguiu dar às galinhas a impressão do movimento da fuga e apresentar ao mesmo tempo a raposa com um aspecto terrífico e grandes proporções; por cima disto aparece-nos ainda Renard perseguida pelo lobo (9).

O resto da fachada da Sé de Braga, em estilo barroco, é produto da reforma levada acabo por D. Rodrigo de Moura Teles, excepto a formosa galilé gótica do tempo de D. Jorge da Costa (1488-1501) e cuja decoração exterior foi completada por D. Diogo de Sousa. Esta galilé está dividida em três tramos sendo o central mais largo que os laterais; é belíssima a abóbada de nervuras que a cobre e de esplêndido efeito a maneira como estão dispostos os arcos torais, terçaletes e cruzeiros, os quais partem em feixes de colunas que se aguentam em pilares adossados às paredes e contrafortes. Na dita abóbada nos aparece o brazão do prelado que a mandou construir. A sua ornamentação exterior é já obra de D. Diogo de Sousa que dela encarregou os artistas biscaínhos que construíram a capela-mor e que aqui conseguiram perfeitamente coadunar-se com o estilo do que já existia; lá, mandou este Arcebispo colocar sete estátuas com os respectivos doceis e mísulas: a do Anjo da Guarda, de S. Pedro, S. Paulo, S. Pedro de Rates, S. Martinho de Dume, S. Frutuoso e S. Geraldo. De gosto um pouco arcaizante, estas imagens têm, como diz Reinaldo dos Santos, certas afinidades com as existentes no portal da Igreja Matriz de Viana do Castelo (10). As grades que fecham os desvãos dos arcos da galilé são as que D. Diogo mandou fazer para a capela-mor e o coro no cruzeiro; foram mudadas para aqui no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles.

---

(9) Manuel Monteiro — «A Escultura Românica em Portugal».
(10) Reinaldo dos Santos — «Escultura em Portugal», vol. II.



Fachada principal da Sé

Quanto à parte barroca da frontaria, cuja construção foi orientada pelo arquitecto italiano Nicolau Nasoni (11), nada tem de notável — uma fachada sem graça, enquadrada por duas pesadas torres. Duas portas de frontão partido dão acesso ao terraço da parte superior da galilé e, entre elas, duas grandes janelas rectangulares, de frontão circular, por cima das quais se destacam as armas de D. Rodrigo de Moura Teles; por cima das portas, duas janelas mais pequenas de frontão triangular. Ao cimo, no espaço livre entre as torres, que terminam com um remate constituído por uma espécie de arcos em granito dispostos em forma de coroa imperial, levanta-se um frontão sob o qual se abre um nicho que dá abrigo à imagem da Virgem com o Menino — também na fachada principal o lugar de honra se destina a Santa Maria, orago de quase todas as catedrais portuguesas.

(Continua)

Estudo sobre a Sé de Braga

Já depois de composto este trabalho encontraram-se algumas gralhas tipográficas que podem, no entanto, ser fàcilmente corrigidas pelo leitor, dado que o sentido não foi alterado.

(11) Sebastião Martins dos Reis — «As Catedrais Portuguesas e a Dedicação a Santa Maria».

Ensaio de Biografia do Conde da Barca

Pelo Coronel JOSÉ BAPTISTA BARREIROS

Nascimento e educação

O Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo (1), foi filho de António Pereira Pinto de Araújo Fagundes, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Sá, situada na freguesia do mesmo nome, a uns três quilómetros entre Ponte de Lima e Viana do Castelo, e de sua esposa e prima, D. Marquesa Francisca de Araújo de Azevedo. Continuava em António de Araújo a varonia dos Senhores de Sá, procedentes de Paio Rodrigues de Araújo, senhor de Lobios, Gondive, Ogos, Torno e de outros lugares, que foi quarto avô de Paio Rodrigues de Araújo, *o Cavaleiro*, guarda-mor de D. João I e do Infante D. Henrique, embaixador a Castela, comendador de Rio Frio, e que acompanhou a Ceuta el-rei D. Duarte, com 200 homens equipados à sua custa (2).

Naquela casa de Sá, alcandorada, com sua capela, numa pequena colina, casa solarenga que domina as férteis veigas de Bertiandos, nasceu António de Araújo a 14 de Maio de 1754. Entre os seus nove irmãos figuram o doutor em leis, João António de Araújo de Azevedo (1784-1823) e o marechal de campo, Francisco António de Araújo de Azevedo, que foi governador e capitão general dos Açores (1772-1821) e morto no castelo de S. João Baptista, de Angra do Heroísmo, durante a contra-revolução absolutista.

Tinha António de Araújo onze anos quando seu tio, o brigadeiro António Luís Pereira Pinto, o levou consigo, a educar no Porto, onde aprendeu francês, inglês e italiano, e estudou latim e grego com Tomás Lani, adquirindo profundo conhecimento destas línguas e educação humanística, que pretendeu continuar

---

(1) Em todos os documentos diplomáticos, e outros, assinados pelo Conde da Barca quer como diplomata, quer como ministro, que tivemos ensejo de consultar, a sua assinatura é António de Araújo de Azevedo; contudo, em obras de diversos autores e origens, figura também com o nome de António de Araújo de Azevedo Pereira Pinto.

(2) Livro de Ouro da Nobreza, por Domingos de Araújo Afonso e Ruy Travassos Valdez, II Tomo, 228.

em Coimbra, onde se matriculou na Universidade, em Filosofia. Passado algum tempo desistiu de frequentar a Universidade e, regressando ao Porto, ali continuou a estudar História e Matemática.

Primeiras actividades sociais

No mesmo ano em que, em Lisboa, se promoveu a fundação da Academia Real das Ciências, em Ponte de Lima suscitava um grupo de intelectuais a criação dum organismo cultural e económico, destinado a divulgar a instrução, embora sob diverso plano, e promover o fomento regional.

Instituiu-se sob os auspícios do Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, impulsionador da ideia, este organismo que, ao sabor da época, recebeu o nome de *Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público.*

Em data de 20 de Julho de 1779 noticiava a *Gazeta de Lisboa,* gostosamente, como nela se escreveu, que em Ponte de Lima se achava constituída esta Sociedade, cujos «avultados progressos merecem a atenção do público e devem excitar a emulação das outras povoações».

Já a este tempo Araújo havia desistido de frequentar em Coimbra o curso filosófico e se achava, de regresso do Porto, em Ponte de Lima, onde se dedicou às Ciências Naturais. Foi um dos entusiastas pela formação da *Sociedade Económica,* para o que não deixaria de concorrer, aliado ao amor pela formosa terra da Ribeira Lima, o conhecimento com o Infante Arcebispo, que lhe veio a votar íntima afeição, conhecimento já então existente, e amizade pelo menos em excelente início. Quando não anteriores, serão dessa data as suas relações com o Prelado, certificadas na carta que este lhe escreveu por ocasião de ser nomeado Ministro de Portugal em Haia (3), assim como as que contraiu com o duque de Lafões. Foi durante as suas actividades como um dos melhores impulsionadores da Sociedade Económica, que Araújo, verdadeiramente, iniciou os passos na protecção à Agricultura, da qual sempre, ao depois, se mostrou cultor e desvelado patrono.

Era, então, em Lisboa, o duque de Lafões quem chamara a si o interessante papel de patrocinador das iniciativas científicas e literárias, assim como o de protector dos autores de mérito nos domínios das Letras, das Ciências e das Artes.

Como o plano de trabalhos daquela *Sociedade Económica* fosse enviado a Lisboa, ao abade Correia da Serra, para que Lafões o patrocinasse, foi por

(3) Publicada por Artur da Cunha Araújo no «Perfil do Conde da Barca», pág. 128.

este intermédio que Araújo se relacionou com o duque. Afirma-se, mesmo, ter sido ele próprio quem levou a Lisboa os Estatutos da Sociedade, de cuja aprovação, por Alvará de 6 de Março de 1880, a mesma *Gazeta de Lisboa* dava notícia em 14, esclarecendo que ela tinha por chefe e protector o Sereníssimo Senhor D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, e se estabelecera em Ponte de Lima pelo zelo e diligência do Corregedor, que serviu na Comarca de Viana, Manoel da Silva Baptista e Vasconcelos e doutras muitas pessoas nobres e comerciantes do reino.

Segundo o resumo que a *Gazeta de Lisboa* publicou dos Estatutos, o fim particular da Sociedade era promover a Agricultura, a Indústria e o Comércio, ao que acrescentaremos que pretendia também renovar a antiga utilização do rio como via comercial, conforme fora em remotos tempos, e desenvolver a cultura da seda e sua fiação, criando-se escolas públicas de fiação e tecidos. Dividiam-se os membros da Sociedade em duas classes: contribuintes e honorários; os da primeira classe contribuíam para as despesas com os fins sociais, taïs como — experiências agrícolas, manutenção de viveiros de amoreiras, custeio de duas escolas públicas de fiação e tecelagem de «sedas, esguiões e cambraias, para apurar na província o tecido desta manufactura e mais tela, que ali é vulgar».

Na segunda classe entravam os «sujeitos de talento e aplicação às artes e ciências análogas aos objectos a que esta Sociedade dirige os seus estudos, sem influir nesta aceitação mais que o seu merecimento despido, de qualidade, ou nobreza, que nem influe na aceitação, nem a falta dela os remove». O primeiro secretário da Sociedade foi Nicolau Barreto de Magalhães.

Tempo depois, na capital, onde Araújo fora em busca de emprego, privando Lafões mais de perto com ele, e apreciando-lhe qualidades e engenho, lhe obteve a nomeação de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal na Haia, em 1787, em substituição de D. João de Almeida, que foi Conde das Galveias.

Tinha, então, Araújo 33 anos e assim entrava cedo na carreira da diplomacia. Do seu sentido das responsabilidades, dão notícia, além de numerosos factos sucedidos enquanto representou o país no estrangeiro, estes dois: antes de ir para Haia, permaneceu ainda cerca de dois anos em Portugal, a profundar seus conhecimentos de História geral e da História diplomática portuguesa, no estudo dos Tratados concluídos pelos nossos Governos com as outras Cortes da Europa.

Partindo, via Inglaterra, em 2 de Junho de 1789, demorou-se nove meses em Londres, hospedado em casa de Sir Wiliam Web, opulento comerciante que conhecera no Porto; ali se relacionou com lorde North e com Sir José Bancks

e frequentou assìduamente as sessões da Câmara dos Comuns, onde ouviu as arguciosas exposições parlamentares de Pitt, de Price e de Fox. Foi ali que o seu espírito, até então confinado aos limites do ambiente político nacional da época, mas apetrechado já com uma vasta cultura humanística, se abriu, sob o influxo daqueles extraordinários vultos da política e da governação britânicas, à luz do conhecimento da orientação da Europa, conhecimento de que possuía noções teóricas, embora profundas, o qual completou em Paris, por onde ainda fez caminho antes de se apresentar em Haia, ouvindo na Assembleia Constituinte francesa os debates daquele areópago, onde se preparava a transformação política e social do Mundo, assim como, na capital francesa, se relacionou com Necker, Montmorin, Bailly e outros, o que lhe permitiu «conhecer e seguir o fio da intriga tenebrosa que minava os alicerces do trono» (4).

Frequentando, em Paris, as casas de alguns dos últimos ministros da gaulesa Monarquia, ali conheceu Lallande, Lavoisier, Toureroy, Marmontel, Delille e outros homens célebres nas Ciências e nas Letras, com quem contactou. Seu amor ao estudo, sua ânsia de saber os manifestou aproveitando as horas livres para estudar Física com Mr. de Charles (5).

Finalmente, em 6 de Agosto de 1790, entregava na Haia as suas credenciais, passando a ser conhecido nos meios diplomáticos por — chevallier d'Araújo.

Durante este tempo, o primeiro ofício que enviou ao Ministro dos Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa, ao depois seu inimigo, como o foram quase todos os Sousas, em resposta ao que dele recebera em Exeter, dizia respeito à defesa de interesses da Misericórdia do Porto, sobre a herança de José Campos da Silva, falecido em Amsterdam, contestada por um irmão do finado benfeitor daquela benemérita Instituição (6).

De Paris levou Araújo consigo, para Haia, a Filinto Elíseo, na situação de seu secretário particular, sendo secretário da embaixada Francisco José Maria de Brito, seu amigo pessoal.

O diplomata

Por abreviar, passemos em claro sobre a maior parte dos factos que constituem a acção de Araújo na Haia; ali assistiu, no inverno de 1794-95, à inva-

(4) Elogio Histórico do Conde da Barca, recitado na Academia das Ciências por Francisco de Mendo Trigoso, em 24-7-1819 (História e Memórias da Academia R. das Ciências, VIII, P. II, 1823).

(5) Id., Id., Id.

(6) Perfil do Conde da Barca, 21.

são dum exército francês, comandado por Pichegru, que se apossou do país e da sua frota, retida pelos gelos do Helder, e à transformação da República das Províncias Unidas em República Batava, satélite da França. Neste momento aflitivo para os adversários do novo regime francês e, sobretudo, para os emigrados que, fugidos à Revolução, na Holanda haviam buscado asilo, Araújo multiplicou-se para lhes acudir, conseguindo, com o seu tacto diplomático, e valendo-se das suas relações, obter dos chefes franceses passaportes para a saída da maior parte deles do país submetido.

Haviam-se as Potências coligado para aniquilar a Revolução, salvarem a Monarquia e com ela o trono de Luís XVI. A Espanha e Portugal atacaram a França pelos Pirenéus, na campanha de Russilhão; favorecendo a sorte das armas os franceses nas diversas frentes de batalha, as vitórias de Jourdan em Watignies e Fleurus com a conquista da Bélgica e da Holanda, capacitaram os coligados da impossibilidade de atingirem seus objectivos políticos e militares; a Prússia e a Espanha assinaram com a França a paz de Basileia em 1795. Por sua parte, a Espanha conduziu as negociações respectivas sem participação ao Gabinete de Lisboa, que só delas e do Tratado teve conhecimento depois da sua assinatura e ratificação.

Nas negociações para a paz de Basileia, cuja celebração não foi do agrado da Inglaterra, que ainda tentou impedi-la, e a hostilizou, foram postergados os interesses de Portugal.

No ano imediato, foi também assinado entre a Espanha e a França o primeiro Tratado de Santo Ildefonso, firmado entre o Príncipe da Paz e Perignon, embaixador de França, a 27 de Junho e ratificado a 18 de Agosto; as suas disposições, em tudo conformes com as do *Pacto de Família*, dirigiam-se contra a Inglaterra e constituíam entre os dois Estados pactuantes uma aliança ofensiva e defensiva, que D. Andrés Muriel qualificou de «el yerro capital del gobierno de Carlos IV». Em consequência, se tornou falsa e perigosa, perante o Directório, a posição do Governo lisbonense, que decidiu entabular negociações de paz com o de Paris, escolhendo para a difícil missão a António de Araújo, a quem enviou instruções e plenos poderes em 6 de Julho de 1796. Seguindo o seu método de trabalho, Araújo quis, para desempenhar esta missão, fazer uma preparação especial, estudando o assunto, para o que travou correspondência com Lisboa, e dando para Paris instruções a José António dos Santos Branco, antes de partir para a capital francesa, onde chegou a 12 de Agosto.

Em 10 de Agosto de 1797, tendo a trabalhosa negociação demorado um ano, durante o qual chegou a estar interrompida, com regresso de Araújo a Haia, conseguiu o plenipotenciário português assinar com os representantes do

Directório, o principal dos quais era Delacroix, o Tratado de Paz daquela data, que não foi ratificado em devido tempo pela oposição do Gabinete de Londres, fixada principalmente contra os seus artigos 4.º e 5.º.

A falta desta ratificação, que o nosso Governo só mais tarde e depois de obtida a aquiescência do londinense, fez chegar a Paris, ainda por intermédio do Gabinete de Madrid, colocou Araújo em falsa posição perante o Directório, e quando esta tardia ratificação foi entregue em Paris, o Directório recusou-se a admiti-la.

A celebração do Tratado fora, inicialmente, recebida em Lisboa com júbilo; porém, a atitude violenta que perante ele, e por seus interesses feridos, tomou a Inglaterra, levou o ulissiponense Gabinete, para se justificar perante o Governo londrino, a desautorizar António de Araújo, acusando-o de ter exorbitado de suas instruções.

Tais factos e uma intriga política em que o envolveram alguns dos próprios membros do Directório, determinaram, em 28 de Dezembro de 1797, a sua prisão sob a falsa acusação de conspirar contra a segurança do Estado francês, e o seu encerramento na torre do Templo, donde Luís XVI e Maria Antonieta saíram para o cadafalso (7).

Violadas as suas imunidades diplomáticas com desprimor para a Corte ulissiponense, nada se provou daquela acusação; quando foi posto em liberdade, sem a reparação por que havia instado junto do Governo de Paris, tanto por prestígio da Coroa, quanto para emenda do agravo e dano pessoal, soube que ela lhe não seria dada por que o Directório, em face do procedimento violento que adoptara, se não queria desautorizar perante a opinião pública do seu país: «*Vós* (Araújo) *fostes vítima duma desconfiança do Governo, cujo motivo veio de longe, porque um Governo em tempo de revolução é desconfiado e deve sê-lo. O Directório está persuadido da vossa inocência, mas deve, depois do que vos obrou, fazer-vos sair para fora da República*» (8).

Por esta altura se achava já Araújo de más avenças com o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa, porque por mais duma vez, durante as negociações, e principalmente pelo motivo da falta de ratificação do Tratado, lhe censurou os erros da política externa portuguesa nos ofícios que lhe remetia de Paris.

---

(7) As difíceis e tormentosas peripécias desta negociação, que causaram o encerramento do nosso embaixador na Torre do Templo, foram tratadas no nosso estudo, publicado no n.º 18 da revista *Independência* e em Separata, sob o título — *O Tratado de Paz de 10 de Agosto de 1797 e a prisão de António de Araújo de Azevedo no Templo.*

(8) Id., pág. 27.

Não desejando, desde logo, voltar ao exercício do cargo na Holanda, nem regressar a Lisboa, conforme a notificação que lhe dera Luís Pinto, conseguiu do Príncipe Regente licença para viajar na Alemanha. Foi neste período, que vai de Dezembro de 1798 a Outubro de 1800, data em que recebeu, em Dresde, ordem para regressar a Lisboa (9), que tomou contacto com a civilização germânica no próprio seio dela; estudou alemão e percorreu Hamburgo, Brunswick, Goethinga, Gotha, Weimar, Leipzig, Dresde e Berlim; isto lhe proporcionou relações e convívio com o célebre Klopsotock, o Regente do ducado de Brunswick, Niedland, Goethe, Kotsbue, Herder, Schiller, o grão marechal Kachrists, o Eleitor de Dresde, Werner Charpentier, Wildenow e outros. Com Wildenow estudou Botânica, ramo das Ciências por que sempre teve especial predilecção, e Química com Scherer e Klaproth.

Avizinhava-se a *Guerra das Laranjas*. Em 1 de Outubro de 1800, Bonaparte, depois de haver pretendido que a Inglaterra assinasse a paz, celebrou com o Governo espanhol o segundo Tratado de Santo Ildefonso, negociado entre o general Berthier, pela França, e D. Mariano Luís de Urquijo, pela Espanha. Nada se lê neste Tratado que diga, directamente, respeito a Portugal; mas entre os negociadores ficou combinado que ambos os países celebrantes continuariam os preparativos militares para obrigar o Governo Português a desistir da aliança inglesa e, consequentemente, a cooperar com Espanha na Península e a França no Continente, em observância às determinações da política francesa.

Estas intenções, com ameaças de guerra ao nosso país, já vinham de anos atrás: «Cien veces me han propuesto los Directores, decia Azara (a D. Francisco Saavedra, em 10 de Setembro de 1798) la conquista de Portugal, echándome en cara la conducta que seguimos de no quererla admitir para nuestra Monarquia y la proporcion que perdemos de redondearnos» (10).

Mal chegado a Lisboa, já publicada a injusta declaração de guerra em 27 de Fevereiro de 1801, nos primeiros dias de Abril deste ano foi nomeado para tratar, junto do Primeiro Cônsul, da paz entre França e Espanha com Portugal, missão infrutífera, porque ordens dimanadas de Napoleão ao contra-almirante Denis Decrés o detiveram em Lorient, sem conseguir permissão para atingir Paris, por mais que, para isso, instasse junto de Talleyrand (11).

Esta nomeação de António de Araújo era acertada. Bonaparte havia-se pronunciado contra a sua prisão no Templo e manifestara-lhe simpatia. Por outro lado, as suas relações com muitos dos principais vultos da política fran-

(9) Ofício de 5 de Outubro de 1800, de Araújo para Luís Pinto.
(10) Memorial Histórico Español, XXXIII, 44.
(11) Vide o nosso estudo citado, pág. 59.

cesa e o conhecimento que dela tinha, assim como a ligação que esta sua enviatura poderia ter com as anteriores negociações para o Tratado de Paz de 10 de Agosto de 1797, negociações que Araújo tinha sido instado para retomar, em 1800, mesmo depois da desautorização com que o vexara Luís Pinto, aconselhavam que fosse empregado em Paris, junto de Bonaparte, confiando-se nos predicados e circunstâncias favoráveis que nele convergiam, para amortecer os propósitos contra Portugal, enquanto, um mês depois, nas fronteiras os exércitos conduziam uma guerra pouco activa e se combinavam os preliminares de paz. É de crer que fosse para conseguir estar liberto da actividade do nosso diplomata e ter as mãos livres para impor as cláusulas dos Tratados de Badajoz, que Bonaparte dera a Decrés as ordens terminantes para o reter em Lorient.

Apesar do acerto da sua escolha para esta nova e difícil missão, do êxito da qual muito se fiava em Lisboa, foi ela contrariada por uma longa memória, feita e subscrita em 14 de Abril de 1801, pelo morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa. Todavia, os termos do ultimatum, de 21 de Maio de 1801, de Godoy ao Gabinete de Lisboa, vinham provar que não eram infundadas as suspeitas do nosso Governo quanto às intenções franco-espanholas: entre as exigências formuladas constava a do encerramento dos portos portugueses à Inglaterra e a renovação das pretensões sobre limites na Europa e nas possessões americanas. Eram estas as duas mais onerosas cominações do Príncipe da Paz, afora a menção de que, por seu turno, a França exigiria «el complimento del tratado anterior con alguna pequena addicion». Durante as negociações para o Tratado de 1797, um dos triunfos alcançados por Araújo sobre Delacroix e o Directório fora, precisamente, o obter a redução das exigências territoriais, formuladas pelos franceses, quanto à retrocessão das terras situadas na margem esquerda do Amazonas e das ilhas deste rio, ao norte do seu curso principal.

Em Dezembro de 1801 foi Araújo nomeado Ministro Plenipotenciário em S. Petersburgo, cargo de que foi revocado em 1804, para sobraçar a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo substituído na Rússia por Rodrigo Navarro de Andrade. Da sua acção em Petersburgo e das amizades que ali contraiu, as quais denunciam o alto apreço em que foi tido na Corte imperial, há diversos testemunhos na correspondência diplomática.

Ministro em Portugal

A nomeação de António de Araújo de Azevedo para o Ministério que ocupava desde 6 de Junho de 1804, fora feita pelo Príncipe Regente, depois

D. João VI, apesar da oposição declarada de lorde Strangford, representante da Inglaterra em Lisboa e, portanto, do Ministério britânico.

Araújo vinha substituir, nas pastas dos Estrangeiros e da Guerra, a D. João de Almeida Melo e Castro, que, em consequência dum conflito que tivera com o marechal Lannes, a quem entregou os passaportes, houve de ser demitido, para se satisfazer uma exigência de Napoleão. A entrada de António de Araújo para o Gabinete, em substituição dum ministro anglófilo, já de si significava o desejo que o Príncipe Regente sentia de manter com a França relações amistosas.

Data de 1804 o recrudescimento das ambições de Godoy a cingir uma coroa real, em correlação com as ameaças de conquista franco-espanhola, feitas a Portugal pela França, de acordo com o Príncipe da Paz, ameaças que, após diversas variantes, entre as quais a dum projecto, formulado por Godoy, de aliança luso-espanhola contra a França, projecto que Araújo não aceitou, porque o Príncipe Regente e o seu Governo se haviam firmado, irremovìvelmente, na neutralidade portuguesa (12), vieram a ter execução em Novembro de 1807.

Compreende-se, por aqui, como foi, portanto, cheia de dificuldades a gestão ministerial de António de Araújo, que desde 1806, por morte do Conde de Vila Verde, acumulou as suas funções com as de Ministro ao Despacho do Gabinete e Encarregado da Secretaria dos Negócios do Reino.

Dum lado a França e a Espanha, aliadas desde o Tratado de Santo Ildefonso, doutro a Inglaterra, inimiga de ambas estas Nações, e secular aliada de Portugal, colocaram o nosso país numa situação de instabilidade perigosa.

O Príncipe Regente e o seu Governo, como dissemos, adoptaram perante as Potências a atitude de rigorosa neutralidade, embora, para com a Inglaterra, se mantivesse, ocultamente, uma neutralidade benévola (13).

A neutralidade portuguesa, cuja obtenção o Príncipe Regente tomara muito a peito, fora negociada com o General Lannes, então representante da França em Lisboa, o que não impediu negociações secretas, acerca do assunto, entre o Príncipe e Bonaparte. Para conseguir-se essa neutralidade,

---

(12) Entre muitos outros se afirma este propósito de manter a neutralidade, por exemplo, no ofício de 6 de Novembro de 1805, para o Conde da Ega, embaixador de Portugal em Madrid (inédito): «Portanto, além do ingresso de embarcações de guerra, acossadas por tormentas, ou impossibilitadas para navegar ou perseguidas pelo inimigo, está Sua Alteza Real na firme resolução de nada mais consentir que possa de qualquer modo fazer duvidar do sistema de neutralidade que nesta guerra se tem procurado seguir rigorosamente. O que participo a V. Ex.ª para que assim o faça constar oportunamente a esse Ministério».

(13) Ofício de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos António de Sousa Coutinho, Embaixador de Portugal em Londres, de 5 de Agosto de 1805.

tinha-se oferecido, em 7 de Maio de 1803, pagar à França um milhão de libras tornesas. Negociando-a à custa duma tão quantiosa indemnização, Lannes, certamente e como meio de a levar a bom termo, prometera ao Príncipe Regente a restituição de Olivença. Lannes deveria receber, por sua vez, «um prémio».

Definida a política de neutralidade do Príncipe Regente, aquela que mais convinha ao nosso país, em face da situação duma Europa obrigada a reconhecer, pelo império da força, a supremacia da França, ainda que essa política fosse de difícil sustentação em virtude dos tratados anglo-lusos, cabia a António de Araújo, como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o primacial papel na procura e na permanente formulação das normas em que deveria a neutralidade ser mantida.

A política nacional, até à transferência da Corte para o Brasil, foi sempre dominada pela declaração, persistentemente renovada a todos os Governos estrangeiros, nomeadamente à França, à Espanha, à Inglaterra e à Rússia, de que a neutralidade, cujo reconhecimento tão caro havia custado, seria mantida a todo o transe, só saindo Sua Alteza dela no caso de ter de repelir qualquer violência contrária aos direitos de soberania da Coroa portuguesa. Neutralilidade e fidelidade à aliança inglesa, eram as duas ideias directrizes da política externa da Nação.

Tendo a Corte de Lisboa estabelecido estas normas da sua política externa, logo algum tempo depois de haver sido empossado no cargo de Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo, de acordo com o Príncipe Regente, em Junho de 1804, se empenhava em firmar perante a Espanha e a França, em bases de amizade recíproca, as disposições do Tratado da neutralidade portuguesa, tão dificilmente negociada. Confiava o Ministro nas suas relações pessoais com os mais eminentes vultos da política parisiense, essencialmente Talleyrand, na simpatia que Napoleão lhe havia demonstrado, e no respeito que à Corte de Carlos IV e ao Governo francês deviam merecer os direitos da Coroa portuguesa e a franqueza e sinceridade que se punham na posição de Portugal perante aquelas nações.

Como se avizinhasse a elevação de Bonaparte ao trono imperial, hàbilmente aproveitou Araújo esta favorável circunstância para nomear novo embaixador em Paris e significar ao futuro imperador, com as amáveis felicitações pelo notável acontecimento, o desejo que tinha a nossa Corte de estreitar com a Corte imperial os laços da melhor amizade.

Dada a estreita dependência em que da de França vivia a Corte de Espanha, assim como em atenção aos laços de família que uniam as dinastias espanhola e portuguesa, também junto de Madrid se efectuaram amistosas demonstrações de afecto, acompanhadas da concessão da Ordem de Santa Isabel à

Rainha D. Maria Luisa e à Princesa das Astúrias. A Napoleão foi ofertada a própria banda e crachá das três Ordens, usados pelo Príncipe Regente, dignidade que, até então, apenas havia sido concedida a S. M. Católica.

Compreende-se quanto, na situação duma Europa convulsionada por guerras sucessivas e dominada pela influência espiritual duma orientação nova, eram necessárias ao Ministro dos Estrangeiros firmeza e sagacidade, das quais Araújo deu sobejas provas em diversas e dificultosas conjunturas.

Assim foi que o Ministro conseguiu esquivar-se aos aliciantes convites da França e da Espanha, procedendo o Governo deste país, ora por intenção própria, ora por influência do Gabinete de Paris, para que abandonassemos a Inglaterra e aderissemos à aliança franco-espanhola. Foi este um dos objectos da embaixada de Junot, que em 12 de Abril de 1805 entrou em Lisboa. Neste momento, as solicitações foram muito instantes, se bem que expressadas com cortesia, tanto pelo lado de Paris como pelo de Madrid. As razões expostas pelo nosso Ministro, fundadas no Direito e na Moral, assim como os diversos e valiosos presentes ofertados a Junot e entregues em Paris a diversas entidades, tiveram o mérito de, ainda, demorar a cominatória imposição das exigências.

Como, em Maio de 1805, a esquadra de Craig se viesse abrigar no Tejo pelo receio dum encontro com forças navais franco-espanholas muito superiores, do comando do almirante Villeneuve, Araújo reclamou imediatamente para Londres, afim de que a esquadra se não conservasse no porto além do prazo permissível e conseguindo que ela se fizesse ao mar em 10.

Quando, em Agosto de 1806, a Inglaterra se alarmou indevidamente acerca duma projectada expedição franco-espanhola contra Portugal, mandando a Lisboa, como Enviado Extraordinário, lorde Rosslyn e fazendo entrar no Tejo uma poderosa esquadra sob o comando de lorde S. Vicente, com tropas de desembarque, o Governo português, senhor do infundado da suspeita, reclamou enèrgicamente junto do britânico contra a quebra da neutralidade, motivada por uma inopinada resolução que não havia sido solicitada. Nesta altura, a determinação do Gabinete londinense era de impor a ocupação e não é de estranhar que o Príncipe Regente e o seu Ministro dos Estrangeiros suspeitassem de que a atitude de Londres envolvia um desejo especial de ocupação do continente português.

A esquadra ainda permaneceu em Lisboa até 30 de Setembro e esta situação obrigou Araújo a dar explicações a Madrid e Paris.

Em Maio de 1805, Godoy exprimiu o desejo de que o Príncipe Regente servisse de medianeiro para a paz anglo-espanhola, que concorreria para a paz geral. A prudência de Araújo o levou a fazer uma sondagem em Londres,

que não foi amplamente correspondida. Deste facto e das tregiversações da política do Príncipe da Paz, que, tendo expressado tal desejo, não quis fazer em Lisboa a competente abertura, resultou que Araújo sobreesteve na continuação das diligências, significando-o ao nosso embaixador em Madrid, até que as intenções de Godoy se definissem mais concretamente.

Outro facto, que também afectava a neutralidade portuguesa, foi o da abusiva e desnecessária ocupação de Goa por tropas inglesas em 1804, pelo qual Araújo mandou formular em Londres os mais enérgicos protestos e fundadas reclamações. Além destes mais importantes atropelos, era frequente os navios britânicos praticarem actos de pirataria nas nossas costas; de todos estes casos Araújo solicitou satisfações de Londres, que, segundo a sua declaração, foram dadas.

Reorganização do Exército

A situação militar do país estava longe de ser risonha, especialmente pela insuficiência numérica e profissional dos quadros e pela falta de armamento, munições e equipamento, numa época em que tanto convinha ao país valorizar o mais possível o Exército, a fim de que este não só estivesse preparado para fazer respeitar a neutralidade, senão também para garantir a defesa nacional em caso de ataque, cujas ameaças se repetiram até que se efectivou em 1807.

Apesar disso, o Gabinete lisbonense, levado por razões de economia, resolveu, em 1804, conforme Araújo participava, em 10 de Junho, para Londres a D. Domingos de Sousa Coutinho, reduzir os efectivos do Exército.

Em Conselho, Araújo opôs-se tenazmente, mas sem resultado, a esta medida, que desagradou à Inglaterra, levando ao Gabinete de Londres a convicção de que Portugal não queria lançar mão dos seus próprios recursos para se defender.

Contudo, data de 16 de Maio de 1806 uma tentativa de Araújo, como Ministro da Guerra, para valorizar o Exército, dando-lhe também novos uniformes.

Segundo a lei daquela data, o Exército se compunha de Tropa de Linha, Milícias, Ordenanças e Corpos Militares e Civis.

Havia 3 Divisões, Norte, Centro e Sul, cada uma, em tropa de linha, com 4 Brigadas de Infantaria, a 8 Regimentos, uma de Cavalaria, a 4 Regimentos e uma de Artilharia a 2 Regimentos, excepto a Brigada do Norte, que só tinha

o de Artilharia 4 no Porto. Cada Divisão tinha 16 Regimentos de milícias e 8 Brigadas de ordenanças (14).

Perante a justificada estranheza do Governo britânico acerca da redução do nosso Exército, expressada claramente ao nosso Embaixador em Londres e transmitida a Lisboa, Araújo esforçou-se por justificar, perante o Foreign Office, a deplorável medida, se bem que a tivesse combatido sem conseguir fazer vingar a sua contrária opinião.

A conspiração de Alorna

O Governo de D. João VI, assim Príncipe Regente como Rei, foi, conforme é do domínio público, perturbado com diversas conspirações. Já em fins de 1802 houvera necessidade de vigiar de perto as actividades suspeitas do Marquês de Alorna, general D. Pedro de Almeida, irmão da irrequieta poetisa D. Leonor de Almeida e, como ela, de agitado espírito.

Essas actividades foram denunciadas ao Patriarca de Lisboa como tendo por desígnio destronar a Casa de Bragança (15). Alorna, sob o disfarce de

---

(14) A título de curiosidade e porque estes informes são raros de encontrar, damos aqui a localização das diversas Unidades e seus nomes. Divisão Norte — Infantaria: Regimento 3, 1.º de Olivença; 15, 2.º de Olivença; 6, 1.º do Porto; 18, 2.º do Porto; 9, de Viana; 21, de Valença, 12, de Chaves; 24, de Bragança. Cavalaria 3, de Olivença; 6, de Bragança; 9 de Chaves; 12, de Miranda. Artilharia 4, do Porto.

Divisão do Centro — Infantaria: Regimento 1, de Lippe; 13, de Peniche; 4, de Freire; 16, de Vieira Teles; 7, de Setúbal; 19, de Cascais; 10, de Lisboa; 22, de Serpa. Cavalaria 1, de Alcântara; 4, de Machlembourg; 7, de Caes; 10, de Santarém. Artilharia 1, da Corte; Legião.

Divisão do Sul — Infantaria 2, de Lagos; 14, de Tavira; 5, 1.º de Elvas; 17, 2.º de Elvas; 8, de Castelo de Vide; 20, de Campo Maior; 11, de Penamacôr; 23, de Almeida. Cavalaria 2, de Monira; 5, de Évora; 8, de Elvas; 11, de Almeida. Artilharia 2, do Algarve e 3, de Extremós.

Os Regimentos de Milícias tinham as sedes, os da Divisão Norte, em Feira, Porto, Guimarães, Basto, Maia, Penafiel, Braga, Vila do Conde, Barca, Barcelos, Arcos, Viana, Chaves, Vila Real, Bragança e Miranda. Divisão do Centro, em Lisboa, Termo Oriental, Lisboa, Termo Ocidental, Torres, Santarém, Tomar, Louzan, Setúbal, Alcácer, Leiria, Soure, Aveiro, Oliveira de Azemeis, Figueira e Coimbra. Divisão do Sul: Lagos, Tavira, Beja, Évora, Vila Viçosa, Portalegre, Castelo Branco, Idanha, Cavilhã, Arganil, Tondela, Viseu, Lamego, Arouca, Trancoso e Guarda.

(15) Carta anónima, que o Cardeal Patriarca, D. José Francisco de Mendonça, remeteu ao Príncipe Regente em 9 de Novembro de 1802 e publicada por Ângelo Pereira, D. João VI Príncipe e Rei, IV, 18. Segundo este autor, o Cardeal deve também ter agido junto de D. Pedro de Almeida para o dissuadir de seus propósitos, mas o marquês, na resposta escrita que lhe deu (id., pág. 20) persiste na sua atitude, decla-

«restabelecer as casas de conversação que houve sempre na nobreza», promovia reuniões de membros duma Sociedade com objectivos políticos. Para se ser admitido nela, era necessário o candidato pertencer à primeira Nobreza.

Segundo o relato da denúncia, a Casa de Alorna não perdoava à de Bragança, com o rigoroso castigo do atentado contra D. José I, a severidade do procedimento por essa mesma causa havido contra o pai de D. Pedro e sua família.

É de crer que, perante a apertada vigilância da polícia, o marquês e os seus cúmplices naquela Sociedade, que ostentava uma divisa — *Deus, Rei* e *Honra* — que, pela elasticidade do conceito, tanto podia servir para aparentar fidelidade à Casa reinante, como, nos propósitos dos filiados, significar um compromisso de golpe de estado, passaram a usar da maior discreção, aguardando uma ocasião oportuna.

Um relatório da polícia ([16]) mencionava os contactos de diversos fidalgos com Alorna, como o Conde de Sabugal, o Marquês das Minas, o Marquês de Ponte de Lima e outros, assim como os de oficiais da guarnição de Lisboa. Dentre estes nobres assim estritamente ligados ao Marquês de Alorna, vamos encontrar, em 1805, reunidos na chamada Conspiração de Mafra, o Marquês, o Conde de Sabugal e o Marquês de Ponte de Lima, com o Conde de Sarzedas, o Conde de Cavaleiros e o Dr. Vicente António de Azevedo ([17]).

O objectivo dos conspiradores era agora privar da regência ao Príncipe, para a entregar a D. Carlota Joaquina, sob o pretexto de que D. João dera sinais de alienação mental e sofria da mesma doença da Mãe.

Na realidade, houve muito interesse em propalar esta notícia do desarranjo mental do Príncipe em todas as camadas sociais de Lisboa e doutras localidades. De facto, D. João, de há muito psicològicamente deprimido pelos embaraçosos sucessos da política externa de Portugal e preocupado sempre com a tranquilidade do seu povo, contagiara-se, em Samora Correia, por uma febre intestinal de carácter epidémico, ou por sesões ([18]).

As dificuldades anteriores, a que se somaram as complicações desta doença, causaram ao Príncipe uma característica neuropatia, manifestada sintomatològicamente por uma profunda neurastenia e desarranjos psíquicos,

---

rando que a sua finalidade, ao promover reuniões numa casa própria e dando à Sociedade uma organização secreta, era habilitar a nobreza a presservar seus filhos da maléfica influência da Franco Maçonaria.

([16]) Ângelo Pereira, id., id., 21.

([17]) São os apontados pelo autor citado, id., 31.

([18]) Parece que a causa da epidemia não chegou a ser definida, assim como a sua classificação clínica.

vertigens e acessos de ansiedade, que durante algum tempo fizeram recear tratar-se, de facto, dum psicópata.

O facto foi imediatamente aproveitado pelo marquês de Alorna e fidalgos acima mencionados para pretenderem provocar a destituição do Príncipe (19).

A doença do Príncipe Regente e o conhecimento do que se tramava causaram as mais sérias apreensões ao Governo. Felizmente, com inesperada rapidez e após alguns meses de repouso, todos os sintomas de psico-neurose se desvaneceram e o Príncipe retomou a efectividade da Regência de que pretendiam privá-lo. O Governo, de acordo com o Príncipe, mandou abrir um inquérito sobre o assunto.

A vigilância sobre o Marquês, pelos factos antecedentes tido pelo Príncipe pelo principal fautor da conspiração, voltou a ser muito apertada, sendo espiados todos os seus passos e deles informado o Governo.

Durante a profunda e prolongada inquietação a que deu lugar esta dolorosa emergência, muito embora a direcção do inquérito, cometido ao desembargador José Anastácio Gomes Cardoso, tivesse ficado confiada ao Ministro, Conde de Vila Verde, provou António de Araújo a sua absoluta lealdade ao Príncipe, já sustentando-a no Governo durante a crise da doença, já promovendo medidas de segurança que garantissem a tranquilidade pública e a fidelidade do exército, ou ainda fornecendo ao Conde de Vila Verde todos os elementos que pelo seu Ministério podia obter para esclarecimento da conjura, ao mesmo tempo que, por sua ordem, todos os passos do Marquês de Alorna eram alvo de apertada vigilância que se estendia, ainda, aos Condes de Sabugal e de Sarzedas e a outros conspiradores.

(Continua)

---

(19) Não há, efectivamente, elementos concretos que permitam considerar verdadeiro o objectivo de Alorna e seus cúmplices, constante da denúncia feita ao Patriarca de Lisboa, nem relacionar os projectos de 1802-1803 com os de 1805. Mas há coincidências que levam a admitir não só a existência daquele fim em vista, como também essa correlação. A própria ideia de se entregar o poder a uma princesa estrangeira, não estimada pela Nação, bem podia representar um estratagema para originar uma sucessão de factos favorável aos desígnios dos conspiradores. Certo é que Alorna, interrogado, evitou uma resposta clara, afirmando, capciosamente, que enquanto o Príncipe Regente fosse vivo e são, ele o serviria fielmente, mas se ele se impossibilitasse, como por lei a regência pertencia à princesa D. Carlota Joaquina, também daria a vida em defesa dos seus direitos.



Lvros do Registo

16.º Livro

(Continuação da pág. 394 do vol. VIII)

Carta de examinação de Bento da Silva Barros, ourives do ouro e cravador de diamantes, morador na Rua Nova desta cidade. — fl. 230, v.

Segue uma cota: Registou também a marca (a).

Privilegio da Santa Casa da Misericórdia a favor de Manuel Vivas, da freguesia de S. Eulália de Tenões — fl. 231.

Ano de 1751

Idêntico de António Dias, da freguesia de S. Jerónimo — fl. 231, v.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé a favor de José Lopes da freguesia de S. Maria d'Adaúfe — fl. 232.

(a) Consistia na letra S, mas gravada direita no punção, afectava, aposta, a forma do z.

Privilégio da Bula, de Gregório Ferreira da Silva, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 232, v.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia, a favor de Manuel da Costa Ribeiro, da R. dos Pelames — fl. 233.

Idêntico de João de Sousa, ourives de ouro, da Rua dos Gatos — fl. 233, v.

Idêntico de Manuel da Costa Martins, da porta do Souto — fl. 234.

Carta de examinação de sangrador a favor de Gracio da Silva, de Gualtão, residente em Palmeira — fl. 235.

Uma nota escrita no fim da folha fl. 235, v. adverte que faltam aqui quatro outras, de 236 a 240. Como está explicado no termo de abertura este livro entrou em uso já em parte inutilizado.

Privilégio do Mestrado e Cavalaria da Ordem de Cristo a favor de Francisco da Mota, da freguesia de Adaúfe, como caseiro encabeçado da Comenda da dita freguesia — fl. 240.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de João Pinheiro, do Couto de Arentim — fl. 240, v.

Carta de examinação de sombreireiro, a favor de António de Sousa, da freguesia de S. Martinho de Sande — fl. 241.

Carta de examinação de ourives do ouro a favor de António de Afonseca, e a sua marca (a) — fl. 242.

Privilégio do SS. Sacramento a favor de António Pereira, sombreireiro, ao Cruzeiro de N. S. a Branca — fl. 242, v.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de António Carlos Grosa — fl. 243.

Carta de examinação a favor de Manuel de Almeida, sombreireiro — fl 243, v.

Privilégio das Tábuas Vermelhas a favor de José Correia de Freitas, da cidade do Porto — fl. 244.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de Gregório José de Azevedo, violeiro, da rua do Anjo — fl. 245.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Ascencio Antunes, ourives da prata — fl. 245, v.

Idêntico de José João da Costa, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 246.

Idêntico de Bento Ferreira Soares, da rua do Souto — fl. 246, v.

Privilégio da Bula, a favor de António Ferreira, dos Chãos — fl. 247.

(a) A marca é descrita como um A; está, porém, muito imperfeitamente aposta no termo.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Custódio Gomes, da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira — fl. 247, v.

Licença de espingarda, a favor de Francisco d'Araújo — fl. 248.

Petição do despacho de Rodrigo Machado, de S. Lourenço de Navarra [isento de servir de quadrilheiro, por ter sido almotacé no couto de Pedralva] — fl. 248, v.

Ano de 1752

Privilégio de mamposteiro da Bula a favor de Domingos Lourenço, da freguesia de Ferreiros — fl. 249.

Idêntico de Francisco Pereira Correia, da freguesia de Palmeira — fl. 249, v.

Idêntico de Miguel José, da rua das Aguas — fl. 250.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Matias António, da freguesia do Salvador, de Dadim e Nogueiró — fl. 250, v.

Privilégio do SS. Sacramento, da S. Sé, a favor de Custódio Gonçalves, da fonte da Carcova — fl. 251.

Idêntico de Domingos Francisco, da rua da Regoa — fl. 251, v.

Título de ensaiador e contraste do ofício de prateiros (a) desta cidade, a favor de Francisco Coelho Veloso — fl. 252.

Privilégio do SS. Sacramento da Santa Sé a favor de Dâmaso Garcia, tendeiro de massaria, da rua do Souto — fl. 252, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de João Pires, da porta do Souto — fl. 253.

Privilégio do SS. Sacramento, a favor de Francisco Rebelo Guimarães, da rua do Souto — fl. 253, v.

Privilégio da Bula, a favor de José António Pereira, mercador, da rua do Souto — fl. 254, v.

Idêntico de João Francisco dos Anjos, dos Chãos de Baixo — fl. 255.

Alvará de confirmação de um privilégio encabeçado no prazo da Comenda de Adaúfe, a favor de Francisco Fernandes e sua mulher da mesma freguesia — fl. 255, v.

Idêntico de António Pinheiro e sua mulher do lugar da Mota, de Adaúfe — fl. 256.

Idêntico de Geraldo Lopes e sua mulher, — fl. 256, v.

(a) Nota-se a designação da epígrafe, por ser rara; no texto diz dos ourives de prata.

Alvará de S. Maj., de confirmação de privilégios dos cavaleiros comendadores, a favor de João Lopes, da freguesia de S. Maria de Adaúfe — fl. 257.

Privilégio da Bula a favor de Francisco Gomes, da freguesia de S. Martinho de Dume — fl. 257, v.

Idêntico, de Francisco Soares da Costa, morador na rua do Souto — fl. 258.

Confirmação do privilégio encabeçado no Prazo da Comenda de S. Maria de Adaúfe, a favor de António Lopes e sua mulher — fl. 258, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de José Francisco de Freitas, ourives, das grades de S. Gonçalo — fl. 259.

Ano de 1753

Privilégio de Domingos Lourenço, António Pereira, e outros [Domingos Gonçalves Veiga, Francisco Barbosa, Manuel Correia, Vicente Gonçalves, Manuel Ferreira e João Marques] da freguesia de Santa Maria de Ferreiros, em remuneração de levarem o andor de S. Cristóvão, na procissão de Corpus Cristi e nas mais funções — fl. 259, v.

Alvará de S. M. de confirmação do privilégio encabeçado nos prazos da comenda de Santa Maria de Adaúfe, a favor de José Fernandes da mesma freguesia — fl. 261, v.

Carta de examinação de José Ribeiro, ourives de ouro, da rua dos Chãos, com sua marca (a) — fl. 262.

Carta de examinação de sangrador, do médico da Câmara de Sua Majestade e Cirurgião Mor, o Dr. António da Costa Falcão, a favor de José Gomes Ferreira, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 262, v.

Privilégio de S. António a favor de Manuel Vieira, da freguesia de S. Eulália de Tenões — fl. 263.

Carta de examinação a favor de António Ferreira Mouta, alfaiate, da freguesia de Palmeira — fl. 263, v.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Filipe Dias, ourives, dos Chãos — fl. 264.

Privilégio da Bula, a favor de João Coelho Rodrigues, desta cidade — fl. 264, v.

(Continua)

(a) A marca era, talvez, um R, mas como todas as do período deste escrivão está mal aposta, e foi molhada em tinta ordinária de escrever.

Livro das Vereações

(Continuado da pág. 401 do volume VIII)

tl.º 215

Que vendão o Pão publicam.te e não escondido.— // E se obrigue' p.ro (*)

Itté Acordarão porquanto alguãs pessoas. especialm.te rendeiros cozião boroas (b) em suas Cazas. e fazião o pão muito piqueno se lancasse pregão que toda a pesssoa de qualquer estado e condicão que seia que cozer pão assi boroa como trigo se obrigue primeiro e depois de obrigados vendão o dito pão na praça e lugares publicos e não em suas cazas escondido sob pena de mil rs e da cadea por cada uez. ametade pera o Concelho e outra ametade pera quem accuzar e mandarão assi apregoar pello pregoeiro, que dello dará sua fee. — // — (c).

tl.º 216

Que nhuã regateira compre tripas per iunto —

Itte' Acordarão porquanto forão informados que as regateiras comprão todas as tripas. as pessoas que as vendem e as levão por iunto a vender e regatar fora da villa e os pobres desta Cidade e termo não podem chegar a carne e as não achão por razão da regataria mandarão que se lancasse pregão por esta Cidade e arrabaldes que nhuã pessoa nem regateira compre tripas por iunto se não pera seu comer e mais não ne' se regatem cõ ellas ne' menos as pessoas que as venderem as não vendão a nhuã Pessoa senão pera seu comer sob pena da pessoa

(*) «E se obriguem primeiro», é adição posterior.

(b) boroas escondidamente em suas casas. — Ms. II.

(c) Nota em Ms. II: — «Veio usar o contrario sem castigo, e não sey se está reuogada».

que o assi' não comprir pagar por cada ves pera o Concelho. e quem o accusar da Cadea quinhentos rs e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro de a fee do pregão. — //: —

tl.º 217

Que os panos em que se levedar o pão seião m^to^ limpos e não uzem de outra cousa —.

Itte' Acordarão que as padeiras desta Cidade q' cozem pão assi' por obrigação desta Cidade como sem ella. tenhão roupa e que o levedem o pão s. de lenço e de lãa e será de tal tamanho principalmente aquella que estiver a carão do dito pão que se leueda que não possa servir em outro nhu' uzo a qual será m^to^ limpa e lavada e as pessoas e padeiras que o tal pão cozerem e venderem serão taes. de que se não presuma serem doentes. dos males e doenças contagiozas. o que comprirão sob pena de dous mil rs e da cadea por cada vez que forem comprehendidas. em qualquer das ditas cousas. porquanto fomos informados que a roupa que as ditas padeiras trazião no dito uzo. de leuedar o pão se servirão della na cama. — // —

tl.º 218

Que nhuã Pessoa dee medidas pera medirem as pessoas que de fora vem a vender a esta Cidade somt^e^ o rendeiro da medidagem —

E assi mandarão mais que nhuã pessoa de qualquer sorte e condição que seia não de medidas pera medirem as pessoas que vem vender a esta Cidade de fora somt^e^ o rendeiro da medidagem lhas dará sob pena da pessoa que lhas der pagar por cada vez. pera o Concelho. e quem o accuzar mil rs. alem das mais penas q' pera isso tem pellas posturas. sobre isso feitas e mandarão que tudo se apregoasse e o pregoeiro de a fee de pregão — //: —

Outra semelhante vereação 70

tl.º 219

Que os ferreiros possão descarregar o Carvão as suas portas cõ tanto que logo a limpem. —

Itte' despacharão uma petição aos ferreiros e sombreireiros acerqua do descarregar o carvão, que por ora pudessem dessem descarregar as suas portas. cõ tanto. que logo a limpassem sob as penas da vereação contheudas. e cõ tanto que no tempo do descarregar metão o arrecauem dentro na Caza te onde puder entrar o que assi acordarão te esta Camara mandar o contrario se tanto puder entrar o carro cabendo. o cesto pera o descarregar. — //.

Não vejo vereacão q' p,hiba descarga do carvão as portas

tl.º 220

Que os Almotacés repartão a carne cõ o Prouizor vig.ro Dezembargadores ouvidor e mais officiaes de justiça.—

Itte' Acordarão que os Almotaçes que pello tempo forem guardem o regimento desta Camara que he repartir a carne pescado primeiram^te cõ o Provisor e Vigario dezembargadores. e ouuidor e official da Justiça cõforme a hui regimento que se dera a Pascoal de Castro escrivão que fora da Almotaceria que ora tornão a renovar pera escuzar esquecimento e que assi' o cumprissem por mãdado desta Camara e assi o mandarão logo na dita Camara a Sebastião pereira Almotace, o qual disse que assi' o cumpriria como lho a Camara mandava. —

tl.º 221

Que a vreação que se fez acerqua das fontainhas se estenda em ambas as pias — //

Itte' Acordarão que a Vreação que falla nos Chafarizes das fontainhas se entenda em ambas as pias que estão nas fontainhas, porque

tal fora a tenção daquelles. q' as fizerão e mandarão que se apregoasse a dita vreacão e o pregoeiro de a fee do pregão.

tl.º 222

Que nhuã Pessoa roçe tojo com Eixadas.

Revogada fl. 140 tl.º 266. Moderada ou declarada tl.º 266

Itte' Acordarão porquanto forão informados do grande dano que se fazia nos montados do termo desta Cidade cõ se roçar o estrume e tojo cõ eixadas de maneira que onde se roçava cõ as ditas eixadas dahi a tres ou quatro anos não nascia toja ne' outra cousa de estrume e vendo como o gado desta maneira não tinha que comer e isto avante seria causa de o dito gado se perder e alem de não aver estrume pera fazerem estercos ne' guado ne' guado * cõ que se pudesse fazer desta maneira carecerão as terras e não poderão produzir de si pão e outras novidades e como isto he perda manifesta da republica, mandarão daqui em diante nhuã pessoa deste termo nem fora delle não roçe em Monte algu' ne' em outra parte deste termo cõ eixada sob pena de cada vez que forem achados pagar cada hu' quinhentos rs pera o Concelho e quem o accuzar e da cadea e mandarão que se pasasse Alvarás de como cõ as forsas deste acordo pera q' venha a noticia de todos e os iurados uirão dar a fee de como o noteficarão cada hu' em sua iuradia sob a dita pena — //: — (a).

(Continua)

---

* *Sic.* Repetido no original.

(a) Nota de Ms. II: «Esta limitada na vr 266. pa. os mezes de 7bro e 8bro 9bro Dezbro Jan. e Fevereiro nos quaes podem roçar.

Crónica dos acontecimentos citadinos

Ano de 1958

Notas e Organização de FRANCISCO BACELAR FERREIRA

Iniciaremos esta Crónica, referente ao ano de 1958, certos de que o seu conteúdo marcará os factos principais que, no que toca à cidade e ao seu concelho, cumpre assinalar, e certos ainda de que tais factos, dentro do ritmo verdadeiramente progressivo que caracteriza a década de 50 a 60, se valorizam e se destacam.

Deixamos, todavia, à consideração do leitor a análise das determinantes ou do fio explicativo de tal ou qual acontecimento; para nós, é ponto assente que nada se processa ao acaso, que tudo tem a sua causalidade mais ou menos visível, e que será na excelência dos princípios e no valor real dos homens dirigentes que os sucessos e os êxitos se motivam.

Aqui, relataremos os factos, os acontecimentos, talqualmente os vimos, o mais objectivamente possível. Daremos, até, o maior lugar aos flagrantes jornalísticos. A história far-se-á a seu tempo.

Aqui, ficam fontes.

O Sr. António Augusto Nogueira da Silva é agraciado por Sua Santidade o Papa Pio XII com a Comenda da Ordem de S. Silvestre

Incansável no seu labor, conseguiu o Sr. António Augusto Nogueira da Silva, à custa de muita persistência e talento, uma destacada posição no meio comercial do País. E o pensamento da sua querida terra natal acompanhou-o sempre ao longo dos êxitos comerciais alcançados.

Desta sorte, as instituições de beneficência bracarenses assaz têm aproveitado com os seus sucessos financeiros. De posse de sólidas virtudes morais e religiosas, o Sr. Nogueira da Silva deu este belo sentido à vida: repartir, inteligentemente, pelos necessitados muitos dos bens que Deus lhe vem confiando. Quase todas, senão todas, as casas de assistência de Braga o terão justamente incluído no rol dos principais benfeitores.

Outros elevados pensamentos o têm norteado. Obras de piedade, cerimónias religiosas, iniciativas ligadas ao progresso de Braga contam sempre sempre com a sua carinhosa protecção. Avulta, ùltimamente, o restauro da igreja dos Congregados, que vê, magnìficamente levantada, a torre que por tantos e tantos anos lhe

faltou a completar um dos flancos. São também notáveis, indiciando o seu requinte artístico, as festas anuais que, por sua ajuda substancial, se realizam em Braga, pela Confraria respectiva, em honra de Nossa Senhora das Dores.

O magnífico palacete Nogueira da Silva, da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, mais conhecida por Avenida Central, desta cidade, tornou-se já — Braga bem o sabe — o lar acolhedor das mais altas figuras da Hierarquia da Igreja, à disposição das quais tem sido colocado, com aquelas demonstrações inequívocas da excelência de gentileza e da fidalguia que caracterizam o seu distinto proprietário.

Sua Santidade o Papa Pio XII agraciou-o com a comenda da muito ilustre Ordem de S. Silvestre, premiando, assim, a acção benemérita e meritória desenvolvida pelo Sr. Nogueira da Silva, ao serviço do ideal cristão. Da cerimónia da imposição das insígnias, dá-nos o *Correio do Minho*, em 9 de Janeiro, a notícia seguinte:

«Na Nunciatura Apostólica, em Lisboa, o Núncio de Sua Santidade em Portugal, Senhor D. Fernando Cento, impôs ontem as insígnias de Cavaleiro-Comendador da Ordem Papal de S. Silvestre, ao ilustre bracarense e grande benemérito Sr. António Augusto Nogueira da Silva. O acto realizou-se no Salão Nobre do Palácio da Nunciatura, estando presentes Mons. Mário Brini, Conselheiro; Mons. Luigi Gentile, Auditor; Mons. Moreira das Noves, chefe da redacção das «Novidades»; Dr. António Abranches, Governador Civil de Braga; Dr. Francisco Prieto, Director Geral do Ensino Liceal; Prof. Dr. Silvério Gomes da Costa, da Faculdade de Medicina de Lisboa, e esposa; Dr. João Botto de Carvalho e esposa; Tenente coronel João José de Figueiredo Gaspar e esposa; Adolfo Simões Muller, escritor e jornalista, e esposa; Dr. Ramiro Vieira de Sousa e esposa; e Manuel António dos Santos, gerente geral da Casa da Sorte. Depois de receber e cumprimentar todas as individualidades citadas, o Senhor D. Fernando Cento disse quais os motivos que tinham levado Sua Santidade a conferir ao Sr. António Augusto Nogueira da Silva o grau e as insígnias de Cavaleiro-Comendador da Ordem de S. Silvestre. Exaltou a fé viva do homenageado, exemplar no cumprimento dos seus deveres de católico, e o valor dos actos de grande benemerência que frequentemente pratica, distribuindo numerosas dádivas de vulto não só às Instituições da Igreja, mas também a muitas outras obras de caridade e assistência. O Senhor Núncio Apostólico leu o «Breve» Pontifício, em latim, com data de 8 de Novembro do ano findo, que confere ao homenageado a alta dignidade de Cavaleiro-Comendador da Ordem de S. Silvestre, e, numa atitude de especial gentileza para a Senhora D. Maria Eugénia Gama Lobo Nogueira da Silva, pediu-lhe que colocasse ao pescoço do seu marido o colar com as respectivas insígnias e lhe entregasse o correspondente Diploma.

O acto foi sublinhado com demoradas e vibrantes salvas de palmas. Sem poder esconder a comoção, o Sr. António Augusto Nogueira da Silva, proferiu algumas palavras de agradecimento. Dirigiu, em primeiro lugar, a sua gratidão a Deus e, depois, a Sua Santidade. Manifestou vivo reconhecimento ao Senhor D. Fernando Cento, aos altos dignitários da Igreja e a todos os seus amigos cuja presença ali, o deixara surpreendido. Terminou com um viva ao Santo Padre, entusiàsticamente correspondido.

Noutro aposento, o Núncio Apostólico em Portugal, ofereceu, depois, uma taça de champanhe ao Sr. Nogueira da Silva e a todos os seus amigos, facto que serviu de pretexto para que fossem erguidos muitos e calorosos brindes. A festa que permitiu

ao Sr. Nogueira da Silva ver-se envolvido num ambiente de verdadeira estima e apreço pelas suas nobilíssimas qualidades, terminou com abraços e felicitações».

A posse do novo Director Delegado dos Serviços Municipalizados

Pela importância dos serviços a cargo deste departamento municipal, e pela projecção dos mesmos na vida da nossa terra, é justo referir o acto de posse do seu Director Delegado, sabido como é que da sua acção dependem, em grande parte, a eficiência dos mesmos e o bom nome da cidade.

Do «*Correio do Minho*», de 29 de Janeiro, transcrevemos a notícia que segue:

«Nos Serviços Municipalizados realizou-se ontem o acto de posse do novo Chefe da Secção Técnica daquele organismo municipal. A posse foi conferida pelo Sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara e do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, tendo lido o respectivo auto o Sr. Manuel Araújo, Chefe da Secção Administrativa. A este acto assistiram, além dos membros do Conselho, Snrs. António Fernandes de Araújo e José Maria Rodrigues, o Director Delegado, o Engenheiro consultor Jaime Pessoa e o funcionalismo superior. Prestado o compromisso de honra pelo empossado, e assinado o auto respectivo, usou da palavra o Sr. António Maria Santos da Cunha, dizendo que tinha convocado para esta cerimónia o funcionalismo dos Serviços, por desejar dar ao acto especial significado, pois aproximando-se a data em que o Sr. Capitão Manuel Monteiro Pinto, depois de tantos anos de árduo labor, atingirá o limite de idade, tudo indica que lhe sucederá nas funções o Sr. Engenheiro Soeiro de Carvalho, escolhido pelas informações que lhe chegaram dos seus reais méritos, a despeito das inúmeras recomendações que tinha, de amigos e de pessoas da alta figura política, relativas a outros candidatos. Disse estar convencido de que, através da sua acção, poderiam ser eliminados muitos motivos das críticas que sofrem os Serviços Municipalizados, embora nem todas, mesmo muitas, sejam justas. Debatem-se os Serviços presentemente com problemas prementes, estando já em bom caminho de solução, como sejam o de abastecimento de água à cidade, que tem merecido ùltimamente especial carinho da Direcção de Salubridade, e os Transportes Colectivos cuja direcção em boa hora foi entregue ao Sr. Engenheiro Pessoa, a conclusão da rede de energia, o estabelecimento de tarifas digressivas, estas ùnicamente dependentes da aprovação do Governo, e acima de todos, o problema financeiro. A terminar acrescentou que o Sr. Engenheiro Soeiro de Carvalho podia contar com todo o apoio do Conselho de Administração e com a sua confiança. Falou a seguir o Director-Delegado que enalteceu as qualidades do empossado, tendo este por último agradecido, dizendo que esperava de todos, aquela lealdade que a todos oferecia, acrescentando que poria o seu melhor esforço ao serviço de Braga».

A conferência do Dr. André George promovida pela Aliança Francesa

Do «*Correio do Minho*», de 1 de Fevereiro, transcrevemos a seguinte notícia:

«Conforme anunciámos ante-ontem, o vasto salão de conferências da Aliança

Francesa desta cidade encheu-se de numeroso e escolhido público, para ouvir a conferência do Dr. André George, escritor e sábio francês que durante uma hora prendeu vivamente a atenção da assistência com uma brilhantíssima exposição acerca da era atómica que o mundo presentemente vive.

Presidiu à reunião o Sr. Dr. Miranda de Andrade, Reitor do Liceu e presidente da Aliança local, que tinha a ladeá-lo os Srs. Dr. Casal Pelayo, representante da Câmara Municipal; Dr. Sousa Alves, pela Faculdade de Filosofia; Dr. Carrington da Costa, professor liceal e pedagogista, e tenente Delmar Ferreira, comandante da G. N. R.

Feita a apresentação do conferencista nos termos mais elogiosos, pelo senhor Dr. Miranda de Andrade, que destacou a sua larga actividade científica, a sua obra notável, sobretudo no campo da física atómica, e as suas qualidades de crítico científico e crítico musical, o Dr. André Georeg iniciou a sua conferência com algumas palavras sobre as magníficas impressões que Braga e os seus arredores tinham deixado no seu espírito, após uma rápida visita pela cidade, pelo Bom Jesus e Sameiro, cujas maravilhas de arquitectura e paisagem o deixaram profundamente encantado. Entrando pròpriamente no assunto da sua lição, o orador fez uma resenha dos resultados das experiências atómicas realizadas até hoje, e salientou que o atomismo, que já ocupara o espírito de célebres filósofos gregos, culminara recentemente nos trabalhos de grandes sábios contemporâneos, entre os quais referiu de maneira especial o físico inglês Rutherford. Após ter feito uma explicação científica, mas clara, da teoria atómica, o conferencista afirmou que as descobertas e as novidades têm surgido com uma rapidez espantosa, quase podendo considerar-se já como coisa envelhecida o aparecimento da bomba que explodiu em Heroshima. Novos conceitos, novas medidas, novas dimensões têm trazido à vida humana as descobertas da física nuclear, criando verdadeiramente uma era nova, uma nova idade na história do Mundo. Abordando o delicado e sério problema moral que as modernas conquistas da ciência atómica representam para a vida futura da humanidade, o ilustre conferencista, sábio mas crente, citou muito a propósito a frase de Rebelais que vale por um conceito moral do mais profundo sentido: «Ciência sem consciência é a ruína das almas». Entre dois caminhos que na hora presente se oferece ao homem trilhar, o do bem ou o do mal, a escolha deve recair, evidentemente, no primeiro, e para isso, devem preparar ou reforçar a sua constituição ética, sempre arrimados a uma forte esperança, que não pode evidentemente, existir sem uma fé grande e profunda. Calorosos e muito prolongados aplausos coroaram as últimas palavras do orador, cuja exposição, clara, entusiástica e sempre brilhante, deixou a melhor impressão ao auditório, podendo considerar-se esta conferência como das mais notáveis que se têm realizado na Aliança Francesa de Braga».

A visita do Sr. Ministro das Obras Públicas e do Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional

O *Correio do Minho* inseriu, nas páginas dos seus números de 9 e 10 de Fevereiro, o relato que, melhor que quaisquer comentários, bem ilustra o verdadeiro sentido e oportunidade da visita a Braga de Suas Ex.as os Srs. Ministro das Obras Públicas e Subsecretário de Estado da Educação Nacional, e que por isso passamos a transcrever:

«Desde ontem que são hóspedes da nossa cidade os Srs. Engenheiro Arantes de Oliveira, Ministro das Obras Públicas e Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário da Educação Nacional. Os dois ilustres membros do Governo da Nação sempre têm demonstrado carinho e interesse pelos problemas que preocupam o futuro de Braga, pelo que, desde já, antevemos grandes vantagens.

Na série de visitas a fazer na cidade, o ilustre titular das Obras Públicas, mais uma vez atenderá aos interesses do povo de Braga e que tem no presidente do seu Município, Sr. António Maria Santos da Cunha, o seu mais dedicado e fiel advogado.

Por outro lado, o distrito de Braga, em parte já ontem visitado pelos dois membros do Governo, muito beneficiará, pois que, o espírito dos homens do Estado Novo, como sempre, está atento aos problemas que preocupam as regiões, nunca faltando ao que prometem.

Em Braga, para já, entre outros, avultam a necessidade de se construir um Liceu Feminino, a continuação da Rodovia até aos Peões, em ligação com a Estrada de Chaves, a zona de comunicações para Barcelos e Alto Minho, na rotunda de Maximinos, o alinhamento da Avenida Marechal Gomes da Costa, etc.

Razão por que, esta visita é de júbilo para todos nós, pois que da mesma, muito irá resultar para a continuação do progresso desta cidade, capital da mais linda Província de Portugal.

O Sr. Ministro das Obras Públicas chegou ao edifício do Governo Civil às 18,30 horas precisas, acompanhado do Sr. Subsecretário da Educação Nacional, do seu secretário, Sr. Engenheiro Loas Viana, do director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Sr. Engenheiro Gomes da Silva, do Chefe do Distrito, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga e de outras entidades, como os Srs. Engenheiros Armando Moreira, das Estradas do Distrito, Alegria Martins e arquitecto Francisco Augusto, da Direcção dos Serviços de Urbanização do Distrito, etc.

Aguardavam-no ali todos os presidentes do Município, presidente da Junta de Província do Minho, Mesa do Bom Jesus do Monte, Engenheiros Álvaro Ferreira e Alberto Amorim, da repartição técnica do Município, Dr. Francisco Miranda de Andrade, Reitor do Liceu, Dr. Olindo Casal Pelayo, director da Escola do Magistério, inspector escolar Celestino Pires, Dr. Valentim de Almeida e Sousa, Delegado do I. N. T. P., deputado Dr. João Dias Rosas, Engenheiro António Fernandes Lopes Júnior, da Companhia Fabril do Cávado, sacerdotes, membros de Confrarias, etc.

A primeira entidade que foi recebida pelos ilustres membros do Governo, foi o Sr. D. Francisco Maria da Silva, Bispo-Auxiliar de Braga, que lhes apresentou cumprimentos em seu nome e no do Venerando Arcebispo Primaz, que sensibilizou os ilustres titulares.

Depois efectuou-se a reunião com os presidentes das Câmaras que apresentaram os seus problemas ao Sr. Ministro das Obras Públicas, o qual prometeu, dentro do possível, dar-lhe a necessária solução.

Também o Sr. Engenheiro Arantes de Oliveira recebeu as restantes entidades e apreciou as suas pretensões, no sentido de as resolver de harmonia com os interesses nacionais.

Hoje, como já dissemos, o Sr. Ministro das Obras Públicas, inicia as suas visitas às 9 horas e às 11,30, no Hospital da Misericórdia, cujo edifício vai visitar, bem como o novo pavilhão do Hospital Regional; assiste à homenagem que a referida Mesa

lhe presta, descerrando-lhe o retrato na sala dos beneméritos e oferecendo-lhe o diploma de «Irmão Benemérito».

O Subsecretário da Educação Nacional visitou o Colégio D. Diogo de Sousa

Na sua passagem da parte de manhã, por Braga, o Sr. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, ilustre Subsecretário da Educação Nacional e deputado por este círculo, acompanhado pelo Sr. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Governador Civil substituto, e do Sr. António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga, visitou as novas e amplas instalações do Colégio D. Diogo de Sousa, obra esta de grande interesse para a nossa região e que no futuro disporá de instalações a par do que há de melhor no País.

Depois de ter passado revista à Milícia da Mocidade Portuguesa, que lhe fazia a guarda de honra, o ilustre membro do Governo foi recebido pelo director do Colégio, Rev.º P.e Elísio de Araújo, professores e outras entidades. Aquele sacerdote deu as boas-vindas ao Sr. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa e chamou a atenção de Sua Ex.ª para alguns problemas do ensino particular. O Sr. Subsecretário da Educação Nacional agradeceu os cumprimentos apresentados, e prometeu atender na medida do possível tudo aquilo que dependesse do seu Ministério. Seguiu-se uma visita às modelares instalações do estabelecimento, finda a qual aquele membro do Governo manifestou ao Sr. Padre Elísio de Araújo a agradável impressão que a mesma lhe havia deixado. Às 11,30, o Sr. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa seguiu para Guimarães, a juntar-se ao Sr. Ministro das Obras Públicas.

Uma apreciação quanto a futuras construções no Sul da Cidade

Em plantas topográficas e esquemáticas expostas nos Paços do Concelho, o Sr. Ministro das Obras Públicas estudou a série de melhoramentos, tanto do desejo da nossa Câmara e do nosso povo.

Nestes, avultam a construção do Liceu Feminino, ampliação do Hospital, Lar das Enfermeiras e Escola de Enfermagem, reconstrução da igreja de S. Lázaro, Hotel, Quartel de Bombeiros, Hospital de Surdos-Mudos, Central Leiteira, Centro de Assistência Social, Garagens, etc., ouvindo com atenção as explicações do autor do projecto, o arquitecto urbanista Miguel Resende, com o qual o ilustre titular se mostrou concorde.

Seguidamente, o Sr. Engenheiro Soeiro de Carvalho, expôs ao Sr. Ministro o estado em que se encontrava o problema de abastecimento de água à cidade, que datando de 1907 e que não chegando a ser concluído, necessita de ser encarado com decisão, especialmente o grupo de máquinas da Central elevatória do Cávado e a conduta, obra que anda à roda dos oito mil e quatrocentos contos.

Também foi visitada a supressão da passagem de nível de Ferreiros, tendo ficado encarregado de fazer o necessário estudo o Sr. Engenheiro Armando Moreira.

A visita na cidade e uma recepção na Creche

Da Câmara, os membros do Governo, acompanhados do Chefe do Distrito, Presidente da Câmara e as restantes entidades, detiveram-se no Jardim de Santa Bárbara, onde o Sr. Presidente da Câmara ventilou a necessidade de alguns benefícios, como

sejam o arranjo das traseiras nos quintais dos prédios da Rua do Souto e a construção de um extenso prédio de arquitectura uniforme na parte vaga da Rua de D. Francisco Sanches, que segundo o projecto já existente, se apoiará numa artística Arcada.

O Sr. Ministro das Obras Públicas apreciou, com o Sr. Dr. Felicíssimo Campos, os terrenos onde está a ser construído o edifício da Junta de Província.

Depois de, em Maximinos, o Sr. Ministro das Obras Públicas estudar a zona dos melhoramentos a fazer, dirigiu-se pela rodovia à Escola Técnica em conclusão, cujos trabalhos apreciou.

Dali, os membros do Governo seguiram para a Creche, onde a direcção e a comissão de senhoras que protegem a simpática instituição, o receberam com manifestações de carinho. O Rev.º Padre João de Barros, seu presidente, saudou o ilustre membro do Governo e disse que os portugueses se sentiam orgulhosos por terem um Ministro como o Sr. Engenheiro Arantes e Oliveira, cheio de alma e possuidor de um coração bondosíssimo e que com a sua obra tanto está a contribuir para o engrandecimento de Portugal.

O grande benemérito e vice-presidente da Creche, Comendador António Augusto Nogueira da Silva, expôs as necessidades da Instituição e a urgência das obras para as quais, do seu bolso particular, ofereceu 150 contos, tendo o Sr. Ministro, após breve visita ao edifício, velho e antiquado, prometido resolver o assunto.

A construção da torre dos Congregados

Depois, o mesmo benemérito convidou o Sr. Engenheiro Arantes e Oliveira a visitar o templo dos Congregados, onde se venera Nossa Senhora das Dores, que necessita de imediatas reparações, pois os anos causaram ali graves estragos. Após ter examinado esses estragos e um quadro de Josefa de Óbidos, existente na sacristia, pelo qual já ofereceram 60 contos, o Sr. Ministro das Obras Públicas prometeu mandar vistoriar a igreja por uma comissão de técnicos do seu Ministério.

O Sr. Comendador António Augusto Nogueira da Silva também interessou o Sr. Ministro na obra de conclusão das torres do referido templo, que há 200 anos se conservam lamentàvelmente por acabar.

A sessão de homenagem ao Senhor Ministro das Obras Públicas no Hospital de S. Marcos

Pouco depois das 11 horas, o Sr. Ministro chegava ao Hospital de S. Marcos, sendo ali recebido pela Mesa, Corpo Clínico, alunas da Escola Henrique Teles, etc.

Estavam também presentes as restantes autoridades civis, militares e religiosas da cidade.

Recebido com muito entusiasmo, e depois de ouvir missa no templo do Hospital, celebrada pelo Sr. Padre Aloísio de Sousa, director daquela casa de assistência, o Sr. Ministro dirigiu-se para o salão de benfeitoria, onde assistiu a uma sessão solene em sua honra, para descerramento do seu retrato e entrega do diploma de «Irmão Benemérito» daquela Santa Casa.

Presidiu o Sr. Coronel José Baptista Barreiros, provedor, ladeado, à direita, pelo homenageado e pelos Srs. Governador Civil, Presidentes da Câmara e da Junta de Província do Minho, Engenheiro Gomes da Silva e deputado Dr. João Dias Rosas, e à esquerda pelos Srs. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Cónego Dr. José Martins Gonçalves, representante do Sr. Arcebispo Primaz, General Flávio

dos Santos, Governador Civil do Porto, deputados Dr. Alberto Cruz e Eng. António Lacerda e Coronel António Cunhal, comandante de Infantaria n.º 8, vendo-se na assistência todo o corpo clínico, grande número de Irmãos da Misericórdia, pessoal religioso que ali presta serviço, e as alunas da Escola de Enfermagem que, à entrada do ilustre membro do Governo, o receberam com prolongadas salvas de palmas.

O Sr. Coronel Baptista Barreiros saudando o Sr. Ministro das Obras Públicas, em nome da Mesa a que preside, classificou-o de um alto espírito e notável homem de acção, que está contribuindo afanosamente, como sapiente e enérgico cabouqueiro e valioso experimentado auxiliar do insigne condutor da Nação, para a mais ampla reconstrução nacional e para a preparação de um futuro mais risonho e mais grandioso para as gerações vindouras.

E mais adiante:

«Não carece V. Ex.ª, para ser grande no Portugal de Aquém e de Além-Mar, de elogios pessoais ou colectivos, nem da consagração das multidões, pois a sua obra criadora, a sua actividade incessante e vigorosamente construtiva, acção que só é possível aos homens de grande estatura intelectual e moral e de invejável grandeza de alma, como os daquelas memoráveis figuras que nos fizeram grandes no passado, essa obra fala por si e proclama altissonantemente pelas tubas da fama, o nome de Vossa Excelência, sincera e justamente estimado e querido dos portugueses».

Fez, depois o elogio da Caridade, filha dilecta de Deus, dizendo que foi no século XV, ao morrer a Média-Idade e na aurora da Moderna, que a virtude da Caridade obteve no mundo pela ternura da alma portuguesa, a sua mais nobre consubstanciação e a forma mais perfeita e completa do seu exercício, na instituição das Irmandades, chamadas Misericórdias, para concluir que essa doutrina não pode deixar de ter sido insuflada por Deus na alma da Rainha, que as instituiu.

Disse, depois as razões que levaram a Santa Casa da Misericórdia a promover aquela homenagem e a terminar afirmou:

«Não vos esqueçais, Senhor, de como labutamos por cá em favor da pobreza, no combate à dor e à miséria. E então, deixai que fale em favor dos nossos pobres o vosso coração generoso».

Calorosa salva de palmas envolveu as últimas palavras do Sr. Coronel José Baptista Barreiros.

As palavras de um grande Ministro

O Sr. Engenheiro Arantes e Oliveira agradeceu, seguidamente, as palavras do Sr. Provedor e a homenagem que a Santa Casa da Misericórdia lhe prestava, descerrando o seu retrato e nomeando-o seu «Irmão».

Referindo-se ao Hospital Regional, o ilustre titular afirmou: Primeiro que a ninguém, essa obra deve-se ao Sr. Presidente do Conselho que, vendo as necessidades de Braga, deu a palavra de ordem para que a obra se realizasse. E acrescentou: Só depois, em reuniões preliminares com o antigo Provedor, Sr. Dr. Elísio Pimenta, eu me entusiasmei por ela e achei a melhor forma de a efectivar, no que encontrei a melhor compensação, ao ver-me nomeado «Irmão Benemérito» deste templo de Caridade.

E mais adiante: A obra do Hospital de Braga, tão bem traduzida pelas palavras do Sr. Provedor, é das mais maravilhosas que se podem apontar. Impressio-

nou-me aquela passagem do seu discurso: «Cabe a esta geração reconduzir estas obras à sua pureza espiritual», e ouvi embevecido essas palavras. Desejo que V. Ex.ª possa caminhar nessa senda de bem, para maior felicidade dos probrezinhos e dos que necessitam de amparo neste mundo convulsionado.

Finalmente o Sr. Ministro das Obras Públicas fez algumas considerações sobre o alto pensamento do Governo, no que respeita aos problemas de assistência, e agradeceu à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga a homenagem de que foi alvo.

Depois de receber o diploma de «Irmão Benemérito» e de assistir ao descerramento do seu retrato, o ilustre titular foi visitar o pavilhão do Hospital Regional, seguindo, cerca das 13 horas, para S. Jerónimo de Real, em visita ao monumento nacional de S. Frutuoso e ao coro da igreja paroquial, que lhe fica contígua e que ameaça ruína, tendo encarregado o arquitecto Bessa de proceder ao estudo para os necessários reparos e segurança. O Sr. dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, fez um pouco de história daquele monumento, único na Península, para o qual os entendidos ainda não encontraram solução.

A inauguração da Escola de Agentes de Educação Familiar «D. Luís de Castro», em Tenões

O Sr. Ministro das Obras Públicas, acompanhado do Sr. Subsecretário da Educação Nacional e entidades oficiais, seguiu para a Quinta da Calçada, em Tenões, a fim de assistirem à inauguração oficial da Escola de Agentes de Educação Familiar Rural.

Os distintos membros do Governo foram recebidos pelas Senhoras Condessa de Penha Garcia, D. Teresa Afonso Esquível, D. Maria José Novais, D. Suzana Lagrifa e outras assistentes sociais da O. M. E. N., assistindo, em seguida a uma pequena sessão em que usou da palavra, para os saudar, bem como ao Sr. Arcebispo Primaz, a S.ª Condessa de Penha Garcia que, após interessantes considerações sobre a Obra, disse: «A casa rural foi durante gerações a Escola Ideal da formação do homem. No seu aspecto exterior integrava-se harmoniosamente na paisagem, moldava-se às necessidades do clima, constituía padrão glorioso da conquista da terra. Após as guerras cruentas, era o símbolo da Paz: no seu seio, com os seus móveis amorosamente feitos, cresciam gerações, radicavam-se os hábitos, formava-se uma Nação».

«Este último reduto da tradição e da formação cristã resistiu longamente às influências externas. Gradualmente surgiram em seu redor, as grandes cidades com a sua geometria rígida, de formigueiro humano; nasceram as fábricas gigantescas; à noite iluminaram-se os céus com as luzes de novos centros urbanos: Possibilidades de conforto e de bem-estar, apelos para uma vida mais fácil, doutrinas sedutoras, vieram profundamente perturbar a ordem eterna dos campos. Este fenómeno, mais ou menos intenso, surge como ameaça grave para os Estados modernos. A única solução possível, mesmo admitindo certa transferência da população agrícola para a indústria, implica uma transformação profunda no meio rural».

«Utilizando plenamente os novos recursos da ciência e a força de maquinismo moderno, que vai aliviar o seu labor, terá que surgir uma nova classe agrícola, mais instruída e esclarecida. O espírito da ruralidade deve triunfar e progredir. Torna-se indispensável tratar urgentemente do que se convencionou chamar o embelezamento da vida Rural. Desta Escola, sairão obreiras que irão empreender essa grande tarefa».

Falou em seguida a Presidente da Obra das Mães que proferiu um vibrante

discurso, através do qual focou a figura de D. Luís de Castro, pai da Senhora Condessa de Penha Garcia, como grande português, jornalista e escritor de valor, *ideal de servir a Deus e à nossa Terra*, e de consagrar a vida a procurar realizá-lo».

Para evocar a figura do patrono daquela casa, usou da palavra a Senhora D. Maria José Novais, da O. M. E. N.

O agradecimento do Senhor Subsecretário da Educação Nacional

Por último, falou o Sr. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa que proferiu o seguinte e significativo discurso:

«Senhor Ministro das Obras Públicas:

Excelência:

Junto às dos oradores que me antecederam as minhas melhores saudações, num preito de sincera homenagem, devida a título pessoal e funcional. Não aprecia V. Ex.ª louvores, mas não pode escusar-se a recebê-los, já que o seu trato afável e a sua esclarecida actuação largamente os justificam, da parte de todos.

Da parte de todos, mas nomeadamente daquelas que têm sobre si o directo, pesado, mas honrosíssimo encargo de velar pela preparação dos jovens portugueses, missão cuja agudeza, transcendência e urgência V. Excelência bem compreende, não lhe regateando auxílio, antes contribuindo para ela com o maior entusiasmo. É que esta obra não pode confinar-se a limites estreitos; de algum modo, a todos pertence e a todos, sobremaneira, interessa.

Ex.mo Senhor Governador Civil

Ex.mas Autoridades:

Ex.ma Senhora Presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Na longa e infeliz história do nosso ensino agrícola, pela primeira vez oficialmente considerado há cerca de um século, pouco existe que mereça destacar-se, para além das iniciativas frustradas.

No valioso trabalho elaborado pelo Dr. Proença de Figueiredo, director geral do ensino técnico profissional, trabalho que serviu de base à regulamentação recentemente promulgada sobre o ensino agrícola elementar — encontramos matéria que bem nos elucida quanto ao aspecto da evolução histórica deste ramo do ensino.

Conseguida a efectiva obrigatoriedade de frequência do ensino primário, condição indispensável do prolongamento da escolaridade, ponderada a experiência nossa e alheia, adoptou-se uma solução em ordem a promover a educação agrícola da juventude rural, em termos que só o futuro dirá, se foi acertada.

Mas, se no enquadramento orgânico do nosso sistema de ensino tomámos posição quanto ao ramo agrícola elementar para o sexo masculino, deixamos ainda em aberto qualquer solução para o feminino.

Quanto a esta, tem-nos impressionado a experiência realizada, há alguns anos já, pela «Obra das Mães pela Educação Nacional», nos seus Centros de formação rural.

Julgo que entre nós a primeira referência ao ensino doméstico agrícola se encontra na Lei 824 de Setembro de 1917 com que se pretendeu transplantar para Portugal o esquema geral do ensino adoptado em França.

No ano seguinte, do consulado de Sidónio Pais, publicou-se nova reforma a que porventura não teria sido por completo estranho o patrono desta Escola, D. Luís

Filipe de Castro, cuja biografia foi já traçada. — De novo se encontra referência ao ensino agrícola feminino.

Salvo, porém, a criação da Escola Agrícola feminina Vieira da Natividade, de vida bastante acidentada e de precários resultados, nada se realizou no aspecto de que nos ocupámos, até à iniciativa dos Centros de formação rural, a cargo da «Obra das Mães».

É evidente que a solução agora promulgada para o sexo masculino, poderá servir, paralelamente, para o ensino doméstico agrícola, tal como vemos realizado noutros países. Mas parece que onde existe obra própria ela merece atenção e estudo, não precipitando soluções, antes procurando ajustá-las às experiências já colhidas.

A criação desta Escola em Braga justifica-se sobretudo por neste distrito se ter desenvolvido um trabalho de formação familiar rural digno de louvor, onde é possível recolher ensinamentos que sirvam a futuras orientações. Ela beneficiará da actividade existente em vários centros e do pessoal técnico e dirigentes neles já experimentado.

Nos termos da Lei que mereceu da Câmara Corporativa a melhor atenção, pretende-se nestas Escolas criar agentes sociais de valorização da mulher no meio rural, elementos enraizados nesse meio e que, identificando-se com ele, possam, por uma acção constante e esclarecida, contribuir, modestamente embora, para a sua elevação moral e material.

Os que viram um centro em funcionamento e conheceram a acção que dele irradia, nos domínios da higiene, do trabalho doméstico e agrícola, na melhoria da vida familiar, podem albergar justificada esperança no trabalho que vai realizar-se.

Se a esta escola outras se juntarem — e anunciam-se várias pelo País, da iniciativa particular e porventura uma outra da «Obra das Mães», no Sul — teremos agentes sociais em número suficientemente crescente para encararmos a generalização do ensino agrícola feminino.

Grande é o campo aberto, para todos trabalharem com eficiência desde que haja espírito de colaboração. Assim todos o compreendam e queiram. Não vá acontecer que por falta de compreensão de interesse de iniciativa — venhamos a queixar-nos de que aqui também ter o Estado chamado a si todo o peso da obra, à falta de quem queira ou possa fazê-la.

Mas — e agora saio dos limites do empreendimento que nos congrega e alargo os olhos pelo vasto problema da educação nacional — bom será que todos entendam haver tarefas como esta da educação que são tarefas colectivas, não admitem exclusivismos, exigem a presença, a colaboração de todos — se queremos, com elas, modificar a própria vida da Nação.

Há, na verdade, um valor que terrenamente ultrapassa todos os outros, persiste para além de quaisquer vicissitudes, constitui a maior garantia da existência e progresso dos povos, o seu único capital indestrutível: o Homem.

Mais do que pela riqueza dos seus recursos naturais — recordou há dias o Senhor Ministro Leite Pinto — as nações valem pela saúde, engenho e carácter dos seus homens e mulheres.

Robustez, engenho e carácter — problema de educação, — o nosso problema número 1!»

O Deputado Eng.º António Lacerda intervém na Assembleia Nacional a favor da região de Braga

Pelo interesse que tem para a região bracarense, transcrevemos do *Correio do Minho* de 14 de Fevereiro a oportuna exposição do Eng.º António Lacerda na Assembleia Nacional, com vista à valorização rural do Minho e à criação duma escola agrícola em Braga:

«O Posto Agrário de Braga não está instalado em condições de poder exercer com inteiros resultados o seu mestrado junto da Lavoura. Precisa de instalar-se numa quinta espaçosa, com terrenos bastantes para ensaios, demonstrações e experiências que sirvam de lição e exemplo aos lavradores da região».

E também formulou o voto de que para comemorar o aniversário da Revolução Nacional «se inaugure um Posto Agrário à altura das necessidades da Lavoura regional, para que em coordenação com os Grémios da Lavoura, se faça na vida agrícola do Minho aquela revolução da ordem da que se fez na vida política nacional».

Lembrando estas palavras do deputado ilustre e virtuoso sacerdote que toda a vida dedicou ao serviço de Deus e da Pátria, eu quero voltar a chamar a atenção do Governo para este assunto de tão grande interesse para a Província do Minho.

Nessa região, zona de pequena e pequeníssima propriedade, faz-se sentir imenso a falta de um organismo de experimentação e demonstração agrícola bem dotado, um organismo em que os lavradores possam ver e observar tudo aquilo que pode fazer-se no domínio do melhor e mais racional aproveitamento da terra. De um organismo que experimente e divulgue com os olhos sempre postos num futuro que há-de ser aquele que nós prepararmos, que nos poderá vir a sorrir se nós, confiadamente, com entusiasmo e com fé, alicerçarmos os seus fundamentos.

E a localização inquestionada desse organismo está à vista, numa propriedade que para tal tem todas as condições e poderia vir a ser o centro irradiante dos conhecimentos da técnica agrícola para todo o Minho. Junto da estrada que liga Braga ao Bom Jesus do Monte e Sameiro, por onde todos os minhotos e inumerosos forasteiros passam, marginando também outra que vai de Braga para o Minho Central e Trás-os-Montes, essa propriedade tem condições ideais para o fim em vista.

A sua aquisição e a instalação aí, e neste sentido apelo para o Ministro da Economia, seria, tenho a certeza, um grande passo para o progresso da melhoria técnica agrícola no Minho, numa região que tem cerca de 50.000 empresários agrícolas.

Além disso, essa propriedade, tem actualmente a vantagem de estar situada mesmo em frente da casa e terrenos em que agora foi instalada a primeira Escola de Agentes de Educação Familiar Rural inaugurada no passado domingo pelos Ministro das Obras Públicas e Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

Aos Srs. Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional eu não quero deixar de render homenagem por mais esta frutuosa iniciativa que vive muito também do carinho e tenacidade das ilustres senhoras que, na Obra das Mães pela Educação Nacional, se dedicam completamente ao apostolado feminino e rural. Ela há-de dar, temos a certeza, os mais benéficos resultados, e ajudará a valorizar em grande escala o trabalho da mulher do campo, abrindo novos horizontes na sua vida,

auxiliando-a a tirar melhor partido do seu trabalho e do seu esforço em defesa e amparo do lar que é delicadamente cristão e genuìnamente português.

Não é a rapariga, a mulher do Minho, simplesmente o cartaz das festas e das romarias, não é, ùnicamente, a depositária do traje regional severo ou garrido, ou da beleza rústica, e a trabalhadeira infatigável de todas as horas que amanha a terra, com sacrifício e amor, que borda e tece para auxiliar a sua casa.

Trabalho de tal monta que ora se inicia com esta primeira Escola de Agentes da Educação Rural, creio que merece ser assinalado como um raro contributo para a valorização rural e demonstra o espírito empreendedor dos membros do Governo que têm nas mãos o sector da Educação Nacional e das Obras Públicas.

Talvez seja pena, em meu entender, que a exemplo do que se passa em outros países, os serviços de instrução agrícola, os de investigação, experimentação e divulgação não estejam todos reunidos no mesmo Ministério, no Ministério da Agricultura. Mas se nem mesmo temos Ministério da Agricultura...

Entretanto, a iniciativa é da lavoura e temos esperança que dela resultarão apreciáveis benefícios para a vida agrícola da minha região e para todo o País, pela experiência e ensinamentos que dela advirão.

E o orador continuou:

— O Ministro da Educação Nacional, com os Decretos-Leis n.ºˢ 41.381 e 41.382 ampliou e reformou o ensino elementar agrícola em bases sérias que vão permitir a muitos jovens receberem uma instrução agrícola indispensável para a sua valorização profissional.

Essa reforma prevê a criação de várias escolas agrícolas de carácter elementar e também a instalação de cursos complementares de aprendizagem e de cursos elementares de aperfeiçoamento. Nesta altura apelo para o Sr. Ministro da Educação Nacional para que promova a criação da Escola Agrícola do Minho e desses cursos que são de grande importância para a elevação do nível de instrução da nossa mocidade rural.

O Minho agrícola olha neste momento com certa inquietação para aquilo que se passa em outras regiões, nomeadamente no Sul.

Vê o alargamento de grandes zonas de regadio a outras regiões e pensa que muitas delas virão a ser concorrentes em produtos que actualmente produz. Vê que não se pode manter na produção do milho, do centeio, do vinho, das forragens, etc., sem conseguir uma acentuada melhoria na sua técnica de cultivo, e sem alterar, pelo menos em parte das suas terras, as culturas tradicionais.

Ora isto só pode vir a realizar-se com uma instrução e assistência técnicas mais desenvolvidas, apoiada na complementar, ou talvez fundamental, industrialização dos produtos da agricultura.

Não há dúvida que o plano dos aproveitamentos hidro-agrícolas e nomeadamente a irrigação de dezenas de milhares de hectares no Alentejo vai trazer alterações profundas no panorama agrícola nacional.

O minhoto não receia esses audaciosos e grandiosos planos, pretende sòmente que lhe sejam dadas condições para enfrentar as modificações que indubitàvelmente vão surgir. E reconhece que a condição fundamental para resistir econòmicamente, é estar tècnicamente bem preparado e assistido por serviços com condições para auxi-

liarem a resolver as suas dúvidas, e montados de forma a poderem indicar uma linha de rumo seguro, bem assente em factos experimentais.

Só na medida em que no Minho se desenvolverem culturas ricas ou fàcilmente industrializáveis, e para as quais lá existem boas condições, como por exemplo a fruticultura industrial, a produção hortícola, a produção de sementes de plantas forrageiras, hortícolas e flores, a cultura de plantas medicinais, a cultura de beterraba sacarina, etc., como base da produção, ou complemento da exploração agro-pecuária, é possível subsistir no cultivo da terra, com aumento do precário nível da vida dos agricultores.

Aquele deputado concluía assim:

— A instalação do Posto Agrário de Braga, nos terrenos a que aludo, e que reputo com condições únicas pelas suas dimensões, localização e características agrológicas, etc., seriam de um interesse que nunca é demais encarecer, como também será da maior importância o início dos cursos profissionais agrícolas.

Num coordenado espírito de colaboração entre esses serviços de Ministérios diferentes, mas que todos visam fins comuns, num verdadeiro, sincero e proffícuo apostolado ao serviço da Lavoura, poderiam essas três escolas — Escola Agrícola, Posto Agrário e Escola de Agentes de Educação Rural, em boa hora inaugurada e que já vai ter como professores Engenheiros-Agrónomos e Regentes Agrícolas do Posto Agrário e cursos profissionais — ser o núcleo de uma grande região que pode ver-se a braços com uma crise que só enfrentará vitoriosamente se for auxiliada pelo Governo na instrução e preparação profissional dos agricultores e na valorização industrial dos produtos da terra.

Poderá isto parecer um sonho? Mas temos esperança que o Governo o transformará numa bela, magnífica, próxima realidade.

O novo Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Braga Dr. Manuel de Castro Meireles

A posse dum chefe de secretaria duma câmara é sempre acto de grande importância, pela posição de relevo que tal funcionário ocupa na vida administrativa do concelho como o mais categorizado dos funcionários municipais, e por ser um colaborador directo da Câmara nas suas múltiplas actividades.

Em Braga esse acto reveste-se ainda de maior significado, não só por se tratar da terceira cidade do País, como ainda pela acção verdadeiramente notável que o seu Município vem desenvolvendo através dum plano de realizações de vulto, que implicam para o Chefe da Secretaria grandes responsabilidades e aturadas diligências.

O Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Braga é o Sr. Dr. Manuel de Castro Meireles, um novo cheio de qualidades que lhe permitirão triunfar dentro do cargo que conquistou pela brilhante classificação que obteve na sua formatura em Direito, e que pertence a uma ilustre família.

Da cerimónia da sua posse dá-nos o *Correio do Minho* de 2 de Março o seguinte relato:

«Conforme tinha sido anunciado, no gabinete do Sr. Presidente da Câmara teve ontem lugar, de manhã, o acto de posse do novo chefe da secretaria daquele corpo

administrativo Sr. Dr. Manuel de Castro Meireles que até aqui exerceu as funções de Conservador do Registo Civil na comarca de Aviz.

Dado o prestígio daquele funcionário superior, o acto esteve extraordinàriamente concorrido, vendo-se no mesmo, além de amigos do empossado, alguns dos quais que se deslocaram propositadamente da sua terra natal, Felgueiras, e de que se destacava o presidente do Município daquele concelho, Sr. Dr. José de Castro Leal Faria.

De Braga, além dos Srs. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente do Município e dos vereadores Eng.º Magalhães Salgado, António Fernandes de Araújo e Dr. Olindo Casal Pelayo encontravam-se ainda presentes os chefes de serviço de todas as secções do Município, pessoal superior dos Serviços Municipalizados, etc.

O 1.º oficial Sr. Manuel Coelho leu o auto de posse, findo o que, o Sr. Dr. Manuel de Castro Meireles leu a fórmula de juramento, seguindo-se a assinatura pelo novo chefe da secretaria da Câmara de Braga e testemunhas.

O Sr. António Maria Santos da Cunha, ilustre Presidente do Município e que presidiu à cerimónia, falando de improviso, saudou o novo funcionário, patenteando o seu regozijo e o da Câmara por ter o Sr. Dr. Manuel de Castro Meireles no primeiro lugar do quadro do seu funcionalismo, vago pela saída do Sr. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira que pelo mesmo ficou bem prestigiado.

Mais adiante, o Sr. António Maria Santos da Cunha, salientou a colaboração leal da Câmara e de todo o funcionalismo, desejando ao novo Chefe da Secretaria as maiores felicidades naquele cargo.

O Sr. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, que se encontrava também presente, saudou o seu sucessor, agradecendo as palavras que lhe foram dirigidas pelo Sr. Presidente.

No uso da palavra seguiram-se ainda os Srs. Dr. António José da Costa, que na qualidade de condiscípulo do novo chefe da secretaria da Câmara traçou o seu «curriculum vitae», salientando o facto de o Sr. Dr. Manuel de Castro Meireles passar a fazer parte de um município que tanto se tem prestigiado pela acção desenvolvida pelo seu presidente e colaboradores; e o Sr. Dr. José de Castro Leal Faria, presidente da Câmara de Felgueiras e conterrâneo do empossado, o qual teve para o Presidente do Município bracarense palavras encomiásticas.

Por último agradeceu o novo Chefe da Secretaria da Câmara de Braga, que se referiu às palavras do Sr. Presidente, assim como de todos os oradores que o antecederam, tecendo algumas considerações sobre a problemática geral da Administração Pública e do Direito Municipal, terminando por saudar o povo de Braga, na pessoa do seu ilustre e prestigioso presidente.

O 9.º aniversário da posse do Sr. Comendador António Maria Santos da Cunha no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Braga — Concessão da Medalha de Ouro da Cidade com Palmas de Mérito

Dada a nossa posição de funcionário municipal e o receio de que possa atribuir-se às nossas palavras um sentido de lisonja, em vez de comentarmos este acto e

a sua alta significação de justa homenagem, passamos a transcrever o que, a propósito, o *Correio do Minho*, de 28 de Março, publicou:

«Como foi noticiado, passou recentemente o 9.º aniversário da posse do Sr. Comendador António Maria Santos da Cunha, no cargo de Presidente do nosso Município. A obra de transformação levada a cabo em todos os sectores da vida citadina, os acontecimentos que se têm verificado na felicíssima vigência do seu mandato e o prestígio que tem provocado para a cidade, de há muito já, conquistaram o reconhecimento de todos os bracarenses.

Ausente em Lisboa, mais uma vez a tratar de assuntos de grande interesse para Braga, dois dos quais demos ontem mesmo notícia, a Câmara que ontem funcionou sob a presidência do Sr. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, já no fim da reunião, numa homenagem justíssima ao seu dinâmico Presidente votou para aprovação uma proposta da autoria dos prestigiosos vereadores, Srs. António Fernandes de Araújo e José Maria Rodrigues, cuja texto damos a seguir:

Proposta

«Ocorreu ontem o 9.º Aniversário da investidura do Sr. Presidente da Câmara Municipal nas funções que tão superiormente tem desempenhado. Durante todo esse período de tempo, a sua actividade afirmou-se de tal maneira útil para os interesses e o prestígio, nos mais variados sectores da administração da Cidade e do Concelho, servindo-os com o mais acendrado carinho e a mais brilhante inteligência que nos parece — sem cairmos no pecado de ingratidão ou da indiferença deliberada — haver chegado o momento de lhe prestarmos a nossa homenagem em termos bem patentes, bem inequívocos, para além de simples palavras e, portanto, duradouros.

Com efeito, nove anos são mais que suficientes para avaliar da grandiosa obra que Braga deve já ao Sr. Presidente do nosso Município.

Seria necessário mesmo um esforço intenso, exaustivo, que não está no limite das nossas forças, se pretendessemos enumerar e definir as proporções extraordinárias dessa obra, a quem nenhum bracarense deixou ainda de prestar a sua mais agradecida homenagem.

Em todos os aspectos ela está à vista de quem aqui vive e de quem nos visita, pois a Cidade sofreu nos últimos anos uma profunda modificação tendo-se acrescentado e renovado quase maravilhosamente.

Nós, orgulhamo-nos de ter colaborado, muitas vezes apenas com o nosso pleno assentimento, nessa ampla série de realizações, cujo plano pertence quase por inteiro à ampla e penetrante visão do Sr. Presidente desta Câmara, que conhece nos mínimos pormenores os problemas locais, e sabe satisfazer as legítimas aspirações e necessidades da nossa população.

Por outro lado, ele tem posto sempre, com uma dedicação sem limites, a sua larga influência pessoal, política e social ao serviço da nossa terra, demonstrando um apaixonado amor bairrista e um dinamismo que frequentemente colide com a sua saúde e as suas justas comodidades individuais, comerciais e até familiares.

Termina em Dezembro próximo o nosso mandato de Vereadores. Julgamos, por isso, de perfeita coerência que, antes de abandonarmos os cargos que tão honrosamente nos permitiram acompanhá-lo e admirar directamente as suas excepcionais

qualidades de administrador, de realizador e de diplomata, deixemos marcado por forma iniludível o vivo testemunho do nosso profundo apreço e do nosso indelével reconhecimento em nome da própria Cidade, cujos sentimentos sinceros estamos certos de traduzir.

Na nossa condição de Vereadores mais antigos, pela idade, deste Corpo Administrativo, cabe-nos, por isso, o subido privilégio de propor à consideração e à aprovação da Câmara, aproveitando a data tão propícia que acabou de passar, que seja atribuída ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Excelentíssimo Senhor António Maria Santos da Cunha, a medalha de ouro, com palmas de mérito, da nossa Cidade, em demonstração pública dos altos e relevantíssimos serviços que, a tantos títulos e em tantas oportunidades ele prestou no decurso destes nove fecundos anos de trabalho com zelo, entusiasmo, clarividência e espírito de sacrifício exemplares.

Essa medalha foi criada, como se sabe, por esta Câmara, nos fins do ano passado, para galardoar Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, quando das suas comemorações jubilares episcopais, em prova de muita admiração e gratidão por Quem tanto se havia dedicado à nossa Terra, promovendo o seu engrandecimento como cabeça espiritual da Arquidiocese.

Parece-nos agora insofismàvelmente lógico que seja concedida e entregue em cerimónia especial, a fixar oportunamente, a quem tão denodadamente e com tanta competência se tem também consagrado aos progressos sociais, culturais e urbanísticos de Braga, promovendo o seu engrandecimento ante nacionais e estrangeiros e pugnando sempre pelo triunfo de todas as iniciativas, particulares e oficiais, tendentes a alcançar em nível cada vez mais elevado esse tão desejado engrandecimento.

Braga e Sala das Reuniões da Câmara, 27 de Março de 1958.

Os Vereadores,

aa) *António Fernandes de Araújo*
José Maria Rodrigues»

Finda a leitura, pelo Sr. António Fernandes de Araújo, o Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao vereador Sr. Dr. Olindo Casal Pelayo, o qual, principiando por dizer que dava a sua adesão ao texto da proposta, se referiu à obra verdadeiramente gigantesca do Sr. António Maria Santos da Cunha.

Recorda, então, a fulgurante carreira do Sr. Presidente da Câmara que, logo no seu início, há 9 anos, se transformou numa ridente promessa.

O vereador Sr. Carlos Brandão, no uso da palavra, associou-se às palavras do Sr. Dr. Olindo Casal Pelayo, regozijando-se com a proposta apresentada.

Da mesma forma, o Sr. Eng.º Magalhães Salgado, confirmou as palavras dos seus colegas, aplaudindo com entusiasmo a proposta apresentada.

O vereador Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, depois de se referir à proposta assinada pelos seus dois ilustres colegas, exteriorizou todo o seu aplauso ao texto da mesma, manifestando o seu entusiasmo.

Por último, o Sr. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, considerando que a proposta havia sido aprovada por unanimidade, representando assim eloquentíssimo acto de gratidão, propôs que a mesma fosse aclamada de pé, por todos, o que se verificou, com uma salva de palmas, a que a assistência, que se encontrava na teia, correspondeu com muito entusiasmo.

Conferência do Dr. Francisco Martins da Costa (Aldão) promovida pelo «Convivium»

Do programa cultural que a Associação de Escritores e Artistas «Convivium» regularmente executa para os seus associados e todos os que se interessam pelos assuntos do espírito, fazem parte conferências que conseguem marcar pela importância dos assuntos versados e pelo valor dos intelectuais que as realizam.

Actividades deste género, muito dignificam a cidade de Braga que, no aspecto cultural, tem de facto assinalada posição entre as demais.

Desta vez foi conferente o Dr. Francisco da Costa (Aldão). Com superior elevação prendeu a atenção da graduada assistência que, em 1 de Abril, encheu o Salão Nobre da Biblioteca Pública, para ouvir a sua admirável lição sobre «Materlink e outros escritores».

Fez a apresentação do conferente o Sr. Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, e presidiu à sessão o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto que a encerrou com palavras de muito apreço pelo trabalho produzido.

O aniversário natalício de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz e a entrega da Medalha de Ouro da Cidade a Sua Excelência Reverendíssima

Não podia deixar de ficar assinalado tão feliz aniversário, ocorrido a 5 de Maio, que a cidade e toda a arquidiocese celebram com justificado júbilo e com o carinho devido ao glorioso antístete que consagrou toda a sua vida ao serviço de Deus e das almas que lhe foram confiadas.

O Município bracarense, intérprete fiel do sentir dos seus munícipes, num gesto de merecido louvor e numa afirmação de leal e reconhecido agradecimento para com Sua Excelência Reverendíssima, que tanto tem contribuído para a elevação do nível moral e espiritual do seu povo, resolveu atribuir-lhe a Medalha de Ouro da Cidade, distinguindo assim as excelsas qualidades do seu Guia espiritual, do seu Prelado.

O *Correio do Minho*, de 5 de Maio, dá-nos do acontecimento o seguinte circunstanciado relato:

«Depois das brilhantes cerimónias que os Seminários Arquidiocesanos promoveram, no passado domingo, de homenagem ao Venerando Arcebispo Primaz, que, como já foi noticiado, se iniciou com um solene Pontifical, celebrado por Sua Ex.ª Reverendíssima para inauguração da nova Capela do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, e com uma sessão solene em que foram exaltadas as virtudes de tão insigne Prelado, ontem dia do aniversário natalício do Venerando Artístite, o Paço da rua de Santa Margarida registou, durante todo o dia, um movimento extraordinário de pessoas que, de todo o Distrito, por ali passaram para lhe apresentarem cumprimentos e beijarem o sagrado anel.

Às 16 horas, compareceu ali a Câmara Municipal, com os seus Presidente, Vice-Presidente, Vereadores e Conselheiros Municipais, acompanhada de todos os funcionários superiores das diversas repartições, para entregar ao Senhor Arcebispo

Primaz a Medalha de Ouro da Cidade, com Palmas de Mérito, que por proposta do Sr. Presidente lhe foi conferida.

Estavam também presentes os Srs. Governador Civil, Presidente da Junta da Província do Minho, Comandantes Militares da Cidade, de Infantaria 8, da G. N. R. e da P. S. P.; D. Francisco Maria da Silva, representado pelo Sr. Cónego Apolinário Rios; Rev.^{mos} Dr. Lúcio Craveiro da Silva e João Cabral, respectivamente Reitor e Professor da Faculdade de Filosofia; Padres José Gualberto e Francisco Portela, respectivamente Reitor de Montariol e Superior da Casa do Carmo; Juiz Corregedor da Comarca; Dr. Eugénio Bacelar, Secretário do Governo Civil e Presidente da Junta Arquidiocesana da Acção Católica; Comendador Augusto Nogueira da Silva; Adolfo Santos da Cunha, Presidente do Grémio do Comércio de Braga.

A Imposição da «Medalha de Ouro da Cidade» e um expressivo discurso do Senhor Presidente da Câmara

Num ambiente de muita distinção, o Sr. D. António Bento Martins Júnior entrou na Sala do Trono, altura em que o Senhor António Maria Santos da Cunha, depois de beijar o anel do Venerando Prelado, proferiu o seguinte e expressivo discurso:

«Aproveitando a data do aniversário natalício de Vossa Excelência Reverendíssima — data que é sempre pretexto para que de todos os recantos da gloriosa Arquidiocese Primaz, de que Braga é cidade mãe, se dirijam aos Céus fervorosas preces pela conservação da preciosíssima vida de quem constantemente se tem imolado ao serviço da Grei que lhe foi confiada — aqui está, perante o seu amado Pastor, jubilosamente, a Câmara Municipal a que presido, acompanhada dos mais representativos valores da cidade e do concelho.

Vem em cumprimento da deliberação tomada do início das Comemorações Jubilares que agora se encerram, entregar ao Arcebispo Primaz das Espanhas e Senhor de Braga, a «medalha de ouro com palmas de mérito», especialmente criada com o fim de testemunhar a Vossa Excelência Reverendíssima o quanto esta cidade, que o viu menino atravessar as suas ruas nos fins do século passado, vindo do extremo Sul da Arquidiocese — dessas terras cheias de beleza que o mar adorna ao longe, de Vila do Conde, terras que legìtimamente, por mais de uma vez, têm afirmado o quanto se ufanam do seu egrégio Filho — em procura das fontes do saber e da santidade que sempre brotaram na cidade dos Arcebispos, sem contudo poder adivinhar que vinha ali quem havia de fazer parte, de maneira proeminente, da cadeia dos venerandos Prelados Bracarenses, que têm ilustrado singularmente as páginas da história da Igreja e da Pátria.

O galardão de que somos portador dirige-se no entanto, mais para o Homem do que para o Bispo.

Das benemerências do Arcebispo já foi dito e escrito o suficiente para que bem se avalie o quanto ficará a avultar nas páginas da História o Seu nome e a Sua benemérita acção que se tem estendido a todos os campos onde o seu cajado de pastor solícito tem podido chegar.

A obra dos Seminários, dos Colégios, dos Congressos, das Catequeses, da reforma dos costumes e os seus luminosos ensinamentos, está patente ao bom juízo dos homens do presente e do futuro.

Mas a cidade não pode esquecer o que deve ao Homem que, através de tantas décadas, com ela tem sentido as suas alegrias e tristezas. Sabemos que o coração

de Vossa Excelência Reverendíssima está por igual presente em toda a arquidiocese, mesmo nos mais recônditos e distantes lugarejos, mas queremos para nós acreditar que esta cidade, onde tem vida quase toda a Sua vida, onde formou o Seu espírito e ajudou a formar o de gerações sem fim de estudantes, não pode deixar de lhe merecer especial deferência e carinho.

Foi esta a cidade onde V. Ex.ª Rev.ma desempenhou altas funções ao lado do seu Venerando e Eminente Antecessor, e donde partiu fugazmente para as terras de Bragança aureolado pela plenitude do sacerdócio, para logo voltar a ocupar a cadeira de Maurício, Geraldo, de Paio Mendes e João Peculiar, que em breve ocuparão a Praça do Município.

Como eu recordo as galas da nossa Veneranda Catedral ao receber Monsenhor Martins Júnior, Bispo Eleito de Bragança e Miranda, para ser sagrado! Como o tempo passa depressa e se vão para nós tornando cada vez mais saudosas as recordações da adolescência!

A Cidade sabe que o seu Arcebispo é o primeiro dos bracarenses; que sente com ela os seus problemas; que não é só o bracarense número um, pelo direito que lhe confere a posição que ocupa, mas é-o também pelo coração e pelos altos serviços que lhe tem prestado.

Benemerências de toda a ordem a favor da Bracara Augusta: benemerências de ordem espiritual e material. As mais rasgadas iniciativas se lhe ficam devendo e constantes obras têm ajudado muitos a ganhar o pão de cada dia.

Sempre presente em todas as manifestações religiosas e cívicas, a Sua figura de diplomata, a Sua presença cheia de distinção, de verdadeiro Príncipe, tornou-se na verdade imprescindível e querida.

Fica, pois, bem à Câmara Municipal de Braga conceder a Vossa Excelência Reverendíssima esta distinção que, estamos certos, se poucas vezes vai pousar no peito, que a Cruz basta para honorificar, não mais sairá do mais íntimo do seu coração.

Modelo de chefe: sábio, santo e prudente, este nosso grande Arcebispo! Excelente cristão e Patriota por Excelência!»

Seguidamente, o Sr. Dr. Castro Meireles, chefe da secretaria da Câmara, procedeu à leitura da proposta da concessão da Medalha, escrita a letras de ouro em artístico pergaminho, findo o que, o Sr. António Maria Santos da Cunha, por entre palmas prolongadas, colocou no peito do Venerando Arcebispo Primaz, a respectiva insígnia.

A Banda de Música do Colégio dos Órfãos, que estava no jardim, executou os Hinos do Prelado e da Cidade, e o Sr. Dr. António Abranches, Governador Civil, usou da palavra para manifestar ao ilustre Prelado Bracarense o seu júbilo pelo que estava a passar-se, e para o felicitar pelo seu aniversário natalício, tanto mais, acentuou, que Sua Ex.ª Rev.ma estava no pleno vigor de toda a sua actividade espiritual, o que representava uma honra para Braga e para a Arquidiocese. Felicitou a Câmara pelo seu gesto em galardoar tão alto Benemérito da Cidade, e terminou por desejar ao Sr. Arcebispo Primaz muitos e prósperos anos de vida.

Emocionado pelo que acabava de passar-se, o Sr. D. António Bento Martins Júnior começou por dizer que estava confundido, acentuando:

«Elevam-me a uma categoria tão alta, que eu reconheço não ter forças para lá subir. Porém, fazem-no com tanta distinção, que o meu coração já se habituou a estas emoções»; e, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse:

«Recordou V. Ex.ª a minha terra, este Minho encantador, e eu nunca esqueci nem perdi de vista as lições dos Mestres que aqui tive. Desde então, jamais se apagou de mim o amor a esta cidade, onde passei a minha mocidade e quase toda a minha vida. Com esta medalha vieram tocar de novo o meu coração, cheio de recordações saudosas. Ela me dará coragem pela vida fora, e novos alentos por trabalhar por Braga e pelo seu progresso, e como ela vem das mãos de quem tanto tem feito pelo seu ressurgimento, mais me prende aos seus problemas».

Recordou as palavras do discurso do Sr. Presidente do Município: «O galardão de que somos portadores dirige-se mais para o Homem, do que para o Bispo», acrescentando: «na verdade, Braga foi governada por grandes e Santos Prelados, que tendo nas mãos o senhorio de Braga, deixaram obra imorredoira. Ao Bispo basta-lhe a Cruz, símbolo de sacrifício e de fé.

Agradecendo-lhe, Sr. Presidente, as suas palavras, que são reflexo desta cidade bondosa e progressiva, de onde nasceu Portugal, apertarei a medalha, com que quiseram distinguir-me, muito ao meu coração, e hei-de procurar corresponder a esta prova de simpatia e de admiração pelo humilde Pastor que apenas tem procurado cumprir o seu dever».

E depois de agradecer as palavras do Sr. Governador Civil, a cujo governo desejou as maiores venturas, o Primaz das Espanhas, comovido, manifestou a toda a assistência o seu reconhecimento, com um muito e muito obrigado.

E assim terminou a soleníssima cerimónia, continuando, pela tarde fora, o bondoso Prelado a receber os cumprimentos de centenas de pessoas e deputações vindas de toda a parte.

O Ministro da Educação Nacional e os Subsecretários de Estado da Educação Nacional e das Obras Públicas visitam a cidade de Braga

Com o maior entusiasmo foram recebidos em Braga, em 17 de Maio, o Ministro da Educação Nacional e os Subsecretários de Estado da Educação Nacional e das Obras Públicas que, numa afirmação de muito apreço por esta cidade e os seus problemas, quiseram, mais uma vez, significar, com a sua presença, o muito interesse que põem no estudo e resolução dos seus legítimos anseios.

Tendo procedido a algumas inaugurações, de que adiante nos ocuparemos, consideraram a realização de futuros melhoramentos a efectuar dentro do âmbito das atribuições dos respectivos ministérios, que muito beneficiarão a cidade e a sua gente.

Sobretudo cabe-nos salientar a inauguração do novo edifício da Escola Técnica. Braga dispõe de mais um modelar estabelecimento de ensino que, pela sua grandiosidade, muito honra a cidade. Pode afirmar-se, sem receio, que o novo edifício compreende um conjunto de magníficas instalações que surpreendem pela sua harmonia e vastidão. É mais uma realização de vulto que ficamos devendo à actual Situação, e que nos permite encarar resolutamente, de forma satisfatória, o problema da progressiva matrícula de alunos no ensino profissional e técnico, índice seguro da marcha ascensional da região e do País, no caminho da cultura e do progresso.

Dada a oportunidade e o objectivo da visita, e a áurea de simpatia que envolve

tão ilustres Membros do Governo, não admira a calorosa recepção que lhes foi dispensada, o carinho em que foram envolvidos.

No desejo de darmos um relato circunstanciado da visita ministerial e do seu alto significado, transcrevemos o que o *Correio do Minho* largamente relatou a esse respeito, em seus números de 18 e 20 de Maio:

1.º Dia:

«A cidade de Braga recebeu ontem, 17 de Maio, com o maior entusiasmo a visita dos Srs. Prof. Eng.º Leite Pinto, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa e Eng.º Saraiva de Sousa, respectivamente Ministro e Subsecretário da Educação e Subsecretário das Obras Públicas. A população de Braga, apesar de a visita se realizar num dia útil, soube, uma vez mais, prestigiar os pergaminhos e receber condigna e apoteòticamente os ilustres visitantes, incansáveis e esclarecidos obreiros do ressurgimento nacional.

Os Srs. Ministro e Subsecretários de Estado foram envolvidos em carinhosas manifestações de simpatia, manifestações e simpatia que vieram tanto dos elementos mais representativos na vida oficial política e social, como das novas gerações tão largamente representadas na recepção. É-nos materialmente impossível inumerar, sem cometermos graves omissões, as individualidades presentes, as instituições e colectividades representadas.

Teve beleza e magnífico significado cívico o cortejo automóvel que se formou a partir de Tebosa — limite do concelho — onde foram esperados por considerável multidão os Srs. Ministro e Subsecretários. O povo anónimo das freguesias rurais associou-se expontâneamente às homenagens que a cidade e o concelho dispensaram aos distintos homens públicos. Muito povo se alinhou na berma da estrada e, aqui e além, foram lançadas, em profusão, flores sobre o carro em que seguiam. A chegada do extenso cortejo a Maximinos foi assinalada por uma potente salva de morteiros. Depois, foi a apoteose, a vibração intensa e autêntica, as palmas frenéticas, os vivas larga e calorosamente correspondidos, as flores generosamente lançadas sobre quem tão esplêndidamente representa 32 anos de paz, de ordem, de trabalho, de justiça social, de progresso e de prestígio nacionais.

A população da cidade sabe bem que os melhoramentos que hoje se inauguram correspondem exactamente a aspirações que justamente mantinha e que agora vê concretizadas. É esta a nota máxima do tempo presente — prometer e cumprir, estudar e realizar, conceber e dar realidade. A população da cidade sabe claramente distinguir entre as promessas de almanaque das sereias do despeito e do ódio, e as verdades de que disfrutam largamente no regime que nos governa por mandato da Nação.

A recepção no limite do Concelho e o cortejo automóvel

A chegada a Braga dos Srs. Ministro da Educação Nacional e Subsecretários da Educação Nacional e das Obras Públicas, foi assinalada com manifestações de muito entusiasmo pelos bracarenses.

Logo de manhã, a cidade, mormente na zona sul, apresentava-se caprichosamente engalanada, e a Praça do Município, uma vez mais teatro de eloquente manifestação de nacionalismo, emoldurava-se de viçosas verduras.

Os prédios de todo o seu quadrilátero, estavam guarnecidos de lindas colgadu-

ras e bandeiras com as cores da cidade e nacionais que davam ao ambiente a nota polícroma dos grandes dias.

Pouco depois das 15 horas, ao limite do concelho de Braga, em Tebosa, começavam a afluir dezenas e dezenas de automóveis que iam constituir a caravana, que, até à cidade, acompanharia os ilustres membros do Governo.

A aguardá-los, entre outros que se nos tornou possível referir, vimos os Srs. Presidente da Junta de Província do Minho, Dr. Felicíssimo Campos; deputados Dr. João Dias Rosa, Eng.º António Lacerda e Dr. Alberto Cruz; Dr. Teófilo Esquível, Presidente da Comissão Concelhia da U. N.; Dr. Francisco de Campos, Corregedor do Círculo Judicial de Braga; Dr. Francisco José Veloso, Juiz-Ajudante do Procurador da República; Dr. José Cabral, Juiz do 1.º Tribunal da Comarca de Braga; Director e Adjunto da Direcção Escolar; Reitor do Liceu Nacional de Braga; Director da Escola Industrial e Comercial; Eng.ºs Martins Moreira e Guimarães, da Direcção de Estradas de Braga; Dr. José do Egipto, pela Associação de Futebol; Dr. António Vilas Boas e Alvim; Jornalista Manuel Araújo; Eng.º António Lopes e Alfredo Teixeira, da Direcção do Sporting de Braga; membros das Confrarias de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus do Monte; Major Hilário de Lima; Dr. Aires Ferreira; Dr. Almeida Soares, Delegado Provincial Adjunto da M. P.; Francisco de Azevedo Campos; Colares Pinto e Daniel de Andrade, respectivamente gerentes dos Bancos Nacional Ultramarino e Borges & Irmão; Ricardo e Cirilo Amorim, António Alberto de Sousa, Pinheiro da Costa, Arquitecto Francisco Augusto, Carlos Brandão, Francisco da Silva Domingues, Manuel Vilaverde, António Fernandes Antunes, Monsenhor Abílio de Araújo, Eng.º Amorim, professores do ensino secundário e técnico, industriais, comerciantes, etc.

Pelas 16 horas, os Srs. Ministro da Educação Nacional e Subsecretário das Obras Públicas, chegavam à ponte da Trofa, no limite do distrito, onde receberam os cumprimentos do Sr. Governador Civil e Presidente da Câmara Municipal de Braga, encontrando-se também presentes os Srs. Capitães Euclides de Barros e Américo de Oliveira, respectivamente comandante da P. S. P. e da G. N. R. e outras autoridades.

De Famalicão foram cumprimentar os ilustres titulares, o Vice-Presidente do respectivo Município, comissão concelhia da União Nacional e outras individualidades.

Entretanto a esposa do Senhor Subsecretário das Obras Públicas tomava lugar noutro carro, sendo acompanhada pelas senhoras de Santos da Cunha e Silva Pinto.

No limite do concelho, onde se encontravam as restantes autoridades, os membros do Governo receberam ali os cumprimentos sendo as apresentações feitas pelo Presidente do Município.

Em ambiente festivo, pôs-se a caravana em marcha, constituída por muitas dezenas de automóveis que em alguns pontos da estrada foi saudada por muitos populares que lançaram flores sobre os carros dos membros do Governo.

Na Praça do Município registou-se a presença de muitos milhares de pessoas, vendo-se ao lado da gente trabalhadora individualidades de todas as condições sociais. Crianças das Escolas, alunos de todos os estabelecimentos de ensino, sacerdotes e muitas senhoras, vibraram de entusiasmo à chegada dos membros do Governo.

As janelas e as varandas dos prédios encontravam-se completamente pejadas de pessoas que à chegada do cortejo governamental o saudou com aceno de lenços.

No topo nascente da Praça do Município estava a banda de música dos Órfãos de S. Caetano a qual, à chegada do Ministro e Subsecretário das Obras Públicas, fez

ouvir o hino da «Maria da Fonte», constantemente interrompido com vivas a Portugal e ao Governo do Estado Novo e a Salazar.

O Sr. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, ilustre Subsecretário da Educação Nacional, que vindo de Fafe chegara momentos antes a esta cidade, abeirou-se do Ministro da Educação Nacional e Subsecretário das Obras Públicas aos quais apresentou cumprimentos.

Entretanto, os membros do Governo acompanhados das autoridades de Braga, atravessaram a Praça do Município, até à entrada da Câmara, onde se encontrava postada uma guarda de honra constituída pelo Centro de Hipismo da M. P., Bombeiros Municipais, com a charanga e piquetes dos Bombeiros Voluntários de Ribo d'Ave.

Ao lado das representações dos mesmos Sindicatos com os seus estandartes, encontrava-se larga representação de trabalhadores que com todo o entusiasmo, saudaram com vivas a Portugal e ao Estado Novo, os ilustres homens públicos.

Uma revoada de centenas de pombas, largadas no momento, deu uma nota de belo efeito à recepção das escolas, e milhares de crianças no momento de maior entusiasmo acenaram com bandeirinhas verde-rubras, correspondendo na sua alegria incontida aos vivas da multidão.

Sempre no meio do mais transbordante entusiasmo, o Sr. Ministro da Educação Nacional passou então revista à guarda de honra, executando a charanga dos Bombeiros de Riba d'Ave a marcha de continência.

Após esta cerimónia, que decorreu num ambiente de muita elevação, os ilustres membros do Governo subiram então as escadarias do Município, recebendo nova e quente ovação por parte das alunas dos Colégios Secundários que, dando vivas a Portugal, despejaram chuvas de flores.

Cá fora, à medida que pelos alto-falantes, se retransmitia o início da sessão, o povo não se cansava de dar vivas aos membros do Governo.

A brilhante sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho

Nos Paços do Concelho destacava-se um numeroso grupo de senhoras da nossa sociedade, que emprestavam ao ambiente um tom distinto. Essas senhoras, comparecendo em elevado número, quiseram marcar a sua presença nesta hora de júbilo e homenagear as senhoras de Rebelo de Sousa e de Saraiva e Sousa.

Pelos salões do município espalhava-se uma verdadeira multidão de individualidades de relevo na vida política, militar, social, escolar, intelectual, forense. Destacavam-se as figuras venerandas dos Srs. D. António Bento Martins Júnior e D. Francisco Maria da Silva, respectivamente Arcebispo Primaz e Bispo de Telmissus e Auxiliar de Braga, bem como larga representação de sacerdotes.

Estavam presentes também a Comissão Distrital da União Nacional e todas as Comissões Concelhias do distrito, dirigentes da M. P. F., da M. P. e da Legião Portuguesa, professores de todos os graus de ensino, direcções das instituições de caridade, humanitárias e culturais, deputados e procuradores à Câmara Corporativa, dirigentes dos Grémios dos Sindicatos Nacionais e das Casas do Povo, magistratura do Trabalho, professores da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, vereadores e conselheiros municipais, etc.

Quando os três membros do Governo deram entrada nos salões camarários, as entidades referidas dispensaram-lhes calorosa ovação. Após a troca de cumprimentos

e de feitas as apresentações, o Ministro e os Subsecretários de Estado dirigiram-se para o salão nobre, onde os acolheu um ambiente de funda simpatia. As palmas estrugiam nos ares, quentes, sinceras prolongadas.

Feito silêncio, foi constituída a mesa. Presidiu o Prof. Eng.º Leite Pinto, prestigioso Ministro da Educação Nacional, que tinha à direita os Srs. Eng.º Saraiva e Sousa, Subsecretário de Estado das Obras Públicas, António Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal, Coronel Álvaro Cunhal, Comandante Militar de Braga, Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho, e à esquerda os Srs. Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. António Abranches, Governador Civil do Distrito, Dr. Campos de Castro (Carcavelos), Corregedor do Círculo Judicial e Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional.

Em lugares especiais, tomaram lugar os Srs. Arcebispo Primaz e Bispo de Telmissus.

O discurso do Sr. Presidente da Câmara

Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. António Santos da Cunha que, com voz firme e frequentemente interrompido por quentes salvas de palmas e «apoiados» da selecta assistência, proferiu o seguinte e notável discurso:

«Com especial aprazimento dirijo a Vossas Excelências, Senhor Ministro da Eduacção Nacional e Senhores Subsecretários de Estado, os cumprimentos de boas-vindas que, nas actuais circunstâncias têm, forçosamente, de se revestir de especial significado.

Vêm Vossas Excelências inaugurar a Nova Escola Técnica, fruto da política de realizações que, cada vez mais, está na base da acção do Governo de que fazem parte, Governo que, se outros motivos não tivesse para merecer o grato carinho e respeito do País bastava o de ser presidido pela figura eminente de Salazar, o egrégio português a quem queremos mais uma vez dizer da nossa inquebrantável dedicação que a vida, se preciso, selará. Aqui também não reside o medo. Nem o medo nem a traição.

A Cidade de Braga é grata — tem que ser grata — ao auxílio que o Governo Nacional lhe tem prestado, auxílio que está bem patente aos olhos de todos. Por isso aqui se encontra, a convite do Município, nos seus elementos representativos e no seu bom povo, tendo à frente o seu Venerando Arcebispo, numa afirmação desse grato reconhecimento.

É a primeira vez que Vossa Excelência, Senhor Ministro da Educação Nacional, entra nesta casa, onde apaixonadamente se vivem os problemas que interessam à Cidade de Braga, e é a primeira vez também que me é lícito usar da palavra na sua presença.

Não precisa Vossa Excelência, vontade decidida ao serviço da Nação, dos meus incitamentos, das minhas pobres palavras de justiça; mas, ao saudá-lo, quero afirmar-lhe que tenho no mais alto apreço a sua altíssima inteligência e a maneira como tem sabido colocar ao serviço do ideal que o levou a dinamizar de maneira extraordinária o seu Ministério, para o que tem contado com a prestimosa colaboração do nosso bom Amigo Senhor Doutor Baltazar Rebelo de Sousa.

Há que afirmar, por amor à verdade, tão espezinhada por alguns, na hora que vivemos, que Vossa Excelência abriu novas clareiras nos horizontes da Educação Nacional.

Com que entusiasmo o ouvi, ainda há pouco, afirmar no seu gabinete que todos os esforços não eram de mais para elevar o nível cultural da gente portuguesa, e que aí era que estava a pedra de toque de tudo o mais.

Braga, Senhor Ministro, aprecia a sua obra e está-lhe grata pela criação do novo Liceu Feminino, como grato está ao Senhor Ministro das Obras Públicas pela disposição, em que sabemos se encontra, de impulsionar a rápida construção do edifício para o mesmo.

Os problemas de instalações escolares estão, neste momento, na primeira linha das nossas preocupações; e sabemos de antemão que contamos com o apoio do Departamento que Vossa Excelência dirige, para a solução dos problemas que forem surgindo.

Vem Vossa Excelência, Senhor Subsecretário de Estado das Obras Públicas, em representação especial de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas que os trágicos acontecimentos do Faial obrigaram a inesperadamente deslocar-se àquela porção da terra portuguesa, onde na hora difícil que ali se vive, o seu dever o chamou, e onde o coração de todos os portugueses está presente, presente no infortúnio daqueles nossos irmãos.

Estamos, ao Senhor Ministro e Vossa Excelência gratos: sempre que o Município, e com ele outras instituições citadinas, tem procurado a colaboração ou o auxílio do Departamento das Obras Públicas, para a solução dos problemas que interessam à Cidade e região, sempre Vossas Excelências sobre eles se têm debruçado com a sua competência de técnicos esclarecidos, de estadistas atentos às necessidades nacionais e de reconhecido valor, e com o carinho e preferência de uns verdadeiros Amigos.

Peço-lhe diga ao Senhor Ministro, que os homens que estão à frente do Município Bracarense encontram, na solicitude que o distingue, um dos motivos que os encorajam a prosseguir na obra de valorização da sua terra, e têm na devida conta — alta conta — o seu patrocínio, o seu conselho e, se Sua Excelência mo permite, a sua boa amizade.

A Nação sabe que o Engenheiro Arantes e Oliveira sacrifica a sua saúde, o seu bem-estar, os seus interesses, ao impulso de edificador que os cegos, de que já o Evangelho falava, não conseguem enxergar. Mas o Engenheiro Arantes e Oliveira sabe também que, quando um dia abandonar as funções que exerce, poderá olhar para trás, e verificar os surtos imensos de progresso que através de todo o País a sua acção deixará ficar.

E sabe bem, Senhor Ministro e Senhor Subsecretário, a quem trabalha, ver os frutos desse trabalho, mesmo que recolhidos por alguns poucos, que parecem não o ter em conta.

A Câmara, em obediência a um imperativo do seu coração e de toda a gente de Braga, deliberou prestar justa homenagem a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, pedindo a Vossa Excelência Senhor Subsecretário, seja o portador do testemunho dessa homenagem, tarefa que sabemos lhe é duplamente grata, pois presta-nos a nós, os de Braga, mais um serviço, e ajuda a homenagear Alguém, de quem é o primeiro e o mais dedicado dos colaboradores.

A Vossa Excelência, Senhor Subsecretário da Educação Nacional, com a afirmação do meu respeito e reconhecimento, uma só palavra. Muito obrigado pela sua presença que nos veio ajudar a honrar os nossos amigos... os seus amigos.

Meus Senhores:

Quer queiram, quer não queiram aqueles que tudo parecem apostados a negar

ou destruir, Braga continuará a sua ascensional marcha de progresso, acompanhando o País na renovação que por toda a parte se vai operando.

Estamos a erguer uma cidade nova, e a fazer destacar da cidade velha, veneranda aos olhos de todos os portugueses — os motivos de encanto que por toda a parte a enxameiam. Trabalhamos ardorosamente para o progresso das poucas indústrias que possuímos, e para o aparecimento de novas unidades. Algo temos conseguido; algo, estamos certos, há-de surgir. No campo de cultura, Senhor Ministro e Senhor Subsecretário, continuamos a lutar para que Braga volte a ser aquilo que foi noutras eras: Centro de estudo, cruzeiro da Cristandade.

Tudo sacrificaremos pelo bem da nossa terra e pela felicidade do seu povo, crente e patriota como nenhum outro, e que uma campanha constante e bem ordenada quer inglòriamente desorientar.

Se alguma coisa temos feito, já se disse, deve-se à ajuda do Governo e ao clima de paz e progresso que o regime que orgulhosamente servimos tem sabido e há-de continuar a manter.

A nova Escola Técnica vai proporcionar uma proficiente preparação da nossa gente e contribuir para o seu melhor viver. Isso, acima de tudo, interessa, já que as liberdades essenciais dos portugueses se encontram firmemente asseguradas, e não as deixaremos cair, nem no bulício da desordem a que a loucura e o demagogismo levam, nem na escuridão totalitária em que muitos a desejam sepultar.

Cremos em Deus, na sua ajuda. Cremos na Pátria redimida e livre sob a égide da Revolução Nacional. Cremos no poder rectificador, porque muito — mesmo muito — na verdade, há a rectificar.

Cremos no Governo que Salazar chefia e de que Vossas Excelências, Senhor Ministro e Senhores Subsecretários de Estado, são Membros ilustres que a Cidade saberá acarinhar gratamente. Cremos no futuro de que o passado é sobeja garantia. Desprezamos a mentira, a agitação fácil, a desordem que é a inimiga da acção.

Viva Sua Excelência o Presidente da República!

Viva o nosso grande Chefe Salazar!

Vivam os nossos ilustres Visitantes!

Viva a Cidade de Braga!

O discurso do Ministro das Obras Públicas

O Sr. Eng.º Saraiva e Sousa, ilustre Subsecretário de Estado das Obras Públicas, que falou a seguir, começou por agradecer, em seu nome e no do Sr. Ministro das Obras Públicas, forçadamente ausente por motivo da necessidade urgente da adopção de medidas de protecção às populações atingidas pelas consequências da intensa actividade do vulcão dos Capelinhos, as saudações que lhes tinham sido dirigidas pela cidade e pelo Presidente do seu município. Manifestou igualmente o seu apreço pelas pessoas do Ministro e do Subsecretário da Educação Nacional.

Passou, então, a ler o discurso que o Sr. Eng.º Arantes e Oliveira tinha escrito expressamente para esta cerimónia, que damos na íntegra, pelo alto interesse que reveste para a satisfação de algumas das mais instantes aspirações da cidade e do concelho.

A assistência, ciente da importância das afirmações produzidas, aplaudiu vivamente as suas passagens:

«Considero grande privilégio poder recordar neste ensejo outras ocasiões, felizmente já numerosas em que, no exercício das minhas funções, me foi dado o prazer de vir a esta bela Cidade de Braga.

Estão ainda muito vivas no meu espírito as magníficas impressões que me deixou a visita de há dois anos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República que tive a honra de acompanhar nessa jornada inesquecível e para quem vão neste momento as minhas homenagens de profundo respeito e indefectível gratidão.

Merece-me também referência muito especial, pelas atenções de que fui alvo e que tanto me penhoraram, a minha recente peregrinação por terras do Distrito de Braga na agradabilíssima companhia de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional e que conta para mim entre as mais gratas e mais úteis, mercê da diligência pessoal do Senhor Governador Civil e da bondade e deferência de todos.

Graças aos meus contactos frequentes com a vida da Cidade, tenho podido acompanhar de perto o seu notável progresso e partilhar do regozijo dos seus habitantes à medida que vão sendo convertidos em gratas realidades os seus legítimos anseios.

Não é minha intenção recapitular nesta ocasião as etapas sucessivamente vencidas no rumo do engrandecimento desta Cidade. Apenas lhes faço referência para assinalar a profunda satisfação com que me tem sido dado verificar através delas a exemplar actuação da Câmara Municipal, sob a orientação competente e entusiástica do seu ilustre Presidente, sempre caracterizada por um perfeito sentido das conveniências do progresso do seu concelho e do bem-estar dos seus munícipes.

Não menos tem contribuído para esta satisfação, por outro lado, a verificação do bom êxito dos propósitos do Governo de assegurar a tão diligente actuação da Câmara Municipal a sua melhor colaboração e o seu mais franco apoio.

Foi-me particularmente grato ver corroborada esta circunstância pelo depoimento de Vossa Excelência, Senhor Presidente, por isso que sempre temos depositado as maiores esperanças na fecundidade desta política de conjugação estreita dos esforços do Governo e das autarquias locais, fundada no mais vivo respeito pelas prorrogativas municipais que todos desejamos ver cada vez mais fortalecidas a bem do interesse nacional.

Deve já a Cidade de Braga a esta orientação, tão acarinhada pessoalmente pelo Senhor Presidente do Conselho, muitas realizações de grande importância, entre as quais as que vamos ter a satisfação de inaugurar amanhã. É ainda nela que se integrarão outros melhoramentos vultuosos, já em plena execução ou simplesmente inscritos nos nossos planos comuns de actuação para serem realizados em futuro imediato ou próximo.

Não é este o momento mais próprio para um enunciado exaustivo do conteúdo destes planos. Cedo porém à tentação de transmitir a Vossas Excelências duas informações que sei que vão ser recebidas com prazer pela Cidade. A primeira refere-se à aprovação concedida pelo Governo ao plano municipal de urbanização da prometedora zona de expansão a Sul da Cidade onde se encontra a Escola Técnica concluída e o Hospital Regional em remodelação e onde vamos situar o novo Liceu Feminino, zona esta que esperamos que venha a constituir um fecundo campo de incidência da iniciativa particular que certamente irá secundar os desvelados esforços da Câmara Municipal para a sua conversão num paradigma da Braga moderna.

A segunda informação diz respeito à resolução do Governo de dar início de

execução, assim que os respectivos trabalhos preparatórios estejam ultimados à variante da estrada nacional para Barcelos, incluindo o arranjo urbanístico do Largo de Maximinos e a supressão da passagem de nível de Ferreiros.

Mas não é só em relação à Cidade que temos diante de nós perspectivas prometedoras. Os programas que vão ser executados ao abrigo do novo Plano de Fomento ou para além do seu âmbito restrito, contêm em si próprios a garantia de que vão ser intensificadas até ao limite dos recursos nacionais as providências que visam a valorização económica e social do País e de cujos benefícios a região de Braga terá o seu merecido quinhão.

Para que estas perspectivas se convertam em perduráveis realidades para bem da grei é apenas necessário que se não perca o rumo em que o País tem singrado, depois que Salazar lhe restituiu a confiança nos seus destinos e nas suas possibilidades, e que possamos continuar a trabalhar no ambiente de ordem e tranquilidade em que temos vivido.

Eis a premissa sobre a qual a Nação tem necessàriamente de assentar a sua decisão nesta hora em que é convidado a fazer exame de consciência e a exprimir o seu voto.

Poderemos, certamente, aguardar com serenidade o seu juízo já que a lição das últimas décadas da vida nacional a imunizou definitivamente contra as doutrinas dos falsos apóstolos e lhe deu a percepção nítida das suas conveniências e do caminho a seguir para que possa vê-las satisfatòriamente servidas.

É nesta firme convicção que termino as minhas palavras, reafirmando a Vossas Excelências o meu imperecível reconhecimento e exprimindo os mais sinceros votos para que esta gloriosa Cidade de Braga possa continuar a contar com a actuação tão proficiente e dedicada da sua prestigiosa Câmara Municipal e prossiga, assim, em passos cada vez mais rápidos na senda do seu progresso. Certamente não lhe faltarão nunca sem o estímulo e o apoio do Governo que aqui lhe deixo prometido, nem a simpatia e a cooperação dos seus munícipes, tão justamente ciosos do engrandecimento da sua bela Cidade.»

A entrega da medalha de ouro da cidade e do diploma de cidadão honorário

Logo que o Sr. Eng.º Saraiva e Sousa terminou o seu discurso e depois de se terem extinguido os aplausos da assistência, o Sr. Dr. Castro Meireles, Secretário da Câmara Municipal de Braga, leu a proposta feita pelo Sr. António Santos da Cunha e aprovada por aclamação pela vereação. Foi, em seguida, entregue o diploma em pergaminho e primorosamente iluminado, bem como, em magnífico estojo, a medalha de ouro da cidade, ao Sr. Ministro da Educação Nacional. A assistência aplaudiu demoradamente esta merecida homenagem ao grande governante e amigo de Braga que é o Sr. Ministro das Obras Públicas.

Ouviram-se, então, vibrantes vivas a Portugal, a Salazar, ao Estado Novo, aos membros do Governo presentes, ao Presidente da República e a Portugal, vivas larga e constantemente correspondidos pela numerosa assistência.

O Sr. Eng.º Leite Pinto agradeceu por fim, em nome do Sr. Eng.º Arantes e Oliveira, cidadão honorário de Braga, a homenagem que tinha sido prestada ao seu colega do Governo e ergueu, por seu turno, um vibrante viva à cidade de Braga.

Terminada esta brilhante sessão de boas-vindas, grupos de filiadas da M. P. F.

e da M. P., envergando os seus belos uniformes, entregaram ao Prof. Eng.º Leite Pinto um formoso ramo de flores, gesto que aquele prestigioso governante e grande amigo da juventude agradeceu desvanecido.

A homenagem dos professores primários ao Sr. Ministro da Educação Nacional

Os Srs. Prof. Eng.º Leite Pinto e Dr. Baltazar Rebelo de Sousa voltaram, mais tarde, ao salão nobre do Município, agora literalmente cheio pelos agentes do ensino primário do concelho de Braga.

Presidiu o Ministro da Educação Nacional, que tinha à sua direita o Subsecretário de Estado, o Prof. Abílio da Conceição Fernandes, Director do Distrito Escolar, o Inspector Prof. Celestino Pires e o Adjunto Prof. Joaquim Figueiredo. À esquerda, sentaram-se o Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Olindo Casal Pelayo, Director da Escola do Magistério Primário e o Adjunto do Director Escolar José Martins de Macedo e Silva.

Aberta a sessão foi concedida a palavra ao Director do Distrito Escolar de Braga, que começou por dizer:

«É com grande honra e maior satisfação que ouso roubar alguns momentos do precioso tempo de V. Ex.ª para, em meu nome, em nome dos funcionários da Direcção Escolar e em nome dos prestimosos agentes de ensino deste Distrito, aqui representados pelos professores e regentes do concelho de Braga, endereçar a Vossa Excelência as nossas mais vivas saudações.

Grande honra, porque nos encontramos na presença de quem, mercê dos altos desígnios da Providência, ocupa nos Serviços o mais alto posto da hierarquia.

Maior satisfação, porque raras vezes o destino nos proporciona, como agora, a oportunidade de manifestarmos, de viva voz, os sentimentos de profundo respeito que nos merece tão prestigioso Chefe.

Foi com o maior desvanecimento e o mais intenso júbilo que viemos à presença de Vossa Excelência trazer os nossos cumprimentos e render as nossas homenagens. E não sabemos que mais homenagear na pessoa tão ilustre de Vossa Excelência: — se a sua vasta cultura, se os fulgores da sua inteligência, se os primores do seu coração.

Nas saudações e nas homenagens que tanto nos apraz endereçar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, queremos, com a mesma honra e satisfação, distinguir Sua Excelência o Subsecretário de Estado, com quem Vossa Excelência, na mais íntima e fecunda colaboração, tem realizado, em todos os graus do ensino e nos mais diversos departamentos do Ministério, uma obra notabilíssima».

Sempre escutado com o maior interesse, o Prof. Abílio Fernandes afirmou ainda:

«É sempre grato ao coração de quem serve abnegada e desinteressadamente a causa do bem comum, como o fazem os professores primários, ouvir da boca de quem superiormente os orienta palavras de conforto e de justiça como as que Vossa Excelência se dignou proferir em Beja. E eu creio interpretar o pensamento de todos os professores do meu Distrito, para quem se mantém sempre vivo o sentimento de gratidão, afirmando bem claro que servir com tais Chefes, sobre ser uma honra, é glória bem à altura dos que reivindicam para si o título de primeiros servidores da Nação.

Os professores do Distrito de Braga, que aqui vieram para saudar Vossas Excelências, reafirmam por meu intermédio o seu inabalável propósito de bem servir,

e de continuar a prestar a sua mais entusiástica colaboração na educação da nossa infância, no combate ao analfabetismo e em tarefas que visem a satisfação dos mais altos interesses do País.

A seara em que todos trabalhamos é vasta.

Pesa sobre os nossos ombros a responsabilidade da instrução e educação de cerca de 70.000 crianças, tantas são as que frequentam as escolas do Distrito.

As condições em que muitos dos nossos agentes de ensino exercem o magistério não são ainda as reputadas ideais.

Carecemos de mais professores e de mais salas de aula, de um mais completo apetrechamento de mobiliário e material didáctico.

Ambicionamos ainda a satisfação de anseios de outra ordem, que nós sabemos encontrarem-se na primeira linha das preocupações de Vossas Excelências, anseios que constituem legítimas aspirações de uma classe nobre, dedicada e laboriosa, que aguarda o futuro com serenidade e com fé.

O professorado primário mantém íntegra a sua confiança no Governo da Nação, pois o muito que se tem feito é garantia segura de que se realizará o muito que está ainda por fazer».

O Prof. Eng.º Leite Pinto, que encerrou a sessão, agradeceu as saudações dos professores primários do concelho e as palavras que, em seu nome, lhe tinha dirigido o Director do Distrito Escolar de Braga.

O Ministro da Educação Nacional deu, a terminar o seu breve improviso, uma palavra de esperança na satisfação das legítimas aspirações dos Agentes de Ensino, apesar das dificuldades que têm obstado a isso.

Uma estrondosa salva de palmas ecoou pelo vasto salão.

A inauguração das salas de exposição permanente do Museu D. Diogo de Sousa

Do programa da visita constava uma cerimónia do mais alto significado cultural — a inauguração das salas de exposição permanente do Museu de D. Diogo de Sousa. Merecem o maior elogio e agradecimento a Câmara Municipal e o seu Pelouro da Cultura por mais este serviço prestado aos valores do espírito e à dignificação da arte. Tem igualmente jus ao nosso aplauso o Sr. Dr. Fernando Russel Cortez, ilustre arqueólogo e Director do Museu Grão Vasco de Viseu, a quem se deve a felicíssima instalação desta primeira fase do Museu de D. Diogo de Sousa, promissora certamente do museu futuro.

À cerimónia da inauguração estiveram presentes, entre outros, os Srs. Prof. Eng.º Leite Pinto, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Eng.º Saraiva e Gomes, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Deputados, intelectuais, artistas, etc., etc., que foram recebidos pelo Vereador do Pelouro de Cultura da nossa edilidade Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto e Dr. Fernando Russel Cortez. Os membros do Governo foram guiados na sua visita pelo distinto museologista Dr. Russel Cortez e apreciaram detidamente as excelentes peças expostas.

Na sua disposição provisória, o Museu D. Diogo de Sousa, criado em 1918 e só agora efectivado, obedece ao seguinte arranjo provisório: ao rés-do-chão estarão as salas de entrada, da romanização, dos miliários e da alta idade média. No 1.º andar as salas de cerâmica e de arte religiosa. O recheio é precioso a todos os títulos e está exposto com alta competência científica.

Os membros do governo, as autoridades e os intelectuais e os artistas, felicitaram vivamente os Srs. Drs. Sérgio da Silva Pinto e Fernando Russel Cortez pelo notável serviço que prestaram, sob a égide da Câmara Municipal, à cultura e à arte.

O banquete oferecido ao Ministro e Subsecretários de Estado visitantes

Em seguida, efectuou-se, no Salão Medieval da Biblioteca Pública, um banquete de gala em honra dos membros do Governo, hóspedes da cidade.

Ambiente requintado, em tudo digno da categoria das individualidades presentes e da hora alta de fé patriótica que se vive na cidade.

Proferiram saudações, no momento próprio, os Srs. António Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Abranches, Chefe do Distrito, D. António Bento Martins Júnior, venerando Primaz das Espanhas, cuja saudação publicamos no lugar de relevo que merece, e, por último o Prof. Eng.º Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional.

Os membros do Governo e os convidados assistiram, mais tarde, das varandas e das janelas da Biblioteca Pública, ao admirável arraial popular que decorria animadíssimo na Praça do Município.

A saudação do venerando Arcebispo Primaz ao Governo Nacional

Destacamos da reportagem respectiva, pela autoridade e prestígio que exornam a veneranda figura de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz de Braga, a saudação que o nosso amado Pastor dirigiu aos governantes e ao Governo Nacional durante o banquete realizado ontem, à noite, no imponente Salão Medieval da Biblioteca Pública de Braga:

«É para saudar Vossas Excelências que peço a palavra e na pessoa de Vossas Excelências saudar o Governo Nacional que se tem esforçado por impulsionar o progresso do País em todos os rumos, levantando por todo ele imorredoiros padrões da sua passagem pelo poder, que marcam indelèvelmente o cariz da época que atravessamos.

Mas eu tenho presentes, neste momento, sobretudo as obras comparticipadas em Igrejas e Institutos existentes nesta Arquidiocese e as escolas levantadas em toda ela, as quais, se servem ao programa da instrução pública, beneficiam também e dispõem as almas para a sua melhor formação religiosa.

E é-me grato saudar Vossas Excelências nesta hora de júbilo que estamos aqui vivendo, tanto mais que fora daqui se ouvem vozes dissonantes, que, no frenesi do momento, parecem dispostas a negar a justiça do reconhecimento e o tributo do público louvor a quem, sem manifesta injustiça, não pode ser negado.

À saúde de Vossas Excelências! Ao progresso e grandeza da Pátria!»

O arraial popular

A Praça do Município — uma obra que os bracarenses ficam a dever, como tantas outras, à seriedade dum governo e actividade incansável do seu município — serviu de palco a um maravilhoso arraial popular. O povo acorreu em massa, emprestando à sua festa uma vivacidade e uma alegria exemplares. Animação a rodos.

Milhares de pessoas de todas as condições e recantos da nossa terra confundiram-se na mancha imensa de gente.

A Praça do Município estava belamente decorada e iluminada. A banda de música e o rancho folclórico de Vila-Chã apresentaram-se em curiosos números dos seus repertórios, largamente aplaudidos e justamente apreciados.

À meia-noite foi queimada uma belíssima sessão de fogo preso que encantou a multidão e lhe arrancou fartos aplausos. A festa popular prolongou-se ainda por muito tempo.

2.º dia

Inauguração do novo edifício da Escola Técnica

Num ambiente de muito entusiasmo, foi, no passado domingo, dia 18 de Maio, inaugurada pelo Sr. Ministro da Educação Nacional e Subsecretários das Obras Públicas e Educação Nacional o novo e imponente edifício da Escola Técnica, expoente da política positiva do Governo do Estado Novo.

Os Membros do Governo, chegaram à zona da Escola Técnica, acompanhados do Chefe do Distrito e Presidente da Câmara por volta das 11 horas, sendo recebidos com vivas ao Estado Novo, Salazar e Ministro da Educação Nacional.

Em frente da escola, em formatura impecável, encontrava-se uma companhia a três pelotões do Centro de Milícia n.º 9 da Mocidade Portuguesa, com a charanga de Infantaria 8, que fez a guarda de honra.

Todos os edifícios, apresentavam nas sacadas ricas colgaduras. Nas imediações da zona da Escola Técnica viam-se as bandeiras com as cores da cidade e nacionais drapejando ao vento.

Uma girândola de foguetes assinalou a chegada dos ilustres homens públicos, ouvindo-se nessa altura a charanga do R. I. 8 tocar a marcha de continência.

O sr. Ministro da Educação Nacional, passou então revista à força comandada pelo comandante de castelo Mário de Freitas de Araújo e Silva, sendo nesta cerimónia acompanhado pelo Delegado Provincial Adjunto da M. P. Dr. Almeida Soares e pelo Capitão Rui Mendonça, Director do Centro.

Seguidamente, toda a força desfilou em continência diante dos membros do Governo, ouvindo-se nessa altura quentes salvas de palmas.

Na escadaria da Escola, aguardavam os elementos do Governo, não só as principais autoridades de Braga e distrito, como ainda os professores e director da Escola Industrial e Comercial.

Duas alas de filiados e filiadas da Mocidade Portuguesa, com guiões e bandeiras da Organização emprestavam ao ambiente uma nota juvenil e alegre.

Já no imponente átrio do edifício, os membros do Governo receberam os cumprimentos de Suas Excelências Reverendíssimas os Senhores Arcebispo de Braga e Bispo Auxiliar.

Por entre aclamações, o Sr. Ministro da Educação Nacional cortou então a fita simbólica, para logo a seguir o Senhor D. António Bento Martins Júnior proceder à bênção do edifício.

Entretanto, os membros do Governo, envolvidos num ambiente de muito entu-

siasmo, percorreram as principais salas da escola e dirigiram-se para o Ginásio da mesma, sendo recebidos com muitas palmas.

O espectáculo, grandioso a todos os títulos, dizia bem do momento transcendente que se estava vivendo e da satisfação por todos sentida pelo acto que se assinalava.

Em lugares de honra, tomaram lugar as principais figuras da cidade, vendo-se do lado direito e na primeira fila as esposas dos Srs. Subsecretários de Estado da Educação Nacional e das Obras Públicas, ladeadas de distintas senhoras que desde o princípio as acompanharam.

A sessão solene inaugural

Iniciou-se, então, a sessão solene inaugural a que presidiu o titular da pasta da Educação Nacional, ladeado à direita, pelos srs. Subsecretário das Obras Públicas, Presidente do Município, Dr. Carlos Proença, Director Geral do Ensino Técnico Profissional e Eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima; e à esquerda, pelos Srs. Subsecretário da Educação Nacional, Governador Civil, Marquês de Abrantes, e director de Finanças do Distrito, tomando lugar em cadeirões de honra, Suas Excelências Reverendíssimas os Senhores Arcebispo Primaz e Bispo Auxiliar.

Ao fundo do palco do grande Ginásio, filiados da M. P. empunhavam bandeiras e guiões da Organização.

O Orfeão da Escola Industrial e Comercial entoou o «Hino Nacional», que, excelentemente executado, sob a regência do Rev.º Padre Alberto Braz, foi no final rematado com quentes e prolongadas ovações, ouvindo-se novos vivas a Salazar e ao Estado Novo.

O Sr. Engenheiro Alegria Martins, leu então o auto da entrega do Ministério das Obras Públicas ao da Educação Nacional do novo edifício, auto que foi assinado devidamente, findo o que novas manifestações explodiram na sala.

O director da Escola Industrial e Comercial, Sr. Eng.º Jorge Segismundo Pereira de Lima, proferiu então um vibrante discurso de saudação e de agradecimento aos membros do Governo, detendo-se na análise dos problemas específicos do ensino técnico-profissional.

Levantou-se depois para falar o Sr. Eng.º Saraiva e Sousa, Subsecretário das Obras Públicas, que foi recebido com uma quente salva de palmas.

O ilustre membro do Governo disse:

O Discurso do Subsecretário das Obras Públicas

É-me grato apresentar a Vossas Excelências Senhores Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional as minhas melhores saudações.

Desejo apenas proferir ligeiras palavras porque Vossa Excelência, Senhor Ministro, melhor salientará a importância e significado deste melhoramento.

É com o maior prazer que aqui me encontro para viver este momento de bem justificada satisfação por entregar ao Ministério da Educação Nacional mais um novo estabelecimento de ensino.

Os servidores das Obras Públicas sentem-se orgulhosos da contribuição que deram com o seu esforço para a realização de mais este melhoramento, e compreendo o júbilo da Cidade de Braga ao sentir a valorização que lhe advém desta obra, a adi-

cionar a tantas outras que nos últimos anos a vêm beneficiando, com uma transformação profunda que lhe abriu novos horizontes.

E se ao Ministério das Obras Públicas coube boa parte na renovação de Braga, sejamos justos afirmando que ela se deve muito principalmente à notável acção da Câmara Municipal, à frente da qual se encontra um homem dinâmico, empreendedor, devotado, que tem posto toda a sua actividade ao serviço do bem comum, e a quem mais uma vez tenho o prazer de dirigir uma palavra de muito apreço, como minha sincera homenagem.

Nesta obra, apesar de ser do Estado, ficou bem assinalada a intervenção de António Maria Santos da Cunha, prestando considerável ajuda que não quero deixar passar sem o devido relevo.

A Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário teve ensejo de, mais uma vez, pôr à prova a sua competência e a dedicação dos seus servidores sob a sempre perfeita orientação e direcção do seu ilustre Presidente, que merece o meu maior apreço e a quem apresento os meus agradecimentos, extensivos ao seu pessoal.

Numa palavra de reconhecimento quero ainda englobar todos os mais que deram uma parcela do seu esforço para a realização desta obra, desde os empreiteiros até aos mais humildes operários.

A todos, muito obrigado.

Esta escola técnica integra-se num conjunto de realizações de que já é tradição do Ministério das Obras Públicas promover a inauguração neste período do ano, indo beneficiar as mais diversas regiões do País, o que atesta a ânsia do progresso em que se vive.

Vai ainda Braga ser dotada, em breve, com um novo liceu, dispondo de 24 salas de aula.

Ficará assim, não só a Cidade mas o Distrito, dispondo de um apreciável apetrechamento escolar.

A educação do povo está, sem dúvida, na base do seu progresso, da melhoria do seu nível de vida.

O facto de desde 1932 a 1957 terem sido dispendidos em edifícios escolares, cerca de 15 % do dispêndio total efectuado pelo Estado durante esse período em obras públicas, mostra a particular atenção que mereceu a instalação de estabelecimentos de ensino em edifícios onde este possa ser ministrado com dignidade, e mostra a preocupação do Governo em preparar os homens de amanhã.

E, para o progresso do País, é indispensável fomentarmos a formação de técnicos, capazes de corresponderem ao que é legítimo exigir-se-lhes.

Por isso, sinto com particular entusiasmo todo o vasto programa de construção de edifícios para o ensino técnico, elementar e médio.

Pela Junta foram construídas até fins de 1957, 17 escolas técnicas, concluir-se-ão no decorrer do presente ano 11, e no começo de 1959 haverá 20 escolas em construção, prevendo-se no próximo plano a construção de mais 28.

Em suma, no período dos 2 planos de fomento, o que agora termina e o que vai ter início, isto é, de 1952 a 1964 é levada a efeito a construção de 4 institutos de ensino médio e 72 escolas de ensino profissional, para os 83 estabelecimentos de ensino técnico criados no País.

Ora bem. Não vão os oposicionistas declarar que é por estarmos num período de propaganda eleitoral que se inaugura esta obra. E que fosse?

Esta, como tantas outras realizadas no País inteiro, são prova iniludível da capacidade da realização do nosso povo e atestam as possibilidades que a sábia política dos últimos trinta anos concedeu ao País.

Devemos estar orgulhosos dela. E, por que é que anteriormente não houve capacidade para tanto? Porquê?

Sabe-o o País inteiro...

Havia que equilibrar o orçamento do Estado, melhorar o crédito, prestigiar a Nação, iniciar o aproveitamento das suas riquezas naturais, desenvolver as comunicações rodoviárias nos aproveitamentos hidráulicos, dar impulso à agricultura, comércio e indústria, reconstituir a frota nacional, etc., etc.

Tornava-se indispensável encontrar quem, pelo seu saber, pelo seu talento, pelo seu real valor e pelas suas altas qualidades morais, pudesse aproveitar e fortalecer a paz interna, para essa obra de salvação nacional.

Era preciso um homem excepcional. Encontrou-se esse homem: Salazar! E, com juízo seguro, soube adivinhar o sentido da evolução social, soube ver que a especulação política não deveria predominar, não se poderia mais cegar com ela.

Era preciso ser-se objectivo.

Sem dúvida, a discussão livre é útil no desenvolvimento do espírito, mas a sua influência pode ser perigosa e dissolvente, sobre mentalidades mal preparadas.

Ele teve a intuição especial para pressentir a direcção dos acontecimentos — tem-na tido, quer na nossa vida interna, quer na vida internacional — soube dar-nos a orientação conveniente com perfeita coerência entre as afirmações de ontem e os actos de hoje.

Mas, o homem vale pela sua obra.

Amesquinhar esta não é possível.

Diminuir o Homem é a maior das injustiças.

Atravessamos momentos difíceis. Há nuvens ameaçadoras no horizonte, mas tenhamos confiança em Salazar, homem de intenções puras, o reconstrutor do nosso mundo, o único em que temos de viver.

Sejamos sensatos! Não esqueçamos a Pátria!

Agora que o País vai escolher o seu novo Presidente, veja-se, no contra-almirante Américo Tomás a pessoa independente, de grande aprumo moral, com brilhante folha de serviços já prestados, o homem que assegurará a continuidade da única orientação possível.

Viva Portugal!»

Novos vivas e palmas se fizeram ouvir quando o Sr. Eng.º Saraiva e Sousa terminou o seu discurso.

O discurso do Ministro da Educação Nacional

«Senhor Subsecretário de Estado das Obras Públicas:

Percorrem o Senhor Ministro e Vossa Excelência incessantemente o País de ponta a ponta e conhecem, assim, todos os cantos e recantos do nosso Portugal.

Nessas andanças pela Terra Portuguesa vêem Vossas Excelências desenrolar-se o filme do nosso progresso material.

Persistentemente tem o Estado projectado e realizado novas construções de toda

a espécie e nem mesmo os cegos, ao sentirem que assim se tornaram mais numerosos e fáceis os seus contactos com o mundo e com os homens, negam a evidência.

O progresso é, evidentemente mais intenso numas terras do que noutras, mas, se é certo que as condições naturais tiveram influência e muitos casos, não há que esquecer que foram a persistência e o trabalho das gentes as determinantes principais.

Aqui temos esta vetusta cidade de Braga, esquecida durante tanto tempo nas suas históricas roupagens, que de repente se renova e remoça ao ponto de ser hoje uma das mais belas cidades modernas do Norte, deste Norte que era português antes de Portugal.

Começo, Senhor Subsecretário de Estado, por felicitar os bracarenses pelas suas grandes qualidades de perseverança e de trabalho e de os felicitar também pela justa mas generosa ideia que tiveram em associar para sempre o nome ilustre de Sua Excelência o Ministro Eng.º Arantes e Oliveira, trabalhador infatigável e admirável — à história desta cidade primaz.

À homenagem da municipalidade, que traduz o sentir deste povo trabalhador e probo, associo-me do coração.

Excelência Reverendíssima:

Primaz é esta cidade: primaz por ser cabeça da mais antiga diocese da Península; primaz por ser, de longe, a primeira arquidiocese portuguesa; primaz por ter sido, antes e depois de Portugal, metropolita daquém e dalém Minho, daquém e dalém Douro; primaz por ter sido fulcro dos anseios da independência do Condado Portucalense.

Revejo em Vossa Excelência Reverendíssima — sucessor de S. Martinho de Dume, de S. Frutuoso e de S. Geraldo — aqueles outros Prelados que tiveram papel preponderante nas lutas entre as mesnadas e as hostes das infantas-condessas e de seus filhos; e na série de conflitos terminados com a jornada de Guimarães.

Revejo-os combatendo, no Salado e em Aljubarrota; revejo-os no Concílio de Trento, vigiando pela pureza da Fé e da Moral e honrando o nome do alto clero português.

Senhor Arcebispo Primaz, reflexo actual deste Portugal de outrora, aceite Vossa Ex.ª Reverendíssima as homenagens de um português de hoje que vem em peregrinação à cidade dos Arcebispos.

Senhor Governador,
Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Ilustres autoridades:

Há cerca de 30 anos o acto que estamos a realizar — a entrega ao Ministério da Educação Nacional de mais um edifício destinado ao ensino — revestir-se-ia só pela sua raridade de aspecto altamente festivo. É que durante um século estivemos habituados em Portugal a instalar serviços públicos em velhos conventos. As Câmaras Legislativas, bibliotecas, museus, quartéis, escolas, cadeias, municipalidades encontravam-se em grande número em edifícios construídos para conventos. Escola em casa própria, era coisa rara: por isso forçosamente era solene a inauguração das que iam lentamente surgindo fora de tais condições.

Depois o rumo dos acontecimentos também neste campo mudou. De há trinta anos têm sido construídas muitas dezenas de grandes edifícios próprios para o ensino secundário, isto é, edifícios projectados e erguidos para o fim específico do ensino, a que se destinam. Tantos que nem já o Ministro da Educação Nacional pode ter o prazer de em pessoa os receber um a um; muitos desses edifícios entraram em funcionamento sem qualquer manifestação festiva. E, assim, se podemos classificar de solene esta sessão, não o fazemos pela raridade do acto, que efectuamos, mas pela importância que tem para a cidade e pela categoria das pessoas que nele intervêm.

Na ausência forçada do Senhor Ministro das Obras Públicas está presente o Senhor Subsecretário de Estado da mesma pasta. Na sua pessoa agradeço mais uma vez a colaboração tão eficaz, tão útil que o Ministério das Obras Públicas tem dado à Secretaria de Estado que dirijo, ao mesmo tempo que muito lamento que a situação angustiosa dos povos da atormentada Horta nos tenha privado da presença — que para V. Ex.as e para mim seria tão querida — daquele meu ilustre colega.

Não posso deixar de referir, que muito prazer tive em encontrar, entre os Deputados de Braga, o meu querido Amigo e dedicado Subsecretário de Estado, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa.

E agora que nos encontramos, ele e eu, em nossa casa, agradeço a visita que nos fazem tão ilustres personalidades e permito-me juntar aos meus agradecimentos duas palavras sobre o ensino secundário a que esta escola se destina.

Meus senhores: Ainda há pouco tempo a designação de *secundário* aplicava-se apenas ao grau de ensino destinado à preparação de um escol burguês, escol que aspirava a ocupar todos os lugares de direcção da sociedade. O chamado *ensino secundário* era um ensino privilegiado e para privilegiados, encarado as mais das vezes como um ensino preparatório para as especializações profissionais de que a Universidade se encarregava.

Em geral a Universidade tinha como fim principal formar os homens das profissões liberais, aqueles cujo trabalho se baseava essencialmente no pensamento.

De repente — e cada vez mais apressadamente — a evolução técnica desenvolvendo a indústria e o comércio, impôs a necessidade de preparação de outros dirigentes superiores capazes de *agir* dentro das realidades da vida mecanizada. Essa mesma evolução, conduzindo a uma produção em série e cada vez mais vultosa, rompendo o equilíbrio burguês e dando nova estrutura à sociedade, alargou as possibilidades de ascensão social pelos estudos e impôs o direito de todos à frequência da escola secundária.

Os estudos post-primários, solicitados pela primeira vez pelo objectivo da *preparação para a vida*, viram os seus programas tradicionais sobrecarregados e modificados de tal maneira que em breve se verificou ser indispensável diversificar a preparação daqueles que deviam orientar os variados sectores da actividade de uma nova sociedade estruturada sob o império da mão de obra mecanizada.

As chamadas disciplinas especulativas receberam o embate de novas matérias — classificadas de científicas e técnicas —, cada vez mais numerosas e ampliadas ao ponto de se tornar evidente que só a diversificação dos estudos secundários podia de facto permitir formações profissionais tão variadas.

Assim nasceram em todo o mundo os estudos secundários técnicos ao lado dos ensinos secundários liceais, uns e outros subdivididos ao sabor de critérios variáveis de país para país.

Aqueles que têm a responsabilidade de continuadamente adaptar o ensino à evolução da sociedade (única forma de preparar a integração dos jovens na cultura do seu País), sabem como é difícil estruturar os diferentes ramos do ensino secundário de acordo com as necessidades ràpidamente mutáveis da vida de hoje.

Quaisquer que sejam porém as estruturas adoptadas, nunca se deve perder de vista que a especialização tem de ser precedida por uma formação de base, alicerce de todos os ensinos diversificados e fundamento necessário à compreensão mútua de todos aqueles que se devem integrar numa mesma cultura. Essa formação de base é não só mescla de conhecimentos, mas também — e principalmente — um conjunto no fundo um método de aprendizagem.

Quando falamos em *aptidão para agir*, referimo-nos às técnicas elementares da colaboração do pensamento correcto.

O papel da escola é sempre o de *ensinar a aprender*, e o tronco comum ao ensino de todos os portugueses deve visar a *aprender*, qualquer que venha a ser o campo de actividade futura de cada um.

Lembro desde já que a preocupação de alargar a base comum de todos os ensinos secundários levou em muitos países ao prolongamento exagerado do ensino primário — o ensino primeiro de todos — e até à sua diversificação, de tal forma que já não é possível fazer comparações internacionais entre ensinos adjectivados com a mesma palavra. Por isso não têm grande significado as comparações que muitas vezes vejo fazer entre os nossos ensinos e os de outros países.

Não esqueçamos que a população do mundo duplicou nos últimos cem anos, mas a frequência das escolas decuplicou

Anunciei o propósito de estabelecer uma base comum para os ensinos secundários portugueses e tentei justificar essa resolução evocando as exigências pedagógicas e o nosso condicionalismo.

Quando falo em condicionalismo português, alargo o meu pensamento no tempo, sem utópico desprezo de condições actuais, dentro das quais temos necessàriamente de equacionar o nosso problema. Para trás da conjuntura de hoje vejo desenhada a envolvente — a moldura comum — das imagens das conjunturas passadas. E na ânsia de contínuo progresso da gente portuguesa acompanho o futuro desenvolvimento dessa envolvente. Por isso, repito que a educação é essencialmente um fenómeno social.

Este facto inconcusso conduz inevitàvelmente ao aparecimento de tantos sistemas de educação quantos os grupos sociais que queiramos distinguir, mas, sendo a distinção baseada na escolha de um carácter de classificação, podemos sempre criar super-grupos sucessivamente maiores até à própria colectividade nacional. E é com ela e só com ela que temos de nos preocupar, para traçarmos o quadro da educação de base.

Quero eu dizer que, embora o condicionalismo português se não possa nem deva alhear dos outros condicionalismos sincrónicos, não é possível encontrar um padrão para a escola universal. Não obstante já está em ensaios a escola supernacional do Ocidente, e, ao que me dizem, nela aprendem os pequenos gregos e troianos de agora a vir a ser bons soldados de Agamémnon e excelentes companheiros de Eneias!

Nesses milagres da pedagogia — mesmo com o perigo do cavalo de Troia — não

creio muito... Os resultados de uma experiência feita em escala reduzida para os filhos de funcionários de escol, em organismo internacional, não podem ser estendidos às sociedades contemporâneas, débeis caleidoscópicas e hipertrofiadas.

Não esqueçamos que a população do mundo duplicou nos últimos cem anos, mas que a frequência das escolas decuplicou. Não tenhamos dúvidas de que a população escolar (de ensinos de variados tipos) tem necessàriamente de aumentar muito e isso vai criar angustiosos problemas aos educadores e aos homens de Estado.

Perante estes gigantismos os grupos sociais mais reduzidos (a começar pela própria família) perdem o significado tradicional e o homem tende para simples unidade de um descumunal conjunto inumano. A educação, tal qual a produção, passará a reger-se por leis estatísticas, únicas aplicáveis aos fenómenos de massa.

Os métodos ensaiados em escolas-tipo nem sequer podem ser aplicados aos conjuntos massiços dos estudantes considerados normais, quanto mais aos totais que englobam estudantes infra-normais e super-normais, uns e outros constituindo também legiões massiças.

O fenómeno é mundial e, como veremos, tende a agravar-se.

Relembremos aqui alguns números que nos respeitam.

Pela lei de 6 de Novembro de 1772, assinada por Pombal, foram criadas 440 escolas primárias do Estado no Continente e 15 nas Ilhas, todas para rapazes. As primeiras seis escolas para o sexo feminino foram criadas em 1790 e quarenta anos depois, em 1830, o seu número em todo o País, era de 25.

Há um século, já depois de decretada a obrigatoriedade, as escolas primárias atingiam 2.300, das quais só metade eram oficiais. Dos 93.000 alunos que as frequentavam a quinta parte era do sexo feminino, quase toda inscrita nas escolas particulares.

Então o ensino primário custava ao Estado 200 contos por ano e os particulares dispendiam 150 contos nas suas escolas.

Todos nós sabemos que oficialmente o ensino primário é em Portugal obrigatório desde 20 de Setembro de 1844, mas ainda em 1950 cerca de 20 % das crianças em idade escolar não frequentavam a escola.

Neste momento temos, em números redondos, perto de 852.000 crianças distribuídas por 22.500 lugares e postos de ensino. Metade deste efectivo é do sexo feminino.

Pode afirmar-se que presentemente a taxa de escolaridade não anda longe de 99 %, percentagem muito honrosa, pois nos classifica, a tal respeito, entre os países da vanguarda.

Além disso cerca de 150.000 adultos frequentam cursos de ensino primário.

O enunciado destes números e destas datas mostra a evolução do nosso ensino primário e a importância cada vez maior que foi tomando.

No que respeita aos ensinos secundários temos neles à roda de 133.000 crianças e adolescentes.

O Estado inclui ao seu orçamento 312.000 contos para o ensino primário e 171.000 contos para os ensinos secundários e está dispendendo quase 200.000 contos por ano em novas construções.

Estes são os nossos números e não temos qualquer dúvida de que vão aumentar ràpidamente.

Para tanta gente não há possibilidade de encontrar um número suficiente de

professores capazes, no mesmo ritmo de crescimento, e as escolas novas, embora em cada ano mais numerosas, mostram-se insuficientes logo que são dadas por prontas.

São tantos e tantos os problemas decorrentes do hipertrofismo das massas a educar que poucos têm a noção nítida da magnitude da campanha em que o Estado anda empenhado para evitar a desumanização do homem português.

Sob o impulso da nova estrutura da sociedade e da própria família procura-se prolongar a escolaridade porque através dos estudos se tenta a ascensão social

O problema é muito complexo e limito-me a analisar uma das suas facetas.

O progresso técnico e a industrialização têm como fim primário o aumento do nível de vida, conseguido através do aumento da produtividade.

Um e outro aumento têm logo como consequência o alargamento do tempo de escolaridade.

Por um lado não são precisos tantos efectivos de mão de obra (cada vez mais mecanizada e produtiva) e assim a criança e o adolescente têm menos possibilidades de emprego. Acresce que o aumento do nível de vida também não torna necessário o emprego dos jovens. Sob o impulso da nova estrutura da sociedade e da própria família procura-se prolongar a escolaridade porque através dos estudos se tenta a ascensão social.

Por outro lado a produção cada vez mais se especializa e a cada máquina especializada em determinada operação correspondem especialistas, uns para a sua construção e outros para a sua manutenção e vigilância.

À medida que a automatização se vai transformando em automação, quer dizer à medida que a manutenção e vigilância das máquinas se vão fazendo por novas máquinas o fenómeno repete-se no escalão superior. Podemos portanto afirmar que a produção irá dia a dia necessitando de menos homens, mas de mais especialistas.

Por outro lado ainda, o rápido desenvolvimento da mecanização vai acelerar a conhecida deslocação da mão de obra da agricultura para a indústria e depois o aumento do sector comercial e administrativo à custa do sector industrial.

Ainda há pouco tempo era preciso um homem para alimentar dois. Actualmente existem países exportadores de produtos agrícolas onde apenas 15 % da população activa se emprega na agricultura.

Verifica-se por toda a parte que a escola prolongada é não só um dos resultados imediatos do aumento da produtividade mas também o meio para assegurar a estabilidade social numa estrutura económica tão ràpidamente mutável.

Podemos afirmar que há uma correlação entre o desenvolvimento económico e a escolaridade obrigatória e que desta forma cada plano de fomento deve ser acompanhado ou seguido de reajustes no sector da educação. Basta esta razão para justificar a existência em todos os planos de fomento de uma verba importante destinada ao ensino. Eu não tenho dúvida em afirmar que as nações mais progressivas passarão em breve a realizar *planos de fomento cultural*.

Neste momento alguns dos países industrializados estendem a sua escolaridade obrigatória até aos 14 e mesmo até aos 16. Num ou noutro encontramos taxas de escolaridade da ordem dos 50 % para os adolescentes de 17 anos. Está calculado que, por volta de 1980, a escolaridade obrigatória nestes países atingirá os 20 anos.

É porém, evidente que os ensinos a ministrar a massas tão grandes de alunos têm de ser realizados dentro de estruturas diferentes das actuais.

Não temos de nos preocupar com esta hipótese, ainda distante, mas parece-me que não é utópico, depois de termos enfim dado o passo decisivo da alfabetização primária, manter esta e tentar outra fase: o alargamento do ensino obrigatório por mais dois anos.

Neste momento vamos sondar as nossas possibilidades. A actual estrutura económica, preponderantemente agrícola, liga à exploração da terra em pequenas parcelas e aos trabalhos caseiros um número muito grande de adolescentes.

É porém possível ir estendendo a nossa rede de ensino post-primário, formando um grau preparatório comum aos ensinos secundários e criando escolas adrede em todos os concelhos.

No distrito de Braga há seis concelhos sem possibilidades de terem para o ano tais escolas; mas isso será talvez possível nos restantes sete concelhos.

O papel das municipalidades tem de ser preponderante neste campo.

Não julgo defensável o monopólio na educação por parte do Estado

Tive o cuidado de declarar, em mais de uma oportunidade, que não julgo defensável o monopólio da educação por parte do Estado.

O Estado, que na sua orgânica reflecte a estrutura e a cultura da Nação, não tem o direito de se arrogar, neste ou noutro capítulo, o papel de actuante único perante uma sociedade passiva. O Estado é apenas interventor administrativo sempre que o equilíbrio social o exija.

As leis, emanadas da autoridade competente, estabelecem os limites da liberdade de cada um e o Estado como entidade livre, deve obediência às leis que foram feitas visando o bem geral.

Não se é livre de frequentar ou não frequentar a escola primária. Como a grande barreira da separação das classes sociais é a diferença de educação, o Estado, zelador do bem comum, limitou a liberdade de muitos obrigando todos a seguir o ensino primário.

A frequência da escola primária é, *por imperativo nacional*, o primeiro serviço obrigatório do cidadão.

A escola primária é um serviço público de carácter nacional e por isso só o Estado ou um conjunto dos seus corpos constituintes pode assegurar o seu funcionamento na escala exigida pela Nação.

E põe-se logo a questão de saber qual a duração e o conteúdo desse serviço público obrigatório, quer dizer até onde se pode ir para, sem atentar contra outras liberdades pessoais, tornar em menor número as camadas da sociedade divididas pelo seu grau de educação.

Já vimos que o progresso económico força o aumento de escolaridade; mas aqui como em muitos casos convém avançar por aproximações sucessivas. O desenvolvimento da educação tem influência não só na estrutura social como na cultura de um povo; e o Estado, zelador do bem geral, deve evitar desequilíbrios bruscos, pois a História tem mostrado que raramente correspondem a progressos.

A característica de serviço público, atribuída ao ensino primário generalizou-se

a outros graus de ensino e por isso, mesmo quando não seja ministrado em escolas do Estado, não pode o ensino ser dado à margem das leis.

O Estado, embora não seja monopolista do ensino, tem sempre o direito de o fiscalizar. Pode, é certo, dispensar-se de o fazer, desde que em lei especial considere outra instituição como entidade competente para ministrar determinado ensino segundo certos princípios.

Quero eu dizer que o Estado conta com muitos colégios particulares fiscalizados para a extensão da rede do ensino secundário preparatório. Nesta cidade existem já alguns desses estabelecimentos de ensino que podem, se quiserem, aspirar a tal colaboração.

Isto não significa que o Estado se descarregue do encargo que lhe incumbe. O Estado continua a alargar a sua própria rede de escolas sempre que tenha asseguradas a indispensável instalação e os professores bastantes.

É-me grato poder anunciar neste momento que o Governo vai criar em breves dias quatro novas escolas técnicas: as dos concelhos de Vila Franca de Xira, de Moura, de Vila Real de Santo António e de S. João da Madeira.

Mais: seguindo firmemente a sua política de valorização da gente portuguesa, o Governo resolveu completar mais dois liceus, criando neles o ensino do 3.º ciclo. As terras beneficiadas com tão grande melhoramento são Leiria e a Póvoa de Varzim.

A obra persistente e honesta dos governos de Salazar está à vista de todos

Vou terminar.

Procurei como sempre o tenho feito, manter-me alheio às paixões políticas, que neste momento tão excitadas andam.

A obra persistente e honesta dos Governos de Salazar está à vista de todos.

Esta casa na sua função material é, como disse, apenas uma unidade a mais do impressionante conjunto de edifícios escolares que têm sido melhorados ou têm surgido nos quatro cantos da Terra Portuguesa. Só no ensino técnico elementar e médio podemos apontar as reconstruções e ampliações das escolas da Covilhã, de Évora, de Faro, de Guimarães, de Lagos, de Viseu, Soares dos Reis e do Infante D. Henrique, ambas no Porto, e as construções de raiz dos magníficos edifícios de Almada, Aveiro, Barreiros, Coimbra, Figueira da Foz, Funchal, Leiria, Portalegre, Setúbal, Tomar, Vila Nova de Gaia, mais duas no Porto (Aurélia de Sousa e Gomes Teixeira), mais oito em Lisboa (Patrício Prazeres, Afonso Domingues, Luisa de Gusmão, Josefa de Óbidos, Eugénio dos Santos, Francisco de Arruda, Marquesa de Alorna, Nuno Gonçalves).

E estão em construção os edifícios destinados às escolas de Abrantes, Alcobaça, Beja, Bragança, Chaves, Elvas, Marinha Grande, Peninche, Santo Tirso, Silves, Vila Real, mais três no Porto (Filipa de Vilhena, Clara de Rezende, Ramalho Ortigão), mais quatro em Lisboa (Ferreira Borges, Marquês de Pombal, Manuel da Maia, Paula Vicente).

E já há os projectos e as correspondentes verbas para as escolas de Águeda, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Estremoz, Évora, Gondomar, Gouveia, Matozinhos, Oliveira de Azemeis, Póvoa de Varzim, Santarém, Torres Novas, Viana do Castelo, mais três no Porto e mais oito em Lisboa.

No total 73 edifícios novos!

A eles vão acrescentar-se os das escolas ùltimamente criadas — Espinho, Vila Nova de Famalicão, Santarém, Torres Vedras, Guarda, Barcelos, Pombal, Montijo, Loulé, — os das quatro a criar dentro de dias como atrás anunciei, ainda os daquelas escolas cuja criação já está projectada — Mirandela, Montemor-o-Novo, Lamego, Peso da Régua, Portimão, Ovar, Arraiolos — e os das referidas no Plano de Fomento já publicado.

Tenho ouvido dizer que são poucos. Também o julgo; mas, para que sejam mais, só há um caminho: votar com Salazar!».

Finda a sessão inaugural que terminou no meio de grande entusiasmo, na esplêndida cantina da Escola, foi servido pela «Benamor» um magnífico almoço volante oferecido pelo Director e Professores daquele estabelecimento de ensino aos membros do Governo. No decurso do mesmo foram feitos entusiásticos brindes, pelos Srs. Eng.º Jorge Segismundo; Subsecretário da Educação Nacional; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal; Professor Eng.º Afonso Dias Coelho e Ministro da Educação Nacional, que brindou pelas felicidades de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e pelas prosperidades da Escola Industrial e Comercial de Braga.

A inauguração do Parque Infantil e da moderna zona residencial

No final da sessão solene, os membros do Governo dirigiram-se junto da igreja da Senhora-a-Branca, a fim de procederem à inauguração do interessante Parque Infantil, mandado construir pela nossa Câmara. Estavam presentes o Pároco da freguesia de S. Vítor, assim como os elementos da respectiva Junta de Freguesia e muitas criancinhas que receberam os membros do Governo com manifestações de entusiasmo.

A zona residencial que lhe dá acesso, foi da mesma maneira inaugurada, vendo-se as fachadas ornamentadas e com colgaduras nas janelas e varandas.

O Festival popular

Na zona da Escola Técnica, efectuou-se o festival popular nocturno, sendo pouco depois das 23 horas queimado fogo do ar. Elevado número de populares afluiu ali, tendo estado a Escola das 16 às 18 horas franqueada ao público e sido extraordinàriamente visitada.

O 28 de Maio em Braga

A celebração do 32.º aniversário da Revolução Nacional foi assinalada em Braga pelo vibrante entusiasmo, que os bracarenses sabem pôr em todas as manifestações que se prendem com a sua inquebrantável fé nacionalista, ciosos da sua condição de naturais da «cidade santa da Revolução».

A urbe berço do movimento, confiante, hoje como ontem, no sistema e nos homens que reconduziram o País à situação de prestígio de outras eras e que hoje disfruta, ao alto conceito em que é felizmente tida a sua acção civilizadora no mundo, não podia deixar de condignamente celebrar esta data, que assinala um período de incontestável progresso material e espiritual e de estabilidade social e política.

O «Correio do Minho», órgão da U. N. no distrito, dá-nos o relato das cerimónias que passamos a transcrever:

Cinco mil legionários, os cadetes da Milícia da M. P. e o Regimento de Infantaria n.º 8 — assistiram à missa campal e desfilaram garbosamente pela cidade

No mesmo local onde, há 32 anos, o glorioso Marechal Gomes da Costa arrancou sobre Lisboa em nome da Nação, iniciaram-se, ontem, as brilhantes comemorações nacionais do 28 de Maio.

O Exército reuniu-se em Braga, sob a alta presidência do Ministro da Defesa Nacional, para confraternizar, como quem vem em romagem às fontes sempre vivas do Ideal. Nada mais lógico e mais próprio.

Desde terça-feira, ao princípio da noite, começaram a chegar «à cidade santa da Revolução Nacional» as forças legionárias que vinham participar nas comemorações, forças da ordem, correctamente fardadas e equipadas. A cidade acolheu os legionários com a mais viva simpatia e, à noite, os cafés estavam cheios desses voluntários do dever e da honra.

Ontem, a urbe ostentava um ar tranquilo e jubiloso, o ar dos dias festivos, dos dias que escapam à rotina habitual. O espírito do 28 de Maio permanece vivíssimo nesta cidade católica, fiel às suas tradiçõões.

Milhares de pessoas de todas as condições sociais reuniram-se no Campo da Vinha, junto ao antigo quartel de Infantaria n.º 8, onde ainda ecoa o grito imperecível do Marechal Gomes da Crosta.

A imponência e a grandiosidade das comemorações dificilmente se podem condensar nas notas duma reportagem, onde é pràticamente impossível realçar todos os seus aspectos e onde é inviável dar a nota profunda da reacção popular.

32 anos depois, a cidade de Braga disse clara e altissonantemente que a Revolução continuará. Disseram-no as élites nacionais, ratificaram-no as massas populares deste torrão onde se vive com dureza e com fé, quer dizer com autenticidade humana e sobrenatural.

Embora as cerimónias se iniciassem às 11 horas, muito antes já o Campo da Vinha oferecia um aspecto verdadeiramente impressionante. Entretanto, pelo espaçoso largo alinhavam, além da Milícia da Mocidade Portuguesa, que impecàvelmente desfilara pela cidade, as forças seguintes, dispostas em sete Batalhões e por esta ordem:

1 — Batalhão da Brigada Naval; 2 — Batalhão do C. C. de Lisboa; 3 — Batalhão do C. D. de Aveiro; 4 — Batalhão do C. D. de Viseu; 5 — Batalhão C. D .de Braga; 6 — Batalhão do C. D. de Viana do Castelo e Vila Real; 7 — Batalhão do C. D. do Porto e Regimento de Infantaria 8, respectivamente, comandados pelos srs. capitão de fragata Horácio de Carvalho; dr. Gois Mota; coronel Diamantino Amaral; major Martins Engrácia; coronel Gonçalves Pires; coronel Rocha Peixoto; coronel Carlos Moreira e major Mário Campos, 2.º comandante do R. I. 8.

Nos flancos, agrupamentos da L. P.; aos dois lados do altar, os estandartes das unidades da região militar, e em locais apropriados as fanfarras dos R. A. P. 2, Cavalaria 6 e Infantaria 6. Entretanto, iam chegando centenas de oficiais de todo o País, comandantes das unidades militares da Região, oficiais no activo e da reserva e os antigos elementos que tomaram parte no movimento 28 de Maio, entre os quais os generais: D. Miguel Pereira Coutinho; Beleza Ferraz, chefe do E. M. do Exército;

Mira e Cruz, director da Arma de Cavalaria; Buceta Martins, comandante da III Região Militar; José Esquível, Administrador Geral do Exército; brigadeiros Barbieri, Patrício, Chabi, Lima Valente, Oom, Azevedo Reis, Esteves Pereira, Holberchi Fino, Gorgulho, etc., etc.

A chegada do Ministro da Defesa Nacional

Acompanhado do General Joviano Lopes, comandante da 1.ª Região Militar, dos Srs. Dr. António Abranches, Governador Civil, e António Santos da Cunha, Presidente da Câmara, que o esperavam nos limites do distrito, bem como de muitas dezenas de outras individualidades, o Coronel Santos Costa chegou junto da igreja do Pópulo às 11 horas precisas, acompanhado também pelos Brigadeiros Ferraz de Oliveira, Chefe do Estado Maior, e Coronel Santos Júnior, Comandante da P. S. P. do Porto.

Na Trofa e nos limites do concelho, aquele membro do Governo foi ainda aguardado pelos deputados Srs. Dr. Alberto Cruz, Dr. Augusto César Cerqueira Gomes, Eng.º António Lacerda, — outras autoridades, Vice-Presidente e vereadores do Município, dezenas de figuras representativas da vida do distrito.

À chegada, o sr. general Cota de Morais, comandante geral da L. P., e coroneis Pereira da Conceição, João Queiroga e Cunha, respectivamente, chefe e subchefe do Estado Maior da L. P., acompanhados do comandante do R. I. 8, coronel Sousa Machado e ainda do capitão de fragata Vasconcelos Pinto, do comando da Brigada Naval, apresentaram cumprimentos àquele membro do Governo.

Depois da cerimónia de «ombro armas» e da apresentação de todos os comandos dos elementos concentrados, fez-se o toque de sentido.

A missa campal teve inesquecível beleza e significado

Minutos depois, em altar belamente decorado e erguido em frente à entrada do antigo quartel de Infantaria 8, pejado de flores, foi rezada a Santa Missa Campal por intenção dos militares que tomaram parte no movimento e que já faleceram.

Colaborou o Orfeão do Seminário de Filosofia sob a regência do Rev.º Padre Bompastor.

Os oficiais que empunhavam todas as bandeiras das unidades da 1.ª Região Militar, postaram-se em alas na escadaria de acesso ao altar, onde havia também a guarda de honra.

Celebrou o Sr. D. António Bento Martins Júnior, venerando Arcebispo Primaz e Senhor de Braga, acolitado pelos Reverendos Cónegos Dr. Martins Gonçalves e Apolinário Rios.

O vasto recinto — larga mancha de fardas — oferecia um aspecto grandioso e impressionante.

Do lado da Epístola viam-se, em lugares de destaque, o sr. Ministro da Defesa, acompanhado de todos os oficiais generais e outros militares que tomaram parte no movimento redentor do 28 de Maio; e do lado do Evangelho, as autoridades civis e oficiais superiores da 1.ª Região e de outras Regiões do País.

Serviram às primeiras Lavandas os srs. Ministro da Defesa, o comandante da

Região Militar e o Governador Civil de Braga; e às segundas, os srs. Chefe do Estado Maior do Exército; Presidente da Câmara Municipal e Comandante da Legião Portuguesa.

A notável homilia do venerando Arcebispo Primaz

Ao Evangelho, o sr. D. António Bento Martins Júnior proferiu a seguinte homilia:

«Senhor Ministro da Defesa Nacional; Ex.mas Autoridades; Senhores Oficiais, Soldados e Legionários:

Refere-nos S. Lucas, no capítulo III do seu Evangelho, que um dia se aproximaram do precursor de Cristo, João Baptista, alguns soldados e legionários de Israel e o interrogaram deste jeito: E nós que faremos?... Teremos de despir esta farda e de depôr estas armas para sermos teus discípulos... e daquele que nos pregas — Jesus Cristo? João Baptista encarou-os demoradamente, leu-lhes nos olhos as intenções íntimas da alma e respondeu-lhes, como mais tarde Santo Agostinho diria ao Bonifácio: «Não é a milícia que impede a virtude, mas sim a malícia». Por isso, colocai acima de tudo a glória de Deus e os interesses espirituais das vossas almas; «não exerçais violência para com ninguém»; defendei os interesses comuns; obedecei às ordens dos vossos Chefes; sede corajosos nas conjunturas difíceis da vossa vida; guiai-vos sempre pelos princípios luminosos da verdade e da justiça; ambicionai apenas, como recompensa das vossas lutas e sacrifícios, a satisfação íntima do dever cumprido, e sereis bons soldados e legionários...

Ao dobrar o 32.º aniversário do 28 de Maio de 1926 também vós perguntareis: Quid faciemus et nós?... E nós que faremos?... Para que viemos aqui substituir as armas pela oração, neste momento solene e comemorativo?... Levantai os olhos e vede: A presença deste altar, onde se está a celebrar o Santo Sacrifício; a presença desta imagem sangrante de Cristo crucificado; a presença desta Bandeira Nacional; e a vossa presença nesta parada grandiosa marcam bem o caminho a seguir, em todas as horas incertas, ou vicissitudes da história, por soldados e legionários de Portugal.

Este altar recorda-nos Deus e a sua soberania universal, a nossa fé e os destinos imortais da nossa Pátria.

Aquele crucifixo consubstancia as glórias maiores e sobreeleva os efeitos mais heróicos de Portugal. Na memorável exposição do Mundo Português organizada na Capital do Império em 1940 destacava-se uma cruz negra, despida do crucificado, e apoiada nesta legenda significativa: «Portugal foi sempre cristão»... Era o compêndio admirável da nossa epopeia nacional daquém e dalém-mar. Era Portugal que nascia em Ourique, que se consolidava em Aljubarrota, que ressurgia em 1640 e que retomava rumos novos em 1926. Outra cruz foi, há pouco colocada religiosamente no Mosteiro Nacional da Batalha pelos soldados de Portugal com os seus Chefes à frente. E nesta está a imagem do Divino Crucificado que serviu de parapeito aos soldados da Flandres, que recebeu em si as granadas que os não feriram, e viu o sono eterno dos que tombaram gloriosamente aos seus pés...

Outra cruz se levanta neste campo, para que vós ouçais as palavras do Divino Crucificado, nesta hora conturbada da vida contemporânea.

Daquela cruz, Cristo continua a falar como no Calvário.

Sobre as almas dos militares e civis que fizeram a arrancada gloriosa do 28 de

Maio e hoje não compareceram nesta concentração comemorativa, podemos crer que, satisfeito à divina Justiça o último ceitil da dívida contraída pelos seus pecados, o Divino Crucificado deixa cair a palavra da remissão e da indulgência plenária: «hoje mesmo ireis comigo para o Céu».

Neste ano centenário das aparições de Lourdes, o Divino Crucificado proclama novamente a maternidade espiritual de Maria: «Eis aí a tua Mãe», e recorda aos portugueses que o 28 de Maio, hoje comemorado, se fez sob os olhares maternais de Nossa Senhora do Sameiro, e que a Imaculada Conceição continuará a velar por Portugal, como Mãe carinhosa e Padroeira desvelada...

Daquela Cruz o Divino Crucificado olha para os indiferentes, para os blasfemos, e até para os anti-teístas, se alguns há em Portugal, reza por eles ao Pai, desculpando-os misericordiosamente: «Pai, perdoai-lhes; não sabem o que fazem».

Daquela Cruz o Divino Padecente, vaiado pelos sarcasmos e irreverências de tantos maus cristãos, roga-nos uma gota de bálsamo reconfortante: «Sitio»... Tenho uma sede devoradora! Sede de quê, Senhor?... Ut sint unum... Que entre os portugueses se acabem as dissensões e todos se unam no mesmo espírito de compreensão, de justiça, de paz e de caridade...

A Bandeira Nacional, ontem enxovalhada e hoje gloriosamente flutuante, recorda-nos a história quase lendária de Portugal com os seus heróis, como D. Afonso Henriques, D. João IV, Vasco da Gama, Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, e os seus Santos, como Santa Isabel, António de Lisboa, Nuno Álvares Pereira, João de Deus e João de Brito, que serão sempre modelos acabados de patriotismo ardente e fé luminosa a seguir e a imitar por todos os portugueses.

A vossa presença aqui é afirmação desassombrada da vossa fé, a garantia segura de que em todos os momentos difíceis sabereis amar e defender Portugal, a integridade do seu território, as suas tradições históricas e religiosas, e a prova cabal de que a carreira das armas não é incompatível com a Religião. Já em 1828, no campo de Lunéville, o velho Marechal de França, príncipe de Hohenlohe, dizia: «Tomei parte em 84 batalhas, tenho o peito constelado de condecorações bem merecidas pelo meu esforço militar, mas quebraria a minha espada e abandonaria a carreira das armas, se ela fosse incompatível com a minha fé e com a Religião de Jesus Cristo».

Não haja dúvida alguma. Os melhores cristãos são sempre os melhores soldados. Todos os grandes homens da antiguidade e todos os doutores da Igreja são unânimes em afirmar que na hora da luta o que mais teme a Deus, é o que menos teme os homens... Assim o compreenderam todos os grandes chefes militares nacionais que, como Nuno Álvares, inclinaram sempre as suas espadas gloriosas diante da Cruz de Cristo, ao qual atribuíram os seus triunfos maiores. E assim se imortalizaram nas páginas agradecidas da história e entraram na imortalidade do Céu.

Soldados e legionários: rezar pelos que já morreram, evocar os nossos heróis e os nossos santos, e seguir a sua esteira luminosa é o melhor modo de comemorarmos esta data gloriosa do 28 de Maio, e de continuarmos a contribuir para a conservação e engrandecimento de Portugal.»

À elevação da Sagrada Eucaristia fez-se ouvir o toque de continência pela charanga de Cavalaria 6 do Porto, ao mesmo tempo que da cerca do antigo quartel de Infantaria 8 se ouviam repetidas salvas de artilharia.

Num momento de grande solenidade e alta comoção, o sr. major Aires Martins,

fez a chamada dos mortos do 28 de Maio a que os oficiais responderam — presente — ajoelhando respeitosamente diante das suas memórias.

Serviram às terceiras Lavandas o comandante de Infantaria 8, o presidente da Junta de Província do Minho e um graduado da M. P.

A Missa terminou com o Orfeão do Seminário de Filosofia a cantar o «Christus vincit». O Sr. Arcebispo Primaz, acompanhado do Sr. Ministro da Defesa, recebeu os cumprimentos de todos os oficiais generais e outras individualidades que assistiram a esta memorável cerimónia, que decorreu no mesmo cenário onde, há 32 anos, eclodiu o movimento que salvou o País da bancarrota.

O Sr. Coronel Santos Costa seguiu a pé do Campo da Vinha até ao edifício do Governo Civil e foi envolvido com calorosas manifestações

Num ambiente de muito entusiasmo e de acrisolado fervor nacionalista, o Ministro da Defesa Nacional, acompanhado dos seus ajudantes, dos oficiais generais e das autoridades de Braga, seguiu, então, a pé para o edifício do Governo Civil, onde descansou por alguns momentos.

Logo na saída do Campo da Vinha, o prestigioso membro do Governo foi envolvido numa grande manifestação de simpatia, salientando-se na mesma, não só a vibrante Academia de Coimbra, a que se juntaram os estudantes de Braga, os populares que assistiram à Missa e ainda muitas senhoras que das janelas e sacadas levantaram incessantes vivas ao Estado Novo.

Nos cruzamentos das ruas de Francisco Sanches com a rua do Souto, repetiram-se as manifestações, o mesmo se verificando na rua do Anjo e no Largo de S. Tiago. Em muitas sacadas dos prédios, que ladeavam o trajecto, ricas colgaduras emprestavam ao ambiente um ar de distinção.

O imponente desfile do Exército, da Mocidade e da Legião Portuguesa

Pela rua dos Capelistas, Arcada, Avenida Marechal Gomes da Costa e Rodovia, dum lado e doutro, muitos milhares de pessoas aguardavam o desfile das forças armadas.

Às 13 horas, o carro do Sr. Ministro da Defesa Nacional chegou à tribuna erguida junto do Teatro Circo, rodeado de estudantes de Coimbra que entusiàsticamente o aclamavam.

Ao lado do sr. coronel Santos Costa tomaram lugar os srs. Arcebispo Primaz, Chefe do Distrito, presidente do Município, oficiais-generais e autoridades.

Reboaram palmas calorosas e, pouco depois iniciou-se o desfile das forças legionárias e do R. I. 8, que vieram do Campo da Vinha, atravessando a Arcada em direcção à Avenida Marechal Gomes da Costa, sempre aclamados com palmas pela multidão que se comprimia ao longo dos passeios.

À frente, garbosamente, surgiu a banda do Regimento de Infantaria 6, seguida dos estandartes de todas as unidades militares da Região que o povo aplaudiu com entusiasmo, descobrindo-se à sua passagem.

Logo depois, surgiu o Regimento de Infantaria 8. Os seus homens, impecáveis, desfilaram em continência. Seguia-se a fanfarra do R. A. P. 5, aclamada com vibrantes salvas de palmas, e, depois, os estandartes da M. P. e de uma formação da Milícia daquele organismo.

Pela mesma ordem do desfile apareceram, após, as bandas de música da L. P. e da Brigada Naval com as respectivas bandeiras.

A passagem dos pára-quedistas da L. P. suscitou enorme entusiasmo, bem como a dos sete batalhões da Legião, que estavam concentrados no Campo da Vinha, sob as ordens do sr. coronel António Gonçalves Pires. O aprumo da sua marcha foi muito admirado.

As forças militares desfilaram despois, em regresso ao aquartelamento, pela rodovia, onde se concentrava grande multidão.

O almoço de confraternização, constituiu não só uma manifestação de simpatia ao Ministro da Defesa, como ainda a confirmação da união do nosso Exército que viveu ontem alguns momentos de grande emoção.

Entretanto, no Salão Medieval da Biblioteca Pública, mais de 320 convivas, de que se destacavam em elevado número, os oficiais que comparticiparam do Movimento do 28 de Maio, iam tomando lugares.

Ao fundo, via-se a Bandeira Nacional, ladeada de bandeiras da Legião e de vários galhardetes da Mocidade Portuguesa.

Entretanto, cá fora, a aguardar o Sr. Ministro da Defesa, e ao longo da Rua de D. Diogo de Sousa via-se uma companhia do R. I. 8, que prestou a guarda de honra ao Sr. Ministro da Defesa.

Na altura em que o sr. coronel Santos Costa passava revista à formatura, o povo e muitas senhoras que estavam nas sacadas dos prédios vizinhos tributaram-lhe quente e prolongada ovação.

Depois da força armada ter desfilado em continência, o Sr. Ministro da Defesa, acompanhado dos oficiais-generais e outras patentes, dirigiu-se para a sala onde ia ser servido o almoço, repetindo-se as ovações por parte das senhoras que se encontravam na Biblioteca.

No Salão Medieval, os oficiais presentes receberam o sr. Ministro com muitas e vibrantes ovações.

O sr. coronel Santos Costa tomou então a presidência, ficando à sua esquerda o sr. Governador Civil de Braga; general Joviano Lopes, comandante da I Região Militar; general Buceta Martins, comandante da III Região Militar; general Melro da Cruz, director da Arma de Cavalaria; e à direita, os srs. general Beleza Ferraz, Chefe do Estado Maior do Exército; general José Esquível, Administrador Geral do Exército; general Cotta de Morais, comandante geral da L. P.; e general Pereira Coutinho Vilar.

Ainda na mesa de honra muitos brigadeiros.

Em três mesas dispuseram-se então os convivas, vendo-se entre eles as principais autoridades de Braga, os Governadores Civis do Porto e de Viana do Castelo, oficiais da Aviação, do Exército e da Armada, etc.

O almoço, que foi confeccionado pela Legião Portuguesa do Porto, foi servido por empregadas e empregados da respectiva cantina, decorrendo num ambiente elevado e de muita animação.

Na altura dos brindes, usou da palavra o sr. dr. Ângelo César, que falando em nome dos civis que entraram no Movimento do 28 de Maio, dirigindo-se ao sr. coronel Santos Costa afirmou:

«Para V. Ex.ª os meus mais gratos cumprimentos. V. Ex.ª é de tal maneira

odiado pelos inimigos da Pátria — que seria traí-la não formar quadrado à volta de V. Ex.ª.

Saúdo-o por isso».

O orador depois de chamar a atenção quanto à complacência que o actual sistema político tem tido para com os inimigos, terminou por chamar a atenção para o que se está a passar na França e chamar a atenção do perigo maçónico e moscovita para o alerta concluindo:

— A França — também reuniu os seus Soldados.

Muitas e prolongadas palmas.

O S. António Maria Santos da Cunha, com todo o calor, ao recordar os jovens do seu tempo que viram passar nas ruas da cidade o Marechal Gomes da Costa, saudou o Exército na pessoa do Ministro da Defesa, com um viva a Portugal, às forças armadas e a Salazar, ao que foi delirantemente correspondido.

Por último usou da palavra o Ministro da Defesa, que ao levantar-se, foi prolongadamente ovacionado.

O ilustre membro do Governo, com muita vibração e constantemente interrompido com «muito bem», disse:

Camaradas:

«Os homens do 28 de Maio somos nós e não eles».

Senhores: «A Nação somos nós; não são eles. A força somos nós; não são eles. A Liberdade somos nós; não são eles. Os traidores são eles; não somos nós. Os homens com medo são eles; não somos nós. O Exército somos nós; não são eles. Nós somos Portugal. Viva o Exército! Viva Portugal!»

No final, novas e prolongadas ovações estrugiram na sala, ouvindo-se nessa altura vivas ao Sr. Ministro da Defesa, Salazar e ao Estado Novo.

As cerimónias em Infantaria 8

Conforme o programa, pouco depois das 17 horas o Senhor Ministro da Defesa, que à porta do Regimento de Infantaria 8 foi recebido com as honras devidas ao seu alto cargo, presidiu à cerimónia da apresentação da bandeira aos recrutas de Infantaria 8.

No pórtico central do majestoso edifício do regimento, aguardavam aquele membro do Governo, não só os generais, brigadeiros e oficiais deslocados a Braga, como ainda os comandantes daquela unidade, comandantes da G. N. R. e P. S. P., oficiais da guarnição de Braga, autoridades civis e religiosas da cidade, muitas senhoras, etc.

O ilustre membro do Governo, que novamente foi recebido com provas de muita simpatia, do lado oposto à entrada e ladeado do Chefe do Distrito e de alguns generais, presidiu então à referida cerimónia. Entretanto, o Sr. Coronel Sousa Machado, Comandante daquela unidade, proferiu um curto discurso de saudação, através do qual patenteou o seu muito apreça pela obra grandiosa levada a cabo pelo Governo e de maneira especial pelo Sr. Ministro da Defesa, no campo militar e de que o novo quartel do R. I. 8 era um exemplo. Seguidamente, numa cerimónia cheia de emoção, o Sr. Ministro da Defesa colocou no peito do 1.º sargento Sousa, daquela unidade, a «Medalha de Ouro», com que recentemente foi agraciado pelos bons serviços prestados àquela unidade e para maior prestígio do Exército.

No momento próprio, o Sr. Capitão Teixeira da Silva e depois da bandeira ter sido apresentada aos recrutas, ouvindo-se nessa altura os toque próprios dos clarins e da charanga presente, leu um pequeno discurso, que inspirado na bandeira nacional, constituiu ao mesmo tempo uma lição de história quanto à sua evolução desde Afonso Henriques, para terminar:

Soldados:

«Estou confiante que estais dispostos a continuar as façanhas da Infantaria de Ourique, Valverde, Aljubarrota, Índia, etc., a fim de manterdes a independência e integridade desta nossa Pátria. Ela continua a depôr em vós a garantia da sua existência e dignidade.

Recordando o passado, viveis o presente e fareis o futuro. Este é vosso, será o que vós fordes. Estou seguro de que correspondeis ao apelo e esperança da Pátria e praza a Deus que assim seja».

A cerimónia terminou num ambiente de verdadeira exaltação nacionalista patriótica.

Antes de retirar daquela Unidade, o Sr. Ministro da Defesa, visitou as instalações do quartel, tendo inaugurado em duas salas, dois aparelhos de televisão para os soldados e oficiais.

As Comemorações do I Centenário das Aparições de Lourdes

Tiveram em Braga brilho invulgar as comemorações do I Centenário das Aparições de Lourdes. A gente da cidade associou-se largamente às diversas cerimónias, numa afirmação de fé e grande devoção à Virgem Santíssima, Padroeira da cidade, e que, do Santuário do Sameiro, preside aos momentos solenes da sua vida. Outro procedimento não era de esperar, numa terra onde são tradicionais o fervor e entusiasmo pelas devoções Marianas.

Do «Correio do Minho», de 1 de Junho, transcrevemos as notícias que seguem, que bem ilustram a imponência das celebrações:

«Mais uma vez a cidade de Braga vestiu as suas melhores galas para assinalar um dos grandes acontecimentos da História da Igreja: as aparições de Lourdes, cujo primeiro centenário atraiu à linda cidade de além Pirenéus milhares de peregrinos de todo o Mundo.

E Braga, que desde época remotíssima, vem mantendo acrisolado fervor pela devoção da Imaculada Conceição, de que é eloquente testemunho o magnífico Santuário do Sameiro, viveu ontem, com sincera emoção e fé, os primeiros actos que assinalam, na Roma Portuguesa, o importante acontecimento.

Ontem de manhã, as janelas embandeiradas festivamente, as sacadas com colgaduras, e o inusitado movimento da cidade, diziam já das grandes horas de espiritualidade que se iam viver na Sé Primaz.

A chegada de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, ao Arco da Porta Nova, verificou-se às 11 horas, onde com os digníssimos Prelados que o acompanhavam, recebeu os primeiros cumprimentos das autoridades bracarenses e da Mesa da Confraria de Nossa Senhora do Sameiro.

Sua Eminência, que foi aguardado no limite do distrito pelo Sr. Governador Civil, trazia na sua companhia o Senhor Bispo de Lourdes, e que, a convite da Mesa do Sameiro, veio a Braga imprimir maior brilho a estas festividades marianas. Seguiram-se ainda os restantes Prelados convidados para este centenário.

Uma grandiosa manifestação na Praça do Município

O imenso quadrilátero da Praça do Município, já muito antes das 10 horas da manhã, continha uma multidão entusiástica e que de momento a momento esperava a chegada do Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira e do Senhor Bispo de Lourdes.

As janelas e sacadas encontravam-se pejadas de pessoas, e ostentavam colgaduras e bandeiras com as cores da cidade.

Pouco depois das 11,15, o repique festivo dos sinos e uma girândola de foguetes anunciavam a chegada do Senhor Cardeal Patriarca que mesmo nas ruas do Souto, Francisco Sanches e Frederico Ulrich, até à Praça do Município recebeu logo a primeira manifestação de simpatia do povo, a que se juntavam os estudantes dos diversos estabelecimentos de ensino, alunos das casas de formação religiosa, organismos de diversas secções da Acção Católica, etc.

À porta do Município, uma banda de música fez ouvir o «Hino de Braga», enquanto que Suas Excelências recebiam os primeiros cumprimentos da Câmara Municipal de Braga e de outras individualidades que ali os aguardavam.

Sempre num ambiente de emoção e entusiasmo, os ilustres Antístetes foram cobertos por uma chuva de flores, lançadas pelas gentis alunas da Escola do Magistério Primário, à mistura com vivas à Igreja Católica e nessa altura dispostas pela escadaria da Praça do Município.

Brilhante sessão de boas-vindas

Entretanto, no salão nobre dos Paços do Concelho, aguardavam o Senhor Cardeal Patriarca, o Núncio Apostólico, o Bispo de Lourdes e os restantes prelados, e, entre outras, as seguintes individualidades: Dr. Campos e Castro e Dr. Francisco José Veloso, respectivamente Corregedor do Círculo Judicial de Braga e Ajudante do Procurador da República; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de P. do Minho; Eng.º Alegria Martins, Director dos Serviços de Urbanização de Braga; Dr. Olindo Casal Pelayo e Eng.º Jorge Segismundo Pereira de Lima, respectivamente Director da Escola do Magistério Primário e Director da Escola Industrial e Comercial de Braga; Dr. Feliciano Ramos, pelo Liceu; Adolfo Santos da Cunha, Procurador à Câmara Corporativa; Prof. Abílio Fernandes, Director do Distrito Escolar de Braga; Eng.º António Lacerda e Dr. João Dias Rosas, deputados; Alfredo Sá Pereira, director dos C. T. T. de Braga; Dr. Valentim de Almeida e Sousa e Dr. Nuno de Bettencourt, respectivamente Delegado e Subdelegado do I. N. T. P.; João Cândido de Araújo Pereira, director de Finanças; Afonso Henriques de Aragão; Raúl Dias; Benedito Vilela; Martinho de Moura; Joaquim Chaves; Pintor Abel Mendes; Padre Alípio Quintas Neves; Dr. Francisco da Silva Pinto; Padre António Fernandes, em representação do Colégio de Montariol; D. Maria José Novais, vogal da Junta de Província do Minho; Dr. José de Almeida Soares, Delegado Provincial Adjunto da M. P.; Delegada Provincial da Mocidade Portuguesa Feminina, Dr. Francisco Pessoa

Monteiro, Presidente da Comissão Municipal de Assistência; Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, Secretário Geral do Governo Civil de Braga; Dr. José do Egipto, Presidente da Associação de Futebol de Braga; Alferes Soares da Silva; José Esteves de Aguiar, do Aero Clube de Braga; Pinheiro da Costa, da Mesa da Confraria do Bom-Jesus do Monte; Comandantes do R. I. 8,, da G. N. R., da P. S. P.; professores e reitores dos estabelecimentos de formação religiosa, muitas senhoras, etc.

O Senhor Cardeal Patriarca e restantes Prelados, à entrada das salas, receberam nova salva de palmas.

No Gabinete da Presidência foram feitas as apresentações, findo o que se seguiu a sessão de boas-vindas, no salão nobre, vistosamente decorado para o efeito.

Presidiu Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, que deu a direita aos Srs. Dr. António Abranches, Governador Civil de Braga; Núncio Apostólico; Pierre Foucher, Cônsul da França no Porto; e Bispo Conde de Coimbra; e à esquerda, aos Srs. D. António Bento Martins Júnior, venerando Arcebispo de Braga; António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal; Bispo de Lourdes; e brigadeiro Ernesto Proença, 2.º Comandante da 1.ª Região Militar.

Em lugares de honra, viam-se os Srs. Bispos do Porto, do Algarve, Auxiliar de Braga, os Vigários Capitulares de Aveiro e Leiria e ainda o Conde de Riba d'Ave, Comendadores Nogueira da Silva e Alberto Pimenta Machado, Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara, Eng.º Magalhães Salgado, José Maria Rodrigues, António Fernandes de Araújo e Dr. Castro Meireles, respectivamente vereadores e chefe da secretaria do Município, outras autoridades e entidades de representação, etc.

Num magnífico improviso, o Presidente da Câmara deu as boas-vindas aos eminentes Purpurados, principiando por pedir desculpa ao Senhor Cardeal Patriarca por não ter composto um discurso à altura daquele acto, mas que esta hora difícil impediu, «numa hora em que o lobo pretende vestir a pele do cordeiro».

O acrescentou:

«Eminentíssimos Senhores: a cidade de Braga rejubila nesta hora por ter dentro dos seus muros, Vossas Eminências».

Saúda, a seguir, na pessoa do Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, todo o Episcopado português, a quem compete velar pelo povo de Portugal, pela vivência da sua fé.

Salientou também que, desde épocas remotas, Portugal viveu sempre ao lado da Igreja, e que Portugal está confiado a tão ilustres Prelados, à sombra de cujas púrpuras a Nação e o seu povo continuarão a viver.

Passou, seguidamente, a dirigir saudações ao Núncio Apostólico, lídimo representante em Portugal dessa grande figura da Igreja que é Sua Santidade o Papa Pia XII, para onde hoje mais do que nunca se voltam todos os pensamentos e todos os corações.

Apresentou as suas homenagens ao Senhor Bispo de Lourdes, que vem dessa França mais católica do que nunca e que espera ver feliz.

Falou de Nossa Senhora de Lourdes e da mensagem que trouxe ao Mundo, numa das épocas mais conturbadas da história, terminando por fazer votos pelas boas relações dos dois povos e pelo triunfo da cristandade para a vitória do primado do Espírito.

O agradecimento do eminente Cardeal Patriarca

A encerrar a sessão levantou-se para falar o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que principiando por dirigir saudações a todos os presentes, disse «a gente deve entrar em Braga de Joelhos».

Cita a propósito um passo da história de Roma milenária para concluir: aqui nesta Roma Portuguesa todos os portugueses podem ajoelhar, não só como portugueses mas também como cristãos.

Fala, depois, do centenário de Lourdes que agora se comemora em Braga, para dizer que Nossa Senhora era do Mundo inteiro.

Refere-se às mensagens de Lourdes e da Fátima, para exprimir o grande significado e a transcendência da devoção por Nossa Senhora do Sameiro.

Ao dirigir uma saudação ao Senhor Presidente da Câmara disse:

«V. Ex.ª há pouco disse que não escrevera o seu discurso. Não foi preciso, pois falou com o coração.

Tece, adiante, elogios encomiásticos a Braga e à galeria ilustre dos seus Arcebispos que vieram a criar as tradições nobilíssimas da Roma Portuguesa por que é conhecida em todo o Mundo.

Termina por se referir ao papel do Episcopado em Portugal e ao triunfo da Santa Igreja.

O Senhor Cardeal Patriarca recebeu, no final da sua notável oração, prolongada salva de palmas, ouvindo-se da distinta assistência vivas entusiásticos à Santa Igreja.

Com as mesmas manifestações da entrada, Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca saiu dos Paços do Concelho acompanhado de todos os Prelados e autoridades, seguindo a pé pela Rua de D. Frei Caetano Brandão para a Catedral.

Pelo trajecto, chuvas de flores cobriam o venerando Príncipe da Igreja, repetindo-se as manifestações de entusiasmo populares.

No largo D. Paio Mendes, a chegada dos Prelados foi assinalada com novas ovações e vivas, ouvindo-se nessa altura o repicar alegre dos sinos.

O solene Te-Deum na Catedral

Seguiu-se o Solene Te-Deum, que foi presidido por S. Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, tomando os restantes prelados lugares nos cadeirais do cabido.

Em lugares especiais sentaram-se os Senhores Núncio Apostólico e o Senhor Bispo de Lourdes.

No transepto, viam-se as autoridades civis e militares da cidade.

O Orfeão do Seminário de Filosofia entoou o «Ecce Sacerdos Magnus», seguindo-se depois o «O Salutaris» e o «Ave-Maria».

No momento próprio o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmissus, proferiu então significativa alocução, principiando por dirigir saudações a Sua Eminência o Cardeal Patriarca, Núncio Apostólico, Bispo de Lourdes e Tarbes e restantes Prelados.

Referindo-se às solenidades que se comemoravam passou a ocupar-se das aparições de Lourdes, de Fátima, para culminar com um hino de louvor à Imaculada Conceição, cuja devoção se mantém sempre viva na Montanha do Sameiro.

A cerimónia prosseguiu, sendo acompanhada com o mais justificado interesse e devoção pela imensa assistência de fiéis, da qual se destacavam muitas das individualidades que já citamos na sessão de boas-vindas na Câmara Municipal.

A sessão Académica

Pelas 17 horas, no Teatro Circo efectuou-se a anunciada sessão académica.

Sala repleta, vendo-se na assistência as figuras mais gradas da cidade e as autoridades.

Dos camarotes e das frisas pendiam fostões com as cores da Imaculada Conceição.

No átrio do Teatro Circo, a prestar as honras da recepção aos Eminentíssimos Prelados, encontravam-se os Snrs. José Peixoto de Almeida, Alberto Matos, os mesários do Sameiro Srs. Fernando Vilaça e José Couto.

À chegada de Sua Eminência e dos restantes Prelados, os estudantes manifestaram-se ruidosamente atapetando o chão com as suas capas para dar passagem aos ilustres Purpurados.

Entretanto, na sala, o «Orfeão da Schola Cantorum», sob a direcção do maestro Padre Alberto Braz, cantava o «Ave de Lourdes», no que foi acompanhado com muito entusiasmo pela assistência.

O Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, deu entrada no palco, para assumir a presidência, ficando ladeado pelos Srs. Núncio Apostólico, Governador Civil, Arcebispo-Conde de Coimbra, Vice-Presidente da Câmara; Cônsul da França no Porto, Bispo do Porto, Comandante Militar de Braga e Bispo do Algarve, e, à esquerda, pelos Srs. Bispo de Lourdes, 2.º Comandante da Região Militar, Arcebispo de Císico, Bispo de Vila Real, Presidente da Junta de Província do Minho, Bispo Auxiliar de Aveiro, Bispo Capitular de Leiria e Bispo de Telmissus. Numa mesa de honra via-se o Primaz das Espanhas, ladeado por Monsenhor Peixoto da Costa e Silva e por Monsenhor Abílio de Araújo, Reitor do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro.

Aberta a sessão com uma revoada de palmas, Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca deu a palavra a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, que começou por dizer:

«Cabe-me a honra de apresentar a V. Ex.as Rev.mas as boas-vindas a esta antiga Sede Metropolitana na hora em que se dignam de vir até nós associar-se às solenes homenagens filiais de amor e gratidão, que nos propomos tributar à Mãe de Deus e Mãe nossa, no centenário do seu aparecimento em Lourdes, no ano de 1958.

Depois de uma união moral de perto de um século, abraçam-se agora, como que material e oficialmente, o Sameiro com Lourdes, para recordarem juntos, em festa de família — como se foram filho e mãe — a amorosa visita daquela Mãe de Misericórdia à cristianíssima Nação Francesa e lhe agradecer a incalculável soma de benefícios que lhe tem prodigalizado e que dali tem irradiado para esta Terra de Santa Maria e para a humanidade inteira, durante um século de misericordiosa e incessante vigilância maternal.

Pela minha descolorida e desvaliosa palavra, o povo desta Arquidiocese Bracarense vos saúda efusivamente e vos agradece a preseença nesta nossa festa, a que vindes imprimir singularíssimo relevo, fulgentíssimo brilho e inconcussa autoridade.

E seja-me lícito destacar, nesta paternal saudação, a pessoa de S. Ex.a Rev.ma

Mons. Pedro Maria Théas, ilustre Bispo de Tarbes e Lourdes e embaixador junto de nós da Rainha do Céu, que para Lourdes parece ter transferido o seu Trono de sabedoria e de misericórdia, donde ilumina e cura as almas e os corpos dos que a Ela acodem confiados no seu poder, sabedoria e bondade».

A terminar o venerando Primaz das Espanhas afirmou:

«Decorrido, finalmente, um século sob as bênçãos da Imaculada Conceição de Maria e enriquecida agora a grinalda que lhe adorna a fronte com mais a gema preciosa da Assunção, escutemos as palavras cheias de confiança e optimismo do Vigário de Cristo, proferidas no mês de Março passado, em dia de S. José esposo da Virgem Maria e ligado também de algum modo à família divina, palavras dirigidas a mais de 100.000 jovens de ambos os sexos, reunidos em Roma, na Praça de S. Pedro: «Tenhamos confiança no futuro do mundo, pois são claros os indícios do seu despertar na vida e na actividade espiritual, emergindo agora da escuridão e dos rigores do inverno para acolher o brilho e o esplendor da primavera. Mas como em todas as primaveras, na que se avizinha não faltarão tempestades e tormentas. Não terminou ainda o martírio da Igreja, que enfrenta desarmada e intemerata como sempre aqueles que procuram feri-la com insinuações malignas, suspeitas insultuosas e muitas vezes até tentando enlamear-lhe as vestes imaculadas. Fazei vossa a nossa esperança e ide dizer a todos que nos encontramos na primavera da nossa história. Se Deus quiser esta será uma das mais belas primaveras que a humanidade jamais conheceu (depois da dureza do inverno prolongado e amargo), prelúdio de um verão dos mais ricos e luminosos» («Novidades», de 20-3-58).

Vamos, pois, confiantes implorar da Senhora do Sameiro que com sua intercessão apresse essa esperada e radiosa primavera para a Igreja e para a humanidade; e, entretanto que ela não chega, obedecendo ao convite que Sua Santidade dirigiu ao Episcopado Francês, ao anunciar em Julho do ano passado o jubileu de Lourdes, «cantemos a Deus com a Virgem Imaculada o *Magnificat* da nossa gratidão».

Após o discurso de Sua Excelência Reverendíssima o Sr. Arcebispo Primaz apresentaram teses a Professora Catedrática da Universidade de Lisboa Dr.ª D. Maria de Lourdes Belchior Pontes, o Sr. Prof. Dr. António Rodrigues de Azevedo, Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto, e, por último, o Sr. Bispo de Tarbes e Lourdes, D. Pierre Marie Théas.

A sessão, que decorreu num ambiente de muito interesse e grande elevação, foi encerrada por Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, que salientou o alto sentido intelectual desta sessão e a forma brilhante como a mesma havia decorrido.

A impressionante procissão de velas

Não obstante as condições do tempo não serem de molde a proporcionarem um grande préstito, à noite, conforme o estabelecido programa, saiu da Catedral de Braga a Procissão de Velas, que, com a presença de muitos milhares de fiéis, percorreu as ruas da cidade.

A grandiosa peregrinação

Pelas 8 horas, saiu da Catedral uma grandiosa peregrinação para o Sameiro. Na Montanha Santa efectuou-se a Missa Campal celebrada por Sua Ex.ª Rev.ma

o Senhor Núncio Apostólico, sob a presidência de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca e com a presença do Episcopado.

Seguiu-se a bênção e o tradicional Adeus à Virgem.

No final desta impressionante cerimónia, na Sala dos Modelos, do edifício da Confraria de Nossa Senhora do Sameiro, foi servido um almoço volante oferecido pelo Senhor Governador Civil do Distrito a Sua Eminência, ao Senhor Núncio Apostólico, a Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Bispo de Lourdes e Ex.mos Prelados.

Visita dos componentes dos Colóquios Internacionais de Coimbra

Com o objectivo da visita aos monumentos de estilo «Barroco», que existem na cidade e seus arredores, estiveram em Braga, em 4 de Julho, os componentes dos Colóquios Internacionais de Coimbra, que fizeram uma digressão pelo triângulo turístico.

Entre os ilustres visitantes contavam-se destacadas figuras de catedráticos portugueses e espanhóis, Professores Reis Santos, Pereira Dias, Pacheco de Amorim, Ramalho, Luís de Pina, Manupella, Bazin, Garcia Vinholas.

No Bom Jesus, eram aguardados pelo Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Vereadores, Chefe da Secretaria e representantes da Imprensa.

Pela Câmara foi-lhes oferecido um Porto de Honra, no decurso do qual o Presidente da Câmara de Braga saudou os visitantes com palavras de muito apreço. Responderam os Professores Reis Santos e Camois Azar, agradecendo as atenções recebidas. Orientou-os na visita aos monumentos o Dr. Sérgio Silva Pinto.

O Presidente do Município bracarense, Senhor Comendador António Maria Santos da Cunha, foi agraciado com as insígnias da «Ordem de Cisneros»

Numa festa de confraternização luso-galaica que, em Orense, se realizou em 6 de Julho, foram agraciados com as insígnias da «Ordem de Cisneros» os Presidentes das Câmaras Municipais de Braga, Viana do Castelo e Melgaço.

Do «Correio do Minho» damos alguns passos do relato que este bem informado órgão da imprensa local fez do acontecimento:

«No passado domingo, efectuou-se na formosa cidade de Orense, da vizinha Galiza, uma brilhante jornada de confraternização luso-galaica. De Portugal deslocaram-se a convite das autoridades orensanas, os Srs. General Joviano Lopes, comandante da I Região Militar, Dr. António Abranches e Eng.º Reis Faria, respectivamente Governadores Civis de Braga e Viana do Castelo, António Santos da Cunha e Drs. Araújo Novo e Ovídio Pardelinha, respectivamente presidentes das Câmaras Municipais de Braga, Viana do Castelo e de Melgaço.

Decorriam em Orense as festas da cidade, e as autoridades da província galega, à qual nos unem fundados laços históricos, sentimentais, técnicos e culturais, aproveitaram ensejo para prestar homenagem às individualidades portuguesas já citadas.

Foram excepcionalmente brilhantes as recepções no Ayuntamiento, no Governo Civil e no Consulado de Portugal. As autoridades civis e militares de Portugal foram cumuladas de gentilezas e de atenções, o que, aliás, está na tradição da hospitalidade galega.

De todas as cerimónias que decorreram enquanto durou a visita oficial, destacou-se a que se efectuou no Ayuntamiento, para a imposição das insígnias de Comendadores da Ordem de Cisneros aos Srs. António Santos da Cunha e Dr. Araújo Novo, presidentes dos muncípios de Braga e Viana do Castelo, e do grau de cavaleiro da mesma Ordem ao Sr. Dr. Ovídio Pardinha, presidente da Câmara Municipal de Melgaço.

A imposição das insígnias foi feita por D. Fernando Herrero Tejedor, Delegado Nacional das Províncias, que se deslocou propositadamente de Madrid para o efeito.

Assistiram à brilhante cerimónia, que sintetiza a amizade que une os dois povos peninsulares, nesta hora em que está em causa a civilização ocidental que é grande parte fruto do génio lusíada e espanhol, além da delegação portuguesa já referida, as autoridades locais, os alcaides e os chefes do movimento da província orensana, bem como o cônsul de Portugal em Orense.

O frutuoso intercâmbio luso-galaiso, pode dizer-se afoitamente que iniciado pela Câmara Municipal de Braga através do seu pelouro de cultura, tem encontrado entusiástico eco nas autoridades, nos intelectuais e no povo das duas províncias do noroeste da Península Ibérica. São frequentes as visitas dos representantes do poder das duas províncias às cidades capitais e as participações de escritores, historiadores e etnógrafos do norte de Portugal e da Galiza, em congressos, colóquios e reuniões académicas. Publicam-se revistas culturais com direcções das duas províncias, como, por exemplo, a revista «4 Ventos», que leva aos respectivos povos as mensagens do espírito comum de que promanam.

A condecoração das autoridades minhotas representa uma honra para a nossa província e exprime o bom entendimento, a perfeita comunhão de sentimentos, a identidade étnica e cultural dos povos luso-galaicos.

Só existem motivos para louvar este espírito de confraternização que se tem desdobrado em frutos magníficos.

A Cruz Vermelha Portuguesa agraciou com a «Cruz Vermelha de Dedicação» 29 sócios bracarenses

Em sessão solene presidida pelo Chefe do Distrito, em 9 de Julho, foram agraciados com a condecoração da «Cruz Vermelha de Dedicação» 29 sócios bracarenses desta benemérita Associação.

Integrando-se plenamente esta cerimónia na orientação que nos propusemos, quando demos início a esta secção — ser documentário assaz circunstanciado de todas as manifestações e realizações que, de um modo ou de outro, mereçam ser assinaladas para a posteridade — parece-nos oportuno referir este justo reconhecimento da acção e do mérito de alguns bracarenses que souberam honrar a terra que os viu nascer.

Do «Correio do Minho», de 10-7-58, transcrevemos a seguinte e elucidativa notícia:

No edifício do Turismo, realizou-se ontem, às 21 horas, a anunciada cerimónia da entrega da «Cruz Vermelha de Dedicação» com que foram agraciados 29 bracarenses por proposta da direcção local da Cruz Vermelha Portuguesa e confirmada pela Comissão Executiva.

O acto rodeou-se de muito interesse, presidindo o Sr. Dr. António Abranches, Governador Civil do Distrito, ladeado dos Srs. Dr. Teófilo Esquível, presidente da direcção da delegação desta cidade; Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho; Dr. Francisco Araújo Malheiro, presidente da Comissão Distrital da U. N.; Coronel António Cunhal, Comandante Militar de Braga; cónego Martins Gonçalves, em representação de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz; Coronel Sousa Machado, Comandante do Regimento de Infantaria 8; José Maria Rodrigues, em representação da Câmara Municipal de Braga; e capitães Linhares Nobre e Gama, respectivamente, da Legião Portuguesa e da direcção da Cruz Vermelha desta cidade.

Na qualidade de presidente da delegação de Braga, o Sr. Dr. Teófilo Esquível, no uso da palavra, principiou por agradecer ao Chefe do Distrito a honra que a todos dava ao presidir àquela reunião da família da Cruz Vermelha.

Justificando as razões daquela homenagem, o ilustre médico bracarense, a quem a Cruz Vermelha já tanto deve, principiou a história das origens daquela organização em Braga, que nasceu do espírito de iniciativa de um grupo arrojado, e, que em Fevereiro de 1938, reuniu no Salão Recreativo, sob a presidência do saudoso Sr. Dr. Nuno de Campos e Castro (Conde de Carcavelos).

Recordando as vicissitudes por que passou a Cruz Vermelha em Braga, o Sr. Dr. Teófilo Esquível rendeu depois significativa homenagem a todos aqueles que, ao serviço de obra tão grandiosa, conseguiram elevá-la ao alto fim para que foi criada, única e exclusivamente ao serviço do lema «inter arma caritas».

Prestou também as suas homenagens à saudosa e distinta senhora bracarense D. Maria Eduarda de Noronha Menezes Pereira do Lago de Mesquita e Melo Portugal, que pôs todo o seu entusiasmo na fundação do núcleo de Braga.

O Sr. Dr. Teófilo Esquível passou depois a descrever o que tem sido a acção da Cruz Vermelha em Braga, desde a distribuição e venda da estreptomicina, de que os pobres foram muito beneficiados, pois a muitos este medicamente foi entregue gratuitamente, no valor de 5.420$00.

Outros elementos forneceu o distinto médico, como por exemplo a distribuição de subsídios pela Cruz Vermelha aos pobres no valor de 20 contos, plasma para os pobres no valor de 34.000$00, idem para as vítimas da Hungria no valor de 2.250$00, tratamentos, intervenções, cirurgia, etc., etc.

Depois de se referir à acção da Cruz Vermelha na entrega de encomendas para os nossos soldados na Índia, o Sr. Dr. Teófilo Esquível sublinhou a actividade dos Srs. Capitães Gama e Linhares Nobre na Cruz Vermelha de Braga, terminando por referir-se às futuras instalações da Cruz Vermelha no antigo quartel do R. I. 8.

O Sr. João Martins Gonçalves, um dos agraciados presentes, numa pequena intervenção, depois de felicitar a actual direcção da Cruz Vermelha, lembrou a actuação na Cruz Vermelha dos Srs. Dr. Mário Valença, Numa Passos e D. Carlota Sande e Castro.

Em nome dos homenageados falou a seguir o nosso prezado colega Augusto Martins, sócio n.º 1 da Cruz Vermelha, que a propósito daquele humanitário orga-

nismo fez interessantes considerações, recordando os primeiros passos para a organização daquele núcleo.

Lembrou a acção dos Srs. Dr. Mário Valença e António Moreira, terminando por acentuar que aquela homenagem era imerecida, e só se devia à generosidade da actual direcção.

Por último falou o Sr. Dr. António Abranches, que agradeceu ao Sr. Dr. Teófilo Esquível o convite para presidir a esta reunião, pois, assim, foi-lhe possível entrar num contacto mais directo com a Cruz Vermelha de Braga e melhor se inteirar da sua acção valiosa.

Declarou sentir-se bem naquele ambiente, onde se encontravam tantos dos seus amigos, uns mais velhos outros novos, mas todos conjugados na grande virtude de bem fazer ao seu semelhante.

Lembrou que à Cruz Vermelha de Braga se deveria dar maior publicidade de modo a que o público melhor se apercebesse da sua acção humanitária.

Terminou por felicitar todos aqueles que iam receber os diplomas e que com muito gosto passava a distribuir.

O prestigioso Chefe do Distrito entregou, a seguir, o diploma com a Cruz Vermelha de Dedicação» aos seguintes senhores: Augusto Martins, José Garcia de Araújo, Vasco Taxa de Faria, João Martins Gonçalves, Mário Joaquim de Queiroz, Carlos Dias Nogueira, na pessoa de sua filha; António Maria da Conceição Pedrosa, Dr. Nuno de Campos e Castro, na pessoa de seu filho Luís Ferreira Palha, Fortunato Monteiro Costa, Alípio de Macedo, Manuel Ferreira Capa, João Rodrigues das Neves, José Lucílio Leite de Araújo, Manuel Lopes, João Meneses Ribeiro Braga, António Bernardino da Cunha Pereira de Macedo, Tenente-coronel Alfredo Dias Pereira, Coronel Dr. Gastão Ribeiro Pereira, Dr. Abílio de Araújo, António Vilaça, Alberto de Carvalho de Araújo, Álvaro da Nova, Firmino Teixeira, Mário Queiroz, Mário de Araújo Venâncio, Manuel Joaquim Coelho, António Costa e José Lopes Granja.

Homenagem ao Chefe do Distrito, Sr. Dr. António Abranches

Por ocasião do 1.º aniversário da investidura do Ex.mo Sr. Dr. António Abranches no cargo de Governador Civil do Distrito de Braga, ocorrido em 10 de Julho, as câmaras municipais do distrito, as comissões políticas da U. N., as autoridades civis e religiosas, os directores dos estabelecimentos de ensino da cidade, diversas entidades oficiais e particulares, quiseram assinalar a investidura de Sua Ex.ª no lugar que, com superior elevação, vem desempenhando.

A cerimónia, que foi concorridíssima, caracterizou-se pelo aplauso e incondicional concordância com a política do Governo de que o Sr. Dr. António Abranches é digno representante no Distrito. No uso da palavra vários oradores exaltaram as qualidades do homenageado.

A Inauguração da 1.ª Biblioteca Popular no Parque da Ponte — Biblioteca Veiga de Macedo — em 15 de Julho

De acordo com o plano de acção educativa estabelecido pela Edilidade bracarense, e no prosseguimento da sua execução, empreendeu o Município a criação de bibliotecas populares a erigir nos jardins e parques da cidade.

Para instalação da primeira, foi acertadamente escolhido o Parque da Ponte, que ùltimamente tem sofrido várias beneficiações, e se encontra em condições de, como nenhum outro, ser local de recreio por excelência para todos os que, dentro da cidade, desejem passar alguns momentos de agradável contacto com a natureza, longe do bulício da cidade. E, com a criação desta biblioteca, elemento de cultura para todos os que sabem aproveitar o tempo livre, o recinto fica muito mais valorizado ainda, constituindo um dos locais mais aprazíveis de Braga.

Por escritura de 21 de Dezembro de 1956, foi adjudicada a construção do pavilhão que haveria de constituir a primeira unidade a ser inaugurada, em honra do grande impulsionador da educação popular, Dr. Henrique Veiga de Macedo, então Subsecretário de Estado da Educação Nacional e actual Ministro das Corporações. Assim, prestou a cidade de Braga justa homenagem a quem tão corajosamente empreendeu a difícil tarefa de elevar o nível cultural do povo português, através duma intensa campanha de recuperação de adultos analfabetos e da obrigatoriedade rigorosa da aprendizagem para todas as crianças em idade escolar, que ficará memorável através dos tempos.

Do «Correio do Minho» transcrevemos o relato do acto inaugural:

«Realizou-se ontem, às 17 horas, no Parque da Ponte, a cerimónia inaugural da Biblioteca Dr. Veiga de Macedo, importante iniciativa da nossa Câmara em prol da cultura popular. A cerimónia verificou-se no edifício da Biblioteca, junto da entrada principa ldo Parque da Ponte e teve a presença de muitas autoridades e individualidades.

Entre outros, vimos os Srs. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Governador Civil substituto; António Santos da Cunha, Dr. José Maria Ferreira de Araújo e José Maria Rodrigues, respectivamente, presidente, vice-presidente e director daquele parque; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Dr. Carlos Fagulha, juiz do Tribunal do Trabalho de Braga; Dr. Valentim de Almeida e Sousa e Dr. António Aires dos Reis, respectivamente, delegado e subdelegado do I. N. T. P.; Dr. António Moreira, director interino da Biblioteca Pública; Alfredo Sá Pereira, chefe da Circunscrição do Minho dos Serviços de Exploração dos C. T. T.; eng.º Jorge Segismundo Pireira de Lima, director da Escola Industrial e Comercial; Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, secretário geral do Governo Civil; Dr. Castro Meireles e Alberto Matos, respectivamente, chefe da secretaria da Câmara Municipal e secretário particular da Presidência; Dr. Francisco da Silva Pinto; Dr. Altino Ferreira, da direcção do Sporting Clube de Braga; Dr. Faria Gonçalves, presidente da direcção do Sindicato Nacional dos Contabilistas e Empregados de Escritório; José Marques, um dos fundadores do Parque da Ponte; Capitão Américo de Oliveira, comandante da G. N. R.; tenente António Coelho, delegado dos Serviços de Censura; Padre João de Barros, arcipreste de Braga; Padre Alípio Quintas Neves, director do Colégio dos Órfãos de S. Caetano; Prof. Abílio da Conceição Fernandes, director do Distrito Escolar de Braga; o nosso camarada José Moreira, pelo delegado provincial da Mocidade Portuguesa; dirigentes sindicais de todos os organismos com sede em Braga.

O Sr. António Santos da Cunha entregou a chave do gracioso edifício da biblioteca ao Sr. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, que abriu a porta que lhe dá acesso e considerou inaugurado o novo melhoramento. A assistência tributou uma expressiva salva de palmas.

Já dentro do edifício, o Governador Civil substituto e as autoridades e individualidades presentes, apreciaram as instalações e o recheio bibliográfico ainda em fase de organização.

Concluída a visita, o Sr. Presidente da Câmara de Braga usou da palavra para agradecer a presença das autoridades e das individualidades que se quiseram associar à cerimónia da inauguração e para significar o alcance desta iniciativa municipal.

Esta biblioteca popular é a primeira de uma série que se pretende construir e pôr em activo funcionamento — disse. A iniciativa é de pequeno porte material, mas de alto significado cultural — acentuou.

Ao justificar a escolha do nome do Sr. Dr. Veiga de Macedo para patrono desta primeira biblioteca, o Sr. António Santos da Cunha disse que a homenagem que se desejou prestar ao antigo Subsecretário de Estado da Educação Nacional era justíssima, pois a ele se deve uma obra notável na educação popular de que nunca mais se separará o seu nome. A campanha de Educação de Adultos recuperou para as luzes da instrução centenas de milhares de portugueses de ambos os sexos, aos quais foram entregues livros de cultura geral acessíveis e baratos.

A Câmara da sua presidência, afirmou, tem orgulho em prestar esta homenagem a quem se devotou inteiramente ao serviço da educação e da cultura do nosso povo.

Uma salva de palmas abafou as últimas palavras do orador, que falou de improviso.

O Sr. Dr. Francisco de Araújo Malheiro, Governador Civil substituto, felicitou o presidente do município, por mais esta excelente iniciativa tendente a levar a cultura a novas zonas de influência. Recordou os congressos, os colóquios e as reuniões académicas que a Câmara de Braga, sob o impulso do seu presidente, tem levado a efeito nos últimos tempos nesta cidade, trazendo até nós os maiores representantes da cultura de vários países e promovendo o estudo da história da nossa terra.

Mais adiante, o orador aludiu à obra levada a efeito pela nossa deilidade em todos os planos do progresso citadino e felicitou o sr. presidente e os seus dedicados colaboradores pelos esforços dispendidos e pelos resultados alcançados.

No final do seu curto improviso o Sr. Dr. Francisco Malheiro ouviu uma prolongada salva de palmas.

O Sr. António Santos da Cunha convidou depois as autoridades e as individualidades presentes para uma visita ao formoso parque da Ponte e aos melhoramentos que, pouco a pouco, lhe estão a ser introduzidos. Visitaram-se também as instalações do horto municipal com os seus valiosos viveiros, laboratório indispensável à reforma total dos jardins da nossa terra. Atendendo ao crescimento dos serviços, o município teve já de arrendar terrenos junto do rio Este.

O município tem em projecto homenagear os fundadores do Parque da Ponte e construir, num dos seus mais belos locais, um parque infantil. Pena é que o magnífico recinto não disponha já de todos os atractivos que pode comportar amplamente e viva como que ignorado da população.

Os interessados na requisição de livros para leitura no recinto do Parque da Ponte podem começar a utilizar os serviços da biblioteca popular ontem inaugurada».

Conferência do Dr. José Vitorino de Pina Martins (Duarte Montalegre) no Salão Nobre da Biblioteca Pública

A convite do «Convivium» — estúdio de escritores e artistas — proferiu, em 25 de Julho, no Salão Nobre da Biblioteca Pública, o ilustre escritor Duarte Montalegre uma notável conferência subordinada ao tema: «O catolicismo dos humanistas italianos do séc. XV».

Do «Correio do Minho», de 26-7, transcrevemos o relato que segue e que bem ilustra o êxito alcançado por tão distinto escritor.

«Como havíamos noticiado, o Sr. Dr. José Vitorino de Pina Martins (Duarte de Montalegre) proferiu ontem, à noite, no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, uma conferência em que desenvolveu com brilho e erudição o importante tema «O catolicismo dos humanistas italianos do século XV».

O ilustre escritor e ensaísta veio a Braga a convite da Associação Cultural «Convivium» — estúdio de escritores e artistas — que, com esta conferência, encerrou as actividades do presente ano social.

Presidiu o sr. cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, vice-presidente, em exercício, da associação promotora, ladeado pelos srs. drs. Eugénio Bacelar Ferreira, secretário geral do Governo Civil, e Egídio Guimarães, da direcção do «Convivium».

A apresentação do distinto conferencista foi feita pelo Sr. Dr. Egídio Guimarães, que referiu as actividades desenvolvidas no ano social por aquela associação de cultura, destacando o ciclo de conferências a que deram a sua colaboração algumas das mais eminentes figuras da intelectualidade portuguesa e estrangeira, a reorganização do Orfeão de Braga e a constituição dum curso de pintura e desenho.

Traçou, em seguida, o perfil intelectual do Dr. José Vitorino de Pina, elogiando os seus altos méritos de poeta, de pensador e de investigador, e citou os valiosos trabalhos de que é autor, trabalhos que obtiveram larga audiência, tanto em Portugal, como em todos os meios cultos da Europa.

O ilustre conferencista, começou por agradecer a honra do convite que lhe foi dirigido por «Convivium» para falar em Braga, cidade de alta importância histórica e de grandes tradições intelectuais, declarando-se portador duma saudação especial do eminente Professor italiano Giorgio Del Vecchio, que ùltimamente nos visitou e foi homenageado pela Associação Jurídica de Braga.

Entrando no tema da sua conferência, o Sr. Dr. José Vitorino de Pina Martins prendeu a assistência durante uma hora com a leitura do seu notável trabalho, que remontava a um período fascinante da história europeia — o Renascimento. O orador fundamentou o seu estudo em leituras directas dos textos dos humanistas italianos do século XV, estabelecendo o valor e o significado da obra de cada um.

Encerrou esta reunião cultural, o Sr. Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, que agradeceu ao Sr. Dr. José Vitorino de Pina Martins a excelente lição que a todos dera.»

O escritor brasileiro Tasso da Silveira visita a cidade de Braga em 1 de Setembro

O ilustre escritor brasileiro e eminente crítico Tasso da Silveira, professor de Estética, Literatura Portuguesa e Brasileira e Literatura Comparada, um dos grandes

das letras brasileiras contemporâneas, veio a Portugal no desejo de conhecer de perto o nosso País, a que se sente preso por laços duma grande afinidade intelectual, e para se avistar com o Poeta Correia de Oliveira, que ele admira profundamente, e considera o maior poeta da actualidade.

Da casa do Poeta, em Belinho, onde permaneceu alguns dias, teve a oportunidade de visitar o Minho e conhecer a sua gente, que sobre ele, como disse, exercia uma sedução irresistível.

Em Braga, acompanhado de sua Esposa e do dramaturgo João Correia de Oliveira, irmão do Poeta, admirou os principais monumentos da cidade e o triângulo turístico, manifestando por tudo o maior interesse.

Visita a Braga das autoridades espanholas

Manifestações de amizade e de boa vizinhança, que bem cabem dentro dum verdadeiro intercâmbio luso-espanhol, vão-se acentuando e tornando vulgares nos tempos actuais, entre as autoridades do norte de Portugal e as da Galiza. Elas são prova concludente da política de bom entendimento que se vem praticando num acertado gesto de aproximação, expressão feliz de autêntica coexistência, leal e sincera, que bem poderia servir de norma a todos os que anseiam melhor entendimento entre os homens e as próprias nações.

E, assim, hoje as autoridades espanholas visitam-nos numa retribuição cortês e sempre apreciada das visitas que as nossas autoridades, não há muito, lhes fizeram.

Do «Correio do Minho», de 6-7-58, damos o seguinte relato:

«Acompanhados de suas distintas esposas estiveram ontem nesta cidade os Srs. Governador Civil de Orense, o Director Geral da Administração daquela Província e o Director Geral da Política Interna, vindo de Madrid.

Os ilustres visitantes foram recebidos no Palácio dos Falcões pelo Sr. Dr. António Abranches, Governador Civil, que se encontrava acompanhado do Sr. António Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga.

Pelo Sr. Dr. António Abranches foi oferecido àquelas autoridades espanholas um «aperitivo», tendo sido trocadas saudações entre o Chefe do Distrito de Braga e o Governador Civil de Pontevedra.

Seguidamente as autoridades bracarenses e os ilustres visitantes seguiram para o Bom Jesus do Monte, percorrendo e apreciando o triângulo turístico. No Bom Jesus, efectuou-se um almoço íntimo que serviu de pretexto para a troca de amistosas e cordiais saudações, nas quais foram exaltadas as relações existentes entre Portugal e a Espanha e a tradicional amizade das duas Províncias vizinhas.

Usaram da palavra os Srs. Governador Civil de Orense, o Director Geral da Administração de Orense e o Director Geral da Política Interna, de Madrid, e ainda os Srs. António Maria Santos da Cunha e o Governador Civil de Braga.

As autoridades espanholas depois de apreciarem o Estádio 28 de Maio, visitaram a cidade, permanecendo durante algum tempo no Jardim de Santa Bárbara, que muito apreciaram.

No fim da tarde, os nossos vizinhos retiraram da cidade, com destino à Espanha.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

As comemorações do XXV aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional

Com início no dia 23, e por período que se prolongou pelos dias 24, 25, 26 e 28 de Setembro, decorreram em Braga as comemorações do XXV aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, com o brilho que era devido a tão significativo aniversário.

As bodas de prata do importante diploma, que abriu novas perspectivas à vida social do País e, de um modo especial, à dignificação dos trabalhadores portugueses, não poderia passar despercebido em qualquer parcela do seu território. Impunha-se porém que, aqui em Braga, elas se revestissem dum carácter particularmente festivo, pois que, como muito bem disse o Delegado do I. N. T. P., Dr. Valentim de Almeida e Sousa, na reunião à imprensa de 12 de Setembro, «Braga e o seu distrito têm excepcionais responsabilidades em tudo quanto se relacione com os grandes movimentos nacionais, e, portanto, para com a Revolução Nacional e a ordem política e social a que esta deu expressão concreta».

Braga conhece o caminho percorrido, e o quanto de benéfico há que agradecer aos que, no posto de comando tanto se têm esforçado para que a vida sorria a muitos mais, e de um modo especial aos trabalhadores portugueses. Por isso as comemorações atingiram, nesta cidade, o luzimento que só os grandes acontecimentos, as datas verdadeiramente felizes, podem determinar!

A presença do Ministro das Corporações a vários números do programa, emprestou-lhes a solenidade que convinha.

O «Correio do Minho», em seu número especial de 23 de Setembro, a toda a largura da 1.ª página, numa sugestiva legenda, encima assim os comentários que seguem:

«Braga — cidade santa da revolução portuguesa — inicia hoje, entre galas e flores, com entusiasmo, as comemorações dos XXV Aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional que libertou os trabalhadores portugueses da exploração capitalista, da miséria e da fome. Uma era nova, de prestígio, de dignidade profissional e pessoal, de bem-estar e de engrandecimento, para o operário português. Honra e glória ao trabalho e ao trabalhador».

Sobre a forma como decorreram as comemorações, vejamos o que diz o mesmo diário em seu número de 24 de Setembro:

«Excedeu todas as expectativas, o brilhantismo de que se rodeou ontem, nesta cidade, o primeiro dia que, festivamente, assinalou o XXV aniversário da Promulgação do Estatuto do Trabalho, facto que permitiu trazer a Braga, perto de dois mil dirigentes e associados de todos os organismos corporativos do País. Já na véspera, as lotações nos hostéis esgotadas, previam excepcional concorrência, pelo que, em determinada altura, não obstante estarem marcados alojamentos, se tornou necessário recorrer a pensões e casas particulares.

Esse afluxo de gente, pressentiu-se, sobretudo, às primeiras horas de manhã de ontem, pois que era desusado o movimento nas ruas centrais da cidade.

E assim, com temperatura amena, o dia despontou em ar de festa, com o sol a fazer dardejar os seus raios nesta festa grandiosa que consagrou vinte e cinco anos de progresso e de actividade, das massas trabalhadoras e na melhor defesa das suas mais sagradas reivindicações, outrora tentadas, mas nunca conseguidas, com arruaças nas ruas e «paralizações» de trabalho que, constituindo lutas estéreis, mais não conseguiram do que criar o mal-estar da Nação.

Corolário da Revolução Nacional, o Corporativismo viveu, pois, ontem, um dos seus momentos mais solenes e mais altos. Através de milhares de seus representantes e das importantes afirmações produzidas pelas figuras que comparticiparam dos diversos actos festivos, ele afirmou a sua vitalidade e a sua vitória.

A cidade, por sua vez, através do seu bom e generoso povo, das suas figuras representativas e dos magistrados que têm sobre si a responsabilidade da orientação das massas, fez-se representar exuberantemente, patenteando assim a sua inteira adesão às festas que se realizavam e aos princípios que elas comemoravam repetindo nos nossos dias, emocionadamente o brilhantismo das Festas do Trabalho que outrora causaram sucesso e justificada fama.

A recepção ao Senhor Ministro das Corporações

Pouco antes das 10 horas, o majestoso quadrilátero da Praça do Município, apresentava já um aspecto surpreendente. Além das centenas de estandartes e pendões que, multicolores, se aglomeravam em volta do edifício da Câmara, por todo o largo, viam-se as janelas e escadas lindamente decoradas com bandeiras e colgaduras. A fachada do Município, como pano de fundo, via-se decorada com as bandeiras da cidade, uma drapejando ao vento, outras ainda pendentes das varandas. À porta do Município, entretanto, as representações corporativas iam-se arrumando, tomando nós nota, entre outras, das seguintes representações: Casa do Povo de Reguengo de Monsaraz, Évora; Casa do Povo de S. Pedro Carval, Évora; Casa do Povo de Bragança; Casa do Povo de Santa Eulália, Portalegre; S. N. dos Fogueiros de Mar, Lisboa; S. N. dos Oficiais da Marinha Mercante, Lisboa; S. N. do Pessoal de Câmara de Longo Curso, Lisboa; Grémio do Comércio de Matozinhos; Grémio do Comércio de Almeirim; Grémio da Lavoura de Feira, S. João da Madeira; S. N. dos Caixeiros de Setúbal; S. N. dos Empregados de Escritório e dos Caixeiros, de Ponte de Lima; Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte; Grémio dos Industriais da Agricultura; Grémio do Comércio de Coimbra; S. N. dos Trabalhadores de Conservas de Peixe, de Vila Real de Santo António; S. N. das Indústrias de Curtumes de Alcanena, Santarém; Casa do Povo de Glória, Santarém; S. N. dos Telefonistas, Lisboa; Grémios do Comércio de Ovar e S. João da Madeira; S. N. dos Empregados de Escritório dos Caixeiros do Distrito de Faro; S. N. dos Empregados de Escritório, Porto; S. N. dos Tapeteiros e Cordoeiros do Porto; Casa do Povo de Estoi, Faro; Sindicato Nacional da Indústria de Mármore, Lisboa; Grémio do Comércio de Chaves; Grémio do Comércio de Vila Real; S. N. dos Empregados de Escritório de Vila Real; Grémio do Comércio de Valongo; Casa do Povo de Avreiro, Bragança; S. N. da Indústria de Panificação de Leiria; S. N. dos Industriais de Conservas de Faro; Casa do Povo de Sebal Grande, Condeixa; S. N. da Indústria Cerâmica, Leiria; S. N. da I. de Papelaria dos Distritos de Braga, Viseu e Aveiro; diversos organismos de Beja,

Évora e de outras regiões do Alentejo, Beiras, Estremadura, enfim o país inteiro representado por todos os organismos.

Salientamos aqui, contudo, a representação das Casas dos Pescadores, através dos alunos das respectivas escolas, que, com artísticos pendões, identificavam as seguintes terras do nosso litoral: Sines, Cascais, Sezimbra, Lagos, Matozinhos, Ericeira, Faro, Tavira, Portimão, Olhão, Coimbra, Âncora e Aveiro.

Pouco depois das 10,30 horas, o Sr. Ministro das Corporações, acompanhado dos Srs. Governador Civil, Presidente da Câmara e Delegado do I. N. T. P., neste ambiente festivo e de grande exaltação nacionalista, chegava de automóvel aos Paços do Concelho, ouvindo-se nessa altura, não só o estralejar de foguetes, como ainda os acordes de duas bandas de música, que no meio de vivas entusiásticos faziam ouvir os Hinos de Braga e da Maria da Fonte. A guarda de honra era prestada pelos Bombeiros Municipais, que se faziam acompanhar da charanga dos Bombeiros Voluntários das Taipas, sendo-lhes passada revista pelo Sr. Dr. Veiga de Macedo.

Sempre no meio de manifestações entusiásticas, o ilustre titular, que recebeu à porta da Câmara, os cumprimentos dos membros da Edilidade bracarense, subiu então a majestosa escada do Município, profusamente decorada com avencas e ladeada de elementos das organizações corporativas.

Para além do primeiro lance, dois grupos de gentis meninas da cidade, lançaram sobre o Sr. Ministro das Corporações chuva de flores.

Entretanto, no «hall» dos Paços do Concelho, aguardavam o Sr. Ministro das Corporações as autoridades de Braga, civis, militares e religiosas, e ainda diversos delegados do I. N. T. P., Magistrados do Tribunal do Trabalho, os Governadores Civis do Porto, Vila Real e Viana do Castelo, alto funcionalismo da Previdência, I. N. T. P., muitas senhoras.

A memorável sessão de boas-vindas no Município bracarense

A entrada do Sr. Dr. Veiga de Macedo foi saudade com uma estrondosa salva de palmas.

No gabinete do Sr. Presidente seguiram-se as apresentações do costume, findo o que, se realizou, no salão nobre, a sessão de boas-vindas.

Sempre em ambiente de entusiasmo, o Sr. Ministro das Corporações assumiu a presidência, dando a direita aos Srs. Dr. António Abranches, Governador Civil do Distrito de Braga; Cónego Apolinário Rios, em representação do Senhor Arcebispo Primaz; Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho; e à esquerda, aos Srs. António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal; Coronel Sousa Machado, comandante do R. I. 8; Dr. Valentim de Almeida e Sousa, delegado do I. N. T. P.; Dr. Francisco José Veloso, Ajudante do Procurador da República do Círculo Judicial de Braga.

Usou, então, da palavra o Sr. António Maria Santos da Cunha, que dizendo da satisfação que sentia em ter ali tão ilustre ornamento do Governo da Nação, acentuou que na saudação que fazia em nome da cidade, louvava o Ministro das Corporações pela sua extrema dedicação à causa corporativa, que era a «causa da Nação». Patenteou a fidelidade do povo de Braga à causa da Revolução Nacional, povo esse sempre fiel, e que era estranho aos acontecimentos daquela tarde cinzenta que precedeu o acto eleitoral e que bem expressava o ódio e o despeito, daqueles que nada fizeram.

O Sr. Presidente da Câmara, ao lembrar a passagem por Braga do Sr. Dr. Veiga de Macedo, exaltou a sua acção no Ministério das Corporações, felicitando-o por continuar numa pasta que tanto tem sabido prestigiar. As palavras do Sr. Presidente da Câmara foram abafadas com quentes aplausos respondendo-lhe então, o Sr. Ministro das Corporações que, logo de entrada, patenteou o seu reconhecimento pela maneira amiga e fidalga como a cidade de Braga o havia recebido.

Declarou que as manifestações que presenciou não as tomava para si, mas antes para o Governo da Nação que o representava. Ao falar da Organização Corporativa, focou a figura do Ministro da Presidência, Sr. Dr. Teotónio Pereira, que para orgulho de todos nós lançou as bases do corporativismo.

O Sr. Dr. Veiga de Macedo, por vezes interrompido com vibrantes aplausos, exaltou a figura do venerando Chefe do Estado, garantia segura da continuidade dos princípios e do pensamento nacional estabelecidos pelo grande condutor que é o Sr. Presidente do Conselho.

A terminar, recordou todos os seus colaboradores que tanto têm contribuído para o triunfo de tão alto ideal, tendo novamente palavras d eagradecimento para o Sr. Presidente do Município e para a boa e generosa gente de Braga.

A sessão terminou no meio de vivas entusiásticos ao Governo da Nação, seguindo depois o Sr. Dr. Veiga de Macedo para a Catedral, em cortejo, acompanhando-o as autoridades e todos os dirigentes corporativos.

Pelas ruas de D. Frei Caetano Brandão e até ao Largo D. Paio Mendes, repetiram-se as manifestações e à entrada da Catedral os simpáticos rapazes da Casa dos Pescadores abriram alas à chegada do Sr. Ministro das Corporações.

A impressionante homilia do Primaz das Espanhas

A nave central da vetusta Sé de Braga e as naves laterais, ficaram então, pejadas de fiéis, arrumando-se no transepto, as bandeiras dos organismos corporativos que faziam fundo aos lugares de honra designados às autoridades e a diversos elementos que superiormente actuam na organização corporativa.

Na capela-mor, e do lado da epístola, o Sr. Ministro das Corporações tomou o lugar de honra, ficando do lado oposto o Sr. Governador Civil de Braga.

Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, que à porta havia recebido o Sr. Dr. Veiga de Macedo, acompanhado do Cabido da Sacrossanta Basílica Primacial, dirigiu-se para o altar de Santa Maria de Braga, onde então rezou a santa missa, em acção de graças pelos benefícios provindos do Estatuto do Trabalho Nacional e integrada nas comemorações do XXV aniversário da sua promulgação.

Toda a liturgia foi acompanhada a cânticos, pelo grupo coral da Casa do Povo de Lomar, sob a direcção do Rev. Manuel da Silva.

O Primaz das Espanhas, que foi acolitado pelos Rev.^{os} Cónegos Martins Gigante e Apolinário Rios, à homilia proferiu então a seguinte e expressiva alocução:

«Exmo Sr. Ministro das Corporações, Ex.^{mas} autoridades Civis e Militares, Dignos dirigentes e representantes dos Organismos Corporativos, Caros Operários, Trabalhadores:

Encontramo-nos reunidos diante do altar de Nossa Senhora, padroeira da Nação e desta vetusta Sé Catedral de Braga, Mãe das Igrejas desta Arquidiocese

Primaz e Matriz doutras Catedrais portuguesas, para celebrarmos, em fervente acção de graças, a promulgação, há 25 anos, do Estatuto do Trabalho Nacional.

Daqui, junto do altar da Rainha dos Céus e Mãe do Divino Operário — Jesus Cristo — vos saúda cordialmente o Arcebispo de Braga, também ele operário evangélico na vinha espiritual do Senhor e Ministro do Seu Reino.

Nada há como a vista desta ara sagrada para nos desvendar o sentido da vida humana e os mistérios da criação.

Ao homem, criado para um destino eterno, foi imposta imediatamente a obrigação de trabalhar.

Explica a Sagrada Escritura que Deus lhe deu uma alma imortal e o colocou no paraíso para que o trabalhasse e o guardasse: *Posuit eum in paradiso voluptatis ut operaretur et custodiret illum* (Gen., II, 15).

O homem nasceu para trabalhar — dirá mais tarde o Santo Job — como a ave para voar. Traz esta consigo, ao nascer, as asas para se levantar e deslocar no espaço vencendo a força da gravidade; como o homem traz uma inteligência perspicaz e penetrante, uma vontade forte e uma sensibilidade apurada, e uns braços robustos, como outros tantos instrumentos, com que estuda, domina e transforma pelo trabalho as coisas do mundo em seu proveito, em benefício da humanidade.

Não fora o pecado de Adão — tronco do género humano — e este trabalho paradisíaco seria um agradável e deleitoso entretenimento, efectuado sem pena nem enfado e sem carácter espiatório. Mas cometido o pecado e transtornado assim o plano divino, logo o primeiro homem, e nele toda a raça humana, ouviu dos lábios do Senhor a merecida mas fatídica sentença: «doravante comerás o teu pão com o suor do teu rosto».

E é assim que na actual economia da redenção humana, todo o trabalho, seja corporal seja espiritual, traz consigo a marca duma sanção penal que atinge toda a criatura humana vítima do pecado original.

Todo o homem está sujeito à lei natural do trabalho, ainda que este não é o mesmo para todos, mas cada indivíduo deverá entregar-se àquele que melhor se ajuste à sua vocação natural, à sua condição e ao seu estado.

Uma grande obrigação pesa portanto sobre nós como homens, mas também nos atinge como pecadores.

É que, se fomos atingidos pela revolta dos nossos primeiros pais, também agora temos prevaricado por nossa vontade própria, temos cometido pecados pessoais. Importa por conseguinte que nos submetamos ao trabalho, como a uma pena pessoal imposta por Deus ao pecador a fim de que satisfaça à justiça divina e readquira a sua graça. Por muito ricos que sejamos dos bens da terra e por mais altas que sejam as honras e dignidades em que estejamos constituídos devemos não obstante trabalhar pelo espírito de penitência, pois nem as honras nem as dignidades nem as riquezas ocultam aos olhos de Deus a nossa condição de pecadores. O homem nasceu para o trabalho e não para as honras, escrevia S. Bernardo ao seu antigo discípulo o Papa Eugénio III: *Homo natus ad laborem nem ad honorem.* E a nossa história pátria arquiva exemplos modelares de rainhas e princesas que, como a Rainha Santa Isabel, fazia por suas próprias mãos vestidos para os pobres e alfaias e ornamentos para as igrejas. O trabalho é uma obrigação humana que impende sobre todos, é uma obrigação de resgate que pesa sobre os pecadores, mas é igualmente uma homenagem que os cristãos devemos ao nosso Irmão e Nosso Mestre o Divino Operário — Jesus Cristo

— que desde a sua infância por nós viveu no trabalho e no sofrimento, que durante a sua vida familiar trabalhou com S. José, como modesto operário, numa das mais humildes artes, para ganhar o sustento de cada dia e que durante a sua vida pública percorreu a pé toda a Palestina até ao cansaço, curando e passando as noites na oração, que é também uma forma de trabalhar.

Mas além desta virtude expiatória do trabalho, o seu alto sentido espiritual está sobretudo nas muitas vantagens que ele encerra para a alma e para o corpo.

O trabalho é de um grande auxílio para nos mantermos na fundamental virtude cristã da humildade, porque nos põe constantemente diante dos olhos a nossa queda primitiva e a nossa condição de pecadores; ele é, juntamente com a morte, o mais expressivo e indestrutível monumento comemorativo da queda original. Trabalhar é confessarmo-nos culpados diante de Deus e devedores à Sua justiça. Ao passo que o trabalho produz a humildade, a ociosidade gera o orgulho — escreveu o Salmista.

O trabalho é ainda um poderoso incentivo contra as tentações, e é por isso que os antigos solitários tinham como regra e prática de vida não estar nunca sem fazer alguma coisa, e quando terminavam suas longas orações se entregavam aos trabalhos manuais. «O religioso que trabalha — escreveu um deles — não tem senão um demónio para o tentar, o que não trabalha tem uma infinidade deles para o perder».

Volvidos os anos e mudados os costumes, mas conservando-se invariável através das idades a natureza humana, qual não será a dívida de gratidão do operariado do nosso tempo para com a F. N. A. T. e para com aqueles que a criaram por afastar da tentação e dos vícios da ociosidade os seus filiados?!

O trabalho, quando bem feito, é além disso, uma oração: *Qui laborat, orat:* «Quem trabalha, reza», diz Santo Agostinho. Trabalhar é praticar excelentemente a virtude da obediência, porque é fazer a vontade de Deus; é restabelecer e manter a ordem, a paz, a alegria e a felicidade em nossa alma e em nossa casa.

E se quisermos aperfeiçoar a mística do trabalho, para que ele nos seja menos duro e mais meritório para a vida eterna, pratiquemo-lo sempre com grande pureza de intenção, trabalhando sempre em vista de glorificar a Deus; trabalhemos com espírito de fé, de resignação e de submissão à vontade de Deus, que nos impôs o trabalho como uma expiação e uma penitência; trabalhemos como quem luta por um ideal superior...

Senhores! Operários! Trabalhadores!

Pareceu-me oportuno reavivar aqui estes pensamentos, que certamente recebestes na vossa infância, e que são, segundo se me afigura, os que nestas circunstâncias quereria que vos eu dirigisse Aquele Divino Mestre e Irmão operário que nos braços de Sua e nossa Amantíssima Mãe ali está, por sobre o altar do Sacrifício, aonde dentro de breves momentos descerá em Corpo e Alma para vos animar e abençoar.

Mas adivinho a objecção que estais formulando na vossa mente: esses pensamentos foram propostos há dois mil anos a uma sociedade — muito diferente daquela em que vivemos.

Que nos diria hoje, se aqui estivesse em forma mortal?

Verdadeiramente Jesus Cristo está sempre presente no meio de nós, até à consumação dos séculos, e a sua palavra *manet in aeternum*, é sempre actual...

Ele, na sua Igreja e no seu Vigário — o Papa — que uma grande alma chamou com verdade o «Doce Cristo na Terra» continua presente, em forma visível, e operante no mundo a toda a hora.

Que está repetindo então, nestes tempos modernos, pela voz da sua Igreja, à gente do trabalho?

O mundo moderno apresenta-nos assombrosos progressos na ciência e na técnica.

A Igreja longe de se incomodar com isso, compraz-se e regozija-se com o acontecimento. São um dom de Deus esses progressos, obra do género humano, promessa de mais riqueza e bem-estar, mais facilidade de acesso à cultura para todos, mais perfeito domínio da matéria, maior embelezamento do universo criado.

Mas a Igreja sente-se na obrigação de pôr de sobreaviso os homens ponderando que esses novos meios de progresso, que a técnica põe ao seu serviço, são incapazes só por si de os tornarem melhores e de os fazerem felizes.

E o perigo pode ser fatal, porque na verdade eles favorecem no homem moderno a tentação de colocar a sua confiança exclusivamente nas suas próprias forças e de se considerar capaz de conseguir a salvação só por si.

A Igreja afirma que nenhum regime político ou económico, nenhuma civilização é capaz só por si mesmo, de assegurar ao conjunto dos homens o que lhe é necessário para viverem normalmente, segundo todas as exigências da natureza humana. Com maior razão, não podem os homens, individualmente ou associados, conseguir, independentemente da Igreja, a realização da sua vocação sobrenatural e viver inteiramente a sua vida cristã. Quaisquer que sejam os resultados exteriores das civilizações modernas construídas fora da Igreja ou contra a Igreja, temos de afirmar que elas não podem ser autênticas civilizações humanas enquanto não forem abençoadas pela Igreja.

Uma coisa é com efeito o resultado ou o êxito material duma civilização e outra o seu êxito moral e espiritual.

Consciente da sua missão de salvar os homens e todas as civilizações humanas, a Igreja de Jesus Cristo, que não está enfeudada a nenhum regime político, a nenhum sistema económico e a nenhuma forma determinada de civilização, pede aos seus filhos, nesta hora de confusão que atravessa o mundo, que abram os seus braços e dêem acolhimento a tudo o que é humano e bom.

Sua Santidade Pio XII declarou em 1946, falando aos Cardeais no Consistório de 18 de Fevereiro: «A Igreja abraça e santifica tudo o que é verdadeiramente humano». E na sua encíclica *Evangelii praecones* insiste dizendo: «a Igreja, desde a sua origem até aos nossos dias tem seguido invariàvelmente a norma muito sábia segundo a qual o Evangelho não destrói nem extingue nos povos que a abraçam nada do que é bom, honesto e belo no seu carácter e no seu génio».

A nós os portugueses, que temos ao serviço do bem comum, e particularmente ao serviço das classes trabalhadoras, uma organização criada oficialmente há 25 anos, baseada nas princípios cristãos e delineada segundo as melhores tradições e que tem prodigalizado notáveis benefícios às classes sociais a que se destina, cabe-nos o grato dever de dar infinitas graças a Deus, aos estadistas que a conceberam, a aprovaram e a montaram, aos homens que a dirigem e a quantos lhe prestam o seu apoio ou lhe dão o seu esforço e o seu talento. Aos que a morte já levou, tenhamo-los também presentes nesta hora, que é de festa mas também de saudade, recomendando-os à misericórdia do Senhor.

Mas ao mesmo tempo, façamos votos para que essa esperançosa organização consiga vencer e curar também a tara, que nos deixou por herança o capitalismo liberal, que consiste na excessiva preocupação do económico, na busca desenfreada do

dinheiro. A consciência profissional dilui-se e desaparece no mundo em que o espírito de lucro, de ganho, se substitui ao espírito de serviço; e onde o bem comum cede o lugar ao desencadeamento dos egoísmos colectivos e individuais. A Igreja deplora os estragos que isso costuma trazer para as almas, pois sabe pelos princípios evangélicos que prega e pela história da humanidade, que o dinheiro provoca a ruína das sociedades que fazem dele o seu ideal.

Finalmente, todos unidos pelos laços da justiça social e da caridade cristã, encaremos confiadamente o futuro nesta expectativa geral do novo mundo que parece estar em gestação adiantada.

E pelo que nos toca a nós os portugueses peçamos também ao Senhor que ilumine todos quantos dirigem ou por qualquer modo interferem nas nossas organizações do trabalho, a fim de que possam oportunamente melhorá-las, aperfeiçoá-las e levar os seus benefícios até aos meios de trabalho mais modesto dos nossos campos.

E falando a portugueses e católicos, que tão pacientemente me escutam, rematarei com as confiantes e luminosas palavras proferidas pelo Santo Padre Pio XII, em 13 de Maio de 1942, por ocasião do 25.º aniversário da sua sagração episcopal: «Não, não pode haver para a Igreja, cujos passos Deus conduz e acompanha no curso dos séculos, não pode haver para uma alma cristã que contempla a história segundo o espírito de Cristo, um recuo ao passado, mas sòmente o cuidado de avançar para o futuro, sempre a caminhar subindo».

A cerimónia terminou pouco depois das 12,15, ouvindo-se nessa altura, o repique festivo dos sinos da Catedral.

O almoço no Bom Jesus

Num ambiente emoldurado pela formosa paisagem que rodeia o santuário do Bom Jesus do Monte, tendo aos pés a cidade santa da Revolução Nacional, realizou-se na esplanada do Parque de Diversões da referida estância, o almoço de confraternização corporativa que se transformou num notável acontecimento, pois nunca nesta cidade se havia realizado outro de igual grandeza.

As mesas espalhavam-se ao longo de toda a esplanada. Os trabalhadores tomaram os seus lugares sem distinção de classes ou posições sociais, vendo-se ali magistrados, dirigentes sindicais, funcionários superiores do Estado de todo o País, etc.

O ambiente era dos mais entusiásticos e todos os comparticipantes no almoço, não escondiam a sua satisfação, mormente aqueles, e muitas centenas eles eram, que de longes terras vieram a Braga e não conheciam o Bom Jesus do Monte.

Por cima da mesa de honra, colocada no terraço do Casino, viam-se os retratos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e do Senhor Presidente do Conselho, tendo ao centro o Escudo Nacional.

Eram cerca de 13,30 horas quando o Sr. Dr. Veiga de Macedo tomou a presidência entre vivas entusiásticos ficando à sua direita os Srs. Drs. António Abranches e Elísio Pimenta, respectivamente Governadores Civis de Braga e do Porto; Dr. Guilherme de Vasconcelos, Director Geral do Trabalho; Dr. Mário Roseira, Director Geral da Previdência; e à esquerda os Srs. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Coronel Sousa Machado, Comandante do R. I. 8; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Dr. Francisco

do Vale Guimarães, Governador Civil de Aveiro; Comodoro Duarte da Silva e Manuel Cardoso, procurador à Câmara Corporativa e Presidente da Câmara de Fafe.

Ainda em lugares de honra assentaram-se numerosas autoridades e individualidades de destaque.

O importante discurso do senhor Presidente da Câmara

Recebido com uma salva de palmas, o primeiro orador foi o Sr. Presidente da Câmara de Braga que disse:

«Senhor Ministro:

Foi-me sumamente honroso receber o convite de Vossa Excelência para usar da palavra neste momento.

Foi grato à minha alma de servidor da Revolução Nacional e ao meu coração de soldado de Salazar poder nesta hora que estamos vivendo — para mim cheia de magníificas certezas por mais que pese aos profetas da derrota, — dizer da minha dedicação ao Chefe do Governo e da minha fidelidade cada vez mais viva «às grandes linhas mestras do nosso pensamento político», fidelidade mais do que nunca premente para quem deseja bem servir, circunstância a que o Sr. Presidente do Conselho, com a visão que lhe é própria, sublinhou no acto de posse do novo Ministro da Presidência.

Porque ao dirigir-me esse convite por intermédio do digno Delegado do Instituto Nacional do Trabalho neste distrito, Vossa Excelência bem me conhecia como um velho servidor do regime — digo velho porque muito novo o comecei a ser — não poderá agora estranhar que eu aproveite a oportunidade que me ofereceu para fazer algumas considerações de ordem política.

Antes de mais, Sr. Ministro, não me dispenso, embora o julgasse desnecessário, pois bem conhecidos são os meus sentimentos para com o actual titular da pasta das Corporações, de lhe manifestar o meu alto respeito e a minha alta consideração,, alta consideração e alto respeito que vêm de longe, desde o tempo em que despedindo-me aqui neste mesmo lugar, do então ainda Delegado do Instituto Nacional do Trabalho em Braga, eu disse que Vossa Excelência saía desta velha e sempre fiel cidade no seguimento de um caminho que o havia de conduzir aos mais altos destinos. Esses altos destinos foram bem firmados e a ascenção de Vossa Excelência ao lugar que ocupa, quando Salazar lhe confiou o mandato de fazer renascer a chama do ideal corporativo, mandato reafirmado na última remodelação ministerial, mandato em que todos nós temos que nos empenhar sèriamente. Nós os que acreditamos, os que temos fé, nós os fiéis, nós os que não largamos da mão uma vitória que conseguimos nas ruas e nas urnas, nós os que somos de verdade de Salazar e com ele comungamos nos seus anseios, nas suas vitórias, nos seus descontentamentos e no seu futuro. Nós os que não queremos partidos porque somos contra tudo que seja factor de desunião entre a família portuguesa — sejam da esquerda, da direita ou do centro — nós os que não acreditamos na democracia, mesmo que rotulada de cristã, porque conhecemos o passado, e a memória não nos serve sòmente para recordar o desprestígio em que caíra o nome de Portugal e a moeda no estrangeiro, antes do 28 de Maio, mas também para nos lembrar o caos, a vergonha, a que a mesma nos levou em todos os sectores da vida nacional. Nós que queremos a *institucionalização corporativa da Nação* e por isso, aqui nos encontramos, alvoroçados com o mesmo entusiasmo de há 25 anos, a festejar as bodas de prata do Estatuto do Trabalho Nacional.

Fazemo-lo de cabeça erguida, orgulhosos da obra realizada nestes 25 anos, obra sem par, e que antes contribuiu, não só para levantamento do nível de vida do povo português e para o cimentar das justas regalias dos trabalhadores — como o poderão negar ou desconhecer os que se perdem em abstractas divagações filosóficas — como ainda para o bom entendimento entre o Capital e o Trabalho que mais se há-de concretizar através das Corporações, onde patrões e operários discutirão em ambiente de concórdia os seus problemas.

Senhor Ministro:

Esta é a hora — ia dizer a última hora — que nos é oferecida para fazermos triunfar ideais em que formamos a nossa inteligência, a que sacrificamos a nossa mocidade.

Ninguém tem o direito de nos pedir que a desprezemos entrando pelo caminho das transigências. Ninguém absolutamente ninguém — seja quem for — pode exigir que mutilemos a nossa verdade, a nossa razão.

Para a frente, rectificando o pouco que há a rectificar — haja a coragem de fazer a afirmação, o pouco que há a rectificar.

Para a frente na institucionalização do País corporativamente, para o que, todos aqueles que negam a Deus e à Pátria terão, longe de se dividirem em grupos e grupelhos, de dar as mãos, cimentando assim o bloco nacional. Temos que vencer a ofensiva de Leste, que deseja impedir o nosso triunfo e que sabe também ser esta a sua última oportunidade.

Dirijo-me agora, e para terminar, pois todos desejamos ouvir a palavra de ordem de Vossa Excelência, aos que me escutam, dentre os quais, estou certo, nenhum deixou vender a sua alma ao partido de Moscovo.

Fala-vos quem no meio de vós, patrões e operários, sempre tem vivido, quem conhece as vossas justas necessidades e reivindicações. Fala-vos um antigo Presidente de um Sindicato que como o Venerando Chefe do Estado afirmou, ardentemente deseja e julga chegada a hora de uma distribuição de grandeza, daquela riqueza que o Estado Corporativo, às mãos cheias, tem feito florescer neste País, outrora sim, País de andrajosos e mendigos.

Fala-vos quem ao serviço do comum tudo tem sacrificado e vos pede compreensão e justiça para a obra cujos frutos só poderão negar os novos, porque já não conheceram o zero nacional de onde partiu a nossa caminhada renovadora, e os velhos cegos de ódio e despeito.

Vamos em frente, «cantando e rindo», e sofrendo e chorando se preciso, na certeza de dias melhores.

Saiba o Governo, Senhor da razão e da força, cumprir o seu dever para com a Nação como esta o soube fazer ao outorgar-lhe nìtidamente um mandato de confiança, após o período de mentira em que não houve homem de bem que não fosse caluniado, em que os melhores propósitos foram denegridos, em que a mentira teve foros de verdade, enfim, em que o partido comunista saiu das sargetas à rua. Ponha o Governo com energia fim à campanha derrotista que continua a querer fazer sentir os seus efeitos.

Acreditai, amigos, Deus assim o quer, a Pátria exige de todos nós um sentido de apostolado a que temos que nos devotar.

Camaradas: O Estatuto do Trabalho Nacional, cuja publicação hoje comemoramos, concedeu aos trabalhadores de todas as profissões e categorias direitos que não

lhe podem ser negados e não os tem sido dentro das possibilidades nacionais, ao mesmo tempo que lhes impõe deveres que temos que cumprir. O que está feito é penhor da confiança que tendes de pedir aos vossos camaradas.

Deus há-de abençoar o nosso esforço, calando as vozes do ódio, e os clamores de insensatez e fazendo com que a seara prometedora que lançamos à terra possa mostrar-se cada vez mais luzidia.

Creio firmemente que assim sucederá, e porque o creio, inclino-me perante o Senhor de todas as coisas e de todas as criaturas, nesta manhã Sagrada que à sua paixão o esforço dos homens dedicou gritando: Graças a Deus! Graças a Deus!»

Novas e entusiásticas manifestações abafaram as últimas palavras do Presidente do município bracarense.

Falá um trabalhador

Seguiu-se então o Sr. António Costeira, presidente da direcção do S. N. dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Guimarães, que falou em nome da Comissão Organizadora e pelos Organismos Corporativos.

Vibrante e entuástico o orador foi constantemente interrompido com aclamações delirantes.

O orador foi no final muito aplaudido e abraçado pelo Sr. Ministro das Corporações.

O discurso do Presidente da Corporação da Lavoura

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. Engenheiro Caldas de Almeida, presidente da Corporação da Lavoura, que também pronunciou um discurso importante.

O discurso do senhor Ministro das Corporações

Recebido com muitas palmas e vivas o Sr. Ministro das Corporações levantou-se, por último, para pronunciar o seu discurso que era aguardado com a maior ansiedade.

I

Espírito renovador

Encontramo-nos hoje aqui reunidos porque, há um ano, elegemos Braga para centro das comemorações do vigésimo quinto aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional e do primeiro da instituição das Corporações. E, como se esperava, Braga, sempre fiel às suas tradições de cidade leal e hospitaleira, soube dar aos actos comemorativos a dignidade e projecção exigidas pelo significado social e político dos acontecimentos cuja celebração nos trouxe até junto das prestigiosas autoridades e da boa gente da terra gloriosa e progressiva onde, há trinta e dois anos, se iniciou a Revolução Nacional.

E, como se o ambiente histórico e sentimental que nos envolve não bastasse, as circunstâncias haviam de permitir que o XXV aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional ocorresse poucos dias após ter assumido as funções de Ministro da Presidência que, há um quarto de século, sob a inspiração do Sr. Presidente do Conselho, lançou as bases da nova política social e corporativa.

O primeiro Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social tem sido lembrado com justiça e afecto em todas as grandes reuniões da família corporativa a que tenho presidido. Mas desta vez é-nos dada a alegria de o termos bem perto de nós e como o mais qualificado e o mais próximo colaborador de Salazar. É, pois, a todos os títulos feliz este momento para renovarmos ao timoneiro da primeira hora a expressão do mais alto respeito e da mais enternecida simpatia e para recordarmos tempos difíceis e heróicos em que a sua acção esclarecida e vigorosa rasgou amplas perspectivas ao triunfo da ordem corporativa e da justiça social.

O Ministro das Corporações e Previdência Social e os seus colaboradores põem nesta saudação ao primeiro Presidente do Instituto Nacional do Trabalho a afirmação de que sentem força e coragem para manter o espírito revolucionário com que em 1933 se elaborou e começou a executar a «magna carta dos trabalhadores», como acertadamente já foi designado o Estatuto do Trabalho Nacional.

Tais propósitos e a escolha desta data para a instituição de mais duas Corporações — a Corporação da Indústria e a Corporação do Comércio — emprestam singular autenticidade às homenagens que rendemos ao inesquecível Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social de 1933 a 1936 — as quais considero grato dever tornar extensivas a quantos, nesse período ou depois, se votaram à obra de dar expressão prática aos princípios formulados nos diplomas legais que hoje rememoramos.

Curvemo-nos ainda perante os nossos mortos — são já tantos! — e glorifiquemos a lição admirável da vida consagrada aos nobres ideais de justiça e de fraternidade no trabalho.

II

Programa anunciado — missão cumprida

Há pouco mais de três anos, ao tomar posse do cargo que desempenho, fiz algumas declarações sobre a acção futura do Ministério. Não faltou então quem supusesse que não seria possível dar plena execução aos planos traçados. Confrontando o que se fez com o que se projectou, há-de reconhecer-se que o programa foi cumprido e ultrapassado.

Retomou-se a cruzada corporativa e deram-se importantes passos no aperfeiçoamento e na estruturação do sistema. Constituíram-se dezenas de Sindicatos, Casas do Povo, Grémios, Federações e Uniões, e reanimou-se a actividade de muitos outros organismos que não funcionavam por forma satisfatória. E, perante a transcendência do acontecimento, não é sem emoção que nesta data posso considerar completado, com a instituição das Corporações da Indústria e do Comércio, o enquadramento superior das grandes actividades económicas do País.

Também a anunciada campanha de doutrinação se mostra em franco desenvolvimento. Lançou-se o Plano de Formação Social e Corporativa, e os seus órgãos e serviços estão a trabalhar com eficiência. À Junta da Acção Social, ao Centro de Estudos, ao Instituto de Formação Corporativa e à Comissão Coordenadora do Serviço Social do Trabalho se deve já uma obra meritória, que durante os próximos meses, há-de receber ainda maior impulso nos seus diversos aspectos de coordenação de actividades,

de investigação sobre assuntos sociais, de formação de dirigentes e de difusão, através dos mais variados meios de expressão, da doutrina e das realizações.

O fomento da habitação económica está em crescente progresso e a nova lei relativa à cooperação das instituição de previdência e das Casas do Povo no combate à crise de alojamento ficará como acontecimento de extraordinário relevo na história da nossa política habitacional, na medida em que amplia sensìvelmente as possibilidades de construção de casas e consagra novos critérios, mais naturais e de maior rendimento social.

A Previdência vem-se alargando e aperfeiçoando e a sua reforma geral constitui objecto de importante proposta de lei em apreciação na Câmara Corporativa. Entretanto, foi antecipada a aplicação de alguns dos princípios informadores dessa remodelação, nomeadamente no que toca aos subsídios por morte e ao esquema de benefícios do seguro na doença. Merece especial referência a concessão do direito ao internamento hospitalar para efeito de intervenções cirúrgicas há pouco decretada.

A reforma dos tribunais do trabalho, velha e legítima aspiração, consta da Lei n.º 2.091, de 9 de Abril findo, e o respectivo Estatuto iniciou a sua vigência em Julho último — facto que a magistratura e o funcionalismo daqueles órgãos da justiça assinalaram com expressivo acto público de reconhecimento ao Governo.

Com vista à regulamentação das condições do trabalho e sua remuneração, foram assinadas dezenas de convenções colectivas e não se hesitou em recorrer à fixação de salários mínimos, através de despacho ministerial, sempre que as entidades patronais são revelaram espírito de cooperação. Centenas de milhares de trabalhadores passaram assim a auferir salários melhores ajustados aos serviços que prestam e ao nível e custo da vida.

A protecção ao trabalho feminino concretizou-se em novas modalidades e revestiu-se de maior eficácia. As medidas tomadas nesse sentido, embora não perfeitamente compreendidas por uma ou outra empresa, foram bem acolhidas pelo País.

Muito se avançou também pelo que respeita à protecção dos sinistrados do trabalho e no terreno da prevenção dos acidentes e doenças profissionais, rodeia-se do maior interesse a recente legislação sobre segurança nas obras de construção civil. Muito em breve será iniciada a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais, estando prontos, além disso, os estudos sobre a Tabela Nacional de Desvalorização dos Sinistrados e sobre a actualização da Lista de Doenças Profissionais.

Em outros domínios da sua competência, o Ministério tem igualmente despendido um grande esforço de renovação. Alargou-se a acção da Inspecção do Trabalho, intensificou-se a protecção dos trabalhadores rurais, aperfeiçoaram-se os serviços de distribuição de casas económicas e o serviço de inquérito às condições de habitação há pouco criado.

Desenvolveu-se a nossa representação em congressos e reuniões internacionais, estão em curso estudos sobre diversos assuntos relacionados com a política do trabalho e a acção social e procede-se à revisão dos critérios sobre ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, sendo de notar que, de harmonia com o plano oportunamente estabelecido, entrou já em funcionamento uma nova colónia de férias e que outra se encontra quase concluída.

Em outra ocasião, se for aconselhável, relatarei mais minuciosamente a actividade prosseguida pelo Ministério, pois se me afigura da maior vantagem esclarecer

o País acerca do que se fez em ordem à solução de problemas de tanto interesse para a sua vida e para o seu futuro. Por agora, vou abordar apenas aspectos da política a seguir. Deter-me-ei sobre alguns problemas sociais, dispensando-me de analisar as questões respeitantes à organização corporativa, por já o ter feito, em Junho, nas declarações à imprensa estrangeira, e ontem, na conferência realizada no Porto.

Partamos, porém, desta certeza: levaremos por diante, sem desfalecimento ou temor, a «cruzada corporativa» e daremos integral cumprimento à renovada palavra de ordem do Senhor Presidente do Conselho sobre a institucionalização do Regime.

III

Política de salários e repartição da riqueza

O III Plano de Fomento há-de concorrer decisivamente para o desenvolvimento económico do País, o qual se torna insdispensável à melhoria das condições de vida do povo português.

A elevação dos rendimentos médios da população através do fomento económico constitui forte preocupação do Governo.

Não basta, contudo, aumentar a produção; é preciso também repartir o rendimento com justiça e equidade. Conforme se tem afirmado, pode a elevação dos níveis de rendimento por pessoa não importar melhoria de situação das classes mais débeis, se a distribuição dos rendimentos se efectuar com desequilíbrio e com desrespeito da justiça.

A política de crescimento económico deverá, por isso, completar-se com uma política social adequada, que tome em conta todos os interesses lícitos em causa e pondere a necessidade de repartição da riqueza, através não apenas de serviços e obras de que todos sejam beneficiários e das prestações indirectas da previdência e da assistência, mas também do pagamento do ordenado ou solário justo. Em recente trabalho do Centro de Estudos Sociais e Corporativos do Ministério, onde esta questão é analisada, refere-se que os ordenados e salários acusam mesmo nos países economicamente mais desenvolvidos uma média de cerca de 60 a 90 % do rendimento dos trabalhadores, concluindo-se que, para obstar a injustificadas desigualdades na distribuição dos rendimentos entre os vários grupos sociais, se torna miter assegurar, a par do fomento da produção, o gradual reajustamento das remunerações directas do trabalho.

Todavia, como se aponta nesse estudo e tenho declarado noutras oportunidades, convém não esquecer as nefastas repercussões que um aumento indiscriminado e descoordenado de salários é capaz de causar, quer desequilibrando o poder de compra entre os diferentes extractos populacionais, quer contribuindo para o agravamento do preço dos produtos. É já lugar comum dizer-se que as tendências altistas motivadas por certas subidas salariais podem anular, e têm anulado, por muita parte, os acréscimos registados nas remunerações.

Por isso mesmo, a melhoria de salários deverá ser acompanhada de providências anti-inflaccionistas que eliminem ou esbatam, na medida que em cada caso se mostre aconselhável, as consequências do excesso de procura dos bens de consumo, assim como as do aumento do custo de produção.

Sabe-se que a melhoria do poder de compra das classes de mais baixo padrão de vida é aproveitado normalmente para a aquisição de bens de consumo, que, desta

forma, passam a ser objecto de maior procura. Desde que a oferta não cresça na mesma proporção, o equilíbrio tenderá a operar-se pela subida dos preços, isto é, o aumento de salários poderá acabar por não trazer qualquer vantagens reais. Para neutralizar tal inconveniente, torna-se forçoso criar condições que garantam mais larga oferta de bens de consumo, o que se conseguirá ou fomentando o aumento da sua produção interna ou abastecendo o mercado através da importação, devendo, neste caso, ser encaradas, ao mesmo tempo, as providências necessárias para impedir quaisquer prejuízos para a economia nacional.

Por outro lado, o acréscimo do custo da produção só se evitará através de uma maior e mais racional produtividade, infelizmente longe de ser estimulada, como devia, pela generalidade dos dirigentes patronais e pelos trabalhadores.

Neste campo, temos todos de nos empenhar em instaurar nos patrões, nos técnicos e nos operários, mais perfeita consciência dos seus interesses e deveres. Se não produzirmos mais e melhor, como poderemos aumentar a riqueza nacional e dar corpo a uma política que corresponda aos melhores anseios de justiça e de paz?

Já há tempos expuz a orientação do Governo acerca do estabelecimento das remunerações do trabalho. As breves considerações de hoje, incidindo sobre outros pontos da mesma questão, destinam-se sobretudo a evidenciar que a política de salários está por natureza associada à política económica. Nem deverá perder-se de vista que o aumento real do poder de compra das classes humildes pode constituir relevante factor de expansão dos mercados e, portanto, do crescimento económico. Mas este pensamento de apropriada repartição dos rendimentos terá de materializar-se fundamentalmente — não é demais repeti-lo — ao plano das relações internas de empresa, sobretudo através da «justa repartição dos frutos do trabalho de todos».

A própria política fiscal, ao captar, noutro plano, os excessos de rendimento, não poderá suprir, a não ser em pequena medida e por forma indirecta ,as injustiças que hajam sido cometidas na remuneração do trabalho.

Neste espírito, o Ministério manterá com os outros sectores interessados o entendimento que se impõe e continuará a estimular a celebração de convenções colectivas de trabalho, sem deixar de proceder, sempre que as circunstâncias o exijam, à fixação normativa dos ordenados e salários justos.

Não se perde, aliás, de vista que pode vir a mostrar-se oportuno rever certos quadros jurídicos e institucionais, em ordem a dar mais eficiência ao sistema da celebração das convenções colectivas. O Ministério, sobretudo através do Centro de Estudos, está já a ocupar-se do problema, e as conclusões a que se chegar serão, na altura própria, devidamente ponderadas à luz das conveniências sociais e políticas.

IV

Acesso à propriedade do lar

Ninguém pensará que se pretende confinar a política social a uma política de salários até porque como se viu, pode acontecer que se torne desvantajoso, mesmo para os trabalhadores, o aumento de remunerações directas, se este se não verificar em determinadas circunstâncias e não se tomarem as cautelas aconselhadas pelas realidades económicas e pela experiência.

O conceito de política social é, de facto, muito mais vasto e mais rico. Assim, não seria lícito conceber tal política — desligada da ideia da dignificação do homem, através sobretudo da promoção social e da estabilidade da família. Facultar aos homens a possibilidade de se valorizarem e de subirem na hierarquia social — na medida em que esta seja legítima, porque se o não for não se tratará de verdadeira hierarquia — deve constituir finalidade essencial a alcançar pelos governos, pelas instituições e pelas pessoas.

Embora a Organização Corporativa tenha a dizer uma palavra sobre o assunto, não é meu intento falar agora do acesso à instrução e à cultura, que devem progressivamente passar a ser direito de todos e não privilégio de alguns. Quero tão sòmente proclamar neste momento a necessidade de criar as condições materiais, jurídicas e psicológicas destinadas a promover, com a maior largueza possível, o acesso dos trabalhadores à propriedade. A propriedade é reconhecida pela melhor doutrina como direito natural e condição de independência e de continuidade da família.

Compreende-se, em face deste postulado, que a propriedade da habitação familiar assuma especialíssimo valor para a inteligência e para a sensibilidade dos que trabalham por uma sociedade moldada nos princípios da sociologia cristã.

Entre nós, a instituição, há vinte e cinco anos, do regime da casa económica, ou seja, a casa de propriedade resolúvel, surgiu como o primeiro passo para, através do lar próprio, se favorecer a ascensão social dos trabalhadores e dos servidores do Estado e a estabilidade das suas famílias.

Mais tarde, em 6 de Julho de 1955, o meu ilustre antecessor subscreveu o importante diploma que permitiu a construção de casas económicas em cooperação com o Ministério das Obras Públicas, mediante a aplicação dos capitais da previdência. O alcance desta medida pode desde já aferir-se pelo investimento de perto de 135.000 contos na construção dos bairros da zona da Boavista, no Porto, e dos de Benfica e de Queluz, formados por cerca de 1.500 moradias, estando prevista para os próximos anos a aplicação, em diferentes localidades do País, de mais de 450.000 contos.

A nova Lei sobre a cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo na luta contra a crise de alojamento integra-se no mesmo pensamento, pois abre ainda mais dilatados horizontes à construção de casas económicas e prevê a possibilidades de passarem ao regime de propriedade resolúvel as habitações independentes ou em andares, construídas ou a construir no sistema de casas de renda económica. Mas o que confere a esse diploma excepcional relevância é o facto de nele se consagrar o princípio da concessão de créditos aos beneficiários da previdência para construírem a sua casa. Esta Lei encerra em si virtualidades que urge fazer frutificar por toda a parte, e feliz me sentirei se os princípios que a informam vierem a ter, como é de esperar, extensa aplicação noutros sectores públicos ou privados. Sei, pelo menos que algumas empresas interessadas em construir com dinheiros mutuados pela Previdência casas para o seu pessoal pensam louvàvelmente em as ceder aos trabalhadores, em propriedade resolúvel ou através de modalidade equivalente.

Quando, há um ano, revelei que as caixas de previdência estariam dispostas a empreender a construção maciça de casas de renda económica em Lisboa e até a cooperar ou aceitar cooperação no alojamento das famílias que vivem em barracas ou em condições igualmente deficientes, movia-me ainda o mesmo propósito de contribuir para o acesso à propriedade e para a estabilidade do lar. Na verdade, as casas

de renda económica podem, como se disse, converter-se em casas de propriedade resolúvel, e a construção em larga escala de habitações provocaria uma contracção bem necessária nas rendas praticadas na capital com benefício palpável para muitas famílias de trabalhadores e da classe média. Se as circunstâncias, que não têm sido muito propícias, se modificarem, ao Ministério será possível autorizar durante os próximos anos o investimento de cerca de um milhão de contos na construção de alguns milhares de casas na zona de Lisboa. Devo mesmo declarar que não se desistirá do intento, em virtude do salutar reflexo que tal iniciativa terá na política de desproletarização a que urge nos votemos com energia.

V

Acesso à propriedade da terra

Mas se a propriedade da casa se reveste do interesse moral, social e político, o acesso à propriedade da terra assume, por análogas razões, importância que seria ocioso sublinhar. A elevada percentagem de assalariados que a nossa população agrícola comporta confere ao problema flagrante actualidade e especial melindre.

O segundo Plano de Fomento considera-o, e ele não pode deixar de interessar ao Ministério das Corporações. A questão é essencialmente de carácter social e sobre ela têm de se debruçar os sociólogos e os juristas para determinarem as causas e a extensão do fenómeno e para definirem, além do mais, o sentido e a forma que o instituto da propriedade deve assumir. A organização corporativa e designadamente as Casas do Povo e respectivas Federações devem ocupar lugar primacial na aplicação dos princípios que vierem a presidir à solução do problema, pois é da sua natural competência a protecção do trabalho agrícola e a valorização das comunidades rurais.

Estou a pensar, sobretudo, na necessidade de se tirarem todos os benefícios sociais das grandes e notáveis obras da hidráulica agrícola que de forma tão eloquente atestam a alta competência técnica dos engenheiros portugueses. Se é mister aumentar a produção, desenvolver a racional rotação das culturas, distribuir o trabalho ao longo do ano com redução do recurso ao pessoal migratório, elevar o nível de vida dos trabalhadores do campo — pois seria dolorosíssimo que o dinheiro de todos servisse apenas para aumentar os rendimentos dos que já são ricos ou muito ricos — imprescindível se torna também não só contrariar com coragem a consolidação e alargamento do regime latifundiário e o absentismo patronal como principalmente melhorar a nossa estrutura agrária pelo acesso mais amplo à propriedade da terra.

Creio não poder duvidar-se das vantagens de toda a ordem que há em fomentar as explorações agrícolas de tipo familiar, especialmente nas regiões que com capitais da comunidade foram beneficiadas pela rega. Só elas tornarão possível a variedade de culturas, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, a regularização das condições de prestação de trabalho durante o ano e contribuirão para uma mais justa repartição dos rendimentos e para uma promoção social, verdadeiramente cristã, das populações rurais.

Por isso aqui se deixa também esta nota reveladora do sentido da política que advogamos e procucaremos realizar, arrostando, se necessário, com a incompreensão de quantos teimam em não aceitar as exigências da justiça e os direitos dos demais.

VI

A Empresa — comunidade de trabalho

E, pelo que respeita à empresa, especialmente à empresa industrial ou mercantil? A questão da reforma de estrutura da empresa tem sido levantada ùltimamente por alguns pensadores católicos e a ela se tem referido ainda um ou outro economista de formação diferente e, por isso, com preocupações também diferentes. Todos os cuidados são poucos ao aflorar-se problema tão delicado. Convém, antes de mais, ter presente que a economia corporativa não contende com a existência de empresários e assalariados. Esta diferenciação social não constitui, por si, prova de que a luta de classes é inevitável. Efectivamente o contrato de trabalho ou de prestação de serviço não é, em si, condenável. Se afirmassemos o contrário, além de imprudentes, cometeríamos um erro sério até pelas confusões a que tal afirmação daria lugar. Nem pode invocar-se qualquer texto autorizado que considere obrigatória, sob o ponto de vista moral, a transformação do contrato de trabalho em contrato de sociedade.

Isso não obsta a que se repute desejável, em determinadas circunstâncias e garantida a conveniente educação dos trabalhadores, a participação destes nos lucros das empresas e mesmo em certos aspectos da vida interna da empresa que tocam directamente na personalidade e nas condições de trabalho dos assalariados. Tal orientação poderá mostrar-se particularmente aconselhável nas grandes concentrações industriais ou nas empresas onde se hajam investido dinheiros públicos ou de origem social. A solução teria interesse para patrões e trabalhadores e poderia «suavizar» ou «temperar» o contrato de trabalho.

Aqui fica a ideia a que temos de voltar, porque ela é entre nós susceptível de aplicação por via corporativa, uma vez divulgadas as suas vantagens económicas e sociais e devidamente preparados os espíritos de patrões e trabalhadores. Será este ainda um processo eficaz de personalização do trabalhador e de entendimento das classes, tanto mais que está a ganhar raízes, no espírito de alguns economistas, preocupados com as perspectivas da nossa integração no Mercado Comum Europeu, a tendência para a concentração das unidades fabris. A reorganização industrial apresenta-se, de facto, como necessidade de primeira ordem, mas todos os cuidados serão poucos para se evitarem exageros e para se tomarem, a tempo, medidas destinadas a eliminar ou minimizar as graves consequências que para o equilíbrio social ela pode ocasionar.

Ainda há três meses, ao salientar que o espírito de solidariedade nas relações de trabalho terá de radicar-se não apenas nas Corporações mas também no seio das empresas, asseverei que a reforma destas há-de surgir como imposição lógica da doutrina e como necessidade social da primeira ordem à medida que se avance na estruturação corporativa.

A criação do Serviço Social do Trabalho, a próxima constituição de comissões de segurança nos locais de trabalho e a expansão dos centros de alegria nas empresas obedecem já ao propósito de ensaiar novas modalidades de cooperação entre as entidades patronais e os empregados e assalariados.

A empresa ou se converte numa comunidade, em que o trabalhador encontre protecção e ambiente sadio, receba remuneração condigna e seja tratado também como colaborador e não apenas como subordinado, ou tenderá a constituir fonte de inquie-

tação e centro de subversão e de revolta. Muitos patrões portugueses têm de renovar profundamente a sua mentalidade, se quiserem merecer da Providência o direito de sobreviver como dirigentes.

Mas os operários têm também de respeitar inteiramente os seus deveres de homens e de colaboradores da empresa. Mais uma vez lhes recomendo que resistam e lutem contra os agitadores profissionais e contra quantos se movem pelos baixos sentimentos do ódio e da inveja. Nunca, como nos últimos tempos, foram as classes trabalhadoras incitadas à indisciplina. Até alguns patrões intervieram nesse movimento demagógico, mas todos nós sabemos que foram precisamente os menos zelosos nos cumprimentos das suas obrigações sociais quem deu tão lamentável exemplo.

Verberamos este procedimento inadmissível, mas prestamos também homenagem aos empresários e aos trabalhadores que revelaram perfeita consciência dos sesu deveres — e foram, graças a Deus, por toda a parte, a quase totalidade. A todos dirijo o mais veemente apelo para que continuem firmes na sua devoção patriótica e procurem compreender, sentir e dar efectivação aos princípios do Estatuto do Trabalho Nacional para que haja mais pão e mais felicidade nas lares dos portugueses.

VII

A virtude da prudência e a política

Por aqui deveriam ficar as minhas palavras se não fosse de aproveitar o ensejo para breves apontamentos, que reputo oportunos no momento em que o próprio escol, por vezes, mais parece cativo da força do número ou da pressão das massas do que autêntico mentor e orientador da opinião pública.

Por mais esclarecidos e esforçados que sejam, não poderão nunca os governantes realizar tudo o que desejariam. Quantas vezes não é preferível desistir de certos programas para não comprometer, afinal, todo o conjunto dos planos exequíveis!

Em política, importa ter a noção exacta do que é ou não é possível fazer-se. Esta verdade anda, contudo, muito esquecida, havendo pessoas que inteiramente abstraem das limitações e contingências da acção política.

Também nós não nos conformamos com a injustiça, nem com a imoralidade. Mas nenhum Estado nem qualquer outra organização social podem orgulhar-se de ter atingido todas as suas finalidades, como a Igreja, a despeito do seu fecundíssimo magistério de quase dois mil anos, não conseguiu ainda a conversão de todos os homens.

O Sumo Pontífice advertiu que não é pela violência ou pela revolução que se realiza o autêntico progresso social. Pois parece que lá fora — e não sei se já entre nós — há quem pretenda subordinar a evangelização à revolução, convencido de que a cristianização ou recristianização das classes operárias bem pode assentar na destruição, a todo o preço, das estruturas tradicionais. Outros há tão distantes das realidades que, se vissem os seus métodos aplicados entre nós, assistiriam a uma catástrofe que, afectando sèriamente a vida e o futuro do País, sacrificaria também a liberdade religiosa e traria à consciência cristã dos portugueses os mais criminosos agravos.

Somos pelo progresso, mas não pelos progressivismos. Semos pela justiça, mas não pelos justicialismos. Somos contra os privilégios, individuais ou de classes, e, por isso, se alinhamos contra a plutocracia e as suas influências, também repudiamos a supremacia de quaisquer agrupamentos sociais. Somos pela hierarquia dos valores

e pela hierarquia na sociedade, embora postulemos a igualdade perante a lei e o acesso de todos aos bens da civilização. Mas vou receando mais a demissão do escol que o desvario das multidões.

De resto, quando falamos na necessidade de mais perfeita repartição da riqueza, quando defendemos a iniciativa privada ou quando nos batemos pela organização corporativa das actividade nacionais, bem sabemos que tudo será inútil se as técnicas de actuação não respeitarem a lei moral ou se mendigarmos, ou aceitarmos, o apoio comprometedor ou o aplauso insincero dos inimigos do ordenamento social que preconizamos.

As reformas de estrutura — e algumas estamos a realizar — podem, é certo, favorecer consideràvelmente a observância das normas morais. Não sejamos, porém, ingénuos ao ponto de admitir que mesmo as reformas imbuídas do melhor espírito assegurem, só por si, a dignificação da vida. É corrente dizer-se que sem a reforma do homem não haverá paz. Eis uma verdade essencial. Daí, que cada um não deva abandonar o campo de apostolização que se lhe oferece, mais ou menos vasto consoante as suas responsabilidades funcionais ou pessoais.

É preciso rever, reformar e progredir? Quem o nega? Mas o que se não afigura razoável é destruir por destruir, ou destruir por não se terem usado os métodos mais apropriados ou até por se haver saído da nossa esfera de acção.

Ensinar, doutrinar e criticar é dever de consciência. O exercício de tão delicada e nobre missão exige, porém, que se não excitem paixões nem se fomente a confusão ou a intranquilidade.

Estudar os problemas e dizer como podem ser resolvidos, só é para louvar. Mas ofender as pessoas e até ferir, ainda que inadvertidamente, a autoridade legítima, é que não pode merecer concordância de ninguém.

Quando, há dias, reflectia sobre estas verdades, caiu sobre a minha mesa de trabalho um incisivo editorial de um pensador católico francês em que se aponta, como grave erro, a subestimação ou ignorância da «virtude natural e cristã da prudência» na acção política e social. Ora, esta virtude constitui, felizmente para todos nós, um dos traços fundamentais da personalidade do Senhor Presidente do Conselho. E nunca afirmações suas de sentido doutrinário ou político foram apoiadas por aqueles que do ateísmo fazem a religião da sua vida e a bandeira da sua luta. Será que todas as pessoas com responsabilidades podem orgulhar-se de ter merecido sempre a tenaz oposição do sector de onde partiu a promessa de acabar, em curto prazo, com o catolicismo em Portugal?

Sem a sabedoria do Snr. Presidente do Conselho — sabedoria toda feita de prudência, de justa medida das realidades e de fiel interpretação da boa doutrina — nós hoje não poderíamos estar aqui, nem o País gozaria de liberdade e de paz, nem os portugueses seriam respeitados na sua consciência religiosa, nem os outros povos poderiam aproveitar, como já começa a suceder, da nossa experiência política e social! Sejamos fiéis a este exemplo de equilíbrio, sensatez e rectidão, e teremos sabido, em hora de tanta desorientação, praticar também a preciosa e tão rara «virtude natural e cristã da prudência».

O resto, se nós o merecermos, virá por acréscimo.

Meus Senhores: a suprema magistratura da Nação encontra-se confiada, por inequívoca vontade dos portugueses, a um homem inteligente e bom, — e prudente, —

que exercerá as funções presidenciais com a dignidade e o patriotismo dos seus ilustres predecessores. Grande Ministro que foi e grande português que sempre tem sido, o novo e insigne Chefe do Estado bem merece que todos lhe testemunhemos os nossos melhores protestos de respeito, lealdade e dedicação. Vamos cumprir este dever formulando um voto, que é uma certeza: que neste mandato presidencial o Regime atinja a sua mais perfeita expressão orgânica e social.

A parada desportiva foi deveras impressionante

O Festival Desportivo apaixonou toda a gente. A F. N. A. T. foi cuidadosa na elaboração do programa, e este, cumprido à risca, constituiu um assinalado êxito.

Logo pela manhã, no «rink» do Estádio 28 de Maio, realizou-se um jogo de oquei em patins, entre a Tebe e a Casa do Pessoal da Empresa dos Cimentos de Leiria, tendo vencido a primeira por 5-3.

Seguiu-se um encontro de ténis de mesa entre as equipas do G. F. Dr. Gonçalo Sampaio e da firma Carrasqueiro & Teixeira, Limitada, de Lisboa, tendo a vitória pertencido ao grupo bracarense por 5-0.

De tarde, no relvado do Estádio 28 de Maio, disputou-se um desafio de futebol entre as equipas de honra do Sporting de Braga e da Companhia dos Telefones de Lisboa. O encontro foi muito bem disputado tendo a turma corporativa dado excelente réplica ao grupo bracarense. O Sporting venceu por 4-1, com 2-1 ao intervalo.

Finalmente, realizou-se uma imponente parada desportiva, grandiosa pelo número, excelente pelo colorido, rica pela vivacidade com que se apresentaram os trabalhadores portugueses.

Cerca de dois mil atletas, devidamente equipados, concentraram-se no Estádio 28 de Maio. Seguiu-se um desfile que veio a passar defronte do majestoso edifício da F. N. A. T. onde se encontrava instalada uma tribuna na qual tomou lugar o Sr. Ministro das Corporações com as autoridades civis, militares e religiosas.

Cerca das 19 horas, chegou à Avenida Central o atleta Duarte Guerra, campeão nacional dos 1.000 metros, que era portador de uma mensagem dirigida ao ilustre titular da Pasta das Corporações e Previdência Social. Devemos acrescentar que a mensagem veio do Porto para Braga através de uma estafeta de 25 atletas — tantos os anos que se comemoravam — tendo feito cada um cerca de 2 quilómetros.

A mensagem foi lida pelo atleta Armando Chaves, da Companhia dos Telefones de Lisboa. Finda a leitura daquela importante saudação, a mesma foi entregue no meio do maior entusiasmo ao Sr. Dr. Henrique Veiga de Macedo, Ministro das Corporações.

Com o mais assinalado brilho, terminou a parada desportiva que a todos ofereceu, na sua mais alta expressão, a vitalidade dos trabalhadores de Portugal.

O arraial minhoto

Conforme o programa, a série de festividades de ontem, encerrou-se com chave de ouro, com o Arraial Minhoto Popular que, desde as 21 horas até depois da meia-noite, registou extraordinária concorrência.

Além das iluminações a capricho, houve ao fundo da Avenida, em estrado próprio, lindamente decorado, exibições de diversos grupos folclóricos, que a multidão entusiasmada aplaudiu.

Com concorrência verdadeiramente extraordinária, a verdade é que, pela «feerie» das iluminações, pelo entusiasmo dos populares e, ainda, pela noite de autêntico verão que pareceu, embora tivesse entrado o Outono, quase chegamos a ter a ideia de assistirmos a uma festa do S. João.

O Vereador da Câmara Municipal de Braga, Senhor António Fernandes de Araújo é agraciado com as insígnias da «Ordem de Benemerência»

Poucas vezes uma condecoração terá assentado com tanto mérito no peito dum cidadão! Realmente, António Fernandes de Araújo fez bem jus à distinção com que foi agraciado, embora pelo seu temperamento, modesto e simples, fosse avesso a tais manifestações. E, no entanto, nunca regateou um elogio a quem o merecia, nunca deixou de encarecer as virtudes alheias.

Exemplar chefe de família, bom amigo, denodado batalhador pelo bem público, tinha um carinho especial pelos desvalidos, pelos velhos, pelos desamparados.

A sua actividade como vereador da Câmara era extraordinária, e raro era o dia em que não dedicava várias horas ao estudo e à resolução dos problemas que corriam pelo pelouro a seu cargo.

A cerimónia da imposição das insígnias da «Ordem de Benemerência» a António Fernandes de Araújo, foi, de facto, uma verdadeira consagração da gente da cidade ao homem probo, ao amigo com A grande, ao vereador incansável, cujas virtudes nunca é de mais encarecer. O Salão Nobre da Câmara Municipal estava repleto da mais graduada assistência que queria levar ao ilustre homenageado a sua solidariedade e o seu aplauso.

Do «Correio do Minho» de 3-10 damos o seguinte relato:

«No salão nobre da Câmara Municipal de Braga, efectuou-se ontem de tarde, a cerimónia da imposição das insígnias de cavaleiro da «Ordem de Benemerência», com que foi agraciado pelo Chefe do Estado, o Sr. António Fernandes de Araújo, um dos mais antigos vereadores do nosso Município e a que a cidade tanto deve, pela sua prestante acção a favor do seu progresso e na defesa dos interesses e direitos dos munícipes.

Dado o prestígio daquele conhecido e ilustre bracarense, que, a par da sua actuação municipal, tem marcado posição de relevo no campo assistencial, pois é também devotado director do Asilo de S. José, àquele acto, que foi presidido pelo Chefe do Distrito, compareceram centenas de pessoas de todas as camadas sociais.

Além dos srs. vice-presidente da Câmara, vereadores, funcionalismo de todas as secções e dos Serviços Municipalizados, etc., entre as inúmeras individualidades presentes foi-nos possível anotar as seguintes: Srs. Cronel António Cunhal, Comandante Militar de Braga; Coronel Sousa Machado, Comandante do R. I. 8; Capitão Euclides de Barros, Comandante da P. S. P.; Tenente Delmar Fernandes, adjunto do Comando da G. N. R.; Eng.º António Lacerda e Dr. Alberto Cruz, deputados; Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho; Coroneis Leonardo Neves e Baptista Barreiros; Prof. Manuel Cardoso, Dr. Mota Campos e Adolfo Santos da

Cunha, procuradores à Câmara Corporativa; Fernando Vilaça, José Couto e Daniel de Andrade, da Mesa da Confraria de Nossa Senhora do Sameiro; Eng.º Alegria Martins, arquitecto Francisco Augusto e Inocêncio Leite, funcionários da direcção dos Serviços de Urbanização de Braga; Alfredo Sá Pereira, director da Circunscrição do Minho dos C. T. T.; Drs. António Moreira e Egídio Guimarães, da Biblioteca de Braga; Dr. Feliciano Ramos, reitor do Liceu Nacional de Braga; Dr. José Pedro do Rosário, adjunto do Intendente da Pecuária de Braga; Eng.º Vasconcelos, director do Posto Agrário de Braga; Cónego Dr. António José Ribeiro, pároco da Sé; Padre Carlos Alberto, capelão de Santa Cruz; Manuel Coelho Maranhas, da direcção do Asilo de S. José; Ricardo da Conceição Amorim e António Alberto de Sousa, da Mesa do Bom Jesus do Monte; Cândido Pinto, da Mesa de Santa Marta; Fernando Morgado, José Costa, João Moura Coutinho, Armando Coelho, etc., etc.

Na cerimónia estavam presentes as filhas, genros e netos do homenageado. Organizada a mesa de honra, que foi presidida pelo Sr. Dr. António Abranches, Governador Civil do Distrito, tomaram lugar, à direita, os Srs. António Maria Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal; Cónego Martins Gonçalves, em representação do Senhor Arcebispo Primaz; Dr. Francisco de Campos, corregedor do Círculo Judicial de Braga; Dr. Francisco de Araújo Malheiro, presidente da Comissão Distrital da U. N.; e à esquerda, os Srs. António Fernandes de Araújo; Coronel António Cunhal, comandante Militar de Braga; Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho e o deputado Dr. Alberto Cruz.

Imposição das insígnias

Com o salão nobre literalmente cheio, já antes da sessão solene se iniciar, o homenageado tinha recebido a primeira manifestação de simpatia da selecta e distinta assistência que lhe tributou calorosa salva de palmas.

Usou então da palavra o Sr. Presidente da Câmara que principiou por dizer que, de todas as emoções que naquela casa tinha vivido, esta não era das menores.

Acentuou que era sempre emocionante ver a consagração de um amigo, de um homem que, com a maior das dedicações, o vinha acompanhando há dez anos, sempre atento aos problemas da cidade e pronto a dar o seu conselho paternal.

Exaltando as qualidades do Sr. António Fernandes de Araújo, o Sr. Presidente enalteceu a personalidade do homenageado, que com a sua «opinião própria» nunca hesitou em contrariar uma ou outra vez as opiniões do orador, mas sempre com o objectivo de colaborar com o seu presidente.

Passando depois a fazer uma resenha do que tem sido a acção do Sr. António Fernandes de Araújo, frisou que poucos bracarenses têm servido Braga, como ele, desde a obra do Parque da Ponte às festas do S. João e a outras organizações que tanto têm prestigiado a cidade como o Bom Jesus, Santa Marta, etc.

O Sr. António Santos da Cunha, que, a propósito do Parque da Ponte recordou a figura do saudoso capitalista sr. Júlio Lima, de quem o homenageado foi grande amigo, passou então a descrever a acção do homenageado no campo da benemerência, de que é flagrante exemplo o Asilo de S. José, onde se pratica a caridade à moda antiga.

Ainda quanto à sua actividade camarária, o orador acentuou: «Sem menosprezo pelos outros vereadores, o Sr. António Fernandes de Araújo, pela sua persistência e pela sua acção tem sido o primeiro». E sublinhou:

«— É que na Câmara tem ocupado uma posição simpática: a de defender os contribuintes, recordando a propósito o facto de o Rei D. Pedro V receber numa caixa as reclamações dos seus súbditos».

O Sr. Presidente, a terminar, agradeceu ao Sr. Governador Civil a honra que deu à Câmara em presidir àquele acto, e na sua pessoa ao Governo da Nação o ter-lhe concedido as insígnias, para concluir: Sr. António Fernandes de Araújo, estamos todos de parabéns: a Câmara, a cidade e todos nós.

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. Dr. António Abranches que, depois de dizer que a resenha biográfica do Sr. António Fernandes de Araújo havia sido feita com perfeição pelo Presidente da Câmara, frisou:

«O Governo honrou o Sr. António Fernandes de Araújo com as insígnias de cavaleiro da Ordem de Benemerência, prestando-lhe assim um acto de justiça. O Governo do Estado Novo presta sempre actos de justiça a quem os merece.

Depois de prestar as suas homenagens às extraordinárias qualidades do prestante cidadão e edil, o Sr. Dr. António Abranches, afirmou: «Em nome do Governo que represento eu vou impôr-lhe as insígnias, e ao fazê-lo peço a Deus que lhe conserve a vida para continuar na sua admirável actividade».

Novos e quentes aplausos ecoaram na sala.

Seguiu-se então a cerimónia da imposição da «Ordem de Benemerência», acto que foi acompanhado por prolongadas ovações, findo o qual o homenageado, bastante sensibilizado, num curto e sentido discurso, agradeceu.

Os Municípios do Distrito de Braga saudam o Chefe do Estado

Acompanhados pelo Governador Civil do Distrito os Presidentes e Vereações das Câmaras Municipais do Distrito foram recebidos em audiência, no Palácio Nacional de Belém, por Sua Excelência o Presidente da República, a quem apresentaram as suas saudações por motivo da sua eleição para o alto cargo que desempenha.

Colóquio de Direito Corporativo e do Trabalho

Já aqui nos referimos, no último número desta Revista, e nos termos da mais elogiosa referência, à acção desenvolvida pela Associação Jurídica de Braga, no aspecto de divulgação dos assuntos do Direito nos seus diversos ramos. Por sua iniciativa, e patrocinado pelo Ministério das Corporações, através da Junta de Acção Social, realizou-se em Braga, de 7 a 9 de Novembro, o Colóquio de Direito Corporativo, que constituiu a primeira manifestação do género que se efectuou no País. Foi mais uma realização de extraordinária projecção que muito honra a Associação Jurídica e a cidade de Braga.

Este conclave jurídico mereceu o mais justificado interesse da parte dos especialistas em assuntos corporativos, pela sua oportunidade na altura em que o Corporativismo Português ganha forma de sistema estruturado e entra numa fase efectiva. Desse interesse são prova evidente a participação no Colóquio de grandes valores na especialidade, nacionais e estrangeiros, que a ele concorreram, e o número e categoria dos trabalhos apresentados.

A Câmara Municipal de Braga deu à iniciativa todo o seu aplauso e a mais

íntima atenção. Na sessão de encerramento, tendo-se vincado o sucesso multiforme desta reunião científica, que, como tal, foi obra principalíssima dos Drs. Francisco José Velozo e Valetim de Almeida e Sousa, realçou-se também o «êxito da parte técnica» como devido ao Dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do pelouro da cultura e vogal da Comissão Executiva do Colóquio.

A imprensa ocupou-se largamente do assunto, e dum modo especial o «Correio do Minho», do qual passamos a transcrever alguns passos:

«A cidade de Braga, agora por iniciativa da prestigiosa Associação Jurídica, alberga uma vez mais dentro dos seus muros venerandos algumas dezenas de juristas e humanistas nacionais e estrangeiros, reunidos sob o signo do Direito Corporativo e do Trabalho, cuja acuidade na vida nacional e ocidental não é legítimo pôr em dúvida.

Na sequência duma actividade cultural de alto nível, o escol bracarense persistente em manter a prioridade da sua terra na efectivação de Congressos e de Colóquios com importantes incidências na investigação e no estudo dos fenómenos históricos e sociais.

O Colóquio de Direito Corporativo e do Trabalho, ontem solenemente inaugurado nesta cidade, constitui, sem favor, manifestação cultural de profundos reflexos no estudo dos problemas que concernam àqueles ramos do Direito. Asseguram-no lapidarmente o valor das teses apresentadas e a elevada categoria dos seus comparticipantes, que representam as três Universidades portuguesas e também várias Universidades espanholas, italianas, brasileiras, holandesas, francesas e belgas. O prestígio da Associação Jurídica de Braga contribuiu larga e poderosamente para o êxito da iniciativa, êxito que, a partir de ontem, deixou de ser esperança, para se tornar realidade bem patente.

O Ministro das Corporações e Previdência Social, por intermédio da Junta da Acção Social, ao dar o seu aberto patrocínio à realização do Colóquio, revelou estar interessado no estudo e no debate dos problemas que se inserem nas modalidades de Direito que lhe cumpre criar e preservar. Em reunião de carácter estritamente científico, como a que está a decorrer, era de esperar que as sessões de trabalhos decorressem no ambiente de respeito pela inteligência que as de ontem patentearam claramente. Os debates, abertos e francos, situaram-se nos limites da objectividade mais perfeita. As teses apresentadas, respeitaram à problemática histórica do Corporativismo ou ao Direito Corporativo e do Trabalho (substantivo ou processual), trouxeram indiscutível e positivo contributo ao estudo das questões postas pelo Colóquio.

O primeiro dia deste pequeno Congresso de juristas decorreu no ambiente e com o nível exigidos e constituiu assinalado triunfo para os seus promotores. A cidade de Braga, ao receber tão fidalga como galhardamente os intelectuais seus hóspedes, esteve uma vez mais à altura das suas responsabilidades de sede de uma região com tradições respeitáveis e com grandes responsabilidades no presente.

Bem hajam as autoridades, os promotores deste Colóquio e quantos quiseram trazer até nós a sua presença amiga e o resultado dos seus estudos sérios.

A Sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho

Cerca das dez horas, os congressistas foram recebidos na Câmara Municipal em breve mas solene sessão de boas-vindas. Os Paços do Concelho estavam vistosa-

mente decorados, como nos dias mais festivos, com ricas colgaduras pendentes das janelas e, no interior, vasos de plantas e jarras de flores embelezando todos os cantos.

À sessão, que se realizou no salão nobre, presidiu o Chefe do Distrito, que também representava o Ministro das Corporações, ladeado, à direita, por António Santos da Cunha, presidente da Câmara; Rev. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; Prof. Dr. Giuseppe Chicca, advogado distrital do Estado de Itália, e Dr. Francisco José Veloso, presidente da Associação Jurídica de Braga e secretário geral do Congresso; e à esquerda, por Mons. Peixoto da Costa e Silva, em representação do Prelado; Coronel António Cunhal, comandante militar da cidade; Dr. Francisco Lopes e Castro, corregedor do Círculo Judicial de Braga; e Dr. Valentim de Almeida e Solsa, delegado do I. N. T. P. e secretário geral do Colóquio.

Entre a assistência, que de todo enchia o salão, destacavam-se, nas primeiras cadeiras, os congressistas, advogados e professores do ensino secundário.

Aberta a sessão pelo Dr. António Abranches, Governador Civil, usou da palavra o Presidente da Câmara, expressando aos congressistas «a saudação pessoal e do Município, que o mesmo é dizer da cidade». Salientou ser um acto de justiça prestar homenagem à Comissão Executiva do Colóquio, pela sua exemplar dedicação, e dirigiu, depois, uma saudação especial ao Dr. Francisco José Veloso, «a quem a cidade tanto deve pelas meritórias iniciações deste género». Saudou, depois, os congressistas estrangeiros, na pessoa do Dr. Giuseppe Chicca, e fez votos sinceros para que os trabalhos sejam coroados de pleno êxito, referindo que nunca, como em nossos dias, se tornou necessário definir as linhas mestras do Direito — o Direito Corporativo e do Trabalho.

O discurso do delegado do I. N. T. P.

O Dr. Valentim de Almeida e Sousa, delegado do I. N. T. P. e secretário geral do Colóquio, proferiu, de seguida, o seguinte discurso:

«Designado há horas para usar da palavra nesta sessão de boas-vindas que a Câmara Municipal de Braga quis promover para início do I Colóquio de Direito Corporativo e do Trabalho, só lamento com V. Ex.ª, que outra voz não anunciasse aqui com mais propriedade e brilho os sentimentos de todos os congressistas.

Sentimento de gratidão para com a Câmara Municipal, seu Presidente e sua Vereação, por nos abrirem as suas portas e nos receberem de braços abertos, na continuidade duma tradição fortalecida pelo seu ilustre Presidente.

Há uns anos a esta parte que dentro dos muros desta velha, ilustre, progressiva e hospitaleira cidade se têm processado e chegado a bom termo às mais altas e expressivas manifestações culturais e espirituais da terra Portuguesa.

Não é a simples coincidência a explicação do facto.

A Câmara Municipal, fiel às tradições do seu passado e consciente da representação da gente desta região, que através da História tantas contribuições tem dado para o desenvolvimento da grei portuguesa, vem promovendo ou desveladamente acarinha tudo o que tenha alto significado e valor.

Os responsáveis pela sua direcção, salientando com toda a justiça o seu inteligente e activo Presidente e, particularmente, neste aspecto, o devotado Vereador do

Pelouro da Cultura, Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto, com especial preocupação têm-se excedido na execução daquele mandoto tradicional.

Por isso, em Braga, nos últimos anos, se vem assistindo às mais altas afirmações de carácter científico, histórico, filosófico, religioso, etc.

A honra do mérito é, neste caso, para o Senhor António Santos da Cunha, pela diligência, percepção e entusiasmo com que tem promovido, chamado, ou acolhido em Braga os congressos, conferências, publicações, etc., e pelo indispensável e muitas vezes determinante apoio de que estas iniciativas carecem.

Ultrapassam as fronteiras portuguesas a fama da elevação das afirmações aqui realizadas e os serviços prestados à cultura, considerada esta no seu sentido universal.

Honra de Mérito ainda para o Vereador Dr. Sérgio Pinto que se tem dado com o entusiasmo do cientista, a paciência e a devoção do historiador, a invulgar cultura do homem de letras e acrisolado amor bairrista de grande bracarense que é.

Pode dizer-se que a Câmara tem uma obra também neste aspecto e que o Dr. Sérgio Pinto tem sido dos seus melhores artífices.

* * *

O Colóquio que hoje se inicia recebeu da Câmara, desde o primeiro momento, o mais vibrante aplauso, e do Dr. Sérgio Pinto muito conselho prudente e o saber da sua muita experiência.

Os Congressistas, por meu intermédio, agradecem muito reconhecidos.

Senhores Congressistas: A ideia do Colóquio que vamos realizar, nasceu no seio da Associação Jurídica de Braga, de que é um dos ilustres e entusiasta director o Dr. Francisco José Veloso, Meritíssimo Juiz Ajudante do Procurador da República, que ao Estado do direito e à difusão da cultura jurídica tem dedicado uma notável actividade.

A ressurreição da Associação Jurídica de Braga é obra do Dr. Francisco José Veloso e do saudoso e eminente Professor Doutor Machado Vilela.

A revista «Ciência Jurídica», uma das publicações de Direito mais aquilibradas do mundo jurídico contemporâneo, no dizer do Comendador e Advogado do Estado Italiano Doutor Giuseppe Chicca, aqui presente, atingiu o grau que todos conhecemos em grande parte mercê da persistência com que o Dr. Francisco José Veloso solicita e selecciona a colaboração que a mesma vem inserindo.

Não provocarei agravo nos restantes e muito interessados Directores da Associação Jurídica se disser aqui que o principal animador e realizador deste Colóquio tem sido o Dr. Francisco José Veloso.

Aqui fica também para ele a afirmação do nosso reconhecimento.

* * *

Em boa hora nasceu esta ideia do Colóquio.

Os ramos de direito que foram escolhidos e vamos estudar — corporativo e do trabalho — não têm logrado a preocupação e o desenvolvido tratamento que a sua projecção cada vez mais justifica.

A explicação será, em boa parte, de natureza política.

Confundiram-se sistemas políticos que tiveram ocasião de tratar problemas e formular regras próprias nestes campos do jurídico, com o próprio Direito.

Uma condenação política condicionada pelo resultado de uma guerra, teve consequências de repercussão, no campo científico, ou pelo menos provocou certo receio de se tratarem, com o mesmo à-vontade, os problemas que têm de situar-se dentro destas divisões.

E então verifica-se um curioso fenómeno: os problemas de organização e de estrutura, as questões sociais em que avultam as que ao trabalho respeitam começam a preocupar todos os povos e nações.

Cada um procura dar-lhe soluções adequadas, sem querer dizer abertamente que tem de encarar de frente, de sistematizar as regras indispensáveis. E começam os movimentos isolados, mas são afins, como afins são as causas que lhe estão na base!

E só passados tempos é que principia a observar-se a experiência alheia e, como que a medo, começa a estudar-se, e a sistematizar-se em diplomas legais, o conjunto de regras que constsituem o que os juristas, ainda receosos, desejarão chamar o *nosso* direito do trabalho e Corporativo.

Então quanto a esta palavra os cuidados têm sido redobrados como se ela tivesse sido excomungada!

Em Portugal, porque a institucionalização Corporativa foi, em certa fase, precedida de diplomas legais, consideraram-se até tarde estes aspectos como políticos ou pelo menos não se tratavam tão afoitamente, não fosse surgir algum aspecto político!

Afinal serão ramos de Direito como quaisquer outros, só não são como outros porque não estão suficientemente estudados.

Não obstante a sua larga e profunda influência na vida dos povos, designadamente na vida portuguesa.

Felizmente que os puristas dos diferentes países participantes neste Colóquio não tiveram os receios atrás expressos.

Desde a primeira hora que o nosso objectivo, puramente jurídico, foi compreendido e como prova dessa compreensão estão os numerosos aplausos e incitamentos que recebemos dos homens do Direito desses países.

Enviaram trabalhos para o nosso Colóquio até juristas que cá não puderam vir, mas quiseram associar-se à nossa tarefa.

Temos, assim, trabalhos do Brasil, da Holanda, da França, da Bélgica, da Espanha e da Itália.

Saúdo, na pessoa insigne do Comendador Giuseppe Chica, os congressistas estrangeiros, cuja presença é tanto mais para salientar quanto é certo que este eminente jurisconsulto nos afirmou a sua solidariedade logo desde a primeira hora, e não se poupou a sacrifícios de vária ordem profissional e particular para aqui estar presente.

Deixámos para o fim o agradecimento devido ao Ministério das Corporações, ao seu Ilustre Titular e à Junta de Acção Sacial, pelo apoio e carinho com que acolheram, desde o começo, a ideia da realização deste conclave! Sua Excelência o Dr. Veiga de Macedo não só deu o seu aplauso moral como titular da pasta em que estes dois ramos do Direito mais se estudam e aplicam, mas também patrocinou e auxiliou mate-

rialmente este ajuntamento científico. Guardamos para final este agradecimento para mais vincado ficar o seu significado na memória de todos.»

O Dr. Giuseppe Chicca usou da palavra, de seguida, em nome das representações estrangeiras. Frisando que a Braga e a todos os causídicos portugueses trazia o abraço de seus colegas italianos, referiu, depois, as nobres tradições cristãs e culturais de Roma e da «Roma portuguesa», e salientou o papel de Portugal e Itália nos Descobrimentos e civilização do Novo Mundo.

O Chefe do Distrito, ao encerrar a sessão, manifestou o seu regozijo pela realização do Colóquio e expressou votos longos para que a apresentação e discussão das teses, valorizadas pela assinatura ou presença de figuras distintas do pensamento europeu, resultasse no mais alto grau.

A brilhante sessão inaugural do Colóquio

Dos Paços do Concelho os membros do Colóquio e as outras individualidades dirigiram-se para a sede da Associação Jurídica, em cujo salão de festas se realizou a sessão inaugural do Congresso.

O Prof. Dr. Luís de Pina, Director do Centro de Estudos Humanísticos, tomou a presidência em representação do Prof. Dr. Amândio Tavares, reitor da Universidade do Porto, tendo a ladeá-lo, à direita, o Rev. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, o Prof. Dr. Soarez Martinez e o Dr. Francisco José Veloso; e à esquerda, o Prof. Dr. Giuseppe Chicca, o Prof. Dr. Bigotte Chorão e o Dr. Valentim de Almeida e Sousa. Na parte lateral esquerda da presidência tomaram lugar o Bispo Auxiliar da Arquidiocese, o Chefe do Distrito e o Presidente da Câmara.

Ao centro da parede-topo do salão, atrás da presidência, sobressaía o distintivo do Congresso, emoldurado pelas Bandeiras Nacional e da cidade.

* * *

O Prof. Dr. Luís de Pina, foi o primeiro conferencista a usar da palavra.

Aludiu ao facto de ser um professor de medicina, justificando a sua presença neste Colóquio para nele representar o Reitor da Universidade do Porto; foca as razões que reforçam essas justificações, quais sejam as do campo da medicina legal, da história da medicina e da psicologia, sectores a que pertence a sua actividade na Faculdade de Medicina do Porto.

Refere quando não podem separar-se os problemas de ordem social dos médicos, mormente no ramo da psicologia do trabalho, em que tanto há que fazer.

Aponta a tarefa do Centro de Estudos Humanísticos nesse particular, revelando que vai abrir-se em breve, na Universidade do Porto, um curso de psicologia geral e especial em que serão versados capítulos da Psicologia do Trabalho, do Comércio e da Indústria, muito ajustado à feição laborativa da cidade do Porto.

Alude a Braga haver tido, como Arcebispo, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que tanto preconizou entre os próprios sacerdotes, para dignificação do seu próprio serviço divino, a prática de trabalhos manuais; e lembra que Braga levantou uma estátua a Pio XII, um dos grandes pontífices defensores da dignidade do trabalho e do trabalhador.

Por fim, reportando-se à missão do Estado e da Igreja, no campo da política social, fala das atribuições dos césares da terra e das do Deus do Céu, todos a proclamarem e a dignificarem o verdadeiro e cristão caminho da solução do problema proletário e capitalista, operário e patrão.

Depois de saudar o titular da parte das Corporações e o Presidente da Câmara de Braga, deu a palavra ao reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia.

O segundo membro do Colóquio a usar da palavra foi o Rev. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, que apresentou a tese «Pressupostos filosóficos no Direito Corporativo». Em resumo, o ilustre Reitor da Faculdade Pontifícia disse:

«O direito de Associação para ser compreendido deve ser situado històricamente no conjunto da civilização ocidental onde esse direito encontrou a sua formulação, e filosòficamente na natureza social do homem.

Nem sempre foi aceite e reconhecida pelos juristas e pelos legisladores essa necessidade associativa: basta recordar o direito individualista do século XIX e o direito totalitário ou absorvente do século XX.

Ora, segundo a concepção racional, onde se radica o Direito Natural, a pessoa humana não é um elemento passivo nem um elemento anárquico na vida social; ele é o sujeito, o fundamento e a razão de ser da colectividade.

Mas então surge o problema essencial: qual é o princípio que regula as relações entre os homens, as várias sociedades e intermediárias e a sociedade civil?

Embora já exista este critério desde que o pensamento humano encontrou e expressou o conceito da pessoa humana e a vida social, actualmente formulou-se no chamado princípio de subsidiaridade. Segundo este princípio cada sociedade deve preencher a sua órbita de acção e reconhecer a órbita de acção às outras sociedades já inferiores, já paralelas.

Como o corporativismo se propõe uma expressão jurídica orgânica da sociedade, ele deve realizar-se também dentro deste princípio.

Está na base da ideia corporativa o reconhecimento jurídico e público dessas associações que, podemos dizer, medeiam entre os indivíduos e o Estado. Essas associações representam e estruturam os chamados grandes interesses nacionais.

Ora os interesses nacionais têm-se desenvolvido quase espontâneamente depois que legalmente foi reconhecido o direito de associação na segunda metade do século XIX. Todos aqueles que têm interesses particulares como os operários, os industriais, os comerciantes, os proprietários, os desportistas, os automobilistas, as profissões liberais..., todos se unem para alcançar os seus objectivos e para exercer a sua influência e a sua pressão já na colectividade, já nas forças governativas.

Na medida em que estes grupos são influentes fortes têm alcançado leis, providências e reformas lavoráveis. As associações, portanto, e com elas os interesses colectivos nelas representados, brotam por si na sociedade actual e esperam do Governo apenas uma coordenação e um ordenamento jurídico que fortaleça a sua actividade e os seus objectivos. Quando alguma medida legislativa toca nos seus interesses, logo essas associações intervêm, agitando a opinião pública, e exercem assim uma pressão indirecta mas eficaz sobre os órgãos legislativos. É sobretudo na Câmara Corporativa, onde ela existe e, quando o seu funcionamento é normal, estes interesses se fazem sentir; e estes choques de opinião esclarecem o poder público, este fica assim melhor habilitado para legislar em nome do bem comum.

A solução desta oposição pelo poder governativo deve ser hierarquizada de modo que o equilíbrio destas forças seja o mais adequado para o progresso e prosperidade de todos.

A descentralização que esta hierarquização de interesses deve provocar é um dos maiores benefícios que um corporativismo pode prestar tanto ao Estado como às associações particulares. O Estado fica assim o ordenador, o impulsionador e o árbitro das corporações particulares e dos poderes locais tanto no campo económico como no político ou social.

As corporações representam não os indivíduos mas os interesses pois que, numa verdadeira orgânica corporativa os indivíduos podem pertencer justamente a várias corporações: um operário pode encontrar-se com o patrão num clube ou numa associação de pais de família; um comerciante pode conviver com os seus fregueses numa associação de socorros mútuos ou de inquilinos, e deste modo, podendo os mesmos homens pertencer a várias associações cria-se um princípio de equilíbrio social utilíssimo, pois impede que as Corporações se tornem demasiado poderosas e uma espécie de casta priviligiada diante do Estado».

* * *

O Comendador Dr. Giuseppe Chicca tratou, com muita elevação, o tema «Tradizione Romanística e Indirizzo Corporativo».

Em resumo, a dissertação do distinto advogado distrital do Estado italiano referiu:

«O direito corporativo moderno surge na continuação de uma tradição jurídica que se encontra já no direito romano que teve que enquadrar as corporações que foram nascendo espontâneamente e foram exigindo o reconhecimento jurídico da sua personalidade.

Se é absolutamente actual a tipicidade funcional que o Estado contemporâneo apresenta no que respeita a uma nova orgânica da estrutura da sociedade em bases corporativas, pode todavia, considerar-se como um retorno à concepção romana unitária do direito a tendência corporativa para fundir na Universalidade da ordem jurídica complexos de normas de direito privado e público.

Embora o direito evolua e assim varie com o decurso do tempo, há que reconhecer que essa diversidade necessária se incorpora numa constante, o que mostra que a civilização segue um desenvolvimento linear que a determina, e os princípios jurídicos continuam válidos.»

O último congressista da sessão inaugural foi o Prof. Dr. Bigotte Chorão, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, com a tese «Corporativismo e Sindicalismo — O princípio da liberdade sindical e a natureza jurídica do Sindicato». O ilustre congressista disse, em resumo:

«Superado nos nossos tempos o agnosticismo do Estado perante o sindicalismo, torna-se este um fenómeno extensivo a todos os países. O seu significado, porém, varia profundamente nos vários sistemas — e com ele a estrutura jurídica do significado, consoante o relevo atribuído ao princípio da liberdade sindical.

Implica este, tal como vigora nas democracias clássicas e é proclamado pela

O. I. T. e a O. N. U., uma fundamental autonomia de organização sindical em relação ao Estado, o qual, nomeadamente, não pode sujeitá-lo a um controle político. Contrariam-no, porém, mais ou menos gravemente, as democracias populares e os Estados de feição autoritária.

E enquanto nas democracias clássicas, o sindicato aparece com um carácter privalístico, nestes últimos regimes reveste, antes, natureza publicista. Parece, na verdade como sugerem hoje muitos autores, mormente na Itália, que o sindicato de direito público é inconciliável com a ideia de liberdade sindical e que esta postula a natureza privada do sindicato, não incompatível, de resto, com o desempenho de funções públicas.

Quanto, por sua vez, aos regimes corporativos, é claro o paralelismo entre o quase nulo significado do princípio da liberdade e o carácter público da personalidade sindical.

E não é o desfavor que neles se manifesta perante o genuíno sindicalismo corolário de princípio corporativo tal como é formulado na *Doutrina Social Católica*, pois claramente ressalva ele a liberdade sindical na integração corporativa, a qual, aliás, assim entendida, pode construir um dos caminhos para o equilíbrio que hoje busca entre aquela liberdade e a autoridade do Estado.

Não há dúvida de que, à semelhança doutros regimes corporativos, também no nosso com o sacrifício do princípio da liberdade sindical coincide a natureza pública do sindicato. E, ao mesmo tempo, parece difícil não reconhecer o frouxo dinamismo na nossa vida sindical, quando, afinal, o condicionalismo social e económico parecia antes justificar um sindicalismo, mormente um sindicalismo operário, verdadeiramente eficiente na representação e defesa dos interesses profissionais.

E se há lugar a pôr um problema de educação sindical, os trabalhadores — para realização efectiva da qual não deixaria já de reclamar-se, porventura, uma normalização da vida sindical —, dessa educação tem de curar-se com empenho.

Conclusões:

1.° — A necessidade do estudo e definição, em plano doutrinal e técni-jurídico, do princípio da liberdade sindical;

2.° — A necessidade do estudo, em confronto com esse princípio, de estrutura jurídica dos entes sindicais;

3.° — A necessidade do estudo e definição, em face do mesmo princípio, das de integração corporativa da organização sindical;

4.° — A necessidade do estudo e definição em relação com o mesmo princípio, de natureza e regime jurídico dos nossos organismos corporativos primários;

5.° — A necessidade, entre nós, de serem criadas condições à existência de um genuíno sindicalismo, mormente de um sindicalismo operário apto a desempenhar-se efectivamente da sua função típica de defesa e representação de interesses;

6.° — A necessidade, em face das responsabilidades que terão de assumir, promover a educação sindical dos trabalhadores.»

O Prof. Dr. Luís de Pina, que apresentava os congressistas e fazia rápida análise aos trabalhos expostos, deu por encerrada a sessão inaugural, que decorreu em alto nível, sendo todos os tratadistas largamente aplaudidos.

A primeira sessão de trabalhos

Às 15,30 horas, também no salão da sede da Associação Jurídica, realizou-se a 1.ª sessão de trabalhos. Presidiu o Prof. Dr. Braga da Cruz, director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ladeado, à direita, pelo Prof. Dr. Soares Martinez, e à esquerda, pelo Desembargador Ricardo Ferreira Lopes.

O primeiro congressista a usar da palavra foi o Dr. João Manuel Cortez Pinto, delegado do I. N. T. P. de Coimbra, com a comunicação «Salário nacional ou salários regionais?». O trabalho daquele tratadista resumiu-se nas seguintes ilações:

«1 — Não devem ser fixados salários idênticos para todo o país, antes devem variar segundo o condicionalismo próprio de cada região.

2 — A diferenciação regional dos salários é exigida pela justiça e por razões de ordem moral, social, económica, demográfica, sanitária, política e de defesa nacional.

A justiça exige que aqueles que são beneficiados com a proximidade de mercados abastecedores e consumidores e com facilidade no recrutamento de mão de obra especializada paguem maiores salários a corresponder ao mais elevado custo de vida dessas zonas. Razões de ordem moral aconselham a distribuição da indústria por meios rurais onde os trabalhadores não corram os mesmos riscos que nas concentrações industriais. Motivos de ordem social levam a preferir a interpenetração da indústria com a agricultura, o que se opõe ao desenvolvimento de espírito de classe nos operários e facilita a promoção social dos rurais, e razões da mesma ordem impõe que se estimule com a industrialização o progresso económico das zonas agrícolas atrasadas, única forma de equilibrar o panorama social. Há ainda razões de ordem social a desaconselharem as grandes concentrações onde os «homens» se convertem em «massas», onde os «complexos industriais» germinam e onde a «tristeza operária» se converte em ressentimento e revolta. A economia manda cuidar do desenvolvimento económico de toda a nação de forma a esbater as grandes diferenças entre algumas regiões que comprometem o progresso do todo. Demogràficamente é útil promover o desenvolvimento industrial das regiões menos povoadas, a fim de aumentar a densidade da população, como é vantajoso dar condições que permitam a fixação na sua terra de populações de alto nível de natalidade.

Razões de ordem sanitária aconselham também a dispersão da indústria de forma a não concentrar fumos, poeiras, barulhos, e a evitar as perturbações psíquicas e nervosas próprias dos «meios técnicos» e desconhecidas no «meio rural».

A política — arte de governar os povos — dirá que se deve promover a igualização das condições económicas entre todas as regiões do país e evitar as grandes concentrações urbanas e industriais onde as vicissitudes económicas ou sociais têm como válvula de escape a acção política.

A defesa nacional pede a dispersão da indústria, que a torna menos vulnerável.

3 — Considerando que o nosso país é fértil em fortes contrastes sob o ponto de vista industrial ou demográfico, e que enquanto os aglomerados de Lisboa e Porto crescem desmesuradamente, a zona rural definha, concluímos que fixados os salários para a zona industrializada, esses salários devem ser aumentados sensìvelmente nas zonas urbanas de Lisboa e Porto e sensìvelmente reduzidos nas zonas rurais. Em todos os casos os salários devem ser onerados com uma pequena diferença sempre que as empresas se localizarem no perímetro de cidades com mais de 10.000 habitantes.

4 — Qualquer política neste sentido deve oferecer garantias de duração para que surta os devidos efeitos.»

* * *

O Prof. Dr. Marcelo Caetano, que seria o segundo conferente da 1.ª sessão de trabalhos, não pode comparecer, sendo a sua comunicação «A história da Organização dos Mesteres na cidade de Lisboa» lida pelo Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, secretário do Governo Civil. Antes, porém, o Dr. Francisco José Veloso leu uma carta do ilustre professor, na qual vaticinava os maiores êxitos ao Colóquio, lamentava não poder estar presente e formulava votos por que as bandeiras dos mesteres bracarenses que hoje se encontram em grande estado de ruína, fossem devidamente restauradas e expostas no museu D. Diogo de Sousa. Eis o resumo do trabalho do ilustre Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

«A história portuguesa está escrita com numerosas inexactidões. «Em sucessivos trabalhos de investigação», diz o eminente professor, «temos procurado estabelecer, sobre irrefutável base documental, o que há de verdade sobre a origem e evolução da organização lisboeta dos mesteres».

É com a revolução do Mestre de Aviz que pela primeira vez se garante aos homens dos mesteres a participação efectiva no governo da cidade.

A carta de privilégios de 1 de Abril de 1384, magistralmente focada pelo jurista, é o ponto de partida da organização corporatica dos mesteres lisboetas. O Mestre de Aviz pôs termo ao carácter oligárquico da administração municipal e permitiu às novas forças económicas terem voz e voto nas matérias.

O arruamento dos mesteres, segundo mostra o Doutor Marcello Caetano, não resultou de um movimento associativo espontâneo; foi uma resolução da política municipal com o apoio da autoridade régia.

Porque estava fixado em 24 o número dos representantes dos mesteirais da cidade? Contra a doutrina estabelecida, o ilustre congressista aventa a hipótese de que tal número tivesse origem na existência de colégios análogos noutras cidades europeias.

Data do final do século XV a função mais activa dos VINTE E QUATRO. Era a eles que os procuradores, assistentes às reuniões da Câmara, consultavam.

Os mesteirais eram uma classe ou um «estado» da cidade.

Participavam em todas as manifestações colectivas da vida urbana, como a festividade do «Corpus Christi».

Alguns dos mesteres tinham insígnias ou *invenções* privativas, que o ilustre autor indica.

No século XVI houve 27 deputados na Casa dos Vinte e Quatro! Por uma reforma de D. João III havia 14 ofícios a encabeçar a representação dos mesteres. Eram as *cabeças*. O orador dá uma ampla relação dos ofícios (cabeças e ofícios anexos).

Os ofícios eram a verdadeira entidade corporativa.

As bandeiras, de início simples insígnias, converteram-se, no século XVIII em instituição.

Em alguns casos a bandeira coincidia com a irmandade profissional, mas nou-

tros a organização da bandeira nada tem que ver com as irmandades nela encorporadas.

Em 1834, o Duque de Bragança extinguiu a organização corporativa dos mesteres.

O ilustre Mestre de Direito termina explicando como nessa data era a referida organização na cidade de Lisboa».

O Dr. Mário de Campos Pinto, adjunto do Centro de Estudos Corporativos da Junta de Acção Social, apresentou o trabalho «Conflitos colectivos de trabalho no Direito Português», do qual deu as seguintes conclusões:

«1 — A Constituição Política Portuguesa, no artigo 38.°, consagra a solução jurisdicional dos conflitos colectivos de trabalho, através de tribunais especiais.

2 — Os tribunais do trabalho não têm, porém, actualmente, competência para julgar os conflitos colectivos, nomeadamente os económicos.»

O Dr. Leonel Ribeiro, advogado em Lisboa, foi o congressista que se seguiu, desenvolvendo o seguinte sumário:

«O desconhecimento, por parte dos sócios, da natureza dos fins do organismo corporativo primário a que pertencem, produz, como não podia deixar de ser, em muitos casos, a inutilização da vida corporativa.

Urge ensinar os princípios básicos da instituição pelo menos aos elementos directivos e fazer a todos viver o espírito associativo, a solidariedade que deve unir todos os membros do mesmo organismo».

Viva discussão das teses apresentadas

No final da apresentação das teses verificaram-se vivos diálogos em que intervieram vários congressistas. Damos, a seguir, o esquema das intervenções. A tese do Dr. João Manuel Cortez Pinto mereceu intervenções aos Srs. Prof. Dr. Luís de Pina e Drs. Leonel Ribeiro, Valentim de Almeida e Sousa e Humberto Soeiro. A tese do Prof. Dr. Marcello Caetano foi discutida pelos Srs. Dr. Francisco Velozo e Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz, que lhe teceram merecidos louvores. A tese do Dr. Campos Pinto mereceu comentários aos Prof. Guilherme Braga da Cruz e Dr. Francisco Veloso. A tese do Dr. Leonel Ribeiro foi discutida pelo Dr. Guilherme Fontes e pelo presidente da sessão. A tese de D. Maria Margarida Seriot Barbosa do Nascimento determinou intervenções dos Srs. Prof. Dr. Luís de Pina e Dr. Manuel Ferreira Guimarães.

A encerrar a sessão o Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz louvou a elevação com que decorreram os trabalhos, referiu-se à variedade e ao interesse das teses apresentadas e da sua discussão e agradeceu aos principais organizadores do Colóquio, Drs. Valentim de Almeida e Sousa, Francisco José Veloso e Sérgio da Silva Pinto, o ensejo que lhe proporcionaram de vir a Braga, vinda que fez com grande sacrifício, mas, ao mesmo tempo, com muito gosto pelo grande amor que tem à sua terra natal e aos progressos culturais e espirituais dela.

A segunda sessão de trabalhos

A segunda sessão de trabalhos do Colóquio de Direito Corporativo e do Trabalho realizou-se às 10 horas, e como as anteriores, no salão de festas da sede da Associação Jurídica de Braga.

Foram constituídas duas Mesas, sendo a primeira presidida pelo Juiz Conselheiro António Lopes Ribeiro, ladeado pelo Procurador da República junto da Relação do Porto, Abel Campos Carvalho, e pelo Prof. Dr. Mário Bigotte Chorão.

Com esta presidência usou da palavra o Juiz Desembargador Ricardo Ferreira Lopes, Inspector Judicial, que apresentou a comunicação «A Magistratura é uma congregação?», da qual tiramos as seguintes ilações:

1.° — A magistratura é uma corporação de ordem cultural preexistente à actual Constituição Política;

2.° — Essa realidade deve ser reconhecida, promovendo-se e instaurando a Corporação da Magistratura Judicial;

3.° — Instituída a Corporação da Magistratura Judicial deve esta estar representada pelo Presidente do Conselho Superior Judiciário.

Foi depois, e após breve intervalo, constituída nova Mesa, com o Prof. Dr. Pedro Soares Martinez na presidência, ladeado pelo Dr. Joaquim António Cardoso, Desembargador da Relação do Porto, e pelo Comendador Giuseppe Chicca, advogado distrital do Estado de Itália.

O primeiro congressista a apresentar comunicação foi o Dr. José Alves de Oliveira, advogado em Vieira do Minho, que tratou o tema «Os usos e costumes como fonte de Direito Corporativo nos meios rurais».

O congressista referiu-se à orgânica das Casas do Povo, salientando os diferentes meios e modos de vida de região para região.

Seguiu-se-lhe o tratadista Dr. João Almeida Policarpo com o estudo «A actual Legislação Portuguesa de prevenção de acidentes de trabalho — contribuição para a sua revisão».

Da tese do douto causídico podemos concluir:

1.° — O exame das causas dos acidentes de trabalho exige que a acção preventiva se oriente concretamente para a realidade individual, considerada esta como realidade multiforme, abrangendo os planos físico, psíquico e espiritual do indivíduo.

2.° — A legislação portuguesa sobre a matéria não se harmoniza com esta realidade fundamental.

3.° — É perfeitamente viável dar aplicação àqueles princípios pela instituição dum Serviço Social, da Medicina do Trabalho e de conselhos de segurança.

Foi terceiro e último conferencista desta sessão o Dr. António de Sousa Machado, do Porto, com o trabalho «O carácter autónomo da prescrição dos artigos 23.° e 24.° da Lei n.° 1.952».

O tratadista pôs em destaque a diferenciação de Direito Corporativo e de Direito do Trabalho, referiu os seguros de acidentes de trabalho e o despedimento de operários.

Viva discussão das comunicações apresentadas

Após a apresentação das teses, vários interventores opinaram pontos de vista, ora debatendo ora corroborando as asseverações dos comunicantes, estabelecendo-se diálogos.

A tese do Dr. José Alves de Oliveira mereceu intervenções dos Srs. Drs. Valentim de Almeida e Sousa, Francisco José Veloso, António de Sousa Machado e Humberto Soeiro.

A tese do Dr. João Almeida Policarpo foi discutida pelo Dr. Francisco José Veloso, que teceu merecidos louvores ao ilustre jurisconsulto lisboeta.

A comunicação do Dr. António de Sousa Machado teve por intervenientes os Srs. Dr. José de Sousa Coutinho, Prof. Dr. Bigotte Chorão, Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz e Dr. Valentim de Almeida e Sousa.

A encerrar a sessão o Prof. Dr. Soares Martinez salientou a alta elevação com que decorreram os trabalhos, louvando os ilustres assinantes das Comunicações e os interventores das mesmas.

Expressou as suas saudações e da Faculdade de Direito de Lisboa aos promotores do Colóquio, referindo, em especial, os Srs. Drs. Valentim de Almeida e Sousa e Francisco José Veloso, secretários gerais, e Dr. Sérgio da Silva Pinto, vogal da Comissão Executiva.

*
* *

Não foram lidas as teses «Direito Corporativo e Sociologia Jurídica» e «O Direito Corporativo e do Trabalho», respectivamente do Prof. Dr. Pedro Galvão de Sousa, da Faculdade Paulista de Direito, e Prof. Dr. Oldegar Franco Vieira, da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade da Baía. Estes trabalhos dos dois eminentes juristas brasileiros serão publicados na «Scientia Jurídica», revista da Associação Jurídica de Braga.

Uma assembleia de escol assistiu à sessão, como nas anteriores, enchendo literalmente a vasta sala. De facto viam-se entre os assistentes, além dos membros do Colóquio e pessoas de mais destaque na vida cultural de Braga, mormente advogados, muitos estudantes da Faculdade Pontifícia de Filosofia, da Faculdade de Direito e de Economia do Porto, sacerdotes e muitas senhoras, o que sobremaneira demonstra o interesse criado à volta deste Colóquio, que é de carácter puramente jurídico.

Os congressistas visitaram unidades fabris em Famalicão e Riba D'Ave

Pouco depois das 14,30 horas, os congressistas tomaram lugar em dois autocarros e em vários automóveis e abalaram para Vila Nova de Famalicão, onde se ia realizar a primeira visita a uma unidade fabril.

Foram escolhidas, com inteira justiça, as instalações industriais da «Fábrica Nacional de Relógios «A Reguladora», com sede em Calendário, naquela laboriosa vila.

Acompanharam os visitantes os Srs. Drs. António Abranches, chefe do distrito, Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente do município bracarense, e Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, secretário geral do Governo Civil.

No pórtico da fábrica, aguardavam as autoridades e os congressistas os

Srs. António Augusto de Carvalho, presidente do conselho de administração, Vasco César de Carvalho e Hilário de Carvalho, administradores da empresa.

Depois de uma breve troca de cumprimentos, iniciou-se uma pormenorizada visita às várias secções fabris, começando pela serração, pela marcenaria e pelas várias dependências onde se fabricam as minuciosas e multiformes peças que põem em marcha esse extraordinário maquinismo de medir o tempo.

A Fábrica Nacional de Relógios «A Reguladora» dispõem de elevado nível técnico e de grande capacidade de fabrico. Os congressistas, sempre amàvelmente conduzidos e ciceroniados pelos administradores já citados, detiveram-se demoradamente na observação daquela cadeia que vai resultar no relógio de todos os tipos fabricados. Centenas de trabalhadores de ambos os sexos entregavam-se às suas tarefas específicas com inteira naturalidade, olhos e atenção voltados para a missão que lhes cumpre exercer no maquinismo humano que é a fábrica.

No armazém, admiraram-se os vários tipos de relógios produzidos na importante unidade fabril, ouviram-se as subtilezas musicais dos carilhões e viram-se e reviram-se os relógios eléctricos — conquista da mais avançada técnica portuguesa.

Foi nesta dependência que o conselho de administração, concluída a visita, ofereceu aos congressistas uma chávena de café e um *cognac*.

O Dr. Francisco José Veloso, secretário-geral do Colóquio, saudou os administradores, agradecendo-lhes todos os requintes de gentileza com que quiseram receber a caravana de juristas reunida em Braga, elogiou a unidade fabril que dirigem e fez votos pelas suas prosperidades.

O administrador Sr. Vasco César de Carvalho respondeu à saudação, começando por agradecer as palavras que tinham sido dirigidas ao conselho de administração e à fábrica. Falando de improviso, o Sr. Vasco de Carvalho disse que tinha muita pena que a visita se fizesse num momento de profunda alteração da unidade fabril que está a ser convenientemente apetrechada para melhor poder cumprir o seu dever de honrar a indústria nacional.

Os dois oradores foram muito aplaudidos.

Os administradores fizeram ofertas às senhoras incluídas na caravana de interessantes relógios-despertadores.

Esta visita à «Reguladora» a todos deixou encantados.

*
* *

Em Riba d'Ave a visita começou pelas instalações fabris da firma «Sampaio, Ferreira & C.ª, Ld.ª», notável unidade têxtil, onde labutam cerca de 2.500 pessoas.

Aguardavam as autoridades e os congressistas os Srs. Conde de Riba d'Ave, Raúl Ferreira de Riba d'Ave, e Carlos Ortigão Oliveira, administradores da empresa, o Rev.º Dr. Aurélio Fernando Martins Pereira, capelão da Fundação Narciso Ferreira, etc.

Depois dos cumprimentos, os congressistas visitaram todas as secções da grande unidade fabril em plena laboração. Apreciaram-se a fiação, as estamparias mecânica e manual, as várias tecelagens, a preparação, os acabamentos, a tinturaria e o armazém. Gastaram-se nesta visita duas horas.

Os administradores já citados e alguns empregados superiores da firma guia-

ram os congressistas, aos quais prestaram todos os esclarecimentos e dispensaram todas as atenções.

Finda a visita, que deixou maravilhados os que nela tomaram parte, a caravana dirigiu-se à igreja de Riba d'Ave, de construção relativamente recente, onde apreciaram todas as suas dependências.

Mais tarde, fez-se idêntica visita ao Hospital Narciso Ferreira, propriedade da Fundação Narciso Ferreira, cujas excelentes instalações mereceram rasgados louvores aos nossos hóspedes.

No regresso, os congressistas apearam-se junto do quartel dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave, onde um piquete, com charanga e bandeira, prestou uma guarda de honra às autoridades.

Seguiu-se um desfile impecável do corpo de bombeiros que, uma vez mais, patentearam a excelente preparação a que são sujeitos. Na cauda seguia o material de combate a incêndios e as ambulâncias, formando longo cortejo motorizado.

Por último, o Sr. Conde de Riba d'Ave ofereceu às autoridades e aos congressistas presentes, na estalagem de S. Pedro, também património da Fundação Narciso Ferreira, um «copo de água» que serviu de pretexto para o estreitamento de relações de amizade e para a troca de amistosos e expressivos brindes.

Usou da palavra, em nome da Fundação Narciso Ferreira, o Rev.º Dr. Aurélio Fernando Martins Pereira, que, depois de saudar os congressistas e de lhes significar a honra que representava a sua presença em Riba d'Ave, historiou as finalidades e as realizações concretas da instituição.

Em nome da comissão executiva do Colóquio falou o Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, que agradeceu as gentilezas com que tinham sido cumulados os congressistas, referiu o significado e o alcance social das instalações fabris que lhes tinham sido franqueadas e fez votos pelas prosperidades pessoais e industriais dos administradores de «Sampaio, Ferreira & C.ª, Ld.ª».

Pouco tempo depois, a caravana tomou a direcção de Braga, onde chegou já depois das 20 horas.

O brilhante festival folclórico da F. N. A. T.

O Teatro-Circo registou uma das suas maiores enchentes. Tinha grandeza o espectáculo que nos era oferecido por aquele mar de gente que seguiu, passo a passo, o desenvolvimento do programa. Nos camarotes centrais tomaram lugar as autoridades e os congressistas representantes de Universidades.

O programa cumpriu-se escrupulosamente e cremos que a todos agradou aquele documentário vivíssimo do folclore minhoto tão rico de cores, de sons, de ritmos e de simbolismo.

É-nos materialmente impossível relatar com desenvolvimento o que se passou e menos ainda fazer a análise crítica dos vários números e agrupamentos.

Uma coisa, porém, não podemos deixar de dizer: a delegação de Braga da F. N. A. T. merece o nosso aplauso mais aberto e mais incondicional.

Sessão solene de encerramento

Cerca das 18 horas, realizou-se no salão nobre da sede da Associação Jurídica, a sessão solene de encerramento do Colóquio. O acto revestiu-se de magnificência, não só pelo alto nível das comunicações apresentadas mas principalmente pelos votos formulados e pela verificação de que todas as sessões decorreram numa altura cultural que nem todos esperavam.

Presidiu o Sr. Conselheiro Dr. António Abranches, em representação do Ministro das Corporações, tomando lugar na mesa, à direita, os Srs. Drs. Osório Vaz e Giuseppe Chicca, respectivamente vice-presidente da Junta da Acção Social do Plano de Formação Social e Corporativa, e advogado distrital do Estado de Itália; e o Prof. Dr. Soares Martinez, da Faculdade de Direito de Lisboa, e Dr. Francisco José Veloso, director da Associação Jurídica de Braga; e, à esquerda, os Srs. Profs. Drs. Émile Lousse e Luís de Pina, respectivamente da Universidade de Lovaina e da Universidade do Porto; Drs. Lúcio Craveiro da Silva e José Bacelar e Oliveira, respectivamente reitor e professor da Faculdade Pontifícia de Filosofia.

Em lugar de relevo sentou-se o Primaz das Espanhas, Senhor D. António Bento Martins Júnior.

Na primeira fila da assistência tomaram lugar os Srs. presidente da Câmara, Dr. Valentim de Almeida e Sousa, comandante militar da cidade, e Dr. Sérgio da Silva Pinto, Membros do Colóquio, advogados, professores secundários, sacerdotes, muitas senhoras e estudantes enchiam por completo o vasto salão, sala e corredor adjacentes, dando à sessão um ambiente de distinção e prova evidente do interesse dos trabalhos.

O primeiro congressista a usar da palavra foi o Prof. Dr. José Bacelar e Oliveira, S. J., que apresentou o estudo «Determinação teórica da Corporação», em uma sucinta dissertação sobre a essência da Corporação em analogia com o corpo natural e em face da doutrina da Igreja.

Falou, em seguida, o Prof. Dr. Soares Martinez, apresentando a tese «Estrutura do Contencioso Corporativo».

Fez-se na sala enorme um silêncio religioso quando o orador principiou o seu discurso — «Confesso que o que aqui vim ouvir enriqueceu, sobremaneira, o meu património de conhecimentos sobre direito corporativo — e eu quis vir aqui documentar-me, esclarecer-me junto de V. Ex.as Srs. Congressistas, que, pela experiência, nas actividades de todos os dias, podiam trazer e trouxeram uma contribuição valiosa para o trabalho modesto deste humilde universitário.

Mas julguei que não devia limitar-me a escutar o que aqui se disse; convenci-me de que a melhor forma de esclarecer-me era levar a minha ousadia a trazer também a minha *comunicação* ainda no desejo de aprender no contacto com V. Ex.as. E se a minha comunicação puder merecer alguns comentários, viriam a ser úteis no desempenho da minha missão de professor de direito corporativo, mesmo que de empréstimo.

Daí a razão da minha tese — «A estrutura do Contencioso Corporativo».

A seguir o ilustre conferencista afirmou: — Quase tudo está por fazer no direito corporativo.

Por que, então, entregar-me a um estudo do direito objectivo e processual? — perguntou.

E expôs: — Fala-se na falta de doutrina corporativa, não política mas doutrinal. Mas há crise de direito corporativo?

E afirma: — depois de uma experiência pré-corporativa de 25 anos ainda não se conseguiu uma estrutura no nosso país em bases corporativas de harmonia com a constituição de 1933 e inspiradas na doutrina social católica e de harmonia com a índole do nosso povo, com as nossas tradições. E dá-se então um caso idêntico ao do direito fiscal, que é não se ter conseguido a sua projecção mesmo com a enunciação dos princípios reguladores. Há, por isso, falta de doutrinação, o que nos arrasta a um exame de consciência onde nos surgem duas soluções: ou de que a experiência falhou — para o que eu não me inclino — ou por razões de ordem diversa, se impõe estruturar o direito corporativo na base proposta, ou seja de harmonia com a constituição de 1933 e da doutrina social católica.

O conferencista volta a perguntar: «e não haverá razões que arrastem a deturpação de seus fins corporativos? É de admitir, afirma, assim como há razões económicas a dificultar ou a fazer compreender que o Estado abandone razões fundamentais a favor de outros motivos, ou seja a tomar outras posições. Daí o reconhecer-se ao Estado o poder de coordenação, e, então, põe-se o problema de se saber em que termos é possível adoptarmos o critério de associação e reservar para o Estado esse poder de coordenação.»

Concretizando, o ilustre professor de direito corporativo afirma:

«O que importa neste momento é estruturar, para que a ascensão do direito corporativo, com prejuízo das actividades corporativas, se não transforme em actividades anti-nacionais, ou alheias ao interesse nacional. Foi por isso que escolhi a minha tese a apresentar neste Colóquio. É necessário definir esse direito, definir a designação dos dirigentes corporativos, a acção desses dirigentes e a sua qualificação, como as condições de existência e a natureza dos seus poderes amplos, ou seja a conciliação dos interesses da Nação e das corporações sem recurso à acção directa.

Mas não pode acontecer que os dirigentes corporativos se desviem dos caminhos que servem essa conciliação? — Pode e acontece por razões económicas até, daí a solução estar em obediência à estrutura do contencioso corporativo, a qual poderá ser lavrada pelo Estado ou de colaboração com os organismos, pois compete ao Estado coordenar a acção corporativa e dar só aos representantes dos mesteres; ou melhor, confie-se a uma magistratura própria e que não viva da dependência do executivo.

E isto para quê? — Para que a Nação ganhe confiança nos destinos das corporações».

E a terminar: — «O direito corporativo, nem por aparência, não se nos pode apresentar de outro modo que não seja o da conciliação da família portuguesa. Nunca como instrumento de opressão ou ao serviço de desígnios mais ou menos inconfessáveis».

O Prof. Dr. Luís de Pina falou, depois, da «Orientação e selecções profissionais perante a psicologia do desemprego», comunicação deveras interessante e concreta.

Falou em seguida o Prof. Dr. Émile Lousse sob o «Corporativismo como regime de Corporações e não das Corporações», acentuando, ao finalizar: «ele não é um sistema de totalitarismo mas, antes, de realização de vida total».

O Prof. Dr. Osório Vaz, que se seguiu, referiu, primeiro, a impossibilidade de ali se encontrar o Dr. Veiga de Macedo, na altura no exercício de outros encargos públicos, salientando a sua dedicação aos problemas do trabalho e do corporativismo.

Disse, depois, da finalidade e êxito do Colóquio, felicitou a Associação Jurídica

e a comissão distrital da Junta de Acção Social, especialmente o seu presidente e delegado do I. N. T. P.

A terminar, afirmou:

«É sobretudo à consciência dos juristas, como acentuou Radbruch, que se desenha «o grace problema de saber se neste pobre planeta, que a nós homens nos foi confiado, há-de dominar um dia o acaso ou a razão», é à sua consciência que se põe o problema de saber se, ao decidirem-se os destinos da terra, «o direito terá de retirar-se impotente ante a anarquia e de lhe abandonar o campo, ou será chama a erigir ele, aí o seu domínio único e absoluto.

«Bem andaram, pois, V. Ex.as, ilustres cultores do direito corporattivo e do trabalho, reunindo-se aqui, não trazidos, seguramente, por um móbil político, pelo mesmo móbil político, mas, sem dúvida, pelo sentimento comum e mais profundo da justiça social alicerçada nos mais puros, nos mais perfeitos conceitos jurídicos.

Indiscutìvelmente que as diversas maneiras de pensar acham o seu fundamento na diversidade dos homens e, por isso, será sempre impossível criar neles convicções completamente uniformes».

«Todavia, quer-me parecer que, excepcionadas, por irreconciliáveis, certas concepções do mundo e da vida, há no universo das ideias, das diferentes ideias mestras dos homens, alguns traços semelhantes em questões essenciais, que possibilitam um entendimento entre eles, uma conjugação dos seus esforços para uma vida melhor de todos, em paz, em tréguas duradoiras.

«Este Colóquio, permitindo uma troca de impressões entre juristas, num plano elevado de dialéctica construtiva, estou em crer que, se não conseguiu trazer, plenamente, à mesma linha de pensamento todos os que nele tomaram parte — e não conseguiu, de certo — obteve, pelo menos, a adesão de muitos a determinados rumos de ideias salutares e fundamentais, que só não eram afins porque desconhecidos uns dos outros os que as professavam ou porque ignoradas de uns tantos, como solução dos seus problemas mentais inquietantes.

«É na convicção de que esse rumo de ideias, aqui encontrado ou robustecido, poderá vir a ser um factor valioso para a paz social que nos esforçamos por manter e fazer frutificar cada vez mais, que eu quero felicitar, muito sinceramente, quantos, com o contributo da sua erudição, ajudaram a defini-lo.

«Para terminar, seja-me permitido, srs. juristas, que eu evoque a cor tradicional da minha, da vossa Faculdade, e diga com Karl Heinsheiner:

«Vermelho é o Direito. Logo, deveis viver os seus mandamentos no vosso próprio sangue. Se vos esforçais só por lhe aprender a lógica, pobre Direito será o vosso!»

O Dr. Francisco José Veloso, usou em seguida da palavra, para como presidente da Associação Jurídica apresentar os motivos que a levaram a tomar a iniciativa de promover o Colóquio; fez a história da Associação desde 1835, ano em que foi fundada, até 1953, data da sua restauração, tecendo rasgado elogio ao saudoso Prof. Machado Vilela, príncipe dos internacionalistas portugueses.

Refere de seguida os objectivos da Associação demonstrando que a comemoração dos 25 anos de vigência do Estatuto do Trabalho Nacional e o primeiro da instituição das corporações cabe dentro dos objectivos jurídicos da dita Associação.

No seu agradecimento a quantos ajudaram a tornar possível esta realização, releva o Ministro das Corporações, através da Junta de Acção Social, a Câmara Muni-

cipal, o Governo Civil, os Drs. Valentim de Almeida e Sousa e Sérgio da Silva Pinto, bem como os Congressistas, especialmente os estrangeiros, acabando por ler um telegrama do Sr. Dr. Veiga de Macedo, em que promete estudar as conclusões dos trabalhos do Colóquio.

Os votos do Colóquio

O Sr. Dr. Valentim de Almeida e Sousa tece de seguida, um elogio ao orador antecedente, referindo quem é o presidente da Associação Jurídica e director da revista *Scientia Ivridica*, após o que leu os votos do Colóquio que foram aprovados por unanimidade:

«1 — Que se fomente o estudo do Direito Corporativo e do Direito do Trabalho no nosso país, quer nas Universidades quer fora delas, para maior difusão do conhecimento destas disciplinas e também para o necessário aperfeiçoamento progressivo das intsituições.

2 — Que o estudo do Direito Corporativo e do Direito do Trabalho seja, quanto possível, colocado, como se fez neste Colóquio, fora do plano das discussões políticas, e no mesmo pé de igualdade com outros ramos de Direito, com os quais deverá ser comparado e relacionado.

3 — Que se procure valorizar e defender, nesse estudo, o que é espontâneo e o que é peculiar de cada região, de modo que o Direito Corporativo e o Direito do Trabalho se adaptem adequadamente à maneira de ser das populações e às necessidades locais, procurando especialmente respeitar os usos e costumes rurais.

4 — Que, decorrido já um longo período de preparação corporativa que a sociedade portuguesa tem atravessado, se procure estruturar as instituições económicas, morais e culturais, na base dos princípios do Corporativismo de Associação, através de mais ampla autonomia e liberalização concedidas aos organismos corporativos dos vários graus, dentro do respeito pelas normas fundamentais da ordem constitucional.

5 — Que sejam tomadas na devida consideração as conclusões dos trabalhos apresentados neste Colóquio.

6 — Que se estabeleça, cada vez mais, o intercâmbio e colaboração efectiva dos juristas portugueses e brasileiros, para desenvolver o estudo do Direito no plano teórico e prático.

7 — Que se inicie com carácter permanente e agregando para o efeito, desde já, como promotores, os congressistas reunidos neste Colóquio, o «Congresso Jurídico da Comunidade Lusíada», há muito projectado com o fim de aliar as várias instituições e pessoas que se dedicam ao estudo do Direito, por forma a que todos, na medida das possibilidades, possam beneficiar e participar das reuniões, colóquios, e congressos jurídicos em Portugal e no Brasil.»

O Chefe do Distrito encerra o Colóquio

Ergueu-se, depois, para encerrar a sessão — e para, assim, encerrar o Colóquio — o Governador Civil do Distrito.

Começa por testemunhar a sua admiração pelo Primaz das Espanhas e realça o significado da sua presença na sessão, o que prova «quanto lhe são caros os problemas do Direito Corporativo e do Trabalho».

Dirige uma saudação especial ao vice-presidente da Junta de Acção Social, «a saudação dum colega, como magistrado, e dum representante do Governo».

Manifesta, em seguida, o seu agrado e consolação pelo nível em que o Colóquio decorreu, e com maior eficiência a sessão de encerramento, dado que todas as teses foram expostas com tão alta elevação!

Apresenta, depois, felicitações aos que promoveram o Colóquio, concorreram para a sua efectivação ou nele foram comungantes. E assim, saúda a Associação Jurídica pela magnífica ideia da realização, referindo em especial o seu presidente, Dr. Francisco José Veloso, «que tão bem tem sabido conduzir a Associação, que tantos benefícios tem prestado à cultura jurídica portuguesa».

Realça a figura do Dr. Valentim de Almeida e Sousa que «emprestou trabalho e dedicação à realização de tão importante convívio jurídico».

Foca a acção da Faculdade Pontifícia de Filosofia, agradecendo ao seu reitor o quanto tem feito pela cultura filosófica.

Refere-se ao Ministro das Corporações, ausente por motivos imperiosos, dizendo que ele é o homem que, depois de acabar com os analfabetos, por meio da Campanha de Educação de Adultos, fez ressurgir o Corporativismo em Portugal.

Finalmente agradece, em nome pessoal e do Governo, o alto nível que presidiu a todas as sessões, prestando honra aos congressistas.

Como último acto do brilhante Colóquio, que foi internacional e no estrangeiro teve larga repercussão, o Dr. Lúcio Craveiro da Silva propôs eleitos sócios honorários da Associação Jurídica de Braga os Profs. Soares Martinez, Giuseppe Chicca e Émille Lousse, após o que foi enviado ao Ministro das Corporações o seguinte telegrama:

«Excelentíssimo Senhor Doutor Veiga de Macedo, Ministro Corporações Previdência Social, Lisboa.

Agradecendo sensibilizados telegrama V. Ex.ª e todo o auxílio dado Colóquio Direito Corporativo Trabalho envio V. Ex.ª por voto aclamação Assembleia Geral Associação Jurídica reunida respeitosas afectuosas saudações.

a) Francisco José Veloso»

O almoço no Bom Jesus do Monte

Cerca das 13 horas, os congressistas reuniram-se num dos hotéis do Bom Jesus do Monte, em almoço oferecido pela Câmara Municipal. A ele presidiram os Senhores Drs. António Abranches e Osório Vaz, este chegado de Lisboa no sábado à noite.

Ao repasto, abriu a série de brindes o Sr. António Maria Santos da Cunha, que se congratulou pela realização, na culta e católica Braga, de um Colóquio em que foram participantes tão eminentes personalidades do foro, nacionais e estrangeiras. Felicitou a Associação Jurídica, e pediu ao Dr. Osório Vaz que transmitisse ao Ministro das Corporações o agradecimento do Município pelo carinho que consagrou à realização do Colóquio.

Depois brindaram o reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia e o Prof. Giuseppe Chicca, que afirmou que o Colóquio «reuniu, em superior convívio de espírito, a essência da intelectualidade da raça latina».

Depois levantou-se o Chefe do Distrito que disse da sua satisfação por participar num almoço em convivência com um escol de personalidades de tão elevada craveira intelectual.

Após o almoço os convivas assistiram, na Sé Catedral, a um Te Deum de acção de graças pela coroação do Papa João XXIII, presidido pelo Arcebispo Primaz.

O XXV aniversário da Acção Católica Portuguesa

Celebram-se este ano as bodas de prata da Acção Católica Portuguesa.

Este aniversário foi assinalado na arquidiocese de Braga por diversas cerimónias com que se quis evidenciar a acção e eficiência duma instituição sobre a qual pesa, no momento presente, a grande responsabilidade da formação e orientação da sociedade e dum modo especial da juventude, no sentido dos altos ideais cristãos, que devem norteá-la.

Das diversas cerimónias realizadas em 15 e 16 de Novembro dá-nos o «Correio do Minho» as passagens que transcrevemos:

1.º Dia

Na Sé Primacial, a Junta Arquidiocesana da Acção Católica levou ontem a efeito uma solene vigília de Adoração.

Às cerimónias, que tiveram início às 21,30 horas, presidiu o Senhor D. António Bento Martins Júnior, acolitado pelos cónegos Dr. Martins Gonçalves, presidente do Cabido, e Dr. Martins Gigante. Outros capitulares estiveram presentes, como o abade da freguesia da Sé, Dr. António José Ribeiro.

Abrilhantou as cerimónias a «Schola Cantorum» do Seminário de Teologia, dirigida pelo maestro Rev.º Alberto Braz que, do púlpito, também fez as invocações ao Santíssimo Sacramento Exposto.

As autoridades civis, militares e membros da Junta Arquidiocesana tomaram lugar destacado frente ao altar-mor, e os seminários, colégios e numerosos fiéis estendiam-se pelas naves e transepto da Catedral.

2.º Dia

Às 10 horas, na Catedral de Santa Maria Maior, o Primaz das Espanhas presidiu, do sólio, assistido pelo Vigário Geral do Arcebispado e pelo capitular Apolinário Rios, ao Santo Sacrifício celebrado pelo cónego Dr. Martins Gonçalves, acolitado pelos rev.os José Peixoto e Manuel Ferreira Martins, e a outros actos do culto.

Em lugares destacados, frente ao altar-mor, viam-se os elementos mais representativos do meio bracarense, como os Srs. Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal, um representante do Comando Militar, Eng.º Alegria Martins, Dr. Felicíssimo Campos, Dr. Bacelar Ferreira, Presidente da J. Arquidiocesana, Dr. Feliciano Ramos, reitor do Liceu, vários sacerdotes assistentes de diversos organismos e muitas senhoras que militam na primeira linha do movimento.

A assembleia dos fiéis, onde sobressaíam filiados da A. C., seminaristas e colegiais, que enchia literalmente as naves e transepto da vasta Basílica, entoa o hino da Acção Católica.

A missa começa, estando a parte coral a desempenho da «Schola Cantorum»

do Seminário de Teologia, sob a regência do maestro P.e Alberto Braz, que executa, a 4 vozes, a «missa cum jubilo», dialogando os fiéis em gregoriano.

Três dirigentes femininos e três masculinos sobem, no momento do Ofertório até junto do Senhor D. António Bento Martins Júnior, oferecendo-lhe as flores e as luzes do altar, o pão e o vinho que se transformarão em Corpo e Sangue.

Ao «Communio», dezenas de filiados e outros fiéis abeiram-se da sagrada mesa para comungar o Pão Divino.

Terminada a missa, a assistência entoa em coro o «Te Deum» de acção de graças e o venerando Antístite retira, bem como todos os fiéis, da Catedral.

Sessão solene no salão medieval da Biblioteca Pública

Às 16 horas, no salão medieval da Biblioteca Pública, realizou-se a sessão solene comemorativa das bodas de prata da A. C. P.

Presidiu o Prelado Máximo da Arquidiocese, ladeado pelos Srs. Governador Civil, Presidente do Município, Presidente da Junta de Província, representante do Quartel de Infantaria n.º 8, tenente Pompeia Xavier, da P. S. P., capitão Antunes, da G. N. R., Dr. Lúcio Craveiro da Silva, S. J., Dr. Francisco José Veloso, Dr. António Moreira, Dr. Bacelar Ferreira e Dr. José Banito, o orador.

Cantado por todos, em uníssono, o hino da A. C. e a profissão de fé, o Dr. Bacelar Ferreira, presidente da Junta Arquidiocesana, referiu-se, num discurso vibrante e autênticc de apostolicidade, aos 25 anos que se comemoravam e fez, após, a apresentação do orador da sessão.

De princípio, o Dr. Bacelar Ferreira disse:

«A Acção Católica Portuguesa ergueu-se à voz do Sumo Pontífice, em íntima colaboração e inteira submissão com a Hierarquia, para estreitar os laços da solidariedade cristã e formar uma numerosa e bem enquadrada milícia para o combate pelo grande ideal de Cristo.

A A. C. P. surgiu no momento em que parecia que todos os valores morais se afundavam irremediàvelmente, mercê duma onda avassaladora de materialismo como aquela que, agora, tenta sufocar-nos. Já não existiam profetas; já não apareciam novos santos, parecendo, até, que as imagens dos antigos procuravam ocultar-se aos olhares fugidos dos turistas ou artistas que visitavam os templos. Dominavam, como únicas realidades, como únicas razões da preocupação humana, à fúria da riqueza, como religião universal e vertigem do prazer, como objectivo e razão de ser da vida».

E referindo-se aos 25 anos de vida da A. C.:

«Não sendo uma «criança», com os seus 25 anos de vida, não é também uma instituição decrépita como alguns desolados críticos têm já afirmado, ao verem que a revisão de métodos veio a substituir, por métodos de estudo e reflexão, as primeiras manifestações ruidosas das grandes concentrações de massas, mais impressionantes pelo aspecto externo que pelo efeito construtivo; mais sedutoras pelo seu ineditismo ou invulgaridade, que pròpriamente pelos seus resultados práticos; mais atractivas pelo degrau que oferecem à vaidade de alguns, que pròpriamente pelos serviços que prestam à Causa sagrada de «trazer Cristo às almas e levar as almas a Cristo».

Ao finalizar o seu discurso o Presidente da Junta Arquidiocesana suplicou novas e vivas energias para «prosseguirmos a missão nobilíssima de que fomos incumbidos»,

traçando, depois, rasgado elogio ao Dr. José Banito, que foi jecista e jucista e agora é vice-presidente geral da L. I. C.

O orador oficial da sessão começa por fazer o elogio de Braga, saúda o venerando Prelado e, nele, a Braga católica e a formidável teoria dos seus arcebispos. Saúda, também, o Governador Civil e nele a Braga patriótica, passando a dissertar sobre a data comemorativa.

Salienta que a A. C. será o que for a «oferta de nós próprios», citando a propósito a Parábola do Samaritano.

Divide as pessoas de hoje em três géneros: *a)* as que não querem ver o mal existente — erro da inteligência; *b)* as que vêm o mal mas não querem remediá-lo — falta de vontade; e *c)* as que querem decididamente resolver os problemas, fazendo quanto em si está para isso.

Desenvolve, depois, cada uma das terminologias, analisando o panorama da sociedade de hoje.

E pergunta:

«Quantos lêem os Evangelhos? Quantos conhecem o catecismo? Vive-se um catolicismo formalista, de tradição e que não nos toca. Ou então usa-se um catolicismo acomodatício, só para certas ocasiões. É frouxo o facho de fé e, quando sopram os ventos ciclónicos de países materialistas, essas luzes apagam-se».

E depois:

«Para uns, o Evangelho é uma lenda. O catecismo é para crianças, segundo outros. Mas o Evangelho é Cristo vivo. Ser cristão é imitar Cristo e apontá-Lo como guia a todos os outros».

E o orador pergunta ,a finalizar:

«Celebramos os 25 anos da A. C. Resultou ela? Conseguiu os objectivos? Cada um que responda. Em todo o caso, pensemos na enormidade da missão que a Hierarquia nos confiou entregando-nos a missão de salvarmos os nossos irmãos».

O Arcebispo Primaz encerra a sessão

O Senhor D. António Bento Martins Júnior, ao encerrar a sessão, chamou-lhe esplêndida, o que denota a grandiosidade em que decorreu. Referiu, então, que esta jornada comemorativa teve dois significados afins mas distintos: — assinalar o muito que se fez, e mostrar o incomensurável que há a fazer.

E disse, referindo-se ao primeiro orador:

«Ouvimos o Presidente da Junta Arquidiocesana, que tem dado os primores da sua inteligência e o talento de momentos livres, num trabalho de há anos, a favor da A. C.

Queremos dar-lhe vivos agradecimentos, assim como aos dedicados elementos das Direcções que tanto se sacrificam».

O Primaz das Espanhas reporta-se, depois, ao Dr. José Banito, que no seu discurso tomou por temas a Família Cristã e a Família Humana.

Refere-se, depois, ao binóbio «religião-política», asseverando:

«A política, hoje mais do que nunca, tem de ser considerada como ciência do governo dos povos, que é, e os homens que se prezam não podem de modo algum deixar de considerar este aspecto da vida social de hoje.

Quanto à necessidade da religião, como fundamento que é da vida do homem, abdicar dela não é possível. Por motivo nenhum, se pode aceitar tal princípio».

Agradece aos dois oradores a magnífica lição ministrada e termina com um prenúncio de Pio XII:

«Está à vista um grande triunfo para a Igreja e para a Humanidade».

A conferência do Prof. Max Müler na Faculdade de Filosofia de Braga

Mais uma manifestação cultural se realizou em Braga em 20 de Novembro por iniciativa da Faculdade de Filosofia desta cidade.

Foi conferente o insigne filósofo alemão Max Müler, catedrático da Universidade de Friburgo-Brisg — Floresta Negra, que, com singular mestria e alta competência, proferiu uma magnífica lição subordinada ao tema «Metafísica clássica e Metafísica moderna».

A visita do Subsecretário de Estado das Obras Públicas a Braga, em 22 de Novembro

Do «Correio do Minho» de 23 de Novembro, transcrevemos o seguinte relato:

«Pouco depois das 16 horas de ontem, como estava anunciado, chegou a esta cidade o Sr. Eng.º Alberto Saraiva e Sousa, Subsecretário de Estado das Obras Públicas, vindo de Famalicão. Acompanhavam aquele homem público os Srs. Dr. António Abranches, chefe do distrito; António Santos da Cunha, presidente do município; Eng.º Gomes da Silva, director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Eng.º Fernando Pessoa, secretário; Eng.º Camisa, das construções escolares; Eng.º Leão de Almeida, da direcção escolar; e Eng.º Armando Martins Moreira, director de Estradas do Distrito de Braga.

Aguardavam o Eng.º Saraiva e Sousa os Srs. Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho; capitão Euclides de Barros, comandante distrital da P. S. P.; Eng.º Alegria Martins, director dos Serviços de Urbanização; Dr. José Maria Ferreira de Araújo, Dr. Olindo Casal Pelayo e António Fernandes de Araújo, respectivamente, vice-presidente e vereadores da Câmara Municipal; Eng.º Soeiro de Carvalho, director-delegado dos Serviços Municipalizados; Eng.º Álvaro Ferreira, chefe dos serviços técnicos do município; Alberto Matos, secretário da presidência da Câmara; e arquitecto Oldemiro Carneiro.

Depois de breve troca de cumprimentos, foi apresentado o projecto do Plano de Urbanização a sul da cidade, que foi pormenorizadamente estudado pelo Subsecretário, autoridades e técnicos da sua comitiva. O Sr. António Maria Santos da Cunha deu todos os esclarecimentos indispensáveis. O Eng.º Saraiva e Sousa manifestou o seu agrado pela forma como estava elaborado o projecto.

Em seguida, aquele membro do Governo dirigiu-se para o largo de Maximinos, onde o arquitecto Oldemiro Carneiro apresentou o ante-projecto da escola daquela

populosa freguesia e visitou os terrenos onde vai ser edificado aquele excelente bloco escolar. Neste grupo de edificações será construída uma cantina central, que distribuirá as refeições às restantes cantinas escolares da cidade. O Eng.º Saraiva e Sousa sugeriu alterações no ante-projecto que, nas suas linhas gerais, mereceu a sua concordância. O Sr. Fernando Moreira, representante dos proprietários dos terrenos, esteve presente e trocou impressões com aquele homem público.

No edifício em construção para as repartições públicas e na Igreja dos Congregados

No rossio de Trás da Sé, onde está em estado adiantado de Construção o novo edifício onde serão instaladas as repartições do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Tribunal do Trabalho e Direcção do Distrito Escolar, o Eng.º Alegria Martins apresentou o projecto que foi apreciado atentamente pelo Subsecretário de Estado e pelo director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que lhe propuzeram alterações e estudaram a demolição de alguns dos prédios que prejudicam a estética do local. O director dos Serviços de Urbanização ficou de apresentar a estimativa das despesas a fazer com as demolições desejadas para ulterior apreciação.

Seguiu-se, depois, uma visita às obras em curso para a construção da torre da igreja dos Congregados, devidas em grande parte à generosidade do sr. comendador António Augusto Nogueira da Silva e devidamente comparticipadas pelo Estado, como se sabe. Foram apreciados os trabalhos que seguem em ritmo acelerado e presentes fotografias da igreja do convento de S. Miguel de Refojos, que tem muitas semelhanças com este, a fim de acertar o enquadramento arquitectónico. O Eng.º Alegria Martins ficou encarregado de estudar o caso e fornecer parecer à direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Na sacristia do templo, o Padre Alípio Quintas das Neves, em nome da Confraria de Nossa Senhora das Dores, apresentou cumprimentos ao Eng.º Saraiva e Sousa, entregou-lhe o diploma de irmão honorário e disse da necessidade urgente da realização de outras obras na igreja.

No novo hospital regional, no Noviciado do Coração de Maria e nos terrenos da estrada de S. Martinho

Dali, o Subsecretário de Estado das Obras Públicas seguiu para o novo hospital regional, também já muito adiantado. Aguardavam-no os Srs. João Carlos de Oliveira, vice-provedor, em exercício, da Misericórdia, vários directores, o arquitecto João Esteves, autor do projecto, e o construtor Joaquim de Sousa.

O vice-provedor significou ao Eng.º Saraiva e Sousa a necessidade da ampliação do hospital, construção prevista para 7 pisos com capacidade para 409 camas. Actualmente estão em construção 4 pisos com capacidade para 222 camas. Em Setembro de 1959 estarão concluídos os 7 pisos.

Apreciaram-se igualmente os aspectos que respeitam à construção prevista da Escola de Enfermagem e do Lar das Alunas Enfermeiras e a das artérias que darão ligação ao novo hospital.

O ilustre homem público deslocou-se a seguir, para o Noviciado do Sagrado Coração de Maria, na rua de D. Pedro V, onde apreciou o projecto da construção dum edifício de 2 andares que poderá albergar 150 internadas. Resolveu-se dar início,

desde já, às obras de construção da capela, da cozinha, refeitório e outras dependências cuja urgência se faz sentir mais agudamente.

A caminho dos terrenos destinados à edificação dum bairro de rendas baixas, a nascente da Estrada de S. Martinho de Dume, visitaram-se também a nova escola da freguesia de S. Vítor e os terrenos e prédios a expropriar para a completa abertura da avenida D. Manuel Vieira de Matos. Junto ao quartel de Infantaria n.º 8 foi visitado o terreno onde se deseja erguer a nova escola primária da freguesia de S. Vicente e a estrada de cintura.

As comemorações da Restauração da Independência de Portugal e a conferência do Prof. Hernâni Cidade

A Câmara Municipal de Braga, a Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e a Mocidade Portuguesa elaboraram um programa de conjunto para, no ano corrente, assinalar condignamente o 318.º aniversário da Restauração.

Na execução desse programa, realizou-se no Salão Nobre da Câmara Municipal, em 29 de Novembro, uma notável conferência do Prof. Dr. Hernâni Cidade, professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa e crítico e historiador da literatura portuguesa, que desenvolveu o tema «*A preparação espiritual da Revolução de 1640*».

Do acontecimento dá-nos o «Correio do Minho» o seguinte relato:

«A Câmara Municipal, a delegação da Sociedade Histórica da Independência e a Mocidade Portuguesa, unidas por idênticos sentimentos de exaltação patriótica e por semelhantes propósitos em evocação, promovem no ano em curso, solenes cerimónias comemorativas do 318.º aniversário da Restauração de Portugal.

O programa começou a cumprir-se ontem, à noite, com uma conferência do Prof. Dr. Hernâni Cidade, que chamou ao salão nobre dos Paços do Concelho elevado número de individualidades ligadas à vida oficial e cultural. Anotamos a presença, entre outras, das seguintes individualidades: Dr. Valentim de Almeida e Sousa, delegado do I. N. T. P.; Nuno Pombal, presidente da Câmara Municipal de Amares; Dr. Crespo Guimarães, vice-reitor do Liceu Nacional de Braga; Eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima, director da Escola Técnica; coronel Sousa Machado e tenente-coronel Ernesto Proença, respectivamente, 1.º e 2.º comandantes do R. I. 8; capitão Euclides de Barros, comandante distrital da P. S. P., Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga; Dr. Sérgio Pinto, vereador do pelouro da cultura; vereador Carlos Brandão; Prof. Rafael de Barros Soeiro, secretário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Dr. José Vicente Catalão; comendador António Dias Júnior; Dr. Castro Meireles, chefe da secretaria do Município; directores e professores dos estabelecimentos de ensino, dirigentes e filiados da Mocidade Portuguesa, médicos, advogados, engenheiros, grande número de senhoras, etc., etc.

Presidiu o Senhor D. António Bento Martins Júnior, venerando Arcebispo Primaz, que tinha à sua direita os Srs. dr. Bacelar Ferreira, que representava o chefe do distrito, coronel José Baptista Barreiros, presidente da delegação da Sociedad-

Histórica da Independência de Portugal; Rev.º Prof. Dr. Cassiano Abranches, pela Faculdade Pontifícia de Filosofia; e Prof. Dr. Hernâni Cidade; e, à esquerda, os Srs. António Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal; coronel António Cunhal, comandante militar de Braga; Dr. Olindo Casal Pelayo, em representação do delegado provincial da Mocidade Portuguesa; e Dr. Feliciano Ramos, reitor do Liceu Nacional de Braga.

Aberta a sessão, foi concedida a palavra ao nosso prezado amigo e colaborador Dr. Feliciano Ramos, notável crítico e historiador da literatura, que fez a apresentação do conferencista da noite em termos de muito apreço pela sua personalidade intelectual e humana e referiu e situou a sua obra no conjunto da ensaística e da história da literatura. Trabalho de apreciação objectiva, teve, além de outros, o mérito de nos apresentar o retrato mental e ético de Hernâni Cidade. Pena é que a falta de espaço com que lutamos não nos deixe margem para realizarmos a síntese que estava nas nossas possibilidades.

Quando o Dr. Feliciano Ramos terminou a leitura do seu importante trabalho, a numerosa e distinta assistência tributou-lhe uma prolongada salva de palmas, que repetiu quando o Prof. Hernâni Cidade se levantou para falar. O orador começou por agradecer o convite que lhe foi dirigido para falar em Braga e por manifestar a sua gratidão ao Dr. Feliciano Ramos pelo retrato que dele havia feito com os fulgores da sua inclinação de crítico penetrante e esclarecido e com os excessos de uma amizade bem viva e constante.

O Prof. Hernâni Cidade esclareceu que ia falar de um tema caro ao seu espírito e ao seu coração e disse que não ia fazer uma conferência mas desenvolver uma palestra.

Dissertando com extrema facilidade, o orador demorou-se longamente na exposição da sua tese, prendendo a assistência por largo tempo. Palavra fácil e fluente, servido por uma erudição profunda, a que nunca foi alheia a emoção que a evocação do papel da inteligência na preparação das condições propícias à Restauração desperta inevitàvelmente no coração dum português apaixonado pela sua terra e pelos seus valores.

O Prof. Hernâni Cidade disse das razões que estão na base do que diferencia Portugal da Espanha.

Depois, foi referindo os expoentes da criação literária e teológico-jurídica que directamente propugnavam a independência de Portugal — autêntica literatura de resistência, que, se manteve bem viva a independência cultural de Portugal, concorreu poderosamente na restauração da independência política, obtida em 1 de Dezembro de 1640.

Quando o orador deu por terminada a sua lição foi-lhe tributada uma expressiva manifestação de apreço, aliás, perfeitamente conforme com a simplicidade com que aproximou de todos um tema aliciante e pouco tratado com o brilho com que se desempenhou da sua tarefa.

O venerando Arcebispo Primaz encerrou a memorável sessão com agradecimentos e louvores à Câmara Municipal, à Sociedade Histórica da Independência de Portugal e à Mocidade Portuguesa pela realização do programa das comemorações do aniversário da Restauração e por se referir, em termos de alto apreço, às lições dos Srs. Dr. Feliciano Ramos e Prof. Dr. Hernâni Cidade».

O Dia de S. Geraldo, padroeiro de Braga foi solenemente comemorado com a presença do Subsecretário da Educação Nacional

Iniciativa louvável a da actual Câmara ao reatar uma tradição que se havia perdido, fazendo reviver as comemorações do dia de S. Geraldo, Padroeiro da cidade.

Do programa faziam parte, além de várias cerimónias religiosas, a visita do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de que adiante nos ocuparemos, inauguração e a romagem de saudade ao cemitério, para homenagear a memória de Casimiro Silva, que, pelo progresso da cidade, tanto se afadigou, e bem mereceu esta póstuma evocação.

Do «Correio do Minho» de 6 de Dezembro transcrevemos o seguinte relato das comemorações:

«O Dia de S. Geraldo, patrono da cidade de Braga, foi ontem celebrado festiva e brilhantemente. A Câmara Municipal estabeleceu um programa que se cumpriu totalmente e tomou a iniciativa de fazer prevalecer no futuro a comemoração deste dia.

Pouco depois das 10 horas, no cemitério municipal, efectuou-se a primeira cerimónia do programa que constava duma homenagem póstuma da edilidade ao saudoso comerciante Casimiro Silva, figura de lutador incansável na defesa dos interesses e na consecução de meios de progresso para a nossa terra. Ideia felicíssima esta de prestar homenagem no Dia de S. Geraldo, a um homem simples que lutou com simplicidade e firmeza durante uma vida inteira para que Braga fosse mais e mais próspera.

Estiveram presentes na bela cerimónia, além do Sr. António Santos da Cunha, presidente, todos os vereadores, Adolfo Santos da Cunha, presidente do Grémio do Comércio e procurador à Câmara Corporativa, com outros membros dos corpos gerentes, membros da camissão das festas da cidade, dirigentes do Sindicato Nacional dos Caixeiros, a viúva de Casimiro Silva e outros familiares.

Depois de descerrada a data comemorativa desta homenagem, usou da palavra o Sr. António Santos da Cunha para se referir, em termos repassados de admiração e de saudade, ao denodado homem de acção que foi Casimiro Silva.

Em nome da comissão das festas da cidade, de que o saudoso homenageado foi elemento preponderante durante largos anos, falou o nosso camarada de Imprensa Sr. Augusto Martins.

* * *

Às 11 horas teve início a missa solene em honra de S. Geraldo, na sua formosa capela da Basílica Primacial, caprichosamente ornamentada.

Assistiram ao Santo Sacrifício, que foi celebrado pelo presidente do Cabido, Rev.º Cónego Dr. Martins Gonçalves, os Srs. D. António Bento Martins Júnior, venerando Primaz das Espanhas; Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional; Dr. António Abranches, governador civil do distrito; Dr. Felicíssimo Campos, presidente da Junta de Província do Minho; António Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga; Dr. Valentim de Almeida e Sousa, delegado do I. N. T. P.; Dr. José Maria Ferreira de Araújo, Dr. Sérgio Pinto,

Eng.º Magalhães Salgado, António Fernandes de Araújo e Dr. Olindo Casal Pelayo, respectivamente, vice-presidente e vereadores do nosso município; Dr. Feliciano Ramos, reitor do Liceu Nacional de Braga; Eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima, director da Escola Industrial e Comercial de Braga; membros do Cabido da Sacrossanta Basílica Primacial Bracarense; tenente-coronel Ernesto Proença, 2.º comandante do R. I. n.º 8; capitão Euclides de Barros, comandante distrital da P. S. P.; capitão Almada, comandante da G. N. R.; membros das Juntas de Freguesia, funcionalismo municipal, Dr. Francisco Elmano Alves, etc.

O Rev.º Padre Dr. António Rodrigues fez no momento próprio o elogio de S. Geraldo, cujo perfil humano e cuja santidade traçou com grande rigor e invulgar beleza literária, aludindo, por último, à prodigiosa acção do Governo Nacional em todos os sectores da vida portuguesa.

Serviu de mestre de cerimónias o Rev.º Padre Azevedo.

Um piquete do Corpo de Bombeiros Municipais, postado no largo de D. João Peculiar, prestou a guarda de honra aos Srs. Arcebispo Primaz e Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

*
* *

A partir das 12 horas o Sr. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente do município bracarense, acompanhado dos vereadores Srs. Dr. Sérgio da Silva Pinto, António Fernandes de Araújo e Eng.º Magalhães Salgado, estiveram nos Asilos Conde de Agrolongo e de S. José, no Albergue Distrital e no Abrigo de S. Bento a fazer oferta de tabaco aos internados.

Mais tarde foram à Creche de Braga e ao Asilo de D. Pedro V, onde distribuíram rebuçados às crianças ali assistidas.

Esta singela cerimónia de solidariedade cristã integra-se admiràvelmente no sentido das comemorações do Dia de S. Geraldo e calou fundo na gratidão dos contemplados.

*
* *

Pouco depois das 13 horas, o chefe do distrito homenageou o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa com um almoço íntimo. Presidiu aquele ilustre membro do Governo, que tinha à sua direita o governador civil, o 2.º comandante do R. I. 8 e o deputado Eng.º agr.º António Lacerda, e, à esquerda, o presidente do município bracarense, o presidente da Junta de Província do Minho e o deputado Dr. Augusto Cerqueira Gomes, delegado provincial da Mocidade Portuguesa. Tomaram depois lugar, as autoridades locais, os directores dos estabelecimentos de ensino, etc.

Aos brindes, o Dr. António Abranches saudou o Dr. Rebelo de Sousa, que, por seu turno, agradeceu.

*
* *

Eram 16,15 horas precisas, quando o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, acompanhado das autoridades, chegou junto do novo e imponente edifício escolar da freguesia de S. Vítor, o primeiro de uma notável série de construções esco-

lares com que o Estado e o município vão dotar a nossa terra. Apesar do mau tempo, grande multidão aguardava aquele homem público. Da imensa mole humana destacava-se a mancha juvenil — os rapazes da M. P. com as suas fardas e as suas bandeiras e guiões, e os alunos dos estabelecimentos de ensino locais.

Aguardavam o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, entre outras, as seguintes individualidades: Drs. Francisco de Araújo Malheiro, Valentim de Almeida e Sousa e João Mota de Campos, respectivamente, presidente, vice-presidente e vogal da comissão distrital da U. N.; Drs. Alberto Cruz, Augusto Cerqueira Gomes e Eng.º António Lacerda, deputados da Nação; prof. Marnuel Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Fafe e vice-presidente da Corporação da Lavoura; D. Nuno Daun e Lorena, presidente da Câmara de Amares; prof. Abílio da Conceição Fernandes, director do Distrito Escolar de Braga, inspectores do ensino primário, professores e professoras do Liceu Nacional, da Escola Técnica, da Escola do Magistério Primário, dos estabelecimentos de ensino particular, do ensino primário, Eng.º Alegria Martins, director dos serviços de urbanização, outras autoridades, Juntas de Freguesia, etc.

O terreiro da escola estava ornamentado festivamente e no ar estralejaram foguetes. Uma banda de música tocou o hino nacional, enquanto a bandeira, corrida por um comandante de castelo da M. P., subia no mastro de honra.

No interior do excelente edifício escolar, o Senhor D. António Bento Martins Júnior, venerando Arcebispo de Braga, benzeu a nova escola, findo o que se percorrem todas as suas dependências. A juventude vitoriou constantemente o nome do Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

*
* *

No recreio coberto, afectuou-se, em seguida, uma sessão na presença de todas as autoridades e individualidades citadas.

O Sr. Manuel Vila Verde, presidente da Junta de Freguesia de S. Vítor, proferiu, então, o seguinte discurso:

«Tenho a honra de ser nesta hora e na qualidade de presidente da Junta desta Freguesia, o porta-voz dos sentimentos de festiva alegria, com que o povo de S. Vítor recebe mais um importante melhoramento público.

Na verdade, uma escola é, no aspecto social, o fundamento dessa grandiosa obra da construção moral de um povo, de uma raça; o berço onde a mãe Pátria amamenta os seus pequeninos filhos e lhes ensaia os primeiros passos no caminho do seu destino histórico.

Por isso, o Governo da Nação, aqui perfeitamente representado por Sua Ex.ª o Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, não tem nunca esquecido, no seu grandioso programa de acção pública, a edificação de casas escolares, onde o ensino das letras pátrias possa ser ministrado com suficiência e proveito comum.

E, tornando, por um lado, obrigatória a frequência escolar, num enriquecimento espiritual cada vez maior do nosso povo, facilita, por outro lado, o acesso à escola, erguendo por esse Portugal fora edifícios próprios como os que hoje vimos inaugurar: a escola de S. Vítor e a escola do Bairro da Alegria.

É, portanto, para V. Ex.ª Sr. Subsecretário da Educação Nacional, que vão

os agradecimentos do povo de S. Vítor, que represento. A presença de V. Ex.ª aqui significa todo esse carinho e zelo que o Governo de Salazar de há muito vem pondo na educação da criança portuguesa, que o mesmo é dizer, dos que amanhã hão-de constituir a continuação da Pátria no futuro. Só aos olhos dos que não querem ver pode passar despercebido todo esse esforço que oficialmente tem sido dispendido em prol do levantamento do nível social dos portugueses e do qual, a educação do povo é um dos mais flagrantes aspectos. E neste particular não pode ser esquecida a pessoa de V. Ex.ª, Sr. Subsecretário, sempre atenta aos problemas do ensino, sempre solícita à solução mais proveitosa dos mesmos. Para V. Ex.ª vão, pois, os nossos justos agradecimentos.

E por que o Governo da Nação tem neste distrito a sua mais perfeita representação na distinta pessoa de Sua Ex.ª o Sr. Governador Civil, sempre pronto e vigilante nos assuntos que respeitam ao bem e ao progresso da nossa terra, para Sua Ex.ª vão os protestos da nossa admiração e louvor.

Mas, a escola portuguesa não pode ser erguida sem as bênçãos da Igreja. Ao aprender as letras do alfabeto português, a criança deve saber construir com elas as grandes palavras iniciais da vida: Deus e Pátria, tirar-lhes todo o significado que encerram e viver das condições que elas oferecem. O professor ou professora que lhas ensinar a escrever, terá de lhes gravar na alma e no coração os sentimentos que elas despertam: a fé e o amor. E o crucifixo que diante dos olhos curiosos do pequeninos alunos preside aos trabalhos do estudo, não significa mais do que deve ser cristã a orientação espiritual da escola portuguesa. Assim, também nós os que somos pais ou responsáveis da educação e do futuro de Portugal, queremos deixar aqui os protestos da nossa confiança nas directrizes da Igreja, a única mestra daquelas eternas verdades que um dia saíram da boca do Divino Crucificado. Vossa Ex.ª Rev.ª Sr. Arcebispo Primaz é entre nós a alta figura da Igreja a cujo olhar maternal entregamos confiadamente a vigilância e amparo da nossa juventude. A bênção que V. Ex.ª Rev.ma hoje traz às novas escolas desta freguesia é a garantia de que a sua finalidade será totalmente atingida para o melhor bem e futuro de Portugal. O povo de Braga, o povo de S. Vítor, agradece mais esta prova de paternal apreço, mais esta bênção de Vossa Ex.ª Rev.ma.

No obra deste grandioso levantamento e admirável embelezamento citadinos tem empregado um esforço verdadeiramente notável essa prestigiosa figura que é o dinâmico Presidente da Câmara de Braga. É quase descabido dizer por palavras aquilo que anda há muito no coração de todos os bracarenses: admiração do homem e gratidão pela sua formidável obra de construtor da cidade nova. Estas duas escolas hoje dadas a S. Vítor são mais um capítulo desse precioso livro que a mão hábil de Sua Ex.ª o Sr. Presidente da Câmara anda a escrever para a História moderna de Braga. Não sei de quem tanto tenha feito, de quem tão bem tenha servido os interesses desta augusta cidade. E é verdadeiramente admirável a sua força de vontade, que não conhece obstáculos invencíveis e o seu espírito de abnegação ao serviço da comunidade bracarense.

Nas diligências que houve fazer-se para a realização da obra que hoje inauguramos, sei quanto Sua Ex.ª deu do seu esforço, a que trabalhos e canseiras se não poupou, que sacrifícios se impôs. O povo de S. Vítor, que muito estima o Sr. Presidente da Câmara, nunca esquecerá — posso afiançá-lo — quanto deve à sua pessoa dedicada e amiga e aqui lhe deixa disso público testemunho.

Não quero deixar passar sem uma referência muito grata à pessoa do Sr. Director Escolar do nosso distrito, para quem a existência das casas de ensino é uma das suas grandes preocupações e em quem encontramos desde a primeira hora, o melhor auxílio oficial para a obtenção deste importante melhoramento. Para o Sr. Director Escolar, vão, pois, os nossos agradecimentos.

Finalmente, quero testemunhar a nossa pública homenagem ao Sr. Eng.º António Rebelo de Carvalho, que num enternecedor gesto de generosidade, quis oferecer o terreno onde foi construída a escola do Bairro da Alegria, e à qual, por isso mesmo, vai ser dado o nome de seu saudoso pai.

O nobre gesto de Sua Ex.ª ficará para sempre lembrado no coração dos habitantes deste Bairro e é tanto mais querido quanto é certo que ele constitui já uma tradição da família de Sua Ex.ª.

Oxalá o exemplo do Sr. Eng.º Rebelo de Carvalho pudesse suscitar novas boas vontades e confundir tantos outros para quem é muito fácil criticar o que se realiza, mas que nunca têm um gesto de cooperação na realização do que quer que seja. Aceite Sr. Engenheiro, a nossa profunda admiração e louvor pela preciosa dádiva que V. Ex.ª acaba de prestar nesta simpática obra de ensinar os ignorantes.

O nosso vivo reconhecimento vai também para as Ex.mas Autoridades presentes pela honra que nos deram de assistir à nossa festa.

E termino fazendo votos ao Céu para que os alunos que amanhã vierem a receber instrução nestas duas novas escolas, hoje já pertença do dote espiritual desta freguesia e desta cidade, saibam honrar sempre pela vida fora a sua terra, defender a sua Pátria, viver a sua Fé cristã e devoção à Imaculada Conceição do Sameiro, que do alto do seu monte está sempre atenta ao desenrolar da vida desta cidade de Braga e desta Pátria portuguesa».

O discurso do Presidente da Câmara Municipal de Braga

Antes que o Sr. António Santos da Cunha começasse a leitura do seu vibrante discurso, a juventude rompeu em novas manifestações de regozijo e de alegria. Feito o silêncio possível, o presidente da Câmara Municipal de Braga disse:

«De novo me é oferecido o grato ensejo de receber V. Ex.ª dentro dos muros desta velha urbe, facto que se vai tornando banal pela frequência com que V. Ex.ª nos honra com a sua visita, evidente do carinho que as nossas coisas lhe merecem, para mim bem desnecessária por bem dele me aperceber, em todos os momentos e circunstâncias. Não é demais pois que aqui lhe renovo os meus agradecimentos, os agradecimentos desta velha e leal cidade.

Vem V. Ex.ª, desta vez, inaugurar a nova escola de S. Vítor, a primeira de uma série que o Município e o Estado vão construir nesta cidade, ao mesmo tempo que vão dar cumprimento integral ao plano de construções escolares em todo o concelho. Assim, na cidade, já se encontra em elaboração o projecto da Escola de Maximinos e, em estudo, a localização das novas escolas da Sé e de S. Vicente.

No meio rural, desejamos e havemos de conseguir, já que a nossa política continua a ser a política de realizações e não a de promessas fáceis e desonestas, pois nunca se cumpririam, ter concluídas até ao fim do próximo ano as edificações escolares de S. Jerónimo de Real, já adjudicada, Celeiros, Ruães, Trandeiras, S. Pedro de Oliveira, Figueiredo, Santa Lucrécia, Esporões e Semelhe.

Vamos assim trabalhando sempre, incessantemente, pelo progresso da nossa terra, pela melhoria das condições de vida da nossa boa gente, profundamente boa, e que é mister defender da acção dos maus profetas que se não cansam de procurar destruir o clima de paz em que vivemos — numa campanha de mentiras, de boatos mal intencionados com que pretendem destruir o prestígio das pessoas e a razão das coisas — clima de paz que tem sido e há-de continuar a ser, com a ajuda de Deus, a base do progresso da Nação, progresso palpável que a ninguém de intenção recta é permitido negar.

Vamos continuando sempre, dizia eu, trabalhando incessantemente pelo progresso da nossa cidade e seu concelho; seremos cada vez mais intransigentes e denodados na defesa dos princípios que enformam a Revolução Nacional; leais à bandeira que juramos e ao Chefe que foi «uma espécie de oferta que a Igreja fazia à Pátria», lemos, há pouco, algures.

Orgulhosamente afirmamos o quanto de útil e profícua tem sido a administração municipal por esse país além, acção que tem merecido o carinho e respeito dos pobres. Se há pontos fracos onde é preciso tocar não é forçosamente nos abnegados serviços da administração local que, regra geral, e através dos maiores sacrifícios, se tem sabido impor. Preciosos canais humanos que é necessário não subestimar. Assim eles encontrem no alto, sempre, a necessária correspondência.

Permitam-me V. Ex.as que preste agora aqui as minhas homenagens aos técnicos que com o Município colaboraram para o levantamento deste edifício que, se honra a cidade, honra sobremaneira quem o concebeu: o arquitecto Oldemiro Carvalho e o engenheiro Abel Alegria Martins.

Iguais homenagens são devidas à Delegação no Norte para as Obras de Construção de Escolas Primárias, sempre pronta a auxiliar-nos nos nossos objectivos e a procurar demover as dificuldades que vão surgindo, nomeadamente nestes tempos de egoísmo em que muitos se esquecem de que a propriedade tem uma função social a desempenhar.

E já que falei em técnicos, seja-me permitido endereçar iguais agradecimentos também aos amigos da Repartição de Engenharia do Município de Braga, nesta como em todas as iniciativas da Câmara que servem, na primeira linha, sentindo os nossos anseios e acompanhando o ritmo que o seu Presidente a si próprio se impôs.

Meus Senhores:

Sei que estou sendo longo nas minhas considerações, mas não posso deixar de me referir ao facto de a construção deste edifício ter sido alvo das constantes solicitações da Junta de Freguesia — nomeadamente do seu esforçado presidente — e do senhor regedor.

São amigos, Snr. Subsecretário e Snr. Governador Civil, que temos de conhecer nas horas boas, já que eles também nos sabem conhecer nas horas más. E são horas para conhecer os amigos e não esquecer os que o não são. A caridade nunca se deu mais com a justiça.

Ex.mo e Rev.mo Senhor Arcebispo Primaz:

Quis V. Ex.a Reverendíssima, Pastor Amado cuja existência preciosa Deus há-de guardar por muito tempo para bem da Grei Bracarense e da própria Pátria, lançar as bênçãos da Santa Igreja sobre a escola que acabamos de inaugurar.

Fez bem V. Ex.a Reverendíssima em vir, acedendo ao convite que os seus coparoquianos lhe dirigiram. Era imprescindível que viesse, já que os bracarenses se

habituaram, de tal modo, a sentir em todos os momentos, de festa ou de angústia, a presença do seu valoroso e querido Arcebispo. Se são condições essenciais dum bom governante ser sábio, prudente e santo, a Arquidiocese de Braga está, de facto, excepcionalmente bem governada, pois tem no seu Pastor ciência que transborda da humildade que o caracteriza, prudência que o não faz perder ânimo no momento precioso e santidade que a todos nos edifica.

Meus Senhores:

Vou terminar renovando os meus agradecimentos ao Sr. Subsecretário de Estado, a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, ao Sr. Governador Civil, e a quantos aqui vieram a nosso convite.

Vamos ainda hoje inaugurar uma nova escola — que, embora de proporções modestas, fica como esta ao serviço do Ministério da Educação Nacional para bem da população escolar, ou seja, para bem do bom povo de Braga. E por mais que custe a determinado corifeu da chamada Oposição, continuaremos assim a insultar o povo, já que a sua paixão vesga, obscurecendo a inteligência que lhe não negamos, não o deixou julgar de outra maneira as grandes realizações do Governo de Salazar, considerando insulto ao povo a construção da nova Escola Técnica, do novo Hospital e, talvez, não o disse mas era lógico que o dissesse, do novo Liceu Feminino, aspiração permanente a caminho de efectivação.

Crianças que me escutais:

A festa é vossa.

Nós trabalhamos para um futuro para vós, uma Pátria mais engrandecida, uma vida mais fácil e mais digna.

Respeitai sempre o Altar de Deus e a Bandeira da Pátria, rezai por nós, aqueles que, com o sacrifício da própria vida se preciso, não deixarão que a vossa existência passe a ser de escravos, mas sim a de homens livres como é próprio dos filhos de Deus».

Frequentes vezes interrompido, o orador ouviu no final da sua oração, prolongada e quente salva de palmas.

O Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, que usou da palavra a encerrar esta brilhante cerimónia, foi recebido com infindáveis manifestações de carinho por parte da numerosa assistência e da juventude ali largamente representada.

O Subsecretário de Estado da Educação Nacional falou de improviso com notável facilidade e começou por dizer:

«Tantas são as obras que se inauguram todos os dias, tantas são as escolas que se entregam à juventude portuguesa, que chegamos à situação de não saber que dizer. Este facto tem extraordinária relevância hoje porque tudo já foi dito pelo digno presidente da Junta de Freguesia, pelo ilustre presidente da Câmara Municipal e pela alegria esfusiante e pelo bulício das crianças aqui presentes que sentem bem que a festa é delas.

No entanto, quero agradecer ao município bracarense o importante esforço que está a desenvolver nas construções escolares e, sobretudo, ao seu ilustre presidente, aos técnicos, ao Ministério das Obras Públicas, desde os engenheiros e os arquitectos até aos mais modestos operários que nesta obra colaboraram.

Devo também uma palavra de viva gratidão ao venerando Arcebispo Primaz, que generosamente veio dar a bênção da Igreja a esta escola que se inaugura, por

feliz coincidência, no Dia de S. Geraldo, um grande Arcebispo de Braga, de que Sua Excelência Reverendíssimaé insigne sucessor na cadeia ininterrupta dos notáveis Prelados bracarenses. Mas no Senhor D. António Bento Martins Júnior concorrem dotes tão excepcionais que a teoria dos Prelados insignes, a que aludi, se enriquece apreciàvelmente.

O momento e a circunstância impõem uma meditação que entrego à gente moça — o povo bracarense com as suas autoridades junta-se e, apesar de tanta coisa que se passa no mundo, de tanta mutação que se regista, aqui como se reproduzem os primitivos tempos quando a Igreja e a Pátria sempre se ligavam nos mesmos Ideais. A Igrepa e a Pátria são as grandes ideias motoras da nossa Escola».

E mais adiante o ilustre membro do Governo afirmou:

«Quando, percorrendo o País, vejo as ameias dos nossos castelos, onde se cultivava o espírito heróico, a honradez, a pureza e a lealdade, eu penso sempre que, não obstante serem diferentes as estruturas arquitectónicas, as escolas de hoje se assemelham aos nossos velhos castelos, porque nelas, antes de tudo o mais, se consubstanciam aqueles mesmos altos ideais humanos».

As últimas palavras do Dr. Baltazar Rebelo de Sousa foram dedicadas à glória de S. Geral como Arcebispo de Braga e como Santo da Igreja Católica.

Uma estrondosa salva de palmas coroou o admirável improviso do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, que a juventude envolveu em manifestações de caloroso apreço.

Grande manifestação popular durante a inauguração da escola do Bairro da Alegria

Aquele ilustre homem público, acompanhado das autoridades, seguiu, depois, para o sítio das Sete Fontes, onde procedeu à inauguração oficial da nova escola do bairro da Alegria, novo aglomerado urbano que nasceu e cresceu com formidável rapidez.

Os habitantes daquele bairro popular, sobranceiro à cidade, tinham engalanado festivamente o local e dispensaram ao Dr. Rebelo de Sousa uma recepção apoteótica. Uma banda de música colaborou na recepção e ouviram-se potentes girândolas de foguetes.

Na sessão inaugural, usaram da palavra o Sr. António Pereira, subchefe da P. S. P., que, em nome dos habitantes do airoso bairro, agradeceu ao Governo e ao município tão inestimável benefício para as crianças do local.

Falaram, a seguir, os professores José Costa e Nozes Tavares, que igualmente enalteceram a personalidade do Subsecretário da Educação Nacional e a importância do novo edifício escolar. O Sr. António Santos da Cunha fez também uma curta saudação e, por último, o Dr. Rebelo de Sousa agradeceu as referências que lhe tinham sido feitas e teceu algumas considerações sobre os problemas do ensino.

Visitas à Escola do Magistério, ao Liceu Nacional, à Casa da Mocidade e ao Colégio D. Diogo de Sousa

Pouco depois das 10 horas, o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa visitou a Escola do Magistério Primário, onde foi recebido pelo director, Dr. Casal Pelayo, e corpo

docente. Aquele membro do Governo deteve-se na apreciação dos problemas daquele estabelecimento de ensino.

Mais tarde, esteve no Liceu Nacional, percorrendo as instalações da cantina da Mocidade Portuguesa. Acompanharam-no os Srs. Drs. Feliciano Ramos e Joaquim Crespo Guimarães, respectivamente, reitor e vice-reitor do primeiro estabelecimento de ensino da cidade.

Seguiu-se uma curta visita às novas instalações do Colégio D. Diogo de Sousa na companhia do Rev.º Padre Elísio de Araújo, seu director.

Nas novas instalações da Casa da Mocidade, cujas grandes obras de adaptação e de beneficiação estão pràticamente concluídas, que visitou cerca das 16 horas, o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, que é também comissário nacional da M. P., foi recebido pelo deputado Dr. Augusto Cerqueira Gomes, delegado provincial, e pelo dirigente Sr. José Moreira.

O Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, acompanhado das autoridades, percorreu interessadamente as novas instalações que, dentro de pouco tempo, vão ser entregues à juventude local.

Pelo delegado provincial foram postas em evidência as necessidades mais carecidas de satisfação urgente a fim de que a inauguração da nova Casa da Mocidade se faça em condições de plena utilização.

O Dr. Baltazar Rebelo de Sousa prometeu estudar aquelas necessidades.

A Casa da Mocidade começou já a funcionar nalguns sectores que nela têm acolhimento. O seu funcionamento integral deve verificar-se dentro de pouco mais de um mês.

Conferências culturais do Município

Ao encerrar a crónica dos acontecimentos citadinos referente ao ano de 1958, desejamos fazer um rápido balanço retrospectivo das Conferências culturais que por iniciativa do Município se realizaram nesta cidade no decurso do mandato do actual Presidente da Câmara, Sr. António Maria Santos da Cunha, com o Dr. Sérgio da Silva Pinto à frente do Pelouro da Cultura. Valerá como útil apontamento para os que desejem relembrar as magníficas lições que eminentes oradores e homens de letras contemporâneos aqui nos trouxeram.

1.º ciclo — 1950

Oradores: Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz — «Bases sociológicas morais e jurídicas duma concepção cristã do trabalho»; Dr. Augusto César Cerqueira Gomes — «O papel histórico da Casa de Bragança»; Dr. Alfredo Pimenta — «Guerra Junqueiro».

2.º ciclo — 1951

Oradores: Arcebispo de Metilene (D. Manuel Trindade Salgueiro) — «Romeiros do Infinito»; Prof. Dr. Augusto Mendes Correia — «A Cultura Portuguesa no Mundo»; Dr. Alberto Feio — «A história de Braga».

3.º ciclo — 1952

Oradores: Prof. Dr. Marcelo Caetano — «O problema da legitimidade dos governantes e a doutrina cristã»; Prof. Dr. João Providência e Costa — «O amor em Camões»; Eng.º Daniel Barbosa — «Uma lição de política para a Europa».

4.º ciclo — 1953

Oradores: Dr. Avelino Palma Carlos — «Homens do foro; a vida e a ficção»; Dr. José Filgueira Valverde — «Manifestações de Arte Portuguesa na Galiza»; Dr. Fernando Castro Pires de Lima — «A Nau Catrineta, a mais bela jóia romanística portuguesa».

5.º ciclo — 1954

Oradores: Prof. Dr. Arnaldo de Miranda Barbosa — «Perspectivas e actualidade da Filosofia Agostiniana»; Prof. Dr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão — «A lição e a herança de Almeida Garrett».

6.º ciclo — 1955-1956

Oradores: Prof. Dr. Artur Moreira de Sá — «Um grande Filósofo Europeu — Arcebispo eleito de Braga, que ocupou a cadeira de S. Pedro»; Prof. Dr. Luís de Pina — «O Céu e a Terra na vida de Frei Bartolomeu dos Mártires»; Escritor Francisco Costa — «O Romance Católico».

7.º ciclo — 1957-1958

Oradores: Dr. António Luís Gomes — «O domínio do factor humano na vida social — factos e sugestões»; Prof. Dr. Manuel Lopes de Almeida * — «A oposição à dinastia nova (1640-1656).

8.º *ciclo — 1959-1960*

Oradores: Prof. Dr. António Freire, S. J. — «Actualidade da Cultura Greco-Latina»; Prof. Reis Santos — «O retrato do Infante D. Henrique»; Prof.ª Dr.ª D. Maria Helena Rocha Pereira * — «Alguns aspectos do classicismo de António Ferreira».

(*) De colaboração com a Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

EFEMÉRIDES MUNICIPAIS

Ano de 1958

Janeiro, 17 — A Repartição de Engenharia remete propostas para a criação duma sala de aulas, no edifício escolar de Cabreiros, pela quantia de 7.350$00.

— É presente o processo de concurso para a obra de construção da escola primária de S. Vítor, que foi adjudicada a Ramalhão da Silva, Ld.ª, pela importância de 632.820$00, e concedidos poderes ao Presidente para outorgar na competente escritura.

Fevereiro, 2—A Câmara delibera prestar à Associação Jurídica toda a colaboração possível para o bom êxito da meritória iniciativa de homenagear a memória do seu primeiro presidente, o saudoso Prof. Dr. Álvaro Machado Vilela, uma das mais ilustres figuras do Minho.

Fevereiro, 6 — A Câmara, aprova por unanimidade a aquisição de 1.040m² de terreno, para a construção da escola do núcleo de Ruães, de Mire de Tibães, pela importância de 10.400$00.

Fevereiro, 13—É aprovada pela Câmara a proposta dos Serviços Municipalizados para que se contraia na C. G. de Depósitos Crédito e Previdência um empréstimo de 25.000.000$00, com vista à continuação da remodelação e ampliação da rede eléctrica, remodelação da central elevatória do Cávado e da rede de abastecimento de águas, ampliação e remodelação de serviço de transportes colectivos, e conversão dos actuais empréstimos.

—A Câmara Municipal de Braga envia telegramas aos Ex.mos Senhores Ministro das Obras Públicas e Subsecretário de Estado da Educação Nacional dando conta da deliberação de testemunhar, nesta primeira reunião após a visita de Suas Ex.as a esta cidade, o mais alto apreço e gratidão, pelo carinho que sempre lhes tem merecido os interesses da cidade de Braga, e do seu concelho.

—A Câmara de Braga enviou ao Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Nacional um telegrama dando conta da deliberação da sua reunião de 13-2-1958, de apoiar com vivo interesse a intervenção na Assembleia Nacional do Deputado Eng.º António Lacerda, sobre a ampliação dos serviços do Posto Agrário, que urge dotar com meios suficientes para bem cumprir a sua missão, junto da lavoura minhota.

A Sua Ex.ª o Ministro da Economia foi enviado um telegrama no mesmo sentido

Fevereiro, 27 — A Câmara delibera adquirir à firma Bertrand de Lisboa 30 volumes da obra «Antologia do Minho».

A Câmara concede poderes ao Presidente para outorgar na escritura de adju-

dicação da obra de construção de muros e serventias, na estrada de cintura Aveleda-Celeirós-Veiga de Penso, a João Aparício de Oliveira, por 62.896$19.

— A Câmara aprova as contas de gerência dos Serviços Municipalizados do ano de 1957.

— A Câmara delibera nomear 3.º oficial da secretaria o senhor José Pedro dos Santos.

— A Câmara aprova por unanimidade o relatório da gerência de 1957.

Março, 10 — A Câmara delibera colaborar, em tudo o que estiver ao seu alcance, com a mesa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos, para que as comemorações do 450.º aniversário desta prestimosa instituição de beneficência atinjam o brilho que o acontecimento plenamente justifica, dados os serviços que ela tem prestado ao concelho e a toda a região.

—Pelo Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Sérgio da Silva Pinto, foi apresentada a seguinte proposta: «Ocorrendo no próximo dia 12 a primeira festa da coroação de S. Santidade o Papa Pio XII após a inauguração solene do monumento erigido em Braga ao mesmo Soberano Pontífice, e tendo em conta a hora de sistemáticos agravos à Santa Sé e à Augusta Pessoa do Vigário de Cristo (a ponto de em justo sinal de consternação terem sido dispensadas as Comemorações Romanas protocolares do aniversário da mesma coroação), a Câmara Municipal de Braga decide ir cumprimentar, no dia referido, Sua Ex.ª Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, como acto de solidariedade e homenagem filial da Cidade e do Povo de Braga ao Sumo Pontífice e à Santa Sé Apostólica».

Depois de aprovada por unanimidade, o Senhor Presidente associou-se-lhe jubilosamente, tanto mais que, como disse, os termos em que foi apresentada correspondem aos sentimentos que os membros da Câmara perfilham em relação à Igreja.

— Pelo Ex.mo Snr. Presidente da Câmara, e também subscrita pelo Vereador do Pelouro da Cultura, foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta:

«Em exposição circunstanciada a prestigiosa Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal sugeriu a esta Câmara a promoção de um Congresso Internacional de História de Portugal a realizar, no próximo ano de 1959, na vetusta Bracara Augusta, madre veneranda da Nacionalidade, na sua Primazia eclesiástica, na capitalidade política anterior ao condado henriquino e na acção pró-Estado Português dos seus Arcebispos contemporâneos dos Príncipes fundadores. Esta edilidade acolheu com muito agrado a ideia felicíssima, formulada pelo Ilustre Presidente da referida Delegação, e logo pelo seu Presidente e pelo Pelouro da Cultura diligente e cuidadosamente a estudou. Desse estudo e dos respectivos entendimentos com a mesma Delegação, a Faculdade de Filosofia e a Associação Jurídica de Braga, sai esta proposta que o Presidente da Câmara e o Vereador do Pelouro da Cultura têm a honra de sujeitar à aprovação da vereação:

1.º — Anuir à sugestão em apreço e, limitando o âmbito de estudos do Congresso ao Portugal Medieval, tomar a iniciativa de promover, na data indicada e nesta cidade, o referido ajuntamento científico, com a grandeza e a seriedade exigidas pelo temário em si, pela extensão internacional do conclave académico, pelo alto plano das instituições participantes e pelas tradições históricas e culturais da Cidade.

A limitação do objecto científico do Congresso justifica-se não tanto por uma conveniência de restringir a sua amplidão, mas sobretudo pelo desejo de dar a máxima densidade aos estudos. Além disso, pretende a Câmara dar continuidade cíclica e feição especializada às reuniões culturais que em Braga promove ou patrocina (Congresso Internacional de Estudos Martinianos, 1950; Congresso de Francisco Sanches, 1951; Extensão Bracarense do 3.º Congresso Espanhol de Arqueologia, 1953; Assembleia Plenária da Real Academia Galega, 1955; Congresso Internacional de Etnografia e Folclore, 1956; Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, 1957). Por último, o Congresso em projecto em torno de Portugal Medieval, salientará o papel relevante de Braga já naqueles tempos, e no tocante à formação do Estado. Apresentar-se-á ainda como uma espécie de preâmbulo ou introdução às Comemorações do IV centenário da Morte do Infante D. Henrique, o Navegador, e ao respectivo Congresso dos descobrimentos que em 1960 sob o alto patrocínio do Go-

verno, glorificarão Portugal no mundo como autor da Idade Moderna.

2.º — Agradecer à Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, à Faculdade de Filosofia e à Associação Jurídica de Braga o aceitar em colaborar na promoção do referido Congresso;

3.º — Agradecer ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto a directa e activa colaboração que o seu eminente Presidente já prometeu a este empreendimento;

4.º — Confiar, com o beneplácito das instituições colaborantes na promoção, a secretaria geral do Congresso ao Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e ao seu vereador do Pelouro da Cultura da Câmara;

5.º — Pedir para este Congresso o alto patrocínio do Estado, das academias, das universidades, do Instituto de Alta Cultura, da Igreja e de todas as corporações e individualidades que lhe possam aumentar o brilho e o prestígio».

— São aprovadas as contas de gerência da Câmara, referentes ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1957.

Março, 20 — A Câmara delibera adjudicar a obra de arranjo do pavimento da arcada pela importância de 51.500$00, e concede poderes ao Presidente para outorgar na competente escritura.

Março, 27 — Pela passagem do nono aniversário da investidura do Ex.mo Senhor António Maria Santos da Cunha nas funções de Presidente da Câmara Municipal de Braga, que ontem se verificou, a Câmara, reunida sob a presidência do seu Vice-Presidente sr. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, aprova por unanimidade a proposta de concessão da medalha de ouro com palmas de mérito da cidade ao seu ilustre presidente. Esta proposta, foi aclamada de pé por toda a Câmara e pela assistência que se encontrava na teia, que sublinhou o acto com uma calorosa salva de palmas.

Abril, 4 — Foi posto em reclamação pelo prazo legal o primeiro orçamento suplementar, para o ano de 1958.

Por proposta do Ex.mo Presidente da Câmara e aprovada por unanimidade foi exarado na acta desta reunião um voto de sentimento pela morte do grande industrial da nossa terra, senhor António Peixoto (Pachancho), e ractificada a ordem dada pelo Presidente para ser colocada a meia haste a bandeira da cidade, por se tratar na verdade dum homem que contribuiu de sobremaneira para o progresso económico de Braga.

Abril, 18 — Foi aprovado o primeiro orçamento suplementar da Câmara Municipal para o ano de 1958.

Maio, 1 — A Câmara aprova por unanimidade a concessão dum subsídio de 25.000$00 à Comissão das Festas da Cidade.

Maio, 15 — A Câmara autoriza o pagamento para liquidação da obra de construção duma biblioteca no Parque da Ponte, que se encontra concluída.

— Por proposta do seu Presidente, a Câmara aprova por unanimidade a concessão do título de Cidadão Honorário de Braga ao Ex.mo Senhor Engenheiro Arantes de Oliveira, Ministro das Obras Públicas, e confere-lhe a Medalha de Ouro da Cidade.

— A Câmara delibera adquirir, por expropriação, já que não foi possível chegar a acordo com os proprietários, o terreno para construção dum edifício escolar de quatro salas, na freguesia de Ruães.

Junho, 13 — O Prof. Doutor Georgio Del Vecchio, de Roma, agradece o acolhimento extraordinàriamente generoso e gentil com que foi recebido nesta histórica cidade, confessando-se encantado com tudo quanto lhe foi dado ver. A Câmara sente-se desvanecida com o agradecimento do Eminente Professor.

— A Câmara aprova por unanimidade a elaboração dum novo código de posturas, e revisão de toda a legislação municipal.

— A Câmara aprova por unanimidade que fique exarado na acta um voto de profundo sentimento pelo falecimento do senhor Sebastião Santos da Cunha, pai extremoso do ilustre Presidente da Câmara.

Junho, 19 — A Câmara recebe da Confraria de N.ª S.ª do Sameiro os agradeci-

mentos, pela forma cativante como o seu presidente se dignou participar nas grandiosas Festas Comemorativas do I Centenário da Aparição de Lourdes, e dum modo especial na grandiosa recepção dada ao Venerando Episcopado, nos Paços do Concelho.

— A Câmara regista com o maior desvanecimento a recepção de um telegrama de Sua Ex.ª o Contra Almirante Américo Deus Rodrigues Tomaz, que, reconhecido, agradece as felicitações do presidente do Município, por ter sido eleito Chefe de Estado da Nação Portuguesa.

— Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação, em hasta pública, de terrenos nas Sete Fontes para construção de casas para pobres.

Junho, 28 — A Câmara aprova por unanimidade o lançamento duma derrama, para satisfação dos encargos com o transporte e tratamento de doentes em diversos hospitais.

— Por acordo amigável com os respectivos proprietários, a Câmara aprova por unanimidade a aquisição de terreno para construção do edifício escolar de duas salas, do núcleo do Assento (Outeiro), da freguesia de Oliveira S. Pedro.

Julho, 25 — A Câmara regista desvanecida a atenção de Sua Ex.ª o Ministro das Corporações, Dr. Veiga de Macedo, que, por telegrama, significa o seu agradecimento pela penhorante homenagem, que acaba de ser-lhe prestada, com a inauguração da biblioteca do Parque da Ponte, que ostenta o seu nome.

Julho, 31 — A Câmara aprova o projecto de construção da Praça, no cruzamento das Avenidas M. G. da Costa e João XXI pela importância de 200.000$00, e delibera enviar o processo à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização.

Agosto, 8 — A Câmara concede poderes ao seu Presidente para outorgar na escritura de fornecimento de 4.000m² de calçada à fiada de 1.ª escolha e 1.000m² da mesma calçada da 2.ª escolha destinados à pavimentação da estrada de Dume, a partir do Largo do Pópulo desta cidade.

— Por proposta do Snr. Presidente da Câmara, calorosamente aprovada por unanimidade, foi deliberado pedir ao Chefe do Estado para receber a Câmara de Braga, que deseja apresentar-lhe as suas saudações em nome da cidade e do concelho, no início das suas funções de Chefe do Estado, em que acaba de ser investido. Igualmente foi deliberado e aprovado enviar convite a todas as Câmaras do distrito para iguais cumprimentos.

Agosto, 8 — Foi adjudicada a obra de construção dum edifício de duas salas destinado à escola primária do Bairro da Alegria.

— Foram concedidos poderes ao Presidente da Câmara para outorgar na escritura de abastecimento de água à freguesia de Sobreposta e sua escola.

— Foi aprovada por unanimidade, e autorizado o Presidente a representar a Câmara nas acções de expropriação a intentar para execução do Plano Parcial de Urbanização a Sul da cidade de Braga (zona do novo liceu feminino). 1.ª fase — arruamentos, terraplanagens e esgotos.

Outubro, 9 — A Câmara aprova por unanimidade a proposta do seu Presidente de que seja exarado na acta um voto de profundo sentimento pelo falecimento do Soberano Pontífice que acaba de enlutar, não só a cristandade, como todos os homens que prestam culto aos valores do Espírito, que se levante imediatamente os trabalhos da sessão, e a Câmara se dirija ao Paço Arquiepiscopal, a fim de apresentar ao Venerando Pastor da Grei Bracarense os sentimentos de dor, que afligem toda a população da cidade e do concelho.

Outubro, 30 — A Câmara aprova por unanimidade sejam concedidos poderes bastantes ao seu Presidente para outorgar na escritura de abastecimento de águas ao fontenário existente no Lugar da Igreja da freguesia de Semelhe.

Novembro, 14 — A Câmara aprova por unanimidade a alienação de 15 lotes de terreno para construção dum bairro para classes modestas, a nascente da estrada de S. Martinho de Dume.

Dezembro, 29 — Foram aprovados os orçamentos ordinários da Câmara Municipal, Comissão Municipal de Turismo e Serviços Municipalizados para o ano de 1959.

Ano de 1959

Janeiro, 13 — Fez-se a distribuição dos pelouros da mesma forma que no ano anterior e pelos mesmos senhores vereadores.

— Foi reconduzido o actual conselho de administração dos Serviços Municipalizados.

Janeiro, 22 — O senhor Presidente da Câmara formulou um voto de pezar pelo falecimento dos senhores Barão de S. Lázaro, e pai do vereador Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto.

Fevereiro, 5 — A Câmara delibera proceder no reajustamento dos vencimentos e salários dos seus servidores, de forma a equipará-los aos funcionários do Estado.

Fevereiro, 12 — A Câmara delibera adquirir, por compra, à Mitra Bracarense, uma parcela de terreno próximo do Estado 28 de Maio, para parque público de estacionamento de veículos, e concede ao seu Presidente poderes para outorgar na respectiva escritura.

Fevereiro, 20 — A Câmara aprova por unanimidade o pedido de declaração de utilidade pública e urgência da expropriação duma parcela de terreno com 1.200^{m2}, sita no lugar de Segões, da freguesia de Celeirós, que se destina à construção dum edifício escolar de duas salas.

— A Câmara aprova a actualização dos vencimentos e salários dos serventuários dos Serviços Municipalizados, de acordo com as possibilidades financeiras dos serviços, e com efeito a partir de Janeiro passado.

Março, 12 — A Câmara aprova por unanimidade a deliberação dos Serviços Municipalizados, de venda do depósito de águas das Sete Fontes, do Largo dos Terceiros, na base de 250.000$00.

Abril 17 — A Câmara aprova a concessão dum subsídio de 10.000$00 à Comissão de Festas da Semana Santa.

Abril, 28 — Por proposta do Presidente da Câmara foi aprovado por unanimidade que esta mande celebrar em 28 do corrente, data do aniversário natalício do senhor Presidente do Conselho, uma missa de acção de graças.

—Foi aprovada por unanimidade a proposta do vereador do pelouro da cultura, Dr. Sérgio da Silva Pinto, para que a Câmara esteja presente, com o seu estandarte, na cerimónia da inauguração do Monumento a Cristo Rei, em Almada, e que tome a iniciativa de sugerir a todos os municípios do Continente e Ultramar, que de igual modo se façam representar naquela cerimónia.

Abril, 30 — A Câmara autoriza com inteiro agrado que o seu Chefe da Secretaria, senhor Dr. Manuel Gaspar Leite Sampaio Morais Ribeiro de Castro Meireles, preste serviços na Mocidade Portuguesa.

Maio, 7 — Foi aprovado por unanimidade a criação de um lugar de arquitecto no quadro do pessoal maior dos serviços especiais.

Maio, 22 — A Câmara aprova o lançamento duma derrama para satisfação dos encargos com o transporte e tratamento de doentes em diversos hospitais.

Junho, 4 — Foi aprovada por unanimidade a proposta de compra de um terreno para a construção de uma Escola em Arcos, S. Paio.

— O Sr. Presidente comunicou à Câmara a notícia que Sua Ex.ª o Chefe de Estado acedeu ao convite para oficialmente nos visitar no dia 24 de Junho.

Junho, 11 — A Câmara confere poderes ao seu presidente para outorgar na escritura de doação de terrenos para a escola e logradouro da freguesia de Real, feita pelos Ex.^{mos} Snrs. Abílio da Costa Couto e esposa, que igualmente se prontificam a doar o terreno indispensável a uma urbanização condigna com a nova construção.

Junho, 29 — O senhor Presidente da Câmara profere palavras de grande regozijo e satisfação pela maneira verdadeiramente triunfal como foi recebido nesta

cidade Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República, a quando da sua visita de 24 de Junho do corrente, e pela compostura e carinho em que a população envolveu Sua Ex.ª. Propõe que fiquem exaradas na acta as suas palavras, e refere-se nos termos mais elogiosos aos diversos números das festas da cidade, pondo em relevo o festival aeronáutico do dia 21, e o realizado no mesmo dia na Praça do Município, ambos promovidos pela Câmara Municipal.

— Propôs ainda o Sr. Presidente fossem transmitidas a Suas Ex.as os senhores Subsecretário de Estado da Aeronáutica e General Chefe do Estado Maior das Forças Aéreas o reconhecimento da Câmara pelas facilidades concedidas, na efectivação do referido festival aéreo, bem como pela mensagem, que à população da cidade e de todo o Minho dirigiu aquele membro do Governo.

— Por proposta do Sr. Presidente da Câmara e aprovada por unanimidade foi deliberado exarar na acta, um voto de pezar pelo falecimento do pai do vereador Dr. Olindo Casal Pelayo.

— Antes de encerrar a reunião, o senhor Presidente enalteceu as qualidades do vereador empossado recentemente, senhor António Leitão de Carvalho, e realçou a prestimosa colaboração do senhor António Fernandes de Araújo, cuja doença motivou o seu afastamento da Câmara.

Agradeceu o senhor António Leitão de Carvalho felicitando o presidente e toda a Câmara pela obra realizada, e oferecendo a sua melhor colaboração no desempenho das funções de vereador da Câmara Municipal de Braga.

Julho, 2 — A Câmara, por verificar ser insuficiente o subsídio concedido em 26 de Fevereiro último aos Serviços Municipalizados para modernização da iluminação eléctrica no montante de 30.000$00 eleva-o para 40.000$00.

— São postos em reclamação os primeiros orçamentos complementares da Câmara e da zona de Turismo para o ano corrente.

Julho, 9 — A Câmara toma conhecimento das felicitações de Sua Ex.ª o senhor Ministro da Economia ao Ex.mo Snr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, pelo brilho das manifestações de que foi alvo o Senhor Presidente da República na sua recente visita a esta cidade, agradecendo as atenções que pessoalmente lhe foram dispensadas.

Julho, 16 — Aprovada por unanimidade foi apresentada pelo senhor Presidente da Câmara uma proposta para aquisição de terreno para implantação da escola primária da freguesia de Esporões.

Agosto, 6 — Foi aprovada a proposta do senhor Presidente da Câmara de aquisição de terreno para edifício escolar primário, na freguesia de Passos, S. Julião.

Setembro, 17 — Foi posto em reclamação o segundo orçamento suplementar da zona de turismo para o ano corrente.

Outubro, 1 — O senhor Presidente da Câmara propõe que fique exarado na acta da sessão um voto de profundo pezar pelo recente falecimento do senhor Capitão José da Luz Brito, que foi antigo vereador municipal.

Outubro, 8 — Para preenchimento de uma vaga de aspirante do quadro privativo da secretaria da câmara, foi deliberado nomear a concorrente Amélia Eugénia Lopes de Barros.

Outubro, 16 — Foram postos em reclamação os segundos Orçamentos Suplementares da Câmara e dos Serviços Municipalizados para o ano corrente.

Outubro, 29 — A Câmara delibera conceder os necessários poderes ao seu presidente para outorgar na escritura de venda de 9.777m² de terreno abrangidos pela zona de construção do novo liceu feminino desta cidade, à Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário, pela importância de 342.195$00.

— São aprovados os segundos orçamentos suplementares da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

Novembro, 30 — O senhor Presidente da Câmara propõe um sentido voto de pesar, repassado da mais profunda mágoa, pela morte do saudoso vereador António Fernandes de Araújo, — voto que se transcreve:

«Sinto que seria meu dever propor a

V. Ex.as que esta sessão fosse imediatamente levantada como sinal de luto, da nossa dor, pela morte do nobre companheiro que acaba de desaparecer do palco da vida. Mas se por um lado assuntos de grande importância para o município, a tratar com urgência, o desaconselham, parece-me por outro lado não ser essa a melhor homenagem a prestar a quem, através da vida, fez do constante labor em prol do comum, labor da lei que bem soube cumprir até ao fim. Quero no entanto que a acta desta sessão — a primeira que se realiza depois da morte de António Fernandes de Araújo — registe o mais vivo sentimento de pezar pelo desaparecimento daquele que, durante mais de 15 anos, quase ininterruptamente, aqui prestou os melhores e mais desinteressados serviços. Curvar-me comovida e respeitosamente perante a sua memória, não é só fruto da gratidão e, ia a dizer, quase filial amizade que tributava a esse nobre cidadão que emprestava a todas as suas atitudes um cunho de elegância e coerência que bem podem servir de exemplo, nos tempos de destempero que vão correndo. Não, não é só o amigo que deve a António Fernandes de Araújo mais de 10 anos de leal e constante ajuda, não é só o presidente que vê desaparecer quem nunca deixou de estar a seu lado comungando das suas esperanças, das suas alegrias, dos seus entusiasmos, das suas tristezas e das suas desilusões. É, acima de tudo, o bracarense que vê no nosso malogrado companheiro, o exemplo do homem que ama e serve a sua terra, através de todos os sacrifícios, desgostos e ingratidões.

Na verdade, meus senhores, o vereador António Fernandes de Araújo, não foi só aqui nesta casa, que foi um grande servidor dos interesses da cidade, como V. Ex.as sabem. Ele foi ao lado de Júlio António de Amorim Lima, chorado benemérito, animador bracarense e seu devotado amigo. Vimo-lo, senhor sempre do mesmo espírito em recuados tempos, na Comissão de Festas da Cidade, na Confraria do Bom Jesus do Monte, na Santa Marta, na Misericórdia, no Hospital de Santa Cruz e em tantas outras instituições citadinas de que destacarei ainda o asilo de S. José, a sua grande paixão, a menina dos seus olhos. Mas falando novamente da acção que desempenhou como Vereador, sabem V. Ex.as o que para mim e para nós todos, representava o seu conselho, a sua energia e a sua independência. Conselho de que a experiência e o senso, faziam temperança, energia que no movimento oportuno se manifestam sem tibiezas, independência sadia que o não impediu de dizer não, quando entendeu que era seu dever dizê-lo, mas que não cedia a imposições de demagogia fácil, nem se desprendia da lealdade que é timbre dos homens de bem.

Meus senhores:

A manifestação de saudade que acompanhou até à sua última morada o nosso querido amigo, foi para mim prova evidente de que a gratidão se não apagou ainda do coração dos homens. Quando se fizer a história do ressurgimento operado em Braga na última década, fruto da valiosa acção colaborante que um grupo de homens de bem aqui tem exercido, o nome de António Fernandes de Araújo, há-de ter destacado lugar, como um dos seus principais obreiros.

Meus senhores:

Com a morte de António Fernandes de Araújo, eu sinto que essa colaboração entra no crepúsculo, mas sinto também que nada fará desaparecer a obra monumental e sem par que se tem realizado, a amizade fraterna que a todos para sempre nos há-de unir e a saudade que devotaremos àqueles de nós, que a morte há-de ceifar.

É essa saudade que aqui tributo — e não o posso fazer sem que os olhos se me orvalhem — ao leal amigo, ao grande Bracarense, ao apaixonado servidor dos interesses desta querida terra em que nascemos».

Dezembro, 10 — Foi aprovada a concessão de subsídios às juntas de freguesia para o ano de 1960.

— A Câmara aprova por unanimidade a proposta do vereador Dr. Sérgio da Silva Pinto de adquirir por 6.000$00 a livraria particular do senhor Dr. João Leitão de Azevedo e Sousa e que pertenceu ao falecido professor Vicente Braga, composta de mais de 800 volumes como consta da relação que foi apresentada.

Dezembro, 23 — A Câmara aprova a pauta de impostos indirectos para o ano de 1960.

Dezembro, 30 — São aprovados os or-

çamentos ordinários da Câmara Municipal, da Comissão de Turismo e Serviços Municipalizados.

— A Câmara aprova, por proposta do seu presidente, também subscrita pelo vereador do pelouro dos desportos, a construção de uma piscina de modo a poder ser utilizada no próximo ano.

— O presidente da Câmara agradece a todos os vereadores a sua prestimosa colaboração nesta última sessão da Câmara do ano de 1959 que é a última da actual vereação. Agradeceu em nome dos vereadores que não foram reeleitos, o vereador José Maria Rodrigues.



C.M. de BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

ÍNDICE

dos volumes IX — X

Sumário dos Fascículos 1-4 (39-42)

Janeiro de 1958 — Dezembro de 1959

Actas do Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos 5

Relação dos trabalhos do I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos publicados neste tomo 6

Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo — Abel Viana 7

Sobre el sentido de un os versos de Venancio Fortunato a San Martin Dumiense en relacion con la tradicion Jacobea — Prof. Dr. Abelardo Moralejo Laso 18

Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévico-visigótica na região da Guarda — Dr. Adriano Vasco Rodrigues 25

Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais — Tenente Coronel Afonso do Paço 30

«Algumas populações da época suévico-bizantina do Sul de Portugal e da Espanha» — Prof. Dr. Alberto Xavier da Cunha 41

A Arte Oriental e de Bizâncio, sua influência na Península Ibérica — Américo Lopes de Oliveira 50

S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévica — Padre Dr. Ambrósio de Pina, S. J. 58

Teologia da Conversão na conversão do Rei Requiário e dos Suevos — Frei António do Rosário, O. P. 67

Três escritores romanos de la Gallaecia en busca de su patria — Prof. Dr. Aquilino Iglesia Alvariño 74

Vila do Conde. As origens do topónimo. Tentativa de identificação — Dr. Eugénio de Andrêa da Cunha e Freitas 85

O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal — Dr. Fernando Castelo Branco 90

São Martinho de Braga e as Mulheres Demónios — Dr. Fernando de Castro Pires de Lima 106

Alguns aspectos sociais — Dr. Fernando Falcão Machado 115

Contribuição para as fontes da época suévico-bizantina — Dr. Fernando Falcão Machado 124

Do Algarve Bizantino — Dr. Francisco Fernandes Lopes 126

Signification de l'art suévo-byzantin — Prof. Dr. Georges Gaillard 137

La Chapelle Saint-Oyand à Saint-Laurent de Grenoble — Prof. Dr. Georges Gaillard 141

Mapa da Galiza Sueva — Eng.º J. Pina Manique e Albuquerque 147

El canon 73 de los Capitula Martini y los ramos precautorios actuales — Dr. Jesus Taboada Chivite 153
Nota explicativa sobre o presente tomo de «Bracara Augusta» — Redacção . 157
S. Frutuoso de Montelios — A Igreja mais Bizantina da Península — Dr. Sérgio da Silva Pinto 158
Estudo sobre a Sé de Braga — Dr.ª D. Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos 168
Ensaio de Biografia do Conde da Barca — Coronel José Baptista Barreiros . 214
Arquivo Municipal — Redacção 229
Crónica dos acontecimentos citadinos — Francisco Bacelar Ferreira 237
Efemérides Municipais — Redacção 363

C. M. de BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

A Revista «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (4 fascículos), alcança já 42 números, repartidos em 10 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11), sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho —, com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** sob a direcção do Dr Sérgio A. da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 9 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, e o IX-X do orgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

Capas para «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à «Livraria Cruz», Rua D. Diogo de Sousa, Braga.

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusto», que, sempre que a façam encadernar, deem instruções aos artífices para conservarem (reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram), as capas originais de papel. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

Estão a ser organizados índices completos, com todas as necessárias divisões e distribuição de matérias e autores, que abragem os 9 volumes publicados desta revista. Oportunamente será feita a sua distribuição.

PEDE-SE PERMUTA

Revistas de Cultura publicadas em Braga

Alma — *Revista de Espiritualidade Franciscana*
Bracara Augusta — *Revista de História e Regionalismo*
Itinerarium — *Revista de Cultura*
Quatro Ventos — *Revista Lusíada de Arte e de Literatura*
Revista Portuguesa de Filosofia — *Revista da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga*
SCIENTIA IVRIDICA — *Revista Portuguesa e Brasileira; órgão da Associação Jurídica*
Theologica — *Revista de Estudos Eclesiásticos.*